

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SOCIOLOGIA

**Trançados da(s) “infância(s) boa(s)”:** as con-vivências nas naturezas das  
ocupações ao leste-sul de João Pessoa (PB)

Karla Jeniffer Rodrigues de Mendonça

João Pessoa  
2024

KARLA JENIFFER RODRIGUES DE MENDONÇA

**Trançados da(s) “infância(s) boa(s)”**: as con-vivências nas naturezas das  
ocupações ao leste-sul de João Pessoa

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Sociologia do Centro de Ciências Humanas,  
Letras e Artes da Universidade Federal da  
Paraíba, como parte dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Doutora em Sociologia.

Linha de pesquisa: Marcadores sociais da  
diferença: Relações Raciais, Religião e Infância.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flávia Ferreira Pires

Co-orientador: Prof. Dr. Bruno Ferreira Freire  
Andrade Lira



João Pessoa  
2024



**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

M539t Mendonça, Karla Jeniffer Rodrigues de.

Trançados da(s) "infância(s) boa(s)" : as con-vivências nas naturezas das ocupações ao leste-sul de João Pessoa (PB) / Karla Jeniffer Rodrigues de Mendonça. - João Pessoa, 2024.  
367 f. : il.

Orientação: Flávia Ferreira Pires.

Coorientação: Bruno Ferreira Freire Andrade  
Lira. Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA/PPGS.

1. Infância - Sociologia. 2. Vivências. 3. Pobreza.  
4. Família. 5. Localidades. 6. Etnocartografia. I. Pires, Flávia Ferreira. II. Lira, Bruno Ferreira Freire Andrade. III. Título.

UFPB  
/BC

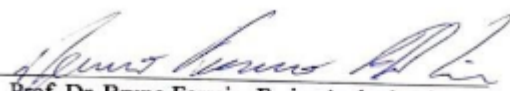
CDU  
316.346.32-053.2(043)

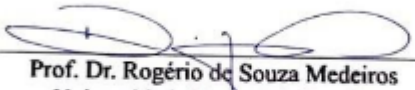
Elaborado por Larissa Silva Oliveira de Mesquita - CRB-15/746

## FOLHA DE AVALIAÇÃO

A tese intitulada, **Trançados da(s) “infância(s) boa(s)”**: as con-vivências nas naturezas das ocupações ao leste-sul de João Pessoa, de autoria de Karla Jeniffer Rodrigues de Mendonça, sob orientação da Prof.a. Dra. Flávia Ferreira Pires e co-orientação de Prof.Dr. Bruno Ferreira A. Lira, apresentada em sessão pública ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia, foi aprovada em 07/06 /2024, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

  
Prof.a. Dra. Flávia Ferreira Pires  
Universidade Federal da Paraíba

  
Prof. Dr. Bruno Ferreira Freire Andrade Lira  
Universidade Federal da Paraíba

  
Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros  
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** SÉRGIO BOTTON BARCELOS  
Data: 10/07/2024 13:58:59 -0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Sérgio Botton Barcelos  
Universidade Federal da Paraíba

  
Prof.a. Dra. Márcia Aparecida Gobbi  
Universidade de São Paulo

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** EDILMA DO NASCIMENTO SOUZA  
Data: 17/07/2024 18:28:54 -0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.a. Dra. Edilma Nascimento Souza  
Universidade Federal do Vale do São Francisco



À minha mãe e ao meu pai, por quem fui criada.  
À Luan e Liz, minhas crias.



Reverencio os Deuses e as Deusas que me criaram e me guiaram na luta por essa experiência em tese. Laroyê exu, pelos caminhos abertos! Odoyá minha mãe yemanjá, por me ninar neste difícil processo! Ora ye ye minha mãe oxum, por me fazer um corpo de amor e me ensinar a incorporar o movimento das correntezas sem me afogar!

Gratidão aos meus pais, Zenildes e Mendonça, e aos meus filhos, Luan e Liz, que caminharam juntos neste crescer, presenciando os enfrentamentos, as angústias e as mudanças marcantes que este trabalho exigiu.

Gratidão à Mestra Ismênia, pelos banhos e orações.

Às pessoas amigas, presentes em escutas, falas e sorrisos, que criam em mim coragem. Vocês são mestras nos afetos abraçantes que ampararam meu processo. Gratidão pelos sambas, viagens e banhos de rio-mar.

Às mulheres e às crianças, participantes desta pesquisa, que me receberam em suas casas, durante e após o período pandêmico que (des)estruturou a passos lentos, com enfrentamentos, por re-conhecimentos gradativos e sensibilidades no vivenciar dos encontros.

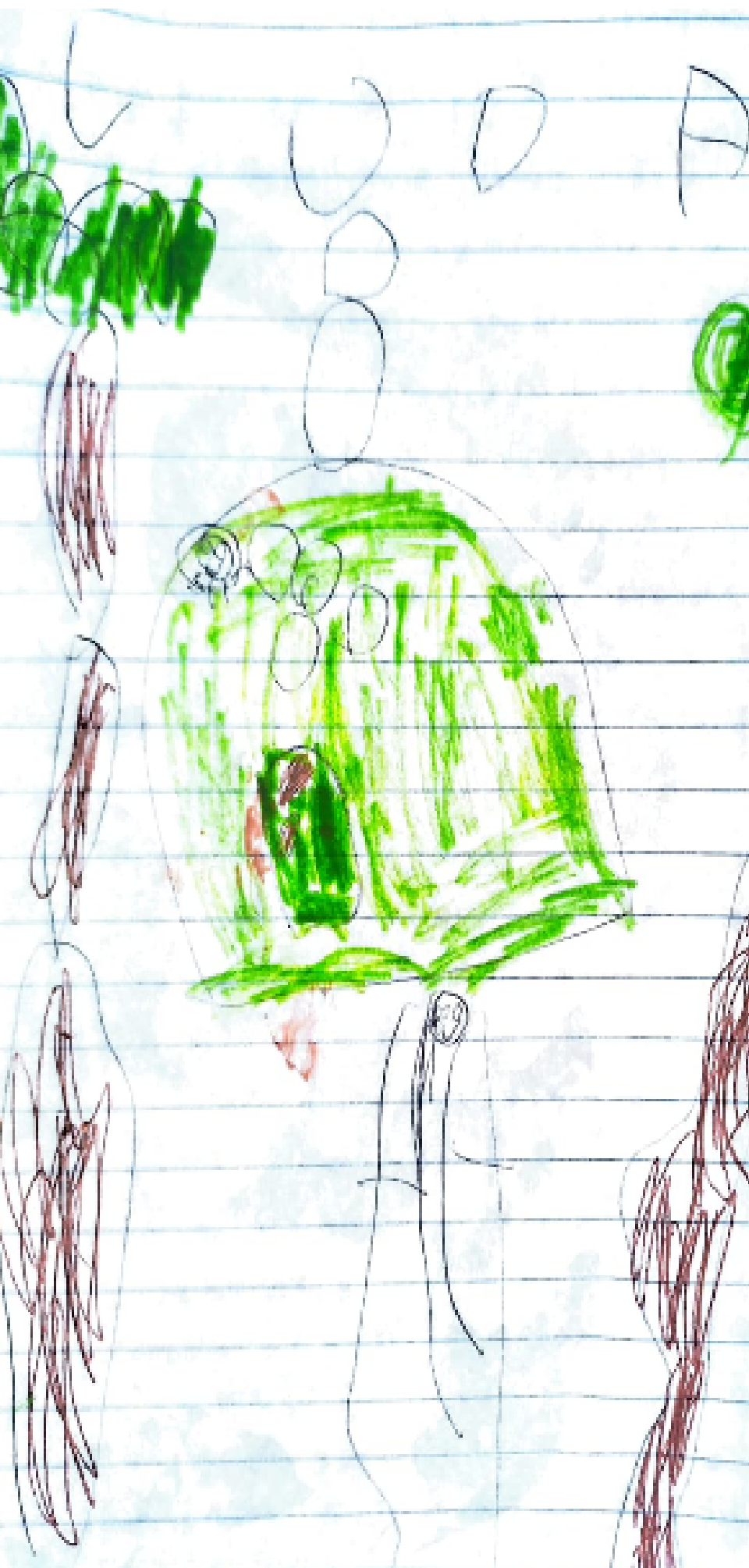
Ao grupo de pesquisa Crias (Criança, Sociedade e Cultura- UFPB), pelas trocas e pelo acompanhamento durante os 7 anos aos quais participei das empreitadas acadêmicas. Mohana, Bia, Milene, Chris, Pati, Edilma, gratidão pela amizade.

À orientadora desta tese, Flávia F. Pires, que me acompanha desde o mestrado, em uma parceria sensível aos meus processos e sensibilidades em torno dos estudos sobre a infância. Ao co-orientador Bruno F. A. Lira, que durante o processo de doutoramento acolheu esta pesquisa e apoiou com potência os dilemas sociológicos por mim enfrentados.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Sociologia, que durante as disciplinas contribuíram com atenção aos meus caminhos, em especial, Professores(as) dr(as) Rogério Medeiros, Thiago Panica, Sérgio Botton, Geovânia Toscano, Márcio Sá.

À banca Profa. Dra. Edilma Nascimento Souza, Profa. Dra. Márcia Aparecida Gobbi, Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros e Prof. Dr. Sérgio Botton Barcelos, que gentilmente acolheram a avaliação desta tese. Suas orientações e críticas desde a qualificação, orientaram este arremate laboriosamente transformador.

À equipe da Escola Municipal Antônio Santos Coelho Neto (Escola da Penha) por, além de acolher esta pesquisa, compreender os movimentos enquanto professora e pesquisadora que me exigiram tempos diferenciados. Minha gratidão especial à Rosilene, gestora neste período. Às pesquisadoras, mulheres e mães, ao movimento feminista e ao movimento “criancista”, que com trabalhos teóricos-políticos embasam este trabalho e fortalecem o movimento de que “lugar de mulher e de criança, é onde elas quiserem”!



*Eu não quero só colher,  
também quero ser colhida.*

*Mestra Ismênia*

## Resumo

Esta tese plurinarrada se movimenta a partir da noção “infância boa”, (a) colhida no processo investigativo, durante e após a pandemia da Covid-19 (2020-2022) (de modo virtual e presencial) pelos trançados das seguintes localidades: “comunidade” Portal do Sol, Penha, Jacarapé e Aratu. De modo metodologicamente etnocartográfico, nos compassos e nos impasses de uma pesquisa qualitativa e de abordagem microsociológica, tece um diálogo provocado pelas contradições e confluências de se viver em um contexto de ocupações territoriais, subjugadas como locais escassos por capitais sociais, econômicos, políticos, culturais e sociais, ou seja, “às costas” do “desenvolvimento” urbano e do que se entende por “cidade”. Neste trabalho, apresentam-se as vinhetas narrativas sobre as tramas das con-vivências das crianças junto as mulheres que as “criam” nas naturezas do lugar habitado, permeado pela pobreza de renda e por outros limites multidimensionais às existências. Por isso, procurando desvelar como a noção de “infância boa” (des)harmoniza com as noções hegemônicas de “viver bem”, “bem-estar” e “vida boa” na/para a(s) infância(s), é que esta tese se encontra no movimento das sobre/super-vivências enlaçadas às *vivencidades* de onde “é tudo família” e aponta o “criar” como prática inter, intra e co-geracional trançada de modo complexo a uma infrapolítica, condicionada por disposições e marcadores sociais (idade, gênero, classe e raça) confluentes às condições das (r)existências na infância. Nesse sentido, analisando as economias (não) capitalocêntricas emaranhadas ao cotidiano, aponta-se como as “lutas” e “forças” fluem contra o empobrecimento das práticas, no contentar das necessidades e no sustento financeiro- simbólico engajado, investido e enfrentado pelas lideranças femininas no ambiente doméstico em coalizão com a infância. Assim que os sentidos de viver bem durante a infância, vinculados aos afetos entre “entes”, estão trançados a uma ecologia de ações que entoam o reconhecimento e a redistribuição centralizadas nas crianças pelas intimidades do cotidiano, as quais possibilitam a provisão, proteção e participação no/além do ambiente doméstico. É neste despertar que esta tese encontra, nas composições das “outridades” em diálogo com as “comunidades”, o luzir dos (des)contentamentos nas con-vivências com as naturezas do lugar ocupado, construído e estrategicamente criado em movimentos expansivos, limitados e adaptativos com seres humanos e outros que humanos. Assim, viver bem na infância está enraizado ao (se) ocupar organicamente (n)o lugar com seus afetos.

Palavras-chave: infância, vivências, pobreza, família, localidades, etnocartografia.

## ABSTRACT

This multi-narrative thesis moves from the notion “good childhood”, (a) collected in the investigative process, during and after the Covid-19 pandemic (2020-2022) (virtually and in person) by the braided people of the following locations: “community” Portal do Sol, Penha, Jacarapé and Aratu. In a methodologically ethnocartographic way, within the compasses and impasses of qualitative research and a microsociological approach, it weaves a dialogue provoked by the contradictions and confluences of living in a context of territorial occupations, subjugated as scarce places by social, economic, political, cultural capital and social, that is, “behind” urban “development” and what is meant by “city”. In this work, narrative vignettes are presented about the plots of children's coexistence with the women who “raise” them in the nature of the inhabited place, permeated by income poverty and other multidimensional limits to existence. Therefore, seeking to reveal how the notion of “good childhood” (dis)harmonizes with the hegemonic notions of “living well”, “well-being” and “good life” in/for childhood(s), it is that this thesis is found in the movement of survivals linked to experiences where “it’s all family” and points to “creating” as an inter, intra and co-generational practice braided in a complex way into an infrapolitics, conditioned by dispositions and social markers (age, gender, class and race) confluent with the conditions of (r)existences in childhood. In this sense, analyzing the (non) capitalist-centric economies entangled with everyday life, it is pointed out how the “struggles” and “forces” flow against the impoverishment of practices, in satisfying needs and in the financial-symbolic support engaged, invested and faced by leaders. females in the domestic environment in coalition with childhood. As soon as the meanings of living well during childhood, linked to the affections between “entities”, are woven into an ecology of actions that emphasize recognition and redistribution centered on children through the intimacies of everyday life, which enable provision, protection and participation in/beyond the domestic environment. It is in this awakening that this thesis finds, in the compositions of “otherities” in dialogue with “communities”, the light of (dis)contentment in coexistence with the natures of the place occupied, constructed and strategically created in expansive, limited and adaptive with humans and others than humans. Thus, living well in childhood is rooted in organically occupying a place with your affections.

Keywords: childhood, experiences, poverty, family, locations, ethnocartography.

## RESUMEN

Esta tesis multinarrativa parte de la noción “buena infancia”, (a) recogida en el proceso investigativo, durante y después de la pandemia Covid-19 (2020-2022) (de forma virtual y presencial) por los trezados de las siguientes localidades : “comunidad” Portal do Sol, Penha, Jacarapé y Aratu. De manera metodológica etnografica, dentro de los límites y los impasses de la investigación cualitativa y de un enfoque microsociológico, teje un diálogo provocado por las contradicciones y confluencias de vivir en un contexto de ocupaciones territoriales, subyugados como lugares escasos por factores sociales, económicos, políticos, culturales. capital y social, es decir, “detrás” del “desarrollo” urbano y de lo que se entiende por “ciudad”. En este trabajo se presentan viñetas narrativas sobre las tramas de convivencia de los niños con las mujeres que los “crian” en la naturaleza del lugar habitado, permeado por la pobreza de ingresos y otros límites multidimensionales a la existencia. Por lo tanto, buscando revelar cómo la noción de “buena infancia” (des)armoniza con las nociones hegemónicas de “vivir bien”, “bienestar” y “buena vida” en/para la(s) infancia(s), es que esta tesis se encuentra en el movimiento de supervivencias vinculadas a experiencias donde “todo es familia” y apunta a la “creación” como una práctica inter, intra y cogeracional entrelazada de manera compleja en una infrapolítica, condicionada por disposiciones y marcadores sociales (edad, género, clase y raza) confluyen con las condiciones de (r)existencias en la infancia. En este sentido, analizando las economías (no) capitalistas centradas en la vida cotidiana, se señala cómo las “luchas” y las “fuerzas” fluyen contra el empobrecimiento de las prácticas, en la satisfacción de necesidades y en el apoyo financiero-simbólico comprometido. investidos y afrontados por las mujeres líderes en el entorno doméstico en coalición con la infancia. En cuanto a los significados del buen vivir durante la infancia, vinculados a los afectos entre “entidades”, se tejen en una ecología de acciones que enfatizan el reconocimiento y la redistribución centrada en los niños a través de las intimidades de la vida cotidiana, que permiten provisión, protección y participación. dentro/más allá del entorno doméstico. Es en este despertar que esta tesis encuentra, en las composiciones de “otredades” en diálogo con “comunidades”, la luz del (des)contento en la convivencia con las naturalezas del lugar ocupado, construido y estratégicamente creado en espacios expansivos, limitados y adaptable con los humanos y con otros además de los humanos. Así, vivir bien en la infancia tiene sus raíces en ocupar orgánicamente un lugar con tus afectos.

Palabras clave: infancia, experiencias, pobreza, familia, ubicaciones, etnografía.



## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Malabarismos.

Imagem 2- Publicação no *Instagram* “Todos pelo Aratu” Imagem 3. Arredores “adentro” das comunidades Imagem 4. Vista do litoral da cidade.

Imagem 5. Vista da cidade a partir do Rio Sanhauá. Data: Década de 1930.

Imagem 6. Terreno com mata atlântica, nas proximidades da praia da Penha, comprado por uma grande empreiteira da capital.

Imagem 7. Terreno à venda em frente a mata de Jacarapé.

Imagem 8. Folder sobre o edital para a compra dos lotes no "Pólo Turístico do Cabo Branco

Imagem 9. Ao sul temos o bairro “Costa do Sol” - Aratu e Jacarapé. ZEPA- 1.

Imagem 10. Em destaque as praias da Penha e Seixas. ZEPA- 3. Imagem 11. Obras iniciadas do “Equipamento Hoteleiro” em Jacarapé.

Imagem 12. Cercas e desmatamentos do “Equipamento Hoteleiro” em Jacarapé.

Imagens 13 e 14. Imagens denunciativas sobre as obras de desmatamento por dentro- Projeto Polo Turístico Cabo Branco

Imagem 15. Ponte sob o rio do Cabelo, onde se recolhe o lixo da localidade.

Imagens 16 e 17. Praça da Penha enfeitada para procissão e a escadaria que dá acesso à praia.

Imagem 18. Tamanduá visitando a Escola da Penha a noite durante a pandemia

Imagem 19. Rio do Cabelo na praia da Penha. Imagem 20. Por “trás da praça” da vila da Penha. Imagem 21. Cruzeiro abandonado

Imagem 22. Homenagem ao livro de Santos Tigre na Escola da Penha Imagem

23. Mata cercada no terreno atrás da Escola da Penha.

Imagem 24. Família, casa e quintal estendido

Imagem 25. Campo da vila da Penha

Imagem 26. Maceió da Penha

Imagem 27. Ladeira “da Holanda”.

Imagem 28. Alimentando o pintinho solitário do “terreno abandonado”.

Imagem 29. Artur e o irmão pescando ao pôr do sol

Imagem 30. Pesca com arpão: desenho de Lauro.

Imagem 31. Vila de Jacarapé: igreja, campo e pracinha.

Imagem 32. Parreira na casa de Laís

Imagem 33. Mangue de Jacarapé no encontro do rio com o mar. Placas de conscientização ambiental fixadas pela ASPAMJA.

Imagem 34. Perto da “rua morta”.

Imagem 35. “Sejam bem-vindos à comunidade Aratu”

Imagem 36. Sede das Amigas Solidárias ou “reforço”

Imagem 37. Clube de mães do Aratu

Imagem 38. “Todos Pelo Aratu”

Imagem 39. Rua dos Mastruz: plantação de pau-brasil Imagem

40. Construções do terreno de Biel.

Imagem 41. Coisas de Jhefferson

Imagens 42 e 43. As latinhas vendidas, livros comprados

Imagem 44. Tapioca malhando para ficar forte.

Imagens 45 e 46. Comidas feitas por Jhefferson.

Imagens 47 e 48. Coisas “animadas” pelas crianças.

Imagem 49 e 50. Pelo quintal: Duque e a “nossa plantação”.

Imagem 51. Chico chegando com as cabras.

Imagens 52 e 53. Chico organizando os animais no quintal da casa do avô.

Imagem 54. João, orientado pelo avô, realiza a limpeza da casinha das cabras.  
Imagem 55. Melão são-caetano.  
Imagem 56. Agaporna.  
Imagem 57. Lanche ao final da tarde.  
Imagem 58. Família de uma mesma casa.  
Imagem 59. São João das Amigas Solidárias com apoio da organização da “Geladeira Solidária”.  
Imagens 60 e 61. Brechó para as crianças.  
Imagem 62. A granja: “lugar onde tudo é bom”.  
Imagem 63. O tempo da natureza na granja.  
Imagem 64. Brinquedos coletivos.  
Imagem 65. Brincando de cavalinho.  
Imagem 66. Avô e a coruja que caiu no terraço.  
Imagem 67. Barro e grama: nos caminhos da granja com as crianças.  
Imagem 68. As crianças à espera do banho de piscina.  
Imagens 69 e 70. Pelo terraço de casa: as crianças, os brinquedos e as uvas.  
Imagem 71. Pelo terraço da casa da família de Laís.  
Imagens 72 e 73. Indo ao Fiteiro: Laís, Mo nas costas e David pulando atrás.  
Imagem 74. Cartazes para o desfile no Aratu “Dia do Estatuto da Criança e do Adolescente”.  
Imagem 75. Símbolo de uma facção criminosa na capital paraibana.  
Imagem 76. Miguel de bicicleta pelo Aratu 2.  
Imagens 77 e 78. Pelo terraço e pelo quintal do terreno de Miguel.  
Imagens 79 e 80. Pelo terreno: construção, plantas e galinhas.  
Imagens 81 e 82. Binho e os amigos por dentro do terreno: invenções e observações.  
Imagem 83. Da “rocinha” no quintal.  
Imagem 84. Pelo quintal de Vitória.  
Imagem 85. Brincadeira da mão roxa.  
Imagem 86. Publicação no *Instagram* pelo Projeto de Pesquisa PUA, após uma ação com as crianças, em parceria com esta pesquisa.  
Imagem 87. Festas de aniversário.  
Imagens 88 e 89. Brincadeiras nos espaços das “Amigas Solidárias”.  
Imagem 90. Observa as galinhas no quintal de sua casa na sede das “Amigas Solidárias”.  
Imagem 91. Terrenos cercados no Aratu 2, chegando na casa de Miguel.  
Imagens 92 e 93. Barreiras quebradas do “barro”.  
Imagens 94 e 95. Entre as naturezas brincantes: matos e soldadinhos.  
Imagem 96. Pelos lugares do Aratu.

#### LISTA DE DESENHOS

Desenho 1. No sofá e em tela: encontro remoto com Jhefferson e família  
Desenho 2. Encontros on-line: as espiações  
Desenho 3. Encontros on-line: des-confianças das crianças  
Desenho 4. Desenho de Be enviado por *WhatsApp*.  
Desenho 5. O menino e o mundo pelos olhos e pelas mãos de uma criança no Aratu  
Desenhos 6 e 7. Sobre doações, família e naturezas no Aratu.  
Desenho 8. Cobra “*corre-campo*” e teju.  
Desenho 9. Encontro da Jibóia com d. Maria.  
Desenho 10. Fica esquisito de noite: a cumade fulôzinha.  
Desenho 11. Coisa dentro de coisa.

## MAPAS

- Mapa 1. Mapa sobre as ocupações urbanas e condições de vida na cidade de João Pessoa.  
Mapa 2. Localização do “Complexo Administrativo” do Polo turístico do Cabo Branco. Mapa 3 . Área de granjas vendidas para construção de condomínios.  
Mapa 4. Localização geográfica: Os pontos vermelhos representam a Comunidade Portal do Sol, as vilas da Penha e dos pescadores (bairro Penha), Jacarapé e o Aratu (bairro Costa do Sol).  
Mapa 5. Localização do Rio Aratu. Em amarelo a PB-08.

## MAPAS VIVENCIAIS

- Mapa vivencial 1. Con-vivências das crianças. Mapa vivencial 2. Portal do Sol no universo.  
Mapa vivencial 3. No mesmo terreno: “minha casa e das minhas primas” Mapa vivencial 4. Casa na comunidade do Portal do Sol.  
Mapa vivencial 5. Na “mangueira”: o “esquisito”. Mapa vivencial 6. Bairro Nossa Senhora da Penha. Mapa vivencial 7. As crianças na “festa da Penha” Mapa vivencial 8. Vila do Sol- a casa do Leo.  
Mapa vivencial 9. Vivências em Jacarapé.  
Mapa vivencial 10. Rio de Jacarapé, bichos e brincadeiras na água Mapa Vivencial 11. Enroladas do Aratu  
Mapa vivencial 12. A cabra que “sobrou”. Mapa vivencial 13. Minha granja.  
Mapa vivencial 14. Ocupações no lugar. Mapa vivencial 15. O barro e as arengas.  
Mapa vivencial 16. Lugares públicos e as casas da família, da amiga e aquela que é assombrada. Mapa vivencial 17. Comunidade do Portal do Sol: a mata, as ruas e a casa estranha no centro do mapa.  
Mapa vivencial 18. A praia do Cabo Branco, sítio da avó, lugares esquisitos com a mula sem cabeça, a mata e sua casa.  
Mapa vivencial 19. Casa, piscina da casa da vó e lugar esquisito com a cruz. Mapa vivencial 20. Casa, família na vizinhança e a vaquejada, seu lugar preferido. Mapa vivencial 21. Encontro Ecológico. Karla Mendonça, janeiro de 2022.  
Mapa vivencial 22. Praia e Barreira do Cabo Branco. C.3, Escola da Penha, maio de 2022.

## GRÁFICOS E TABELAS

- Gráfico 1. Proporção de Pobres em 2021 por Unidade de Federação. Fonte: FGV Social a partir dos microdados do PNADC.  
Gráfico 2. Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita abaixo de US\$ 1,90 PPC  
(1) e de US\$ 5,50 PPC (1), segundo sexo, cor ou raça e grupos de idade.

## TABELAS

- Tabela 1. A “Relação Entre a Participação dos Investimentos e a População”.  
Tabela 2. Total e respectiva distribuição percentual das pessoas, por classes de rendimento domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões e Unidades de Federação.



## SIGLAS

ASPAMJA - Guardiões Ambientalistas de Jacarapé CDC - Convenção sobre os Direitos da Criança ECA -Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA- Educação de Jovens e Adultos

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística CNPJ-Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CEP-Código de Endereçamento Postal PPC - Paridade de Poder de Compra NE- Nordeste

UPA-Unidade de Pronto Atendimento UCs- Unidades de conservação

ODM- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio OdM-Observatório das Metrópoles

ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável OMS-Organização Mundial de Saúde

ONU-Organização das Nações Unidas

IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada INESC- Instituto de Estudos Socioeconômicos

TIC-Domicílios Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros ICES- Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis

BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento PMJP- Prefeitura Municipal de João Pessoa

PMCRMA- Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica ZEPA- zoneamento especial de proteção ambiental

SEDES- Secretaria de Desenvolvimento Social

ETENE-Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste OPF- Observatório de Política Fiscal

FGV- Fundação Getúlio Vargas

IBRE- O Instituto Brasileiro de Economia

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                          |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>CORRENTEZAS</b>                                                                                                                       | 16  |
| <b>ACERCAMENTOS GERAIS</b>                                                                                                               | 18  |
| I. Sementeiras: uma vivência- pesquisa                                                                                                   | 19  |
| II. A(s) infância(s) daqui: quais terrenos ocupam?                                                                                       | 23  |
| III. Cultivando a pesquisa: existe infância boa?                                                                                         | 31  |
| IV. Os brotos nascidos pela tese                                                                                                         | 38  |
| <br><b>CAPÍTULO 1- EM TRÂNSITO:</b> (Des)encontros pelas vivências teórico-metodológicas                                                 | 43  |
| 1.1 No (des) encontro teórico-metodológico: situando o caminho                                                                           | 45  |
| 1.1.1 As tensões teóricas-metodológicas e as linguagens comunicativas das/com as “outridades”                                            | 54  |
| 1.2 Na artesanaria com as crianças: uma experiência ecológica                                                                            | 60  |
| 1.2.1. Nas frestas das “janelas” enunciativas e o (a)colher das narrativas                                                               | 63  |
| 1.3 Compassos participantes e participativos: As escutas-observantes, os registros criativos e as vinhetas narrativas.                   | 67  |
| <br><i>Conquistas</i>                                                                                                                    | 78  |
| <br><b>CAPÍTULO 2- “ÀS COSTAS” DA CIDADE:</b> As composições de João Pessoa (PB) e as (des) ocupações no território leste-sul litorâneo. | 83  |
| 2.1 “João Pessoa sustentável?”: algumas considerações sobre a organização e (des) proteção ambiental da cidade                           | 86  |
| 2.2 Entre a compra da terra e do acesso ao mar: a força da mercadorização do Polo turístico Cabo Branco e os embates às ocupações locais | 94  |
| 2.3 Re-sentindo a urbanização: impactos sociais nas vidas “onde tudo é família”                                                          | 108 |
| <br><i>Rumos...</i>                                                                                                                      | 115 |
| <br><b>CAPÍTULO 3 - TRANÇADOS LOCAIS:</b> a comunidade do Portal do Sol, as vilas no bairro da Penha, Jacarapé e o Aratu.                | 117 |
| 3.1 As curvas para a “comunidade do Portal do Sol” ou “por trás da boate da Caixa”.                                                      | 119 |
| 3.2 Aos ventos da “vila” da Penha e da Vila dos Pescadores.                                                                              | 131 |
| 3.3 Jacarapé nas vias da vila: a pista, o mangue, a mata, o rio e a praia                                                                | 151 |
| 3.4 Enroladas do Aratu: “Não é favela! É comunidade!”                                                                                    | 162 |
| <br><i>(Des)enroladas...</i>                                                                                                             | 172 |
| <br><b>CAPÍTULO 4 - AS CON-VIVÊNCIAS “NO APERTO”:</b> a casa como um espaço de “lutas”                                                   | 180 |
| 4.1 Vinhetas Narrativas 1 e 2: As ocupações no lugar desde a casa                                                                        | 182 |
| 4.2 Entre os “apertos” de “gente que precisa”: as estratégias para se viver “às costas” do urbano                                        | 200 |
| 4.3 “Força” para “criar”: disposições de enfrentamento para viver “no aperto”                                                            | 210 |
| <br><i>Superações...</i>                                                                                                                 | 221 |
| <br><b>CAPÍTULO 5- AS LUTAS PELO “SUSTENTO” DA VIDA:</b> enfrentamentos, engajamentos e investimentos.                                   | 223 |

|                                                                                                       |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.1 “ <i>É luta</i> ”: a liderança que se vive nas ocupações das casas.                               | 224 |
| 5.2 “ <i>O pobre é chique</i> ”: a infância criada                                                    | 236 |
| <i>Quietudes...</i>                                                                                   | 256 |
| <b>CAPÍTULO 6- VIVENCIDADES DO CRIAR:</b> a família de casa                                           | 261 |
| 6.1 Vinheta Narrativas 3 e 4: <i>Vivencidades</i> nas naturezas do lugar                              | 263 |
| 6.2 <i>Vivencidades</i> : familiaridades nas vivências de “criar” gentes, fazeres e lugares           | 280 |
| 6.3 “ <i>Ter o que fazer</i> ”: os compassos ecológicos nas práticas inter e co-geracionais no Lugar. | 286 |
| 6.4 Con-vivências atentas na infância: o ser-estar “solta” e acompanhada                              | 291 |
| <i>Povoada</i>                                                                                        | 304 |
| <b>CAPÍTULO 7- “INFÂNCIAS BOAS”:</b> Trançados ecológicos                                             | 306 |
| 7.1 Corpos “ <i>arengueiros</i> ”                                                                     | 308 |
| 7.2 Vivências contentes: festas, passeios e lazer nas naturezas do lugar                              | 319 |
| <i>Cultivos</i>                                                                                       | 336 |
| <b>CONFLUÊNCIAS FINAIS:</b> As frestas pelas naturezas de viver uma “infância boa”                    | 342 |

## CORRENTEZAS

Movimentando encontros, nos limites das cercas de uma pesquisa acadêmica, este trabalho de pesquisa me afeta e transcende minhas percepções e vivências nas “ondas” femininas do existir. Esta tese me (a)colhe e ao mesmo tempo me impulsiona a sensações complexas, até difíceis de descrever, pelo fato de ela ter sido gerada no mesmo tempo-espaço em que Liz veio ao mundo, Luan virou adolescente, trabalhei em casa remotamente e presencialmente com a docência em escola pública, ocupei e desocupei junto aos meus filhos lugares e relações. Assim, reforço que esta experiência de tese, durante e após o angustiante período pandêmico, também se reflete em “lutas”, isolamentos e composições conjuntas.

Por acompanhar as dinâmicas que as crianças semeiam, relacionalmente nos encontros de nossas práticas, como mãe, professora e pesquisadora, procuro enraizar neste trabalho, um (des)equilíbrio a ser considerado na sensibilidade do “se importar”, como Cláudia Fonseca<sup>1</sup> apontou ao tratar das dinâmicas do cuidado das mulheres com as crianças, abordando a ciência como uma criação de importâncias dentro de uma ética feminista, que investe em afeto e emoções, mesmo que sem condescendências. O que investi e me engajo por experienciar se faz instigado nesse balanço, para além de um vai e vem sincronizado de uma rede que embala, mas de um ritmo compassado que oscila entre recuos e avanços, o qual muita das vezes se transformou em malabarismos.

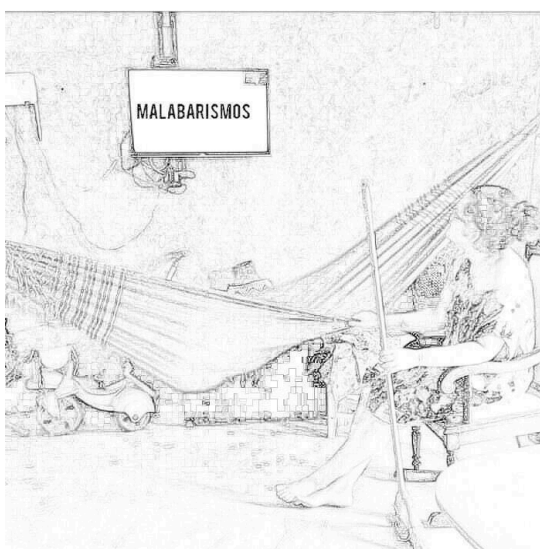


Imagem 1. Malabarismos. Minha imagem assistindo a palestra “Tramas do Cuidado em Tempos de Pandemia”, cuidando da casa e das crias. Foto com efeito: Luan Mendonça, 16/04/2021.

---

<sup>1</sup> Palestra disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=i3g5HPwMbEE>



Tudo o que carrega esta tese tem importâncias incorporadas em mim. Durante a minha trajetória de vida, pra lá e pra cá, ocupando e desocupando espaços por conta do meu pai que, como provedor financeiro principal e com seu trabalho no exército, nos levava a vivenciar experiências por transições territoriais, enquanto minha mãe, entre costuras, “ajudava” a aumentar a renda e ao mesmo tempo cuidava da casa com três filhos, não esquecendo de fazer festas e celebrações, mesmo com o dinheiro “contado”. Assim me criei pela estrada, por diferentes culturas e variáveis condições financeiras que, como lembranças e histórias incorporadas no que vivenciei desde minha infância entre casas, árvores, ruas, rios, praias e o ambiente doméstico, acenderam faíscas pelas quais muitas das vezes vigoraram o diálogo com as outras mães e especialmente com as crianças colaboradoras desta jornada investigativa. Esta experiência em tese me faz vivenciar críticas e vislumbrar sentidos múltiplos sobre o que é “ter uma vida boa”, além dos romantismos e das durezas neoliberais, ao sentir o quanto as noções de lar, casa, família e, especialmente, o sentido de entes e contentamentos, se trançam na complexidade da reflexão-ação das gentes enquanto naturezas.

Portanto, nestes 4 anos e 6 meses de desafiantes (des)encontros, me desaguardam em sensações conflitantes no ser-estar mulher e trabalhar no ambiente doméstico, vivenciar desde sempre a maternagem de forma sobrecarregada e exercer a docência no ensino público de forma resistente, nesse calor arejado do litoral pessoense. Neste engajamento por ser doutora em sociologia em uma universidade pública, estas ocupações foram tempestades desviantes, em quedas e ondulações mansas e potentes, que por fim me levantaram e me fizeram novamente a ser nascente, como durante o mestrado a Mestra Doci me atentou sobre o Ser “humana”. Minha mãe oxun ypondá me criou para isso.

## “ACERCAMENTOS” GERAIS

*Zanzo na rua  
Zanzo em casa  
Lavo, passo, ligo o rádio  
Curto todas.  
A água molha o meu rosto  
Me enxugo e volto à luta [...]*

*“Zanzar”- Gláucia Lima*



## **I. Sementeiras: uma vivência- pesquisa**

Esta tese é um compartilhamento das “coisas” feitas no “zanzar” dos desconfortos, na comoção temerosa e nos encontros com o novo familiar. Zanzando (mesmo que imaginativamente) pelas localidades do Portal do Sol, praia da Penha, Jacarapé e do Aratu por conta da convivência com as famílias das crianças na “Escola da Penha”, na qual leciono, e por ter proximidade com a minha moradia, reconheci certos movimentos e práticas que despertam sentidos em comum sobre o que se vive na infância por entre estas localidades. Os encontros com as participantes da pesquisa se deram lentamente e através de vivências dialógicas (presenciais e virtuais), entre os anos 2021 a 2023, dentro e pós tensões do período pandêmico da Covid-19 (SARS-COV-2). Pelas moradias e terraços das ocupações territoriais, foram percebidas condições sociais de empobrecimento multidimensional, mesmo que variável, mas que também revelaram uma trama de con-vivências com as naturezas do lugar.

Ao movimentar minhas atenções sobre o viver na infância em condições de vida que primeiramente se fazem julgadas pelas injustiças das faltas, encontro junto aos ambientes das casas e nos movimentos narrativos das crianças com seus afetos, enunciados sobre bens simbólicos e materiais que cultivam práticas para uma “infância boa”, dentre as con-vivências<sup>2</sup> de sobre/super-vivências enlaçadas às localidades. Mesmo que considere que ao dialogar com suas contribuições na produção do conhecimento, de todo modo, falo por e com elas através de minhas disposições e interpretações histórico-socialmente incorporadas e acionadas nesta experiência-tese (SÁ, 2018), traçar um estudo focado nas práticas e nas disposições incorporadas na infância é um empenho atento a “algo não observável diretamente, mas interpretado a partir do comportamento apresentado, tentando desvelar quais são as geradoras da prática ao mesmo tempo em que estas práticas também são indicadoras das disposições” (LAHIRE, 2004, p. 19).

Desse modo, ao investigar tais movimentos, instigantes para tecer a empiria e a pesquisa narrada, me situo como pesquisadora em termos políticos-teóricos que interferem em minha posição no lugar pesquisado e fora dele. Por isso que, na prática de ser uma mulher imersa nos movimentos políticos e afetivos das relações educacionais e do cuidado atento com as crianças, estas nuances poderão ser percebidas em meu posicionamento e performance de escrita (verbalizada e imagética) expressa em hífens, parênteses e preservação dos ditos narrados regionalmente.

---

<sup>2</sup> Con-vivências com hífen, para marcar que as vivências se fazem em coletividades e em subjetividades de modo relacional no viver das práticas cotidianas, tanto das crianças como das/os adultas/os com demais seres de seus afetos, tanto no ambiente doméstico e privado, como no âmbito do trabalho e do público.

Dentro de um posicionamento ativista em defesa das crianças, por assim dizer “criancista” (SILVA e FARIA, 2021), o desafio de vivenciar um trabalho em um espaço social contextualizado pela pobreza de renda, assujeitado à opressões que amarram as trajetórias de vida de forma tão multifacetadamente violenta, exponencialmente agravadas no período da pandemia da Covid-19 (vírus SARS-COV-2) no mundo e vivida no Brasil às ordens de um governo de extrema-direita e neoconservador, prevaleceu em angústias e incertezas sobre os aceites e os pretensos vínculos com as crianças convidadas e, assim, o alcance dos “dados”. Com isso, o engajamento através de uma tese “plurinarrada” pôde entoar tanto um texto composto daquilo que foi subjetivamente escolhido e empregado, seja epistemologicamente, teórico-metodologicamente e até imageticamente durante a pesquisa, mas também envolver diálogos baseados nas percepções verbais e imagéticas das crianças, das mulheres e de seus outros afetos, potencialmente colaborativos ao movimento de interpretação e proposição vinculados neste estudo.

Assim, desde a intervenção investigativa até às análises do (a) colhido, esta tese segue um percurso com enlaces dialógicos na compreensão do micro, mas com preocupações macro, sobre as condições de vida e os elementos sociais que favorecem ou não viver “infâncias boas” nestas localidades, sendo que tal percepção parte dos contextos domésticos e permeia o que se compreende como “família” nas relações íntimas, onde certas familiaridades se aguçam a luz das sobre-super-vivências. Assim, que tais noções são enunciadas de modo situado ao trançado das localidades e estão relacionadas às práticas comuns vivenciadas em laços de parentescos sejam eles consanguíneos, criados e inventados, e na relação com a vizinhança.

Esta questão toca, em especial, o embasamento teórico-metodológico instigado pelas ações dos estudos feministas sobre as discussões de gênero e do trabalho doméstico não-remunerado desempenhado pelas mulheres, os quais também possuem relevante influência nos estudos sociais da infância nos terrenos interdisciplinares. Há inúmeros trabalhos que refletem sobre a normativamente histórica (eurocêntrica) de maternidade, interdependente à existência das infâncias, que articulada com os dispositivos da sexualidade, vulnerabiliza e reproduz papéis sociais “naturalmente” associados às mulheres (não) adultas e às crianças, em que a infantilização e a universalização do que é feminino se tornam imbricadas umas às outras e conseqüentemente às domesticizam (FOUCAULT, 2000). Dessa forma, de modo universalizante, a “família” está para a maternidade (mulheres) e a infância para ambas, de modo a serem-estarem idealizadas, localizadas e privadas ao ambiente da casa.

Nesse âmbito, entre as questões acadêmicas impulsionadas pelas forças mercadológicas nas produções das mulheres, nos movimentos das demandas científicas e sobre o que se “necessita” saber sobre as crianças, nota-se que por trás das névoas desses poderes existam ainda amarrados simbólicos de que as crianças estão para nós como num laço “sagrado”. Lembrando que quem escuta as crianças no contexto dos estudos sociais da infância são principalmente as mulheres, este fato reflete que provavelmente de algum modo, desde a própria trajetória de vida (acadêmica ou não) e no que concerne seus vínculos sociais, atentar por acompanhar, dissertar, re-considerar, des-construir e denunciar sobre o que tange a vida das crianças é um comprometimento político, especialmente quando se trata das infâncias em suas diversidades e aquelas vividas em condições de pobreza e de desigualdades sociais (GOBBI e PITO, 2021). Isto é refletido nos seguintes dados publicados no artigo de Renata L. C. Prado e Marcos C. Freitas (2019), que trata sobre o quantitativo de publicações que envolvem a participação das crianças em pesquisas, na qual me enquadro neste (in) comum:

[...] observou-se que os artigos foram escritos principalmente por professores de universidades da região Sudeste (46,3%); Sul (26,2%); e Nordeste (16,2%). Apenas 9,2% [...] da região Centro-Oeste e somente 2,2% [...] da região Norte. A predominância de psicólogos e a presença, também significativa, de pedagogos no corpus se traduzem na extrema concentração de mulheres: elas são 87,5% dos autores (PRADO; FREITAS, 2019, p. 7-9).

Visto que as problemáticas em relação a vigilância e ao controle sobre as vidas das mulheres e das crianças, em especial aquelas subjugadas em condições de pobreza de renda e racialmente marcadas, não são podem ser “abortadas” de nossas percepções críticas diante das ações capitalista-patriarcais, é relevante refletir, por entre as lutas de equidade, reconhecimento e redistribuição, que seria criticamente perigoso descartar os vínculos e atenções geracionais à infância e como os marcadores sociais impõem condições às práticas vividas por elas nas diversas comunidades (COLLINS, 2019). Nesse sentido, dentro do espaço político-acadêmico e das práticas, me encontro com a importância de estabelecer uma narrativa que, ao refletir sobre infância e as crianças, também trança reflexões sobre o feminino e as mulheres, bem como sobre a família, sobre como as práticas de lugar, sobre a natureza e, assim, sobre o mundo (GOBBI, PITO, 2021).

Neste caso, por compreender que na sociedade ambas as “marcas” - gênero e geração- podem ser “infantilizadas”, ou seja, inferiorizadas, racializadas e criminalizadas pelas estruturas patriarcais (GONZALEZ, 2011), atingindo as instituições sociais e o contexto científico, assim como as estruturas adultocêntricas (MARCHI, 2011), leva-se em consideração que:

Las relaciones sociales entre niños y adultos operan en un sistema generacional establecido, profundo y duradero como lo es el sistema de género. En esta estructura relacional, la clase dominante corresponde a la posición del adulto y la subordinada

a la posición de niño. La infancia se representa en relación con la concepción del adulto, del mismo modo como, en el patriarcado, la mujer y la feminidad se definen en oposición al modelo masculino. [...] Es más, de acuerdo con la autora que estamos revisando (Alanen, 1994), todo fenómeno está cruzado igualmente por ambos sistemas (género y generación) y, por lo tanto, siendo así, los estudios de infancia conciernen no a los niños, sino a la sociedad en general; implica a hombres y mujeres, personas adultas y niñas y niños (SOTO; KATTAN, 2019, p. 200).

É dentro dessa crítica que me encontro ao propor esta plurinarrativa por entre as frestas das fronteiras intergeracionais, que aparecem geralmente como problemáticas em muitas autorias. Que a relação do trabalho feminino ligado às “questões” da infância, de modo a ser politicamente crítico na desconstrução de significados estruturados, socialmente subalternizados e colaborativo por ampliar os direitos e o reconhecimento de sua diversidade e especificidades, são engajamentos sociológicos importantes, não resta dúvida. Porém, se observa que os mesmos não permitem que, no caso da condução das pesquisas dos estudos sociais da infância e de outras disciplinas que as colocam como “participantes”, se desestabilize a posição de que, em relação às crianças, falamos “sobre” e “por” (ao contrário das lutas das ciências humanas nas discussões de gênero e raça) mesmo que se estabeleçam apanhados participantes ou participativos, como ao partilhar momentos de “escolhas” de imagens e desenhos importantes para ela ou outras tentativas dialógicas.

Nessas tensões, esses fatores que aparecem como desconfortos em algumas críticas éticas e epistemológicas não são enfatizados nesta experiência, por compreender que o adultocentrismo está imerso nas relações mais íntimas de nossas casas e das práticas cotidianas, e que desse modo, não posso descartá-lo, mas trabalhar atenta às nuances do que está incorporado nas ações. Como outras formas agressivas de inferiorização e de “naturalização” das ações dos corpos em suas diversidades, o adultocentrismo embate provavelmente em muitas de minhas reações (e de outras/os pesquisadoras/es), sendo um desconforto a ser encarado como autoconhecimento junto a (re)criação científica. Contudo, de modo autorreflexivo sobre as estruturas do âmbito econômico e sociocultural que me marcam e que por algumas vezes me senti limitada, procuro estar disponível às mediações das intuições, percepções e diálogos relacionalmente presentes nos laços das parcerias, encontrando as crianças como “entes” (LUGONES, 2014). Neste processo, movimento um fazer científico imbricado à minha condição humana “rumo à coalizão”, de modo a impulsionar “conhecer uma à outra como entes que são densos, relacionais, em socialidades alternativas e alicerçadas (LUGONES, 2014, p. 942).

Na com-fusão (JESUS, 2019) dos traços desenhados e fotografados, dos trechos literários, canções e as narrativas aqui empenhadas, sinto a possibilidade de, no brotar do

(a)colhido com os encontros, ventilar e banhar por frestas anti-hegemônicas as análises que culminam nesta tese. Assim, algumas escritas se encontram hifenizadas, em itálico e entre aspas na tentativa criativa de, não inventar algo da “pura” novidade, mas reencontrar as dualidades das significâncias e importâncias, mesmo com o cuidado da “vigilância epistemológica” (bourdieusiana). Cultivando um feminino, compartilho a experiência de narrar o vivido com as crianças na relação com seus entes, através de movimentos interpretativos e sociologicamente ritmados pela ciranda dos propósitos que me movimentam e me afetam de modo “familiar”. Além disso, como por Paulo Freire versa: “Eu acho que uma das coisas melhores que eu tenho feito na minha vida, melhor do que os livros que eu escrevi, foi não deixar morrer o menino(a) que eu não pude ser e o menino(a) que eu fui, em mim” (FREIRE, 2001, p. 101), e assim que meu ser-estar neste trabalho é acompanhado por meninices.

## **II. A(s) infância(s) daqui: quais terrenos ocupam?**

O Nordeste na infância, da(s) infância(s), de infância periférica ou da(s) infância(s) do Sul-Global. Que infância(s) ocupa(m) os tempos-lugares dos territórios em *Améfrica Ladina* (GONZALEZ, 2020)<sup>3</sup>, especialmente na região nordestina brasileira? Na invenção do nordeste (ALBUQUERQUE Jr, 2011), afropindorâmico (SANTOS, 2015), encontramos a invenção da infância (e vice-versa)? A essa questão podem ser levantadas categorias tendo o tempo-lugar da pobreza, das experiências relacionadas às dificuldades de sobrevivência, dos amparos da subsistência, da dependência e das violências, como imperadores das condições de vida na infância, diante de todo o histórico colonial de nosso passado-presente. Pode-se imaginar o alimento (e a falta) que tenta sustentar os corpos emagrecidos pelas desigualdades e pelos limites de se viver bem nos âmbitos sociais-culturais-econômicos frustrados pelos problemas das misérias, cuja infância é “naturalmente” agreste (CARNEIRO; ROCHA, 2009) em suas rudimentares existências, persistentes nas lutas pela vida.

No contraste de classes, as crianças “atentadas”, “danadas” (SILVA, 2018), “arengueiras” ou “atrevidas” geralmente estão associadas a contextos mais empobrecidos, como apontou Ariés ([1978] 1981), sendo caracterizadas por serem naturalmente desobedientes aos sistemas, minorizadas enquanto seres destinados à marginalização, à

---

<sup>3</sup> No trabalho “A categoria político-cultural da Amefricanidade” de Lélia Gonzales o termo é abordado no sentido crítico de que nos situamos em uma América muito mais “ameríndio-africana” do que outra coisa, pois o Brasil está em “uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o t pelo d para, aí sim, ter seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os “pretos” e os “pardos” do IBGE) são ladino-amefricanos” (GONZALES, 1988 p. 76).

delinquência no presente e no futuro e pela selvageria transmitida por seus genitores, diante das quais a sociedade constrangida precisa se proteger. Crianças nas ruas desacompanhadas de adultos e, pior ainda, andando em grupos, são marcadas, evitadas, criminalizadas e invisibilizadas do que seria esperado de crianças “normais”, na comunicação de suas diferenças sobre suas condições de vida. Já aquelas que trabalham ou se colocam como pedintes nos sinais, o crime fica por conta da vagabundagem e da criminalização dos pais, desconsiderando e “naturalizando” a pobreza e as desigualdades estruturais para parte da população, que também é geopoliticamente situada, como mostram os dados do IBGE trabalhados no capítulo 4.

No Brasil, ainda mais, no Nordeste-Paraíba em que este trabalho se situa, podemos encontrar as “severinidades” enfrentadas na busca do “viver bem” ou da “vida boa” desde a infância, entre os mais variados sentidos vinculados aos cotidianos das vidas empobrecidas multidimensionalmente em que estas noções também circulam de modo intergeracional. A reprodução dessas perspectivas no âmbito periférico vai de encontro com o que considera Jessé Sousa (2009), quando reflete que a naturalização das desigualdades não é só de responsabilidade das instâncias governamentais, mas também são profundamente influenciadas pelos impactos liberais economicistas e hegemônicos nas mentes através da:

[...] continuação da reprodução de uma sociedade que “naturaliza” a desigualdade e aceita produzir “gente” de um lado e “subgente” de outro. Isso não é culpa apenas de governos. São os consensos sociais vigentes, dos quais todos nós participamos, que elegem os temas dignos de debate na esfera pública, assim como elegem a forma de (não) compreendê-los (SOUSA, 2009, p. 24).

Dentro disso, uma miopia pública regionalizada e uma cegueira desumanizadora e naturalizadora que classifica quem tem direito à vida, fica evidente.



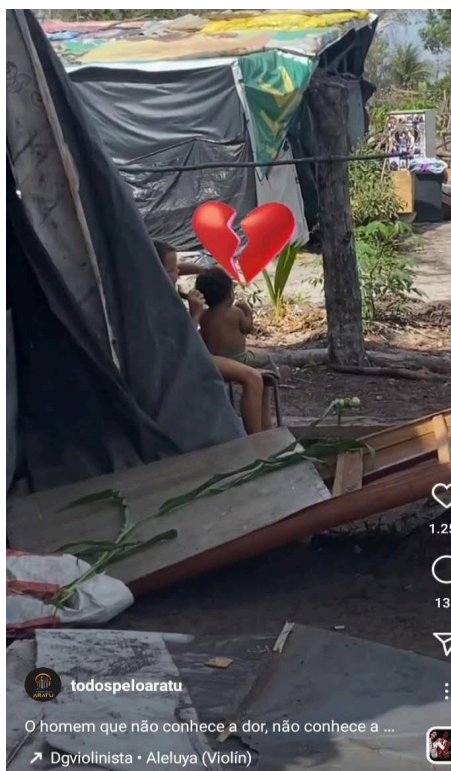


Imagem 2. Publicação no *Instagram* “Todos pelo Aratu”: desocupação da “invasão” conhecida como Dubai, nas imediações de um dos maiores bairros ao sul de João Pessoa, cuja área de mata atlântica. Print: Karla Mendonça, novembro de 2021.

Entre as classe-fixações, a infância é notada como uma categoria estruturalmente minoritária, familiarizada, paternalizada e capitalizada. Sobre a definição de infância Qvortrup (2011) coloca que:

Como forma estrutural, é conceitualmente comparável com o conceito de classe, no sentido da definição das características pelas quais os membros, por assim dizer, da infância estão organizados e pela posição da infância assinalada por outros grupos sociais mais dominantes, [...]a única questão importante é como ela se modifica, quantitativa e qualitativamente (QVORTRUP, 2011, p. 203)

Nesse sentido, com as indagações sociológicas de Qvortrup, penso que a questão da classe “toma corpo” infantil, quando esse corpo é generalizado em torno do que seria uma “subpopulação” (ALANEN, 2010) essencializada em relação a sua estrutura física e cognitiva, sobre os sentidos das dependências de renda, da domesticação, das vulnerabilidades e das sensibilidades que estão por “crescer”, homogeneizando dicotomicamente os processos em devir, em que estes e outros elementos imbricados estruturam todas as trajetórias de vidas com base nos marcadores de gênero, condição econômica, raça ou idade. Tais classificações hierárquicas, baseadas em diferenças coloniais históricas, estruturam padrões de poder como um monstro armado de administração e controle no espaço urbanizado que, sustentado

legitimado por um fundamento patriarcal, nas relações geracionais se projetam dominações tendo como base especialmente a idade (tempo de vida) que, junto aos marcadores de classe, gênero e a raça, intensificam o foco da domesticação, da tutela e da (des)apropriação das culturas e dos tempos-lugares vividos. Durante a infância que se pode reconhecer, na maioria das sociedades contemporâneas, os maiores riscos contra as existências, visto que, de todo modo, são o Estado e a família que continuam sendo os principais gestores de proteção, provisão e participação das crianças, sendo que quando se trata do contexto familiar, para os adultos e para as crianças, também podem ser encontradas condições de vida impostas por uma estrutura que os vulnerabiliza (SZULC, 2021).

Dentro do campo de estudo focado na (s) infância (s) encontramos desacordos sobre a conceitualização-categorização da infância e que, possivelmente, é por esse conflito que se debruçam apoios interdisciplinares por conta de sua complexidade vinculada à natureza, ao social, ao cultural e ao histórico. Além disso, as grandes discussões focadas sobre o reconhecimento *versus* invisibilização e o provimento *versus* participação dos agentes na infância, ainda embatem no campo dos direitos das crianças (principalmente no ambiente urbano) um jogo político desigual e negligenciador quanto ao acesso de bens e mobilidades que só podem ser vividos a partir das condicionalidades e ações dos(as) adultos/as, esteja eles/as ocupando cargos políticos ou não. Nesse quadro, persiste um impasse pelos estudos sociais da infância: a necessidade da “superação das dicotomias” em relação às infâncias, procurando, ao meu ver, tensionar as mesmas “vistas de um ponto” (as crianças em suas potências enquanto sujeitas cidadãs, ainda nas vias de serem reconhecidas nos âmbitos práticos institucionais e comuns da vida urbana) e reforçar continuamente uma exposição contrária aos sentidos “modernos e universalizantes” em relação ao conceito de infância (pluralizando-o e sustentado as especificidades das crianças), mesmo que ainda acompanhem as intenções burocráticas que influenciam as políticas que controlam as existências, mesmo que baseadas nos discursos e planos fundamentados nos direitos humanos *universais*.

Então o que se faz pelos estudos da infância contemporaneamente, em seus limites disciplinares, permeia jogos discursivos-científicos sobre as vidas em diversidades, nas potências das crianças como seres a serem investidas multidimensionalmente no presente e como co-construtoras de cultura, indo além da concepção de serem apenas “dispositivos dóceis” (FOUCAULT, 1999 [1987]). Diante disso, dificilmente estudos comparativos vão expor de modo contrastante as vidas das crianças por si mesmas, diferenciadas pela classe, gênero ou raça, apontando uma hierarquização e subalternização a partir dos privilégios e

negações de umas sobre as outras, já que isto seria “politicamente” condenável, pois a infância, enquanto grupo estrutural, deve permanecer com direitos em comum.

Alan Prout (2010) estabelece no artigo “reconsiderando a sociologia da infância” como a área dos estudos da infância se desenvolve amparada em paradoxos ao caminhar paralelamente em relação às ciências sociais. Segundo o autor, entre as dicotomias relacionadas à conceitualização de infância e as concepções de criança em que afloram as categorias teóricas mutuamente excludentes presentes na sociologia moderna, a sociologia da infância contemporânea (assim como outras disciplinas envolvidas nos estudos sociais da infância) se edifica em dubiedades como: “crianças como atores *versus* infância como estrutura social; infância como constructo social *versus* infância como natural; e infância como ser *versus* infância como devir” (PROUT, 2010, p. 734). Assim, permeando os conjuntos valorativo das ciências humanas que permeiam as atenções para a ação e estrutura; identidade e diferença; continuidade e mudança; localismo e globalismo; o sociólogo chama a atenção que persistir nesses preâmbulos limita reconhecer como se sustenta “a desestabilização e a pluralização tanto da infância quanto da idade adulta que marcam nossa época. E mais ainda, a compreender as mobilidades que as produziram” (PROUT, 2010, p. 749). Nesse mesmo texto, o autor compreende o hibridismo como solução, já que ampara a complexidade da infância por existir “em parte natural e em parte social” já que “parece claramente incômodo para a mentalidade moderna [...]”, a “preocupação em dicotomizar os fenômenos” (PROUT, 2010, p. 736).

Sobre isso, Jens Qvortrup (2010, p. 1129) com base sociológica mais estruturalista critica sobre a insistência em torno das alteridades que “a maior parte destas informações específicas não passa de ruído, que me desvia de meu objetivo principal, qual seja: focalizar a identidade da categoria infância”. Reforça sobre o encanto usual de abordar as diversidades de modo segmentado através das variáveis identitárias como idade, classe, raça e gênero, bem como o desafio de metodológico de interseccionalizar as interpretações e definições sobre a geração, atentando que ao acionar apenas um dos marcadores, desfavorece a discussão dos outros imbricados e que sua infinidade de atribuições também pode deixar um estudo pouco aprofundando sobre o que ainda à categoriza dentro do espaço social: a “ordem geracional”. Tendo o foco comparativo entre gerações, o autor levanta a questão que, de todo modo, mesmo que se “prolifere infâncias” elas se encontram combinadas de alguma forma por estarem estruturalmente diferenciadas a partir do que se concebe “adulto”. Desse modo ressalta que a “infância como categoria não se dissolve porque existe uma pluralidade de infâncias; ao contrário, confirma-se por meio destas” (QVORTRUP, 2010, p. 1132-1133).

Assim, dentro de uma perspectiva relacional, todas as categorias geracionais estão expostas às mesmas estruturas externas, ainda que os impactos em suas vidas sejam de diferentes intensidades e forças. Para Leena Alanen (2014, p. 42), argumentando como a sociologia da infância pula entre as polaridades do micro cotidiano das crianças e as macroanálises sobre os elementos estruturais para “defini-la”, observa que para “transcender tais polaridades”, a perspectiva relacional de Bourdieu pode colaborar em “deslocar de seu modo substancialista mais usual de pensar para um modo relacional” no encontro com a (re) conceitualização de geração. É interessante como redimensiona a discussão sobre campo de Bourdieu (espaço social estruturado por relações de dominação), retomando que nem sempre os seres se posicionam como agentes (daqueles que produzem efeitos no campo), mas também como atores, e isso vale para todas as gerações. Para a socióloga finlandesa:

Pensar relacionalmente significa, [...] afastar-se do pensamento "substancialista" que começa a partir de entidades categóricas socialmente pré-definidas (como “crianças” x “adultos”); em contraste, o pensamento relacional centra-se sobre as relações e os sistemas de relações que geram e naturalizam as categorias sociais observáveis (como por exemplo, as "crianças") (ALANEN, 2014, p. 43).

Posto isso, dentro de um trabalho que se propõe nas variabilidades que convergem com a metáfora do “Sul-global”, ainda é importante reverter, como Lúcia Rabello de Castro (2020) aponta, o entendimento do local como subordinado ao global (ESCOBAR, 2005), contribuindo com percepções sobre os fatores locais que incidem nas vidas das crianças em relação às suas condições e experiências. No entanto, se faz importante ponderar que reforçar marcas que as relações capitalistas produzem e assim limitar os aspectos dos contextos empobrecidos que podem criar uma imagem de uma infância baseada nas faltas, em contradição a uma “infância ideal”, não contribuiria com a reflexão sobre as condições de vida na infância enquanto categoria estrutural. A autora critica o fato de que:

Outras infâncias que não se conformam com a representação infantil onipresente do Norte Global emergem de pesquisas no Sul (Holt e Holloway, 2006). Assim, acredita-se que a criança localizada no longínquo 'Sul Global' desempenhe um papel significativo em trazer diferenças corporais e particularidades para uma visão tão universalizada da criança. Nesse contexto, uma pluralidade de infâncias, em termos de diversidade cultural, torna-se conspicuamente destacada, porém, encarnada por formas periféricas de infância e subjetividades infantis (RABELLO, 2020, p.50, tradução minha).

Dentro da problemática, Afua Twum-Danso Imoh (2016) ao se referir às infâncias em África Subsaariana, reconhece que tal pluralização cria infâncias em diferenças identitárias norte-sul e classifica estruturalmente as práticas locais em noções hegemônicas do que se compreende como pobreza, como trabalho infantil e outras variantes atreladas às faltas,

fornecendo apenas “insights parciais”. Sobre os direitos e deveres existenciais, nos encontros de suas multiplicidades pelo sistema-mundo (CASTRO-GÓMEZ, 2005), o autor reforça a importância do encontro das semelhanças nas experiências da infância tendo-as também como “nosso ponto de partida”, encontrando os pontos de convergência e não somente aqueles baseados nas diferenças ou dissonâncias.

Assim, dentre as inspirações teóricas e ao encontrar metodologicamente caminhos com as crianças, reflito sobre a infância enquanto categoria estrutural no território das vivências, ou seja, na ecologia das práticas a partir/com/no corpo em movimentos expansivos, limitados e adaptativos nas naturezas dos lugares de suas con-vivências. Desse modo, é que durante a infância, enquanto trajetória de vida e prática social, relacionalmente (BOURDIEU, 1996; LAHIRE, 2013) ocupam-se processos de incorporação do social através das ações via aprendizagens nas práticas coletivas, criando assim disposições enraizadas e atualizadas no território vivido. Percebendo que “não há território e corpo mais disputado do que a da criança para atribuir-lhe uma essência” (ABRAMOWICZ, 2018, p. 381), ao adotar por vezes a escrita “infância(s)” é por considerar como tal significação habita na fronteira entre o plural e o singular até mesmo nas concepções mais íntimas do senso-comum. São tais imaginações que informam as ações voltadas às crianças e como as crianças atuam desde este lugar, seja em sua ocupação, expansão ou negação (COHN, 2013), que puderam inclusive ser entendidas neste trabalho enquanto comunitárias, em coalizão junto às outras gerações e “seres outros que humanos” (FLEURY et al, 2014).

A questão de pensar infância(s) na ecologia das práticas, foi embalada pelo trabalho de Delmy Tania Cruz Hernández (2016) quando traz uma concepção “ecofeminista” dentro de uma epistemologia latino-americana e caribenha, tratando de uma percepção relacional do comunitário como forma de vida em distintas escalas, na qual podemos vislumbrar a dimensão micro do corpo enquanto primeiro lugar histórico de luta. Nesse ponto, dialoga com Milton Santos (2006, p. 218) sobre as interdependências que compreendem as relações domésticas e de vizinhança, na cotidianidade dos âmbitos do (não) urbano em diálogo local-global, em que o lugar, em termos de coexistência, é o “quadro de referência pragmática ao mundo”, entre os “teatros” de nossos afetos e a re-criação de nossos improvisos e espontaneidades criativas em comunicação. A antropóloga feminista citada anteriormente observa o seguinte:

[...] No obstante, consideramos que el cuerpo femeninos y otrxs cuerpos disidentes son la plasmación de muchas otras escalas de opresiones, de resistencias: familia, plaza pública, comunidad, barrio, organización social, territorio indígena, etc. La relación entre el cuerpo y estas otras escalas genera una potente dialéctica entre nuestra existencia y las relaciones que la unen a los territorios que habitamos (HERNÁNDEZ, 2016, p. 11).

No entanto, como Milton Santos e Hernández tratam de modo dialético tais considerações sobre o corpo e o lugar como território habitado, dentro da abordagem aqui considerada em âmbito ecológico, prefiro tratar da(s) infância(s) nos vínculos da con-vivências de modo mais compositivo e solidário-afetivo, junto as justaposições das forças e poderes que as trançam. Mesmo que a imagem de infância pode ser edificada junto a imposição de fronteiras, culturalizações, políticas e forças linguísticas, assim como as disputas de território que se (des)cristalizam de formas estratégicas entre ameaças, privilégios e até cuidados a partir das (des)crenças humanas (ALBUQUERQUE Jr, 2011), tais vínculos não se fundem e nem se anulam ao ativarem-se, mas se “necessitam” para o/no conviver. É como uma “cumieira” na junção das “águas” de um telhado que se encontram, mas ainda deixam brechas para que passem os ventos das mudanças. Tratando-se da dialética ser uma performance filosófica que pressupõe fronteiras entre uma coisa e outra (como adulto e criança), nessa perspectiva ecológica de infância(s) entoo o que habita **na** fronteira relacional, onde se re-criam experiências de (r)existências de um **com** o/a outro(a), sem a significação híbrida ou fundida sobre o incorporado, nem mesmo em pólos separados, mas em coalizão (LUGONES, 2014). Aponto que o sentido de (r)existir enlaçado neste trabalho, perpassa sobre o permanecer atento, encontrar alianças e “criar” meios de viver (bem) nas localidades dentre as vulnerabilidades dos marcadores sociais imbricados, os quais se fazem presentes dentre as análises neste trabalho, mas não sobre o que implica as diferenças e as desigualdades entre a(s) infância(s).

Em vias de um caminho para a/da sociologia em diálogo com os estudos sociais da infância no Brasil, bem como junto as contribuições das teorias do feminismo e do feminismo negro com a sociologia geral, sigo com Leeana Alanen et al (2017) de modo desafiador, integrativo, relacional e esperançoso que:

[...] as ricas e multifacetadas pesquisas empíricas sobre a infância irão ajudar a fornecer não apenas críticas, mas também intervenções enérgicas na sociologia convencional que vão ajudar na integração da peça faltante da infância, dentro daquilo que nós concebemos como a disciplina de sociologia (ALANEN et al, 2017, p. 09).

E nesse sentido, o diálogo aqui plurinarrado não se faz em pontes *entre* linguagens diferentes e nem apenas por navegações *com* linguagens e vivências singulares, me colocando em posição de “porta-voz” e tradutora emancipatória, mas na contribuição mediadora-confluyente empenhada na tarefa de narrar o tempo-lugar socialmente compreendidos em diálogo. Assim, procurando habitar nas fronteiras geracionais e nos demais forças que as vidas envolvidas nesta pesquisa estão imbricadas, estruturam e impulsionam as diferenças entre nós, trago o esforço por trançar esta proposição que convergiu por sinergias vivenciadas.

### III. Cultivando a pesquisa: existe infância boa?

A percepção de “infância boa” foi compartilhada algumas vezes por parte das adultas (mães e avós) sobre a vida das crianças (filhos/as e netos/as) ao serem perguntadas como estavam as suas vidas no contexto dos anos 2021-2022 (período pandêmico). As mulheres, com as quais conversei inicialmente, para poder dialogar com as crianças após o consentimento sobre o teor desta pesquisa, pareciam vincular esta noção às possibilidades das crianças viverem com segurança, “ter comida” e “ter espaço” para brincar no local da casa e da vizinhança. Desse modo, percorri o caminho de compreender a complexidade dentro dos significados de infância e de “infância boa” durante e após o período pandêmico (2020-2022), em que nacionalmente se discutiam e se mobilizavam angústias em relação ao provimento e ao investimento de subsídios e assistências às famílias mais pobres por parte do governo o qual diante da realidade enfrentada pela população, que se deparava com o medo da morte e com as dores da fome de frente, desmontava políticas sociais e colocava obstáculos demorados a seus acessos, mesmo diante da urgência por amenizar a perda da renda por conta do desemprego. Segundo Neri (2021), “os principais perdedores foram os moradores da região Nordeste (-11,4% de perda de renda contra -8,86% do Sul, por exemplo); as mulheres que tiveram jornada dupla de cuidado das crianças em casa (-10,35% de perda contra -8,4% dos homens)”<sup>4</sup>.

Tal desconforto, “assistido” de casa, instigou por refletir sobre como tal realidade era sentida nas práticas com as crianças por entre as ocupações no território litorâneo ao leste-sul de João Pessoa, visto “de fora” como locais de escassos investimentos econômicos, políticos, culturais e sociais, e “naturalmente” “às costas” dos direitos aos bens públicos, mesmo antes do período pandêmico. Assim que, para compreender o (a) colhido, a partir e durante a pesquisa nas localidades, algumas pré-noções foram remexidas.

As questões que envolvem as condições de vida das crianças em situação de pobreza a anos entoam discussões sociológicas sobre o sul e a partir do Sul-Global, no que se discute sobre a privação e a constituição de políticas sociais que garantam direitos, participação e cidadania desde a infância, assunto que, principalmente no ambiente urbano, ganha tons denunciativos sobre as situações de marginalidade intensificada pelo abandono das principais instituições identificadas como responsáveis por seu provimento e proteção (Estado e família). Dentro desta problemática, ao encontrar as percepções de “infância boa” por entre as

---

<sup>4</sup> Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia | Centro de Políticas Sociais. Disponível em: <https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>. Acesso em: abril de 2022.

participantes desta pesquisa, vislumbro primeiramente as noções de “vida boa”, “viver bem” e “bem-estar” de modo desconfiado. Ao vincular principalmente esta última noção à infância, já que a primeira parecia entoar muito mais a situação financeira e a segunda algo mais algo relacionado às práticas de cuidado com a saúde, as publicações nacionais preocupadas com o impacto nas práticas por conta das condições de vida das crianças através da palavra “bem-estar”, se mostraram limitadas, salvo as bases dos estudos psicológicos que envolvem indicadores sociais associados à escola e à família que, como comumente se indica, são as principais influenciadoras do “bem-estar subjetivo”<sup>5</sup> das crianças.

Desse modo, pensar que para viver uma “infância boa” teria ligação com a noção de “bem-estar”, quando operada nos sentidos de reconhecimento universal dos direitos sociais das crianças para uma vida digna com qualidade, poderia inferir uma impossibilidade para as vidas “pobres” e fecharia o ciclo empírico-interpretativo. Como demonstração, abaixo cito alguns tópicos encontrados em documentos e leis de importância global-nacional, que apontam ideais de justiça que permeiam atenção à saúde (física-psicológica), às instituições públicas enquanto fontes de acesso aos direitos sociais, aos equipamentos organizados na cidade e até ao mercado, como fatores indicativos no âmbito público para que se viva “bem”. Além deles, em se tratando das crianças, o CDC (CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA), o ECA (Estatuto da Criança e do adolescente) e os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) apontam que o plano para o “bem-estar” de uma sociedade deve priorizar a vida desde a infância, compromisso este que abrange erradicar a pobreza e oferecer condições de acesso à saúde, segurança alimentar, educação, lazer, saneamento, água, moradia, informação e proteção:

1. Organização Mundial da Saúde (1947):  
Saúde é o estado de completo **bem-estar** físico, mental e social e não apenas a ausência de doença.
2. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988):  
Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo **o bem-estar** e a justiça sociais.

---

<sup>5</sup> O estudo qualitativo “Bem-estar na infância e fatores psicossociais associados”, foi realizado pelo Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária em 2006 com crianças do Rio Grande do Sul vinculadas à escolas públicas, privadas e a abrigos. A pesquisa aplicou questionários cujas respostas foram classificadas dentro de tais temáticas: satisfação com a família e o lar, com aspectos materiais, com os relacionamentos interpessoais (amigos e outras pessoas), com o bairro, com a escola, com o uso do tempo livre e aspectos pessoais. Também são apresentadas as percepções das crianças acerca de seus direitos, sobre sua relação com o meio-ambiente, suas atitudes ecológicas e aspectos relacionados à sua religiosidade (SARRIERA et al, 2014). Disponível em : [https://www.researchgate.net/profile/Fabiane-Schuetz-2/publication/315613837\\_Bem-Estar\\_Infantil\\_e\\_aspectos\\_psicossociais\\_associados/links/58d56059aca2727e5ea9a57c/Bem-Estar-Infantil-e-aspectos-psicossociais-associados.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Fabiane-Schuetz-2/publication/315613837_Bem-Estar_Infantil_e_aspectos_psicossociais_associados/links/58d56059aca2727e5ea9a57c/Bem-Estar-Infantil-e-aspectos-psicossociais-associados.pdf)



Art. 219. **O mercado interno** integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, **o bem-estar** da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.

Art. 182. **A política de desenvolvimento urbano**, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir **o bem-estar** de seus habitantes (Regulamento) (CFB, Lei nº 13.311, de 11 de julho de 2016, grifo meu, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)).

3. CDC: CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA (1990): **Convencidos de que a família**, como grupo fundamental da sociedade e **ambiente natural** para o crescimento e **o bem-estar** de todos os seus membros e, em particular, das crianças, deve receber a proteção e a assistência necessárias **para poder assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade**; Reconhecendo que a criança, **para o pleno e harmonioso desenvolvimento de sua personalidade**, deve crescer no seio da família, em um ambiente de **felicidade**, amor e compreensão;[...] (CDC, 1989, grifo meu).

4. ECA: Estatuto da Criança e do adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990):

Art. 7º A criança e o adolescente **têm direito à proteção, à vida e à saúde**, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em **condições dignas de existência**. (BRASIL, 1990, grifo meu).

5. ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo 1. **Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares**; [...] 1.2. Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

Objetivo 3. Assegurar **uma vida saudável e promover o bem-estar** para todas e todos, em todas as idades: 3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos; 3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos (ODS, 2018).

Ao levantar estatísticas e avaliações mais atuais a respeito das condições de vida na infância e quais medidas estariam promovendo seu “bem-estar”, parâmetros universais com enfoque nos direitos e no enfrentamento da pobreza, a partir dos planos e acordos traçados na ONU (Organização das Nações Unidas) junto aos Estados e no estipulado pelas ODS e o CDC são a base principal destas pesquisas. Visto que “Onze dos 17 ODS têm relação direta com os direitos das crianças e dos adolescentes, o que indica que a garantia do bem-estar infantil é uma condição essencial para o cumprimento da Agenda 2030” (UNICEF, 2018)<sup>6</sup>, principalmente no que se refere a erradicação da pobreza, ao considerar desenvolver e implementar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

---

<sup>6</sup> Sobre isso, as seguintes iniciativas trazem relatórios, discussões e pesquisas sobre as condições de vida e bem-estar das crianças: FUNDAÇÃO ABRINQ, A Criança e o Adolescente nos ODS- Marco zero dos principais indicadores brasileiros: ODS 1, 2, 3 e 5 (2017); UNICEF, Relatório anual UNICEF-Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil (2018).

da Agenda no Brasil, os estudos sobre o “bem-estar” na infância revisitam o dilema das desigualdades monetárias e não-monetárias, ou seja, continua-se apontando como o país ainda caminha na contramão desse direcionamento (UNICEF, 2018). Segundo a pesquisa do INESC<sup>7</sup> (2020), as políticas de proteção à criança foram extintas no governo Bolsonaro (2019-2022) e aponta o déficit nos investimentos de planos direcionados à infância, indicando para os governos seguintes, uma lentidão para sua reestruturação:

[...] Na organização orçamentária, em que se classificam as funções e programas de governo, a caracterização mais ampla das despesas com crianças e adolescentes é a da subfunção [...] Em 2019, foram autorizados R\$ 686,36 milhões para esta subfunção e o total de despesa paga foi de apenas R\$ 339,04 milhões, o que significa menos da metade do total previsto (INESC, 2020, p.111).

Enquanto conceito sociológico, “bem-estar” é trabalhado em torno da discussão sobre o “Estado de bem-estar social” (welfare state) abrangendo geralmente perspectivas eurocêntricas/universalistas que discutem, dentre algumas questões, as análises em torno dos regimes de bem-estar social, as mudanças históricas nas políticas de proteção social, a lógica desenvolvimentista como fundamento das políticas sociais e sobre o “sucateamento” dos serviços de proteção social, como no contexto brasileiro, devido ao projeto neoliberal e da lógica economicista sobre os direitos sociais (MACHADO, 2020; LIRA, 2020). No âmbito da sociologia da infância em países como o Brasil, Argentina, Colômbia, Peru e Chile, a tese de Monica Voltarelli (2017) revela publicações que acionam a noção de modo mais abrangente envolvendo principalmente as discussões sobre os direitos das crianças.

Outros trabalhos sobre “bem-estar” nos “centros” europeus realizados por autores/as como Manuel Sarmiento (2012), Manuela Ferreira et al (2008), Magda Nico e Nuno de Almeida Alves (2017), Jens Qvortrup (2011), Leena Alanen (2010) e Lourdes Gaitán Muñoz (2006) foram desenvolvidos com base em preocupações sobre a infância europeia, os quais podemos considerar em certa distância em relação ao contexto histórico e geopolítico brasileiro (com possíveis consonâncias), vivendo ainda em colonial(idades). Contudo, tais estudos percebem como a problemática se encontra(va) reconhecida e reproduzida por noções universalistas e adultocêntricas, anunciando que as crianças com seus pares através de suas “vozes”, mesmo que em parceria de adultos/os nas relações familiares e de outras instituições, podem contribuir com outros sentidos do conceito e caminhos alternativos da efetivação dos direitos pensados no âmbito das políticas sociais. Destacam nessa proposta, que as crianças são “perfeitamente capazes de situar as causas da desigualdade do bem-estar em diferentes pontos naquilo que

---

<sup>7</sup> Instituto de Estudos Socioeconômicos. **O Brasil com baixa imunidade**. Balanço do Orçamento Geral da União 2019. Brasília, abril de 2020.

poderia ser encarado como uma escala *entre* estrutura e agência” (NICO; ALVES, 2017, p. 103, grifo meu).

No entanto, os autores portugueses, como Manuel Sarmento, estabelecem percepções, análises e classificações relacionadas ao “bem-estar” e/como direito à cidadania na infância (nos textos acessíveis em buscas *on-line*) dentro de uma abordagem mais categorial, segmentando e abstraindo um “sistema” de direitos por vezes subjetivos e outras estruturalmente institucionais, ou seja, estabelecendo fronteiras. Em alguns pontos, essas discussões aparecem de forma paralela e envidraçada separadamente, pela brecha deixada por teorias clássicas “norteadoras” que igualmente os debatem desse modo, geralmente sem a dimensão empírica.

“Bem-estar” como estudo relacionado às crianças, desse modo, pode estar sombreado na sociologia da infância e nos estudos da infância, possivelmente pelas críticas desconstrucionistas empenhadas em quebrar as barreiras epistêmicas e sociais do que Qvortrup (2011) indica sobre a “familiarização” das crianças, a qual denuncia exatamente que o bem-estar das crianças é de responsabilidade privadamente parental e que, pensando em nível de Brasil, a sociedade não se vê “naturalmente” obrigada a ser responsável por intervir com “investimentos” e “engajamentos” em suas condições de vida, apesar dos avanços de políticas como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que se propõe a garantir estruturalmente direitos e provisões independentemente das condições de classe. A “família”, dentro desta questão, se faz como a principal problemática para as considerações sobre o reconhecimento da infância enquanto geração de direitos singulares e serem pensadas dentro do que se almeja pelos direitos humanos universais, já que dentro das políticas redistributivas “temporárias” criadas para o combate à pobreza, se alcança geralmente de modo parcial as crianças por conta da condição de vida tutelada (GAITÁN, 2006).

Para as crianças que vivem em condições de (extrema) pobreza nas terras afropindorâmicas (SANTOS, 2015), a questão permanece “naturalizada” por responsabilizar as famílias avaliadas como desestruturadas. O “comum” é deixar a cargo das ações solidárias de Ong’s, de organizações informais e de instituições religiosas o preenchimento das lacunas deixadas pelo Estado em torno das sobrevivências, devido a escassez de projetos sociais em nível governamental direcionados às especificidades da(s) infância(s), a não ser quando há comoção e mobilização em torno da “justiça” pelas situações de violência extrema vividas pelas crianças (com recorte étnico-racial e de classe), com as ações jurídicas (com negligências profundas)<sup>8</sup> em relação ao julgamento (muitas das vezes contraditórios) de seus agressores e abusadores, e também através de ações punitivas e encarceradoras quando elas próprias se encontram em situação de criminalidade enquanto “menor”.

A maioria das crianças participantes no período desta pesquisa estavam convivendo

em espaços ocupados e lugares construídos a partir de uma trança familiar de parentescos e vizinhanças com rendas de no máximo até um salário mínimo, compartilhada geralmente com mais de 3 pessoas na mesma casa, e ainda encontra(va)m-se beneficiárias (em sua maioria) de políticas sociais ainda em vigor durante a pandemia como o Bolsa Família (Auxílio Brasil) e o Auxílio emergencial, além de apoio de doações pelas redes solidárias que adentram as localidades. Nesse contexto, a vida em família era considerada no “aperto”, como a maioria das mulheres indicou sobre o cotidiano doméstico. É como seguem os dados do UNICEF (2022):

Antes mesmo da pandemia de covid-19, a pobreza na infância e na adolescência, em suas múltiplas dimensões, já alcançava seis em cada dez crianças e adolescentes de até 17 anos no País. Em números absolutos, eram cerca de 32 milhões de meninos e meninas, do total de 50,8 milhões, segundo análise do UNICEF com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) de 2019. Esse número é equivalente a pouco mais que a soma do total de habitantes das sete cidades mais populosas do Brasil (UNICEF, 2022, p.01).

Entretanto, dentro da perspectiva multidimensional da pobreza, as condições de vida na infância não podem ser definidas somente a partir dos déficits dos indicadores de renda, mas que em condições diversificadas das áreas urbanas e rurais, de modo complexo, envolve a “saúde, educação, habitação, direitos econômicos e sociais, igualdade entre os sexos, participação econômica e política, liberdades políticas etc., [...] em que as diversas carências e fatores socioeconômicos a ele associados estão inter-relacionados” (CODES, 2008, p. 24) e influem no que se pode ser considerado “bem-estar”. Nesse contexto, pensar o que seria uma “infância boa” como condição inexistente a qualquer parcela (pobre) da população no Brasil e como fator destinado à responsabilidade familiar e da vida doméstica, pode desviar as atenções para as falhas das ações governamentais e jurídicas de modo igualmente importantes, e além

---

<sup>8</sup> “Eu me sentia um nada, porque eu não podia tomar uma decisão pela vida da minha filha, pela vida, pela ida dela para casa”, disse a mãe da menina de 11 anos que foi estuprada e chegou a ter o aborto negado pela Justiça. “Eu não fui ouvida”. Esse é um trecho da reportagem do Correio Brasiliense, que retrata na chamada a angústia da mãe diante da posse da filha pela “lei” em Santa Catarina. O caso repercutiu pelo país quando vasou o vídeo em que a Juíza do caso tentou convencer a criança, na ausência da mãe, para não fazer o aborto e que “aguentasse mais umas semanas”, decidindo assim, a permanência da menina em um abrigo com o discurso de protegê-la do agressor. Nos dias que se seguiram a desembargadora do Estado Cláudia Lambert de Faria, concedeu que a criança voltasse para casa e que se cumprisse a lei (OMS) que assegura interromper a gestação quando em caso de estupro.  
(<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/06/5018327-me-sentia-um-nada-diz-mae-de-menina-de-11-anos-que-teve-aborto-negado.html>).

disso passar despercebido como os capitais, seja financeiro, social ou cultural, influenciam as condicionalidades para a provisão desta (não) experiência através das práticas sociais.

Desse modo, como tratar das práticas para viver bem na infância com/a partir/sobre vidas oprimidas, em que as faltas e das disputas aos acessos aos bens comandam as práticas e marcam as consciências cotidianas de “humilhação e mal-estar social como sua experiência” (SOUZA, 2006, p. 11)? Nesse âmbito, **o problema que ritma esta tese é: como as noções hegemônicas de “viver bem”, “bem-estar” e “vida boa” na/para a(s) infância(s) se (des)vinculam das noções de viver uma “infância boa”, situadas no lugar e nas condições que as práticas são estruturadas, adaptadas e investidas no enfrentamento do empobrecimento das con-vivências, levando-se em conta a multidimensionalidade da pobreza?** Junto a essa questão central, busca-se perceber quais/como as con-vivências das crianças, nas comunalidades e variações, são entendidas como geradoras de “bens”, dentro de um “estar-sendo” movimentado em caminhos de (des)confortos e (des)afetos incorporados no sanar das necessidades cotidianas. Atentou-se como são comunicadas e re-criadas inter, intra e co-geracionalmente dentro do contexto familiar, as “lutas” pelas/das “boas práticas”, tendo em vista que não se pode negar a existência de uma hierarquia valorativa emaranhada nestes processos.

A nostalgia dos “milagres técnicos” em apagamento dos “vestígios sobre a terra” que Walter Benjamin ([1933] 2012) aponta como o trabalho ofuscante da modernidade no século XX, em relação a imperativa urbanização, pressupõe que as sabedorias passíveis de transmissão por dentro dos rastros culturais da existência e por dentre os erros das gerações anteriores, ensinadas através das “autoridades da velhice”, dá lugar a uma geração contemporânea permeada pela pobreza de experiências, principalmente por dentro dos muros de capitais privilegiados, cujo objetivo se faz por uma interminável “perspectiva de meios” para “uma existência que se basta a si mesmo, [...] do modo mais simples e mais cômodo”. Esta concepção parece atingir algumas discussões que acionam dispositivos para que as práticas resgatem os (des)encontros comunicativos intergeracionais que possam acompanhar as crianças em seu crescer, reabrindo a espaços de con-vivências para além das paredes e que retomem o direito à alegria (TIRIBA; PROFICE, 2019) mesmo que em espaços institucionais e nas possibilidades do que se pode vivenciar “para fora” deles.

Pelas (in)quietações às vistas dessa “nova barbárie”, refletida por Walter Benjamin, sobre as tenacidades da “vida boa” “nascida naturalmente” por quem é favorecido financeiramente e da crença em torno do afastamento por se “viver bem” por quem sobrevive nos reveses das imposições consumistas e individualistas da “cultura de vidro” (BENJAMIN,

[1933] 2012), cabe na proposta de repensar “infância boa”, para além/com as objetividades capitalistas, expandir sobre o que se aciona contra o empobrecimento das práticas na infância e nas demais gerações que a acompanha, considerando as condições econômicas de vida (capitalistas e não-capitalistas). Nas lutas amarradas pelos processos de ocupação e por direito à moradia, vividas nas fronteiras das crises de uma “modernidade-periférica” (SOUZA, 2006), o movimento engajado neste trabalho se mobiliza por tratar das nuances narradas pelas (r)existências no lugar e como as franjas do sistema-mundo patriarcal/capitalista/moderno-colonial-euroamericano (DUSSEL, 2000; GROSGOUEL, 2010) se manifestam em práticas, é rearticulada, enfrentada e adaptada desde a infância e com quem a/se “cria”.

#### IV. Os brotos nascidos pela tese

Partindo da ideia de que “viver infâncias pobres é atravessar os caminhos em condições de subcidadania” (SOUZA, 2009) nas escalas complexas das vidas “às costas” do desenvolvimentismo urbano, **sigu com a semente propositiva “infância boa”** re-significada em uma pesquisa atenciosa e atenta com as crianças no lugar de suas con-vivências. A citação de Leena Alanen (2010) a seguir pode ser transposta à proposta deste trabalho, sendo que onde ler-se “bem-estar” propõem-se “infância boa”:

A Sociologia da Infância oferece claramente um referencial para os estudos sobre o bem-estar das crianças [...] exige a observação e medição – e não somente a teorização abstrata – de realidades sistêmicas e dinâmicas, como as estruturas e os processos geracionais, bem como dos processos pelos quais os significados de bem-estar são produzidos e aplicados [...] (ALANEN, 2010, p. 770).

As concepções “capitalocêntricas” (ESCOBAR, 2005) de “bem-estar”, “viver bem” e “vida boa” flutuantes pelas dicotomias “modernas” de centros e periferias, nortes e suís, naturezas e culturas, atrasos e desenvolvimentos, podem ser ressignificadas nas frestas das fronteiras dicotômicas ao trabalhar com os sentidos de “infância boa”, no encontro de lógicas econômicas que abrangem noções não-capitalistas emaranhadas às práticas na infância nas relações inter, intra e co-geracionais. Segundo Lúcia Rabello de Castro (2020):

A divisão entre Norte e Sul acarreta características mais complexas, ao invés de simplesmente fatores econômicos, tomados como níveis de renda e indicadores de padrão de condições de vida. Na verdade, os grupos sociais têm suas próprias maneiras particulares de considerar em que deve consistir seu bem-estar, essas definições sendo enredadas em valores culturais, legados passados, disponibilidade de recursos e visões normativas do futuro, faz comparações sobre riqueza e pobreza entre regiões do mundo muito mais complexas do que apenas a contabilização dos efeitos sobre o nível de renda (CASTRO, 2020, p. 56, tradução minha).

Neste movimento, reflito o que traz Laura Collin Harguindeguy (2016, p.8) que, mesmo não discutindo sobre infância, atenta a possibilidade de pensar a partir de uma “Teoria das necessidades” baseada em Boltvinik (2007). A autora aponta a discutível associação de bem-estar ao consumismo, e instiga a renovação de outros caminhos para pensar o que seriam as condições qualitativas de vida que transpassam às relações mercadológicas e a concepção sobre as pessoas enquanto consumidores. Dentro da crítica, reflete que as necessidades humanas:

“[...] no se limitan a las materiales, sino que incluyen con igual importancia a las necesidades cognitivas, emocionales y de desarrollo (Boltvinik, 2007) [...] Boltvinik propone una nueva mirada de la riqueza como desarrollo de capacidades y necesidades humanas (idem)” (HARGUINDEGUY, 2016, p.8)

São nestes encontros que as vivências desta tese ressoam, atravessando análises sobre tal complexidade a partir dos estudos sociais da infância com contribuições com as epistemologias do sul e do feminismo negro (especialmente), de modo que reflete as políticas cotidianas (outras) nos âmbitos da provisão, participação e proteção engajadas no “comum” e integradas às noções de “luta” para melhores condições de vida no presente-futuro das crianças junto a seus afetos.

Tendo em vista, o vivido das crises imperadas pelo projeto patriarcal capitalista e racista, enquanto um sistema “contínuo de dominação masculina” que “atravessou os tempos e as transformações sociais, políticas e demográficas” (MATOS; PARADIS, 2014, p.68) empobrecendo territórios, naturezas e gentes, e diante da urgência de experiências mais ecológicas em privilegiar a vida, é que a noção de “infância boa” é trabalhada através da discussão sobre as práticas sociais entendidas tanto em “lutas” por sobrevivências, que dão conta das existências através de bens materiais e simbólicos conquistados, mas também pelas práticas das “super-vivências” significadas como vivências de contentamento, mesmo por entre os limites da renda. Dessa forma, esta tese é energizada por uma narrativa multiversa, baseada nas vivências encontradas e vivenciadas pelas crianças com seus afetos no ambiente doméstico e familiar, ocupado principalmente por elas e pelas mulheres, e que se fez concebido nas nuances de “uma figura material” organizada e julgada “como o meio mais próximo da criança” e que “tende a se tornar, para ela, um espaço imediato de sobrevivência e de evolução” (FOUCAULT, 2000, p. 110).

Dentro desta abordagem relacional e no contexto geracional em diálogo, por entre as dissonâncias e consonâncias das idades revividas em afetos, é que as crianças contribuem com a sinergia de recriar, nos caminhos de minhas objetivações, as contribuições para as análises dinamicamente banhadas pelos sentidos atribuídos sobre as vivências de uma “infância boa”.

Assim, **parto da hipótese (JESUS, 2019) de que são nas con-vivências inter, intra e co-geracionalmente trançadas que se constroem (r)existências criativas para se viver uma “infância boa” e desse modo, em um contexto complexo e multidimensionalmente (des)valorado pelas vulnerabilidades da(s) pobreza(s), as trocas econômicas podem ir além do/com o capital financeiro.**

Como as vivências são as condutoras para perceber o que se trançam nestas localidades, é importante ressaltar que os marcadores que incidem sobre as vidas das crianças participantes desta pesquisa, são percebidos de forma mediada pelas narrativas (a) colhidas na prática empírica e ressignificadas junto às teorias que apoiam esta proposição. Sobre isso, na dimensão das discussões epistemológicas do Sul a partir do Sul, os marcadores sociais enquanto mediadores, contribuí para transitar dialogicamente nesta discussão, de modo que:

[...] categorias como as de raça, de patriarcalismo, de meio ambiente, de sexualidade, de consumo são ressignificadas permanentemente de acordo com as exigências da crítica teórica, por um lado, e das particularidades dos casos estudados, por outro. Também é de se salientar não haver entre estes marcadores uma hierarquia cognitiva ou moral que justifique a superioridade de uma sobre as demais como o fizeram as abordagens utilitaristas modernas, tanto na sua versão liberal como naquela marxista. [...] Logo, é possível entender que elas refletem processos cognitivos, estéticos, morais, políticos e econômicos diversos que merecem ser analisados de forma interativa de acordo com as exigências do objeto da pesquisa (MARTINS; BENZAQUEN, 2017, p. 25).

Dito isso, esta pesquisa não trata de infância pobre, infância **na** pobreza ou apresenta uma “outra” infância que “vive bem” nos limites da renda. Proponho nesta tese, reflexões sobre a infância em condições de uma vida “apertada”, ou seja, reconhecida pela pobreza de renda e tendo o lugar da família, das moradias e das naturezas das ocupações (fazer e espaços), construídas e recriadas como fontes que contribuem (ou não) com vivências entoadas como “infância boa”, mesmo que envolvida em “lutas” e (r)existências por sobre/super-vivências. Aponta-se ainda que dentre os marcadores ressaltados nas narrativas, a condição de classe, gênero e idade mostram-se em maior evidência, porém o marcador da raça não poderia passar despercebido no processo analítico-interpretativo sentido durante esta experiência, mesmo que eclipsado pelo fato de ser uma pesquisa no ambiente doméstico e que essa diferença não se faz um fator crítico nas relações.

Visto que os caminhos das reflexões neste trabalho, seguem o acolhimento de que estas práticas de (r)existência estão trançadas às condições econômicas, culturais e sociais nas dinâmicas da natureza do lugar, de modo relacional, tanto pelas pessoas de todas as gerações, como por seres outros que humanos, é assim que esta experiência se movimenta por dentro dos impasses da abordagem microsociológica, intencionada a compreender as sensibilidades das estruturas sociais em ambientes de pequena escala (MILLS, 1972).



Enquanto uma pesquisa qualitativa, de inspirações etnográficas e cartográficas, esta tese foi realizada em **“Em trânsito: (Des)encontros pelas vivências teórico-metodológicas” (capítulo 1)**. No desafio por compreender os sentidos de “infância boa”, cunhou uma abordagem participante e participativa através das escutas-observantes, dos mapas vivenciais, desenhos, fotos e outras artes das/nas práticas cotidianas que foram possíveis de serem presenciadas junto as vidas participantes desta pesquisa, a partir das quais, através dos (a) acolhidos pelas “janelas enunciativas”, brotaram as “vinhetas narrativas” que colaboram com as interpretações e as análises sobre as práticas das crianças em seus vínculos locais. Destarte, este processo metodológico com preocupação ética e performática dos métodos, bem como a estética apresentada e incorporada, teve que se adequar à minha vida durante este período e às vidas participantes da pesquisa “de maneira que o sentido de responsabilidade” se elevasse ao máximo (LUGONES, 2014, p. 950).

**“ÀS COSTAS” DA CIDADE: As composições de João Pessoa (PB) e as (des) ocupações no território leste-sul litorâneo**”, como se intitula o **capítulo 2**, parte das composições históricas e sociogeográficas da capital João Pessoa (PB), abrangendo a multidimensionalidade da organização do espaço (MARQUES, 2010) e o contexto das (des)ocupações mobilizadas na cidade. O **capítulo 3** denominado **“TRANÇADOS LOCAIS: a comunidade do Portal do Sol, as vilas no bairro da Penha, Jacarapé e o Aratu”**, trata sobre os trançados das quatro localidades percorridas neste processo investigativo: a Comunidade Portal do Sol, as vilas da Penha Jacarapé e o Aratu.

Nestas dimensões, para fiar a composição de como noção de “infância boa” se faz entoada nas relações das crianças nas localidades, apresento no **capítulo 4 AS CON-VIVÊNCIAS “NO APERTO”**: a casa como um espaço de “lutas”, duas vinhetas narrativas centralizadas nas con-vivências de Jhefferson e Chico e a partir delas, chamo a atenção sobre as condições de empobrecimento relacionado à renda, além de outras privações encaradas no contexto doméstico pelas mulheres junto as crianças. No **capítulo 5** aprofunda-se sobre **“AS LUTAS PELO “SUSTENTO” DA VIDA: enfrentamentos, engajamentos e investimentos”**, no qual me dedico a apontar como acontecem “as lutas” por “criar” as vidas nos “apertos financeiros”.

No **capítulo 6: “VIVENCIDADES DO CRIAR: a família de casa”**, aborda-se sobre a infância dentro da multidimensionalidade do lugar considerando as vivências imbricadas socioculturalmente às naturezas do lugar “onde é tudo família”. Por fim no **capítulo 7: “INFÂNCIAS BOAS”**: Trançados ecológicos, traço sobre as *outridades* e as *comunidades*

que se emaranham entre as iras e (r)existências pelas boas práticas das crianças e seus afetos nas naturezas do lugar.

Assim, o conjunto destas discussões, que tem como nascente principal a complexidade da infância, arremata como **“CONFLUÊNCIAS FINAIS: As frestas pelas naturezas de viver uma “infância boa”,** as considerações finais trançadas a alguns conceitos (in)surgentes: as **lutas** contra o **empobrecimento das práticas** e por **bens materiais e simbólicos**; as noções de **família** e as **coalizões inter, intra e co-geracionais**; as **(r)existências** nas vivências com as **naturezas do lugar** (urbano-rural-litorâneo-a mata) e as nuances das práticas sobre o direito de viver uma **“infância boa”**. Estes são os “acercamentos gerais” que energizam esta experiência em tese.



## CAPÍTULO 1

### Em trânsito: (Des)encontros pelas vivências teórico-metodológicas

Você olha e me vê na largura do rio  
[me derraamaandoo...  
quando voltar  
...volte pelo outro lado] estarei  
circulando  
entre arbustos entre  
âm  
bares entre  
escamas  
nada me decreta não me contrabando  
não pertencço: deito sobre o universo a  
palavra não vai me engolir  
resisto! lutarei com meus  
dentes de cão  
mastigarei linhas e vomitarei o  
sumo e o bag(aço) aviso: não me tire por essas  
letras que me vestiram  
sou transeunte  
trabalho em  
t r â n s i to.

*Bianca Rufino- Zíngara*



Este capítulo desliza na maré dos (des)encontros teórico-metodológicos desta pesquisa qualitativa. Engajando-se no diálogo a partir/com as crianças nas intimidades de seus movimentos trançados às práticas por entre as localidades ao leste-sul do litoral de João Pessoa (PB), caminha por uma tessitura plurinarrativa de base sociológica, envolvida em discussões e interpretações do social na complexidade dos sentidos que permeiam viver uma “infância boa”. Os desafios crescidos em um período de isolamentos por conta da pandemia da Covid-19 (entre 2020-2022) e os posteriores avanços da imunização populacional e a flexibilização das ações preventivas relacionadas ao contágio, movimentaram canais, lugares e experimentações no entoar dos contatos, dos diálogos e das vivências com as crianças na busca dos encontros. Como fontes de saberes, reflexões e memórias, as participações das crianças e de seus afetos são concentradas através de narrativas orais, imagéticas e das vivências presenciadas e compartilhadas em minhas cheganças em seus tempos-lugares vivenciados por terrenos (des)conhecidos.

No que se propõe a compreender o foco da pesquisa, através de um diálogo teórico-metodológico pluralista e entre as “sociologias” críticas e relacionais por perspectivas ecológicas e feministas, me mobilizo nas ondas da indissociabilidade entre o pensamento e a ação. Por isso confesso que o trânsito teórico-metodológico, em diferentes escalas e direções, me levam, encruzilham e impulsionam esta caminhada imaginativa, de um processo investigativo antes não sentido empiricamente, mas que converge em sinergias comunicativas condutoras de uma composição dialogada por encontros. É importante salientar que as perspectivas teóricas de diferentes linhas que neste trabalho, se encontram diaóticamente em contribuições costuradas pela complexidade deste estudo, focado na infância vivenciada em contexto de pobreza de renda.

As visitas, nas sombras abraçantes dos terraços e dos cantos mais ventilados que aguardam o refrescante pôr do sol do “extremo oriental”, emergiram desde dentro da minha casa até a imersão nas localidades em limites e desafios. Para isso, uma necessária fluidez para os contatos e encontros foram importantes, já que esta pesquisa empírica transitou entre fevereiro de 2021 a dezembro de 2022, e viviam-se medos e tantas vulnerabilidades multidimensionais que a pandemia provocou. Assim, nas possibilidades do acompanhamento de “partes” dos vividos pelas “frestas”, parto das “janelas enunciativas” para captar instantes e vivências com as/das crianças em suas intimidades, em que o (a)colhido contribui para elaborar as vinhetas narrativas. Junto a esse movimento, as escutas-observantes, os mapas vivenciais, imagens, desenhos e contos são práticas que também colaboram por entoar os trançados ecológicos das con-vivências e na tarefa por se compreender dialogicamente as percepções e o contexto de se viver uma “infância boa”.

## 1.1 No (des) encontro teórico-metodológico

O movimento de se pensar métodos a serem adotados em pesquisas qualitativas interessadas em refletir sobre as práticas sociais na(s) infância(s) foram desafiantes para os/as pesquisadores/as nos 2 anos de pandemia, tendo em vista a (in)decisão de qual caminho tomar e de como defini-lo dentro das condições possíveis de serem vivenciadas em esforços participantes-participativos, mesmo que “adaptados” ao período pandêmico.

Por estar apoiada em experiências vividas e aprendidas durante a pesquisa de mestrado (MENDONÇA, 2018), que me transformaram enquanto pessoa e educadora no brotar do ofício de pesquisadora, os caminhos para as iniciativas de imersão no ambiente de pesquisa se encruzilharam pelas condições vividas. Aninhando, como de “costume”, o diálogo dos “modus operandi” teórico-metodológico de autores/as dos estudos sociais da infância e da sociologia crítica contemporânea (do hemisfério norte-ocidentalizado, europeu e estadunidense), fui dialogicamente compreendo o meu “modus vivendi” de estar presente com as crianças e me (des)harmonizar nas relações que alimentam minha condução investigativa.

Nesse (re) encontro, teoricamente, me deparo em (re) pensar sobre a aparente dispersão da sociologia da infância no Brasil (GAITÁN, 2017) dentro de pesquisas-práticas desenvolvidas por pesquisadores/as filhos/as da sociologia enquanto campo e perceber que esse subcampo se faz muito mais presente em estudos de programas e revistas na área da educação (NASCIMENTO; 2013; ABRAMOWICZ, 2018; OLIVEIRA, 2018). Além disso, com base de que as principais referências nos trabalhos socioantropológicos sobre a(s) infância(s) do sul global, no âmbito das pesquisas qualitativas, são europeias e estadunidenses, principalmente através de etnografias como método de valorativa “utilidade” (PROUT e JAMES, 1990), reavalio no sentir do terreno a ser pesquisado, marcado geopoliticamente por estruturas coloniais de desigualdades e pobreza multidimensionais, sobre as relações assimétricas a respeito do poder-saber.

De todo modo, em retrospectiva percebo que as bases respaldadas pela contemporaneidade e interdisciplinaridade dos estudos sociais da infância, sob os quais debrucei meus caminhos acadêmicos, trouxeram horizontes a serem revisitados criticamente e, por desconfortáveis “instintos”, (a)colher em fontes sociológicas de amparo crítico e relacional, percepções para ações outras diante do foco da pesquisa atual. Ao me dispor enquanto pesquisadora que não pretende se esquivar das similaridades, embates e afetos encontrados no mundo social analisado com/sobre infância(s), intento regar, neste esforço criativo, o que Bourdieu et al (2002[1930]) reconhece como vigilância epistêmica e por ela

procuro plantar a racionalidade que ocupa o terreno teórico-metodológico- empírico aqui cultivado. Sobre isso, o autor coloca que:

Ao confrontar, continuamente, cada cientista com uma explicitação crítica de suas operações científicas e dos pressupostos que implicam, e ao obrigá-lo, por esse motivo, a fazer dessa explicitação o acompanhamento obrigatório de sua prática e da comunicação de suas descobertas, esse “sistema de controles cruzados” tende a constituir e reforçar, incessantemente, em cada um a aptidão para a vigilância epistemológica (BOURDIEU et al, 2002[1930], p. 96).

De partida, metodologicamente, encontro curvas e barreiras, ademais aprofundamentos. Reconhecendo partir de uma “sociologia espontânea” (BOURDIEU et al, 2002[1930], p.74) que não foge ao movimento que propõe o construtivismo bourdiesiano de ruptura, construção e constatação, devo salientar a(s) infância(s) como campo de estudo, mas que não percorre uma hierarquia tão rigorosa no que concerne uma esperada ascendência linear sobre minha posição de pesquisadora, mas um balanço em que procurei jogar habitando ações objetivas e coletivas concomitantemente com as crianças. O processo construtivo deste trabalho foi tortuoso e fragmentado, de muitas idas e vindas, e a isso me refiro não só a prática metodológica, mas também a teórica.

Dito em nuances outras, nesta construção teórico-metodológica me movimento em uma epistemologia ondear (licença para significa-la de um modo que contraponha a ideia de escalas lineares) de correntes expansivas, porém por vezes cautelosas e cuidadosas na ação-reflexão ao me deslocar nos riscos dos retornos e das aventuras críticas e criativas que me ritmam no esforço de entoar balanços propositivos e mobilizantes. Em uma prática dialógica que media a teoria, a metodologia e a investigação empírica (relacionalmente trançadas) e que cadenciam esta composição interpretativa, aponta-se o conflito em considerar as crianças como “seres dotados de uma epistemologia em trânsito” (SOARES et al, 2005), no que parece sugerir uma condição *sui generis* às pesquisas com/sobre infância, e adota-se a mobilização sociológica do objeto na construção relacional do fenômeno social (BOURDIEU, 1989). Ao valorizar a liberdade de adoção de múltiplas técnicas para compreender o estudado e do mesmo modo com um enfoque pluralista e, ao meu ver, sensível, adentra-se e se percorre o lugar-fonte das relações analisadas, impulsando a uma tese-prática de modo comunicativamente plurinarrada. É nesse movimento oscilatório “de retoques sucessivos” e lentos que “estenografar” (BOURDIEU, 1989) e des-substancializar o mundo social da(s) infância(s) se faz possível.

Contudo, no que se consideram reconhecidos os estudos sociais sobre/da(s) infância(s) como campo multi-interdisciplinar, que se empenham em combater e evitar apresentar em pesquisas qualitativas a utilização das palavras como “objeto” e “racionalização” por noções éticas horizontalizantes e democratizantes (antiadultocêntricas), esclareço que o objeto de

pesquisa não é criado a partir da individualidade dos seres (atores; sujeitos), os tratando como coisas a serem analisadas, nem tão pouco participar teoricamente de:

encontros interdisciplinares que, no caso das ciências humanas, dão lugar quase sempre a simples trocas de “dados”, ou, o que equivale ao mesmo, de questões não resolvidas, [...] em que dois grupos fornecem produtos um ao outro, sem serem obrigados a se encontrarem (LAHIRE, 2005, p.96).

O que se constrói e se analisa como objeto de pesquisa são os movimentos na prática cotidiana territorialmente situados nas naturezas do lugar que sugerem o ser-estar vivenciado enquanto “infância boa”. Dentro disso, que um movimento racional dialógico é realizado transversalmente, pois as crianças e as pessoas de suas con-vivências não deixam de ser “informantes” sobre o “objeto” sociológico pesquisado, mas que ao mesmo tempo as reconheço como participantes e relativamente “co-criadoras” (in) conscientes na pluralidade do processo de compartilhamentos, de trocas e investidas investigativas nas vulnerabilidades (de ambas as partes) de nossos contatos, confianças e presenças.

Assim que as ondas teóricas-metodológicas que impulsionam minha prática de pesquisa, dentro de um posicionamento político, ético e estético, estabeleceram-se na compreensão de minhas habilidades em me ocupar do processo investigativo junto as crianças no lugar de suas con-vivências, e a percepção do quanto invisto performaticamente em olhares, sorrisos e ações, até na procura por conquistá-las, estabelecendo assim uma relação de deixar/fazer se encantar<sup>9</sup>. E é nessa condição de rever minha própria postura e problematizar a relação de “conquista”, no sentido relacionalmente dominante do termo de submeter o/a outro/a a uma relação hierárquica-classificatória de poder, é ainda perceber o quanto ele pode estar “subentendido” - incorporado no contexto, ao criarmos ou nos aproveitarmos de estratégias de “encantamento” invisibilizando possíveis “violências” na contenção dos “dados” desejados.

Quando falamos de pesquisas das ciências sociais, parece que esse fator ganha peso principalmente quando pensamos nas crianças como “outras” a nós “adultos/as”, pois ao serem “outras”, demanda uma escolha objetiva de serem entendidas como: a “outra” negativa, a “outra” estrangeira ou a “outra” complementar de um, como Maritza Montero (2002) nos ajuda a refletir sobre as bases das construções diferenciais entre os eus e os não-eus, sobre o distanciamento entre o Ser e seus opostos ou ainda sobre os nós e os outros-nós. Nesta linha

---

<sup>9</sup> Estes fatores estão ligados à minha prática pedagógica (ou *habitus*). Como poder gerador e unificador das práticas “encarnadas” nos agentes, Bourdieu compreende através da sociologia disposicionalista o conceito de *habitus*, sobre o qual sugere um “conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (BOURDIEU, 1996, p.22), que nesse contexto de construção da tese, para além do cognitivo (LAHIRE, 2002), aciona um movimento autorreflexivo sobre minhas posições (des)toantes enquanto mulher-mãe-professora-pesquisadora da(s) infância(s).

que os estudos sociais da infância como campo interdisciplinar, ao ampliar suas lentes para além da psicologia do desenvolvimento, da sociologia funcionalista e contra os caminhos canônicos, acaba caindo em ambivalências.

Ao mesmo tempo em que se propõem em compreender as singularidades geracionais nas especificidades dos contextos sociais-geográficos-históricos e narrar sobre as alteridades das “infâncias”, os estudos concordam sobre a responsabilidade global da necessidade de investimentos e ações em promover melhores condições de vida às crianças, principalmente nos países “em desenvolvimento”, marcados pela pobreza, domesticadores e privatizadores das subjetividades. Assim que o campo, ao se esforçar no reconhecimento da cidadanização (política) das crianças e sem condições de se livrar da classificação etária imposta, as diferencia no mesmo movimento que as universaliza geracionalmente enquanto sujeitas de direitos (QVORTRUP, 2011; SARMENTO, 2012).

Rita Marchi (2011), baseada nos estudos de/com Manoel Sarmento, ao refletir sobre os novos posicionamentos da sociologia da infância aponta que:

As dificuldades tanto de ordem política quanto epistemológica no reconhecimento da denominada “cidadania epistemológica da criança” são similares às resistências com que se depararam, tempos atrás, os “estudos feministas” para estabelecer o gênero como uma nova categoria de análise. Devemos considerar, portanto, que assim como o conceito de gênero demonstrou que não existe “homem” e “mulher” universais, também os atuais estudos sociais da infância demonstram a inexistência de uma infância/criança universal (MARCHI, 2011, p.398).

Para a autora esse movimento se faria descolonizador em sua episteme, ao dar a voz às crianças e ao reconhecer a lógica própria de seus saberes, como já tínhamos sido convidadas/os por Qvortrup (2011) sobre a cidadanização científica das crianças no texto “As nove teses sobre a infância como um fenômeno social”. Na perspectiva de reconhecer e efetivar o direito das crianças ao oportunizar que “soltem a voz” sobre seus “pontos de vistas” e estabelecer propostas que concedem o poder de serem “levadas a sério”, é que no esforço de destotalizar os estudos procuram acompanhar o legitimado no artigo 13 da Convenção dos Direitos das crianças (1990) :

1. A criança terá direito à liberdade de expressão. Esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e divulgar informações e idéias de todo tipo, independentemente de fronteiras, de forma oral, escrita ou impressa, por meio das artes ou por qualquer outro meio escolhido pela criança (CDC, 1990).

Assim, sustentando que seus “mundos” específicos podem ser “descobertos”, apreendidos e analisados, que as pesquisas participativas e etnográficas, como dito, são apontadas como principais aliadas no movimento teórico-metodológico para o “entendimento do outro pelo outro” (FERREIRA; SARMENTO, 2016) e, nesse sentido, favorável à



problematização e discussão sobre as relações intra-intergeracionais no que concerne poderes, saberes e autonomias em prol desta cidadanização requerida e/ou adaptada dentro do que se tem enquanto “dado”.

No entanto, os direitos das crianças e a falta de reconhecimento sobre seus acessos, denunciados e discutidos geopoliticamente em torno das violências multidimensionais, ignoradas especialmente no sul global (sobre ele e a partir dele), quando pouco tensionados em relação a construção do próprio sentido de cidadania, assim como o(s) de infância(s) e demais categorias subalternizadas, podem encobrir as construções identitárias baseadas nas diferenças coloniais, governadas por projetos ainda vigentes no sistema-mundo colonial/moderno (CASTRO-GÓMEZ, 2005). Sobre esta construção por “modernizar” os estudos da infância ao Sul, Castro-Gómez (2005) colabora em pensar que:

Criar a identidade do cidadão moderno na América Latina implicava gerar uma contraluz a partir da qual essa identidade pudesse ser medida e afirmada como tal. A construção do imaginário da “civilização” exigia necessariamente a produção de sua contraparte: o imaginário da “barbárie”. Trata-se em ambos os casos de algo mais que representações mentais. São imaginários que possuem uma materialidade concreta, no sentido de que se ancoram em sistemas abstratos de caráter disciplinar como a escola, a lei, o Estado, as prisões, os hospitais e as ciências sociais (CASTRO- GÓMEZ, 2005, p.90).

Como jogos sociais-mercadológicos sobre as/das relações intersubjetivas e objetivas, trabalhar acriticamente com conceitos relacionados à infância de forma pragmática, podem deixar submersas as fraturas desses encontros e as fronteiras profundas ainda permanentes em nossos ser-sentir- estar-agir em relação às crianças, tanto na vida cotidiana, como na prática teórica- metodológica da pesquisa. Assim, mesmo nos caminhos contra-hegemônicos, os estudos da infância passam a transitar em um movimento político junto à globalização (CASTRO-GÓMEZ, 2005) que quando imperceptíveis na produção das subjetividades das/es pesquisadoras/es, podem colaborar com um individualismo metodológico exacerbado e um progressismo existencialista na ação teórico-metodológica, que até pode acabar por produzir um “saber” científico com base em dados simbolicamente retirados sobre o/com o “outro” de forma violenta (FONSECA, 1999).

O movimento narrativo, tradutor e interpretativo, segundo Enrique Dussel (1993), perdura desde a invenção das américas na “instância empírica reveladora” (DUSSEL, 1993, p. 44) que gerou hipóteses e verdades sobre os seres distintos em relação aos “nós” (europeus em construção) no ato do encontro com as “Índias”. O que se produziu dialeticamente, os incorporou a uma totalidade dominadora instrumentalizante que legitimou a Conquista. Dussel (2000) propõe, dentro do que discute sobre uma filosofia da *libertação*, incorporar analiticamente o “Outro” em sua outridade afirmativa, não complementar de si (daquele que

o observa), mas o descobrir a partir do que chama de uma condução baseada na analética, em um caminho para além da dialética:

Para romper las amarras de su coerción y subyugación, debemos abrirnos al otro desde su punto de vista. Debemos pensar, oír, ver, sentir y saborear el mundo desde el punto de vista del otro. Éste es el momento analético. Así, si la dialética está condicionada por la magnanimidad, la analética está condicionada por la humildad; si una está condicionada por el amor erótico, la otra por la solidaridad compasiva; si una está condicionada por el quid pro quod, la otra está condicionada por la solidaridad expectante; si una se refiere a la producción y al beneficio, la otra se coloca al servicio y a la donación. Nos acercamos al otro en actitud reverente, dispuestos a servirlo y a mostrar una empatía solidaria (DUSSEL, 2000, p.20).

Castro-Gomez (2005, p. 92) também ressalta o “problema da invenção do outro de uma perspectiva geopolítica” e considera que a negação das macroestruturas ainda vigentes que alcançam as subjetividades pode ser acionada ao focalizar as provas das diversidades. Com isto pode-se afirmar que quando o eixo central da discussão envolve(m) a(s) infância(s), é que objetivamente se sobressai o aspecto identitário através das diferenças sociais, mesmo quando não problematizadas, de modo que nos mecanismos produtores de alteridades, mediante ao estudo e a invenção do “outro da razão”, podem de toda forma amarrar conceitos binários (GOMES, 2005). Ou seja, o que se pretende enquanto força democrática pode exibir o princípio universalizante do projeto expansionista moderno, e junto a ele entrar na apropriação contemporânea das máscaras das diferenças, mesmo que anunciem caminhos “outros” nas possibilidades de sua co-existência junto às desigualdades e injustiças. Como observa Luciana Ballestrin (2014), a partir da problemática apresentada sobre um dos reconhecidos representantes dos estudos de(s)coloniais (MIGNOLO, 2008), a democracia pode carregar dicotomias. A autora coloca que:

Mignolo cria então a seguinte dicotomia: “democracia como proyecto imperial y democracia como diversidad de proyectos de-coloniales. Esto es, democracia plural como proyecto uni-versal” [...] e passa pela romantização dos processos decoloniais, liberando-os de contradições e exaltando uma espécie de fundamentalismo primitivista —, reside basicamente na eleição de outros modelos que pouco podem resolver o problema da complexidade das democracias representativas pós-coloniais que ainda vivenciam a tensão entre modernidade/colonialidade. [...] a convivência entre colonialidade e democracia, traz uma variável para o pensamento das desigualdades, justiça e democracia — que de forma geral, está ausente nos contextos produtores dessas mesmas teorias (BALLESTRIN, 2014, p.203).

P

A questão da “emancipação”, por exemplo, palavra usualmente acionada nas narrativas teórico-metodológicas dos estudos sociais da(s) infância(s) e na sociologia da infância especificamente (e me incluo nisso), como uma desconstrução do conceito de socialização (FERREIRA; SARMENTO, 2008), também ilustra como nos inserimos na fronteira entre o reconhecimento e a invisibilização dos jogos relacionais de ser-poder-saber.

Parece ainda em gestação a discussão sobre como a emancipação e a dominação caminham juntas historicamente, desde a conquista do “velho (novo) mundo”, em que aquele *a ser* emancipado tem um valor (preço) a ser investido e que com isso crescem inimizades mútuas sobre tais cobranças. Isto é, aquele em que se investe incide expectativas e reciprocidades por parte do investidor, ao qual deve haver uma hipnose de “gratidão”, ao mesmo tempo em que ambos brigam por libertação.

Os sentidos emancipatórios que podem ser acionados com os estudos da(s) infância(s), quando reconhecem as diversidades das infâncias e as relevâncias conceituais à elas imbricadas, da mesma forma há de se reconhecer a comunicação do Outro contada por Um(a) diferenciada/o e situada/o em outro polo existencial, a/o qual se doa a esse movimento libertador simultâneo. Tal contradição pode nos fazer refletir que de todo jeito neste campo do conhecimento, a/o Outra/o continua sendo posse narrativa de Uns no diálogo das evidências, pois é através de uma linguagem habilitada, reconhecida, incorporada e culturalmente alimentada por um contexto, que não é habitado por ambos os envolvidos na pesquisa, que o conhecimento científico acontece.

Chris Jenks (2002), no texto “Constituindo a criança” aponta sobre a nossa familiaridade e estranheza em relação às crianças e como essa estrutura fronteira identitária entre as gerações instala os paradoxos nas reflexões críticas de suas especificidades e similaridades que constituem suas vidas em relação à vida dos adultos, quiçá, são conflitos enfrentados na pesquisa de campo. É nesse caminho que convido a pensar que (des)encobrir o que nos enlaça e nos distancia nas diferenças geracionais, historicamente incorporadas durante nossas próprias trajetórias de vida, inclusive dentro de uma lógica colonial (LUGONES, 2014), podem nos movimentar a reconhecer e morar no vivido da pesquisa em *outridades*. O que nos faz diferente nas condições do (a)colhimento dos dados teriam marcas relacionadas à “idade”, imbricada a outros marcadores que impõe uma fronteira de poder entre as adultas/os e as crianças, as análises em que operamos os sentidos de infância em relação aquelas comunicadas por elas com seus afetos, sejam pessoas e outros seres podem ter nuances mais expansivas na multiplicidade das imaginações, criatividade, tensões e encantamentos das vivências do estar-ser criança.

As fronteiras entre nossas *outridades* existem em relação às crianças e são vivenciadas desde o ato de nossos contatos-conquistas até estabelecermos uma relação intersubjetiva que desperte confiança e vínculos mesmo que momentâneos. Porém, partindo da noção das *outridades* (como prefiro acionar ao invés de alteridades), destaca-se a compreensão mútua da construção da/o outra/o diferenciada/o e distanciada/o, comunicativamente e mutuamente,

pelas marcas das idades como tempo existencial vivido entre aprendizagens, ignorâncias e esquecimentos sobre o ser, o que pode ser ressignificado em co-presença no momento dinâmico do diálogo. Esta percepção se situa na autorreflexão enlaçada ao pensamento ecológico de que as consciências se movimentam no lugar do vivido, ou seja, estão enraizadas nas naturezas sociais das práticas com as quais se estabelecem vínculos, disposições e produzem conhecimentos (ESCOBAR, 2005).

Acredito que o pensamento pluralista, ao banhar os estudos contemporâneos sobre/com as crianças e as vidas da(s) infância(s) de modo contextualizado histórico-geograficamente, também ampliaria as fronteiras enrijecidas das corporalidades que continuam salientes em relação a nós (adultas/os) que convivemos e pesquisamos com elas. Suas *outridades* continuam vinculadas às suas *estrangeiridades* e não podemos deixar de destacar que são reconhecidas no plano cotidiano como sendo seres de outros, dada a tutela e os cuidados no âmbito doméstico de responsabilidade das/os adulta/os. Me proponho com isso, às seguintes questões que instigaram (des) encontros nesta pesquisa: os sentidos de liberdade, por sinal co-construídos pelas/os estudiosas/os, habitariam apenas no reconhecimento das *outridades* das crianças em relação aos adultos, dentro de suas peculiaridades? Estaríamos nesse caminho nos libertando das amarras dicotômicas e adultocêntricas ao esperar que a partir deste caminho, os trabalhos (teórico-metodológicos) estariam mobilizados de modo democrático e emancipatório na construção de saberes?

Perceber como essas considerações impactam nossas ações de pesquisa é um movimento imprescindível, estando elas regadas não só pelo sistema epistemológico do campo interdisciplinar dos estudos sociais da infância e o que ainda cresce enquanto sociologia da infância contemporaneamente, mas no que da própria sociedade urbana em seus moldes patriarcais-racista-machista- economicista e adultocêntrica estamos afetadas/os, principalmente nós mulheres a quem a sociedade sobrepõe a condição nata de estarmos aliadas às crianças. Além disso, refletir como tais fatores interferem em nossas relações intersubjetivas- intergeracionais junto às crianças e demais participantes a elas relacionados na pesquisa, pode ser o balanço a ser encarado para sentir as (nossas) amarras dicotômicas, e além delas/com elas, as rajadas expansivas e comunicativas que emergem das frestas<sup>10</sup> entre a(s) nossa(s) adultez(es) e a(s) infância(s), nas

---

<sup>10</sup> Os colegas do grupo de pesquisa Crias (criança, cultura e sociedade) traçam algumas metáforas que podem ser associadas ao termo “frestas”. Antônio L. da Silva (2013) revela como as “beiradas” de um campo de futebol “adulto” em Catingueira, são ocupadas por meninos, como um terreno criativo dentro-fora do jogo de campo, mesmo que às margens e entre o “já” e o “ainda não”. Núbia Guedes de Barros Ferreira (2020) utiliza o termo “brecha” vinculando às fugas que as crianças conquistavam dentro do contexto prisional no dia de visita às mães encarceradas, em que pelas “lateralidades” dos poderes estruturados se esquivam das regras institucionais, criando possibilidades de alcançar seus desejos momentâneos. No entanto, em ambas as noções, as crianças

conquistas que empenhamos e como nos (des) encontramos nas linguagens a serem reconhecidas mutuamente.

O que pretendo ao trazer tais críticas-vigilantes, é reconsiderar o que politicamente parece indispensável nas pesquisas com/sobre crianças e sua (s) infância(s): os limites dos movimentos interpretativos sobre/do “outro” e as nuances das práticas politicamente democráticas nesse processo. Além disso, o paradoxo instalado nos estudos sociais da infância sobre a ética entre respeitar os saberes ditos na infância e construir racionalmente compreensões sobre as estruturas que os produzem, se revestem de discussões sobre como esse movimento pode ser transitado de modo a dialogar com e a partir das vivências das crianças em suas especificidades locais. É nesse sentido que as singularidades somadas às urgências do mundo social, interpretadas e narradas pelos estudos sociológicos da infância, aciona “uma tentativa bem sucedida” de compreender a vida cotidiana das crianças de modo contextualizado ao apanhado estrutural das forças dialógicas micro-macro sociais, culturais, históricas e geográficas, reforçando a complexidade do fenômeno da infância e dos contextos vividos, além do que revitaliza a área de pesquisa para além “de um membro doméstico da comunidade científica” (QVORTRUP, 2005, p.91).

Já que “cada jogo de linguagem define suas próprias regras” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 92) compreendo que no enfrentamento reflexivo das rochas e dos redemoinhos provocados pelos caminhos de perceber o “si mesmo” e “o outro”, neste campo do conhecimento, são criados em relação e que a relação é criada em conjunto (MONTERO, 2002). Assim que vivenciar o exercício interpretativo e analítico do raciocínio científico ecologicamente mobilizado só pode ser possível quando se é “interrompido pela incompletude do ser pervertido pelo poder do saber e mobilizado pela relação com o Outro” elaborando “categorias para apreender o real desde o limite da existência e do entendimento, da diferença e da outredade” (LEFF, 2009, p. 18).

Assim, ao compreender “que qualquer explicação de como a sociedade funciona deve ter em conta o que as crianças contribuem para as relações sociais, tanto dentro como entre gerações”, o que a infância contribui para a divisão do trabalho, desde o ambiente doméstico e familiar como situado neste trabalho, e como os “processos intergeracionais ocorrem tanto a nível institucional como pessoal; e que os dois tipos de processos estão essencialmente inter-

---

ocupam um dos lados estruturados pelos adultos ou acionam estratégias para atravessar o lugar que lhe é imposto. Aqui o sentido de frestas se faz no movimento relacional da prática e na ocupação de um tempo-lugar dinâmico, aos ventos que comunicam, modificam, tensionam e que re-criam os saberes nas práticas das co-presenças que sentem, mesmo em suas especificidades e em diferentes intensidades, as mesmas forças e procuram compreendê-las no diálogo do encontro.

relacionados” (MAYALL, 2015, p. 13), são nascentes a serem consideradas por banhar a construção das novidades conceituais sobre a(s) infância(s), mesmo que a criatividade dialogue e habite nas fronteiras entre o velho, o novo e o que está por crescer. É nesta con-vivência, que me provoço pelas frestas.

### 1.1.1 As tensões teóricas-metodológicas e as linguagens comunicativas das/com as “outridades”

“Dar a voz” e “a partir dos pontos de vistas”, em muitos trabalhos vinculados à sociologia da infância e outras áreas dos estudos sociais da infância, indicam um atravessamento das barreiras comunicativas implicadas *entre* as *outridades* - termo que refletido anteriormente- implicando “dar” protagonismo às suas interpretações inclusive na posição de coautoras. Dentro disso, os estudos se afirmam no reconhecimento da voz subalternizada pelas estruturas das relações desiguais de poder, mas que aparecem por hora transmutadas durante o processo de pesquisa com a superação aparente da autoridade do/a adulto/a e a transferência desse compromisso às crianças, “embora seja claro que, como as crianças reconhecem, os seus próprios domínios são estruturados em tempo e espaço por adultos individuais e por políticas sociais” (MAYALL, 2005, p.139).

Antônio L. Silva (2018) considera o percurso metodológico adotado de modo inclusivo, em sua etnografia com os “meninos danados” em Cantigueira-PB, ressaltando junto aos estudos sociais da infância, como nas pesquisas dos estudos sociais da infância “a criança é posta no centro e não mais apenas nas ‘beiradas’”, e que:

[...] a partir dos parâmetros negociados por esse olhar, ‘com’ elas e/ou a ‘partir’ delas, ou como tenho preferido, ‘incluindo-as’, têm assumido, cada vez mais, a centralidade, o protagonismo das crianças, numa perspectiva compreensiva, interpretativa e muitas vezes militantemente política (SILVA, 2018, p.54).

As pesquisas com crianças são sentidas a partir/com o desafio relacional das controvérsias geracionais, as quais são percebidas mutuamente, assim como em outras pesquisas sociais em que os participantes se encontram em vivências estranhas ao/à pesquisador(a), que de modo observativo-crítico procura vislumbrar no “crescimento” e no “desenvolvimento” etário/social/econômico/cultural no/do mundo social as tensões e os poderes que estruturam a trajetória das vidas. As trocas esperadas para o momento do encontro dependem dos assentimentos das presenças e revelam as confianças nascidas na materialidade da reciprocidade, as quais apoiadas na linguagem verbal e visual, reverberam os

dados construídos. No entanto, apenas o consentimento informado por parte das crianças sobre a tomada de decisão sem relação as suas participações não se estabelecem, ao meu ver, um contrato emancipatório da pesquisa. Os fatores normativos e reguladores claramente instituídos para o domínio das crianças, como medidas protetivas e participativas, não só normatiza suas práticas e comportamentos, mas também podem ser aplicados aos outros grupos geracionais em condições entendidas “vulneráveis”.

Visto que “o que é normativamente positivo ou negativo para uma geração, pode assumir valores opostos para a outra” (QVORTRUP, 2005, p. 86), a dialética refletida por Jens Qvortrup reforça como os “lados” contém conflitos e privilégios, de modo que há de se considerar as modalidades classificatórias das (in)dependências que estruturam nossas relações. As barreiras comunicativas encontradas nas relações intersubjetivas com as crianças como participantes da pesquisa, com as quais procuro dialogar ao invés de ocupar um dos polos, podem não deixar à mostra as análises sobre a posição do poder-saber adulta/o (pesquisador(a) ou não) em relação ao ser-criança (filhos/as-alunos/as-interlocutores/as) e as linguagens comunicativas que partem do incorporado pelos seus corpos-territórios.

Acredito que o jogo estrutural de (des)igualdades ao qual estão imersas/os nossas subjetividades, permeia as relações no contexto pesquisado. Dificilmente estas relações não são tensionadas no encontro, em que o corpo fala e condiciona as sensibilidades do reconhecimento dos seres na pesquisa, o qual se dá de modo relacional. Ao considerar que as pesquisas sociais “dependem” da comunicação entre os participantes da pesquisa no tempo-lugar em que ela transita, quando se fala das/com as crianças, a noção de interdependência está posta devido ao próprio sistema de relações intergeracionais em que suas vidas estão condicionadas, inclusive, esse conceito vem à tona como um diálogo proporcional e “des-hierarquizador” *entre* adultas/os e crianças em se tratando da produção de conhecimento com elas e sobre sua(s) infância(s).

Sobre isso, Maria Letícia do Nascimento (2018), abordando o campo sociológico do estudo sobre a infância na revista *Childhood & philosophy*, coloca que:

Pesquisar a infância pode tanto focalizar a interdependência entre crianças e adultos quanto evidenciar as relações geracionais de poder estabelecidas. Ainda que sejam os adultos a estudar a infância, investigá-la a partir das crianças significa não ignorar que suas ações provêm da mesma multiplicidade de fatores presentes nas relações sociais. Além disso, admitir que forças econômicas e políticas interferem em seu cotidiano, assim como estabelecem fronteiras entre diferentes grupos de meninos e meninas, desafia e define caminhos de investigação (NASCIMENTO, 2018, p. 21).

Entretanto, acrescentaria a essa citação que as relações sobre as quais os estudos sociais da infância reconhecem como interdependentes, também estabelecem fronteiras “maquiadas” na trajetória de pesquisa realizada com/sobre crianças, já que suas existências se

dão de modo dependente de adultas/os e essa relação é incorporada desde cedo. Na chegada de um(a) outro(a) adulto(a) (o/a pesquisador/a), as relações hierárquicas estabelecidas pelas relações de cuidado, de educação e até de lazer, que envolvem autoridades, posses e reciprocidades, já estão socialmente e cotidianamente dispostas<sup>11</sup> (LAHIRE, 2004), mesmo que de modo a ser desafiado, e esta última percepção deve ser observada durante o processo investigativo com cautela. Além disso, de como e em quais circunstâncias do contexto (seja em casa, na escola ou na rua, por exemplo) as crianças furam os muros culturais “que indica, imaginariamente, que crianças não podem, não sabem ou não devem falar em presença de adultos” (SILVA, 2019, p. 131) e reconhecer o fato de que o/a pesquisador(a) provavelmente será um dos poucos a lhes dar “atenção” enquanto uma disposição intencional, também é imprescindível de ser considerada.

Dentro de uma pesquisa nos moldes participantes e participativos em contextos institucionais como a escola e a casa das famílias, para que as crianças estabeleçam seus acesos a partir de convites, neste trabalho o primeiro passo ético se deu em detalhar os procedimentos do estudo às adultas/os responsáveis e cuidadoras/es, como um “contrato” de trocas seguras entre a/o desconhecida/o e a/o ente vulnerável, mesmo que hábil em suas denúncias e saberes. Mesmo que isto possa ser considerado obrigatório para que em seguida se “conquiste” o assentimento das crianças, ainda que de modo processual e respeitoso em relação aos seus tempos espontâneos, no entanto, como observado nesta investigação, sua participação era consentida ao observarem a confiança estendida pelo consentimento de suas mães. Esta observação contribui a pensar o fato de que mesmo nas denúncias dos sistemas paternalistas e das in-diferenças estruturais do/pelo mundo afora que controlam os imaginários sobre as infâncias e as ações participativas das crianças nos contextos sociais e políticos, há de se considerar que os contatos das relações intergeracionais nos processos investigativos não se dão fora desse mundo.

No processo investigativo desta tese a questão de suas principais cuidadoras serem mulheres e ao me analisarem como uma pessoa reconhecida enquanto trabalhadora em uma

---

<sup>11</sup> Para Bernard Lahire (2004) propõe uma sociologia à escala individual, à luz de uma perspectiva disposicionalista, que é desenvolvida atenta às disposições dos atores/indivíduos a serem compreendidas empiricamente. Considerar as disposições no campo pesquisado, é observar a ideia de recorrência, de repetição relativa e de uma série de comportamentos que sejam coerentes e re-correntes, ou seja, as incorporações das práticas produto da socialização. E sobre tal noção, podemos associar aos comportamentos das crianças em relação as/aos adultos(as) nas posições de professor(as), familiares e até pesquisadores(as), em que tais patrimônios disposicionais sobre o “como se comportar” nas relações intergeracionais, podem fluir por entre diferentes contextos, principalmente no que concerne os sentidos de “autoridade”.



escola da comunidade, foram pontes que abriram generosidades para que me recebessem e dialogassem sobre/com minhas intencionalidades de pesquisa. Isso se reflete ao ocorrido na visita à casa de Binho (Aratu) que durante a minha conversa com Jeo (sua mãe) sobre a autorização e o interesse de ambos participarem da pesquisa, seu amigo observando o convite, perguntou se também poderia participar esboçando a dúvida: “*paga? ...recebe dinheiro? É pra quê?*” e ao responder que viraria um trabalho, como um livro da universidade (na qual conhecia por acompanhar seu pai em serviços de “*cortar o mato*” da instituição), ele ainda questionou se esse material a ser produzido era “*para animar*”, o que me fez rir.

A pergunta-título do artigo “Por que rimos das crianças?” (MELO; LOPES; LIMA, 2021) alerta sobre o valor do desenvolvimentismo e da romantização sobre o processo comunicativo-linguístico das crianças. O obstáculo para as construções teóricas a partir/com as crianças, é uma (des)valorização que parte da avaliação sobre as suas capacidades representativas de informar sobre suas práticas e sobre os contextos sociais a elas integrados enquanto forças estruturantes. Desse modo, seguindo a linha de qualificar as linguagens das crianças como críveis na ação comunicativa sobre suas trajetórias de vida, aprendizagens e condições de existência, como uma luta contra-hegemônica dos estudos sociais da infância em relação a racionalidade adultocêntrica “que tende a excluir a infância como grupo de referência na análise social” (FERREIRA; SARMENTO, 2008, p.84), corre também o risco de não atentar sobre como as forças do patriarcado e do paternalismo também incidem sobre nossas tentativas mais democráticas.

Nesta pesquisa, durante uma roda de conversa para compreender como o ambiente do projeto “Amigas Solidárias” no Aratu (capítulo 3) se organizava e se naquele espaço eu poderia desenvolver algumas observações sobre os movimentos das crianças na comunidade, planejou-se uma brincadeira de imaginar um lugar em que a criança gostaria de estar. Ao chegar o momento do relato de uma das meninas menores, as outras crianças acionaram sugestões e acusações sobre o que ela mais gostava de fazer e os lugares em que gosta de estar, principalmente ligado ao que seria condenável para as adultas (educadoras da instituição e sua mãe). Eu fui levada pela atenção dos gritos e de tantas outras informações sobre a menina, geradas pelas crianças maiores, que só depois percebi que reforcei o seu silenciamento, ficando enfurecida comigo e com os demais com razão. Ao pedir desculpas a ela ao final, a menina demonstrou não querer ser a única que não tinha exposto sua fala e se dirigiu ao centro da roda para compartilhar seu pensamento. Assim, na prática, me vi com atitudes não-democráticas aos olhos desta menina.

Percebe-se assim que nas pesquisas empíricas, envolvidas nas relações de poder intergeracional, são tensionadas disposições nas vias dos contratos simbólicos, das confianças, das conquistas, dos vínculos, das negociações e dos (des) encantamentos (como quando envolvem atividades que as crianças apreciam) muito através das oralidades. As propostas participativas voltadas às crianças, como suporte para uma finalidade “inventiva”, também podem revelar certa docilidade por parte das crianças, mesmo que nas recusas tímidas, ou também pedidos de troca, diante dos convites das/dos pesquisadoras/es nas ações propositivas justificadas como de “seu(s) universo (s)”. Estas vivências não são só reveladoras das posições das crianças no contexto pesquisado e como ele limita e se abre para suas ações, mas também, como vivenciado por mim, contam muito sobre nossas possibilidades e posições na (re)ação do tempo-lugar envolvido.

Desse modo, mesmo que os estudos sociais da infância se encontrem dentro de uma linha política de incorporar discursivamente as crianças, como ação necessária para “desarticular as formas instituídas de vínculo social, promovendo um descentramento da sociedade [...] estratificada pela idade” e que “instituiu determinados ‘centros’” (RABELO, 2007, p. 13), é fundamental a atenção sobre a necessidade de tratar “a voz” das crianças criticamente, como Emilene Leite de Sousa e Flávia Ferreira Pires (2021) reforçam:

Não desejamos torná-la mais real ou menos problemática e conflituosa do que a voz de qualquer sujeito da pesquisa. Se de um lado, há um total silenciamento das vozes das crianças, de outro não propomos incluir as vozes das crianças tratando-as como verdades absolutas. Desejamos ouvi-las criticamente, como a qualquer outro interlocutor em campo, dialogando com as crianças sobre suas próprias concepções, como fazemos com os adultos (SOUSA; PIRES, 2021, p.)

Além disso, é difícil negar que quando a incompreensão é instalada na comunicação com as crianças é possível recorrer à outras(os) acompanhantes de suas con-vivências para uma “tradução”, ou talvez ver a possibilidade do descarte em relação ao não compreendido diante da fala não concatenada, do desenho criado cujo significado foi esquecido ou simplesmente não possuir um significado concreto. Isso conta como nossas presenças adultas e os apagamentos que incorporamos em nossos devires impossibilitam um poder compreensivo total sobre as crianças. Ouvi por diversas vezes delas: “você não entende muito o que a gente fala né?”, e sobre isso pareciam refletir que além de por vezes não serem compreendidas em relação ao sentido das palavras regionalmente e comunitariamente ditas, sobre suas ações e coisas com as quais se movimentam, também atentam sobre o meu desconhecimento dos ditos “criancivos”, o que me fazia solicitar a repetição várias vezes, a olhar com dúvida para as adultas e para as outras crianças mais velhas para que se procedesse uma “tradução”. Tal reação era observada e causava estranhamentos. Houveram ainda

negações das crianças em participar de momentos propostos, mesmo conversas, mostrando descontentamentos pelas atividades que registrassem suas percepções sobre o mundo. Isto leva a perceber como certos desconfortos são aparentes e que quando solicitam trocas materiais ou simbólicas por suas participações, entoam limites sobre a expectativa por certa passividade e por uma docilidade vinculada à hierarquia.

A partir dessas questões reflito que realmente esta tese se torna “*animada*” com as crianças, por perceber que elas me/se movimentam por observar relacionalmente as permissões e tensionar as compreensões sobre a minha presença nos tempos- lugares das suas con- vivências cotidianas. A atenção a esse movimento de reciprocidade também se faz amparado dentro do jogo ao qual me envolvo no processo construtivo de minha objetivação participante (BOURDIEU, 1989) e de dentro das energias comunicativas dos conflitos intergeracionais que também são geradores de similitudes no reconhecimento mútuo. É no intervalo do encontro de nossas diferenças que reelaboramos relacionalmente acordos e (des)confortos a serem dialogados. Sobre isso compartilho a afirmativa da feminista negra Audre Lorde (2019, p. 250) de que “Recusar-se a reconhecer a diferença torna impossível enxergar os diferentes problemas e armadilhas que nós, mulheres, enfrentamos”.

Nisso, é que compreendo esse espaço de interação como um lugar de “atualização da intersecção de diferentes campos” que envolvem hierarquias não só através das análises, mas desde o (a)colhimento dos dados vivenciado nas emoções das fragilidades e das estratégias que são exigidas pelas objetivações com os agentes nos tempo-lugares do social (BOURDIEU, 1989). Assim, que de dentro das hierarquias praticamente indissolúveis condicionadas pelas estruturas incorporadas nas trajetórias de vida e que são acionadas de fato nas construções das “evidências” (BOURDIEU, 1989) é que as tentativas de co-habitamr nas fronteiras simbolicamente estabelecidas da ciência adulta e da vivência “crianciva” pode se tornar uma criação inventiva, entre territórios linguísticos dinâmicos que são impulsionados por forças cambiantes das percepções, ações e de conhecimentos que são estabelecidos em um sistema sensível e afetável das trocas valorativas.

De modo que “Lutar contra uma dominação cada vez mais polifacetada significa perversamente lutar contra a indefinição entre quem domina e quem é dominado, e, muitas vezes, lutar contra nós próprios” (SANTOS; MENESES, 2010, p.18), este trabalho não pretende negar ou ocultar os governos da(s) infância(s), suas vulnerabilidades e (r)existências, mas dialogar na fronteira destes poderes.

## 1.2 Na artesanaria com as crianças: uma experiência ecológica

No sentido construtivo, lento e processual do objeto que me provoca e que se põe em questão, a necessidade de abraçar a empiria em tempos destoantes, me levaram a uma pluralidade de técnicas aliadas à apropriação progressiva da teoria (BOURDIEU, 1989). Nesse sentido, o sociólogo Márcio Sá (2018) reflete:

Se é o pesquisador que (re)constrói o tema com a experiência de campo, será ele também quem terá de desenvolver instrumentos apropriados, decidir os rumos da sua experiência-tese, que segue sendo moldada, enquanto tais instrumentos são manuseados (SÁ, 2018, p. 348).

No desconforto de que “a cabeça pensa onde os pés pisam”<sup>12</sup>, a pausa nos encontros presenciais por conta da pandemia, quando estava prestes a fazer a imersão no ambiente de pesquisa, e as tantas outras pausas relacionadas ao meu cotidiano doméstico, reinscreveram o processo imaginativo- investigativo. Neste “trabalho de campo” a prática metodológica, que se permitiu em “transgredir métodos” fechados (BOURDIEU et al, 2002 [1999]), trançou ações participantes e outras participativas para fundamentar o exercício cotidiano de estar atenta às peculiaridades e aos contrastes que separa e combina “os achados” de minhas pré-noções.

É importante salientar que esta pesquisa habita em um contexto de crises não só da conjuntura, mas dentro de seu próprio fazer, por isso que as inspirações etnocartográficas co-habitam memórias, relatos e vivências compartilhadas, pelas crianças e suas famílias, no enlace do tempo-lugar de cada visita, virtual e presencial. Como já dito, é (n)esse contexto vivido, que uma etnografia “pura” e profunda como estratégia de pesquisa não se fez viável enquanto método fundamental para experimentar os territórios imaginativos, comunicativos e linguísticos com as crianças, dentre tantas técnicas a que ela pode se associar. Ao “vulnerar minha própria cosmologia” (PEIRANO, 2014, p.382) com a proposta de plurinarrar uma tese em diálogo com as gentes e a diversidade de seres relacionalmente colaborativos foi:

[...]necessário ultrapassar o senso comum ocidental que acredita que a linguagem é basicamente referencial. Que ela apenas “diz” e “descreve”, com base na relação entre uma palavra e uma coisa. Ao contrário, palavras fazem coisas, trazem consequências, realizam tarefas, comunicam e produzem resultados. E palavras não são o único meio de comunicação: silêncios comunicam. Da mesma maneira, os outros sentidos (olfato, visão, espaço, tato) têm implicações que é necessário avaliar e analisar (PEIRANO, 2014, p. 386).

---

<sup>12</sup> Frase enunciada por Frei Betto (1997) ao tratar da práxis de Paulo Freire no ano de sua “transvivênciação”. Disponível em: <https://leonardoboff.org/2021/09/07/homenagem-a-paulo-freire-em-seu-centenario-de-nascimentofrei-betto/>. Acesso em janeiro de 2022.

Portanto, como discutem Mariza Peirano (2014) e Tim Ingold (2016) sobre as dinâmicas etnográficas, o que se desenvolveu dentre as inspirações metodológicas, foi de dialogar, expandir e se atualizar no (re)fazer e no (re) trançar das atenções, no processo de se comprometer com a atividade de elaborar e comunicar as provocações, as familiaridades, as surpresas e (re) (des)encontros em campo. Com as escutas-observantes e os registros criativos a partir das atenções abertas pelas janelas enunciativas, assunto que trato mais à frente, vivenciei voos, rasantes e mergulhos nas vivências cotidianas, mesmo que transitórias entre frestas, que colaboram com o que se pretende dentro de uma proposta ecológica. Sobre uma epistemologia ecológica, para além das representações, compreendo que:

Conhecer é fundamentalmente uma habilidade que adquirimos na relação com outros organismos e seres que habitam o mesmo mundo, e não uma prerrogativa humana que se processaria no espaço restrito da mente como uma operação racional. Torna-se, assim, impossível dissociar a mente do corpo, a cultura da natureza, o conhecimento da experiência. Para conhecer, a partir da perspectiva ecológica, é necessário estar imerso na matéria e no mundo através do engajamento contínuo no ambiente (STEIL, CARVALHO, 2014, p.164).

Bateson (1986) e Ingold (2000) epistemologicamente acionam um pensamento ecológico sobre a compreensão do social, contestando uma visão representacional e a divisão entre a natureza e a cultura ou da mente e do corpo. Como referências, os autores ressaltam sobre a impossibilidade do distanciamento e da neutralidade do/a pesquisador/a no ambiente pesquisado e sobre suas escolhas teórico-metodológicas, já que são banhadas pelas disposições incorporadas durante a trajetória de vida e dessa forma influem sobre sua presença em campo (VELHO, 2001; STEIL, CARVALHO, 2014). Por isso que a compreensão ecológica do engajado, do (a)colhido e do transcrito promovidos nesta tese, perpassa “a confluência e encontro de racionalidades em um diálogo de saberes” (LEFF, 2016, p. 59) que mapeado, desenhado e narrado abrem-se para uma compreensão do social e sobre “os modos de habitabilidade do mundo” (LEFF, 2016, p. 61) com e a partir do vivido na prática da pesquisa, mas dentro dos limites do tempo-lugar visitado e sentido.

Assim que de modo artesanal me esforço a elucidar sobre o movimento imaginativamente sociológico no desabrochar dos conceitos, desde a pesquisa (participante e participativa) até a análise de dados. Enquanto experiência ecológica cultivada de forma educativa, perceptiva, dialógica, compreensiva e cartográfica a partir das vivências com as/das crianças e seus afetos no lugar em ocupação, me apoio em imagens, desenhos (meus e das crianças), contos literários, mapas geográficos/vivenciais e as vinhetas narrativas para narrar de modo trançado e plural o objeto-vivido estudado.

Nesse sentido, os tempos dos encontros “livres”, foram abertos e dialogados com as intenções da pesquisa e as permissões espontâneas e refletidas com/pelas/das vidas participantes. Como Mónica Franch (2016) reflete em sua etnografia sobre os tempos livres de jovens em uma comunidade do Recife-PE, são movimentos sentidos em uma “[...]Dinâmica construída de pequenas atitudes, da observância de certos rituais, da partilha de visões do mundo, da extensão das ocasiões de encontro e da abertura a graus crescentes de intimidade dos sujeitos envolvidos”, assim que ela pôde “ser alimentada, transformada ou abandonada” (FRANCH, 2016, p.170). E dentro das desconfianças pelo momento vivido em crises, a intervenção:

[...] foi algumas vezes interrompida, em prol de uma ação que visasse à promoção mais imediata do bem-estar das crianças com quem trabalhei, e outras vezes mantida, visando à continuação da observação participante, já que explicitações e desafios podem se tornar ações disruptivas ao longo do trabalho de campo (LEWIS, 2003, p. 48).

Desse modo, as inspirações teórico-metodológicas que se adequassem às nossas vidas, impulsionam sentidos éticos de cuidado que eram sempre re-energizados, tendo em vista que os sentidos que envolvem os seres em suas vulnerabilidades desencadeiam dilemas, os quais “tão imediatamente associado às crianças” dentro de uma pesquisa “pode-se tornar um obstáculo ao diálogo, à medida que a necessária aproximação em relação a cenários concretos para se perceber o que em cada cena torna (ou não) a criança vulnerável” (PRADO; FREITAS, 2018, p.68) podem aciona limites sobre as intervenções no contexto. Portanto, as estratégias de pensar o mundo social com as crianças e sua(s) infância(s) transita, portanto, em uma metodologia planejada “abertamente”, dentro dos planos objetivados, que não apenas converge para um “olhar sociológico” (BOURDIEU, 1989, p.49), mas também no assujeitamento às vulnerabilidades das relações que me envolveram em um empenho multissensorial nos limites das condições dos espaços domésticos, tanto no meu, como no das participantes.

(A)colhê-las como “entes”, dessa forma, me dispôs à relações de conquistas para que eu participasse de seus cotidianos e elas participassem de minha proposta. O enlace pareceu frondoso quando fui presenteada com mensagens em tempos aleatórios, ligações para contar e saber sobre meu dia e que seria “*parte da família, porque conhece a comunidade*”, sentir que “*a senhora tem um lugar no meu coração, porque a senhora é legal*” e mais ainda perceber que meus registros criativos, como diário de campo, seria um “*livro mágico, porque tudo que a gente diz a senhora anota*” (Diário de campo, Projeto “Amigas Solidárias”, de abril a outubro de 2022).

Desse modo, para além dos sentidos às “vistas”, as escutas e os toques se emaranham às percepções construídas nas ações compartilhadas pelas/com as crianças e pelos/com os seres de suas con-vivências. Na presente trajetória de inspirações etnográficas e cartográficas, conduzo um diálogo baseado em vivências metodológicas (as janelas enunciativas, as escutas- observantes e as vinhetas narrativas) e alguns registros criativos, participantes e participativos, mesmo esbarrando nas inquietações e nas (in)diferenças contemporâneas (MILLS, 1972) por limitar e se expandir, nos tempos-lugares das forças solidárias, cuidadosas e brincantes, o (re)trançar dos sentidos de se viver-ter uma pesquisa “*animada*”.

#### 1.2.1. Nas frestas das “janelas” enunciativas e o (a)colher das narrativas

Neste âmbito artesanal, esta tese se apoia nas possibilidades do (a)colhido através de “janelas” enunciativas, objetivadas por compreender os movimentos das crianças em seus lugares de con-vivências.

Na primavera de setembro de 2021, quando se iniciou a flexibilização do isolamento social, ainda continuavam os contágios das “gripes” entre as adultas e as crianças e esta condição foi sendo um empecilho durante todo o período de pesquisa, aumentando os espaçamentos entre os períodos de re-contatos e das possibilidades das visitas. Dessa forma o vínculo se quebrava, mesmo percebendo a continuidade de certa abertura, em tons cordiais, para a acessibilidade dos encontros. Quando o aceite era aberto: “Pode vir quando a senhora quiser!”, as visitas eram marcadas geralmente pelas tardes em que eu conseguia me organizar entre os meus afazeres domésticos, das outras mulheres e de muitas das crianças participantes da pesquisa.

A procura pelos endereços e residências eram tensos, pois apesar de conhecer os arredores, me adentrar por entre os becos, as ruas de terra e em um território aparentemente hostil, exigia certa atenção, principalmente no adentrar da noite quando a conversa rendia.



Imagem 3. Arredores “adentro” das comunidades. Foto: Karla J. R. de Mendonça. Setembro de 2021.

Ao chegar era acolhida nos terraços, de modo que priorizando a minha segurança e das pessoas da casa em relação ao período pandêmico, o uso da máscara e o reforço dos cumprimentos à distância era imprescindível. As crianças ao me avistarem se mostravam animadas pelo abraço, e foi desconfortável negá-las o contato físico, mas os toques e gestos com as mãos como brincadeiras na chegada, causavam risos. Com o tempo, os esperados abraços e sorrisos não vistos por conta das máscaras, aconteceram principalmente após março de 2022, mesmo que não tivessem cessado as transmissões das variantes virais e outras mazelas que continuavam a amedrontar a população em tal conjuntura. Nesses contatos presenciais cresceram vínculos que viabilizaram a caminhada da pesquisa de modo mais sensível ao vivido pelas crianças, e se fez perceber o quanto os encontros entre os espaços sociais fizeram falta nos sentidos emocionais e sociais das relações humanas.

Ao adentrar os terraços das casas, essas intimidades compartilhadas a partir do que/quem se aponta de passagem, de alguém que chega e se apresenta, dos animais que também foram apresentados, dos cantos e objetos escondidos, os detalhes do ambiente e das paradas para o atendimento do inesperado, foram movimentos contrastantes sobre um cotidiano que se sopra em uma atmosfera de (re) criações, acordos, contratos sociais e tempos que giram no que se faz (em) comum. Por essas possibilidades que a pesquisa pôde caminhar por inspirações etnográficas e cartográficas, mesmo que adaptadas, como experiência/exercício/atividade performática convergente entre o material e emocional percebido, sentido, carregado e



analisado na vivência com o/no lugar e com tudo/todos que no dado momento do encontro se enunciaram.

No entanto, este trânsito se deu entre fragmentos íntimos, minúcias e talvez naquilo do que poderia ser julgado como efêmero, fazendo desta composição um trançado entre o (de)vagar e a (re) aproximação de imaginários. nas (des)harmonias da presença do trabalho investigativo e no afastamento (re)interpretativo da escritura. Sobre isso, reconheço que:

Ao nos atirmos para a “lógica informal da vida cotidiana”, estamos também adentrando uma zona mal definida, mapeando maneiras de ver e pensar o mundo que não são nem homogêneas, nem estanques. Em outras palavras, nossos modelos sempre vão ser uma simplificação grosseira da realidade (FONSECA, 1999, p. 76).

Perceber que estava pesquisando por uma “janela”, enquanto uma abertura limitada, foi sentida junto as angústias de dialogar através das telas, mas também nos medos das visitas e dos encontros com o uso de máscaras e sem grandes contatos por conta do período pandêmico. Até da janela da cozinha da casa em que morava entre as localidades pesquisadas, quando no isolamento social permanecia em ansiar por métodos adaptáveis para fora e dentro dela, a reflexão cansativa por alcançar o tempo-lugar pesquisado, mesmo que por frestas, acabou sendo o viável. É como no conto “Famigerado” de Guimarães Rosa (2005), em que o narrador de sua janela reflete sobre a chegada de um “cavaleiro com cara de nenhum amigo”, revelando em seguida como ambos, pelas frestas e relacionalmente, procuram detalhes entre os elementos ofuscados para que dessem conta de compreender um ao outro. Uma pesquisa pelas frestas reflete como:

[...] ao pesquisar, investigamos numa linha extremamente tênue daquilo que não sabemos, pois se pesquisar é achar o que já vimos, isto nada tem a ver com pesquisa; e se pesquisamos o desconhecido, é preciso experimentar estas forças, as forças do caos, da incompletude, da indeterminação...Enfim, precisamos da criação e da arte – que são totalmente afins com o caos e com o pensamento – para que possamos daí extrair uma nova/outra possibilidade de vida (ABRAMOWICZ; RODRIGUES, p. 468, 2014)

Pensadas em “temas” capazes de gerar diálogos entre os/as participantes da pesquisa, as “janelas enunciativas” são alinhavadas com a questão-problema desta proposta, de modo observacional, oral e performático no momento das relações de todas as pessoas e do todo envolvido em afetos. Dessa forma, as “janelas enunciativas” acabaram por apontar horizontes para análises cabíveis ao contexto pesquisado, como a prática do “criar” vinculada a “infância boa” e o que se vive nas “frestas” das condições de uma vida “apertada” financeiramente.

A proposta metodológica abriu-se inspirada nas “grades” de entrevistas “mais ou menos biográficas” que Bernard Lahire e sua equipe conduziram, objetivando traçar estudos de casos que apanhassem as trajetórias de vida dos entrevistados. A partir desta prática, o

sociólogo na complexidade das variações intra-inter-individuais dos comportamentos e nas pluralidades das disposições incorporadas, segundo os contextos sociais em suas dimensões dia-sin-crônicas (LAHIRE, 2004), visou compreender similarmente as grandes matrizes socializadoras, a esfera de atividades (ou um domínio de práticas) e as condições de como elas são estruturadas (LAHIRE, 2004). A partir desta proposta, elaborou-se quatro “janelas enunciativas” que acabaram por confluir noções entre si:

1. A casa: movimentos de ocupação e construção, estrutura física, espaços de ocupação pelas crianças “sozinhas” e acompanhadas nos fazeres domésticos e de interesse, como se situa na comunidade, expectativas em torno da posse, sonhos e conflitos intra- inter- familiar.
2. A família: a estrutura familiar, as relações de parentesco, lazer e situação socioeconômica.
3. Mulheres: biografia- infância, onde passou a infância, como se tornaram mães- avós, práticas domésticas, investimentos e cuidados relacionados às crianças, trabalho, lazer.
4. A(s) crianças, biografias e práticas contemporâneas: nascimento (a partir dos relatos das mães/avós e da(s) criança(s)), práticas e movimentos em casa e para fora dela, movimentos na comunidade, as práticas incorporadas: desejos, prazeres, cuidados, violências e perigos (medos), o lazer e as instituições envolvidas em sua infância (família, escola e outros espaços sociais).



Imagem 6. Da janela de Vitória: inspirações para as escutas-observantes. Foto com efeito: Karla J. R. de Mendonça. Junho de 2022.

Como este estudo foca nas con-vivências para compreender as percepções de “infância boa”, é importante frisar que de início, nas primeiras visitas em 2021, esta

abordagem era refletida enquanto “temas geradores”, como um ponto de partida para que aflorassem as conversas. No entanto, com o amadurecimento das reflexões em práticas, acabou por se ressignificar. Em uma visita à casa de Vitória no Aratu, as “janelas enunciativas” ganharam um significado e uma performance mais fluída, quando a menina me convidou para ver a “sua paisagem” através da janela de sua casa de alvenaria. A casa, ainda em construção, e que se resumia a um quarto, com as outras acomodações concentradas no barraco ao lado no mesmo terreno, senti como os “nossos olhos precisam de liberdade”, como a personagem Saharienne reconhece na obra “O avesso da pele” de Jeferson Tenório (2021). A noção de liberdade aqui aparece com a vulnerabilidade de se deixar levar com as crianças em seus lugares de con- vivência nas naturezas do lugar, e observar nesse sentido as “paisagens” e seres outros que humanos (FLEURY et al, 2014) a elas vinculados.

Neste âmbito, é importante ressaltar que não foram elaboradas de modo objetivo nenhum instrumento para recolher dados sobre a caracterização das pessoas participantes desta pesquisa, seja sobre idade, raça, classe ou gênero. Esta escolha se deu, não só por uma escolha metodológica de amparo mais fluído, mas principalmente pelo fato de que outra forma de inserção em campo talvez poderia dificultar ainda mais os aceites, devido os tempos-lugares inseguros e das diversas pressões e lutas nestes contextos pelas famílias pela própria sobrevivência. Assim, as “escutas-observantes” e alguns registros criativos, que trarei no próximo tópico, tiveram potência à luz das ações cotidianas, percebendo quando e quais identificações surgiam espontaneamente ou subliminarmente nos diálogos com as crianças e seus afetos, para só então procurar aprofundar tais compreensões mediadas por conceitos e categorias.

### 1.3 Compassos participantes e participativos: As escutas-observantes, os registros criativos e as vinhetas narrativas

Este processo metodológico se re-faz na prática dos contatos, das visitas e dos encontros, gradativamente observando e escutando para além do dito, dado os obstáculos latentes nos tempos pandêmicos em se fazer pesquisa qualitativa com as crianças, estendidos inclusive aos encontros presenciais. O (a)colhimento das narrativas e de outras percepções que embasam esta tese, se deram através de escutas-observantes presentes por entre os compassos participativos (criação de desenhos, mapas vivenciais, rodas de conversa, brincadeiras, fotos, vídeos e passeios) e participantes que se davam nas rotinas dos locais acessados, desde o contato remoto até o acesso presencial com o gradativo afrouxamento do isolamento social.

Para dar início à seleção dos participantes da pesquisa, focando principalmente nas crianças, primeiramente realizei o levantamento dos contatos telefônicos das famílias moradoras nas comunidades da região leste-sul de João Pessoa-PB, através de uma lista cedida pela escola municipal situada em uma das localidades pesquisadas (Penha). Segundo a instituição o que foi constatado, como por todo território periférico do país nessa conjuntura, a falta de condições mínimas para o contato diário com as crianças estava prejudicada devido a falta de telefonia e internet nas moradias, além de tantos outros limites. A partir de uma conversa com psicóloga da escola, com a qual compartilhei a proposta de pesquisa, foram cedidos apenas os contatos com as famílias que já tinham sido contatadas e que se mostraram acessíveis ao diálogo via telefone, apostando na possibilidade de se tornarem potenciais participantes<sup>13</sup>.

No isolamento social do espaço da sala da minha casa, os primeiros contatos via *WhatsApp* foram realizados. Nesse período inicial ficou claro que um recorte em relação às condições socioeconômicas vividas pelas famílias seria um desafio imposto, pois o contato só seria possível àquelas com acesso à internet, a aparelhos telefônicos modelos *smartphones* e que participavam mais ativamente nos grupos do aplicativo de apoio à escola, além das condições econômicas, as condições culturais e sociais que também marcaram as participações iniciais.

Nesse sentido, já ficava claro que as crianças nestas localidades vivem outros tipos de isolamentos sociais antes mesmo da pandemia.<sup>14</sup> De acordo com a pesquisa TIC Domicílios<sup>15</sup>, realizada pelo Centro Regional e Estudos para Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC, 2021), 11,8 milhões de domicílios no Brasil acusam não ter acesso à internet, e

---

<sup>13</sup> É importante recordar sobre a evasão e a quebra das relações de ensino-aprendizagens relacionadas ao currículo no período pandêmico para as crianças de escola pública, além das questões emocionais instáveis principalmente pelo fato de terem que realizar atividades sem apoio em suas casas através do celular, do medo instalado, principalmente após as perdas de familiares próximos, e das situações sociais-econômicas potencialmente agravadas levando inclusive à insegurança alimentar. De acordo com as docentes da Escola que atende as localidades focalizadas nesta pesquisa, e por minha própria experiência, se mantinha contato com um número que variava entre 4 a 11 estudantes por turma, que geralmente tinham em média até 25 matriculados. Muitas ausências, ansiedades, faltas, custos e revelações reeducaram os fazeres em cada casa, invadidas pelas exigências institucionais, as quais igualmente transitei, cuidei e compartilhei com as crianças no distanciamento da minha casa (incluindo com as minhas crias).

<sup>14</sup> Em 18 de março de 2021, no ápice da Pandemia de Covid-19, momento no qual toda a rede educacional pública lutava de diversas formas para manter os contatos com os estudantes, o presidente da república vetou a proposta apresentada pelo Projeto de Lei nº 3.477, de 2020 que sugeria investir na distribuição de internet pública com fins educacionais. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/despacho-do-presidente-da-republica-309292660>. Acesso em março de 2021.

<sup>15</sup> Resumo Executivo - Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2020. Pesquisas cetic.br. Publicado em: 25 de novembro de 2021. Por: cetic.br|nic.br. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201505/resumo\\_executivo\\_tic\\_domicilios\\_2020.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201505/resumo_executivo_tic_domicilios_2020.pdf)

segundo as famílias e as crianças com as quais conversei nas voltas gradativas ao presencial no segundo semestre de 2021, suas ausências em relação às atividades escolares nos grupos do *WhatsApp* se deram por não possuírem condições financeiras para comprar dados móveis ou aparelhos com capacidade de acesso à rede, algumas vezes nem mesmo possuíam aparelhos de celular de modelos mais simples. Nesses casos, o “boca a boca” continuava sendo a principal fonte de informações por entre as localidades.

Assim, as crianças e mães indicadas pela instituição, foram selecionadas de acordo com a interpretação de serem “bem falantes”. Os encontros curtos e nas possibilidades dos tempos acordados de nossas horas de maior acessibilidade e confortos possíveis, geraram as aproximações de modo espaçado, o que causou preocupações em relação a dificuldade de alcançar um bom número de participantes, levando considerar contatar com mães que já me conheciam de turmas com as quais trabalhei por alguns meses em 2019. O acesso foi mais tranquilo com essas famílias, as crianças apreciaram também o reencontro e se mostraram contentes com a possibilidade futura de uma visita em suas casas.

As ondas dialógicas ritmadas por encontros amigáveis pelo telefone, mesmo que desafiador pela impessoalidade, duravam entre 1 a um pouco mais de 2 horas, dependendo da empolgação da adulta envolvida, da atenção das crianças e da oscilação do sinal de internet, sendo que apenas duas das casas tinha acesso à rede wi-fi. Elas foram impulsionadas por vínculos através de conversas curtas, longas, entre as espiadas e interferências das crianças nas conversas com as mães, enquanto acompanhantes de suas rotinas em casa durante a pandemia. A timidez inicial exigia uma maior destreza para que a conversa acontecesse para além de respostas como sim, não e não sei. A palavra “pesquisa” era recebida pelas mães/avós com certo receio, e sobre as crianças muitas mães avisavam: “olha, ela(e) é muito tímida, mas pode conversar com ela(e) sim”, fato que quando foi possível conhecê-las presencialmente na escola não apresentavam comportamento similar, pois ao perguntar (de máscara) “lembra de mim”? Elas geralmente reconheciam pelos olhos e pela voz, afirmando terem conversado comigo por telefone.

Detalhamentos prévios e combinados foram necessários com as mães/avós, não só em relação aos termos formais de consentimento e de assentimento, se mostrou fundamental com a inclusão de áudios explicativos sobre o que se trataria a pesquisa durante os contatos remotos, e na probabilidade dos encontros presenciais além de retomar as explicações, apresentei os termos impressos. Senti desconfortos em alguns dos aceites por parte das mães e das avós, que pareciam não compreender sobre o que poderiam dizer que contribuísse com meu estudo. Algumas vezes pareciam aceitar com ponderações e por certa consideração por

saberem que eu era professora da escola, mesmo que eu deixasse claro que a recusa seria uma possibilidade de direito tanto das adultas (os) como das crianças. Essas questões me colocaram em conflito sobre se minha ligação com a instituição às deixavam permissivas, como uma troca por “educação”, já que muitas delas tinham experiências de longas datas, inclusive de suas infâncias, na unidade. De todo modo, eu compreendia pelas vozes e aberturas às conversas quando aconteciam de modo (des) confortável, e não insistia no contato.

Para as crianças o diálogo seguia a mesma lógica, mas se tornava um enlace mais aberto, sempre iniciado com a pergunta “você quer participar?”. Com o movimento através da tela, a imaginação sobre as casas e as ocupações (fazeres e espaços) estava constantemente ativada, já que eu só conseguia vê-las recortadas e enquadradas de forma estreita no que seria a sala. Porém, rendiam movimentos inesperados quando solicitava para que as crianças me contassem sobre a casa onde moravam e os lugares que mais (se) ocupavam, andando com o aparelho de celular para “mostrar” ao invés de falar sobre eles, apresentando visitantes e falando de joguinhos, solicitavam inclusive para que eu fizesse o mesmo e pudessem observar a imagem do meu espaço doméstico. Lembrando que tais encontros, foram mediados principalmente pelas mães e algumas avós, titulares dos aparelhos telefônicos e cuidadoras principais que acompanhavam as crianças no cotidiano doméstico, antes e durante o isolamento pandêmico. Com apenas duas crianças se fez possível o contato direto, pois dispunham de um aparelho telefônico próprio, enquanto outra parecia ter livre acesso ao telefone da mãe, o que na presença de outros irmãos gerava-se disputas pelo aparelho e pela minha atenção.



Desenho 1 . No sofá e em tela: encontro remoto com Jhefferson, a mãe e seus três irmãos. Fonte: Karla Mendonça, abril de 2021



Nas chamadas de vídeo e quando iniciamos os encontros presenciais em suas casas, percebia que as mães e as avós já tinham explicado para as crianças, antes de minha chegada, sobre a conversa com uma professora da escola. Desse modo, às preparando para o momento, estavam de banho tomado, cabelo com laços e camisetas vestidas, as arrumando para o encontro, hábito que não parecia ser o comum nas tardes sem as aulas presenciais e momentos mais fluentes para os movimentos “livres” em casa. Também pareciam preparadas sobre o “comportamento” adequado para uma conversa, se mantendo sentadas e atentas às minhas perguntas (até certo limite), prevalecendo certa ansiedade e alguns (des)contentamentos no contato.



Desenho 2. Encontros on-line: as espiões. Fonte: Karla J. R. Mendonça. Abril de 2021

Além dos contatos via telefone e das mensagens trocadas, ao final de 2021, realizei alguns “passeios” pelas comunidades pegando carona no ônibus escolar<sup>16</sup> (fornecido pela prefeitura municipal de João Pessoa), o qual transita no período das aulas neste território. Tal viagem serviu para um reconhecimento prévio sobre as localidades e em conversa com as crianças, pude observar gradativamente os elementos sociais presentes nas naturezas das localidades.

---

<sup>16</sup> As escutas-observantes experienciadas através do trajeto no ônibus escolar, foram aprovadas previamente por termo de apresentação e consentimento do projeto de pesquisa junto à secretaria de educação do município. No entanto, os “passeios” no ônibus escolar foram cessados durante todo o primeiro semestre de 2022, pois apesar das aulas já terem sido liberadas no modo presencial, sem o recorte em grupos e com a estrutura da sala de aula modificada com placas de acrílicos envolvendo as mesas das crianças, não foram cedidos ônibus com maior número de assentos que comportassem a totalidade de estudantes que a instituição atende.

Nestas longas viagens (em torno de um pouco mais de 1 hora), pude conhecer, conversar e observar a possibilidade de outras crianças enquanto participantes nesta pesquisa, que mais tarde, entre algumas viagens, compreendi a existência de laços de parentescos com aquelas já contatadas. Esse fato começou a ser comum, pois quanto mais a conversa se desenvolvia, com uma maior diversidade de crianças sem a preocupação etária, de acordo com os lugares “vagos” e os convites ao me observarem no transporte com frequência, é que se percebiam mais laços familiares. O mais interessante é que esses laços não eram apenas contados em relação aos seus irmãos e irmãs, primos e primas, mas também sobre alguns/mas tios/tias, sobrinhos/as e outros parentes das crianças “inventados”, que residiam por entre as localidades e compartilhavam os caminhos compreendidos como “passeios”.

Concomitantemente, passei a realizar curtas visitas à escola no bairro da Penha como retorno presencial das aulas. Apesar de me deparar com uma organização de sala de aula em que as crianças eram separadas em pequenos grupos e com placas de acrílicos em suas mesas, sem contato físico (por entre as fugas), foi possível conversar com muitas delas para compreender os seus movimentos pelas localidades com a realização coletiva dos mapas vivências, sobre os quais retorno a falar mais a frente.

O acesso ao projeto “Amigas solidárias” no Aratu, também foi promovido através de um movimento similar descrito até aqui com visitas e escutas-observantes me inserindo uma vez por semana em suas atividades. Com exceção dos telefonemas como pontes de conversas, estes se mantiveram como instrumentos para conversas informais entre eu e as mães, bem como para a marcar visitas nas casas das crianças que pude conhecer a partir da organização. Com o passar dos dias, participando de alguns encontros com as famílias em reuniões, festas e passeios em que as mães participam como voluntárias para ajudar nos cuidados das 37 crianças, pude estabelecer contatos com o grupo e especialmente com 2 crianças mais efetivamente, convidando-as para participar da pesquisa. Por ali, uma mistura de práticas acolhidas, planejadas e oferecidas foram dispostas de acordo com o cotidiano da instituição, de modo a ir conhecendo e criando vínculos com as crianças, processo em que tanto eu, como elas, estávamos sempre de “olho”.

Assim, as escutas-observantes enquanto estratégia-sensorial principal do processo investigativo, se fez presente em todas as oportunidades de encontro e a base para todo o (a)colhido, inclusive na composição do diário de campo e posteriormente a este texto. Biel (8 anos), enquanto eu observava e escutava uma reunião no projeto “Amigas Solidárias”, registrando alguns pontos no meu diário de campo, ele questionou:

Biel: Porque você tem o olho assim?



Demorei para entender seu questionamento, a irmã interferiu e, como se estivesse justificando a possibilidade de eu achar uma pergunta descabida, apontou:

Jaci: ele é especial!

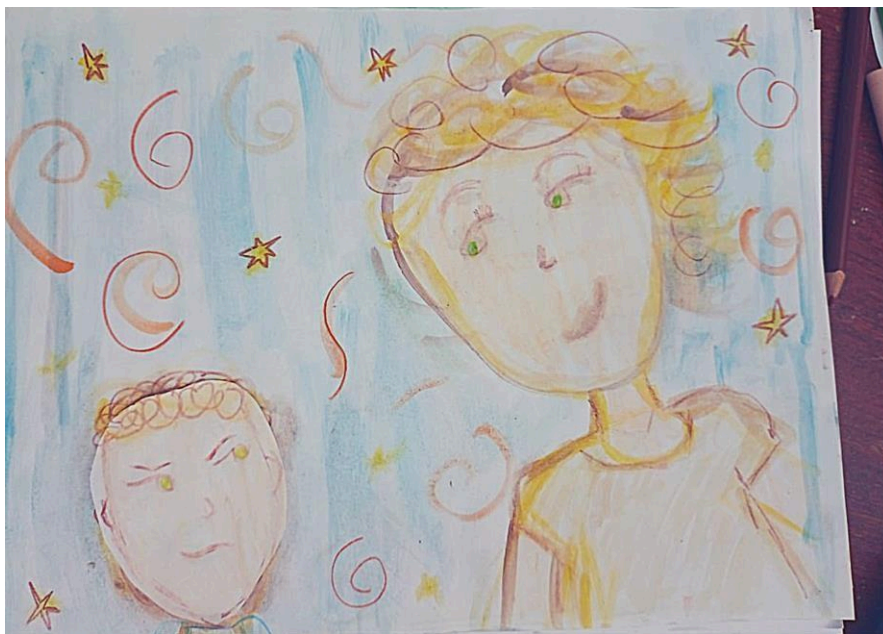
Biel continuou: o meu não faz isso.

Jaci procura entender o questionamento: O que foi Biel? Eu tô vendo tudo com meu olho daqui mermo. E ele retomou...

Biel: A senhora sabe fazer essas letras tudinho?

Então percebi que ele analisou que meu olho se mexia enquanto eu escrevia em meu diário de campo, e que por ele ainda não saber escrever seu olho não faz o mesmo (Diário de campo, projeto Amigas Solidárias, maio de 2022).

Já entre os registros criativos enquanto instrumentos de uma proposta participativa, junto às escutas-observantes, os desenhos foram aliados curiosos. Eles foram criados espontaneamente e apresentados durante os encontros com as crianças, como também por vezes eram solicitados após questões refletidas coletivamente sobre algumas das “janelas enunciativas”, tanto nas instituições como nos terraços das casas. Como criações acolhidas nesta tese aliadas ao texto, os desenhos se apresentam como um trabalho imaginativo-narrativo tanto pelas crianças, como pode ser visto anteriormente, por mim. Esta vivência autoral foi retomada pela necessidade de criar algo palpável sobre aquilo que se podia ver, mas não era possível filmar, tampouco seria viável detalhar o dito e o visto apenas com as palavras. Assim, mesmo com certa timidez e insegurança o desafio está posto, ao qual já apreciava na intimidade da minha casa como forma de expressão afetiva.



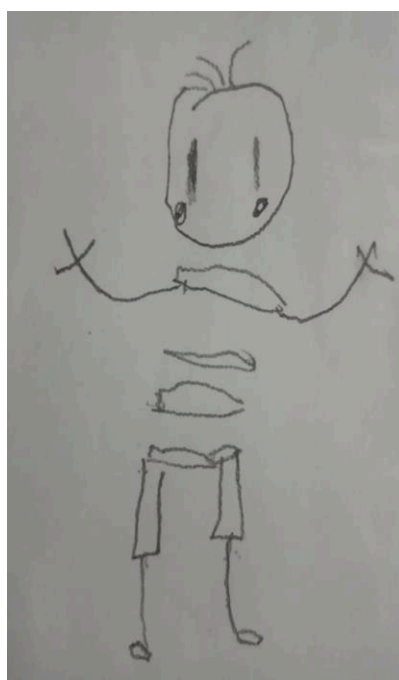
Desenho 3. Encontros on-line: des-confianças das crianças. Fonte: Karla J. R. Mendonça. Março de 2021

Já em relação às crianças, percebo que a prática do desenho reflete disposições incorporadas que só são vivenciadas por umas, quando solicitadas, e por outras de forma prazerosa. O desenho, muitas das vezes considerado uma vivência comum na infância,

contraditoriamente, durante esta investigação as crianças demonstraram não ser uma forma de se contentarem em seus “tempos livres”. Diante de convites para que registrassem suas percepções e imaginações sobre os diálogos ou sobre suas práticas cotidianas, e até mesmo compartilhar seus desenhos realizados em casa e nas instituições quando afirmavam gostar de fazê-los, algumas das crianças demonstraram-se desconfortáveis e descontentes com a proposta por “não saber desenhar” e “não saber fazer bonito”, o que me chamou a atenção. Mesmo que as orientassem que não existia desenho certo ou errado, bonito ou feio, muitas crianças apresentavam argumentos contrários à possibilidade da atividade. No entanto, aquelas que me presenteavam com “imitações”, comunicam a contrariedade de “não saberem” desenhar ao revelarem, a partir do ato incorporado da cópia, suas autorias sobre aquilo que para elas era entendido como “bonito”. Além disso, surpreendeu o fato de que algumas das crianças, como Be (11 anos) e Sofia (8 anos), entendam seus desenhos como “artesanatos”, mesmo que “nem tão bonito assim” (SOFIA, outubro de 2021).



Desenho 4. Cavalo de Be. Enviado por *WhatsApp*. e setembro de 2021.



Desenho 5. O menino e o mundo pelos olhos pelas mãos de uma criança. Projeto amigas Solidárias. Maio de 2022.

Outro registro criativo e colaborativo com esta tese, foram os “mapas vivenciais”. Enquanto instrumento que alicerça a comunicação sobre a diversidade dos movimentos das crianças, foram propostos nos espaços das salas de aulas da escola municipal (Escola da Penha) e no projeto Amigas Solidárias no Aratu. Assim que fui sendo reconhecida como uma tia que ia brincar, desenhar e contar histórias, uma “tia de artes”, mesmo que a cada encontro explicasse sobre a criação de um trabalho que contaria sobre as “vivências” de suas moradas

nas localidades. Muitos desses mapas não foram contados apenas em imagens desenhadas, eram também retratados através das oralidades e performances durante algumas mediações e atividades, como por exemplo: brincadeira com massinha; brincadeiras de roda envolvendo cirandas; artesanatos com gravetos, pedrinhas e folhas de árvores; contações de histórias (escolhidas com personagens representados por crianças) com os livros “O pequeno príncipe” (Saint-Exupéry, 2009), “As panquecas de Mama Panya” (Richard Chamberlin e Mary Chamberlin, 2005) e a apresentação do filme “O menino e o mundo” de Alê Abreu (2013).

Como elemento tecnológico que colaborasse com o compartilhamento dos mapas vivenciais, uma câmera fotográfica digital foi cedida às crianças durante 1 mês, para que registrassem passeios, eventos e práticas de seus cotidianos em casa e para fora da comunidade, instrumento pelo qual os aspectos registrados tiveram múltiplas intenções (selfies, brinquedos, festas, objetos da casa, família), sendo que duas das crianças demonstraram pouco interesse para tal. Além disso, muitas imagens e vídeos foram compartilhados sobre seus movimentos, por suas mães através dos celulares próprios a meu pedido e a pedido das crianças, ganhando destaque as festas comemorativas de aniversário e outras datas como o São João, por exemplo. Também cedi a câmera para que registrassem elementos de seus interesses, e manuseá-la se tornou fonte de capturas dos seus desejos de diversão com os pés em outro chão, longe de casa, como Be (vinheta 3) fez em sua viagem à Sapé com a avó.

Desse modo, as imagens captadas através das câmeras geraram cartografias de movimentos nos tempos-locais experienciados, expressando as energias efetivadas como mapas vivenciais. Desse modo, estes registros não correspondem às "simbologias e legendas convencionadas, não obedece às proporcionalidades e segue uma estética diferente daquela tradicionalmente instituída” (COSTA; BARROSO, 2018, p.998). Sobre o instrumento, Bruno Costa e Vinicius Barroso (2018) afirmam que:

Os mapas vivenciais nos possibilitam acessar a dimensão geográfica das vivências infantis de diferentes sujeitos, encontrando, inclusive, as intercessões do mundo adulto e das crianças. Por meio dos mapas vivenciais, temos tentado compreender as interpretações e as significações que as crianças atribuem às vivências nos espaços que lhes são oferecidos pelas gerações que as precederam (COSTA; BARROSO, 2018; p.1002).

É importante ressaltar, que para a criação dos mapas vivenciais das/com as crianças, seus aceites foram considerados de acordo com suas disposições diante dos instrumentos. Para aliar com tais imagens cedidas por entre os movimentos das intimidades das crianças e

suas famílias<sup>17</sup>, a partir de uma questão levantada em uma das conversas “a distância” durante a pandemia, as crianças relataram ter “saúde de passear”, e nesse intuito conversamos sobre o lugar que elas gostariam de ir na cidade. Dentre os mais citados foram a praia, a Bica (Parque Arruda Câmara), a Lagoa (Parque Sólon de Lucena), Jardim Botânico Benjamin Maranhão e o shopping, e dentro das possibilidades de o passeio ser efetivado, fiz o convite para que um dia pudessemos viabilizar a aventura.

Além dos mapas criados pelas crianças convidadas ao registro (oral e imagético), esta tese contém um mapa ecomental, elaborado ao fim da pesquisa, no sentido performático de delinear os movimentos através dos lugares com as crianças e seus afetos (humanos e outros que humanos). Esta inspiração é encontrada na abertura de mapear minhas andanças nas ruas, casas, terraços e até mesmo nos diálogos, pois, como aponta Arturo Escobar (2010, p.70), “la mapificación —no importa que tan participante sea— introduce una nueva forma de representación espacial y de pensamiento sobre el territorio”, podendo ser considerada um mapa mental devido as percepções espaciais racionalizadas na localização e na ação incorporada no ambiente, como um processo de “cognição espacial” de acordo com uma prática territorializada, revelando aspectos limitados de uma paisagem, conhecimentos, vivências e outros elementos sociais que podem ser traçados (NIEMEYER, 1998, p. 20). Com isso, é importante ressaltar com base em Bateson (1986), que o esforço trazer um mapa ecomental, como uma criação subjetiva em torno da vivência com a pesquisa, procura aguçar a percepção de como o (a)colhido está envolvido por elementos sensoriais envolvidos no tempo-lugar da pesquisa de modo co/interdependente com as pessoas participantes, outros seres e o ambiente. Portanto, como na cartografia rizomática proposta por DELEUZE e GUATTARI (1995), esta prática mapeada se fez aberta, e

[...] é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. [...] As pulsões e objetos parciais não são nem estágios sobre o eixo genético, nem posições numa estrutura profunda, são opções políticas para problemas, entradas e saídas, impasses que a criança vive politicamente, quer dizer, com toda força de seu desejo (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 23).

E redimensionando o processo investigativo nas frestas da empiria, é que desenvolvo entre os capítulos 4 e 6 as vinhetas narrativas, que transbordam discussões sobre as dinâmicas

---

<sup>17</sup> Algumas imagens das crianças e de seus parentes foram editadas com efeitos digitais, procurando preservar suas identidades, mesmo que consentidas suas publicações pelas mães, como orientado pelo comitê de ética.

agenciadas pelas crianças inter, intra e co-geracionalmente, acompanhadas especialmente pelas mulheres (mães, avós, etc). As quatro vinhetas narrativas foram criadas a partir das narrativas envolvidas sobre e com as vidas de quatro crianças, além de outras pessoas e seres de suas con- vivências. Outras 5 crianças conheci em algumas visitas na Escola da Penha e outras tantas participações no cotidiano do projeto “Amigas Solidárias” (Aratu), dentre as quais puderam somar algumas outras narrativas para as análises do trabalho.

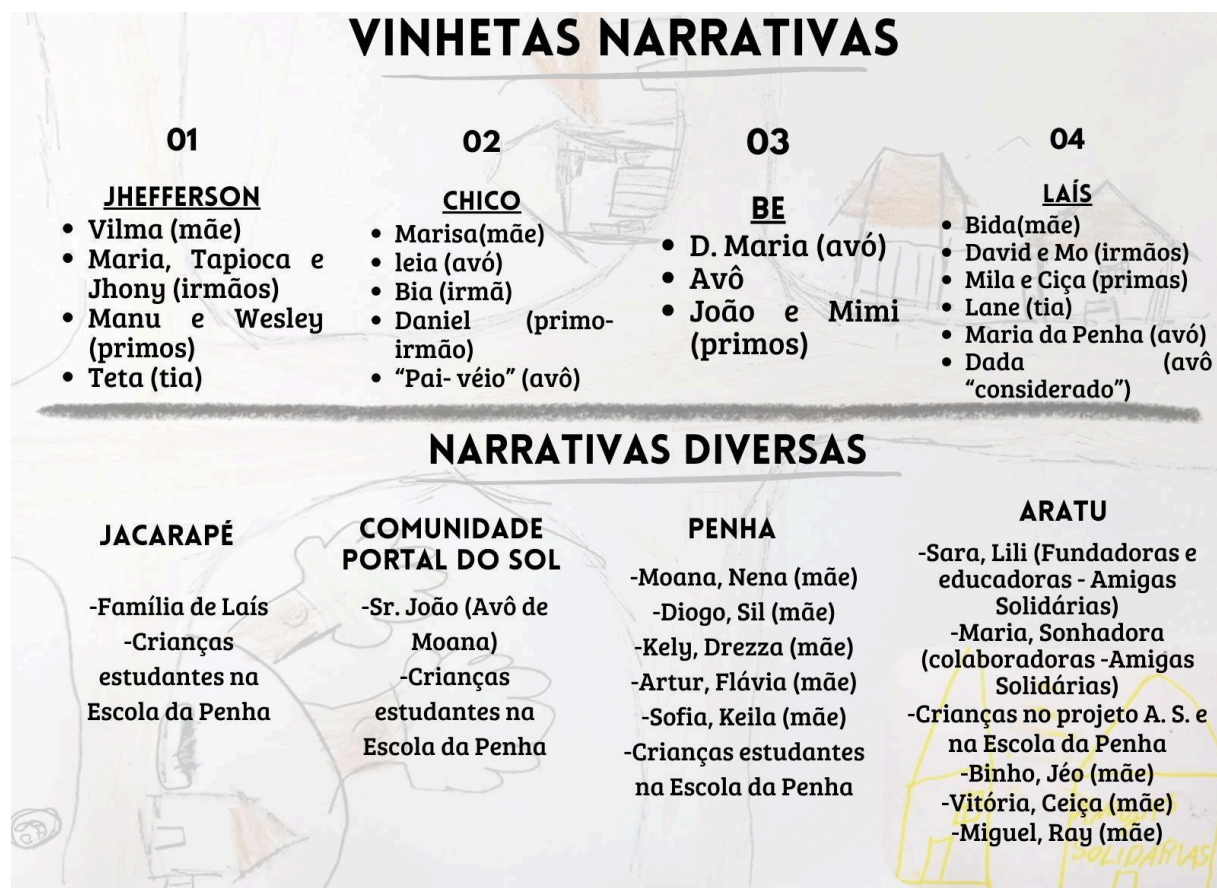
Em relação à apresentação das vinhetas narrativas, algumas semelhanças com outras propostas baseadas na construção de “perfis” podem ser vislumbradas, como os “retratos sociológicos” de Bernard Lahire (2004) e outras obras emergidas a partir de pesquisas qualitativas no âmbito das ciências sociais. No entanto, procuro desenvolver as descrições-analíticas (a partir das escutas-observantes), nas artes das oralidades e das imagens que se aliam concomitantemente para contar o “mundo” social, nos trânsitos etnocartográficos vivenciados pelo (a)colhido das gravações de áudios, imagens (desenhos e fotos registradas por mim e pelas crianças), registros em diário de campo e conversas nas ações participantes e participativas da pesquisa, além de alguns passeios que foram possíveis de realizar.

É importante salientar que não será possível observar uma cronologia nos relatos, seguindo uma ordem sequencial, mas uma construção de acordo com uma lógica descritiva e argumentativa no teor das memórias e vivências compartilhadas. Além disso, as palavras em *itálico*, indicam não só uma tentativa de conservação identitária das falas (a)colhidas, mas seus sentidos harmonizam a narrativa e compõe colaborativamente a minha própria observação e análise transformada em texto<sup>18</sup>. Aponto ainda que as identificações das crianças, mulheres e demais participantes, se dão por nomes escolhidos por elas, entre o que seria real e inventado.

Abaixo, apresento um mapa vivencial sobre as con-vivências das crianças (seus laços de parentesco principalmente), colaborando com uma visualização geral sobre as principais participações nesta pesquisa empírica.

---

<sup>18</sup> Sobre trabalhos que se apoiaram em “vinhetas narrativas”, alguns estudos na área de linguística foram encontrados. Dentro de uma abordagem fenomenológica, tem-se o trabalho de Moreira e Cavalcante Junior (2008), A tese de Fernanda C. B. Coelho (2011) no estudo sobre interculturalidades em duas escolas, uma na Alemanha e outra no Brasil, e o artigo de Fernanda de C. Modl e Nádia D. F. Biavati (2018), apoiado na tese citada anteriormente que trata mais profundamente do recurso.



Mapa vivencial 1. Con-vivências das crianças. Karla Mendonça, abril 2024.

No trançar das noções iluminadas através das vinhetas narrativas, que esta tese compõe as análises que se somam às co-criações das crianças no contexto dos encontros e das vivências que nasceram a partir desta proposição. De modo que o fazer desta tese se territorializa como um espaço de con-vivência criativa, que pode ser imaginada como um quintal “maior que o mundo”, parafraseando Manoel de Barros.

### *Conquistas*

Este capítulo traçou reflexões e apontou quais os caminhos metodológicos esta pesquisa qualitativa se empenhou. A caminhada, realizada por reflexões e emoções sentidas no ato da prática investigativa, se encontra ramificada em técnicas e instrumentos que colaboraram com o (a)colhimento dos “dados”, na necessidade de adaptar a proposta e fluir etnograficamente as escutas- observantes e os processos criativos por entre as “janelas enunciativas”. Os desenhos, fotos, mapas vivenciais, brincadeiras, conversas e até mesmo as próprias oralidades espontâneas, que colaboram com as vinhetas narrativas, é o que movimenta as análises desta tese sobre o que di/converge viver uma “infância boa”.

A partir do que foi possível reconhecer com/sobre as crianças e suas famílias ao “passar” imaginativamente por entre os estreitos cantos e largos movimentos de suas casas a partir dos aceites, é que esta narrativa em tese esteve desafiada, como refletido por Ailton Krenak, por “imaginar cartografias, camadas de mundo” (KRENAK, p. 17) mesmo dentre as violências contra as naturezas humanas e outras que humanas que o capitalismo- urbano impõe desde a infância em contextos de pobreza de renda, como este aqui situado.

Chegar, visitar, planejar e voltar aos encontros, foram movimentos sensíveis nesta artesanaria, mas me despedir igualmente. Em uma das casas, na última visita, agradei as mães e as crianças pelo trabalho realizado comigo e pela possibilidade de conversar com elas. Ao dizer a elas: *grata pela paciência com o meu trabalho*, uma das meninas afirmou: “*mas você nem dá trabalho*” e chorou quando me despedi. A mãe explicou que “*ela se apega, ela não gosta que a pessoa vá embora*”, e tendo o consolo das crianças maiores, dizendo que eu ia voltar, ela reforça a despedida elogiando: “*você é divertida!*”.

Assim, esse processo foi de gentis acolhimentos entre as mulheres (mães, avós, educadoras) e as crianças para também me escutarem e sobre consentirem às propostas participativas. Por isso, neste texto de arremate, retomo algumas questões éticas a serem reforçadas, já que esperar relações menos opressoras continuarão a nos movimentar. Nesse sentido, é que reforçar que as crianças “não sabem menos, sabem outra coisa” (COHN, 2005, p.33), já está consolidado em campo no que concerne reconhecer movimentos teóricos-metodológicos anti-adultocêntricos, não-romantizados e para além das culpas epistemológicas (CURIEL, 2018), mas a responsabilidade ética que envolve as criações das crianças espontâneas ou construídas na pesquisa que podem ser expressas na comunhão de saberes em traços não-hegemônicos em relação ao objeto científico, se faz suficiente para que as pesquisas que se “deixam” conquistar pelas crianças?

Trabalhos que reconhecem as crianças como investigadoras, coautoras e até co-produtoras de “dados”, recaem em propostas brincantes, solicitações de desenhos, acompanhamentos em seus fazeres na escola e/ou conversas informais, com as quais as crianças se mostrem “à vontade” e verbalizem entendimentos sobre os objetos da pesquisa. Sobre estas “negociações”, que baseiam a “promoção” das crianças como “co-produtoras” de dados e coautoras, Sarmiento (2018, p. 14) afirma como “um poder partilhado”. Nestes “encantos democráticos é que aparentemente com as crianças, as pesquisas no âmbito dos estudos sociais da infância necessitam caminhar por diversas estratégias para despontar as análises do social baseando-se em seus saberes e práticas de modo palpável e confiável.



Assim que este capítulo se propõe a crítica de se pensar nas crianças enquanto co-pesquisadoras e co-autoras. Ao envolver a prática das crianças neste trabalho, e até em considera-las como coautoras, de modo a valorizar suas criações colaborativas, só pode se valer através da compreensão sobre suas interpretações a partir do proposto e do provocado, tendo suas artesanias materiais e corporais mais espontâneas, igualmente valorizadas, mesmo que constantemente sendo retomadas como disposições presentes no encontro e a serem criticamente analisadas junto a uma economia das relações, sejam elas interpessoais, institucionais, tecnológicas, mercadológicas e até mesmo afetivas com os seres presentes naquele dado momento.

É no movimento da “conquista” que por vezes a descrição das “fugas” e negações por parte das crianças não entram nos trabalhos, exatamente para não desmontar uma “imagem” de que as mesmas sejam aptas interlocutoras sobre suas vidas ou que as “cheganças” junto a elas não foram bem sucedidas por parte do pesquisador. No entanto, quando estas narrativas são apresentadas podem demonstrar a complexidade da aplicabilidade de técnicas e instrumentos mais habilitados a este exercício. Dentro de minhas escutas-observantes, por exemplo, as entrevistas (conversas) com as adultas foram conduzidas entre as múltiplas atenções aos gritos, observações, risadas, choros e pedidos das crianças, numa mistura em que elas também se posicionavam a partir de alguma pergunta em que eu fazia. Quando a mãe/avó sentia que minha pesquisa estava acontecendo entre o “caos”, era comum gritarem: “Para! fica “quieto”, que eu tô conversando com a professora” (Diário de campo, junho de 2022). Dessa forma, longas entrevistas nas intimidades dos ambientes domésticos não seria confortável para as pessoas envolvidas.

Além destas questões envolvendo a prática da pesquisa, há o impasse na visão do Comitê de Ética em saúde (responsável pela aprovação dos projetos de pesquisa das áreas humanas)<sup>19</sup> que ainda se posiciona na contramão em relação a especificidade comunicativa do coletivo que desenvolve pesquisa sobre/com seres humanos. Nesse âmbito, reflete-se sobre o cuidado ao desempenhar concessões em prol da crença “democrática” e investir em coletas de dados de modo enfadonho baseado na linguagem escrita ou de intervir de modo simbolicamente violento nas práticas entre as crianças, principalmente quando destoa completamente da cultura-natureza local.<sup>20</sup> Se o enlace da participação se dá como prestações

---

<sup>19</sup> Este trabalho teve seu projeto submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Saúde. CAAE: 45391121.6.0000.5188, e todas as imagens e narrativas das crianças foram consentidas por suas mães através do Termo de Livre Consentimento, além do Termo de Assentimento também entregue às crianças.

<sup>20</sup> Estas questões foram notadas em alguns trabalhos de pesquisa, e dentre um deles, como exemplo, o pesquisador insiste em colher informações das crianças sobre o que seria brincar de “mamã e papá”, mesmo que tenha entendido que sua ação causou inibições e desconfortos.



de um contrato baseado na empatia, o que não pode deixar de ser, super-valorizar “autonomias” e atributos cognitivos- emocionais aptos às “independências” das estruturas, pode ocultar, como também se prezam, que as instituições não só desempenhem disciplinas e controles em relação as crianças, mas também cuidem e se mobilizem em ações de provimento e proteção por/a partir de suas vulnerabilidades sociais.

Retomo ainda neste sentido, que as contribuições ativas das crianças para a composição desta obra, não necessariamente se fazem descartadas ou inferiorizadas por ter seus nomes abreviados, publicar os nomes verdadeiros com os consentimentos de seus cuidadores- responsáveis e por vezes, com elas, terem escolhidos pseudônimos. Compreendo que continuam sendo movimentos dialógicos, em que a mediação e as forças tensionadas se fazem compreendidas e decisivas na prática atenta às condições e aos limites do que se pode (a)colher nos encontros pelas frestas do transitório.

Já que o consentir se faz um contrato firmado de confiança para com um/a adulto/a, percebe-se ainda como o trabalho de pesquisa pode gerar um sentido de que no presente-futuro cresçam trocas e ganhos entre as pessoas envolvidas. Isto pôde ser observado quando Manu começou a se fazer presente durante minhas escutas-observantes na casa de Jhefferson (primo) e, desse modo, passou a interferir e a colaborar com suas impressões de/no mundo (vinheta narrativa 1). Ao obter o convite de adentrar sua casa e a casa da sua avó, Manu se mostra uma caminhante comunicativa na rua em que moram, e quando Jhefferson se dispôs em assinar o assentimento, ela também se mostrou interessada, insistindo para que solicitasse o mesmo para a sua mãe. Nesse enredo, a mãe do menino, induz o consentimento da mãe de Manu, a qual afirma: “vai sim, para eles verem o trabalho e um dia chegar lá na faculdade também. É a história dos nossos filhos que vai tá escrita” (Vilma, mãe de Jhefferson, junho de 2022). O envolvimento de um contrato de suas oralidades e ações brincantes como fontes para essa minha “tarefa” foi fundamental, em que o contrato se fazia autorizado coletivamente. Esse fato é reaceso em outras casas, quando as mães/avós me percebem como uma representante de um futuro próspero para seus filhos/filhas em torno da educação. Além disso, o ato de se apossar de um “documento” impresso, pareceu um exercício “poderoso” por parte das crianças, especialmente quando por várias vezes eu as lembrava de que estava com elas escrevendo suas “histórias”.

Assim, no movimento das narrativas, como ação multissensorial e criativa, que nutrem e “confluem” (SANTOS, 2015) a minha provocação sobre adiar o fim do mundo, que é “exatamente sempre poder contar mais uma história” (Krenak, 2019, p. 13).



Imagem 9. Assinando o Termo de assentimento. Foto: Karla Mendonça (junho, 2022)

## CAPÍTULO 2

**“ÀS COSTAS” DA CIDADE:** As composições de João Pessoa (PB) e as (des) ocupações no território leste-sul litorâneo.

Nascida às margens do rio  
Nas veias do Sanhauá  
Por caminhos  
verdejantes  
Cresceu, se fez rumo ao  
mar E assim, adornada entre as  
águas Nos trajetos da história  
Passam mucambos e  
casarões Registros da  
memória Filipéia de Nossa  
Senhora Parahyba do meu  
coração [...]

*Cacá Teixeira, Thyego Lopes, Renato e Chico Limeira*



Este capítulo trata das composições sociogeográficas ao leste-sul litorâneo da capital João Pessoa (PB), abrangendo a multidimensionalidade da organização do espaço (MARQUES, 2010) e o contexto das (des)ocupações mobilizadas na cidade. No intuito de que esta pesquisa se enraíza pelo território litorâneo ao leste-sul da capital paraibana, entre a “comunidade” do Portal do Sol (no bairro Portal do Sol), da vila da Penha e da vila dos Pescadores (no bairro da Penha), de Jacarapé e do Aratu (no bairro Costa do Sol), este capítulo traz um breve esboço de como no decorrer do “crescimento” da cidade, estes locais, que a muitos anos se mantiveram “às costas” das atenções do urbano, sofre por transformações que profundamente atingem as vidas das gentes, dos seres diversos e das naturezas que por eles habitam.

Assim, nesta narrativa, com base em Carneiro (2009) e Acseirad (2010), os conceitos de território e ambiente se co-relacionam na compreensão dos locais pesquisados e como a perspectiva de lugar se enlaça nos afetos das relações. Enquanto territórios, as con-vivências locais se movimentam multidimensionalmente no vínculo com o espaço sociogeográfico e no que dele historicamente nascem, se (re)constroem, se fixam e se condicionam as práticas sociais. Como ambientes, se energiza um diálogo movimentado pelas naturezas-sociais entre as pessoas, coisas, bichos, plantas, lugares criados, construções, terras, águas e outros elementos, que vivem interdependentemente nas vivências locais e que “se movem através do tempo e se encontram” em trajetórias “enfeixadas em combinações diversas” e em (des)organizações que condicionam mutuamente as práticas e as existências (ESCOBAR, 2005; INGOLD, 2012). Em di/convergências percebem-se um trançado de práticas nas naturezas do lugar vinculado ao território que, também embaraçados em violências, se estruturam como espaços sociais<sup>21</sup> em comunicação constante tanto no âmbito local como no global. Para Arturo Escobar (2005) os locais:

[...] revelam uma imagem complexa da vida social que não está necessariamente oposta à natureza (em outras palavras, uma na qual o mundo natural está integrado ao mundo social), e que pode ser pensado em termos de uma lógica social e cultural, como o parentesco, o parentesco estendido, e o gênero vernáculo ou analógico. Os modelos locais também evidenciam um arraigamento especial a um território concebido como uma entidade multidimensional que resulta dos muitos tipos de práticas e relações; e também estabelecem vínculos entre os sistemas simbólico/culturais e as relações produtivas que podem ser altamente complexas (ESCOBAR, 2005, p.72).

---

<sup>21</sup> Entre as conceitualizações de espaço, António Pedro Sousa Marques (2010) chama a atenção sobre a amplitude e por vezes da fragmentação da noção, em que empregada multidisciplinarmente trazem referências a partir dos trabalhos de Henri Lefebvre. Ou seja, pode-se encontrar noções distintivas entre espaço, território, local e lugar como partes isoladas e que separam o geográfico do social, como Arturo Escobar (2005) também reconhece a partir da crítica de Arf Dirlik (2000). Segundo António Marques é importante que além de considerar o caráter multidimensional do espaço, ele deve ser percebido como “pluriescalar ou multiescalar, num processo activo de complementaridade, de conflitualidade e de interação” (MARQUES, 2010, p. 77).

São pelos terrenos beirando as matas nas proximidades com o mar, que as ocupações nos últimos 20-40 anos (des)constroem o ambiente em um emaranhado de economias (capitalistas e não-capitalistas) que emergem através de diferentes práticas culturais e sociais que visam se apropriar da terra por diferentes proposições, sejam pelas “lutas” por moradia de um lado e melhores condições de vida para as famílias que se achegam e nela se ampliam, como por outro lado, centralizadas no mercado turístico e imobiliário, almejando o lucro que as vendas das naturezas podem proporcionar. Dentro disso, pelo fato destes locais se encontrarem em um território que se constitui contemporaneamente como “um agregado de sistemas de acções e sistemas de objectos” interpelados por “dimensões de poder e controle social” através das ações governamentais, eles são permeados por desigualdades múltiplas e empobrecimentos das existências julgadas a partir dos limites sobre o capital (MARQUES, 2010, p. 78).

Assim, tendo como foco as con-vivências na infância, que se movimentam pelas localidades em questão, percorre-se nesta exposição pontos sobre as (des)ocupações territoriais na capital paraibana para embasar, nos capítulos seguintes, as condições sociais que nas naturezas do lugar influem no que se enuncia como “infância boa”, visto que a condição limitada de renda problematiza este vivido. Neste sentido, o presente capítulo percorre discussões sobre a ocupação do espaço verde-litorâneo da cidade dimensionada por projetos desenvolvimentistas-urbanizadores que se apoiam em discursos vinculados à “natureza” e à “sustentabilidade” para legitimar suas ações pela capital pessoense.

O caminho narrativo-analítico inicia-se com o tópico 2.1 abordando brevemente sobre a cidade de João Pessoa (PB) e o que o projeto “João Pessoa Sustentável”, entre as contradições de um discurso “ambiental”, trabalha por mercantilizar as naturezas ao leste-sul da cidade. O tópico 2.2 entoa sobre como o projeto Polo turístico Cabo Branco entra com toda força na mercadorização do território erguendo embates às ocupações locais e finalmente no tópico 2.3 aponta-se as nuances de como estas transformações são re-sentidas nas vidas locais onde “é tudo família”, traçando alguns enlaces às naturezas e culturas ambientalmente afetivas que envolvem o rural, a pesca e a con-vivência com a mata.

## 2.1 “João Pessoa sustentável?”: algumas considerações sobre a organização e (des) proteção ambiental da cidade

A cidade de João Pessoa (PB) se situa no nordeste brasileiro e é a 3ª cidade mais antiga do país. A conquista e a edificação do território da cidade de Nossa Senhora das Neves<sup>22</sup>, como inicialmente se chamava a capital paraibana, nasceu à beira do rio Parahyba (do tupi “de difícil navegação”) com as invasões portuguesas no Brasil-colônia (SALES; MAIA, 2003; SOUSA e NOGUEIRA, 2008). A cidade, renomeada algumas vezes de acordo com o momento histórico- político do país<sup>23</sup>, teve suas edificações e as práticas sociais das/nas ruas reconfiguradas entre as disputas e projetos socioeconômicos das elites políticas em detrimento daqueles a serem afastados do centro, disputas que perduram até os dias atuais.

A reconfiguração do ambiente central que dentre as últimas décadas se espria principalmente pelo litoral da capital, tem a ruralidade e as práticas vinculadas a outras formas de subsistência junto a natureza, com a pesca, um obstáculo para o processo urbanizador (SALES; MAIA, 2003). Grandes territórios da cidade que circundam o centro e outros ligados ao litoral sul, que se encontram como “granjas”, historicamente apropriados por elites rurais e políticas, conforme o passar dos anos foram “doados” (muitas vezes em ações com vínculos à Igreja Católica) e tomados posse por parte do governo do Estado para a construção de ruas, praças, para a construção de instituições públicas<sup>24</sup> e outros destinos que confirmam “singularidades” do processo de modernização-urbanização da capital paraibana (CHAGAS, 2004).

---

<sup>22</sup> O período de conquista do território paraibano, que pertencia à antiga capitania de Itamaracá (PE), dava-se desde 1530 pela administração colonial, a qual investia em invadir e desestabilizar a resistência do povo originário, liderada pelos Potiguaras na fronteira com o Rio Grande do Norte. Por tais ameaças e resistências indígenas no litoral, junto às incursões francesas, a administração colonial procura outras entradas e movimentos pelo espaço geográfico para que a dominação territorial se efetivasse. O posicionamento geográfico escolhido foi de crucial eficácia para os planos do império português em administrar a colônia (PEREIRA e PEREIRA, 2017). Ao se aliarem aos tabajaras, ocupantes da região onde logo seria fundada a capital de uma das capitanias subordinadas diretamente ao reino de Portugal, e quando tal grupo indígena aceita o assentamento dos portugueses, o movimento ganha força na luta contra os franceses, e assim se estabeleceu o processo de conquista quando “No alto da colina, recheada de frondosas árvores de Mata Atlântica, 18 Km adentro da foz do Rio Paraíba, iniciou-se a urbanização de Nossa Senhora das Neves, cuja rua precursora foi a ladeira de São Francisco, que ligava o forte, no Varadouro, à primeira igreja construída, a Matriz da Nossa Senhora das Neves, na verdade uma capela” (PEREIRA e PEREIRA, 2017, p.4).

<sup>23</sup> Em alusão ao então “presidente” do Estado assassinado por João Dantas em Recife-PE e através das disputas políticas entre liberais (famílias das elites políticas da época), a cidade passa a ser chamada de João Pessoa em 1930, em um processo cultural-político intensificado para o que seria sua transformação em Estado.

<sup>24</sup> A escola pública localizada no bairro de Nossa Senhora da Penha, foi construída

em um terreno cedido por uma

família reconhecida pelos/as moradores/as como “dona” de todo o território na parte alta da localidade, na qual também está localizado o Santuário de Nossa Senhora da Penha. Essa questão retomo no próximo tópico no qual apresento esse ambiente.





Imagem 4. Vista do litoral da cidade. Ano: 1970. Fonte: G1, Acervo Arion Farias.



Imagem 5. Vista da cidade a partir do Rio Sanhauá.

Década de 1930.

Fonte: Acervo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Parece que João Pessoa (PB) ainda patina por um “surto urbanizador e comercial, como no século XIX [...]”, ao contrário das grandes capitais do país (SOUZA, 2018, p. 175) e que por estar situada no Nordeste, permanece a ser conquistada e de historicidade “suspensa”, no intuito de reproduzir um Sul brasileiro que tende a levar adiante um “desenvolvimento” sombreado pelo desejo do “crescimento” das terras agrestes e costeiras (ALBUQUERQUE JR, 2011) baseada no poder sobre o capital de quem nelas pode construir empreendimentos lucrativos. Visto que apenas a partir de 1960 a intervenção urbana na capital, movimentada principalmente para a região sul (Perez et al, 2020), deu início a chegada do abastecimento de luz e água por áreas não-centrais, até os dias atuais existem resquícios de práticas para acessar tais direitos de forma não -regularizada, como fossas artesanais e poços artesanais. Assim, em um presente-futuro resultante de uma ação patriarcal-racial-classista- colonial, a capital paraibana através dos desmontes sociais e culturais, emerge marginalizada pelo Nordeste “Paraíba”<sup>25</sup>, a qual de ancestralidade afropindorâmica (SANTOS, 2015), se projeta por sobreviver em prol da suposta “modernização” mesmo que “periférica”, como disserta Jessé Souza (2009). Isto pode ser descrito em dados como o apontado pelo Observatório de Política Fiscal <sup>26</sup>, visto que em 2021 (segundo ano de pandemia da Covid-19) o Brasil teve relevante queda nos investimentos públicos providos direto da União, e “o valor total atingiu 1,18% do PIB sendo o segundo mais baixo desde 2010. Para o Governo Federal essa estatística atingiu 0,16% do PIB, o valor mais baixo da série histórica” (OPF, FGV- IBRE, 2022).

<sup>25</sup> Durante o governo fundamentalista e conservador do então presidente Jair Bolsonaro, as referências ao nordeste foram direcionadas a partir de adjetivos como “cabeçudo, pau de arara e analfabetos”, além de unificar toda a região como “Paraíba”. Seu discurso sobre o Nordeste e o nordestino, de cunho ofensivo e xenofóbico, foram amplamente divulgados nas redes sociais e reportagens em todo o país no ano de 2022.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/series-historicas/investimentos-publicos/investimentos-publicos-1947-2021>. Acesso em: 26/10/2022

Nesse panorama, vale destacar que o Nordeste, além da região norte, foi a região com o menor índice de investimentos públicos provenientes do governo federal, com grande decadência em 2019, apesar da queda em relação ao grau de endividamento, segundo dados do estudo desenvolvido pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE). Tendo em vista que as principais fontes de investimentos estão vinculadas aos grupos Petrobras e Eletrobrás em processo de desestatização, o estudo citado aponta que “os investimentos na Região Nordeste em 2010 foram de R\$ 20,2 bilhões, decrescendo para R\$ 3,2 bilhões em 2019”, em contraste com o Sudeste que menos perdeu (-75,8% no período e -9,4% na média anual) (VIDAL, 2020). A tabela abaixo, sinaliza a discrepância de como a Paraíba foi o estado do Nordeste com índice 0 (zero) em investimentos per capita, em contraposição ao estado de Pernambuco com investimentos a nível 3 (por conta da refinaria de Abreu e Lima) (INFORME ETENE)<sup>27</sup>:

| Região/Estados      | 2010 - 2019     | Part. Investimento % | Part. População % | Relação Investimento/População |
|---------------------|-----------------|----------------------|-------------------|--------------------------------|
| Alagoas             | 1531,6          | 0,3                  | 1,6               | 0,2                            |
| Bahia               | 11119           | 2,3                  | 7,3               | 0,3                            |
| Ceará               | 2278,1          | 0,5                  | 4,4               | 0,1                            |
| Maranhão            | 3095,9          | 0,6                  | 3,4               | 0,2                            |
| Paraíba             | 40,6            | 0                    | 1,9               | 0                              |
| Pernambuco          | 64918,5         | 13,6                 | 4,6               | 3                              |
| Piauí               | 2573,6          | 0,5                  | 1,4               | 0,4                            |
| Rio Grande do Norte | 1707,6          | 0,4                  | 1,7               | 0,2                            |
| Sergipe             | 641             | 0,1                  | 1,1               | 0,1                            |
| Todos os Estados    | 44468,8         | 9,3                  | -                 | -                              |
| <b>Nordeste</b>     | <b>132374,6</b> | <b>27,7</b>          | <b>27,5</b>       | <b>1</b>                       |
| Norte               | 22629,7         | 4,7                  | 8,5               | 0,6                            |
| Sudeste             | 279333          | 58,5                 | 42                | 1,4                            |
| Sul                 | 38141,5         | 8                    | 14,3              | 0,6                            |
| Centro-Oeste        | 5217,3          | 1,1                  | 7,5               | 0,1                            |
| <b>Brasil</b>       | <b>477696,2</b> | <b>100</b>           | <b>100</b>        | <b>-</b>                       |

TABELA 1. A “Relação Entre a Participação dos Investimentos e a População”. Fonte: Informe Etene (Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 2020) apud Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério da Economia. Elaboração BNB/ETENE. Nota: (1) Valores a preços de 2019. (2) Foram excluídas do total de investimentos, as categorias “nacional” e “exterior”. Acesso em 26/10/2022

Das relações econômicas de renda, da organização cultural e da participação da política pública na construção de João Pessoa (PB), as contradições e os abismos no encontro do público-privado, na diferenciação social, na frágil secularização e na racionalidade desencantada que é instalada, reestabelece uma relação sociedade-natureza que pretende sair

<sup>27</sup> Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/885/1/2020\\_INET\\_14.pdf](https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/885/1/2020_INET_14.pdf). Acesso em: 26/10/2022



da “infância” do desenvolvimento, estando cada vez mais atualizada nos aspectos coloniais predatórios, por mercantilizar a vida por este território (TAVOLARO, 2008; MIGNOLO, 2017).

Assim que a costa pessoense de João Pessoa (PB), em um contexto “naturalizado” como regionalmente dependente, precarizado, da tradição coronelista e ao mesmo tempo romantizado por suas belezas litorâneas e das poéticas artes, procura “crescer” enquanto cidade pelas beiras das falésias. Nas fissuras do belo, o discurso do aproveitamento da natureza de forma “sustentável” esbarra em contradições ambientais e em conflitos territoriais que, para quem vive por dentro do “esquisito”<sup>28</sup>, necessita de estratégias para “garantir o seu”, como dizem as famílias participantes desta pesquisa, ou seja, para terem seu lugar devem estar atentos à vizinhança, principalmente aquela que sugere ameaças diante das multiplicidades culturais, sociais e econômicas divergentes de quem já ocupa o espaço atualmente (ALBUQUERQUE JR, 2011; TAVOLARO, 2008).

Nesse sentido, é que o projeto político governamental “João Pessoa Sustentável” traz para estas ocupações transformações excludentes que atingem o cotidiano das pessoas que por lá procura(ram) construir suas moradias e suas vidas, principalmente no que incide na vida das crianças com suas famílias em condições de renda “apertada” (capítulo 4). Apesar de não ter o projeto político governamental “João Pessoa Sustentável” como foco principal nesta tese, alguns apontamentos são necessários para situar este processo, como influente modificador do território ao leste/sul pessoense, prevendo uma urbanização aliada a um discurso “ambiental”. O projeto de ação “João Pessoa sustentável” (PMJP, 2014) assinado apenas em 2018, segundo o site da prefeitura municipal, é financiado e resultado da aplicação da metodologia da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O plano já teve seu grande efeito em algumas áreas mais centrais da cidade, com o foco na reorganização e o freiamento do crescimento urbano desordenado (como o caso do Porto do Capim citado anteriormente). A cidade teria sido escolhida para a aplicação do projeto, assim como outras 3 capitais do país (Palmas/TO, Vitória/ES e Florianópolis/SC), pelo fato de João Pessoa (PB) hoje manter “uma tendência de aumento do PIB e da população, que não é acompanhada pela oferta de infraestrutura e serviços necessários.

<sup>28</sup> Locais esquisitos é a expressão sobre a constituição de um terreno violento, de extremas injustiças e racismo ambiental (HERCULANO, 2008) que detonam o medo sobre as violências oriundas do tráfico, locais de desova de corpos assassinados, esconderijos de elementos roubados e perigos imaginários em torno de mal-assombros, fazendo com que permaneçam inseguros as comunidades inter-intra- fronteiriças. Nesta pesquisa apontam-se por dentro das comunidades alguns lugares entendidos como “esquisitos”, inclusive pelas crianças.

Neste cenário, se destaca como uma das 100 melhores cidades brasileiras para se investir” (PMJP, 2014, p. 15). Segundo o plano, atualmente seu principal objetivo seria de “promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental da cidade por meio da redução das desigualdades, da modernização dos instrumentos de planejamento urbano, da prestação de serviços e da administração pública e fiscal” (PMJP, 2019)<sup>29</sup>.

Avançando as (des)apropriações a partir de uma justificativa ambiental, contraditoriamente, o plano caminha por apoiar a desruralização e desmatamento do território com pressões do âmbito privado e elitista. Já se percebem grandes transformações do espaço em relação às naturezas com a redução das matas, do assoreamento e da poluição dos rios e da mercadorização do acesso às praias, as quais se ferem invadidas por pavimentos, cercas, muros altos, guaritas de condomínios e grandes outdoors, revelando que o projeto está a pleno vapor. O interessante é que este mesmo projeto se vincula ao (PMCRMA) “Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica” (2010) que propõe “elaborar e planejar estratégias de políticas públicas para a preservação do meio ambiente, a partir de um mapeamento macroespacial do município de João Pessoa” (PMJP, 2010, p. 3). Neste mapeamento, revela-se sobre a biodiversidade da mata atlântica no território da capital paraibana, a qual caracteriza-se principalmente pela mata dos Tabuleiros com uma grande diversidade de espécies de fauna e flora e formações de aquíferos substanciais, na qual “registrou-se 20 táxons da flora e fauna ameaçadas ou vulneráveis de extinção” (PMJP, 2010, p. 25). O relatório emergido a partir deste plano, aponta ainda as Unidades de Conservação a serem protegidas contra a crescente degradação ambiental ocasionada pelo crescimento urbano, as quais incluem a mata do Cabo Branco, O Altiplano do Cabo Branco; A Ponta e a Praia do Seixas; Os Vales dos Rios do Cabelo e do Aratu (todos pertencentes ao território em que esta pesquisa foi realizada).

Contudo, o relatório do PMCRMA que se preocupa com o avanço do espraiamento urbano, ressalta especialmente o aumento de moradias populares indicadas como “invasões” nestas áreas, mas indica, de toda forma, a autorização de “investimentos” urbanos:

O processo de ocupação e expansão da orla, que se intensificou nas décadas de setenta e oitenta, teve como consequência a implementação de uma infra-estrutura composta de abertura de vias, drenagem e esgoto, assim como de diversos serviços públicos e privados. **Segundo Silva (2009), em detrimento da preservação das falésias, a verticalização dos bairros mais próximos a 14 orla é limitada pela Constituição Estadual de 1989, Art. 229, pelo Plano Diretor, Art. 25, pela Lei Orgânica, Art. 175, e pelo Código Municipal de Meio Ambiente, Art. 34. Contudo, isso não impede a ocorrência de verticalização e adensamento residencial em**

---

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/programas-e-projetos/joaopessoasustentavel/>. Acesso em: 07/11/2022

**bairros vizinhos e também próximos à orla, a exemplo do bairro Altiplano**, que vivencia, atualmente, esse processo de forma acelerada (PMJP, 2010, p. 13-14, grifo meu).

A base para um projeto “sustentável”, que se dirige à região leste-sul da capital, retoma através da “compra” e das desocupações, as posses até então rurais e de moradores que vivem da cultura da pesca. Em relação aos elementos turísticos, culturais e naturais instalados junto ao litoral de João Pessoa (PB), a Estação Cabo Branco - Ciência, Cultura e Artes (2008)- projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer-, a Estação das artes Luciano Agra (2012), a Barreira do Cabo Branco<sup>30</sup> e a Ponta do Seixas (falésia onde se encontra o Farol do Cabo Branco, conhecido como ponto mais oriental das Américas, atualmente com empreendimentos privados para o acesso), são alguns monumentos que, localizados nas proximidades das UCs, encontram-se em ruínas ou a venda, abandonados pelo poder público sem ações de manutenção e movimentação da área, antes muito visitada por turistas e pessoenses pela bela vista e oportunidades de lazer.

O que aparenta abrir olhares e ações sobre o problema ambiental da cidade que cresce desordenadamente e sufoca as zonas verdes, projetos como o “João Pessoa Sustentável” atravessa o apoio sobre a dimensão simbólica da natureza como oportunidade de lucro (BECK e CUNHA, 2017). Sobre a gestão ambiental com o foco “sustentável” por parte do poder governamental, Zhouiri (DA SILVA, 2020) explica que:

A ideia de desenvolvimento sustentável surge no debate internacional como uma resposta do capitalismo às críticas ambientalistas. Ela deposita fé no crescimento econômico como forma de eliminar a pobreza e acrescenta a essa fórmula a perspectiva da preservação ambiental, basicamente por meio do emprego de novas tecnologias. Como dito, trata-se de uma perspectiva ancorada no paradigma da modernização ecológica, uma espécie de ambientalização do capitalismo, porém a partir dos seus próprios termos (DA SILVA, 2020, p.14).

Acselrad (2010), considera que as noções de ambiente se encontram dentro das dinâmicas políticas-sociais e sua significação é balanceada entre dois âmbitos: o utilitário e o cultural. Segundo o autor, a versão utilitária de ambiente é encontrada hegemonicamente em caráter universalizador, que encara a natureza através dos recursos a serem “objetos de acumulação da riqueza” e fonte para desenvolvimento urbano-industrial-tecnológico, produzindo igualmente, sem distinções, os riscos ambientais. Já a dimensão cultural de ambiente, propõe como sendo “múltiplo em qualidades socioculturais” já que “não há ambiente sem sujeito – ou seja, ele tem distintas significações e lógicas de uso conforme os padrões das

---

<sup>30</sup> É importante acrescentar que a degradação da falésia já vem sendo apontada por estudos de geólogos e planos municipais por volta de 20 anos atrás, o que não se vem transformando apenas por questões naturais mas sempre foi impulsionada pela ocupação urbana e turística na orla e nos territórios costeiros. Sobre a barreira do Cabo Branco ver Pinto et al (2017).

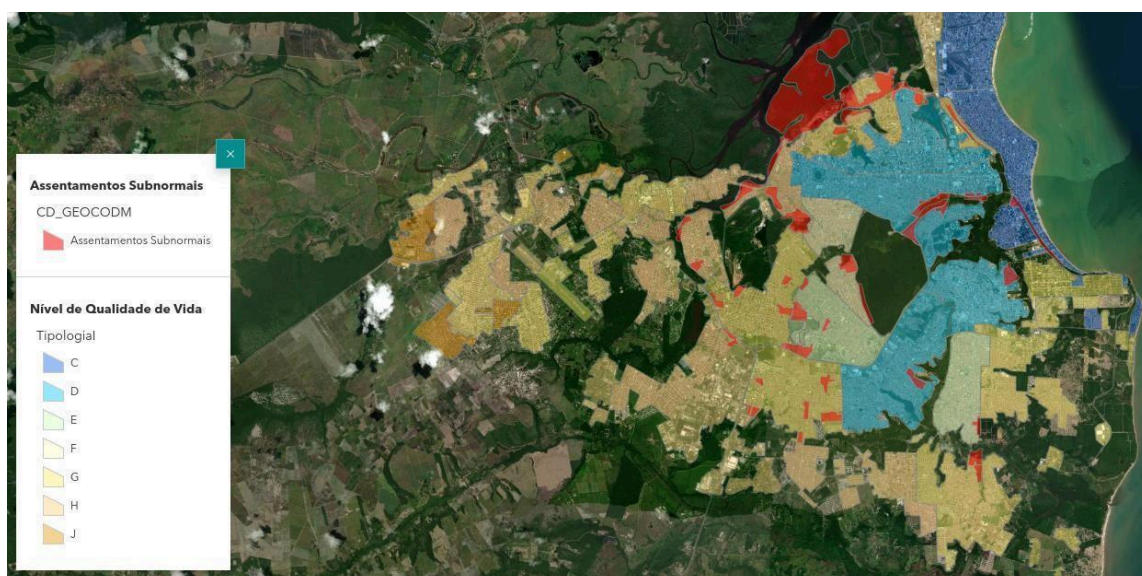
distintas sociedades” (ACSELRAD, 2010, p. 108), sendo, nesse caso, fundamental considerar as desigualdades e os riscos sobre a distribuição dos recursos e problemas ambientais envolvidos.

Portanto, o que antes permanecia como paisagem de mata inabitável, hoje está ameaçada por frentes que disputam desde a década de 90, sua posse pelas forças do capital e também por conta da falta dele. Pode-se dizer que a natureza local do leste-sul pessoense se vê em uma arena que, de um lado ganha força a partir da propaganda e apoio do poder privado e instituições bancárias para a ambientalização governamental sobre a propriedade da terra, de outro também se estabelece perdas para aqueles que buscam o direito da moradia e se engajam em ocupações que só se fazem possíveis de modo invasivo em relação a mata, como refletiram as crianças no Aratu. É nesse contexto que ocorrem as “lutas em que os atores sociais, situados em condições assimétricas, disputam as condições de apropriação dos territórios” (CARNEIRO, 2009, p. 18), como nas proximidades das Unidades de Conservação (UCs) e dos pontos turísticos da cidade de João Pessoa (PB), em que a comunidade do Portal do Sol, das vilas da Penha, de Jacarapé e o Aratu destoam os olhares dos novos empreendimentos planejados para o crescimento turístico e imobiliário à beira-mar.

Abaixo compartilho o mapa da cidade de João Pessoa (PB) onde destacam-se as áreas verdes ainda com a mata presente (Mata Atlântica, Manguezal, Restinga, Costeiro) competindo com as áreas em urbanização ocupadas tanto por ocupações não-regularizadas, posses e habitações populares, além das aquisições duvidosas de pequenos grupos imobiliários atuantes com forte apoio político, adentrando a área litorânea, a qual está sendo edificada enquanto “área nobre”. As áreas em tons amarelados e vermelhos- caracterizadas pelas letras f até j- são aquelas com dificuldades de acesso aos equipamentos públicos (as localidades focos nesta tese); letras E até C, com melhor acessos aos serviços públicos urbanos (PEDAGOGIA URBANA, 2022)<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Tais informações e mapas foram colhidos a partir do trabalho do grupo de pesquisa “Pedagogia Urbana” o qual, a partir de projetos de extensão da UFPB, pesquisam e constroem mapas e informações compartilhadas em site sobre a geopolítica da capital paraibana. Através dele a comunidade acadêmica e civil pública pode ter acesso às informações relacionadas a organização urbana com preocupação ecológica sobre o município: “somos um coletivo que reúne vizinhanças, comunidades, ongs, empresas, grupos de pesquisa e extensão, artistas, ativistas e professores para melhorar as formas de VIVER em João Pessoa”. Disponível em: <https://storymaps.arcgis.com/stories/df1f32d109c24a8cb2e4ed992d4f2243>. Acesso em julho de 2022.



Mapa 1. Mapa sobre as ocupações urbanas e condições de vida na cidade de João Pessoa. Fonte: Pedagogia Urbana (PROBEX). Acesso: agosto de 2022.

Visualizando o mapa percebe-se que o tom azul mais escuro (área mais valorizada) ocupa a área norte do litoral da capital, sendo a parte leste- sul costeira ainda com pontos de mata, nas proximidades do que é indicado em amarelo, está condenada à exploração das terras (principalmente em Jacarapé), já que foram alienadas pelo governo e se tornaram ofertas mercadológicas. Nesse contexto, Aduato G. Barbosa e Ademir A. da Costa (2012) destacam que o processo de valorização imobiliária no território de João Pessoa se faz como um movimento de elitização, onde a parte do litoral leste-sul, ao se apresentar carente de infraestrutura em relação às outras regiões mais populares da trama urbana, é orçado com valores bem mais altos do que o já encontrado no litoral da cidade. Sendo assim, para que esse movimento ganhe força se faz necessária a gradativa aniquilação da mata para dar lugar aos empreendimentos, como também a exclusão de moradores que não condizem ao padrão elevado de consumo e de contribuição ao mercado que se quer formado nos locais.

É neste enredo, que o projeto “Polo turístico Parque Cabo Branco” age sobre as áreas verdes (UCs) e nas localidades focalizadas nesta pesquisa, anunciando transformações de grandes desgastes sobre a natureza que, a se privatizar, na existência de planos “sustentáveis” e embargos suspeitos, entoam lucros a serem captados sobre o uso do território como apontam algumas pesquisas. Como base para o desenvolvimento urbano e reorganização de áreas anteriormente rejeitadas, mas que agora encontram-se potencializadas para as demandas capitalistas mais nobres, como discute-se a seguir, este projeto atinge as famílias de culturas e naturezas sobreviventes que em tempos pandêmicos andaram mais ainda na corda bamba.

## 2.2 Entre a compra da terra e do acesso ao mar: a força da mercadorização do Polo turístico Cabo Branco e os embates às ocupações locais

Ainda é comum a “propaganda” de João Pessoa (PB) como a 2ª cidade mais verde do Brasil, título designado, segundo o Jornal da Paraíba (2021), “em 1992 pelo então prefeito Carlos Manguiera, durante a Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, a Eco-92, no Rio de Janeiro”<sup>32</sup>, sendo fator de orgulho já que a cidade contava “naquele momento, com mais de sete km<sup>2</sup> de floresta e a área Mais Verde das Américas com uma média de 54,7 árvores por habitante” (ALCÂNTARA, 2020, p. 40). As publicações no site da prefeitura municipal indicam fundamentos para o título, reconhecimento válido para a cidade como atração turística e investimentos imobiliários<sup>33</sup>:

A Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO/ONU) e a Fundação Arbor Day (USA) reconheceram João Pessoa como cidade integrante do programa ‘Tree Cities of The World’. A iniciativa reconhece cidades comprometidas em garantir que suas florestas e árvores urbanas sejam adequadamente mantidas e gerenciadas de forma sustentável, destacando João Pessoa no cenário global junto a cidades como Milão, Madri, Nova Iorque, Toronto, Paris, entre outras (PMJP, 2022).

Segundo dados do IBGE (2022), a área do município é de 210,044 km<sup>2</sup>, contando com uma população estimada em 833.932 pessoas das quais, “Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 36,4% da população nessas condições”. Além disso, dados ainda de 2010 contam que a cidade apresentava “70,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 78,4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e “25,1% de domicílios urbanos em vias públicas” apresentavam “urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio)”, o que obviamente já não condiz com a realidade atual. De acordo com Mariane Félix da Rocha e João Carlos Nucci (2019), João Pessoa (PB) teria sua vegetação em uma cobertura de 23,47 % da cidade, de modo conectado, ramificado e contínuo e estaria no 5º lugar do ranking nacional de “cidade mais verde” ao analisarem a sua região mais central. Já segundo a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAM), a região sul da cidade seria a mais arborizada, e que em sua totalidade “mantém 31,47% de vegetação arbórea e 47,11 metros quadrados de área verde por habitante” (PMJP, 2021)”<sup>34</sup>. Ainda assim, a cidade de João Pessoa (PB) é bem peculiar no

<sup>32</sup> <https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/2021/08/05/joao-pessoa-verde-meio-ambiente>

<sup>33</sup> <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/cidade-mais-verde-joao-pessoa-e-reconhecida-pela-fao-onu-por-avanco-na-arborizacao-urbana/>

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/joao-pessoa-tem-mais-de-47-metros-quadrados-de-area-verde-por-habitante/#:~:text=Bairros%20mais%20arborizados%20%E2%80%93%20A%20zona,e%20Cui%C3%A1%20t%C3%A1m%20muitas%20C%C3%A1rvores.>

sentido de que os elementos rurais e urbanos se confluem na organização dos lugares, nos modos de viver o ambiente e os fazeres no território.

Pelas ruas que cortam João Pessoa, desde o centro, nas proximidades da orla e pela periferia ainda são vislumbrados os elementos rurais em posses de gentes “do sítio” que ainda resistem em suas disposições e culturas para o sustento da vida, trabalhando com as bancas de frutas e verduras pelas praças centrais e sinaleiros, no uso das carroças para se locomover pelos asfaltos e ruas enladeiradas de paralelepípedos, cuidando de animais como bodes e cavalos que se movimentam a procura de terrenos inundados por capins esquecidos. Os quintais habitados por aves, animais domésticos e plantações, além dos terraços com as cadeiras de balanço com gentes a contar sobre os dias, estendem-se no território pessoense e ainda são encontrados vivos, mesmo em menor evidência pelo centro e nos bairros hoje vislumbrados por classes mais abastadas, mas que ainda são de posses de gentes com variadas rendas. Estes lugares-vivências, estão sendo cada vez mais substituídos pelas gerações mais novas, herdeiras de valores em propriedades que as vendem para grandes empreiteiras instaladas na cidade, além daqueles mais desfavorecidos financeiramente que ao desejar um ganho monetário imediato, aproveitam o interesse imobiliário do momento com as placas de “vende-se” em suas cercas de madeira.



Imagem 6. Terreno com mata atlântica, nas proximidades da praia da Penha, comprado por uma grande empreiteira da capital. Obra ainda aguardando liberação do Ibama, segundo vizinhança. Foto: Karla Mendonça, Julho de 2022.



Imagem 7. Terreno à venda em frente a mata de Jacarapé. Foto: Karla Mendonça, agosto de 2022.

Nas áreas próximas à orla da cidade, especialmente em direção ao litoral a leste-sul de João Pessoa (PB), se observa a aceleração deste processo de edificação, concentração e restauração das atenções diante da criação do polo turístico e investimentos imobiliários com potencial para altos níveis no valor do mercado. O acesso às feirinhas de artesanato, quiosques e do calçadão à beira das praias, de águas esverdeadas e calmas, as visitas nos catamarãs às piscinas naturais tão almejadas pelos visitantes, movem os investimentos e organizações como oportunidades para a capital “crescer e se desenvolver”. Paralelamente a esse fato, ocorre que o projeto de investimentos e controles sobre o ambiente da orla em direção ao leste-sul da cidade, escoa por silenciamentos, ignorâncias e arrogâncias do poder público, entoando a desvalorização das naturezas da cidade enquanto um bem de direito para todos os seres.

O projeto denominado "Pólo Turístico Cabo Branco"<sup>35</sup>, com o início de suas instalações em 1988 (o que inclui a PB-08) denominado neste pontapé como "Portal Costa do Sol", apoia-se em leis federais, estaduais e municipais que legitimam o uso do “espaço” para investimentos que estariam “protegendo” ecologicamente a área e ao mesmo tempo investindo economicamente para o desenvolvimento da capital. Dentro desse quadro, vale citar que os interesses municipais em relação ao uso do solo devem estar em conformidade com os Artigos 30, I e II; e 182 da Constituição Federal, regulamentadas na Lei nº 10.257/01 - Estatuto da Cidade, e previstas no plano diretor do Município (LOUREIRO FILHO, 2020). Sobre o discurso político contido no plano diretor da cidade, destaco o seguinte artigo:

Art. 2º O Plano Diretor tem como objetivo assegurar o desenvolvimento integrado das funções sociais da cidade, garantir o uso socialmente justo da propriedade e do solo urbano e preservar, em todo o seu território, os bens culturais, o meio ambiente e promover o bem estar da população (PMJP, 1992).

---

<sup>35</sup> Para mais informações sobre o histórico do projeto ver:  
<https://sudema.pb.gov.br/consultas/downloads/arquivos-eia-rima/outros-arquivos-eia-rima/apresentacao-polo-turistico.pdf>



Projetado em 1992, o Plano Diretor<sup>36</sup> marca seu início com a construção da PB-08, caminho que permitiu o acesso asfaltado às praias ao sul da capital, antes apenas frequentadas pelas comunidades pesqueiras locais e aventureiros. A partir do plano de ação aprovado em 2016 com a construção do Centro de Convenções, a obra desponta alta e branca no horizonte verde que faz vislumbrar a grandeza do que vem sendo lentamente e obscuramente edificada no local. Para o “Polo Turístico do Cabo Branco” foram projetados parques-condomínios com intenções “sustentáveis” para o uso dos pessoenses e principalmente para os potenciais turistas no futuro. Tais territórios de mata atlântica, tratados como “imóveis”, foram dispostos em editais para a alienação e são geridos pela Companhia De Desenvolvimento Do Estado Da Paraíba - CINEP. Como indica o art. 3.1 do edital, estes “imóveis” “terão como finalidade a implantação de empreendimentos econômicos voltados à hospedagem considerando a melhor destinação a ser dada ao bem” (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2022, p. 5). Abaixo observa-se a localização extensiva de mata que estaria sendo ocupada pelo grande condomínio turístico:



Mapa 2. Localização do “Complexo Administrativo” do Polo turístico do Cabo Branco. Fonte: Governo do Estado da Paraíba- Secretaria de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico. 2017.

Na atual conjuntura, o projeto está mais acelerado com o apoio do poder municipal, mas com algumas barreiras de burocracias vinculadas às questões jurídicas e leis relacionadas

---

<sup>36</sup>Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-joao-pessoa-pb#:~:text=2%C2%BA%20O%20Plano%20Diretor%20tem,o%20bem%20estar%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o.>

ao meio ambiente, mesmo que muito enfraquecidas. O projeto “Polo Turístico do Cabo Branco”, que ocupa as terras nomeadas como bairro Costa do Sol (que inclui principalmente Jacarapé e o Aratu - nomes adotados historicamente pelos moradores das comunidades), possui 3 lotes com uma área total de 15,34 ha, cujo valor está avaliado em torno de mais de 100 milhões para os cofres públicos, como consta no edital publicado pelo governo do Estado da Paraíba<sup>37</sup>.

Em consonância com tal projeto e os vínculos mercadológicos junto a apropriação do território para fins lucrativos, por parte do governo, em direção ao litoral leste-sul, tem-se na Lei Federal nº 13.240 (Projeto Orla) o favorecimento para tal processo de uso/consumo da região em nome do desenvolvimento turístico e da geração de empregos. Sobre a gestão das praias e orlas marítimas urbanas<sup>38</sup> pelos municípios, Lair da Silva Loureiro Filho (2020) explica que a:

Lei nº 13.240/15, com as alterações dadas pela Lei nº 13.465/17 e ainda pendente de regulamentação, dispõe sobre a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para constituição de fundos, que poderão ser alienados na forma da lei ou da Lei nº 9.636/98, pendente edição de Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com lista de áreas ou imóveis sujeitos à alienação. No que diz respeito ao âmbito estreito deste ensaio, a lei autoriza, ainda, a transferência pela União para municípios litorâneos, mediante termo de adesão, da gestão das praias marítimas urbanas, conforme descrito no Art. 15 da Lei Federal nº 13.240/10. A lei dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos [...] (LOUREIRO FILHO, 2020, p. 10)

É desse modo que o litoral leste-sul de João Pessoa ganha prestígio pela grande extensão territorial a ser mercadorizada e pela sua condição de “raridade” (LEFEBVRE, 1976), que possibilita a seus proprietários angariar renda imediata em torno das “amenidades naturais” locais (isto é, a brisa, algumas ilhas de mata atlântica e o acesso às praias de águas cristalinas com piscinas naturais) que enobrecem a possibilidade de maior qualidade de vida.

---

<sup>37</sup> Disponível em: <http://www.cinep.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2022/05/edital.pdf>

<sup>38</sup> Notícias sobre a privatização das praias brasileiras foram disseminadas em 2022 a partir do anúncio do então Ministro da economia do governo Bolsonaro, sob a justificativa de desenvolver o chamado de "Fundo Brasil", com o objetivo de atuar em três frentes: erradicação da pobreza, por meio de transferências aos mais pobres; projetos de infraestrutura (com recursos públicos); e abatimento da dívida pública” (G1, 2022). Bancos como o BNDS já impõe planos sobre tal mapeamento técnico do litoral. No entanto, contraditoriamente, o artigo 10 da LEI Nº 7.661 (DE 16 DE MAIO DE 1988) aponta que: Art. 10. As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica. § 1º. Não será permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo na Zona Costeira que impeça ou dificulte o acesso assegurado no caput deste artigo (BRASIL, LEI Nº 7.661, 1988). Este fato já é realidade em algumas praias do nordeste e do Brasil. Reportagens disponíveis em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/10/19/apos-defender-venda-de-praias-guedes-diz-agora-que-praias-serao-publicas-e-que-ideia-e-vender-so-areas-da-marinha.ghtml>; <https://www.cut.org.br/noticias/ministro-da-economia-de-bolsonaro-propos-a-privatizacao-das-praias-do-brasil-aa46>; <https://www.bnamericas.com/pt/noticias/bndes-busca-mapear-potencial-economico-do-litoral-brasileiro>

Ao analisar os impactos dos investimentos imobiliários de proposição turística no litoral do Rio Grande do Norte, a(s) pesquisadora(s) Maria Aparecida P. Fonseca et al (2007) também apontam a questão da valorização a respeito de ambientes naturais enquanto raridades por existirem ainda pouco alterados e ocupados por atividades produtivas, que é o caso de muitos pontos do litoral nordestino, em que se esgarçam pela internacionalização do turismo e de investidores estrangeiros. Apontam como seria de fundamental competência de o poder público acionar fiscalizações e capacitações que acompanhassem essas apropriações tecnicamente estratégicas para o “desenvolvimento econômico” (FONSECA et al, 2007), mas o que se tem é um processo de neocolonialismo exploratório dos territórios costeiros. O que as autoras reforçam, cabe perfeitamente ao processo neoliberalista- ecodesenvolvimentista -imperialista da natureza com as forças globalizadora do litoral pessoense (ESCOBAR, 2005):

É uma atividade global que se alimenta do local [...]pode-se considerar que a constante inserção econômica do território litorâneo nordestino – e norterio-grandense- coloca como questão fundamental a própria noção de “áreas estratégicas”, definidas nos Códigos e Legislações que sempre revestiram as zonas costeiras no Brasil. O Turismo, como atividade econômica, traz novos significados não apenas da sociabilidade, mas um esgarçamento das fronteiras e limites entre o local e o global; se do ponto de vista econômico, tal inserção se dá pela abertura de fluxos (para capitais e pessoas) do ponto de vista espacial geográfico relaciona-se diretamente com a soberania nacional, proteção do meio ambiente, salvaguarda de áreas de fragilidade social e acesso público ao bem comum [...] (FONSECA et al, 2007, p.15).

O folder abaixo ilustra a localização “privilegiada” para o investimento econômico no litoral sul pessoense:



Imagem 8. Folder sobre o edital para a compra dos lotes no "Pólo Turístico do Cabo Branco". Fonte: Plano Diretor (PMJP, 2021-2022).

Dentro de tais planos se veem concretizados o Parque Estadual das Trilhas de 578,548ha de Mata Atlântica (Decreto nº 37.653/2017). De todos os lotes, 3 já foram contratados: Projeto 01: Ocean Palace- Jampa Eco-Beach Resort, Projeto 02: Amado Bio &

Spa Hotel e o Projeto 03: Surf World Park. É interessante notar que dentro desses projetos, em suas descrições os termos “bio”, “eco” e “sustentabilidade” são utilizados mercadologicamente para as suas aparições e legitimações morais junto à sociedade. O que se percebe no local é reflexo de um projeto global, que Acselrad (2010) aponta como “modernização ecológica”, em que “o meio ambiente e a sustentabilidade tornam-se categorias importantes para a competição interterritorial e interurbana. Para atrair capitais, a “ecologia” e a “sustentabilidade” podem tornar-se apenas um símbolo, uma marca que se quer atrativa” (Acselrad, 2010, p. 110), ou seja dar-se valor e privatiza-se aquilo que não teria valor monetário e seria um bem coletivo/comum (a natureza). Segundo Letícia Palazzi Perez, Andréa Leandra Porto Sales e José Augusto Ribeiro da Silveira (2020), atualmente se constata a fragmentação verde no território do município:

[...] essa lógica de produção do espaço urbano é orientada pela lógica do mercado imobiliário, que direciona o crescimento da estrutura urbana para a porção sul da cidade, onde não há infraestrutura urbana consolidada e resquícios de Mata Atlântica são sistematicamente suprimidos para alocar, principalmente, empreendimentos turísticos dos governos municipal e estadual, e produtos imobiliários residenciais verticais, para um baixo renda na porção sul-sudoeste, e para alta renda na porção sul- sudeste do município [...] (PEREZ et al, 2020, p. 326-327).

O Plano Diretor de João Pessoa (1992), que em 2009 passa por aprovação e legitima o processo do Polo turístico, como área "especial e prioritária" (art. 90), teve um encontro com a comunidade civil pública para revisão em 2022 (ano de eleição). Alguns movimentos sociais que trabalham com as questões do meio ambiente e da natureza da capital, principalmente em relação ao impacto do polo na região, com os quais tive o acesso ao integrar o grupo (do *Instagram* e do *WhatsApp*) intitulado “Rede Jacarapé”<sup>39</sup> como observadora e ouvinte, compartilharam discussões e ações no início do ano de 2022, tendo como foco a revisão do Plano Diretor. Neste contexto, acessei algumas publicações denunciativas e ações enunciadas por dentro de um “ecologismo combativo” (ACSELRAD, 2010), a partir das quais aponto algumas problemáticas importantes e preocupantes sobre as condições atuais do Projeto “Polo turístico Cabo Branco”.

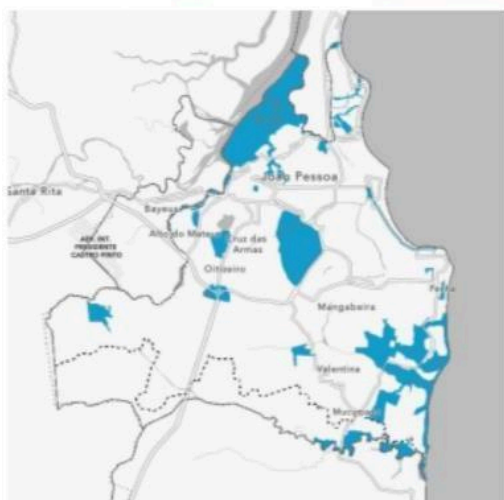
Sobre o Plano Diretor o grupo aponta que a proteção ambiental do território, na versão publicada em 1992 protegeria a área (revisado em 2008) a partir do art. 26, parágrafo I que determina a “delimitação precisa e as formas de viabilizar a implantação do Parque

---

<sup>39</sup> Os componentes da “Rede Jacarapé” têm em sua organização os grupos “Minha Jampa”, Paraíba Criativa, Greenpeace, ASPAMJA- Associação de Sustentabilidade dos Pescadores Ambientalistas e moradores da Praia de Jacarapé -, Grupo de estudo e pesquisa da UFPB- Pedagogia Urbana- advogados, professores/as e pesquisadores/as.

Estadual do Cabo Branco - Zona Especial de Preservação”, como território que comportaria estruturas de baixo impacto à natureza local (PMJP, 1992). Dentre as áreas de ZEPA (zoneamento especial de proteção ambiental), alteradas de acordo com o plano de 1992 de acordo com a Professora Andrea Porto (Pedagogia Urbana, mensagens no grupo de *WhatsApp* “rede Jacarapé”, maio de 2022), destaco as seguintes:

### Zona Especial de Proteção Ambiental 1 (ZEPA-1)



#### Objetivo:

Corresponde à áreas de falésias, às reservas florestais da Mata do Buraquinho, Três Lagoas, Parque Arruda Câmara, Parque Solon de Lucena, Parque Linear Parahyba, Parque Cuiá, Parque Lauro Pires Xavier, Parque Augusto dos Anjos, Bosque das Águas, os Parques Estaduais do Cabo Branco, Parque das Trilhas e os ecossistemas de manguezais e restingas, os maceiós, estuários e áreas preservadas definidos por legislação federal.

URB  
TEC

ATUALIZA  
2018

technum



Imagem 9. Ao sul temos o bairro “Costa do Sol” - Aratu e Jacarapé. ZEPA- 1. Fonte: PLANO DIRETOR DA CIDADE DE JOÃO PESSOA. (PMJP, 1992).

### Zona Especial de Proteção Ambiental 3 (ZEPA-3)



#### Objetivo:

Área de especial interesse que inclui o **Parque do Cabo Branco** e **Hotel Tambaú** com alto potencial turístico, compõe uma zona de **proteção** da paisagem e preservação, permitindo usos de baixo impacto e adequados às suas especificidades.

Imagem 10. Em destaque as praias da Penha e Seixas. ZEPA- 3. Fonte: PLANO DIRETOR DA CIDADE DE JOÃO PESSOA. (PMJP, 1992).

Marcadas em azul nos mapas estão as áreas a serem protegidas, porém são as mesmas áreas “loteadas” pelo governo para a construção do Polo. As contradições entre o previsto



pelo Plano Diretor e o que se vem observando em obras pelo território são gritantes conflitos ambientais, que deixam por desconfiar sobre o respeito às fronteiras demarcadas como proteção ambiental, sobre as quais a Professora Andrea Porto (Pedagogia Urbana) aponta sobre os planos de impermeabilização do solo e pavimentação (mensagens compartilhadas via *WhatsApp* “rede Jacarapé”, maio de 2022). De acordo com a Rede Jacarapé, o diálogo em relação ao Plano Diretor no ano de 2022, não teve grandes alterações favorecendo os direitos da natureza local, tão pouco as comunidades já existentes na localidade (consideradas invasões), apontando a mediocridade do debate que se fez balanceado apenas pelas propagandas e discursos de aprovação sobre a valorização ambiental que o Polo pretende fortalecer, sem falar que, pela pouquíssima divulgação do encontro, a mobilização da sociedade se mostrou enfraquecida.

Ao ter acesso através do grupo a um dos resultados sobre o resultado da Ação Civil Pública nº 0805117-05.2017.4.05.8200 junto ao Ministério Público<sup>40</sup>, tem-se os dados de que este projeto a anos passa por disputas e acordos junto a SUDEMA (Superintendência de Administração do Meio Ambiente), Estado da Paraíba e o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) se valendo estrategicamente das leis que regem a proteção ambiental local para a continuação do processo de edificação do polo turístico. De acordo com o relatório da ação, apontam-se irregularidades quanto ao processo de licenciamento acarretando um vai e vem de embargos, liminares e liberações das obras desde 2005, e o que se pode analisar é que apesar dos gritantes desfavorecimentos ambientais (desde a construção do Centro de Convenções) e diversas irregularidades para a concretização da obra, ele tem sido desbloqueado a partir da edificação de alguns equipamentos para a “compensação ambiental”, dentre eles: a atualização do Estudo de Impacto Ambiental para o Polo Turístico Cabo Branco, a construção da sede do Batalhão da Polícia Militar Ambiental e de um galpão para depósito de materiais apreendidos, criação da unidade de conservação Parque Estadual das Trilhas com área de aproximadamente

---

<sup>40</sup> Tal Ação Civil Pública (nº 0805117-05.2017.4.05.8200) foi demandada com o objetivo “obter a nulidade da Licença de Instalação nº 1129/2006, concedida pela SUDEMA ao ESTADO DA PARAÍBA, para fins de construção do Centro de Convenções, integrante do empreendimento outrora denominado "Portal do Sol" e atualmente conhecido como Polo Turístico de Cabo Branco”. Vale salientar que o Centro de Convenções foi construído em 2016 e tal processo foi indeferido no ano de 2022, apontando “que a Licença de Operação nº 2.832/2017, de 21/11/2017, foi homologada pelo COPAM na 638ª Reunião Ordinária, realizada em 05/12/2017, após a devida discussão dos impactos do empreendimento com a comunidade local, conforme Ata da audiência pública do dia 14/11/2017, acostada às fls. 3.603/3.604”. Disponível em: <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/536645778/mpf-pb-ajuiza-acao-contra-estado-e-sudema-para-regularizacao-de-licenciamento-ambiental-do-centro-de-convencoes>. Acesso em: novembro de 2022.

578,548 ha (hectares) a partir da junção das unidades de conservação Jacarapé, Aratu e Trilha dos 5 Rios em conformidade com a Lei 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica) e ainda o cercamento da área.

Dentre os indeferimentos de diferentes liminares nas tentativas de embargos das obras, tais ações judiciais ao mesmo tempo em que se apresentam atuantes e atentas às questões ambientais da cidade também se servem por maquiagem as ilegalidades ambientais no processo de construção do polo sobre o qual, ao invés de ter as obras interrompidas, os órgãos legitimadores, favorecidos e atuantes do processo - a SUDEMA como órgão concessor das obras e a SUPLAN (Superintendência De Obra Do Plano De Desenvolvimento Do Estado Da Paraíba)- são acionados em agilizar “reparos” com pequenos reflorestamentos e o pagamento de pequenas infrações, já que tal plano segundo o projeto tende a favorecer “o turismo na cidade de João Pessoa e trazendo relevante contribuição para a economia do Estado paraibano.” Vale frisar que, como publicado no jornal eletrônico Brasil de Fato (2021), “o EIMA/RIMA - Relatório de Impacto Ambiental - do projeto do Polo Turístico Cabo Branco, que é da década de 1980 (com atualizações em 2020), apresenta uma série de irregularidades ambientais”<sup>41</sup>, questionadas judicialmente na Ação Civil Pública nº 0805117-05.2017.4.05.8200. O que causa estranheza é o fato de que neste mesmo relatório apontou-se claramente sobre como o território vem sendo impactado por injustiças ambientais e que o mesmo, entre (des)embargos, esmorece por dentro das obras do Polo:

No decorrer da execução das obras do empreendimento licenciado, o IBAMA vistoriou o local em diversas oportunidades e, após constatar a ocorrência de degradação ambiental, multou o empreendedor pelo dano causado e promoveu o embargo da área degradada, conforme se vê pelo Auto de Infração e Termo de Embargo de fls. 2.887/ 2.888 (lavrados em novembro/2009). De acordo com as informações de fls. 2.889/ 2.890, trazidas pelo Núcleo de Flora - NUFLORA do IBAMA, a degradação ambiental que fundamentou o Auto de Infração acima citado decorreu de erro da SUPLAN na identificação da área de vegetação permanente nativa cuja supressão havia sido autorizada pela SUDEMA [...] (MPF-2ª VARA FEDERAL - PB, PROCESSO Nº: 0805117-05.2017.4.05.8200 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA, p. 15, 2022)

Além dos fatores jurídicos, o apelo moral continua em relação aos órgãos estaduais na legitimação do projeto junto à sociedade. Conforme a nota de imprensa redigida pela SUDEMA, em conflito com os embates dos grupos ambientais, ela esclarece que ao contrário da informação difundida de que o Governo da Paraíba pretende desmatar uma área de 654 hectares, a implantação dos equipamentos do polo turístico, submetido às normas de uso e ocupação de solo que constam no Decreto Municipal n. 6.931/2010 e conforme Memorial

---

<sup>41</sup> Disponível: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/04/28/orgs-ambientais-publicam-carta-aberta-em-oposicao-ao-polo-turistico-cabo-branco>. Acesso: novembro, 2022.

Descritivo da CINEP, tem a área de ocupação para Distrito Industrial do Turismo corresponde a 221,50 hectares, dentro dos quais “respeita-se” a manutenção de “espaços verdes” e que ainda “O citado decreto estabelece o zoneamento de uso do solo urbano na área do Polo Turístico, prevendo, portanto, a área de vegetação que pode ou não ser suprimida”<sup>42</sup> (SUDEMA, 2022). Outras denúncias foram compartilhadas nos jornais locais envolvendo a SUDEMA em que “técnicos estariam cometendo fraudes e facilitando processos destinados à concessão de licenças ambientais, mediante o recebimento de vantagens indevidas” (G1 - PB, 2022)<sup>43</sup>. Tal denúncia também foi compartilhada durante a pesquisa em uma das granjas próxima a praia da Penha, a qual já está vendida (como também a granja ao lado já com vasta área já desmatada) para uma empreiteira, que só não deu início às obras por conta de impedimentos oriundos do IBAMA pelo espaço abrigar árvores nativas da mata atlântica e animais como aves, mamíferos e répteis sempre vistos pelas crianças moradoras do local em que os avós são caseiros a muitos anos, relatando com pesar que o desmatamento por dentro da área (por trás da maquiagem da cerca verde de altas árvores) já foi iniciado.



Mapa 3. Área de granjas vendidas para construção de condomínios. Fonte: Google Earth, novembro de 2022.

De modo geral, o que apontam os movimentos ambientais na capital, principalmente através das redes sociais, é que por entre o território vão se mantendo visualmente uma linha de árvores que cercam as obras (lentas e espalhadas de acordo com os lotes vendidos) para dar a impressão da preservação, o que para nós os “espectadores”, não se tem a dimensão da devastação que tais condomínios ao serem construídos acarretarão impactos inevitáveis, ao solo por exemplo. Abaixo apresento algumas das imagens colhidas durante a pesquisa sobre

<sup>42</sup> Disponível em: <https://sudema.pb.gov.br/noticias/nota-a-imprensa-a-respeito-do-polo-turistico-do-cabo-branco-distrito-industrial-do-turismo-ditur>. Acesso em: junho de 2022.

<sup>43</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/09/20/operacao-investiga-servidores-da-sudema-suspeitos-de-fraude-na-concessao-de-licencas-na-pb.ghtml>. Acesso em: junho de 2022.



os locais de Jacarapé que estão sendo atravessados pelas obras do polo. Tais imagens foram colhidas na rede social (*WhatsApp*) da “Rede Jacarapé”:



Imagem 11. Obras iniciadas do “Equipamento Hoteleiro” em Jacarapé. Fonte: *WhatsApp*, Rede Jacarapé. Outubro de 2022.



Imagem 12. Cercas e desmatamentos do “Equipamento Hoteleiro” em Jacarapé. Fonte: *WhatsApp*, Rede Jacarapé. Outubro de 2022.



Imagens 13 e 14. Imagens denunciativas sobre as obras de desmatamento por dentro- Projeto Polo Turístico Cabo Branco. Fonte: *WhatsApp*, Rede Jacarapé. Outubro de 2022.

Os conflitos e injustiças ambientais apresentadas resumidamente até aqui, com apoio às publicações dos coletivos ambientalistas e de moradores locais, apontam as forças das:

[...] instituições de caráter para-administrativo que funcionam como nós de redes, ora estando no Estado, ora servindo como correia de transmissão para a execução de suas políticas, via práticas pedagógicas ou de consultoria. Muitas dessas organizações tendem a dar prioridade ao pragmatismo da ação eficaz do que aos dispositivos democráticos e de organização da sociedade (ACSELRAD, 2010, p. 106)

Os danos à mata atlântica são incontestáveis, as cercas e as placas indicam como a construção além de dar conta da tamanha destruição da vegetação local, deixam claro que a "nebulosa ambientalista" (ACSELRAD, 2010) se faz eficaz na organização de que trabalham "diretamente no domínio gestorário-administrativo, servindo aos aparatos burocráticos do "setor ambiental dos governos"" e fornecem informação, perícia técnica ou mediação de conflitos" (ACSELRAD, 2010, p. 105) para validar tais ações. Isto é, a ambientalização dos investimentos empresariais no vínculo político com o poder governamental acabam legitimados em definir o que é ecológico, sustentável e ambientalmente favorável, o que, dentro de um campo de conflitos ambientais, colocam como alvos as comunidades tradicionais, aquelas territorialmente estruturadas na pobreza de renda e suscetíveis ao

racismo ambiental como processo que desumaniza e naturaliza as desigualdades espelhando que “o desprezo pelo espaço comum e pelo meio ambiente se confunde com o desprezo pelas pessoas e comunidade” (HERCULANO, 2008, p. 05).

É nesse contexto que as desigualdades ambientais (destruição da mata e dos seres outros que humanos<sup>44</sup> que nela vivem, da fertilidade dos solos e dos recursos hídricos, a produção de lixões, a falta de saneamento básico, o tratamento de esgoto eficaz, etc) acompanham a produção de desigualdades sociais e territoriais, já que os males ambientais, enquanto for possível, serão destinados aos mais pobres (ACSELRAD, 2010). Nessa discussão de injustiças ambientais e territoriais para Andréa Zhouri (2008, p. 105) “as vítimas das injustiças ambientais não só são verdadeiramente excluídas do chamado desenvolvimento, mas assumem todo o ônus dele resultante” e ainda:

As assimetrias na classificação e na apropriação social da natureza resultam em uma distribuição ecológica desigual. O conflito eclode quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorrem em detrimento dos significados e dos usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território e, com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida (ZHOURI, 2008, p. 105).

José Celso Cardoso Jr. (2020) aponta para a economia política da desigualdade, em que a concentração territorial da pobreza acompanha a transmissão intergeracional das condições de vida e a incorporação cultural em relação a falta de direitos de se viver em um ambiente ecologicamente equilibrado, em que instituições, equipamentos públicos e a própria convivência com a natureza do local estejam alicerçados em uma organização que garantam ações baseadas na justiça, segurança social, redes de empregabilidades protegidas ambientalmente e respeito às diversidades socioculturais. Adriana M. M. de Moura (2016) ao tratar sobre o meio ambiente saudável como bem público indica que “os referenciais para a boa governança são complementares entre si e incluem, entre outros: accountability (responsabilização, transparência e prestação de contas), legalidade, equidade e inclusão, processo decisório participativo e a tríade (eficiência, efetividade e eficácia)” (MOURA, 2016, p. 13), e como responsabilidade comum a governança transpassa o Estado, instituições e organizações coletivas e individuais, movimento que no Brasil permanece imaturo e colonial.

No entanto, um momento caracterizado pelo desmonte das funções do Estado em torno da provisão e proteção social da população, o que incluiria uma maior organização e

---

<sup>44</sup> Opto por utilizar este termo ao me referir aos seres da natureza que compõe a nossa existência, sejam eles bichos, plantas, manifestações climáticas e até espirituais que estão vinculados socialmente às relações sociais e práticas, transpondo, assim, ecologicamente através desta cosmovisão, as dicotomias como homem-natureza, cultura-sociedade e natureza-sociedade, mesmo que muito presentes nos tempos-lugares urbanos de consumos exacerbados e predatórios (FLEURY et al, 2014).

frentes ambientais devidamente preocupadas com os direitos da natureza, a degradação progressiva de todas as formas de vida ameaçam a cada dia nossa existência<sup>45</sup>.

### 2.3 Re-sentindo a urbanização: impactos sociais nas vidas “onde tudo é família”

Nego Bispo (SANTOS, 2015) chama a atenção para a histórica urbanização do país, quando o moderno-urbano acompanha ações “de violência, de subjugação, de invasão, de expropriação e de etnocídio” e que desconsidera as especificidades nascidas e crescidas nas relações territoriais e comunitárias locais, além de se atualizar de acordo com o contexto capitalista-colonial vigente. Em um contexto de tempos neoliberais vivido em crises, a apropriação das noções de “eco” e de “sustentabilidade” dão o fôlego para continuar a legitimar as ações do crescimento capitalista-urbano-desenvolvimentista. O autor quilombola reflete o seguinte:

[...] quero afirmar que a população passou a ser chamada de urbana muito mais por um processo de imposição e de arbitrariedades. Ou seja, mais uma vez os colonizadores desconsideraram as nossas diversas autodenominações para impor uma denominação exógena e generalizada, a de população urbana (SANTOS, 2015, p. 54).

Os impactos destas transformações anteriormente apresentadas, são re-sentidas pelas gentes das localidades da comunidade Portal do Sol, nas vilas da Penha, no Aratu e em Jacarapé, visto que o processo de ocupação é/foi protagonizado por famílias que nasceram e partiram principalmente da região rural, principalmente do sertão e do brejo paraibano, além da presença de pescadores/as tradicionais e pessoas que a muitos anos vivem como caseiras em granjas.<sup>46</sup> É de memória dos moradores com idade entre 30- 45 anos, por exemplo, sobre

---

<sup>45</sup> Segundo o site do então ministro do meio ambiente, no governo Bolsonaro, Ricardo Salles: “Um dos maiores desafios na gestão dos 334 parques nacionais espalhados pelo Brasil é como torná-los economicamente viáveis. Uma das soluções incentivadas na gestão de Ricardo Salles foi a da visitação, que gera receita, além de dinamizar a economia no entorno dos parques, integrando as comunidades locais à atividade turística e criando com isso uma cultura de conservação daquela área, que passa a se tornar um instrumento de desenvolvimento e geração de renda alternativa”. O mesmo ministro anunciou que devia-se aproveitar a pandemia para “ir passando a boiada” sobre legislação ambiental. De acordo com a publicação do site Repórter Brasil, “Como ministro do Meio Ambiente de Jair Bolsonaro, Ricardo Salles (PL-SP) deixou como legado taxas recordes de desmatamento e queimadas históricas na Amazônia e no Pantanal. Mas isso não o impediu de se eleger deputado federal com polpudas doações de empresários ligados a firmas que, ao menos no papel, defendem a preservação ambiental. O ex-ministro teve apoio de 56 doadores e arrecadou R\$ 2,4 milhões na campanha, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) [...]”. Fontes: <https://www.sinaldefumaca.com/2020/05/22/ministro-salles-fala-em-aproveitar-pandemia-para-ir-passando-a-boiada-sobre-re-legislacao-ambiental/>; <https://reporterbrasil.org.br/2022/10/empresarios-sustentaveis-lideram-doacoes-para-campanha-de-ricardo-salles>. Acesso em novembro de 2022.

<sup>46</sup> Há ainda, principalmente nos últimos anos, a grilagem de terra na região. Tal informação foi compartilhada pelas adultas participantes desta pesquisa, moradoras principalmente na comunidade do Aratu e de Jacarapé, ao explicarem sobre as ocupações de seus terrenos e outros da área sobre os quais alguns indivíduos e pequenos grupos planejam, ocupam e depois vendem os terrenos desmatados. Esta atividade, segundo a vizinhança, é ainda

a importância da existência do Rio do Cabelo para tais comunidades desde a infância. O rio que nasce no bairro de Mangabeira e que corria para a praia da Penha, foi cortado pelo asfalto da PB-08 que liga a região ao Centro de Convenções e outras praias do litoral sul paraibano. Pelas ruas de terra que o rio cortava, segundo moradores das proximidades, era por onde a grande Procissão de Nossa Senhora da Penha, que iniciada na região central da cidade, após atravessar um grande percurso, se aproximava do Santuário na parte alta da vila da Penha. Contam os/as adultos/as que, quando crianças, o “Rio do Cabelo” era fonte para se refrescarem e brincarem enquanto o dia amanhecia após a procissão, e que em sua margem desfrutavam dos alimentos do mar coletivamente compartilhados. Hoje o rio se encontra assoreado, poluído e apenas um restrito fio.



Imagem 15. Ponte sob o rio do Cabelo, onde se recolhe o lixo da localidade. Foto: Karla Mendonça

Observando certos esforços de (r)existências nas frestas dos conflitos e das alianças com a urbanicidade que vem ambientalizando esta parte da cidade, o projeto urbano “capitalocêntrico” (ESCOBAR, 2005), que chega violentamente a trator<sup>47</sup>, anuncia a

---

apontada como prática realizada em terrenos a serem comprados por grandes empreiteiras, com aval dos órgãos que teriam que trabalhar pela proteção ambiental.

<sup>47</sup> Este ambiente, foi observado durante minha pesquisa no bairro de Gramame com/a partir da Escola Viva Olho do Tempo (MENDONÇA, 2018), período em que o bairro estava sendo preenchido e reformado em asfaltos e desmatamentos. Tais transformações foram apontadas pelas crianças participantes da pesquisa ao relatarem sobre seu lugar de convívio, sendo uma Gramame “que não tem nada” pra fazer e é muito violenta.



gentrificação destes locais nas vias de cauterizar as relações e as vivências comunitárias através das ações opacas do “desenvolvimento sustentável” que procura promover a desocupação das moradias identificadas como de/um “risco”.

Ao analisar o relatório de avaliação ambiental da cidade, parte do projeto “Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do município de João Pessoa (BR-L1421)”, em que a PMJP em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) fomenta uma operação de crédito para “promover a sustentabilidade urbana”<sup>48</sup> (2017), encontra-se a preocupação maior com o “reassentamento involuntário-voluntário” de aproximadamente 840 famílias, que foram identificadas como moradoras em “área de risco”<sup>49</sup>, isto é de “pobres”, enquanto “oportunidade de desenvolvimento sustentável”, do que ambientalmente proporcionar uma “governança” baseada em justiça ambiental (ACSELRAD, 2010; ZHOURI, 2020), como indicado no Plano Diretor<sup>50</sup> vigente no período desta pesquisa. Isto reflete o fato de que o solo, sendo uma mercadoria peculiar por ser monopolizável e não reproduzível (BARBOSA e ADEMIR, 2012), aplica-se uma valorização hierárquica de acordo com a sua localização dentro do território, que no caso destas localidades é pela proximidade do mar e da existência da mata, o implica uma raridade e se torna vantagem para o lucro. Além disso, observando que o Estado é quem colabora com a distribuição de forma desigual dos acessos de bens sociais públicos e de consumos coletivos (água encanada, energia, saneamento, telefonia, internet, unidades de saúde e escolas por exemplo), ao desprover os moradores de tais direitos, colabora com a irrelevância de suas moradias e condiciona a venda das terras já ocupadas com propagandas que as valorizam por conta das

---

<sup>48</sup> Disponível em: [https://www.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/PDRR-JOAO-PESSOA\\_FINAL\\_MAIO\\_2017-1.pdf](https://www.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/PDRR-JOAO-PESSOA_FINAL_MAIO_2017-1.pdf). Acesso em: 07/11/2022

<sup>49</sup> A consideração de famílias em risco no relatório do PMCRMA, condiz com uma análise realizada por uma equipe local formada por técnicos de vários setores da PMJP que foram coordenados pela socióloga Marília Scombatti, com apoio de Caio Silva e Silva e Joelma Medeiros. Segundo o relatório para a catalogação das famílias de risco, foi considerada a edificação nas comunidades registrando características físicas das edificações e da população residente. Além disso foi adotado um “polígono de risco” sobre as comunidades, “de maneira a poder isolar do total das edificações aquelas que apresentassem riscos (geológicos e de enchentes) e desconformidades ambientais e urbanísticas”. Portanto, a partir deste relatório, muito mais detalhado de modo quantitativo e imagético, se faz possível imaginar que as famílias em risco foram caracterizadas pelas condições físicas de moradia que condiz com o nível de renda, para assim, caracterizar a localização da residência no local. Nesse âmbito, aquelas instalações (de moradia e atividade mercadológica) que não “agredem” os planos de organização urbano-central no local foram mantidas, de modo que coexistem “edificações construídas e utilizadas por classe social de melhor poder aquisitivo” (PMJP, 2017).

<sup>50</sup> A política de desenvolvimento urbano do Município de João Pessoa segue as normas estabelecidas em seu Plano Diretor, considerado instrumento estratégico para orientar o desempenho dos agentes públicos e privados na produção e gestão do espaço urbano. O Plano Diretor de João Pessoa foi aprovado pela Lei Complementar Nº 03, de 30 de dezembro de 1992 e adequada através da Lei Complementar n.º 054 de 23 de dezembro de 2008. (PMJP, Plano Diretor, 2008). Disponível em: [http://www.planmob.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/RF-03-Diagn%C3%B3stico-e-Progn%C3%B3stico\\_VC-2.pdf](http://www.planmob.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/RF-03-Diagn%C3%B3stico-e-Progn%C3%B3stico_VC-2.pdf)

“belezas naturais”, do lazer junto a “natureza” e da “despoluição” em relação aos vizinhos indesejados (rios não tratados, ruas não pavimentadas, crimes ou comunidades pobres) já dominantes nos grandes bairros do município.

É relevante mencionar que as ameaças sobre a desocupação e venda deste território não cessaram durante a pandemia da Covid-19, período em que essa pesquisa foi vivenciada, apesar de algumas coerções jurídicas. Como apresentado no 3º boletim da Universidade Federal da Paraíba<sup>51</sup> e no Relatório parcial apresentado no Dossiê “O ENFRENTAMENTO DA COVID- 19 NOS TERRITÓRIOS POPULARES: Monitoramento das políticas de enfrentamento da pandemia”, desenvolvido pelo Observatório das Metrópoles - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia,<sup>52</sup> este quadro foi agravado na capital paraibana. O dossiê apresentou em 2020 o seguinte panorama:

[...] aproximadamente 40,9% do total de habitações apresentam carência de ao menos um serviço de infraestrutura, conforme relatava a Fundação João Pinheiro , [...] A partir das entrevistas realizadas com líderes comunitários, não houve registro de ações de melhorias das condições de moradia nos territórios populares realizadas pelo governo municipal e a violação do direito à moradia adequada persiste, agravado com a COVID-19 e implicando, negativamente, em outros direitos humanos.(OdM, 2020, p. 5, 11)).

Neste período, em relação ao sustento financeiro, é viável recordar que apesar das negativas por parte do governo federal no enfrentamento à pobreza e do desemprego como consequência do isolamento social, do fechamento do comércio, do alto número de demissões por parte das empresas privadas e do alto quadro de serviços informais por parte da população mais vulnerável financeiramente, agora sem perspectiva de renda, no âmbito paraibano a concessão do Auxílio Emergencial (Projeto de Lei 13.982) e da continuação do Bolsa Família (renomeado neste período com Bolsa Brasil) assume papel importante para manter a sobrevivência, como narrado pelas mulheres que compartilharam suas rotinas durante a pesquisa de campo. Com elas, foi possível notar o quanto neste período a pobreza de renda se aprofundou e o quanto as vivências dentro e fora das localidades foram atingidas, mesmo que de certo modo, devido às “lutas” por garantir o básico em suas casas, tenham as levado para fora de casa (ainda não vacinadas) a buscar subsídios para suprir as necessidades na vizinhança e em instituições.

---

<sup>51</sup><https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/pandemia-piora-vida-dos-mais-pobres-na-grande-joao-pessoa-diz-boletim-da-ufpb>

<sup>52</sup>[https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/07/Dossi%C3%AA-N%C3%BAcleo-Para%C3%ADba\\_An%C3%A1lise-Local\\_Julho-2020.pdf](https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/07/Dossi%C3%AA-N%C3%BAcleo-Para%C3%ADba_An%C3%A1lise-Local_Julho-2020.pdf)

Neste sentido, a localização geográfica destas localidades “as costas” dos bens e serviços (comunicação, tecnologias, transporte e equipamentos públicos) da cidade, reflete como o isolamento social total para essas famílias não se fez possível, devido a angústia por estratégias no combate à fome e na garantia pelo “sustento” da vida, especialmente das crianças. Isto configura o fato de que as medidas focalizadas de Proteção Social neste período, dentro das “ineficiências relacionadas à comprovação dos documentos e à operacionalização do Auxílio Emergencial” e das inseguranças em relação ao recebimento do Bolsa Família “geraram a exclusão de grupos vulneráveis”, principalmente quando situados socioespacialmente em contextos periféricos, como os aqui citados. No entanto, estes benefícios foram fundamentais, já que ampararam a um total de “68,3 milhões de pessoas que receberam ao menos uma das parcelas do Auxílio Emergencial, sendo 37,8 milhões de mulheres” (MARINS et al, 2021, p. 686)<sup>53</sup>.

Mais recentemente, os dados apresentados no relatório do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (BRASIL, 2023)<sup>54</sup>, revelaram o expressivo número de famílias cadastradas em situação de pobreza no município e que foram beneficiadas pelo Programa Auxílio Brasil. Dentre as nove modalidades diferentes de benefícios a ele vinculado, aponta-se que:

**[...]10.563 Benefícios Primeira Infância (BPI):** pago por criança, no valor de R\$ 130,00, para famílias que possuam em sua composição crianças com idade entre 0 e 36 meses incompletos.

**94.740 Benefícios Composição Familiar (BCF):** pago por pessoa, no valor de R\$ 65,00, para famílias que possuam em sua composição gestantes, nutrízes e /ou pessoas com idade entre 3 e 21 anos incompletos.

Deste total de BCF, **72.037 são Benefícios**

**Composição Criança (BCC) [...]**

**72.658 Benefícios de Superação da Extrema**

**Pobreza (BSP)[...]**

O município já vem realizando as atividades de cadastramento e possui (janeiro de 2023):

159.728 famílias inseridas no Cadastro Único;

---

<sup>53</sup> Mais sobre o processo de implementação do Auxílio Emergencial ver o artigo “Auxílio Emergencial em tempos de pandemia” (MARINS et al, 2021).

<sup>54</sup> Segundo o site do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e Combate à Fome o Cadastro Único é

“a base de dados do Governo Federal onde estão registradas as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda domiciliadas no território brasileiro, que são aquelas que possuem renda mensal de até ½ salário mínimo por pessoa ou renda familiar total de até 3 salários mínimos. O governo federal utiliza os dados do Cadastro Único para conceder benefícios e serviços de programas sociais, como: Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Auxílio Brasil, entre outros. Os dados do Cadastro Único também podem ser utilizados para o mapeamento das vulnerabilidades locais, o planejamento das ações e a seleção de beneficiários dos programas sociais geridos pelo estado ou município”. Sobre o Auxílio Brasil que veio substituir o programa Bolsa Família, “é um programa social do Governo Federal, instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e regulamentado pelo Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021, que integra várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda” (BRASIL, 2023).

Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pabcad/relatorio-completo.html>. Acesso em fevereiro de 2023.



124.930 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos;  
 138.351 famílias com renda até ½ salário mínimo [...]  
 [...] no mês de fevereiro/2023, o município JOÃO PESSOA/PB teve 92.699 famílias beneficiadas pelo Programa Auxílio Brasil, totalizando um investimento de R\$ 55.982.000,00 e um benefício médio de R\$ 604,76 (BRASIL, 2023).

A partir destes apontamentos e com base nas narrativas das mulheres com as quais (a)colheram-se narrativas sobre o cotidiano com as crianças em casa, durante e pós o período pandêmico, revelam que mesmo nas frestas dos limites da renda e por encontrarem-se em inseguranças diante da desapropriação de suas moradias como algo “pré-destinado”, ainda assim, compartilham entre as urgências da preservação da vida, o vivenciar de práticas enlaçadas em culturas e sociabilidades por estas terras enquanto nuances de (r)existências. Diante do projeto de empobrecimento que avança com a urbanização compulsória, para quem vive pelas tranças das con-vivências por este território, sentem as transformações intensas do “crescer” da cidade, principalmente no trânsito e na “quentura” das aglomerações que se achegam onde “tudo era mato” e são nestas “costas” do urbano, com árvores escondidas ou até ainda esquecidas das ações humanas, que essas famílias parecem ainda esperar uma João Pessoa que lhes dêem acesso ao novo e um “lugar calmo” para viverem com as crianças.

Abaixo apresento o mapa com a localização destas localidades, significadas durante as escutas-observantes, como um território onde “é tudo família”:



Mapa 4. Localização geográfica: os pontos vermelhos representam a Comunidade Portal do Sol (bairro Portal do Sol), as vilas da Penha e dos pescadores (bairro Penha), a vila de Jacarapé e o Aratu (bairro Costa do Sol). Fonte: Google maps. Janeiro de 2023.

Anunciando que “é tudo família”, as participantes desta pesquisa entoaram como nestes espaços fluídos e de especificidades existem um trançado de relações que se movimentam cotidianamente por laços familiares em que a afetividade floresce pelo/no lugar das con- vivências. Vivenciando valores, culturas, conhecimentos e (r)existências através de uma economia de práticas espacialmente localizadas no território e de parcerias compartilhadas inter-intra e co-geracionalmente, este trançado envolve sentidos de comunidade que expressam:

[...] algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa— continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas [...] é um espaço fundamental e multidimensional para a criação e recriação dos valores sociais, econômicos e culturais (ESCOBAR, 2005, p. 69, 77) .

A “comunidade” Portal do Sol (principalmente o local referenciado como “por trás da Boate da Caixa”), a “vila” da Penha e a Vila dos Pescadores no bairro da Penha, a “vila” de Jacarapé e o Aratu (estes dois últimos no bairro Costa do Sol), além de outras imediações em que os moradores apresentam dificuldades para situar o pertencimento geográfico, se trançam e se expandem em con/divergências que abrangem, tanto o uso do espaço, como da apropriação do território, a recriação do ambiente e de práticas do/no lugar por conta das múltiplas e multidimensionais necessidades encontradas em relação à cidade.

As adultas participantes desta pesquisa e os parentes que ocupam estas localidades, como dito, têm muito em comum o passado relacionado à agricultura, bem como outros trabalhos vinculados ao manejo de bens naturais, como a pesca e catação de caranguejo; além dos trabalhos envolvendo o âmbito doméstico, como diaristas e cuidadoras de idosos e crianças, e a catação de recicláveis, e entre outros trabalhos informais. Em sua maioria, no período desta pesquisa, as famílias tinham acesso à alguns dos benefícios sociais governamentais, principalmente o “Auxílio Brasil”, ainda identificado por elas como Bolsa Família, o Vale-gás e algumas recentemente (2022) o Programa Pão e Leite (no valor de R\$ 50,00 mensais), administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP).

As memórias sobre suas organizações no território vêm de um histórico das cheganças de quando “tudo era mato”. A migração e a emergência em expectativas para uma “vida melhor”, de modo geral, eram motivadas na luta pela sobrevivência em que o vínculo com os bens naturais como forma de subsistência e de (r)existência as fizeram caminhar pela/para a cidade de João Pessoa (PB) e encontrar no litoral leste-sul a fonte de terra para fixarem suas moradas. Em um espaço que permeava sensações de isolamento em relação a parte mais

urbana de João Pessoa, como se “as costas” dela, encontram certas condições de segurança devido à “calma” para ocupar, melhorar suas casas lentamente e ter algumas possibilidades de renda.

Segundo as famílias, na época em que os primeiros ocupantes chegaram nestes locais com poucos recursos para construção de suas moradias, já era reconhecido que algumas das partes da terra desejada tinham “donos”, os quais eram identificados como homens de nome e sobrenome privilegiados economicamente e politicamente na cidade. Apontam ainda que alguns destes “pedaços de terra” acabaram sendo reempossados por estes donos, necessitando a procura por “outro pedaço de terra” nas proximidades (como foi o caso da família de Sr. João). Alguns outros pedaços foram “doados” por eles, como a área da “vila” da Penha em que se localiza a escola municipal e a Vila dos Pescadores (bairro da Penha, na beira da PB-08); já a casa onde mora a família de Laís atualmente, na “vila” de Jacarapé, teria sido doada pelo governo, na época do então prefeito Ricardo Coutinho.

Em tempos que “são as relações sociais que transformam o espaço em território e vice-versa” (MARQUES, 2010, p. 79), nos limites, nas confluências (SANTOS, 2015) e nas transgressões das fronteiras locais e globais, compreende-se que a(s) infância (s) nestas localidades é/são vivida(s) na (r)existência de práticas economicamente e culturalmente alicerçadas aos cotidianos das famílias que, impulsionadas pelas fontes de renda originadas por trabalhos formais, informais e morais (como pedir doações), possibilitam propiciar condições para a construção de suas moradias e vivenciar um contexto familiar que brota no sonho de uma “vida melhor”. Mesmo que não se estabeleça propriedade em relação à terra, ainda sim o ritmo de sonhar pelos bens a serem conquistados caminha com as estratégias e as disputas impostas nas fragilidades que os limites do capital financeiro impõem no tecer dos laços comunitários.

### *Rumos...*

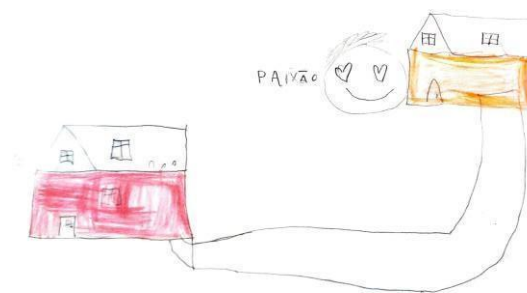
Este capítulo se propôs a trabalhar com as nuances contraditórias e as tensões sobre as transformações no território litorâneo ao leste-sul da capital João Pessoa (PB), que atingem as naturezas locais e consequentemente as práticas sociais na comunidade do Portal do Sol, nas vilas da Penha e dos pescadores (bairro da Penha), em Jacarapé e no Aratu (no bairro Costa do Sol). Visto que dentro do projeto urbanizador vivenciado na capital paraibana a condição de “pobreza” é avaliada principalmente em torno da renda, as condições das (des)ocupações socioespaciais nesse território acabam por influir de modo multidimensional nas sobre/ super-

vivências entoadas, vivenciadas e socialmente a serem marcadas na (s) infância (s) e na vida das gentes e outros seres destas localidades.

Nas dimensões constitutivas dos imaginários sociais e de seus movimentos no/pelo processo urbanizador, discutiu-se como as opacidades perduram pelos mecanismos que compõem o empobrecimento das naturezas pela região do nordeste e se atualizam pelos cantos da capital paraibana em (des)ocupações elitistas no que anteriormente permaneciam “às costas” das regiões privilegiadas da capital. A cidade, nunca liberta do processo histórico violento do projeto moderno-capitalista-ocidental em que sua composição está vinculada e que a mantém silenciada em certos locais, condiciona uma organização sociogeográfica que projeta e concretiza empobrecimentos a serem naturalizados a ambientes sem valor (e seus seres), até que outra utilidade seja considerada. Em tempos de crises neoliberais e políticas conservadoras- extremistas, este território, como todo o Brasil, persiste nas crenças de que apenas nas ações capitalistas, mercadológicas e globais-tecnológicas estão creditadas as propulsões transformadoras da realidade, apostando em um Estado (mesmo que em desmonte) a gerência de uma ordem social violentamente exercida através de uma “limpeza” ambiental racista e classista baseada em “valores e instituições ocidentais duradouras” (BROWN, 2019).

Destarte, nos embaraços que envolvem as “lutas” e a disputa pelo território “às costas” do urbano, apontaram-se alguns dos condicionantes estruturais sobre a cidade, que podem influir no vivido da infância local e nas relações intergeracionais. Estas dinâmicas são a base para entoar o que relacionalmente se promove enquanto investimentos, enfrentamentos e engajamentos para o caminho de se viver bem nas ocupações e moradias vividas no brotar de um contexto familiar que, em meio às adversidades ambientais que a cidade impõe atualmente, procura (r)existir.

É dentro desta discussão que adiante, com base em discussões socioantropológicas sobre a composição dos “efeitos-territórios” (ANDRADE e SILVEIRA, 2013) nas convivências familiares movimentadas principalmente a partir das/com as crianças, que o trançado das localidades pode ser percebido através das práticas ocupantes dos espaços. Esta caminhada foi possível com as memórias compartilhadas no presente sobre as experiências dos tempos rurais e praieiros das mães, das avós e de vizinhos adultos/idosos junto a contemporaneidade das crianças nos tempo-lugares que esta pesquisa foi vivenciada e com estas narrativas, no próximo capítulo compartilha-se socioespacialmente as historicidades das localidades as quais esta pesquisa percorreu.



## CAPÍTULO 3

**TRANÇADOS LOCAIS:** A comunidade do Portal do Sol, as vilas no bairro da Penha, de Jacarapé e o Aratu.

É vista quando há vento e grande vaga  
Ela faz um ninho no rolar da  
fúria E voa firme e certa como  
bala  
As suas asas empresta à tempestade  
Quando os leões do mar rugem nas  
grutas Sobre os abismos passa e vai em  
frente Ela não busca a rocha, o cabo, o  
cais  
Mas faz da insegurança sua  
força E do risco de morrer, seu  
alimento Por isso me parece  
imagem justa  
Para quem vive e canta no mau tempo [...]

*Procelária- Sophia de Mello Breyner Andresen  
Cantado por Maria Bethânia*



Através dos ventos que sopram nas terras arenosas do território costeiro de João Pessoa (PB), este capítulo narra o movimento das ocupações nas localidades conhecidas como “comunidade” do Portal do Sol (bairro Portal do Sol), “vila” da Penha e Vila dos Pescadores (bairro da Penha), Jacarapé e Aratu (bairro Costa do Sol). Esta trilha narrativa foi construída nas possibilidades do tempo-lugar que emoldura esta pesquisa, realizada em tempos pandêmicos, que “se (a)chega” nas casas das crianças e de suas famílias pelas curvas, dobras e enroladas nas localidades trançadas em um grande território. Com base em discussões socioantropológicas sobre a composição dos “efeitos-territórios” (ANDRADE e SILVEIRA, 2013) nas con-vivências familiares, movimentadas principalmente a partir das/com as crianças, esta plurinarrativa (com mapas, relatos, desenhos e mapas vivenciais) perpassa como nestes locais, interligado ao urbano-rural-litorâneo, as práticas culturais e sociais imbricadas às naturezas locais constroem e se movem em laços afetivos e por “lutas” em garantir um bom lugar para morar, mesmo diante das condições financeiras limitadas.

Esta caminhada é desenrolada a partir das memórias compartilhadas sobre as experiências dos tempos rurais e praiheiros das mães, das avós e de vizinhos adultos/idosos junto às narrativas contemporâneas das crianças. Estas “memórias povoadas” (LUGONES, 2014) contam os atritos e os apoios íntimos aliados às relações familiares e às construções das moradias que fizeram crescer, dentro dos bairros, trançados vivenciados pelo “comum” das práticas. Os conhecimentos em relação à origem das localidades tratados por entre os tópicos voltados às especificidades de cada ocupação, foram compartilhados através de diálogos diversos, (des) encontrados e (a) colhidos entre vozes, gestos, passos e brincadeiras, entre as adultas (mães e avós) e as crianças. Destaca-se ainda os mapas vivenciais florescidos nas práticas dialógicas com as crianças, de modo a promover visualmente, oralmente e afetivamente como suas con-vivências estão enlaçadas ao chão deste grande território.

Acrescento que o “passeio” narrativo sobre as localidades, respeita o reconhecimento histórico e afetivo sobre o local e dessa forma no texto se reproduz como são nomeadas, assim que tais identificações nem sempre irão concordar com aquelas estipuladas pelo governo municipal. Abaixo apresento as famílias com as quais situo os espaços-tempos narrados sobre cada localidade e os trançados entre elas:

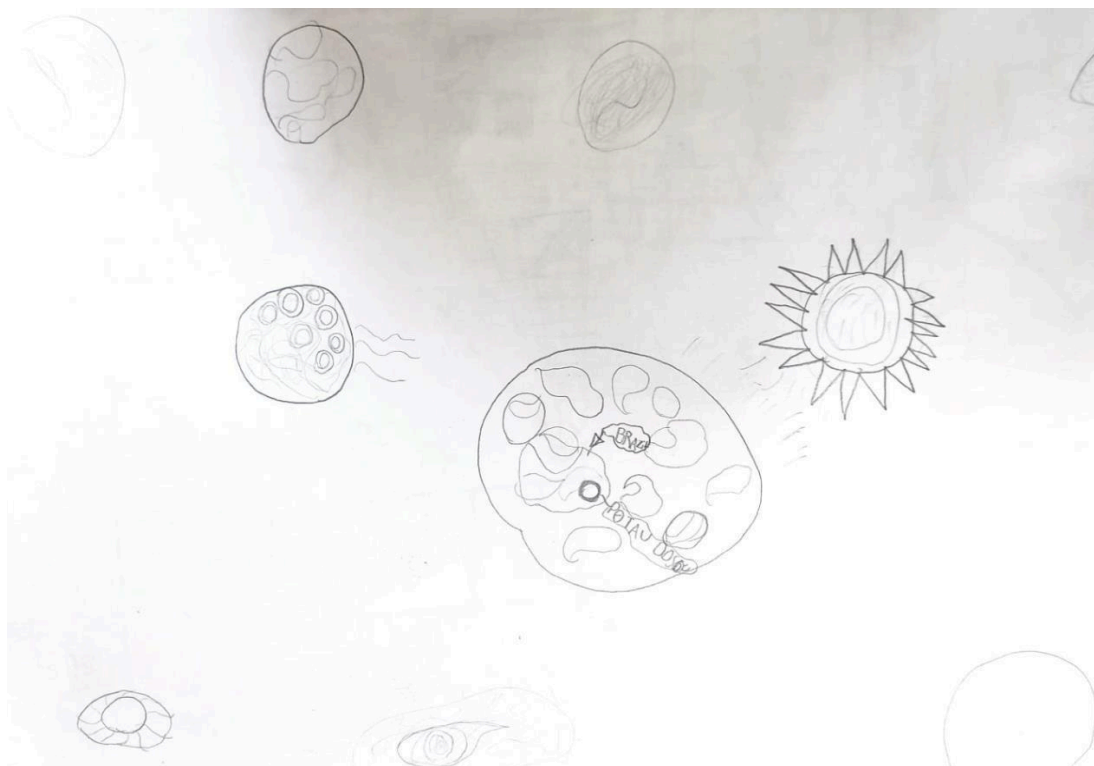
- Dona Léia e Marisa, respectivamente avó e mãe de Chico, e Sr. João (avô de Moana, moradora da vila da Penha) - conheci as histórias da “comunidade” do Portal do Sol;
- Nena, mãe de Moana (neta de Sr. João) conheci a história da “vila” da Penha, Sil e Vânia, respectivamente, mãe e avó de Diogo, e Drezza, mãe de Kely (todas parentes)- conheci a Vila dos Pescadores no bairro da Penha; Flávia (mãe) e Artur, Keila (mãe) e

Sofia, também colaboraram por compreender as vivências na localidade, porém por outras perspectivas de moradia;

- Tiana, mãe de Eleonora, visitei Jacarapé na parte da praia. Penha, mãe de Lane e Bida (mãe de Laís, Mo e David), visitei e conheci um pouco da “vila” de Jacarapé;
- Maria, Sonhadora, Sarah, Lili (colaboradoras e fundadoras do projeto Amigas Solidárias) e as crianças que frequentam o projeto Amigas solidárias - caminhei e conheci o Aratu com certa profundidade.

Assim, dentro de uma percepção ecológica, as historicidades e as cartografias compartilhadas pelas moradoras destas localidades se fazem compreendidas no “vínculo entre o conhecimento e a experiência” e são consideradas através do “reconhecimento da continuidade da mente, do corpo e do mundo” (ESCOBAR, 2005, p. 74), encontrando-se no movimento de ocupação e da construção da moradia as relações engajadas nas naturezas locais que se mostram trançadas a compreensão sobre viver uma “infância boa”.

### 3.1 As curvas para a “comunidade” do Portal do Sol ou “por trás da boate da Caixa”.



Mapa vivencial 2. Portal do Sol no universo. Samuel, Escola da Penha, outubro de 2021.

A “comunidade” do Portal do Sol, além de ser nomeada desse modo também é identificada como “por trás da boate da Caixa”<sup>55</sup> e como “comunidade do Cabo Branco”, por ser situada perto do Farol do Cabo Branco e da Estação Cabo Branco - Ciência, Cultura e Artes (conhecida como Estação Ciência), ambos pontos turísticos localizados na falésia da praia de Cabo Branco, o ponto mais oriental das Américas. No entanto, para facilitar a identificação na escrita deste trabalho opto pela nomeação de “comunidade” do Portal do Sol, pois foi desse modo que uma das crianças (Chico) identificou o local, além de ter sido a nomeação mais citada por outras crianças que contaram possuir laços familiares por lá.

Dados específicos sobre a comunidade não foram encontrados, mas de modo geral, o bairro Portal do Sol encontra-se em uma média de 4,136 hab, segundo o Censo de 2010, o qual se amplia nas últimas décadas por conta do mercado imobiliário destinado às classes mais favorecidas financeiramente. Em relação à expansão da localidade, o Sr. João (avô de Moana e pai de Nena- moradoras da “vila” da Penha), Marisa e D. Léia, mãe e avó de Chico respectivamente, colaboram com a construção imaginativa e descritiva sobre o vivido na comunidade Portal do Sol.

Conheci o sr. João (62 anos) através da filha Nena (34 anos) e conversei com ele na Escola da Penha, onde era estudante da EJA. Trabalhador da construção civil, atualmente mora no mesmo terreno ocupado quando chegou ainda criança junto aos seus pais e os outros 8 irmãos, tempo em que diz não “saber” a sua idade já que *“nunca foi para a escola”*, mas acredita que era por volta dos anos 70. Residia anteriormente no “Cuiá”<sup>56</sup>, e sua família ao chegar onde hoje é a comunidade, montou o *“barraquinho”* e começou a fazer o roçado para plantar feijão, macaxeira, maniva, milho e maxixe, os quais vendiam na feira do Oitizeiro<sup>57</sup>. A primeira ocupação de sua família no território foi desapropriada quando *“o dono foi chegando”*

<sup>55</sup> A “boate da Caixa” é um clube de lazer para os funcionários do banco Caixa Econômica Federal localizado no bairro Portal do Sol. Ver reportagem: <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/30/comunidade-em-joao-pessoa-pb-luta-por-direito-a-moradia/>

<sup>56</sup> Bairro localizado na zona sul da cidade de João Pessoa (PB), tem o mesmo nome de um dos rios importantes da capital. A grande parte da área é ocupada pelo vale e várzea do rio Cuiá, tem partes mais urbanas com estruturas residenciais (que trouxeram impactos com o desmatamento e grandes prejuízos ao rio) e semi-rurais (granjas) que procurando se sustentarem dentre as práticas rurais (pecuária e agriculturas) avançam para o leito suprimindo a vegetação ciliar, fator decorrente da expansão da mancha urbana no que antes era apenas rural (ANJOS et al, 2014). Disponível em: <https://files.abrhidro.org.br/Eventos/Trabalhos/6/PAP017982.pdf>. Acesso em novembro de 2022.

<sup>57</sup> Oitizeiro é um bairro conhecido na capital pela grande feira livre que movimentava comerciantes, feirantes e famílias na compra de alimentos e diversos bens materiais. Localiza-se na zona oeste da cidade e segundo o site da prefeitura municipal “A denominação “Oitizeiro” tem origem na palavra Tupy “UI-ti”, árvore que dá o fruto oiti e que era muito presente no lugar. Antes, o bairro foi denominado de “Novais”, em alusão à família proprietária de parte daquelas terras”. Disponível em: [https://filipeia.joao Pessoa.pb.gov.br/files/atlas/Perfil\\_de\\_bairro.pdf](https://filipeia.joao Pessoa.pb.gov.br/files/atlas/Perfil_de_bairro.pdf). Acesso em novembro de 2022.



*e tomando, botou os moradores todinho para fora*”, o que levou a procura por se instalar em um terreno próximo. No entanto, neste novo local, que também era posse de outro “dono”, o pai (falecido) de Sr. João teve que *“pagar toda semana por dia trabalhado na fazenda dele pra ficar no terreno”* relatando que *“hoje são os netos que tomam de conta, acho que ninguém pega mais não!”*, referindo-se à possibilidade de desapropriação. Ao contar que *“era muita terra”* e que fazia grandes caminhadas com seu pai, homem bastante violento no contexto familiar, Sr. João apresenta memórias povoadas de uma vida de trabalho pesado, de sol a sol, que é refletida em sua pele cansada. Sr. João lembra que:

Era bom aquele tempo (ri), a gente não passava fome não, era bom. Era tudo mato, só tinha raposa. Um dia plantava e quando não tava plantando tava fazendo carvão. Ia no mato com o saco de carvão nas costas com pai pra vender, ia até o Bessa<sup>58</sup> às vezes (Sr. João, conversa em novembro de 2022).

Depois que se casou, o Sr. João também montou a *“casa que era de taipa e capim, feito índio, amarrava o molho e cobria. De noite quando o capim secava dava para ver a lua. Ficava olhando o mundão (sorri). Nena (filha) não tinha lugar para dormir, dormia numa caixa”*. Relembra ainda que *“a gente tinha um maceió<sup>59</sup>, onde pegava água e tomava banho, esse que começa na Penha, mas o povo aterrou para botar um condomínio. Lá a gente pegava caranguejo e pescava”*. O Sr. João e 6 dos 8 irmãos ainda residem no mesmo lugar com suas famílias, lugar este que *“parece um sitiozinho”* e é *“cheio de criança”*. Nena (a filha que mora atualmente na vila da Penha) também lembra dessa infância que *“era diferente de hoje”*, pois na comunidade do Portal do Sol:

Antigamente não tinha iluminação, as casas eram longe uma da outra, mas era pacato. Hoje tem uma periferia, drogas, violência. Antes era cerca de vara que o povo fazia, hoje é muita casa murada! a infância era melhor. Eu não era de brincar, com 4 irmãos homens a gente saía para caçar, pegar fruta no terreno da minha vó que ficava em quadramares (bairro vizinho em crescente valorização imobiliária com condomínios, prédios e casas de alto padrão atualmente). Não tinha amigas e meu pai não deixava brincar com menino, era rigoroso. Era mais os meninos que andavam. Não ia para lugares, só tinha minhas primas. Com 14 anos já ajudava o meu pai na casa e comprei a primeira TV com meu primeiro salário de 150 reais (Nena, maio de 2021).

Ao refletir sobre a transformação da “comunidade” do Portal do Sol, Nena enfatiza que é:

Muito grande agora lá e muita gente que eu não conheço. As pessoas que moravam no tempo que eu era criança são poucas, hoje tem gente que eu não sei nem quem é. É periferia, tipo favela mesmo. As pessoas que morava lá, hoje uns já faleceram e outros tentando tá vivo” (Nena, maio de 2021).

---

<sup>58</sup> Bairro a beira mar na zona leste, bastante residencial hoje em dia, dominado em grande parte pela classe média e alta.

<sup>59</sup> Maceiós são pequenas lagoas que se formam nas proximidades da praia por conta da maré, das águas dos rios e da chuva. Eles são muito apreciados para os banhos nestas localidades.

A família de Sr. João e Nena vive “*tudo num terreno só. A casa dela (da mãe de Sr. João) no meio e a casa deles nas laterais. É tudo perto dela*”, reforçando o compartilhar do terreno entre a família. Esta questão de famílias “tudo num terreno só” também foi registrada por outras crianças que conheci na Escola da Penha, moradoras da comunidade do Portal do Sol, contando sobre os parentes que compartilham o mesmo espaço de terra e sobre a possibilidade de brincarem com outras crianças parentes e vizinhas, já que as mães “*não deixa sair*” pela insegurança sentida na localidade (diário de campo, abril de 2022). Assim como reconhecido por Sr. João e Nena, e nas nuances apontadas pelas crianças, a organização familiar no terreno “guardam” os familiares a salvo da “favelização” da “comunidade” do Portal do Sol, gerada pelas pessoas que chegaram mais recentemente na ocupação com disposições culturais, econômicas e sociais divergentes daquelas que os/as moradores/as mais antigos/as conviviam em décadas anteriores.



Mapa vivencial 3. No mesmo terreno: “minha casa e das minhas primas”. Amanda, Escola da Penha, abril de 2022.

A família de Chico (8 anos) mora bem próximo do local onde o Sr. João e sua família moram. Conversei e conheci sua casa primeiramente em março de 2021 entre trocas de mensagens e áudios com ele e Marisa (sua mãe), além de algumas curtas chamadas de vídeo por conta do isolamento social (as narrativas (a)colhidas também compõem a vinheta narrativa 2- capítulo 4). Pude visitar e conhecer Chico e Marisa pessoalmente em setembro de 2021 e em março de 2022 fiz outra visita. Marisa mora com o marido e os 2 filhos (Chico e

Bia-13 anos), recebe o Bolsa Família (Auxílio Brasil) e nesta época o marido estava empregado em uma fábrica. A casa de Chico é pintada de verde, cercada por arames, com muitas espadas -de- São- Jorge decorando a linha do muro, árvores floridas, coqueiro e bananeira na parte do quintal na companhia de Leão (o cachorrão), as galinhas e muitos pássaros em gaiolas espalhadas. Em frente de sua casa, localiza-se a casa de D. Léia e de seu marido (avós de Chico), que também abrigam a esposa anterior de um de seus tios com dois filhos. A casa, mesmo com o muro alto, é emoldurada pelas copas das numerosas árvores que cultivam, como cajueiro, mangueira, coqueiro e a florida buquê de noiva, muito comum na região.

Contam que moravam anteriormente no bairro São José<sup>60</sup>, inicialmente na parte de cima da casa do sogro de Dona Léia (como no primeiro andar) o qual se resumia em um espaço vazio que foram arrumando para acomodar todos a família (3 filhos- 2 homens e 1 mulher- Marisa): *“Fiquei na casa da minha sogra, e com o tempo, um ano mais ou menos, meu sogro se revoltou e disse que nós saísse, e se não saísse ia botar fogo em tudo dentro”* (D. Léia, março de 2022). Segundo Dona Léia, no bairro (São José) tinham: *“Uma vida bem aturbibada (difícil), uma vida bem sofrida familiar, aí decidi abandonar a casa. Meu marido decidiu me buscar de volta com as crianças, mas eu não queria voltar pra minha casa de jeito nenhum e eu não voltei”* (D. Léia, março de 2022). Assim, com a decisão de D. Léia, o processo para comprar o terreno que já tinha sido ocupado por outra pessoa na comunidade do Portal do Sol aconteceu dessa forma:

Meu filho mais velho, que tinha 7- 8 anos, pegou e ouviu (a briga do sogro com D. Léia). E aí teve uma confusão, dessa confusão eu fiquei muito arrasada, né porque Graças a Deus eu trabalhava, não dependia dele de nada. A casa que a gente estava, toda desestruturada, só no tijolo, o banheiro não funcionava, não tinha porta, não tinha janela. Só que era em cima da casa dele (do sogro), mas era uma coisa minha, dos meus filhos. Eu pedi a Santo Expedito das causas impossíveis, chorando de noite pela janela que dá para o Paú (visão para outra comunidade), era chorando e meus filhos dormindo, e de 3 horas da manhã acordei com louvor imenso no meu ouvido, falei: “meu Deus tem terço na vizinhança e não me disseram”, desci as escadinha pensando que era lá embaixo, não! Era tudo escuro. Subi, e o louvor era esse: “o mundo pode até fazer você chorar, mas Deus te quer sorrindo”. E eu acordei, nessa parte que Deus queria eu sorrindo. Aí no outro dia, às 9 horas da manhã meu marido lá de baixo, gritou: “Léia vamos lá em cima, que já consegui uma casa!” E nesse dia o dono resolveu vender pelo tanto que eu paguei na casa, era R\$ 3.000 na época (D. Léia, março de 2022).

Sobre a aquisição da casa, D. Léia conta como uma graça alcançada e lembra como:

Era linda assim... pequenininha, mas o espaço é como até hoje. Os cocos eram tudo pequenos, os cajus, a coisa mais linda! Apaixonei, mas só que no meu quarto uma parede de um canto para outro, era só era foto de mulher nua pelada, de todo tipo, uma coisa horrorosa. O que foi que eu fiz: tentei arrancar um bocado, não conseguia, comecei a passar cal, tirando. Graças a Deus acabou aquilo ali e ficamos.

---

<sup>60</sup> Situado na divisa da zona norte com a zona leste da cidade, o bairro São José é separado do bairro Manaíra-de classe média a alta- pelo rio Jaguaribe.

A casa já era construída, eu só aumentei, porque ela só tinha um quarto. Eu tinha três homens e Marisa de mulher né! Nos 15 anos dela eu pedi ajuda ao pessoal que eu conhecia e todos doaram e a gente aumentou, fez uma cozinha e um quarto. Hoje nós temos três quartos (D. Léia, março de 2022).

Ao contar sobre a chegada na comunidade do Portal do Sol, como “*uma grande história*” e que “*nem sabia que isso aqui existia*”, D. Léia explica que ali era um “*deserto...trilha de formiguinha para a gente caminhar. Só andava se fosse bicicleta ou moto e a pé, não tinha negócio de carro de ônibus de nada*”. Explica que contavam com uma carroça para acessar o bairro mais próximo (Mangabeira) e que iam “*pelos buracos e por dentro dos matos*” com um dos seus filhos ainda criança gritando: “*olha a passagem do ônibus, tem lugar!*”, fato que Marisa relembra com humor, observando as pessoas que os viam passar e que em sua imaginação pensavam “*olha que bicho nojento!- porque a gente ia passando e não parava, era difícil ônibus*”. Ter uma carroça neste tempo, e ainda hoje, era um privilégio diante do isolamento local em relação aos outros bairros maiores, tendo em vista a escassez de transporte público provoca os sonhos em adquirir uma moto (das mais simples que chamam de cinquentinha) ou um carro em condições de transportá-los, para que haja o acesso aos mercados maiores, farmácias e equipamentos públicos, como posto de saúde (na comunidade vizinha “Cidade Recreio”) e a escola (entre os bairros do Altiplano e da Penha); caso contrário, as pessoas tem que contar com outras estratégias, como longas caminhadas até as paradas de ônibus, caronas e transportes por aplicativos.

Sobre as casas da rua, conta que, há 20 anos atrás, quando chegou, “*tudo era mato*” e que só tinha a casa onde ela mora hoje e a casa de Sr. João, com a carvoaria. Segundo D. Léia, foi chegando “*gente de todas as classes, agora chegou uma turma que diz: aqui você não pode fazer isso, tem que ser assim, a famosa lei do crime, mas hoje graças a Deus a gente vive em paz.*” D. Léia ao refletir sobre o avanço da chegada de moradores no local, relembra que quando chegou podia dormir de porta aberta, mesmo sendo “*esquisito*”, e que a vizinhança ficava noite adentro conversando sentada no “*matinho*”.

Marisa revela que “*agora ficou mais popular né, tem mais moradores, mas eu gosto de morar aqui*” (Marisa, março de 2021). Relembra que diante das dificuldades e pela instabilidade financeiras para pagar o aluguel, o pai de Marisa por intermédio de D. Léia, cedeu o terreno na frente de sua casa para que ela construísse a sua moradia: “*meu pai invadiu esse terreno e criava os animais nele, porque antigamente era só mata. Não tem esse crescimento que está agora, já de população de moradores. Não tinha donos, era abandonado*” (Marisa, março de 2021).

A sua casa foi erguida através de algumas estratégias em relação aos vínculos empregatícios que Marisa e o companheiro tinham naquele momento. Marisa conta que com o dinheiro que conseguiu a partir dos direitos pagos do trabalho de camareira, contrataram uma pessoa que mora na vizinhança para levantar as paredes, e ela acompanhava as obras de perto e gerenciava tanto o dinheiro para o investimento, como a divisão dos cômodos (3 quartos, sala e cozinha) e o formato de como deveriam ser edificadas, mesmo que seu pai tivesse estipulado uma série de condições sobre o formato da casa:

Não tive mais condições de manter o trabalho, assim que o Chico nasceu, fui lá e fiz um acordo com o patrão. Eu tirava um pouco pra me manter e pagava, ia comprando algumas coisas que faltava. Porque quando eu comprei eu juntei, comprei logo o material quase todo com o acerto, e a vista a gente tinha um desconto, então foi mais rápido. Em seguida meu esposo pediu pra o pessoal colocar ele pra fora também, pra conseguir o restante do dinheiro e terminar de pagar o pessoal. Eles demitiram, só que o acordo dele faltava tempo, não deu certo. Aí ele arrumou outro serviço. Mas aí foi um pouco de perrengue, mas deu certo. Eu grávida estava construindo a casa. Definitivo na minha casa já tem oito anos, que é a idade de Chico. Eu grávida estava construindo a casa (Marisa, março de 2021).

A família de Daniel (“primo-irmão” de Chico e sobrinho de Marisa) reside na mesma rua. No entanto, a diferença é que a casa onde moram:

[...] é rua, a rua é uma casa, é uma área com uma casa construída na rua, a qualquer momento se vier um negócio e dizer que não pode mais, daí já viu. Mas só foi descoberto que seria a rua depois, porque o mapa era só mato e o povo foi morando. Até então eu não sabia o que era terreno e o que era rua. Aí quando descobriu já era tarde (Marisa e Ana (mãe de Daniel), março de 2022).

Marisa e a cunhada mostram como a rua foi afunilando e que no mapa (google maps) a casa atravessa a rua. Contam que quando chegaram no local, tinham alguns vizinhos e que sua família construiu a casa onde *“não tinha nada, só o terreninho, a gente pagou e trocou, porque tinha um barraco que caiu e o dono não queria construir”*. Fizeram a casa de tijolo e ao ser perguntada sobre a insegurança de serem desalojadas do local, Ana diz que é *“tranquilo, a gente não encasqueta muito com isso, fica com a vontade de Deus”*.

Essa aparente “tranquilidade”, Marisa posiciona-se de forma contrária, mesmo que sua casa não tenha sido construída no que seria “a rua”. Marisa reforça que o terreno de sua casa ainda pertence ao seu pai, e em diferentes situações de conflito, muito ocasionada pelo passado violento em que viveu com ele, seu pai apresenta ameaças sobre a propriedade a qual diz ter passado para o nome do avô de Marisa. No processo de construção, seu pai impôs uma série de condições sobre a posição da casa, proibiu colocar portão e muro na entrada, exigiu que fizessem uma casa conjugada na metade do terreno e que hoje se divide com a casa em que sua prima mora com a família. Revela que entre as inseguranças de perder seu

patrimônio, a questão de ter por vez ou outra a casa invadida por pessoas em busca das frutas do quintal e fugitivos das buscas policiais, são tensões constantes. Diz não planejar novos investimentos na moradia, por conta da conflituosa relação com o pai, o qual até sugeriu que seu esposo fizesse Usucapião do terreno (como já fez D. Lia), mas que pelas condições financeiras atuais não teriam como arcar com as despesas burocráticas. Segundo ela, muitos outros terrenos no local eram de famílias de antigos herdeiros, mas sobre o terreno em que moram nunca foram reivindicar. Procuraram, inclusive, informações na prefeitura para verificar de quem seria a posse dos lotes, que aparecem registrados como propriedades de freiras ligadas ao Santuário de Nossa Senhora da Penha, apontando que se “*tivesse condições*”, compraria um imóvel que lhe atribuisse mais segurança.

O terraço da casa de Marisa vive ocupado pela criançada. As proibições do pai de Marisa sobre a configuração de sua moradia, acabou por proporcionar liberdades para os movimentos de con-vivências por parte das crianças. Marisa relata que apesar da casa de sua mãe ter muito mais espaço, o muro e o portão fazem com que ela se mantenha fechada e de mais difícil acesso para as crianças. Marisa, muito humorada, conta: “*tem dia que se eu não botar tudim pra correr, minha filha, eu grito: vou jogar água quente em tudinho! Eu não gosto de pirrãia e eles vêm todo dia! Pelo amor de Deus!*”. Conta que a sala fica pequena quando estão jogando (celular), depois eles vêm para o terraço com a bola e que Leão (o cachorro) brinca, a fazendo pedir que procurem “*outro canto*”. As crianças (em média 12, entre primos e primas de Chico de diferentes idades) contam que preferem o terraço da casa de Marisa para correr, dançar e fazer vídeo TIK TOK com o celular. Sobre a infância das crianças no local, Marisa complementa:

Pra Chico, ele se dá bem, ele gosta assim porque o terreno é bom, a avó mora em frente, o avô, o amor pelo avô. Ele se dá muito bem, é muito alegre no espaço que a gente mora. Ele é muito feliz, pelo menos é o que ele me mostra, o que ele me passa. Graças a Deus tudo bem. Ele é bem chatulizado (oferecido) na alegria (Marisa, março de 2022).

Fomos caminhar pela comunidade, pois as crianças se interessaram em me mostrar onde jogam futebol no “campo”, que apenas adentram quando os adultos não estão ocupando. O terreno do campo é de um morador que construiu um muro parcial e que, segundo as crianças, permite que a vizinhança realize as disputas. Nesta caminhada percebi que as casas se diferenciam por suas estruturas, algumas são de tijolo, outras um amontoado de madeiras e lonas, algumas com janelas, muros e cercas, entre tijolos e arames, quintais e outras apenas contando com um restrito espaço que parece caber poucos móveis, mas que podem abrigar uma grande família, outras abandonadas e até de taipa. As casas são bem grudadas umas às

outras como se aproveitassem até o último centímetros de terra disponível. As pessoas da comunidade parecem se esforçar em equipar suas casas com o máximo de coisas, desde as vivas como galinhas, outros animais domésticos, plantas floridas e frutíferas, até objetos que sugerem conforto como ar condicionado e antenas de TV por assinatura, mesmo que a casa não possua reboco como pude observar e Samuel registrou em seu desenho:



Mapa vivencial 4. Casa na comunidade do Portal do Sol. Samuel, Escola da Penha, outubro de 2021.

Até a chegada do “campo”, pelo beco, observou-se um “fiteiro”, onde se vendem doces, bebidas e cigarros, crianças brincando e desviando das motos que se atravessam no estreito e, ao fim, um salão para cortar cabelos aparentemente bem equipado e estruturado. Na esquina da rua pavimentada que cruza a principal, aos fins de tarde, costuma-se visualizar estacionado algum carro com o paredão de som, tocando em alto volume o apreciado “brega funk”, estilo musical bem comum para quem vive pelo território. As pessoas pelas calçadas sentadas em 2 ou 3 “espetinhos”, que são comerciantes que vendem bebidas alcoólicas e espetinhos de churrasco, olham o movimento e dançam a música tocada, além do bingo que se encontra na rua em paralelo, movimentado ao anoitecer.

Observei algumas pequenas igrejas evangélicas, que segundo uma das vizinhas também tem um terreiro e uma capela católica “São Francisco”. De acordo com quem conversei na comunidade do Portal do Sol, entre as famílias citadas e alguns vizinhos, o local não tem uma associação de moradores organizada, e reclamam da má vontade de quem já tentou organizar este trabalho. Citaram, porém, o projeto “direito de sonhar” idealizado por uma das moradoras nas proximidades, onde são oferecidas oficinas, reforço escolar e

curtos cursos profissionalizantes principalmente para as mulheres. Segundo D. Léia:

Aqui na rua não tem Associação porque ninguém quer se comprometer. Assim já teve uma pessoa que tentou e não conseguiu, tentou, chamava muito a atenção dos moradores para ajudar (para formar a associação) para se unir, para fazer, mas foi tudinho por água abaixo. Ela tinha conhecimento da prefeitura, já trabalhava, então ela queria realmente ajudar, mas aí tem aquela parte aqui que é um ponto turístico e que aí é só para o granfino. Para quem é como a gente no caso, por mais que tentasse, não iria conseguir nada e ela também viu que a população não tava muito focada. Ela não conseguiu e parou (D. Léia, março de 2022).

O acesso à água na localidade se dá através de ligações irregulares à rede que passa na avenida principal instalada pela companhia pública de água e esgoto, a energia foi recentemente legalizada e o esgoto ainda é por intermédio das fossas caseiras, por isso é comum em todas as casas encontrar uma bananeira que suga os resíduos líquidos provenientes dos dejetos sanitários. Quando chegaram no local tinham que *“descer com a carroça para pegar água”* em outro ponto e depois começaram a pagar água oriunda de um poço acessado na casa de outra vizinha, prática comum para famílias em alguns pontos do território em ocupação. O alcance da internet é através da telefonia pré-paga para quem tem celular e também há o compartilhamento da rede wi-fi a partir de uma assinatura, a qual os/as moradores/as cedem o acesso e dividem o valor da mesma. Na rua da casa da família de Chico não tem iluminação pública, como em outros pontos no local mais privilegiados, o que segundo Marisa algumas pessoas da rua se juntaram e fizeram abaixo-assinado para solicitar da prefeitura a instalação, mas a empresa responsável alegou que pela rua não ter a metragem necessária, o serviço não seria possível, fazendo com que a vizinhança *“puxe os gatos”* (fiação irregular) de onde existem os postes. A luz como questão de segurança e a falta dela que deixa os lugares *“esquisitos”* foi registrado por Chico ao contar sobre a rua de sua casa no desenho abaixo, apontando que na *“mangueira é esquisito e escuro, meu pai véio (avô) morre de medo. Já colocaram os postes agora, vamo ver se vão botar luz”*:





Mapa vivencial 5. Na “mangueira”: o “esquisito”. Chico, Escola da Penha, abril de 2022

Compartilharam que já ocorreram algumas visitas de representantes da prefeitura municipal no local para a retirada das famílias do beco localizado no início da rua, onde moram os moradores mais antigos de quando o local “não tinha nada”, era “sem dono”, era “abandonado” e “só mato”. Assim que a ideia de que a ocupação se tem algo, se tem vida, é que parece emergir o interesse de outras forças para (des)ocupar o que lá se encontra dentro da imagem de “invasão” e de que ainda “não tem dono”, como algo a ser adquirido por quem pode pagar o que a terra vale hoje. Em uma das visitas dos representantes do governo municipal, Marisa ouviu de um dos representantes do governo que naquele local “*era lugar para quem pode pagar e morar, não para perrapado*” (conversa informal, março de 2022):

A questão é que quando o prefeito vier fazer (alguma desocupação), vai ter alguma coisa que ele vai oferecer. Até então eles têm apartamento né que eles fazem, só que aqui da rua o pessoal tocou com advogado. Deu um movimento para ele orientar os moradores para não aceitar aluguel (moradia a partir do aluguel social), porque aí se já é assim que começou o poder antes de ser ano de eleição, quando começou essa história, a movimentação que ia sair todo mundo também começou. Aqui o pessoal não foi mexido, por que por que teve essa orientação e as pessoas focaram nisso, porque já moram muitos anos aqui. Tem uma menina aqui, que é uma das primeiras casas, ela vai já morava aqui quando eu cheguei. Então aquela parte do Haras, não existia, e a casa dela era no meio, pegava os dois terrenos. Eu acho que quem construiu, já construiu com aquela intenção, que ela ia ficar na rua e a casa era só pedaços de madeira. Então é assim, não é justo tirar ela daqui, onde ela criou o filho, para ir para um lugar que nem conhece e não sabe nem o que vai acontecer. Tem muito terreno aqui que é da prefeitura, a prefeitura que tomou o olho (desocupou), aí depois foram recorrer, e tá parado desativado (o processo de desocupação). Isso é uma área que era para ser ser uma praça, era para ser um posto de saúde, porque o nosso posto de saúde o povo diz que é emprestado da cidade recreio (localidade próxima) (D. Léia e Marisa, março de 2022).

O bairro “Altiplano- Cabo Branco”, Altiplano e a Orla do Cabo Branco, ambos com

empreendimentos imobiliários de alto luxo, são vizinhos à “comunidade” do Portal do Sol. O bairro Portal do Sol, encontra-se no mesmo processo dos bairros citados, mas que apenas por volta dos últimos 5 anos teve as ruas transversais pavimentadas e a chegada de alguns pontos comerciais como posto de gasolina, farmácia e academias. Porém, a área ainda conta com alguns Haras, grandes terrenos cercados sem moradia, pequenas vilas e granjas remanescentes de posses. Por tais localidades estarem situadas na parte superior ao nível do mar, ou seja, anterior a estrutura de falésia, sua localização se faz privilegiada para os investimentos imobiliários (como dito no tópico anterior) por conta das áreas remanescentes de mata e pelas agradáveis brisas e vistas ao mar esverdeado da capital. Tais vantagens, banham os olhares dos atuais edifícios e condomínios projetados de alto padrão, os quais a cada dia, e de forma assustadoramente acelerada, se expandem.

Apenas há poucos anos (em 2016), onde tudo era “estrada de chão” como a conhecida “rua do barro”, é que a comunidade do Portal do Sol teve duas de suas ruas pavimentadas (a chamada rua principal), em que uma delas só foi possível a transformação por conta da construção de um restaurante ao final dela (destinado a uma clientela com capital financeiro qualificado). A outra via, a que liga à orla do Cabo Branco (principal praia urbana da capital), foi interditada em 2014 por conta do desabamento gradativo da falésia, além de vandalismos a imagem de yemanjá, cujas ações de reparação às degradações ambientais a anos se arrastam com pouca efetividade no local conhecido como “onde o sol nasce primeiro”.



### 3.2 Aos ventos da “vila” da Penha e da Vila dos Pescadores.



Mapa vivencial 6. Bairro Nossa Senhora da Penha. Maria, Escola da Penha, maio de 2022.

O bairro e as con-vivências locais do bairro Nossa Senhora da Penha, ou como é conhecido “Penha” ou “Praia da Penha” (entre a “vila” da Penha e a Vila dos Pescadores), e como ela se relaciona com as outras localidades, foram (a)colhida com:

- Moana (11 anos) e Nena (sua mãe) que moram na vila da Penha (parte alta, próximo ao Santuário de Nossa Sra. da Penha);
- Diogo (7 anos) acompanhado por sua mãe Sil e a sua avó Vânia; Kely (7 anos), neta de Penha e filha de Drezza (familiares de Diogo); e uma rápida participação de Gabi (9 anos), neta de D. Lourdes. Todas moradoras na Vila dos Pescadores;
- As famílias de Sofia (8 anos) e de Artur (8 anos), que moram no bairro da Penha, porém em outras condições de moradia.

A Praia da Penha<sup>61</sup>, como é nomeado o bairro pelos moradores locais, é procurada por fiéis que frequentam o Santuário de Nossa Senhora da Penha, além de receber visitantes

---

<sup>61</sup> Nos períodos coloniais a Praia da Penha era nomeada Praia do Aratu. A praia foi reconhecida como bairro de Nossa Senhora da Penha desde 1998 com a lei municipal 1.574 (SILVA e ANDRADE, 2010) e recebe esse nome em homenagem a Nossa Senhora da Penha, santa homenageada com uma capela na parte alta da praia com vista para a luminosidade esverdeada do mar. A homenagem e a construção da capela teriam sido por conta de uma tribulação sofrida pelo navegador português Sílvio Siqueira nas proximidades da praia, que devoto de Nossa Senhora da Penha, fez a promessa que diante de sua salvação construiria uma capela naquela praia em sua

interessados no turismo e no lazer em suas águas mornas e esverdeadas, nas piscinas naturais e nos bares que oferecem a culinária local. O bairro é vizinho à praia do Seixas, local onde encontra-se na parte alta da falésia, um dos pontos turísticos mais procurados na cidade: o Farol do Cabo Branco, identificado como o extremo Oriental das Américas. O bairro, que de acordo com o Censo 2010 continha 772 habitantes, faz parte dos caminhos de quem vive na comunidade do Portal do Sol, em Jacarapé e no Aratu por ser o local mais próximo com acesso aos atendimentos públicos de saúde, de educação (uma creche improvisada, duas escolas públicas, uma municipal e outra estadual) e de outras práticas vinculadas ao Santuário de Nossa Senhora da Penha e aos pontos de lazer.

A cultura local envolvida com a pesca artesanal e pela religiosidade em torno da fé em Nossa Senhora da Penha, movimenta toda a cidade por conta da procissão, mas que para os moradores locais é financeiramente relevante, já que é uma grande oportunidade para as vendas de alimentos e bebidas aos romeiros <sup>62</sup>. A celebração ainda é uma realidade no local, no que pude observar em 2022, após 2 anos sem a festa por conta da pandemia, avistando as crianças acompanhando a romaria enquanto seus pais trabalhavam, faziam seus votos, agradecimentos, rezas e também aproveitam os shows ofertados.

---

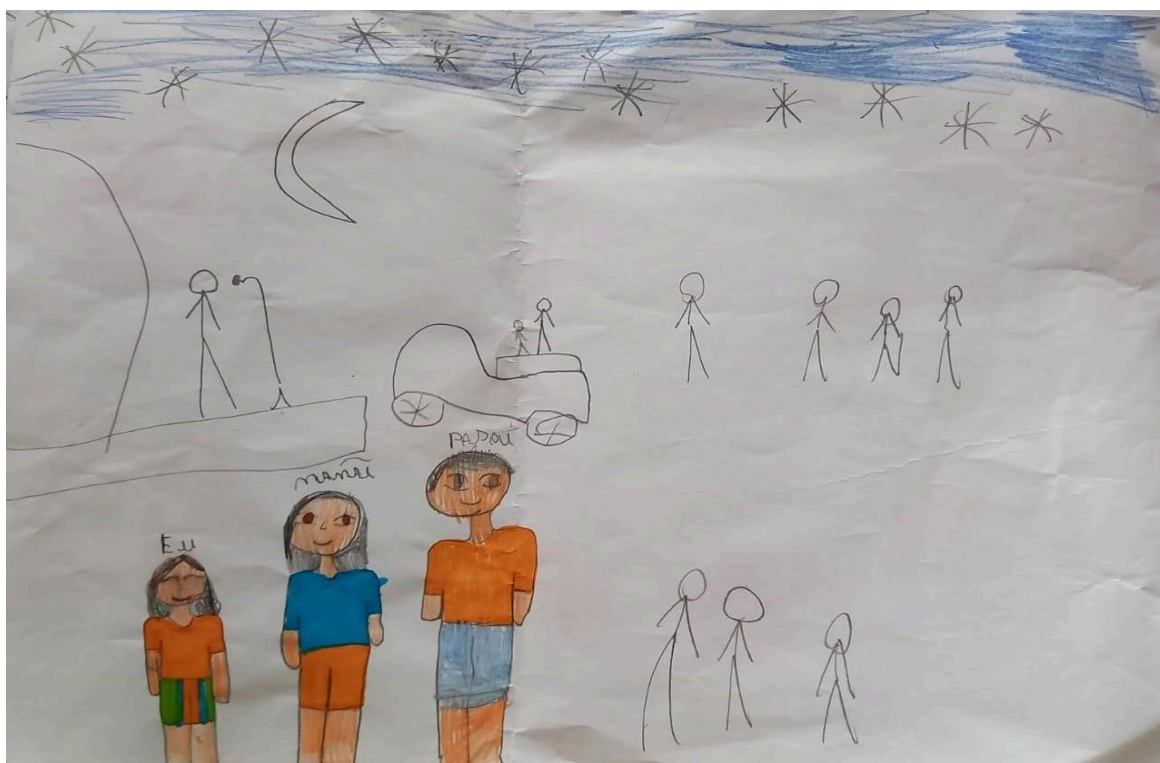
homenagem. A construção se deu em 1763, e hoje a capela, bem conservada, coexiste junto ao Santuário de Nossa Senhora da Penha, e foi tombada pelo IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba)

- Decreto nº 8.654 de 26/08/1980- por sua importância histórica para o Estado da Paraíba. O Santuário é a consagração final da Romaria de Nossa Senhora da Penha, que no ano de 2022 foi registrada a 259ª edição da festa profana-religiosa. Historicamente a romaria atrai devotos que acompanham a procissão por 14 km de caminhada que, iniciada no centro da cidade, é guiada pela imagem da Santa, exaltada e reverenciada em pedidos, promessas, orações e representações de fé, com o ápice na chegada ao bairro para a grande missa campal. Para aqueles com a graça alcançada, é comum a subida de joelhos na escadaria de 144 degraus que liga a parte alta da vila com a praia da Penha (BAEZ, 2016; FÉLIX, 2003; ALVES, 2021). Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/joao-pessoa-igreja-de-nossa-senhora-da-penha/#!/map=38329&loc=-7.165483765016669,-34.79768559507168,17>. Acesso em: dezembro, 2022.

<sup>62</sup> Existem muitas publicações, dissertações e teses sobre o local tratando a respeito da prática da pesca artesanal,

sobre o processo de urbanização e sobre a religiosidade (LIMA, 2002; SILVA et al, 2014; LIMA et al, 2010; BAEZ, 2016; CASA DO PATRIMÔNIO DA PARAÍBA, 2014).





Mapa vivencial 7. As crianças na “festa da Penha”. Maria, Escola da Penha, novembro de 2022.

Foi na areia à beira-mar, através de um pequeno grupo de pessoas, que começou a existência do bairro, ainda (r)existindo neste mesmo local uma pequena vila de moradores mais antigos e as “peixadas” (bares). Segundo o site do Ministério Público Federal, a área é considerada uma comunidade tradicional, com regularização fundiária assinada em 2018 e foi a partir desta lei que a Companhia Estadual de Habitação Popular (Cehap) teve de elaborar o projeto de urbanização do local, obras efetivadas principalmente no ano de 2022 e que hoje se veem grandes mudanças pelas vias do bairro<sup>63</sup>. Nesta mesma publicação, que reforça a situação de pobreza em relação à renda dos moradores locais, D. Irene, moradora e proprietária de uma peixada, conta sobre um passado de por volta de 40-50 anos atrás, em que tomavam água, se banhavam e brincavam no Rio do Cabelo, mantinham-se “isolados” em suas práticas cotidianas ligadas à pesca. Os/as fundadoras e descendentes são reconhecidos pelas gerações mais novas praticando e ensinando a pesca artesanal mesmo que por lazer, outros abriram pequenos bares, além de pequenos comércios que suprem as necessidades mais básicas dos moradores locais.

---

<sup>63</sup> Nesta publicação<sup>#</sup>, destaco a seguinte nota: “**Pobres morando na praia** - Devido à especulação imobiliária ao longo dos anos, a comunidade sofreu despejos, ameaças de desocupação e até destruição de casas. Como a ocupação também era irregular, por se encontrar em terreno de marinha, os moradores estavam sujeitos às multas dos órgãos de fiscalização do meio ambiente” (site JUSBRASIL, MPF, 2018). Disponível em: <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/659159905/comunidade-tradicional-de-pescadores-conquista-direito-de-morar-em-praia-na-paraiba>. Acesso em: novembro de 2022.

A questão do processo de urbanização da Penha teria sido a partir da mobilização dos moradores locais e estereótipos ali relacionados pelo processo de “favelização” contidos na disseminação de críticas por parte de turistas e fontes jornalísticas datadas no final dos anos 90. As especificidades locais em relação à falta de estrutura urbana, por conta das ruas de terra, que era o caminho por onde se acessava a praia, pavimentada em 2021, é tratada como uma problemática no trabalho de Tereza R. B. de Lima (2002). A monografia, compartilhada na biblioteca da escola municipal do bairro, relata que naquele ano os moradores, especialmente os comerciantes, realizavam protestos com cartazes anunciando “queremos urbanização”, pela “promessa” de que a prefeitura, pavimentando os entornos do Santuário, atrairia turistas e visitantes, já que a pesca não se apresentava já naquele tempo a prática principal para a aquisição de renda.

As ruas, onde estão localizadas a Igreja e a praça, atualmente encontram-se pavimentadas, com equipamentos de atividades físicas, bares, barraquinhas com artesanatos e elementos relacionados à fé, além de pequenos mercadinhos. Por ali, encontram-se famílias que possuem casas de alvenaria, que datam a bastante tempo, mas que são consideradas ocupações desordenadas ou “invasões”, como disseram alguns vizinhos.



imagens 16 e 17. Praça da Penha enfeitada para procissão e a escadaria que dá acesso à praia. Foto: Karla Mendonça. Novembro de 2022.

A urbanização “prometida” e em curso ativo no bairro, inclusive por entre suas “dobras”, já movimenta as ruas de formas diferentes, sentidas pelos veículos acelerados que agora por elas passam, dificultando as passagens a pé e de bicicleta. Junto a isto, as ocupações sentidas pelo aumento do número de pessoas visitantes, que chegam aos finais de semana em ônibus de turismo, e por moradores locais, fez com que agravasse a dizimação da

área verde e aumentasse a poluição do maceió do Rio do Cabelo que deságua na praia da Penha, o qual ainda faz parte do lazer local nas tardes quentes, apesar do cheiro geralmente desagradável.

Penha (diarista, 50 anos), avó de Kely (7 anos), mora sozinha em uma pequena quitinete alugada na vila da Penha, “*por trás da praça*” e próxima ao “*Cruzeiro*”, monumento construído na fundação da localidade e que se encontra destruído pela ação do tempo e do descaso, mesmo que, de acordo com as observações de Penha, a prefeitura já tenha visitado o local variada vezes, mas sem ter realizado as reformas não cumpridas desde 1999 (LIMA,2002). A moradora conta ainda que em frente a sua casa, pela proximidade com a mata, é comum ser surpreendida por tamanduás, raposa, saguis, camaleões (iguanas), “tejús”, cobras corais e até capivara, a qual esta última parece transitar entre o rio cortado pela PB-08 (no início do projeto Polo Turístico Cabo Branco) e a mata da vila.



Imagem 18 . Tamanduá visitando a Escola da Penha a noite durante a pandemia. Foto a partir de vídeo enviado no grupo da instituição. Maio de 2021.

As transformações ambientais da localidade são refletidas no coco de Mestra Carminha, moradora da vila, que conheci na escola do bairro em agosto de 2022. Desde a juventude, lembra como brincava “o coco” na beira da praia com a mãe e a vizinhança até amanhecer o dia, e depois todo mundo tomava banho no rio limpo e pescava camarão. Tive a oportunidade de visitar a sua casa em uma viela pavimentada por paralelepípedos a pouco tempo. Ela compôs o seguinte coco que faz referência a triste mudança causada pela urbanização, canção apresentada em um evento de coco de roda na praça do bairro, em



agosto no ano de 2022, patrocinado pela Associação dos moradores da Penha com apoio do grupo de pesquisa Acauã (UFPB). Além do coco, podemos ter uma noção sobre a vila da Penha, com as imagens abaixo: o Rio do Cabelo que chega na praia da Penha, à vista para o mar “por trás” da praça com o lixo despejado de cima do barranco e ainda o Cruzeiro em ruínas como relatado anteriormente:

*Eu pisei na ponte  
Aponte gemeu  
A água desse rio  
Quem bebeu morreu.  
(Mestra Carminha, 2022)*



Imagem 19 . Rio do Cabelo na praia da Penha.  
Foto: Karla Mendonça. Novembro de 2022.



Imagem 20 . Por “trás da praça” da vila da Penha.  
Foto: Penha. Enviada por *WhatsApp*. Outubro de 2022.



Imagem 21. Cruzeiro abandonado. Foto: Penha. Enviado  
via *WhatsApp*. Outubro, 2022.

A localidade tem um “campo” e ao lado a Associação de moradores, que atualmente é gerenciada pela dona de um restaurante à beira da praia da Penha (que não é moradora



originária do bairro), após uma fervorosa eleição com as presenças do padre do santuário da Penha e outros representantes políticos. Se sabe pelos moradores e os servidores que trabalham na Penha, que o padre e a historicidade da paróquia local, tem forte representação nas ações relacionadas não só aos fiéis, mas também junto aos equipamentos públicos oferecidos no bairro, e isso se vê na própria escola que tem em sua entrada um altar com a imagem de Nossa Senhora da Penha. Em conversas informais com os moradores, outras influências em relação aos representantes da Igreja também foram apontadas por um dos moradores conhecido por “Tieta”. Ele contou que nenhuma mulher da comunidade consegue se casar de véu e grinalda no Santuário de Nossa Senhora da Penha, pelo fato de que em décadas atrás, durante a celebração de uma missa por um padre poderoso, a comunidade teria causado um “tumulto” provocando o padre a “rogar” uma profetização: nenhuma mulher daquela localidade conseguiria celebrar seu casamento naquela igreja (FREITAS et al, 2022).

Além do campo, da associação e da Igreja, existe o posto de saúde, a escola municipal (Escola da Penha) e a creche pública na mesma estrutura são pontos importantes na localidade. Segundo a diretora Rosilene, da Escola da Penha<sup>64</sup>, na época em que ainda muito jovem era professora na instituição, a unidade se localizava à beira mar em um terreno doado pelo morador que dá nome à escola, por conta das graças alcançadas através de sua fé em Nossa Senhora da Penha e por sua ligação política na época. Conta que com o avanço da maré a escola teve que mudar de local e “subiu” para parte alta em um terreno comprado pela prefeitura, de um então morador e comerciante com um status privilegiado de ser “dono”, inclusive da área de mata atlântica localizada atrás da instituição.

---

<sup>64</sup> O homenageado, que dá o nome a escola na Penha, tem o homônimo “Santos Tigre” que dá autoria ao livro *Calmarias e Tempestades*, que conta sobre as aventuras no mar da praia da Penha.



Imagem 22. Homenagem ao livro de Santos Tigre. Escola da Penha. Foto: Karla Mendonça. Março de 2022.



Imagem 23. Mata cercada no terreno atrás da Escola da Penha. Foto: Socorro Gomes. Março de 2023.

Na casa vizinha à escola e ao posto de Saúde, moram Moana (10 anos), sua irmã, seu pai e Nena (38 anos), sua mãe. Conversei com Moana e sua mãe na modalidade remota em maio de 2021 e presencialmente em junho de 2021. Nena e o esposo (que é de Araçagi-PB, mas chegou criança na Penha), que moram no bairro a 20 anos desde o casamento, estavam desempregados no momento de nossas conversas (pandemia), ambos sobrevivendo de serviços esporádicos, ele no ramo da construção e ela de diarista, e recebendo o benefício do Bolsa Família (Auxílio Brasil) e o Auxílio Emergencial (durante 2021). A casa, quando foram morar na Penha, que era da sogra de Nena, só tinha “2 vãos e banheiro, mas tinha uma parede individual com uma saída pelo beco” e foi ocupada “com a corda no pescoço, pois minha mãe e a mãe dele resolveu as coisas no cartório e os pais só fizeram assinar” (ela tinha 17 anos e o marido um pouco mais velho, ambos desempregados).

Em uma casa considerada “boa”, pois já estava “melhorada” após algumas ampliações dos cômodos, já que era “muito apertada” para morar com as duas filhas, demonstra certo conforto com eletrodomésticos, piso com cerâmica, o quarto das meninas é todo cor de rosa e pela casa dentro e no pequeno espaço do beco de fora tem-se plantas floridas e muitas gaiolas de passarinhos. Nena diz “não ter vontade de sair da Penha”, mas sonha com uma casa sem ser no quintal da sogra. Diz que comparada com a sua infância na comunidade do Portal do Sol, a infância de suas filhas é de “princesa, tem ar condicionado no quarto”. Para ela, a Penha “é um lugar muito bom de se morar, de criar os seus filhos, um

*lugar pacato, um lugar acolhedor. Eu gosto de morar aqui, tanto eu como ele (o marido) e as minhas filhas”* (NENA, maio de 2021).

Sobre a casa e as práticas cotidianas da família de Ariel, ainda com os cuidados necessários pela pandemia, foi interessante observar que uma “individualidade compartilhada” pelas casas no mesmo terreno de sua avó. Seu pai e Nena ainda compartilham vivências de quando moravam no interior do estado e de quando transitam entre a comunidade do Portal do Sol e a Penha, já que no espaço de dentro e de fora da casa eles organizam e criam passarinhos, galinhas, gansos, 2 perus e algumas poucas cabras. A família estende seu terraço e quintal para a rua da frente, acompanhando e apanhando o campo e as calçadas como terreno ocupado transitoriamente, para que os animais caminhem e se alimentem todos os dias. O campo acaba em um pedaço de mata e é lá que os bichos se aninham, principalmente as galinhas do pai, que é “*jarambero*”, nome por eles dado para a prática de trocar e vender aves adquiridas com os conhecidos e os familiares.

Moana conta gostar dos papagaios que o pai cuida e de sua cachorrinha, mas não se envolve com todos os animais que a família cria. No entanto, todas as tardes observei Ariel sentada em frente à casa da família, observando a dança dos animais pelo campo à caminho guiados por sua avó, a qual explicou que só os “*junta*” quando “*vai embora o sol quente*”, para que os animais se empoleirem no cajueiro. Na calçada, da família tem uma cobertura com uma bancada, na qual antigamente, segundo Nena, era onde seu esposo “*matava porco*” para as festas da família, mas que hoje vivenciam encontros com a vizinhança, principalmente as mulheres e as crianças, as quais entre uma conversa e outra, correm pelo campo e se sentam ao entardecer para ver “o movimento” da passagem das crianças saindo da escola e as chegadas dos trabalhadores. Certa tarde, enquanto conversávamos, Moana chamou a atenção para um animal que saltitava no chão, que parecia um inseto, com o susto Nena explicou ser um “*cavalo do cão*”, venenoso, o qual tinha muito pela vila e que era um banquete para as galinhas.



Imagem 24. Família, casa e quintal estendido.  
Foto: Karla Mendonça. Junho de 2022.

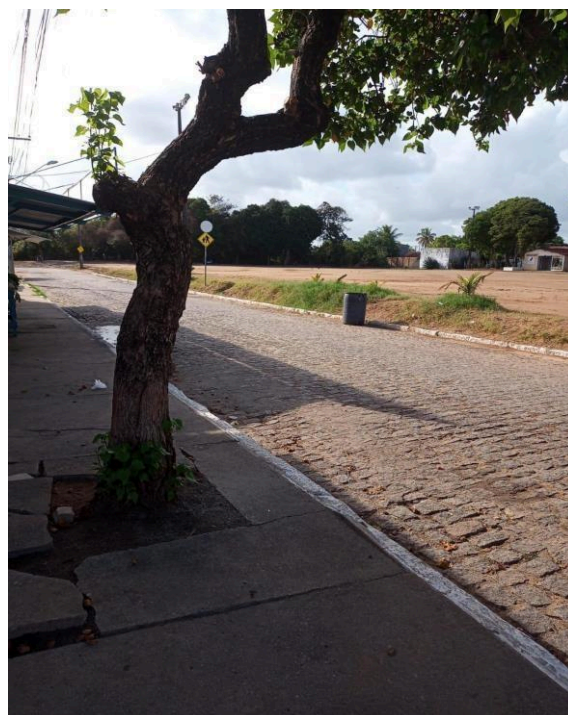


Imagem 25. Campo da vila da Penha.  
Foto: Karla Mendonça. Junho de 2022.

A pesca de arrasto na parte mais rasa da praia (onde Moana conta só gostar de ir às vezes) acontece como prática de lazer aos finais de semana em que ela, a irmã e outras duas crianças que moram na vizinhança acompanham suas mães, participando, segundo ela, com certo receio na captura dos peixes e dos camarões que viram o almoço no mesmo dia em sua casa. No entanto, mesmo com tais espaços pela vila da Penha, Moana diz gostar mais da comunidade do Portal do Sol, que é onde suas primas moram e que, segundo a mãe, é onde tem mais confiança para que ela “*brinque solta*” já que é a casa onde sua avó materna mora e seu vovô João. Para Moana e sua família, observa-se que na vila da Penha, vizinhos e família “*são os mesmos*”, e é assim que vivem protegidas dentro dos terraços, como também acontece na comunidade do Portal do Sol pelo “*terreno da avó*”, onde brincam de “*mamãe-filhinha, assistem, inventam coisas, jogam no celular, fazem TIKTOK e até já fizeram um lava-jato*” (MOANA, julho de 2021).

O mesmo observei na Vila dos Pescadores com a família de Diogo (8 anos) e Kely (8 anos), e suas mães Sil e Drezza (respectivamente), que são primas e vizinhas nascidas na Penha (parentesco apenas descoberto durante a pesquisa no lugar). De acordo com elas, no terreno em que a vila hoje se situa (na beira da PB-08) “*são tudo família*”, entre pais, mães, primos e primas, avós e lembranças de uma vizinhança construída há 3 gerações pelos laços com a pesca e pelos parentescos que foram se ampliando, já que desde seus/suas

bisavôs/ós o lugar se sustenta em afetos de fácil reconhecimento. Penha, mãe de Drezza e avó de Kely, relata que o terreno em que a Vila dos Pescadores está situada foi doado pelo “*finado Fernandinho*” que cedeu aos pescadores que moravam na beira da praia, perto do “*maceió da vila*”, ao terem suas casas sendo invadidas pelas cheias da maré. Assim:

Todo mundo é família de pescador. Quando foram subindo, foi filho, neto, tataraneto, bisneto, né? teve casamentos, meu tio mesmo casou duas vezes, e eu mesma chegou o dia. Aqui é morador antigo meu avô, pai da minha mãe que tem oitenta e cinco anos, tá vivo. Quem foram os primeiros a chegar foi os pais dos meus pais, mas não são mais vivo não. Minha vó faleceu esse ano, em janeiro. E meu avô acho que faz uns três anos que ele morreu. Agora da minha mãe estão vivo, que mora na frente de casa (SIL, maio de 2021).

Como relata Sil “*É tudo família aqui, ninguém pode falar do outro, porque todo mundo já sabe, esse é meu tio, é meu primo... é uma desarrumação*”. D. Terezinha teria sido a fundadora do lugar junto a outras famílias de pescadores (PARAÍBA, 2014), como os avós de Sil (bisavós de Diogo). Hoje, “*Ave Maria tem muita gente, viu?*”, Sil afirma sobre o entrelaçado de parentalidades, contando com as crianças que as con-vivências na infância são vividas a muito tempo com os primos e as primas em brincadeiras pelos terraços da casa ou na única rua de terra. Nesse sentido, para as mães, a vila é um lugar bom para as crianças viverem, pois “*a roupa ficou apertadinha nele, já passa pra outro primo, a bicicleta ficou pequenininha, passa pro outro entendeu? É aqui assim, é tudo família. já passa sim. É um lugar sossegado*” (SIL, maio de 2021).

Diogo (8 anos), o irmão mais velho (13 anos), Sil (38 anos, mãe-trabalhadora do lar) e o pai (aposentado) moram na beira da “pista”, ou seja, em frente a PB-08, entre as peixarias dos familiares de Sil, que conheci no segundo semestre de 2021. Essa localização é um dos principais motivos para que Sil e outras mães tenham “cuidado” com as crianças, estando “*sempre de olho nele aí, ele diz que é uma coruja (o pai), eu digo ‘é não’, estou preocupada né, que passa muito carro aqui*” (SIL, agosto de 2021). O marido “*é o único que não foi daqui*” e após conhecer Sil se casaram, mas segundo ela só saiu da casa dos pais quando a casa ficou adequada para que ela fosse morar, decidindo então engravidar. A casa foi sendo reformada pelo marido (hoje aposentado), pois antes “*era só essa salinha e devagarinho ia montando, fazendo, ajeitando*” (SIL, agosto de 2021). Ficou subentendido que as condições financeiras do marido destoam da maioria dos moradores locais, e a casa foi edificada a partir de suas habilidades com o apoio dos vizinhos e dos materiais ali mesmo disponíveis, tendo destaque a sustentação do teto, feito com a “espinha dorsal” de um barco de madeira com formato curvilíneo.



A entrada do terraço (onde o carro da família estava estacionado) e a sala da casa, com cadeira de balanço, sofá e a grande televisão, compõem um ambiente revestido de cerâmica e madeiras. Mais adentro possui 2 quartos com ar condicionado, cozinha e quintal onde estão as gaiolas dos passarinhos do pai, aquários com peixes e os materiais de sua oficina, relacionados à pesca. Possuem internet e bens materiais muito utilizados por Diogo e seu irmão, como computador e celular, mas principalmente a televisão, que Diogo gosta que permaneça ligada quando vai dormir, pois tem medo do escuro. A casa é abastecida pela rede de água e energia de forma regularizada (esta última não é realidade de muitos moradores na vila), mas apesar de já ter encanamento para a rede de esgoto, ainda não foi interligado pela empresa responsável à rede da cidade (como também na maioria dos bairros na redondeza).

A casa é *“toda gradeada, teve que fazer isso... o pessoal começou a invadir o quintal para pegar os passarinhos, gente de fora”* conta Sil, refletindo que o espaço da casa se tornou desse modo mais seguro, principalmente para as crianças que *“vive dentro de casa e só sai com a gente”*. Sobre o lazer local, conta que o pessoal da comunidade *“faz um mutirão”* e viajam para lugares nos estados vizinhos (Rio Grande do Norte e Pernambuco) em visita aos balneários, rios, cachoeiras e parques aquáticos, sendo este o movimento que a família mais aprecia por ser feito com pessoas da vizinhança<sup>65</sup>.

Nesta mesma visita em agosto de 2021, Diogo e Sil me acompanharam até a casa de Kely, em que mora com a mãe Drezza, o pai, seu irmão mais velho e um primo, natural de Pernambuco, que a sua mãe acolheu para que morassem juntos após o falecimento da mãe (ex- cunhada de Drezza). Diogo explica que ela *“se mudou do beco”* e que comprou outra casa, na rua onde os pais de Kely são moradores desde a infância. Nesse primeiro encontro com a família de Kely, conversamos na rua sobre a origem da vila dos pescadores como enunciado anteriormente, e observei como algumas crianças se movimentavam no espaço, entre as corridas na rua com o brinquedo “do momento” na mão (“pop it”), a brincadeira de caçar galinhas, chutar cocos secos, se pendurar no cajueiro, entrar e sair entre as casas da vila. Todas as crianças da vila que estudam na Escola da Penha, utilizam o ônibus cedido pela prefeitura municipal para acessar a instituição. Em algumas viagens as quais participei na volta às aulas com o afrouxamento do isolamento social forçado pela pandemia, observava os

---

<sup>65</sup> Este “mutirão” para realizar viagens para lugares como fontes de lazer pela comunidade da Penha, também enlaça famílias de Jacarapé e do Portal do Sol, como foi relatado por Bida, mãe de Laís, que mora em Jacarapé. O movimento acontece através de “uma pessoa que comanda tudo, meu vizinho aqui da peixaria”, mas há convites entre pessoas “que se conhecem”, principalmente com relações de familiaridade. Como reforça Sil, sempre “vai mais ou menos as mesmas pessoas, para o pessoal sair de casa, para beber e já dizem ‘volta na próxima!’”. Os passeios saem de madrugada, para que aproveitem o dia no local visitado e segundo Sil e Drezza nos passeios têm “mais filhos que adultos”, ou seja, mais crianças (Diário de campo, agosto de 2021).

grupos de crianças adentrarem ao ônibus com suas reações empolgadas por conta do “passeio” mesmo que curto até a escola e apresentavam familiaridades nos assuntos pelas con-vivências muito próximas.

Contam que o terreno, localizado à frente da rua, que “*se sabe hoje ser da prefeitura*” e que parece se balançar pelos ventos que embalam os coqueiros altivos às vistas de quem mora e chega por ali, foi o território onde Drezza e Sil realizavam as brincadeiras na infância, nos intervalos da pesca (que com suas mães, trabalhavam desde a infância até a adolescência tirando “lixo” do fundo do mar) e dos plantios dos coqueiros no terreno, no qual ainda hoje o pai de Drezza adentra para tirar cocos, mas que “*gente de fora, principalmente lá do Aratu, também entra pra fumar maconha e ficou esquisito aí de noite*”. Penha, avó de Kely, reforça que onde a Vila dos Pescadores está localizada “*ninguém mexe*”, ou seja, o direito ao território/terreno foi assegurado pela palavra do então “dono” da terra. Ao lado da rua da vila, tem outro grande terreno cercado a mais de 40 anos, ao qual se referiram como “sítio” e que foi vendido para “um gringo”, local em que a avó (falecida em 2020) e o avô de Sil trabalhavam para o antigo dono no plantio de coqueiros.

Drezza morava com o pai na mesma rua de sua casa atual, e ao fazer umas economias com o esposo, comprou do primo um terreno com uma casinha na vila, que fica atrás de duas casas que estão alugadas para outras famílias, a acessando por um beco como alertado por Diogo. A casa do pai fica no terreno dos seus avós, onde, depois que seus pais construíram, os netos também construíram o próprio espaço, o qual ela anteriormente ocupava o primeiro andar. Hoje a moradia se encontra em reforma para ampliação, já que Kelly “*está crescendo e precisando de um lugar só para as coisas dela, já que é menina*” (março de 2022). Onde conversamos era repleto de plantas de variadas espécies que Drezza adquire, demonstrando muito cuidado e apego a elas como bens que “*todo mundo pede muda, mas não dou, gasto todo meu dinheiro com elas*”. Além das plantas, as galinhas soltas, um galo brabo, 2 codornas na gaiola, os passarinhos em outras e dois cachorros movimentam o ambiente. Kely conta que brinca muito por ali com suas panelinhas e bonecas, chama sua “prima-amiga” para ficar no quintal, porque a mãe não deixa que ela fique na rua, só quando ela ou o avô estão olhando. Mostra sua caixa e panelinhas e conta fazer comidinha, mas que sua mãe briga quando arranca as folhinhas das plantas dela. Só tem uma que ela pode brincar e pode até comer, me mostrando a árvore de seriguela, mas que no momento ela não sabia nomeá-la (este fato se repete no Aratu, o que trarei no tópico 3.4).

É na praia que todos da família de Kely demonstram apreciar estar. Em uma das visitas, numa manhã de março de 2022, enquanto eu e Kely brincávamos de comidinha, o pai

sai com o irmão, o primo e um tio de Kelly, e Drezza os perguntou se eles iam ao maceió pescar camarão, o que faz Kely se mostrar animada contando que foi lá que seu avô lhe ensinou a nadar, é rasinho e limpinho, mas que gosta mesmo é de nadar na praia, nas piscinas naturais pois *“é um lugar cheio de peixinhos”*.

Existem dois maceiós na praia da Penha, um deles, citado por Sr. João no tópico anterior e por D. Irene na reportagem, foi soterrado por obras de um condomínio. Este da imagem, localiza-se após a praia da Penha, sentido mais ao sul e é frequentado apenas pelos moradores das comunidades locais e proximidades, tanto para o lazer com a família, como para a pesca de peixes e camarões, como para usufruírem de suas águas calmas quando está cheio, pois há época que *“sangra, fica seco”* (DREZZA, conversas informais por áudios no *WhatsApp*, novembro de 2022).



Imagem 26. Maceió da Penha. Foto: avô de Kelly. Enviada em novembro de 2022 por Drezza via *WhatsApp*.

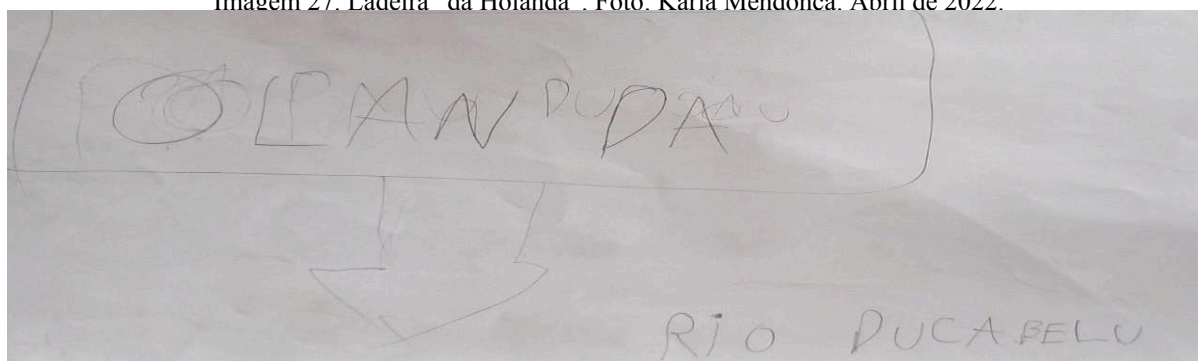
Na mesma rua da família de Kely, mora D. Lourdes, avó de Gabi, que mora há 16 anos e até o momento do contato ainda pagavam a casa. D. Lourdes morava anteriormente em outro bairro da zona sudoeste da capital e sabia da existência da vila por ter parentes de outra comunidade próxima conhecida como “Vila do Sol”, que tem a PB-08 como fronteira. D. Lourdes diz gostar de morar na Vila dos Pescadores *“porque é calmo, mas é horrível porque a rua é cheia de buracos e tem um sítio de coqueiros em frente que o terreno não é limpo, é cheio de mato! Sai de tudo que é bicho de lá. Ela já matou cobras dentro de casa”*, Gabi até explicou que era uma cobra coral.



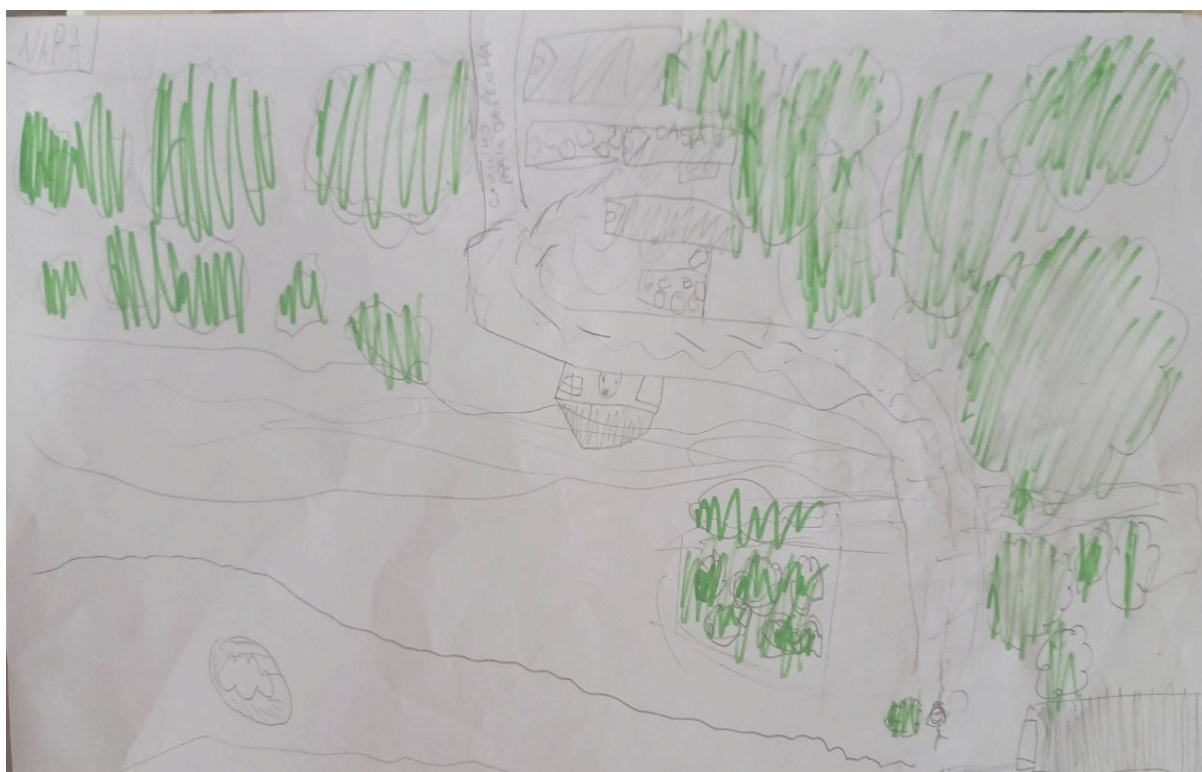
Gabi diz que gosta de brincar na rua, mas a avó disse que fica de olho nela porque “*sabe né minha filha, o mundo hoje é difícil*”, e pela tela me mostra Gabi correndo atrás das galinhas com uma amiga da vila. Gabi é a caçula de 6 irmãos já adultos e casados, com os quais têm contato e visita a casa deles com outros parentes da família materna que moram na Vila do Sol, local onde passeia a cavalo, ganha coisas das tias e da avó, que faleceu a 1 ano em um trágico crime de violência sexual seguido de assassinato no que chamam de “Holanda”<sup>66</sup>. Abaixo uma foto faz um apanhado desta grande propriedade e em seguida um mapa vivencial criado por Leo (7 anos) que conheci na Escola da Penha. Leo explica que a Vila do Sol, “*onde eu moro, tem um caminho para a praia da Penha. Vou quase sempre. A Vila do Sol foi o doutor (dono da Holanda) que deu esse nome. Ele fez minha casa porque não tinha muito cimento, daí ele fez outras casas*” (Leo, Diário de campo, Escola da Penha, abril de 2022).



Imagem 27. Ladeira “da Holanda”. Foto: Karla Mendonca. Abril de 2022.



<sup>66</sup> Holanda é uma grande empreiteira reconhecida na capital e que tem posse de grande parte do território que beira a pista da PB0-08 e que cerca até a comunidade Rio do Cabelo e Aratu. Em sua extensão tem áreas desmatadas e poucas partes da mata originária que pode ser vista assim que desce a ladeira a qual dá acesso a vila do sol para a esquerda e a comunidade Rio do Cabelo a direita, percurso de estrada de terra e em boa parte sem iluminação pública e com mata de um lado e poucas casas e granjas do outro, é um local que costumam identificar como “esquisito”. Atualmente a família Holanda tem empreendimentos de luxo em toda João Pessoa, principalmente em imóveis próximos às principais praias da capital.



Mapa vivencial 8. Vila do Sol- a casa do Leo. Leo, Escola da Penha, abril de 2022.

Assim como a família de Gabi que vieram de outro bairro de João Pessoa, residir no bairro da Penha, as famílias de Sofia (9 anos) e Artur (9 anos) também chegaram no bairro atraídos pela proximidade com a praia. A família de Sofia mora há 3 anos em uma casa com ótima estrutura, dentro de um grande terreno na avenida principal, com muros altos, rodeados de árvores floridas e que dá acesso à parte interna do bairro. Esta propriedade em que os pais são caseiros, prática comum no bairro, é de um dos filhos do casal de idosos portugueses moradores da casa central no terreno, para quem os pais de Sofia colaboram realizando as compras do mercado e amparam com atenções rotineiras, além da tia de Sofia trabalhar como cuidadora. Sobre o espaço agradável para as vivências de Sofia, como o quintal e a piscina à sua disposição, a menina conta que sua vida é muito mais em casa e no que o terreno pode proporcionar para suas vivências “sozinha” e com as filhas da sua tia que trabalha na casa ao lado.

Realizei dois contatos com a família de Sofia, uma na modalidade remota, além de várias trocas de mensagens de texto, fotos, vídeos e áudios durante o ano de isolamento social. Sofia se empenhava para “me ajudar” na pesquisa e fez questão de preparar um lanche com um bolo, que ela mesma fez, e as bolachas “13 de maio” passada na manteiga em nosso encontro presencial em setembro de 2021. Enquanto o pai trabalha no aeroporto no período noturno e a mãe (Keila) na instituição pública Caps (Centros de Atenção Psicossocial) durante o dia, eles se revezam no acompanhamento de Sofia no período em que não está na

escola, a qual disse sentir muita falta durante a pandemia, pois é o lugar onde tem muitas amigas. Suas práticas diárias se destinam às atividades que os pais combinam com ela em relação a casa, e que este fato não era apenas por conta da pandemia, mas foram limitados ainda mais. Sofia diz que o seu lugar preferido da casa é o sofá porque fica “assistindo” e mexendo no seu tablet que ganhou da avó materna, mas também aprecia a piscina, porque suas primas quando vem visitá-la gostam de nadar. Além disso, anda de bicicleta até a praia do Seixas e principalmente em volta da casa (dentro do terreno), explorando os detalhes e criando aventuras imaginárias.

Sobre os limites da casa como espaço principal para as vivências cotidianas, assim com Sofia, Artur que mora com seus pais e outro irmão mais velho em um apartamento alugado a 6 anos, no único prédio de 2 andares do bairro, conta como criativamente recria os cantos da casa e os limites restritos em companhia do irmão, de sua mãe e de seu cachorrinho, adotado durante a pandemia.

A mãe (Flávia) e o pai de Artur, ambos pernambucanos, possuem curso superior (bacharelado em direito), conquista que fazem questão de expor em uma grande foto familiar na sala do apartamento, em que as crianças posam junto a eles segurando os “canudos”. Tivemos dois encontros, um no modo remoto no início do ano de 2021 e outra visita em que fui recebida com biscoitos com goiabada que Artur ajudou Flávia a fazer. O apartamento apresenta poucos móveis e divide o espaço com uma arara de roupas em que Flávia expõe e vende as peças pelo Instagram, já que se encontra desempregada. Na sala também é o local onde o pai, agente penitenciário, organiza equipamentos para nas horas vagas trabalhar como chaveiro.

Além de conversarmos sobre as memórias da infância de Flávia, Artur mostrou o seu quarto que divide com seu irmão, outro quarto da “bagunça”, seus brinquedos que não brinca muito e a cozinha onde fez os biscoitos. Durante a conversa centrada nos relatos de Flávia, Artur se movimentava pela sala e, muito comunicativo, contava sobre as brincadeiras de “batalha” que fazia com o irmão, que a maior parte do tempo permaneceu no quarto “jogando no celular”, mas que é comum o acompanhar nos jogos de videogame na grande tela da televisão instalada na sala.

Ao chegar o momento de passear com o cachorro Loke, descemos as escadas e Artur me mostrou os outros animais que estão cuidando pelo muro no terreno vazio ao lado. Disse que a mãe ensinou como alimentar os bichinhos com as “engenhocas” inventadas, já que em sua infância era comum as crianças improvisarem coisas com materiais disponíveis na rua, arte também ensinada pela avó dos meninos e que agora Flávia procura ensiná-los. Os pintinhos moradores do terreno ocioso ao lado do prédio, eram alimentados com uma garrafa

amarrada em uma corda. Ao olharmos por cima do muro encontramos apenas um pintinho, parecia que seu irmão teria morrido pelo abandono da mãe, fato que deixou as crianças preocupadas com a vida do pequeno sobrevivente. Ao soltarem Loke na rua, as crianças começaram a correr atrás dele mostrando cuidado com o animal, fato que a mãe revela ser um dos poucos momentos saem na rua na Penha, *“chega faz pena, porque veio a pandemia, a gente só em casa, inventei de criar esse cachorro, eles se animaram, mas depois foi perdendo a graça e já completou 1 ano, e eles estão muito ligados ao jogo no notebook e assistir youtube”* (FLÁVIA, setembro, 2021).



Imagem 28. Alimentando o pintinho solitário do “terreno abandonado”. Foto: Karla Mendonça. Setembro, 2021.

Através de uma conversa por mensagens de áudios pelo *WhatsApp* naquele ano, Artur contou que a mãe tem um sítio e que *“ela paga os homens para construir”*. De acordo com Flávia, o “terreninho” se localiza entre a comunidade do Rio do Cabelo e o Aratu e que ganhou esse terreno da “finada Kátia” que tinha aquele pedaço e lhe ofereceu *“na amizade”*. Ela conta que durante uma recente separação dos pais dos meninos e com a casinha “do sítio” um pouco arrumada, se mudou para lá com as crianças e constatou o quanto era difícil já que *“não tem transporte, é tudo longe e esquisito a noite para as mulheres com as crianças”*, *“tinham que almoçar rápido para conseguirem pegar o ônibus para a Escola da Penha, pois ele pára na ponte do rio do Cabelo. A gente tinha medo dos matos”*. No entanto, Artur pareceu se empolgar em lembrar as brincadeiras pelo terraço e pela areia na qual pegou *“muito bicho de pé”* e que tinha barata voadora, pois *“era bom brincar lá”*. De acordo com Artur:



Lá é ventilado, eu gosto do quarto que ainda está arrumado, mas a casa toda está em reforma e também gosto dos pintos, corro atrás deles, dos pintos e das galinhas também, dos patos cor de rosa, e dos coelhos. Eu gosto do estilingue, eu uso e fiz um alvo porque tinha uma coisa de ferro que tava lá, já toda amassada e usei. Botei no arame da cerca e acertei (ARTUR, áudio de *WhatsApp*, outubro de 2021).

Nota-se que Artur ao morar entre as “dobras” de dois locais (a Penha e a comunidade do Rio do Cabelo), revelou ter convivido com os elementos mais específicos das naturezas do lugar e isto o levou a evidenciá-lo como um lugar “bom” para estar, entre outras lembranças que Artur conta sobre seus passeios pelas terras e pelas águas como “pescador”.



Imagem 29. Artur e o irmão pescando ao pôr do sol. Foto: Enviada por Flávia no *WhatsApp*. Setembro de 2021.

A partir do compartilhado por Sofia e Artur, percebe-se que o bairro não é vivenciado para essas crianças como aquelas das vilas cujas famílias são descendentes dos primeiros habitantes e compartilham intimidades, historicidades e condições socioeconômicas similares e em comum. As con-vivências de Sofia e Artur têm em comum a questão da não participação junto a vizinhança do bairro, apenas com os pais, irmãos e outros parentes que acessam suas casas de modo restrito, já que ambas as famílias, quero dizer, seus pais e seus parentes eram/são moradoras de outras localidades originalmente. A Penha se tornou na trajetória de vida de seus pais a procura por um bairro “mais calmo” e próximo ao mar, considerando as possibilidades de renda e acesso à certo “conforto” antes não vividos em outro bairro da capital.

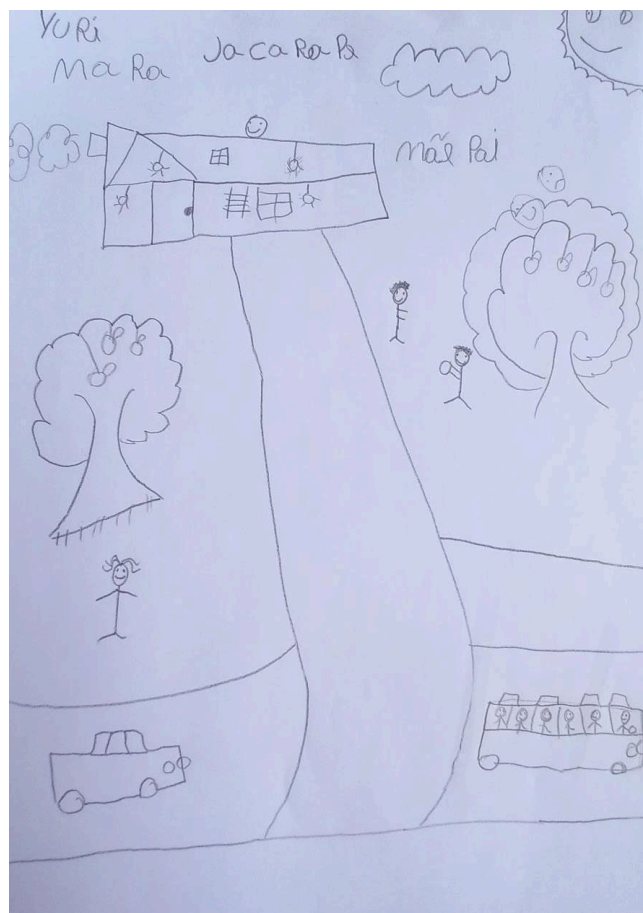
Mesmo entre algumas percepções de crimes aos patrimônios (principalmente assaltos) que foram citados e reconhecerem a existência dos “vigilantes” do tráfico que evitam “confusões” (Diário de campo, agosto de 2021), o local ainda parece ser favorável para que as crianças vivam suas infâncias com “tranquilidade”. A questão sobre as “faltas” de movimentos das crianças não foi uma preocupação manifestada pelas mães que moram nas

vilas da Penha e dos pescadores, mas por todas as crianças que apontaram a “*vontade de sair*” para outros espaços além da casa.

Em relação às crianças que vivem nestas vilas, o pertencimento e o diálogo com a vizinhança onde “é tudo família”, situado em experiências de um passado-presente, de certo modo expande as vivências das crianças pelo espaço, mesmo com alguns limites a respeito da “confiança” de onde e com quem estão. As casas e as possibilidades de seus terraços e quintais se tornam bens que são construídos como espaços seguros para as vivências isoladas das crianças e para o encontro com suas parentalidades, mesmo que “inventadas” (capítulo 6). Nesse sentido, não é à toa que encontramos na capela de graças alcançadas do Santuário de Nossa Senhora da Penha a representação da moradia como necessidade, na mesma proporção da representação das curas alcançadas no corpo.



### 3.3 Jacarapé nas vias da vila: a pista, o mangue, a mata, o rio e a praia



Mapa vivencial 9. Vivências em Jacarapé. Yuri, Escola da Penha, abril de 2022.

Jacarapé, localidade nascida por famílias de pescadores e seus descendentes, encontra-se geograficamente situada no bairro Costa do Sol (mapa 4) cuja identificação está vinculada aos projetos governamentais de reconfiguração urbana e ambiental do território, como já trabalhado no capítulo 2. Segundo o IBGE (2010) tem uma população de 8.341 habitantes, cujo 93,71% total encontra-se caracterizada como de baixa renda (DUARTE et al, 2013). Sua fronteira com o bairro da Penha, no entendimento das famílias conhecidas durante esta pesquisa, inicia-se aproximadamente no Centro de Convenções, o qual, instalado na PB-08, encontra-se próximo a um dos acessos, na direção sul, à primeira praia de Jacarapé. Este caminho é estigmatizado na cidade por ser uma estrada utilizada para “desova” de corpos por entre o mangue e a mata, e que na chegada ao maceió do rio Jacarapé tem-se a ocupação por bares de estruturas improvisadas de proprietários oriundos de outros bairros da capital (SILVA et al, 2003), sendo um local frequentado principalmente por moradores das comunidades próximas e de outros bairros periféricos, segundo as narrativas das crianças.

Mais adiante, pela orla, encontra-se uma pequena vila de pescadores, cujas “casas de aparência rústica, os barcos ancorados próximos a praia, e os barcos estacionados sobre a faixa de areia”, indicam “a relação direta daqueles moradores com o trabalho da pesca artesanal” (BAEZ, 2016, p. 92).

Já o rio de Jacarapé as vistas da PB-08, que também dá nome a localidade, é presença marcante por entre as narrativas sobre as vivências locais das crianças, já que além dos banhos em dias de calor e ser local de pesca, lá é onde os jacarés fazem morada e se tem o mangue como fonte de aventuras para catar caranguejos que são consumidos aos finais de semana pelas famílias. Lauro (8 anos) e seu irmão Max (13 anos), os quais conheci na escola da Penha em uma conversa informal no ano de 2021 e que são moradores da vila local (a 7 km do bairro da Penha), relataram que durante a pandemia o isolamento social para muitas crianças não era uma realidade. Por lá as crianças brincavam por entre as ruas e transitavam na vizinhança que tem “família”, além de se encontrarem nos “fiteiros” para comprar lanches e doces (Diário de campo, setembro de 2021). Além disso, pelo rio e pelo mar, ao acompanharem os familiares na pesca e no lazer, também podiam encontrar outras crianças que moram por entre as localidades e estudam na mesma escola, vivência na qual os irmãos contam com entusiasmo as habilidades utilizando o arpão que o próprio pai confeccionou e que conseguem ficar até 2 minutos embaixo d’água. Lauro desenhou no quadro da sala de aula sobre tal vivência no mar de Jacarapé e na praia da Penha:



Imagem 30 . Pesca com arpão: Desenho de Lauro. Escola da Penha, setembro de 2021.

Após a passagem da ponte do rio Jacarapé na PB-08, tem-se outra entrada em direção à praia, que por uma rua asfaltada vê-se pequenas granjas e casas que aparentam boa estrutura. Seguindo na PB-08 em direção sul, à direita encontra-se o acesso à vila de Jacarapé, em que através de uma extensa rua de terra, esburacada, de curvas apertadas e



dobras, escondem-se casas de alvenaria de diversas estruturas e acabamentos. Esta via também interliga as ruas estreitas que dão acesso ao Aratu e outras ocupações recentemente enumeradas como Aratu 2, Aratu 3 ou Aratuzão, e que também cresce no encontro com o bairro de Mangabeira 8 (também chamado de Cidade Verde). Estas comunidades se aglomeram no que a prefeitura municipal registra como bairro “Costa do Sol”.

A extensa família de Laís e a pequena família de Eleonora apoiaram o reconhecimento do território durante algumas tardes em 2021 (e até 2022 no caso de Laís) em que foi possível visitá-las (remotamente e presencialmente). Nesta empreitada, foi perceptível a dificuldade de acesso ao território e a insegurança de me manter no local ao escurecer, pois a iluminação existente por entre as ruas se faz precária. Boatos sobre assaltos por entre as ruas de Jacarapé também foram compartilhados, o que fez com que não pudesse estabelecer frequência nas visitas e acessar caminhos movimentados cotidianamente pelas famílias, principalmente no período pandêmico. Por isso, as narrativas compartilhadas pelas crianças e as adultas presentes nas visitas, entoam como é viver em Jacarapé enquanto localidade que se movimenta muito mais a pé e através de “cinquentinhas” (pequenas motos) na vizinhança e para fora dela, do que pelo acesso ao transporte público que só podem alcançar de uma em uma hora em grandes distâncias.

A primeira vez em que tive acesso à parte da praia de Jacarapé, nas vias de loteamento e venda por parte do governo para o investimento hoteleiro, foi com a família de Eleonora (8 anos). A família mora há 7 anos na granja em uma casa simples, localizada em uma rua de pavimentação deteriorada e que dá acesso à praia, na qual durante a visita presencial conversamos na sombra do terraço. A família vive com “*um salariozinho*”, como identificou Tiana (mãe de Eleonora) no trabalho de diarista (quando recebe indicações) e com o que o pai de Eleonora recebe do dono da granja, além do auxílio do Bolsa Família (renomeado Auxílio Brasil, na época). A granja, cheia de árvores frutíferas que o pai de Eleonora plantou, foi apresentada por ela e sua mãe destacando os animais presentes, dentre eles o “*galo carijó e uma galinha inteligente*”, que lhe faz companhia durante os dias que não estava na escola, especialmente na pandemia. Pela grama e pela terra, com pedrinhas e outros obstáculos naturais, Eleonora conta andar de bicicleta em volta da casa desviando das mangas e limões caídos do pé, mas ao mesmo tempo, segundo o pai dela, a menina “*fica muito encostada*”, preferindo ver vídeo na internet e no celular da mãe, além de desenhar e pedir nota aos seus pais em relação às suas criações.

Morar em Jacarapé, segundo Tiana é difícil, pois tudo é longe e fica “*esquisito a noite*” e que esta distância também dificulta a oportunidade de conseguir serviços de diarista,

fato refutado pelo pai ao afirmar que viver na granja “*é um ótimo lugar para qualquer criança, porque tem muito espaço e natureza*”. Eleonora escuta, aparentemente pensativa e afirma sentir falta da escola onde brinca com outras crianças, pois na granja sente falta de outros pares. Afirma gostar de ir à praia, aproximadamente a 100 m de onde mora, mas por seus pais não gostarem muito, fica mais em casa, justificando que eles preferem tomar banho de rio e que ali perto, em frente ao mar, tem um bem limpinho. Ao demonstrar interesse em conhecê-lo, Eleonora, passa então a insistir aos pais para que façamos a visita.

Começamos a caminhada pela pavimentação um pouco esburacada, e logo após entrarmos pela fresta de uma cerca aramada, tivemos acesso a uma trilha feita pelos moradores locais que nos leva ao mangue, a praia e ao rio. No caminho, cruzamos com moradores voltando da tarde de lazer junto ao mar, que nos obriga a cuidar dos galhos e espinhos pelo caminho. Eleonora, de mãos dadas com o pai, demonstrava-se atenta e me guiava por tais obstáculos, apontando o mangue, que no momento se apresentava seco, mas que na cheia do mar, os caranguejos se “amostram” saindo de cada furinho da terra. Ao chegarmos na ponta da falésia, o pai de Eleonora conta sobre a venda daquele terreno que é “*do governo*” e me mostra que alguns pontos em meio ao coqueiral algumas pessoas da vila de Jacarapé tinham “invadido”, derrubando as árvores para construir casas onde no final de semana fazem festas. Me aponta a bela vista que o local nos apresenta e ao descermos a falésia, encontramos as linhas marcadas pelo rio que corre em busca do mar, onde se juntavam algumas famílias com caixas de som, alimentos e bebidas embaixo das sombras das folhagens das árvores do mangue. Os pés de Eleonora ao entrar em contato com a água morna do rio, pede para que outro dia voltemos para um piquenique, e aos saltos pelas ondas, afirmava a tempos não ter contato com tal vivência.

Conversando com ela sobre o que fazia em Jacarapé, afirma que suas vivências cotidianas se resumem ao que na granja pode experimentar, e que em relação à convivência com outras crianças, por vezes sua prima, a qual chamou de irmã e que é moradora na vila de Jacarapé, vai visitá-la para brincar de boneca, em especial com sua boneca “Reborn” que conheceu em um vídeo do youtube e que a mãe comprou depois de trabalhar duas diárias. Lembra de que brinca longe de Jacarapé, “no sítio do interior” onde seu irmão mais velho mora e que sua mãe está construindo uma casinha em um terreno que a avó doou, fato que ela reforça com a mãe: “*vamos morar perto de vovó, né mainha?*” e Tiana explica ser complicado no momento, pois não poderiam ir “*sem um sustento*”. Essa questão da moradia e o local em que ela se situa, é retomada por Tiana e Eleonora em alguns momentos de nossas conversas, no sentido de que em Jacarapé se sentem isoladas, fato agravado com a pandemia, já que até o transporte público que passava em sua rua foi suspenso. O pai de Eleonora se

esforçou para comprar uma “cinquentinha” (moto) que ajuda a se locomover para os bairros próximos e levar Eleonora à escola, mesmo com o ônibus escolar cedido pelo município passando na rua.

Eleonora acompanha a mãe que é católica, em vivências cotidianas como ir a igreja no bairro da Penha, assistir a missa na televisão e deixá-la mexer no celular com internet, companhia que parecem compartilhar certa monotonia e expectativas de um dia irem para outro bairro “*que tenha tudo, porque aqui a gente tá só, quase não sai. Eu peço a Deus pela minha saúde, porque a gente passa aperto*” (Tiana, julho de 2021), e sonha por conquistar o apartamento no programa “minha casa minha vida”, reintitulado “casa verde amarela” no governo da época, para que possa “*sair mais e andar com Eleonora*”. Eleonora reforça essa sensação de isolamento morando em Jacarapé, me relatando que os dois cachorros da casa são quem mais brincam com ela, seus pais brincam também, mas diz inventar brincadeiras com suas duas bonecas “rosinha e florzinha” junto ao “pé de planta” cheio de florzinhas amarelas cheirosas, em que o pai amarrou um balanço e conta ser uma árvore em que as flores podem ser usadas para espantar muriçocas, mas muita gente nem sabe.

Ao contrário do pai de Eleonora que parecia apreciar a vida na granja e o que angaria financeiramente como caseiro, Tiana não se sente confortável em viver em uma casa que não lhe pertence e que possui muitos limites em relação ao conforto, além de se sentir isolada da cidade e a uma vizinhança com a qual possui poucas relações, ao contrário do que teria vivido em outro bairro da cidade quando Eleonora era criança pequena e lhe acompanhava nas casas em que trabalhava.

Assim como a família de Eleonora, em que a moradia simples é provisória enquanto o pai presta serviços como caseiro, a família de Laís, que mora na vila de Jacarapé (do lado contrário à praia, atravessando a PB-08), vive em situação similar. Conheci Laís (8 anos) através de Mila (sua prima) no ônibus da escola da Penha (outubro de 2021), em um dos “passeios” que participei durante o reconhecimento do território pesquisado, e foi a partir deste que contato conheci sua extensa família. Mila (11 anos) mesmo muito tímida, me reconheceu como sua professora em 2019, ano em que peguei licença maternidade, e da mesma forma temporária, no ano da pandemia (2020) eu tinha sido professora de sua tia Lane (10 anos). Segundo Mila, o “avô considerado” as espera na praça para ter mais segurança na descida do ônibus escolar, pois perto da granja, por onde o transporte passa, é “esquisito” quando começa a escurecer.



Imagem 31. Vila de Jacarapé: igreja, campo e pracinha. Foto: Karla Mendonça, janeiro de 2023.

Fiz uma visita presencial na granja (novembro de 2021) em que Maria da Penha (44 anos), avó de Mila e Laís, mãe de Lane, presta serviço como caseira junto ao marido. Em uma das rotatórias da PB-08, que leva às praias do litoral Sul paraibano, é onde a granja está localizada, apresentando uma parte de Jacarapé pouco habitada, com mata, mas com terrenos cercados e granjas de proprietários antigos. No entanto, segundo Maria da Penha, os caminhos por ali não são tão isolados como se aparenta, pois transitam pessoas a pé, de bicicleta e com as “cinquentinhas” por entre as trilhas abertas pela mata (fato comum por todo o território de Jacarapé) que dão acesso aos outros bairros ao sul da capital. Estes atalhos são utilizados por moradores da comunidade com frequência, já que o transporte público no local é escasso e até inexistente.

Por entre um desses caminhos abertos e movimentados por moradores da comunidade, avistados nos finais de semana, observei mulheres com crianças indo e voltando da praia e do banho de rio pela “pista”, e neste caminho é por onde Bida (24 anos), mãe de Laís (também é irmã de Lane, tia de Mila) e outros dois meninos com idades de 1 ano e 11 meses e outro de 3 anos, caminha quase que cotidianamente para a granja a mãe mora e trabalha, retornando apenas ao escurecer até a vila de Jacarapé. Em sua casa também é comum que Lane e Mila passem a noite, para que no outro dia não tenham que acordar tão cedo para pegar o ônibus da escola, já que ele passa bem perto da casa de Laís. O trânsito das crianças por entre as casas de familiares entre as comunidades de Jacarapé e do Aratu, além

de encontros com outros parentes que moram na vila dos pescadores na Penha é comum, e desse modo, para elas morar na vila de Jacarapé não é sinônimo de isolamento, como para Eleonora. Os encontros e as visitas entre as crianças e a vizinhança movimentam a casa de Maria da Penha, que entre festas, batizados, colaborações domésticas e trocas solidárias, entoam laços de cuidados com para além das 6 crianças presentes nas dinâmicas cotidianas entre as casas.

Esta granja tem grande área arborizada, duas construções simples e se encontrava em junho de 2021 em péssimas condições estruturais. Conversamos no terraço em meio às brincadeiras das crianças que me esperavam para tal visita e Maria da Penha explicou que a casa só tinha um quarto e outro espaço que dividia como cozinha e sala, além de conter um banheiro. Mesmo muito pequena, acolhia todos os netos em dias que eles insistiam em dormir junto a ela, e se apertavam pelo chão, assim como “*se viravam*” para dividir o alimento. Além do pouco que ganham para cuidar da granja, Maria da Penha cata recicláveis pela madrugada três vezes por semana, trabalho no qual geralmente é acompanhado por sua filha Lane e a neta Mila, a qual diz preferir morar com a avó ao invés da mãe, moradora de outro bairro da parte sul da capital.

O fornecimento de energia elétrica é regularizado e a água que abastece a granja vem de poço. Contavam apenas com um celular para toda a família, com o qual só podiam acionar a internet após a compra de créditos, o que era uma dificuldade devido aos limites da renda. Segundo as adultas, a granja é “ *muito boa por causa do espaço para as crianças se acabarem de correr*”, brincarem embaixo dos “*pés de fruta*” e até na piscina que, mesmo quebrada e tirando com balde a água suja, as crianças brincavam nas tardes de calor. Apontam também a mata atrás da granja em que Maria da Penha caminha com as crianças até chegar ao mangue na parte baixa do terreno, onde caçam caranguejo e aratu, o que para ela é uma oportunidade de um bom alimento a ser apreciado, já para sua filha e netos a catação (de caranguejo e de reciclável) refletem-se em aventuras (vinheta narrativa 4, capítulo 6).

A casa de alvenaria na vila de Jacarapé que Laís, os dois irmãos e a mãe Bida moram, originalmente foi de Maria da Penha e por ela foi doada à Bida para viver com sua família, alguns anos antes do pai de Laís falecer em 2019 de forma violenta. A adolescência de Maria da Penha foi toda em Jacarapé, lembranças que demonstra ter dificuldade em relatar, por ser carregada de dores que a pobreza relacionada às condições de vida, alimentação e moradia lhe impôs. Bida e Maria da Penha contam que “*As primeiras casas eram de barro, agora é de tijolo, graças a Deus foi a prefeitura que deu daquele projeto de Ricardo Coutinho*”, e sobre essa conquista reforçam o agradecimento pela “*doação*” que colaborou em melhorar as condições vividas pela família de Maria da Penha. Ela após casar com o pai de Bida,

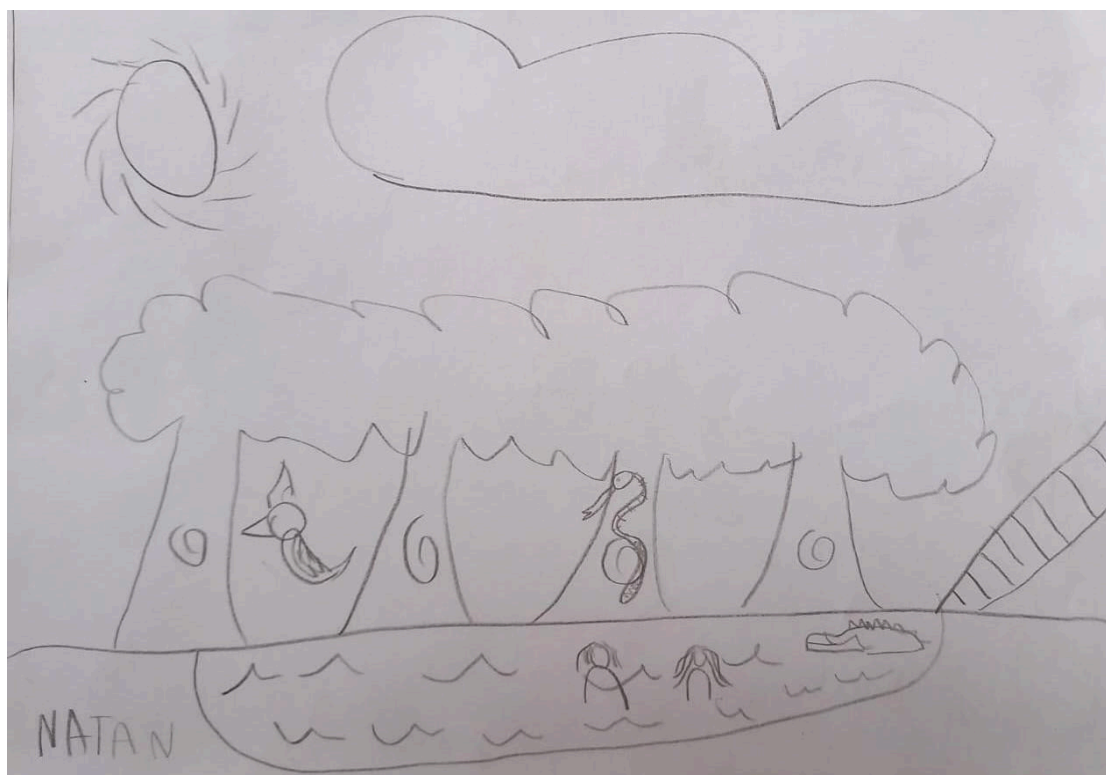
continuou morando na mesma casa na qual conviveu com seus 4 filhos (um falecido), relembrando que *“A gente morava numa casa caindo uns pedaços. A casa cheia de buraco. Cozinhava na lenha”* (Maria da Penha e Bida, outubro de 2021).

Conheci a casa de Laís em junho de 2022. Pintada internamente com tinta verde já muito desbotada por conta do tempo, contém sala, dois quartos e cozinha, contém um terraço muito ventilado com muitos brinquedos espalhados no chão de terra, que segundo Laís foram “achados” na catação de reciclado que a avó faz. Ainda neste terraço, entre os arames retorcidos, vive uma parreira verdinha que, segundo Bida e Laís, já comeram uvas nascidas dela. No entorno, muitos ferros e restos de construção, que segundo Bida *“vão ajuntando pra um dia ir melhorando as coisas da casa com ajuda do povo daqui”*, se referindo aos vizinhos.



Imagem 32. Parreira na casa de Laís. Foto: Karla Mendonça, janeiro de 2023.

Por conta das condições de renda, segundo Bida, tanto a água, como a energia elétrica ainda são irregulares, apesar de uma parte da vila já existir acesso ao fornecimento de energia regularizada. Como tantas outras casas da comunidade, atrás existe uma fossa caseira com uma bananeira e muito mato crescido, que Bida se preocupava em tentar “limpar” já que tinha avistado escorpiões, visita esta que seria difícil evitar já que, segundo ela, existem outros terrenos em volta *“sujo, com muito lixo e restos de coisas”* (Bida, junho de 2022). Outros animais são presença marcada pelas ruas de terra, como insetos variados, alguns atraídos pelo entulho e outros materiais abandonados, e alguns que se esforçam para alcançar as doçuras nascidas nos inúmeros “pés de frutas” pela rua. Contam sobre as cobras, cutia, raposa, tamanduá, o grande gavião de bico amarelo e o jacaré de papo amarelo morador do rio de jacarapé, sobre o qual as crianças geram expectativas, como apresentado neste desenho abaixo criado por Natan, um colega de Laís e Eleonora na escola da Penha:



Mapa vivencial 10. Rio de Jacarapé, bichos e brincadeiras na água. Natan, Escola da Penha, abril de 2022.

Na comunidade da vila de Jacarapé, segundo as famílias, há uma associação de moradores, que aparentemente não se movimenta com frequência em relação às problemáticas da localidade, relatou-se que acontecem de modo esporádico. algumas entregas de alimentos e campanhas na sede localizada na “praça da igreja”. Existe outra associação localizada na parte da praia de Jacarapé sobre a qual conheci no movimento “Rede Jacarapé”, citado em tópico anterior, denominada ASPAMJA- Guardiões Ambientalistas de Jacarapé, preocupada com as ações e projetos governamentais de privatização do território, expulsão da comunidade pesqueira presente no local há décadas e a destruição da natureza local ainda enraizada por mangues, falésias e mata atlântica de modo vivo.





Imagem 33. Mangue de Jacarapé no encontro do rio com o mar. Placas de conscientização ambiental fixadas pela ASPAMJA. Foto: Karla Mendonça, janeiro de 2023.

Sobre a associação na comunidade da vila de Jacarapé Bida reflete que não há mobilização revelando que *“Tem uma mulher mas é mais lá”* (se referindo a associação Aspamja, localizada na praia de Jacarapé), *“aqui não se mexe não. Tem um homem que não faz força para ninguém”*. Bida continua explicando sobre a dificuldade em acessar doações de alimentos e as condições para que os moradores de Jacarapé consigam cestas básicas com a associação ou que a mesma se mobilize em coletar nos pontos de distribuição, principalmente na Escola da Penha, e trazer para a comunidade, já que é uma localidade carente de transporte e outros equipamentos públicos:

Quando vem doação é pra pegar na eleição (para presidente da associação da vila de Jacarapé). Ou que ele está precisando de alguma coisa. O pessoal escolheu ele pra estar e só vota nele quem é sócio, diz ele, né (o atual presidente)? Acho que os morador tudinho ali pode votar, porque a obrigação da gente é votar, mas só vota quem tem carteirinha. E pra ser sócio precisa pagar uma taxa. Porque quando vem doação aí dá pro cara (para o presidente), quando dá pro cara é que vem eleição, depois que a eleição pára. Então para a comunidade ele não colabora com nada, Pelo amor de Deus!. Chegam nele falando ‘ei bora fazer alguma coisa?’ Vê, se ninguém consegue se mexer?! Ah... nem tem papo com ele, então nem tem conversa. Quando a gente precisar de uma doação é pelo grupo do colégio, do grupo do Jacarapé (grupo de *WhatsApp* onde a comunidade, com envolvimento da gestão da Escola da Penha, troca informações sobre a escola, a unidade de saúde e outras questões de interesse da comunidade, como movimentos de doação de alimentos). Ali se tem coisa tal dia e não tem quem não deixar (as crianças) e ela não puder ir porque tá trabalhando (a mãe Maria da Penha), eu não posso pegar (se referindo principalmente as doações de cestas básicas durante a pandemia) (BIDA, junho de 2022).



Ao caminhar com Laís e os dois irmãos mais novos, Mo (2 anos na época) e David (4 anos) pelas proximidades de sua casa na vila de Jacarapé, eles mostram as casas da vizinhança, a pracinha e a igreja, e sobre essa e outras relações de vizinhança e de familiaridades entre/com as crianças em con-vivências como comunidade em Jacarapé, serão apresentadas no capítulo 6, pois com a chegada do pôr do sol, em Jacarapé, como dizem na localidade, se torna “esquisito” permanecer devido a pouca iluminação e pela ainda frondosa presença da mata atlântica na qual mora o desconhecido. É por esse fato que, em comparação com as outras comunidades, apesar da grandeza de Jacarapé, não foi possível visitá-la com mais frequência e a favor da vida da mata atlântica, mangues e animais presentes, que Jacarapé se preserve por muito mais tempo pouco transitável.



### 3.4 Enroladas do Aratu: “Não é favela! é comunidade!”



Mapa Vivencial 11. Enroladas do Aratu. Miguel, janeiro de 2023

Durante alguns acompanhamentos no trajeto do ônibus escolar que pude participar ao final de agosto de 2021, entre a Penha, o Portal do Sol e Jacarapé, o ônibus também atravessou uma recente ocupação territorial conhecida como Aratu, antes por mim não conhecida a qual, como Jacarapé, está localizada no bairro Costa do Sol. Neste caminho, pude observar que um grande número de crianças adentrava ao ônibus em uma estrada de terra, em meio a casas de muros de tijolos sem reboco e cercas de paus e arames, com plaquinhas azuis fixadas nas aparentes recentes construções, indicando o nome das ruas e dos becos. Observei ainda outra placa que anunciava: “Todo pelo Aratu!”.

Ao visitar a escola da Penha no final do mês de março de 2022, com a flexibilização do isolamento social por conta da pandemia, ainda usando máscaras e as crianças separadas em suas mesas com uma barreira de acrílico fixado para que não tivessem contatos mais próximos coletivamente, conheci Miguel (7 anos) em uma turma de 3º ano. Durante a visita, realizei uma brincadeira coletiva que as crianças iriam “passar” comigo usando a imaginação, e assim contassem como entendiam o caminho que faziam todos os dias de casa

até a escola, e vice-versa; dessa forma eu poderia perceber como as crianças entendiam o trajeto e as naturezas das localidades onde elas e suas famílias ocupam com suas moradias. Miguel, mesmo com a máscara mostrou-se muito performático e risonho, e foi com ele que pude imaginar as “enroladas” expansivas do Aratu, visto que só a tinha percorrido em 2021 até a casa de Binho (9 anos), umas das crianças colaboradoras desta pesquisa. A casa de Binho é localizada após uma longa avenida esburacada (Av. Brasil), cercada de mata e, em alguns pontos, invadida por entulhos e caçambas de lixo (sendo este o mesmo caminho do ônibus da escola). Confesso que para visitar a casa de Binho me senti insegura diante das informações noticiadas sobre a ocupação e pela própria organização local observada, esta sensação também foi reforçada pelos relatos de sua mãe (Jéo) quando os visitei, ressaltando a violência e a observação da vizinhança sobre quem passa e entra por entre aquelas ruas.

Já Miguel, durante nossa brincadeira, explicou como imaginativamente se “*vira, vai e enrola*” no trajeto da Penha até chegar na sua casa no Aratu, caminho vivenciado em parte com o ônibus da escola e a pé na companhia de sua mãe:

Miguel: Então, vai assim: vai de pé, enrola, daí quando passa por uma pista morta...

Eu: Uma pista morta? Como assim, ela morreu, a coitada? (risos) Por que se chama pista morta?

Miguel e outras crianças: É perto da minha casa, É porque lá é cheio de buraco.]

Eu: Tá, passa pela pista morta e vai pra onde?

Miguel: Vai, desce uma ladeira (demonstra com as mãos) mais ou menos assim, aí desce, Vai direto, passa pelo ponto e deixa as colega, aí depois vai direto, pega aqui, desce mais um pouco, aí depois desce no ponto, minha mãe pega lá no ponto, daí tem um bequinho assim, enrola no beco, vai, vai direto aí depois enrola de novo...

Eu: Enrola de novo! Quanta enrolação! (risos das crianças)

Miguel: Depois vai, vai direto, enrola...

Eu: Enrola de novo? ainda não chegou?

Miguel: Ainda não chegou (risos). Aí depois, enrola de novo! Aí depois vai direto! Vai direto! até uma casa que tem um portão branco. Aí é a casa do meu vô. Aí vai direto, direto, direto, direto. Aí tem ladeira dentro dos mato.

Eu: Dentro do mato? Vai entrar dentro do mato também? E aí? (risos)

Miguel: Aí você vai, vai, daí quando você vê uma casa com um carro branco, é a minha casa (MIGUEL, março de 2022).





Imagem 34. Perto da “rua morta”. Foto: Maria, enviada por *WhatsApp*, dezembro de 2022.

A conversa com Miguel me instigou a procurar formas de conhecer o Aratu de maneira mais segura aos meus “sentidos urbanos”, para assim compreender como esta localidade recente era organizada, ocupada e vivenciada pelas crianças na con-vivência com suas famílias e vizinhanças. A oportunidade surgiu em uma participação na ação solidária desenvolvida por alguns coletivos independentes, Ongs e outras organizações de base partidária em apoio aos moradores de “Dubai”, que sofreram a desocupação e demolição de suas casas a partir de uma intervenção do governo e uma ação violenta da polícia (ainda em período pandêmico)<sup>67</sup>. Assim, conheci o projeto “Amigas Solidárias” do Aratu, cujas representantes e fundadoras Lili e Sara, além de Maria e Sonhadora como colaboradoras, trabalham com o foco em ações sociais na localidade, estruturada em um ponto conhecido como Aratu 2, lado oposto à casa de Binho que se localiza no Aratu 1, onde muitas famílias oriundas de Dubai se instalaram em barracos no período pandêmico de 2021.

---

<sup>67</sup> Reportagem sobre a desocupação: “Morador lamenta desocupação da comunidade 'Dubai' em João Pessoa: 'Destruíram nossos sonhos’”. <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/11/23/morador-lamenta-desocupacao-da-comunidade-dubai-em-joao-pessoa-destruiram-nossos-sonhos.ghtml> . Novamente indico que, como em outras localidades e bairro de João Pessoa, existe o nome estipulado pelo órgão municipal, mas o que se utiliza de modo geral pela população são outras nomeações aparentemente (r)existentes desde o nascimento dos locais com a chegada das primeiras ocupações.



Imagem 35. “Sejam bem-vindos à comunidade Aratu”. Foto: Karla Mendonça, maio de 2022.

Ao procurar a associação, realmente senti as “enroladas” que Miguel descreveu existir pelos caminhos do Aratu, mas me chamou a atenção de que em cada “enrolada”, nos muros das casas, que quebravam cada curva, existia uma placa com o nome da rua, mesmo que muito estreita, esburacada e desalinhada, o que para minha percepção prévia era incomum tal identificação em ocupações territoriais, mas que aquela existência informava era uma tentativa de organizar, localizar os moradores e os visitantes dentro da ocupação, e pela aparência recente do material, esse movimento teria sido provavelmente durante a pandemia. Antes de relatar a chegada e a percepção do Aratu através do projeto “Amigas Solidárias”, trago o histórico sobre a localidade relatado por Maria e Sonhadora, colaboradoras de tal projeto e lideranças locais, como se apresentaram.

O Aratu teve seu crescimento acelerado nos últimos 10 a 15 anos, em disputa com a venda de loteamentos do território, ainda com mata atlântica originária, organizada pelo Governo do Estado como relatado no tópico anterior. A localidade nasceu, segundo Maria, Sonhadora, Sara e Lili<sup>68</sup>, através das ocupações de famílias geralmente oriundas de outros pontos da capital, onde as condições de moradia se tornaram impossibilitadas com o avanço das ações higienistas, focadas em bairros próximos ao mar e centrais, além da procura de famílias vindas do interior do estado da Paraíba por um “lugar mais calmo”, como reforçou

---

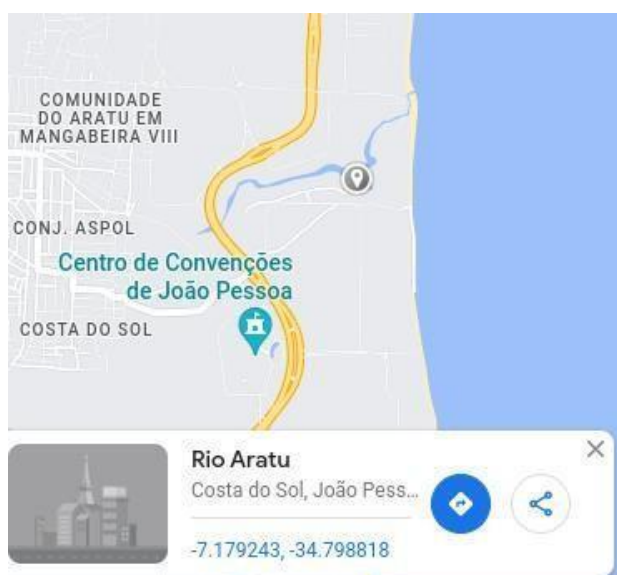
<sup>68</sup> Um pouco mais sobre as vidas dessas mulheres e as relações com as crianças no Aratu serão tratadas ainda nos próximos capítulos.

Maria. Há muitos casos ainda, de famílias que não possuem condição de pagar aluguel e que necessitam procurar um trabalho que supra as necessidades mais básicas, enquanto sonho a ser vivido na capital, principalmente na luta contra a fome e pelo direito à moradia.

Em uma visita na casa de Maria (outubro de 2022) contou, juntamente com Sonhadora, que o Aratu teve seu início a partir da “granja do guardinha”. Relataram como foi o processo da nomeação das ruas, como observado em minhas passagens de carro pelas “enroladas” da localidade:

Sonhadora: O Aratu nasceu na granja do guardinha, onde era de seu Carlos, que era o vigia do posto paralelo ao Jatobá. Tinha um arco assim, aí tinha a granja. Tinha um caranguejo, como se fosse moldado no cimento, era azul e tinha um caranguejinho vermelho. Tinham vinte e cinco casas. O nome Aratu veio disso (Entrevista com Maria e Sonhadora, outubro de 2022).

Este crustáceo, muito comum nos mangues da região, também dá nome a um dos rios que nasce de dentro da localidade que geograficamente estaria no bairro “Costa do Sol”, assim como Jacarapé e outras localidades próximas, como percebe-se no mapa a seguir:



Mapa 4. Localização do Rio Aratu. Em amarelo a PB-08. Fonte: Google maps, 2023.

Maria relata sobre esse processo de identificação da localidade enquanto reconhecimento de um território ocupado e de direito, apontando como as organizações locais (coletivos independentes), na construção e no reconhecimento enquanto lideranças se fazem movimentos que proporcionam a sustentação enquanto instituições, ao mesmo tempo em que mobilizam ações sociais para os 11.000 moradores do Aratu. O principal foco dessas organizações, de acordo com Maria e Sonhadora muito envolvidas com movimentos sociais como a CUFA (Central Única das Favelas) e movimentos de mulheres a nível nacional, além de terem trabalhado com a maioria dos coletivos na localidade, é que o reconhecimento do Aratu como “território” vem sendo um processo de construção que vai pela conscientização

educativa dos próprios moradores que o ocupam, bem como, a partir disso, fomentar e mobilizar a regularização fundiária por parte do poder governamental, para que dessa forma a localidade tenha direito no futuro a receber posto de saúde e escola pública fundamentalmente. Para ter direito a tais equipamentos, a população tem que recorrer a outros bairros próximos, como a Penha e Cidade Verde, sendo neste último onde a Sonhadora possui vínculo em um posto de saúde e atende as pessoas que vivem no Aratu.

Ao todo, contam existir ao menos 10 organizações comunitárias dentro do Aratu, que trabalham em diferentes ações sociais na localidade, e estas lideranças moram em diferentes pontos e se empenham principalmente em projetos independentes envolvendo doações de alimentos, roupas e outras campanhas emergenciais que atendam as famílias, já que segundo Maria *“a gente vai andando pelo Aratu e a necessidade está em todo lugar”*. Entoaram ser comum disputas e muitos atritos entre as associações e afirmam que cada uma das organizações possui motivações diversificadas em se firmarem enquanto mobilizadoras de ações sociais no local, dentre elas, a mais citada, é a de ganhar reconhecimento para colher, em um futuro próximo, um cargo com indicações políticas, sejam eles elegíveis ou *“dos arrumadinhos”*, isto é, dos favorecimentos seletivos de acordo com o trabalho relacionado a algum membro político do serviço público. Sonhadora e Maria apontam o seguinte sobre a regularização fundiária:

Porque o grande entrave por parte da gestão municipal é que sem o CEP o território não existe, sem o CEP não existem nomes de rua, e isso não pode em uma ocupação que é de apropriação de um órgão público. Não pode ter um órgão público nesse território onde não tem um CEP, né? Então toda a nossa luta parecia ser em vão, porque a gente nunca ia ser visto pelo poder público sem o CEP. E mesmo que tivesse a questão da regularização fundiária, mas ia demorar anos pra chegar o CEP. Então até lá vocês se virem. Aí isso, a gente não aceita né, Sonhadora? (MARIA e SONHADORA, outubro de 2023).

Dessa forma, para que os direitos sociais cheguem na localidade através da constituição do CEP, ele também é fundamental para a institucionalização das organizações comunitárias do Aratu através da conquista do CNPJ, sendo essa a força que movimenta as tentativas de apoio com/(d)os/as moradores/as locais através/a partir dos discursos e ações de “luta” sobre a ocupação do território, nos sentidos de apropriação dos terrenos familiares e melhoria gradativa das moradias, além da emergência (a mais aguardada) das ações voluntárias voltadas às necessidades mais imediatas do cotidiano, como a aquisição de roupas e alimentos provenientes das doações. Este movimento, de sensibilização com/para as pessoas que ocupam o Aratu, tem em média de 90% de lideranças femininas e mães nas organizações comunitárias. Dentre as parcerias com trabalhos voluntários, membros políticos, ações educativas e organizações que doam, por exemplo, desde ações de cuidado médico,



encontros festivos, oficinas profissionalizantes, palestras para mães e até a distribuição de doces no dia das crianças, pelo o que foi dialogado com algumas moradoras e as próprias lideranças semeadas desde as primeiras cheganças na localidade, suas ações e (pre)ocupações se (des)encontram entre interesses pessoais e coletivos que surgem no/a partir do trabalho comunitário. Isto ficou claro quando relatam o ocorrido com uma das primeiras lideranças no Aratu, sobre uma ordem de desapropriação que não foi divulgada pela mesma e outras lideranças tiveram que se posicionar. Segundo Maria e Sonhadora, como “mobilizadoras sociais”, título reconhecido por elas próprias, “A gente tem seis processos em andamento inclusive, um deles em sigilo” (outubro de 2022)<sup>69</sup>.

É nessa trança que desenvolvem e fortalecem, e podem inclusive romper dependendo da aceitação local, as “ações sociais” planejadas em parceria com alguns moradores, principalmente aqueles de referência local, como o dono de uma mercearia, uma mãe conhecida pela vizinhança e outras pessoas “bem conhecidas” como elas referenciam. Sobre uma destas ações Maria e Sonhadora destacam sobre o movimento de emplacar os nomes das ruas, já que “o território Aratu é muito importante, cada pessoa tem o nome da sua rua [...] E a gente, os líderes do Aratu, os mobilizadores sociais, a gente achou tão importante isso. A gente vê a alegria das pessoas: ‘Vai ter número na minha casa’. Rua! Então daqui a pouco chega a revolução. Os moradores pagaram” (MARIA e SONHADORA, outubro de 2022). Além da alegria pela identificação das ruas, Maria e Sonhadora revelam escutar, e parecem concordar com risadas sobre o Aratu que, dentre as faltas e as necessidades, o alimento e dentre outras coisas, aparecem como um bens compartilhado de maneira inusitada pela vizinhança:

Maria: Então há muita gente diz: ‘meu Deus do céu, isso é um lugar bom pra onde morar!’, porque é um lugar abençoado que tem aqui fruta, verdura. A irmã F. dá até mistura.

Sonhadora: Mulher, foi o lugar que eu comi tanto camarão, é o lugar de comunidade que eu mais comi lagosta, Como pode? (MARIA e SONHADORA, outubro de 2022).

Através da doação de um terreno que o projeto “Amigas Solidárias” pode ser realizado. Ocupado pela família de Lili (casada, mãe de 2 jovens e uma criança com deficiência), “ganhou” a terra para o seu filho mais novo Vitor de umas das lideranças mais antiga moradora do Aratu e convidou sua amiga Sara (“amigas desde 2015”, sem filhos e solteira) para morar e construir suas casas dentre as quais, lentamente e com “muito esforço”, levantaram a casa do projeto, em um local do Aratu que, segundo elas, a 5 anos atrás

---

<sup>69</sup> Será observado que nesta parte do texto aparecem algumas abreviações dos nomes de pessoas que estão envolvidas com projetos sociais no local, as quais foram citadas pelas participantes desta pesquisa. Optou-se por abreviar os nomes reais para preservar suas identidades.

apresentava apenas aspectos rurais, alguns barracos e era ainda ocupado por muitas árvores. De acordo com Lili, o sonho de um “projeto” era da então liderança, mas que ao vislumbrar o terreno, “apaixonei” e esse sonho foi incorporado pelas “amigas”.

Inicialmente, em 2017, promoviam trabalhos com decoração de festas e aniversários no local, renda que colaborava com a manutenção da família. Com a pandemia da Covid, “o negócio acabou, não tinha festa!”, e as amigas, que segundo elas “*não conseguem ficar paradas, eram as doidas*”, começaram a abrir o terraço e o quintal do terreno para fazer recreação com as crianças da vizinhança e “*foi brincando, apaixonadas por crianças*” que foram organizando o espaço, cercando o terreno com pallets coloridos “*porque a gente gosta de tudo colorido*”. Lili e Sara iniciaram em 2020 a primeira ação ao:

*chamar as crianças da comunidade para brincar e dar aula de reforço embaixo da árvore mesmo. Assim a gente começou a perceber as faltas: ler, escrever, saber cortar, e as crianças foram espalhando e as mães nem sabiam. Elas começaram a perguntar se era uma creche e se tinha vaga”* (SARA e LILI, novembro de 2022).

Foi assim que o “reforço”, como algumas crianças chamam a organização, começou a ficar conhecido na localidade e a sede funcionando na casa posicionada logo a frente do terreno, conquistada a partir de uma doação de um sujeito anônimo indicado por outro colaborador do projeto “Unidos Contra a Fome”. Segundo elas, antes da construção da sede “*era uma ‘bença’, dava aula no terraço com as telhas caindo*”, então a doação do material para a construção apareceu e outro valor para pagar pedreiro e servente desenvolveu a construção, que mesmo muito simples, sem muitos acabamentos na parede e forro no teto, foram “*ajeitando como dá*” com “*quem gosta de crianças, porque elas só faltam morar aqui com a gente*”.



Imagem 36. Sede das Amigas Solidárias ou “reforço”. Foto: Sara, setembro de 2022.

Hoje, a sede do projeto tem 2 salas e o espaço da cozinha foi transformado em mais uma sala por conta do número de crianças. O espaço possui um parque de madeira, doação anônima, e tem uma cama elástica adquirida com dinheiro arrecadado da mesma forma, tudo

instalado no quintal de areia, com um grande jatobá a fazer sombra em um canto, pau-brasil e outras árvores da mata atlântica que o projeto “Amigas Solidárias” preservaram no terreno. Este chão de areia é a mesma terra em que brincam no quintal e terraços de suas casas, no qual é comum “pegarem” bicho-de- pé. No primeiro dia de visita à sede em abril de 2022, esse foi um dos alertas quando tirei a sandália para brincar com elas, visita esta que fui recebida e presenteada ainda na rua, antes da entrada, com um raminho de uma árvore de seriguela que estava sendo comido por algumas delas. A partir deste raminho, fui conhecendo as crianças, o projeto e a partir delas o Aratu, em con-vivências de 2 a 3 vezes por semana durante 7 meses.

Assim como a vizinhança, a sede das Amigas Solidárias tem luz e água irregular, sendo esta última a principal dificuldade no local. As crianças me relataram que às vezes não vão à escola por não terem água em casa para o banho e no Aratu ter um poço artesiano é para poucos privilegiados, os quais muitas vezes acabam vendendo a água que retiram do subsolo aos vizinhos através de canos interligados.

A questão da regularização fundiária também é preocupação de Sara e Lili que não conseguem regularizar o projeto como associação por não terem CNPJ, já que só é possível com a apresentação do CEP, como dito. Neste período da pesquisa, as ações de desocupação estavam mais fortes pelo território, já que durante a pandemia a liminar<sup>70</sup> que impedia tal ação pelo governo aumentou a permanência de muitas famílias no local que é vizinho a um dos terrenos vendidos para o projeto “Pólo Turístico Cabo Branco”.

Porém, caminhando com os investimentos e doações, a sede das “Amigas Solidárias” serve de apoio para as reuniões das lideranças e dos/as moradores/as, no instituto de organizar mobilizações que possam acelerar os movimentos pelo “território”, mesmo que Sara e Lili demonstrem a preocupação de que as crianças percam a possibilidade de frequentar o projeto por conta desta demanda, alertando que “*o povo acha que as lideranças vai fazer o sol pra tudin*” e que apenas receber cesta básica, comida e roupas não sustentam a ocupação. Além disso, esse seria um dos motivos que muitas das crianças em agosto de 2022 “*sumiram do reforço*”, pois passaram a frequentar outra organização já regularizada, próxima ao Aratu), considerando que por “interesse” as crianças são levadas por suas famílias a outra instituição que só “*quer fazer o nome, por questão política*”, além disso, a evasão teria sido incentivada por uma avó que espalhou na vizinhança que no “reforço” das Amigas Solidárias

*“era lugar que as crianças não faziam nada”* e lá na outra instituição recebem *“brinquedos bons”* e as mães *“cesta básica quase todo dia”* (SARA e LILI, agosto de 2022).

Nesses relatos, percebe-se que a questão da fome e das condições difíceis que enfrentam a maioria das famílias que ocupam o Aratu, movimentam suas “preferências” e ações na busca das organizações que prestam serviços solidários à ocupação. As adversidades das disposições crescidas em uma vida com rendas inferiores e do resultado de trabalhos exaustivos ao corpo como a catação de recicláveis, a prestação de serviços no âmbito doméstico, de outros trabalhos informais, além de muitas do desemprego, condiciona as práticas das adultas e direcionam obviamente as dinâmicas cotidianas das crianças. A (pós) pandemia estabeleceu vínculos assistencialistas entre aqueles que *“não tem opção”* e mesmo não sendo *“dependência”*, como analisou Maria sobre as doações de diferentes organizações no Aratu, observa-se que a concentração de esforços para que as mães consigam receber o benefício do Bolsa Família, por exemplo, é fundamental para angariar o mínimo de condições para a vida. Mas, ao mesmo tempo estas mulheres compreendem que as pessoas têm *“certos comodismos”* e ao mesmo tempo *“lutas”* para pedir auxílios em acessar benefícios e doações através do intermédio das educadoras, lideranças locais e mobilizadoras sociais, ainda que este vínculo alimente *“nomes daqueles que tem a política na ponta”*.

A mobilização através de redes sociais, por parte de algumas das organizações comunitárias, é voltada para pedidos de doações de itens mais básicos, como alimentos e até utensílios para a casa, como dinheiro para construção de barracos e reparos em casas danificadas. As mães e as crianças protagonizam a situação de vulnerabilidade múltipla, o que, inclusive, é pauta, algumas vezes por ano, do circuito jornalístico da cidade. Como apresentado nesta publicação do *Instagram*, a pobreza no Aratu revela diferentes nuances, mas principalmente relacionada à falta de moradia digna e da insegurança alimentar, afiada nos últimos anos.



Imagem 37. Clube de mães do Aratu: “ajudar alguém que precisa faz tão bem né, gratidão Deus por essa corrente de amor”. Fonte: @clube\_de\_mães\_do\_aratu. Recorte de vídeo, fevereiro, 2023.



Imagem 38. “Todos Pelo Aratu”: “Rosalva, moradora do Aratu, mãe de 5 crianças, que vive da renda do bolsa família no valor de 600,00 [...] e também cata reciclagem para ajudar na compra de alimentos”. Fonte: @todospeloaratu. Reportagem da emissora local. Recorte de vídeo. março, 2023.

Esta “luta” é percebida pelas crianças na ocupação do Aratu. Em uma tarde de outubro, realizou-se uma roda de conversa com 23 crianças que frequentam o projeto e falamos sobre o Aratu. O local foi identificado por elas como uma comunidade, e nesse sentido um dos meninos explicou que “*comunidade é uma favela*”. No entanto, a maioria das crianças discordaram de que tais nomeações são sinônimos, pois reconhecem que favela não seria um nome adequado para onde moram. Pareciam entender sobre os estigmas sociais já associados a este título: “*favela não é lugar bom, tem ladrão!*” (Biel, roda de conversa em maio de 2022). No entanto, me chamou atenção que para algumas o Aratu seria uma invasão no sentido de que “*invasão é desmatar. Comunidade é um negócio onde a gente invadiu, comunidade faz onde que o povo cortou as árvores pra construir casa [...] pra não morar na rua*” (Roda de conversa, outubro, 2022).

A questão do desmatamento foi refletida como necessária para as crianças, mesmo opinando que isso é ruim “*pra natureza*”, mas que “*tipo atrapalha quando for construir uma casa. Não tem. Ai tem a raiz dela, fica dentro de casa*” (Roda de conversa, outubro de 2022).

As crianças contam que suas famílias construíram as casas, principalmente o pai, com ajuda da mãe e de outros parentes, poucos relatam sobre algum “pagamento” para aquisição do terreno ou para construir, mas é comum relatarem que suas casas “*estão construindo ainda*”, revelando o processo bastante demorado.

Nessa con-vivência com a “natureza” que reconhecem em seus cotidianos, uma das crianças apontou que “*tem que tirar as árvores, é só bater o terreno e morar é? Não... morar numa árvore? não né!*”, e com interferência de outras crianças o grupo reflete em relação a “invasão” da mata que “*quando desmatar tudo para construir as casas, planta de novo, porque morar com a natureza é bom, é bom morar no meio das árvores [...] é bom brincar com a natureza de esconde-esconde, tomar água de coco, fazer balanço*” (Projeto Amigas Solidárias, diário de campo, outubro de 2022). As crianças contam que tem muitas árvores no Aratu, algumas brincam de subir nelas como no cajueiro e outras árvores frutíferas: mangueira, seriguela, coqueiros, bananeiras, pé de acerola, entre outros. Árvores e plantas menores que eles entendem ser “do mato”, como o jatobá, o pau-brasil, “barbosas” e as “ortigas”<sup>71</sup>, além de outras que florescem, como as bromélias e bicos-de-papagaio, são reconhecidas a partir das vivências no projeto e no ornamento da frente de suas casas, com mandacarus, rosas (as quais percebi ser nomeada a maioria dos arbustos floridos) e os jasmims (que também chamam de buquê-de-noiva). Outras plantas utilizadas pelas mães na cozinha como o manjeriço, boldo, colônia e hortelã graúda, principalmente as usadas para seus tratamentos de saúde, são reconhecidas facilmente pelas crianças.

Pude realizar uma visita a uma média de 10 casas de crianças que frequentam o projeto, em uma atividade que as crianças plantaram árvores de pau-brasil em seus terrenos, proposta desenvolvida a partir do conhecimento de que onde se tem tal árvore a “*terra é protegida*”. Nesta caminhada até as casas, muitas naturezas foram observadas visualmente e auditivamente, os cantos dos passarinhos, os cacarejar das galinhas, o acompanhamento dos cachorros, os amontoados de entulhos e materiais a serem vendidos nas reciclagens, as árvores sobreviventes, os estampidos dos escapamentos de motos que passavam nas ruas de terra e algumas músicas vindas por de trás das cercas.

---

<sup>71</sup> urtigas e babosas são nomeadas desse modo pelas crianças e foi observado o mesmo por parte dos adultos.



Imagem 39. Rua dos Mastruz: plantação de pau-brasil. Foto: Karla Mendonça, setembro de 2022.

Nesta ocasião, pude observar que a maioria das casas, por mais simples que fossem, eram construídas de forma que tivessem uma área coberta, mesmo de forma muito rudimentar com plásticos e lonas, formando sombras e abrigando brinquedos que pareciam serem muito movidos e jogados pela terra batida, se misturando a outros tantos materiais catados e doados como garrafas, peças de roupas, bolsas, caixas e ferros. Algumas delas são (des)construídas de maneira improvisada pelo terreno, provavelmente com algum aumento na renda. Onde se faz uma cozinha com lona, ao lado possui um quarto de tijolo, algumas sem nenhum revestimento, mas com uma piscina ou caixa d'água. Biel (8 anos), por exemplo, explicando sobre sua casa, contou que seu vizinho mora em um banheiro que foi construído entre 2 quartos no mesmo terreno que ele também mora com a avó, sua irmã, além da família de sua tia com o esposo e dois primos. Além disso, animais como galinhas, cachorros, patos, gatos e bodes, e às vezes cavalos e jumentos, compartilham esse espaço na con-vivência com a família, além daqueles animais pouco indesejados como ratos, baratas, escorpiões, “gabirus” -gambás comuns na área- e cobras, estas últimas principalmente a coral e a jiboia são vistas por vezes por entre o “mato”.





Imagem 40. Construções do terreno de Biel. Foto:Vitória (9 anos), agosto de 2022.

Os caminhos das ruas das crianças no Aratu as envolvem no reconhecimento das casas de seus/suas amigos/as próximos e parentes, além de terrenos “limpos” que os meninos podem jogar bola e aqueles que as crianças têm que caminhar muito todo dia para suas atividades, pois como analisou João *“quem anda no Aratu fica com os pés pretos”*. E a terra é presente em muitas de suas vivências, como o lugar chamado “barro”, ponto de encontro aos finais de semana para crianças, jovens e adultos que o procuram para soltar pipa, correr soltos e andar de bicicleta, enquanto os maiores ouvem os paredões de músicas altas e disputam pequenas corridas de moto. O barro é um terreno, que às vistas do mar, liga o Aratu à Penha ao atravessar a PB-08, mas segundo algumas adultas que conversei na sede das Amigas Solidárias, conta-se que em 2021 o “barro”, foi cercado com altos muros de cimento pelo dono de uma grande empreiteira localizada no “Rio do Cabelo”. Afirmam terem sido impedidos de acessarem a praia com mais facilidade com essa transformação no local, ação que teria sido motivada *“porque o povo começou a invadir cada vez mais perto”*.

Da mesma forma, como a “rua morta” na chegada do Aratu, o “barro” também transmite inseguranças segundo as adultas e jovens com as quais conversei, por ser frequentado unicamente por homens com carros cheios de pipa e fios para vender àqueles que entram em uma disputa e às vezes resulta em brigas; além disso o caminho da mata teria *“umas estacas com capacetes que demarcam o local que homens foram mortos. Também dão tiro de 12 lá. Disseram até ter visto lobisomem (risos)”* (Conversas informais, setembro de

2022). Outro ponto de encontro citado, além das igrejas (principalmente evangélicas) as quais também atuam na doação de alimentos, sopas e roupas, é o bingo, visto que um deles, é localizado muito próximo às Amigas Solidárias e é bastante frequentado por mulheres e crianças.

Assim, entre os lugares de con-vivências, o Aratu se constrói em um trabalho de ocupar, “lutar”, estabelecer alianças com quem doa e se doa através das organizações comunitárias e da vizinhança, o que é sentido e aprendido desde a infância.



*(Des)enroladas...*

Ao acessar as ruas “por dentro” e perceber o desenho assimétrico delineado nos bairros do Portal do Sol, Penha e Costa do Sol, que é por onde as ocupações da comunidade do Portal do Sol, as vilas da Penha e dos pescadores, o Aratu e Jacarapé teimam em (r)existir, as naturezas encontradas estão imersas em historicidades, unicidades, fluxos e transitoriedades que trançam comuns e que contam sobre lugares vivos, em economias diversas. Neste âmbito, dentro do que foi discutido neste capítulo, o que se trança neste território em transformação, emana uma complexidade do vivido imbricada nas condições de pobreza de renda que é reproduzida em desigualdades e na segregação socioespacial, que enquanto ameaças e dores ressentidas pelas gerações mais velhas, estas violências simbólicas atingem a vidas das crianças de modo a limitar e também reinventar as práticas de con-vivência junto aos seus afetos nos espaços disponíveis e seguros aos olhos protetores. Visto que em tempos atrás, estas localidades na capital não eram mensuradas de forma “capitalocêntrico” (ESCOBAR, 2005) pelas instâncias governamentais e empresariais, as “calmas” ambientais eram sentidas no ir e no vir de quem procurava sobreviver a partir dos trabalhos “pesados” que sustentam as ocupações, mesmo em um espaço criminalizado e subjugado pelo o que se configura como “esquisito” pela comunidade urbana.

O trançado de vivências nestas localidades, nas práticas comunitárias e familiares revela um passado-presente de limites e violências ressentidas, mas também de disposições “*desenroladas*”<sup>72</sup> que levaram as pessoas a procurarem uma vida melhor através das ocupações de espaços onde “era tudo mato” nos quais, para elas, parecia não haver um aproveitamento. As naturezas ali encontradas e então “invadidas”, como algumas crianças consideraram o movimento de ocupação no Aratu, contam como a luta por moradia se intensificou a partir de enlances familiares nos quais, as crianças, acompanham e se movimentam junto às/aos adultas/os na construção de um ambiente entoadado por afetos, em que a proteção e a participação nos afazeres domésticos e prazerosos (este último muito foi reivindicado por elas durante nossos diálogos) se enraizam nas rotinas imbricadas às injustiças ambientais (ZHOURI, 2020) e à (des)valorização do que se construiu nestes tempos-lugares.

Neste âmbito, entre as fronteiras sociais, mesmo que sutis, observadas, sentidas e relatadas intergeracionalmente pelas/os moradoras/es de acordo com seus (a)fazer, foi

---

<sup>72</sup> Ser “desenrolada”, termo muito entoadado nestas localidades, se refere a uma pessoa que tem iniciativa, produtividade e ação proativa.

possível a observação de que existem elementos físicos e simbólicos que emanam uma separação classificatória e diferenciadora entre as estruturas urbanas com as quais dividem o espaço nestes bairros, baseadas principalmente no poder sobre o capital financeiro (ANDRADE e SILVEIRA, 2013). Além disso, é exatamente pelo capital financeiro, mas também social e político como entoadado principalmente nos tópicos 3.3 e 3.4 sobre o movimento das organizações comunitárias, que geram transtornos às mobilizações coletivas locais e contribuem por modificar e aprofundar ainda mais as “faltas” que os limites financeiros provocam na vida das pessoas, recorrendo então à solidariedade da vizinhança e das ações assistencialistas que, apesar de não contribuem com o pertencimento político sobre o território para as pessoas em situação mais vulnerável de vida, ainda assim traz resoluções para suas urgências sobre a sobrevivência, principalmente quando pensado nas crianças.

A composição de fronteiras fluidas, tanto simbólicas como físicas, nas relações que brotam na vizinhança e no contexto familiar, por parentalidades consanguíneas e estendidas, são enlaçadas pelas naturezas do lugar em ocupações (vivências e espaços) que revelam esforços por valorizar os investimentos por uma melhoria de vida para a família, a partir do trabalho e de estratégias (não) capitalistas, mesmo que em conflito com aqueles que chegam para a disputa dos terrenos, dos barracos e das casas já instaladas, buscando uma nova oportunidade de assentamento familiar.

No entanto, o mesmo capital financeiro que prevalece como a ponte para os confortos na moradia, em alguns dos contextos domésticos que se localizam mais próximos da organização urbana, de acordo com o entoadado pelas crianças, as vivências cotidianas são levadas muito mais na relação “solitária” com objetos de modo consumista pela casa (mesmo antes da pandemia), do que vivenciar relações na vizinhança e com a diversidade de seres que a natureza presente pode proporcionar. Já nas localidades mais ruralizadas e mais isoladas dos movimentos urbanos, já se percebe a conjugação entre os desejos de consumo, vivenciados nos fiteiros, nos bingos e no comércio informal, e os movimentos mais enlaçados à vizinhança, já se mantém certa mobilidade pelas barreiras em suas frestas que, ocupadas, projetam-se e engajam-se tentativas de semear práticas “contentes”, mesmo que sob o medo das múltiplas violências eminentes.

Assim, as “enroladas” locais entoadas neste capítulo, procurou contar como um trançado de ocupações é vivido pelas crianças “onde tudo é família” e como sentem e enfrentam os isolamentos e as expansões em um contexto econômico revelado de modo multidimensional no qual, apesar da força do capital, nas naturezas do lugar se recriam movimentos de (r)existência contra a apatia cotidiana.





## CAPÍTULO 4

### AS CON-VIVÊNCIAS “*NO APERTO*”: a casa como um espaço de “lutas”

Às vezes eu ligo o rádio e danço com as crianças, simulamos uma luta de boxe. Hoje comprei marmelada para eles. Assim que dei um pedaço a cada um percebi que eles me dirigiam um olhar terno. E o meu João José

disse:

— Que mamãe boa!

Quando as mulheres feras invade o meu barraco, os meus filhos lhes joga pedras. Elas diz:

— Que crianças mal iducadas!

Eu digo:

— Os meus filhos estão defendendo-me. Vocês são incultas, não pode compreender. [...]

*Maria Carolina de Jesus* ([1992] 2014).



Este capítulo trata dos “aperreios” e das conformidades que crescem e se emaranham nas lutas por moradia e nas ocupações, nas enroladas das ruas, nos espaços de socialização e nas práticas comuns envolvidas intergeracionalmente entre as mulheres e as crianças no ambiente doméstico. A composição das “vinhetas narrativas” captadas, a partir das janelas enunciativas, no (a)colhimento empírico, conta sobre as vivências das mulheres com as crianças nos tempos-lugares emaranhados à natureza do lugar, que é construído, ocupado e vivido dentro de um contexto familiar.

Assim, a partir das vinhetas narrativas 1 e 2, o presente texto chama a atenção sobre as condições de empobrecimento relacionado à renda, além de outras privações sobre as quais estas narrativas conjugam representações e re-criações improvisadas, espontâneas, socializadas e incorporadas por parte das mulheres e das crianças de modo relacional no ambiente das casas com uma diversidade de seres.

O primeiro tópico: “As ocupações no lugar: espaços e con-vivências desde a casa”, apresenta as duas vinhetas narrativas centralizadas em vivências narradas por duas crianças (Jhefferson, Chico) em companhia especialmente de suas mães e alguns outros parentes vizinhos, presentes nas casas durante o período pandêmico e mesmo durante o afrouxamento do isolamento social. Estas vinhetas expressam as noções sobre as ocupações das crianças e das mulheres e como as relações de onde “tudo é família” trançam as familiaridades e as solidariedades avizinhas nos lugares onde moram (Jacarapé- no bairro Costa do Sol- e a comunidade do Portal do Sol- no bairro Portal do Sol). Todas as crianças e mulheres, têm suas identidades apresentadas muito mais pelas con-vivências e no despertar dos sentidos que suas ações entoam, do que pela identificação dos seus nomes (reais ou fictícios), de modo que essa questão respeita a escolha por parte delas sobre tal divulgação, além de uma relação sensível de confiança e segurança em acolhê-las de modo amigável como “entes” (LUGONES, 2014) em torno de suas narrativas orais registradas neste texto.

No tópico seguinte, “Entre os “*apertos*” de “*gente que precisa*”: as estratégias para se viver “às costas” do urbano”, trago o que se reconhece como “pobreza” a partir das vinhetas narrativas, unindo algumas outras narrativas de mulheres e crianças das outras localidades. No último tópico “ “*Força*” para “*criar*”: enfrentamentos, investimentos e engajamentos”, apontam-se as observações sobre as disposições permeadas pelo o que as mulheres consideram “força” para “criar” as crianças em condições financeiras limitadas, tanto no que diz respeito ao acesso e consumo de bens (i)materiais nas localidades, como no que se refere às ações simbólicas que permeiam engajamentos, investimentos e enfrentamentos, que permitem inclusive entoar sobre as dimensões da interferência do global “capitalocêntrico”



(ESCOBAR, 2005) e urbano-patriarcal nas práticas cotidianas da vida doméstica das mulheres com as crianças.

Vamos com as crianças e as mulheres compreender sobre os apanchos e os sossegos transitórios de suas ocupações cotidianas desde as casas!

#### 4.1 Vinhetas Narrativas 1 e 2: As ocupações no lugar desde a casa

##### **Vinheta Narrativa 1:** *“Eu sou o homem da casa agora”.*



Imagem 41. Coisas de Jhefferson. Foto: Karla Mendonça, Julho de 2022.

Em fevereiro de 2021, período de isolamento social por conta da pandemia, reencontro Jhefferson (Com 10 anos) através de uma chamada de vídeo pelo aplicativo de *WhatsApp*. Fui sua professora por 6 meses em 2019 quando fazia o 3º ano do ensino fundamental. Ele demonstrou apreciar o contato consentido por sua mãe, que disponibilizou que conversássemos sempre que eu “*precisasse*” ou quando ele sentisse interesse pelo contato. Ele e sua família moram em uma rua localizada no fim da estrada que corta a comunidade de Jacarapé, identificada no mapa como Costa do Sol (capítulo 3)<sup>73</sup>. Durante as

---

<sup>73</sup> A identificação sobre o nome da localidade em que a moradia de Jhefferson se situava, como já dito nesta tese, também foi permeada por dúvidas, no entanto, sua mãe já tomava conhecimento de que a identificação do local no google maps já indicava o nome determinado pela prefeitura da cidade (Costa do Sol), o que a pouco tempo antes desta pesquisa não era desse modo reconhecido pelos moradores.

chamadas e as visitas que realizei entre 2021 e 2022 em sua casa, acompanhavam as nossas conversas a sua mãe Vilma (29 anos), seus irmãos Maria (7 anos), Tapioca (3 anos) e Jhony (2 meses), além da prima Manu (5 anos), a tia Teta (23 anos) e o primo Wesley (5 anos). Nas ligações era comum os sons do cachorro Duke, que foi adotado, e de motos passando interrompendo a conversa, barulhos que Jhefferson justifica por morar em uma *“invasão... aqui tem um monte de casas”*.

Entre trocas de mensagens de áudios e textos, chamadas de vídeo e visitas presenciais em sua casa, além de um passeio até a “Bica” (zoológico), nossos encontros duraram até junho de 2022. Era comum nossas conversas durarem mais de 1 hora e que nesses momentos o encontrasse sozinho em casa, ou às vezes com a irmã Maria (7 anos). A mãe chegava sempre bem depois do início do papo e parecia gostar de vê-lo conversando comigo. Nos encontros virtuais, movimentados entre o sobe e desce do sofá das crianças, para me espiarem pela tela, eram muito comuns, além das falas atropeladas e alternadas por suas perguntas. Nas visitas presenciais, ficávamos sempre sentadas no sofá conversando em frente a televisão, mas as crianças alternavam entre as subidas no móvel e a brincadeira pelo chão, principalmente Jhony, que cutucava um burquinho no piso que foi aumentando com o passar do tempo, mesmo com as repreensões da mãe que dizia não *“aguentar mais varrer a areia”* que saía dali, ponto de atenção e distração entre as crianças.

Vilma se preocupava com a organização da casa, sempre avisando sobre a bagunça, que era difícil mantê-la arrumada com *“quatro meninos”*. A infância de Vilma foi no interior da Paraíba e partiu para João Pessoa (PB) com o *“ex-marido, quando ela tinha 18 anos e ele 15, estudamos a vida toda na mesma escola e quando casei parei de estudar...mulher tem dessas coisas... e ele foi trabalhar...foi 10 anos juntos”*. Vilma conta que ela e o então marido, ao saberem do movimento de ocupação territorial, chegaram no local, *“limparam a mata”* e com outros conhecidos e familiares construíram a casa (Diário de campo, março de 2021). Atualmente, segundo ela, é vizinha dos parentes do pai de seus filhos do qual tinha se separado a poucos meses e, a partir de então, cuidava dos filhos *“sozinha”*. Vilma e as crianças *“vive com o Bolsa Família e com o que ele traz para os filhos...paga a internet de 50 reais”* e nesse sentido complementa:

**O pai não deixa as crianças passarem necessidade**, traz tudo pra elas, pra dentro de casa. **A gente tem uma vida boa, não falta o que comer.** Mas hoje... parei tudo pra cuidar deles. Eu conheço eles, eu sei cuidar. O pequeno (Tapioca) ficou doente com pneumonia e fiquei com ele internado e tava grávida nas últimas semanas. Aí eu fico dependendo. Penso em voltar a estudar, arrumar um emprego, ir para uma situação melhor, quando ficarem independentes. (Vilma, março de 2021).

Para Vilma, sua vida sem as crianças seria *“meio desmantelada, as crianças são minha base, é mais organizada minha vida, tem responsabilidade”* (Vilma, março de 2021). Os quatro filhos foram partos normais. Teta, a *“ex-cunhada”*, vizinha e tia das crianças, como Vilma a identificou, lembrou a presença em todos os quatro partos e que ela só demorou no de Jhonny, para ela *“os partos de Vilma são bons demais, quando ela disse: ‘Teta joga minha perna na cama que o menino vai nascer, chama a enfermeira que o menino vai nascer!’”*. Hoje toma medicamento para evitar nova gravidez, já que *“sou fácil de engravidar”*, apontando que a sua mãe teve 10 filhos (diário de campo, junho de 2022).

Vilma diz que todo mundo acha que ela e a cunhada são irmãs, indicando o apoio que uma concede a outra em relação às crianças, e isso estende-se não só aos cuidados com elas, mas também em relação às emergências financeiras. Sobre isso, aponta que *“eles são conformados, não tem, não tem ... se eu não posso comprar pra todos, não compro pra nenhum”*, salientando que em tempos pandemias as crianças pedem para *“ir para os cantos”* e ao explicá-las sobre o isolamento social e a situação financeira, elas não *“aperreiam, nem ficam tristes”*. Sobre esse período, Vilma reflete que para além da situação financeira difícil, para as crianças, os limites sobre as possibilidades de acesso aos espaços de socialização e de ludicidade teve grande impacto:

Nesses tempos, o mundo tem muita doença, está difícil para as crianças...a situação financeira e de ensino está complicada...tomara que melhore para o futuro, pois hoje não pode interagir, estão reclusas e fechadas, sem liberdade, sem movimento, mas tem que zelar pela saúde... Elas gostas de ir para a Bica, na praia, e tão presos. Tenho medo que vão para casa de amigo e não terem o mesmo cuidado que eu, assim estão muito fechados, presos, não tô liberando (VILMA, vídeo chamada, março de 2021).

Jhefferson é uma criança calma, observadora e gosta de falar sobre seu cotidiano e de seus interesses, apesar de certa timidez, apontando que é *“sozinho”* e que vê outras crianças *“de longe”* passando na lojinha próxima de sua casa, mas que para ele só tem crianças pequenas e que eles *“arengam e são bobos”*. Em sua rotina dentro de casa, Jhefferson aponta sobre as suas *“coisas”* e como estão vinculadas aos seus *“fazeres”*. Ele conta que *“não tenho quase nada! só tenho livros e uma coleção de gramática”*, que gosta de ficar na sala da casa onde pode ver televisão no sofá, ver filmes e vídeos no youtube (smart TV), além de ser o lugar da casa que ajuda a mãe. Teve um tempo *“aviciado no celular”* e que sua mãe estava controlando o tempo, para que ele pudesse dividir o aparelho com os outros irmãos mais novos.

Jhefferson faz questão de mostrar seus livros *“Diário de um banana”*, afirmando que lê um livro por dia e que os comprou a partir do dinheiro que juntou com a venda de latinhas e outras coisas. Ele conta que a mãe o incentiva a juntar tais coisas para que ele compre os

livros que deseja ter, porém diz querer mais, pois já leu todos, e demonstrando reconhecer a importância da leitura, Jhefferson diz ter uma tia (do lado paterno) que mora perto e tem a mesma idade que ele, “*é inteligente, tá no ensino médio<sup>74</sup>, fala inglês e outras coisas, eu também vou chegar lá*”. Observei que a valorização sobre a escolarização permanecia presente na casa durante o período pandêmico, especialmente incentivada por Vilma que diz ter “*voltado a aprender para dar aulas*” às crianças da família durante o contexto pandêmico, fixando um pequeno quadro em sua sala e priorizando o acesso à internet para as atividades compartilhadas pela escola.



Imagens 42 e 43. As latinhas vendidas, livros comprados. Foto: Jhefferson, fevereiro de 2021.

Nas con-vivências com os irmãos, Jhefferson demonstra percebê-los de acordo com as ações na intimidade de sua casa, analisando que “*Maria é teimosa, faz mais bagunça que os outros meninos. O bebê começou a aprender a sentar e a minha mãe quer colocar cerâmica, pois ele não pode ficar no chão*” (que é de cimento bruto). Ao comentar sobre o comportamento de seus irmãos, muito comunicativos por sinal, percebi que Jhefferson se comporta como mediador principal na relação com as crianças mais novas e está imerso em significados atribuídos pelos adultos com os quais se relaciona, principalmente a mãe, que os incorpora e improvisa em ações enquanto “*o homem da casa*”:

Eu cuido deles, porque o meu pai dá uma parte do dinheiro, porque ele trabalha, mas eu cuido deles. Agora que meu pai foi embora, eu sou o homem da casa agora. Tenho que cuidar das coisas, meus irmãos, faço comida e cuido da minha mãe. Uma vez ela ficou doente e eu cuidei de tudo. É fácil (Jhefferson, vídeochamada, março de 2021).

Jhefferson variadas vezes reforça que gosta de “*ajudar a minha mãe em casa e estudar*”, e que sua mãe e as outras crianças se sentem bem por que “*eu ajudo, brinco com elas*”, deixando claro o quanto se envolve em práticas domésticas nos cuidados com as pessoas e com as coisas: “*Eu cuido da família, ajudo a minha mãe em casa*” (Jhefferson,

---

<sup>74</sup> O nível de escolarização da tia apontado por Jhefferson, aparentemente não se referia exatamente à realidade, mas como ele entendia a questão evolutiva por ela vivida.

fevereiro, abril, outubro de 2021 e junho de 2022) e quando a mãe *“tem alguma coisa pra resolver, eu fico cuidando deles, eu brinco e coloco eles pra assistir TV”*. Além disso, demonstra que a ação de “ajudar” se estende à outras pessoas *“tristes”*, pois *“um dia quando eu vi uns estranhos que estava precisando de ajuda na rua, que estava se perdido... eu trouxe pra casa e minha mãe ajudou pra levar ele pra casa dele”*.

Ao mesmo tempo em que Jhefferson demonstra muito atenção aos movimentos da casa, em especial aos “barulhos” dos irmãos, às vezes este movimento parecia incomodá-lo, procurando se fixar na televisão como uma espécie de fuga, reclamando ter dores de cabeça e por vezes dor de dente (a mãe explicava que estava o levando no posto de saúde no outro bairro, mas que ainda não tinha resolvido o problema). Em uma das fotos da casa que Jhefferson enviou por *WhatsApp*, mostra seu quarto onde dorme com os irmãos Maria e Tapioca, em que os colchões eram empilhados todas as manhãs sob a única cama do quarto, indicando a bagunça que estava no cômodo coletivo e o quanto *“Meu irmão e minha irmã fica brigando”*, expressando assim seu descontentamento.

Tapioca reforça algo que já vinha observando sobre as relações da casa e sobre a convivência de Jhefferson junto às crianças e a mãe, de como constroem as representações e incorporam afetos. Tapioca contava sobre seus medos dos lobos e dos *“jacarés no oceano da praia de Jacarapé”*, e que isto acontece por conta do seu tamanho e da pouca *“força”*, afirmando, com o olhar direcionado para Jhefferson, que *“um dia vou crescer e ficar adulto”*. Pergunto se o irmão é adulto e ele explica: *“não, é criança-grande, tem força. Super-herói e lobo”*. Manu interrompe e diz: *“Não! vai ser grande quando ficar como eu, menino! com 5 (anos).”*



Imagem 44. Tapioca malhando para ficar forte. Foto: Vilma, 2021.



Tapioca continua, após a interrupção de Manu, comentando sobre o lanche e que tinha comido “*amanhã*” carne queimada, o que fez com que Jhefferson abaixasse a cabeça. A mãe mediou tal descontentamento explicando que “*foi Jhefferson que deu uma esquentadinha e passou um pouco*”. Tapioca olha para ele e procura o acalantar: “*ficou bom Jhefferson, ei!! Ficou bom!*”, preocupado com a reação do irmão que parecia ter se entristecido. Era comum as crianças comentarem sobre as comidas do dia, demonstrando que gostavam de variados alimentos, mas basicamente eram presentes ovos, salsicha, macaxeira, cuscuz, macarrão, tomate, arroz, doces como goiabada, bolo e biscoitos, além de salgadinhos e bolachas salgadas (água e sal) industrializadas. Em nossos encontros, Jhefferson lembrava o “*prato*” que tinha aprendido para compor a refeição que preparava habitualmente para os irmãos. Se mostrou entusiasmado por já saber fazer macaxeira, contando o processo para ficar “*molinha*” e sinaliza que “*na verdade a macaxeira não foi minha mãe que comprou, ela foi minha planta e eu colhi, eu dei a metade pra minha vó! Eu plantei a macaxeira, minha mãe a bananeira e o coco. É a nossa plantação*”.



Imagens 45 e 46 . Comidas feitas por Jhefferson. Foto: Jhefferson, maio de 2021.

O garoto demonstra traçar estratégias para manter a “*calma*” dos irmãos mais novos, e para isso utiliza objetos inutilizados em suas funções originárias, mas que eram guardados na casa pelas próprias crianças. Em situações de conflito entre eles, por causa da televisão e do celular da mãe, inventavam “*animações*” e “*joguinhos*” eletrônicos imaginários.



Imagens 47 e 48. Coisas “animadas” pelas crianças. Fotos: Karla Mendonça, junho de 2022.

Em um dos encontros presenciais, ainda usando máscaras, mas demonstrando risos contidos, Jhefferson me recebeu contando sobre sua rotina com o “trabalho”, mas em seguida iniciou uma corrida atrás de seus irmãos em volta do meu carro, pela rua e por entre as casas familiares, com um arco-flecha construído por ele. Me surpreendi por ser a primeira vez que o via brincar. Relatou que “*conseguiu*” R\$ 50,00 com latinhas e que com outra sacola maior, do mesmo material coletado, arrecadou R\$ 100,00, reforçando que com esse dinheiro “*não compro coisas divertidas*”. Em uma das visitas presenciais, com cuidados em relação ao cachorro brabo (Duke), Jhefferson apresentou sua “*plantação*” no quintal e outras coisas que tem por lá, comentando que plantou “*tomate, cebolinha e tem a reciclagem. Vendo a R\$ 2,00 para dar a minha mãe para que compre as necessidades*”.



Imagem 49 e 50. Pelo quintal: Duque e a “nossa plantação”. Foto: Jhefferson, agosto de 2021.

Relata que “*estava trabalhando*” com o vizinho que é seu “*patrão*” e o conhece “*a muito tempo, uns 5 anos, meu pai conhecia e eu fiquei amigo dele*”. Sobre o seu trabalho:

Ele me dá R\$ 2,00. Tem que trazer ferramenta, pegar os negócios. Eu dou a ele o que ele precisa: espátula de pedreiro para ele construir. Eu junto o dinheiro. Sabe quanto eu já ganhei na minha infância? R\$272,00. Eu pego tudo, dou pra minha mãe e fico com 5%. Não compro nada divertido. Eu sou viciado em leitura e também as coisas pra fazer tarefa. Eu tenho um bom trabalho, eu quero ser um patrão quando eu crescer. Não gosto muito de gastar dinheiro, gosto de economizar. Meu passatempo é ler e estudar. Eu era viciado quando era pequeno, a TV ficou pra lá. Eu deixei para Maria, mas na TV eu também aprendo os planetas. Sabe quantos amigos eu tenho? zero! Dois amigos são adultos, Adilson e o amigo dele. Os meninos rejeita, eu tinha quatro, dois foram morar em outro lugar. Nunca gostei de brincar. Mas outro dia no trabalho achei um formigueiro com um monte de folhinha, carvão e comida. (Jhefferson, junho de 2021, chamada de vídeo por *WhatsApp*).

No entra e sai da sala para o terraço, os brinquedos e outras coisas compõem as criações brincantes que se misturam com as britas, os tijolos empilhados, paus, os coquinhos e animais que estão transitando pelo local, como os gatos. No terraço, sentada na beira do



tijolo, “reparo” nessas coisas e como elas criam vida com as crianças e se reinventam sendo carregados e arrastados, mesmo que Jhefferson permeie entre as criatividade com o que se dispõe pelo espaço e no que compreende ser o “homem da casa”, em que o desejo de um “relógio eletrônico” revela sua vontade de contar o tempo de suas responsabilidades.

Desse modo, Jhefferson demonstra que “as necessidades” da casa são o foco destinado ao dinheiro conquistado com seu “trabalho”, exercendo fazeres que estão geralmente vinculados à “família”, e muito menos as “coisas divertidas”, reclamando que *“não tem nada para fazer”*. Tivemos uma oportunidade de fazermos um passeio a Bica (zoológico da cidade) e antes do passeio alguns “problemas” na casa foram apresentados:

foi uma semana difícil. A televisão queimou, essa que a senhora tá vendo é nova, a cama do meu irmão quebrou, a internet não voltava, o celular levou uma queda e o nebulizador estragou. A minha mãe deu um jeito de consertar a cama e comprou uma tv nova. Aí eu ficava sozinho à tarde em casa, e depois de arrumar não tinha nada para fazer (Jhefferson, junho de 2022).

Segundo Vilma, *“pedindo ajuda de um e de outro fui emprestando um dinheiro e arrumando o que tinha estragado”*, pois sem essas coisas fica difícil a rotina na casa com as crianças, *“porque esses meninos ficam doidinho sem televisão e já tá difícil de a gente conseguir dinheiro”*. Assim, nesta oportunidade de irmos até à “Bica”, as crianças mobilizadas a colocar a melhor roupa, comentaram que *“na Bica tem floresta e é melhor eu usar a sandália melhor”*, movimento que até o bebê encontrou sozinho sua própria sandália em meio às várias roupas espalhadas pelos cantos da casa. No entusiasmo pelo passeio, os olhares maravilhados com os animais e mais ainda com o momento do piquenique, revelaram como ocupar outros lugares além da casa e da rua onde moram despertaram contentamentos entre as crianças e as adultas, demonstrando o quanto estavam sentindo *“faltas das saídas”*.



### Vinheta Narrativa 02: “Homi... eu quero é andar”.



Imagem 51. Chico chegando com as cabras. Foto: Karla Mendonça, junho de 2021.

Em março de 2021, fui acolhida através de videochamada por Chico (8 anos) e Marisa (32 anos) sua mãe, já que estávamos no ápice da pandemia da Covid-19. A partir deste contato, conheci outros parentes de Chico, como sua avó Léia, seu primo-irmão Daniel e outros parentes que transitavam o terreno de sua casa localizada na comunidade do Portal do Sol.

Pela primeira videochamada, ao som de passarinhos engaiolados em seu terraço, a melodia de nossa conversa se fez por trocas animadas e intensas. Marisa, muito simpática, me recebeu através da tela de forma amistosa à proposta de que as vivências de Chico fizessem parte deste trabalho. Ele, “*muito vergonhoso, um homem velho*” como Marisa o apresentou, também demonstrava curiosidade por me conhecer apesar de tímido, já que só tinha escutado minha voz pelo grupo de *WhatsApp* onde compartilhamos atividades no período das aulas remotas durante a pandemia. Outros encontros se deram por trocas de mensagens pelo celular, em algumas visitas na Escola da Penha e visitas presenciais em sua casa até março de 2022.

A casa em que mora com sua mãe, seu pai e a irmã de 13 anos, foi apresentada por Chico em um passeio com o celular a partir da sala, contendo um sofá e uma televisão a

frente, com as paredes bem verdinhas, a cozinha e a saída para o quintal, que é onde Chico “*cria os bichos dele*”. A casa levantada com muito custo durante os últimos 8 anos e, pelo o que Marisa aponta, gerenciada por ela sobre a organização dos cômodos, é movimentada pelo entra e sai das crianças da família que, além de morarem na vizinhança, compartilham a atenção e o seu cuidado enquanto vivenciam práticas em comum com Chico e a sua irmã. A casa é revelada como um “*bem*”, nascido de um grande esforço e por “*encarar*” as condições que o pai de Marisa impôs para que a casa fosse edificada (capítulo 3, tópico 3.2). No entanto, pelo o que Marisa observa nas vivências dos filhos junto ao local e na convivência com os parentes, além do que pude compreender em contato com o contexto, esta sensação de vulnerabilidade sobre a moradia é minimizada diante das oportunidades que as crianças têm de experienciar uma infância diferente da dela, já que “*diante das dificuldades que a gente passa na infância, a gente vai tendo um amadurecimento dependendo do que você encara, né?*” (Marisa, março de 2021).

Segundo Marisa, Chico “*se dá bem porque o espaço do terreno é muito bom, os avós estão sempre por perto, tem essa ligação e o amor pelo avô que passa tudo para os netos, no hábito de criar os bichos*”, e essa con-vivência faz com que Chico demonstre alegria onde mora. No entanto, sobre os cuidados e os apoios com os filhos, além das outras crianças da família que moram na vizinhança, Marisa aponta que, por ser “*a única de fêmea*”, ou seja, a única mulher que está por perto, sua presença é central neste contexto familiar. Conta que parou de estudar com a gravidez de sua filha (não completou o ensino fundamental II) e não trabalha formalmente desde o nascimento de Chico, já que:

Como eu passei os anos da minha vida em perseguição na infância, eu fiquei muito retraída e tinha muito medo de acontecer isso com eles, porque quando a gente passa por uma situação assim, a gente encontra na mente que somos capaz até de tirar a vida do outro, caso a gente sonha né (que um filho dela fosse violentado como ela foi pelo pai]. E eu disse não, eu vou criar os dois e vou ficar em casa porque a gente tem controle das coisas. Você é mãe! (Marisa, março de 2021).

As vivências de Chico são envolvidas pela presença de familiares, sendo geralmente acompanhado pelas orientações da mãe que reforça ter “*essa parte de me preocupar muito, porque cada dia que passa a gente vê que a violência e o abuso, que a perseguição, existe e está mais forte, e aí a gente tem que ter controle de algumas coisas pra ficar bem, em paz*”. Nesse sentido, a infância de Chico e de sua irmã Bia teria o bem de sua presença, pois pelo fato de ter sofrido com os abusos do pai em sua infância, Marisa lamenta sobre as dores das ausências de sua mãe que trabalhava fora de casa “*pra manter a casa, pra manter alimento... a gente passou muitos anos vestindo roupas de outras pessoas, que foi doado... eu nunca tive luxo, mas o pouco pra viver, mas a falta da presença dela, marcou muito*” (Marisa, março de

2021).

De acordo com a narrativa de Marisa, fica suposto que mesmo vivenciando condições financeiras difíceis, ou como se refere, “*apertada*”, para Marisa a sua presença faz com que as vivências sejam protegidas e acompanhadas. É como Marisa coloca: “*nem sempre o presente supera a presença né*”, comparando que quando criança se sentia um pouco rejeitada, já que sua mãe pôde criar seus irmãos, mas ela morou até os 7 anos com sua avó. Depois que D. Léia (sua mãe) a trouxe para a casa com seu pai, os abusos físicos foram constantes e ela entendeu que tinha sido abandonada pela segunda vez, questionando-se “*Por que me forçaram a viver aqui?*”. Percebeu que, dentro de sua “*revolta*”, não teria para onde ir além da casa de sua família:

Eu iria ficar onde? Eu era muito perseguida. Se eu entrasse no banheiro, ele me batia, me dava choques, eu chegava da escola e ele dizia que eu tava com homens e era tapa no meio da cara, já me parava no meio da rua, já me batia, já ficava ameaçando que eu ia morrer, se eu contasse algo, se eu falasse. Então assim, eu fui mentalmente muito aterrorizada. Aí eu via meus irmãos, minha mãe sempre me defendendo e apanhavam também (Marisa, março de 2021).

Marisa conta que fugiu de casa e por intermédio de uma amiga foi “*acolhida*” em sua casa “*pela mãe dela que era separada do ex-marido e tinha duas outras filhas, uma da minha idade e outra menor*” que moravam em um beco perto da casa onde seu namorado morava, que se tornara seu marido mais tarde. Com a saída de sua casa, Marisa que já tinha contato por telefone com o marido atual e pai das crianças, começaram o relacionamento e casou gestante, apesar de sua mãe ter interferido com a afirmação de que “*se eu não casei eu não vou deixar minha filha casar*” por conta de estar grávida. Ainda assim, a mãe “*pediu para que tirasse minha filha e eu disse que não tirava, que ia depender de mim, do meu esposo. Isso me deu muita força pra eu lutar na época, porque eu fiquei apavorada sem ter onde ficar*”. A avó das crianças relatou em outro encontro, sobre os abortos que tinha feito durante a vida, o momento e as condições de vida em que vivia na época que a levou a tais decisões por “*não ter outra opção*”.

Marisa mantém certa distância de seu pai, já que mesmo depois de casada, ele direcionava violências psicológicas, sobre as quais “[...] *Eu me senti bem retraída e a gente foi na delegacia. Aí eu já tinha outra mentalidade, eu já era bem mais madura, já sabia o que era certo ou não e o que eu poderia fazer ou não... Ou era eu ou eu!* [...]” (Marisa, março de 2021). Entretanto, mesmo que o sentimento de “*revolta*” tenha acompanhado Marisa principalmente durante a adolescência, hoje reflete que “*não vai ter como eu mudar a minha história e se fosse fora com outra pessoa poderia ser mais revoltante* (ou seja, teria sido pior

se outra pessoa fora do contexto familiar tivesse a violentado), *porque família vai ser sempre família*”, entendendo que *“A gente tem que superar e chegar um tempo de que lembrar me dói, mas não me faz sofrer”*.

O sentido de “superação” que Marisa sugere incorporar como necessidade, seria para manter com seu pai uma convivência de *“aparência”* apenas o *“suficiente para os filhos”*, o que também envolve o reconhecimento pelo pai ter “oferecido” o terreno em frente da casa em que mora, para que Marisa morasse com sua família (formada a partir da gravidez da filha), quando soube das condições *“apertadas”* em que vivenciavam na época. Esse é o exercício simbólico que estabelece um caráter afetivo em relação ao que reconhece como “amor” entre o seu pai e seu filho Chico, mesmo que dentro de uma *“convivência atenta”*. É nesse âmbito que Marisa organiza a casa e acompanha o cotidiano não só dos filhos, mas também de outros parentes que moram na vizinhança.

Sobre as crianças, que chegaram em sua vida de modo não planejado, se considera como o *“anjo protetor da vida deles”* e eles da dela, sugerindo que as crianças também colaboram com que a mãe tenha cuidados para que *“não quebre a cara”*, não se envolva em atos que a prejudique e concomitantemente fragilize a vida delas em comum. Marisa entende as crianças como pessoas com quem *“se tem para dividir, alguém pra quem tenho amizade, saber que tem alguém que precisava de mim e que eu iria superar o que eu passei, que ia tá presente na minha vida pro resto da vida”* (Marisa, março de 2021).

No primeiro contato por videochamada, enquanto conversávamos, Chico apareceu na tela me olhando e eu aproveitei para convidá-lo a conversar. Ele disse que estava vendo *Tik Tok* e que gosta de ficar no quarto *“jogando”* no celular, mas que sua mãe não gosta porque o jogo é violento, segundo ele *“eu baixo (faz o download do jogo) e ela apaga depois, fica toda hora assim”*. Depois Chico se afasta da tela e abraça algo que eu não conseguia entender, pedi a ele para ver quem ganhava o carinho e era o seu cachorro Laion de 1 aninho. Foi assim que meus primeiros contatos com Chico se deram, por conta dos bichos que ele dizia *“criar”*. Seu cachorro *“dálmata, as cabras, as galinhas de bolinha e aquelas galinha de raça que briga até com o vento”*, foram apresentadas primeiramente pela tela do celular. Contou que todos os dias, leva as cabras bem longe para o mato, onde elas comem e que fica no local escolhido, as acompanhando por 2 horas toda a tarde em locais que nem sempre são os mesmos. Estrela, boneca, cigana e alegria são os nomes das cabras preferidas, nomes que ele mesmo escolheu, e além delas pretende *“investir”* em mais um bode que é filhote e vai chamá-lo de peludinho. Tem vários passarinhos em gaiolas, dos quais um deles vendeu para a sua tia e com o dinheiro que recebe vai guardando para poder *“investir”* em outros animais de

seu desejo. Conta que no quintal e no terraço, onde divide o espaço com os bichos para brincar com seus 12 primos, em sua maioria também vizinhos, o acompanham em *“todo canto”* da casa que acha *“bom”*, frisando que tem seu próprio quarto pintado de azul, mas é na sala e no terraço que a maioria dos encontros acontece entre o uso do celular, os jogos com a bola, as *“dancinhas do Tik Tok”* e a interação com os bichos.

Presencialmente, pude conhecer a casa deles em junho de 2021, com o uso de máscara e procurando sustentar o distanciamento, sendo recepcionada por Marisa, enquanto Chico *“está com as cabras”*. Dona Léia (avó de Chico) também chega ao terraço, e Marisa explica que a visita acontece diariamente. A avó conta que as andanças das mulheres e das crianças entre a sua casa e a de Marisa são constantes pelas práticas cotidianas que compartilham em comum e brinca que *“casa de vó é chiqueiro de neto”*, além de outros parentes que são acolhidos na falta de cuidados dos pais biológicos, como aconteceu com uma de suas sobrinhas (de segundo grau) que a mãe *“não queria mais saber dela”*. As mulheres apontam que *“quem bota moral é Marisa”* e as crianças ao ouvirem riem balançando a cabeça positivamente. Marisa retoma a questão de que procura mostrar para as crianças que hoje em dia é importante ter sempre alguém da família por perto os acompanhando, pois *“eu já tinha 14 anos, aí ninguém dava conta da gente”* e compara a certa liberdade da sua adolescência de *“andar por aí”* na contramão dos limites necessários para as crianças que moram na localidade atualmente, *“porque criança gosta de tá passeando direto”*:

Hoje tu não quer isso para o teu filho né, porque antes eu já tinha uma certa noção do que é certo, o que é errado, eu tinha medo de não pegar o ônibus e chegar na hora certa em casa, mas eu chegava na horinha. E assim, eu tinha muito cuidado de não me envolver em briga, de ter cuidado com quem andar, era sempre a mesma turma. Eram colegas que não tem esse negócio de briga, de rixa, era todo mundo tranquilo, mas hoje na violência do jeito que tá, eu tenho medo. A facilidade dele ser menor e ser um lugar (a escola mais próxima) muito à vontade se ele sair, porque tem a comunidade do lado hoje e não tenho essa coragem de dizer sim: ‘vão ficar à vontade’. Não dá! (Marisa, março de 2021).

Além dos olhares de Marisa e da avó, o acompanhamento entre os passeios acontece entre as crianças da família, que são muitas por aquele terraço. E os sentidos de família aparecem nas conversas e nas chamadas para as brincadeiras, como na relação de Chico e Daniel que se consideram *“primo-irmão”* e reconhecem o avô como *“pai véio”*, ou seja, os laços de parentesco são ressignificados de acordo com as con-vivências. Daniel chamava *“mamãe outra”* para a avó falecida que ajudava a *“criar”* e chamava *“mamãe Marisa”* (para Marisa) pelo fato de tê-lo amamentado, pois quando Daniel *“aperriava”*, ela colocava o peito na boca dele para ele *“se aquetar”*. Ju (mãe de Daniel) aponta que *“onde ele fixou mesmo, foi aqui em Marisa”*, principalmente por Chico ser seu grande companheiro, o primo-irmão

como se identificam. Eles só “vão pra escola juntos, no ônibus sentam juntos” e os passeios eles escolhem juntos, “porque Chico e Daniel eles têm quase a mesma idade né, aí era mais parceria. Os dois até hoje, é tudo junto”.

No final da tarde, observo Chico “tangendo” as cabras de modo que nenhuma se perdesse e Marisa relembra que quando criança seu pai sempre teve bode e até cavalo, mas aponta que não eram cuidados quando se machucavam ou quando nasciam doentes, ela quem pedia para a mãe comprar remédio, dava mamadeira e colo para os filhotes, afirmando que Chico age da mesma forma, já que o seu pai, se os bichos adoecessem, deixava morrer e descarta. Ele acorda cedo, às 7 da manhã vai com Laion (sem corda ou coleira) “tangir” as cabras, os bodes e os carneiros. Seu pai quando pode também vai à tarde, depois das 14:00 e só voltam às 17:00 e conta que com “muitos novatos” no grupo dos bichos, muitos querem sair sem rumo e ele ajuda a colocá-los novamente junto aos demais. Fez questão de me apresentar a todos, desde os passarinhos até os pintinhos, mas em relação às cabras que parecem seu xodó, apenas as preferidas e que eram de sua posse, ele explicou os nomes e comportamentos. O “bodão”, em especial, chamava minha atenção, pela imponência que caminhava à frente das outras cabras conduzidas por Chico, que também parecia guiá-lo por respeito a sua “brabeza”. Em um período em que as aulas das escolas públicas ainda estavam sendo na modalidade remota pelos grupos de *WhatsApp*, questionei novamente Chico se ele sentia saudade da escola, e ele afirmou: “Homi....eu quero é andar, ficar lá preso a tarde todinha!”. Marisa complementou que por ele presenciar junto ao avô a rotina com os bichos e as condições financeiras alcançadas a partir deles, mesmo “sem estudo”, Chico reclama com a mãe de que também não precisaria ir para a escola, pois conseguiria ter dinheiro vivenciando as mesmas práticas que seu avô. Segundo Chico, quando ele tiver que estudar de manhã ele nem vai para a aula e “com 15 anos nem vou mais precisar estudar, vou ter meus próprios bichos e vou ficar bem tranquilo”.





Imagens 52 e 53 . Chico organizando os animais no quintal da casa do avô. Foto e recorte de vídeo: Daniel, junho de 2021/2022.



Imagem 54. João, orientado pelo avô, realiza a limpeza da casinha das cabras. Recorte de vídeo, Daniel, março de 2022.

Chico afirma que durante a pandemia ganhou um celular e usa o aplicativo de *WhatsApp* para conversar com seus amigos e primos mais próximos, inclusive com Daniel, seu primo- irmão que mora na mesma rua. Porém, a con-vivência mais aprofundada de Chico parece mesmo ser com o avô, que o ronda e o chama para sua companhia quando não está ocupado com os afazeres da escola, conta inclusive que quando está de “*castigo*”, como se refere Marisa aos momentos de privação por Chico ter agido contra as regras estipuladas na casa, o “*pai véio*” (avô) ao vê-lo nesta situação convida: “*chega, bora levar as cabras? Porque tais aí?*” e Chico diz responder: “*tu não conhece minha mãe?*”. Daniel fez algumas gravações em vídeo sobre os “*fazeres*” dos meninos junto ao avô, que entre a limpeza do lugar e a organização das cabras, brincam de personagens comuns de seus jogos e desenhos preferidos como o “*Naruto*”, sobre o qual se inspiram para transformar em espada a mesma vara com que tangem os bichos, ganhando vida entre os movimentos contentes de luta.

Das andanças com o avô e o que ele vai “*passando aos netos*”, Chico principalmente, mas também seus primos (os meninos), o acompanham levando as cabras para os matos e cuidando dos outros bichos, se movimentando como “*sabidos*” conhecedores de plantas e modos de vida dos animais que “*criam*”, além de outros que encontram no caminho dos matos. O melão são-caetano, por exemplo, conhecido em outros locais desse território ao leste-sul da capital, é fruto que brota de uma planta que cresce como “mato” e que se agarra em cercas e barreiras diversas, as ocupando com as flores amarelinhas que geram o fruto, já sumido de muitos bairros da cidade com a urbanização. Chico conta que as galinhas adoram comer tal fruto, mas que seus pais e seu avô também comiam e brincavam quando crianças, só que alerta que ela pode ser venenosa também<sup>75</sup>. Já outra vez, em 2022, ele me perguntou se eu sabia o que era uma “*agaporna*” e que estava muito feliz com o casal presenteado, eu sem saber o que era, me apresentou os passarinhos parecidos com periquitos engaiolados nas grades que eram de um ventilador.



Imagem 55. Melão são-caetano. Foto: Chico, agosto

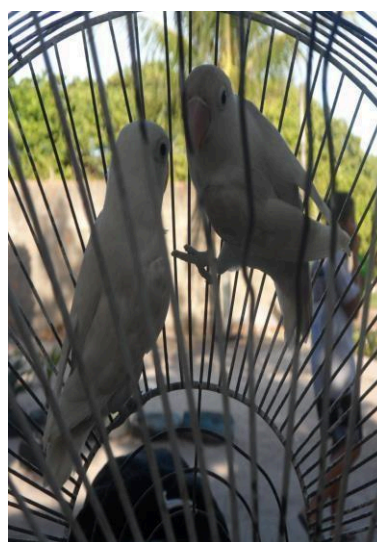


Imagem 56. Agaporna. Foto: Daniel, março de 2022.  
2021.

Chico reforça que “*gosta de tá andando*” e de “*ter o que fazer*” e a criação dos bichos faz com que esse movimento de “ter o que fazer e de estar andando” não possua obstáculos, já que é acompanhado pelo avô e às vezes pelo tio e pelo seu pai. Contou animado, em meados de maio de 2022, que agora também ia com seu avô para o Aratu levar as cabras e deixar umas galinhas em um terreno que seu avô investiu, já que no Portal do Sol não “*tinha mais canto*,

---

<sup>75</sup> Ao caminhar certa vez pelo Aratu com uma das colaboradoras do projeto “Amigas Solidárias”, Sonhadora alertou que as folhas da planta do melão são-caetano são usadas tradicionalmente para tratar sarna de cachorro e com a medida certa poderia se produzir xampu para tratar piolhos das cabeças das crianças e de adultos.

*mais mato*” suficiente para os bichos se alimentarem. Meses depois ao encontrá-lo na escola, o menino relatou que suas cabras, inclusive o “bodão”, tinham sido “roubados” de um local na comunidade do Portal do Sol em que ele e seu avô tinham deixado pela manhã, lamentando que tinham restado apenas duas delas e que talvez só não foram levadas porque não couberam no carro de quem roubou.



Mapa vivencial 12. A cabra que “sobrou”. Chico, Escola da Penha, maio de 2022.

Chico, Daniel e as outras crianças me convidaram para caminhar pela rua da comunidade do Portal do Sol, o que só foi possibilitado pela companhia das meninas mais velhas, que cuidavam para que todos seguissem a caminhada lado a lado, questão já anunciada por que não é possível que as crianças menores “fiquem à vontade” completamente pelos lugares, ou seja sozinhos e sem acompanhantes com mais idade. No caminho, outra criança, prima dos meninos, disse que mora em outro bairro, mas que gostaria de morar ali na comunidade do Portal do Sol, porque “*tem mais coisa pra fazer*” e que todo dia gosta de ir para lá acompanhar o avô e os outros meninos em “*levar as cabras pros matos e a gente brinca, vai andar de bicicleta e cuidar dos galos*”.

No beco, contam que não tem problema andarem “*sozinhos*”, pois todos se conhecem, e ao chegarmos ao campo outras crianças passavam para ver se os adultos ocupavam o campo murado, pois é um terreno privado que “*o dono deixa jogar*”. De modo geral, nas conversas de Chico e Daniel sobre seus cotidianos não percebi momento em que tivessem com autonomia total sobre seus fazeres, sejam eles relacionados aos cuidados com os bichos ou em momentos de lazer, geralmente na companhia de algum familiar. Essa con-vivência,

parece ser uma condição incorporada pelas crianças principalmente ao escurecer, em especial as mais velhas como Bia, irmã de Chico, que me alertou, na passagem pelo beco, sobre a roda de crianças que brincavam em frente a um bar criticando ser um lugar impróprio e aponta a uma menina que *“fica no meio de homens bebendo”*.

Assim, que pela comunidade do Portal do Sol, as crianças reconhecem os tempos-lugares que não seriam adequados para a aproximação e a presença das crianças, além de alguns que, apesar da proximidade, não fazem parte de suas visitas como o espaço da Estação Ciência frequentado por crianças e famílias de João Pessoa-PB no final de semana, sendo aparentemente apenas um dos seus lugares de passagem com as cabras. Suas vivências acontecem por entre as cercas e muros da casa da família, evitando os lugares “esquisitos”, apesar das curiosidades sobre eles. Nas sensações experimentadas a partir de suas casas e a partir e com uma variedade de relações que Chico, na vizinhança e com seres de seu afeto, participa e compartilha saberes em práticas que acompanham as andanças cotidianas, trançadas às naturezas ocupadas, criadas e plantadas no lugar de suas con-vivências na comunidade do Portal do Sol.



#### 4.2 Entre os “apertos” de “gente que precisa”: as estratégias para se viver “às costas” do urbano

A partir do compartilhado nas vinhetas narrativas 1 e 2 deste capítulo e com base em outras narrativas (de mães, avós e tias) (a) colhidas pelas tranças das localidades pesquisadas, percebe-se como na presença de um ambiente rural, cercado pela mata e pelo litoral imbricados ao urbano, as estruturas e as especificidades das con-vivências nestas “naturezas” locais provocam ecologicamente distanciamentos, estratégias de acesso e movimentos criativos de existência. Apesar de serem diferentes localidades, este vasto território ao leste-sul de João Pessoa (PB), se mostra trançado por transitoriedades, movimentos, enlaces e naturezas nas quais se enraizam as práticas.

A trama elucidada neste trabalho, se dá de modo entrelaçado às relações inter, intra e co-geracionais e sobrevive em condições financeiras “apertadas” por/entre gerações, que contam sobre como as condições financeiras limitadas ganham grande destaque nas narrativas quando a questão é sobre “criar” uma criança (filho/a). Neste âmbito, pelas frestas das ameaças e das disputas sobre o espaço social nestas terras, tanto por quem é de dentro, como principalmente por quem “é de fora”, como discutido no capítulo 2, que o contexto social e econômico se trança em “lutas” geracionais no enfrentamento do empobrecimento da renda, que implica em um ambiente doméstico emaranhado por vivências estratégicas tensionadas em sobreviver entre tantos limites.

De modo que foram as mulheres a acolherem esta pesquisa e consentirem a participação das crianças, reforça o fato de que suas presenças estavam e são associadas à casa e às crianças cotidianamente, e que a presença masculina dentro das relações do “criar” são coadjuvantes. Quando Marisa afirma que é “a única de fêmea” e que “vou ficar em casa porque a gente tem controle das coisas. Você é mãe!” e Vilma também aponta ser o motivo que “parou tudo”, ou seja, abdicou de suas ações enquanto mulher e seus desejos em relação à formação escolar, ao trabalho e se torna “dependente” do dinheiro repassado pelo pai das crianças e pelos benefícios sociais, ambas revelam sobre a centralização de suas ações nas atividades domésticas. A centralização do que entendem por “criar”, informa, seja na organização da casa e muito na identificação das “necessidades”, outras tarefas relacionadas aos cuidados das crianças e até de outros parentes adultos no que se envolvem no ambiente doméstico, e como vivenciam a sobrecarga mental-emocional-física nas práticas relacionadas ao “sustento” simbólico-físico- emocional nas ocupações com a casa e com quem a vivencia.

De acordo com esta pesquisa, a pobreza, como condição financeira identificada pelas mulheres e acionada por algumas crianças, mostrou ser diversa e que atinge suas vidas e

práticas em múltiplas dimensões. Os principais valores empregados à classificação sobre uma vida experienciada geo-historicamente por essas mulheres e pelas crianças como con-vivências na pobreza, aparece por considerarem a **“vida apertada”** (Marisa e Bida, vinhetas narrativas 1 e 4) e serem **“gente que precisa, que tem que enfrentar o que der e vier”** (Ana, diário de campo, setembro de 2021), já que elas **“não têm condição”** (Maria da Penha, vinheta narrativa 4). Estas categorias relacionadas à pobreza de renda, são apresentadas como experiências nas trajetórias de vida desde as infâncias destas mulheres, tanto delas como dos parentes mais próximos e é ainda persistente na vida de seus/as filhos/as hoje em dia, mesmo que com algumas transformações relacionadas às condições de moradia, o acesso à alguns benefícios sociais de transferência de renda e assim atingir alguns consumos de bens materiais e simbólicos, muitas das vezes banhados pela cultura do consumo local- global nas tensões geradas por sonhos, anseios e desejos.

Como as mulheres e as crianças incorporam as noções sobre pobreza, reflete um senso- comum abastecido e compatível com as informações disseminadas a partir de estudos científicos na área e plataformas midiáticas que seguem a concepção global-economicista abastecida pelo Banco Mundial, o qual “adota como linha de pobreza os rendimentos per capita US\$ 5,50 PPC, equivalentes a R\$ 486 mensais per capita. Já a linha de extrema pobreza é de US\$ 1,90 PPC, ou R\$ 168 mensais per capita” (IBGE, 2022)<sup>76</sup>. Sobre o Brasil, a publicação “Mapa da Nova Pobreza”<sup>77</sup> organizada por Marcelo Neri, pela Fundação Getúlio Vargas, utiliza a medida ajustada de **R\$ 497 mensais, ou US 5, 50 dia**, e segundo este estudo:

O contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até 497 reais mensais atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021, cerca de 29,6% da população total do país. Este número em 2021 corresponde 9,6 milhões a mais que 2019, quase um Portugal de novos pobres surgidos ao longo da pandemia. A pobreza nunca esteve tão alta no Brasil quanto em 2021, desde o começo da série histórica em 2012, perfazendo uma década perdida. O ano de 2021 é ponto de máxima pobreza dessas series anuais para uma variedade de coletas amostrais, conceitos de renda, indicadores e linhas de pobreza testados [...] Em 2021, o número de pessoas com renda domiciliar per capita até 497 reais mensais para a linha de US 5,50 dia ajustada por paridade do poder de compra (R\$ 497 mensais) atingiu 62,9 milhões de brasileiros; 33,5 milhões para a linha de US 3,20 dia (R\$ 289 mensais) e 15,5 milhões para a linha de US 1,90 dia (R\$ 172 mensais). (NERI, 2022, p. 3-7).

Nesse âmbito, os dados estabelecidos pelas pesquisas informam historicamente como geograficamente a localização da “pobreza” em relação a renda no país está situada, e como muito previsível, o Nordeste, e assim aos nordestinos, permanece o reconhecimento de tal

<sup>76</sup><https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>

<sup>77</sup>[https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-MapaNovaPobreza\\_Marcelo\\_Neri\\_FGV\\_Social.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-MapaNovaPobreza_Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf)



condição social, ainda mais visível no contexto pandêmico. Sobre a pobreza de renda, Neri (2021) indica, a partir dos dados do IBGE, que “Os principais perdedores foram os moradores da região Nordeste (-11,4% de perda de renda contra -8,86% do Sul, por exemplo)”, além disso, foram “o Norte e Nordeste em que a renda teve maior declínio desde 2020 (IBGE, 2022)”<sup>78</sup>. Assim como demonstram as tabelas abaixo, em que ambas apontam dados referentes ao Nordeste, também se destaca a Paraíba<sup>79</sup> como um dos estados do nordeste mais pobres em comparação aos outros estados da região, visto que o seu tamanho populacional está em quinto lugar segundo o censo demográfico (2022):

| Grandes Regiões e Unidades da Federação | Pessoas                     |                                                                                               |                       |                    |                    |                  |                  |                  |            |
|-----------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|--------------------|--------------------|------------------|------------------|------------------|------------|
|                                         | Total<br>(1 000<br>pessoas) | Distribuição percentual, por classes de rendimento domiciliar per capita (salário mínimo) (%) |                       |                    |                    |                  |                  |                  |            |
|                                         |                             | Sem<br>rendimento                                                                             | Mais de zero<br>até ¼ | Mais de ¼<br>até ½ | Mais de ½<br>até 1 | Mais de 1 a<br>2 | Mais de 2 a<br>3 | Mais de 3 a<br>5 | Mais de 5  |
| Roraima                                 | 582                         | 3.4                                                                                           | 21.9                  | 27.5               | 25.8               | 11.2             | 5.1              | 2.6              | 2.5        |
| Pará                                    | 8 734                       | 1.7                                                                                           | 23.6                  | 28.0               | 27.8               | 12.9             | 2.9              | 2.0              | 1.1        |
| Amapá                                   | 868                         | 2.9                                                                                           | 26.9                  | 25.7               | 21.9               | 14.9             | 4.2              | 2.6              | 1.0        |
| Tocantins                               | 1 594                       | 1.9                                                                                           | 12.9                  | 25.4               | 33.3               | 18.9             | 3.9              | 2.4              | 1.3        |
| <b>Nordeste</b>                         | <b>57 496</b>               | <b>2.2</b>                                                                                    | <b>25.0</b>           | <b>27.0</b>        | <b>27.3</b>        | <b>12.0</b>      | <b>2.9</b>       | <b>2.1</b>       | <b>1.5</b> |
| Maranhão                                | 7 118                       | 3.1                                                                                           | 31.6                  | 27.8               | 24.1               | 9.9              | 1.8              | 1.1              | 0.7        |
| Piauí                                   | 3 288                       | 0.4                                                                                           | 25.7                  | 23.0               | 30.2               | 14.5             | 3.5              | 1.4              | 1.4        |
| Ceará                                   | 9 231                       | 1.4                                                                                           | 23.7                  | 25.8               | 28.8               | 13.2             | 3.1              | 2.6              | 1.6        |
| Rio Grande do Norte                     | 3 561                       | 0.7                                                                                           | 22.0                  | 25.2               | 27.5               | 12.7             | 5.2              | 3.4              | 3.4        |
| Paraíba                                 | 4 037                       | 2.4                                                                                           | 24.2                  | 26.5               | 27.4               | 13.2             | 2.7              | 2.1              | 1.5        |
| Pernambuco                              | 9 615                       | 2.8                                                                                           | 25.9                  | 28.4               | 26.4               | 10.4             | 2.4              | 1.6              | 2.1        |
| Alagoas                                 | 3 358                       | 2.1                                                                                           | 24.5                  | 30.4               | 26.8               | 10.7             | 2.7              | 1.7              | 1.1        |
| Sergipe                                 | 2 337                       | 1.1                                                                                           | 23.9                  | 27.6               | 27.8               | 12.0             | 2.9              | 2.5              | 2.1        |
| Bahia                                   | 14 952                      | 2.9                                                                                           | 23.2                  | 27.2               | 27.6               | 12.4             | 3.0              | 2.5              | 1.1        |

TABELA 02. Total e respectiva distribuição percentual das pessoas, por classes de rendimento domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões e Unidades de Federação - Brasil - 2021. Fonte: IBGE, 2022.

<sup>78</sup> Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>. Acesso em junho de 2023.

<sup>79</sup> De acordo com o “BOLETIM DESIGUALDADE NAS METRÓPOLES nº 13

(2012 - 2022)”, João Pessoa

aparece com o índice de 46,3% da população vivendo em condições de pobreza. Disponível: [https://www.pucrs.br/datasocial/wp-content/uploads/sites/300/2023/06/BOLETIM\\_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES\\_13.pdf](https://www.pucrs.br/datasocial/wp-content/uploads/sites/300/2023/06/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_13.pdf). Acesso em: setembro de 2023.



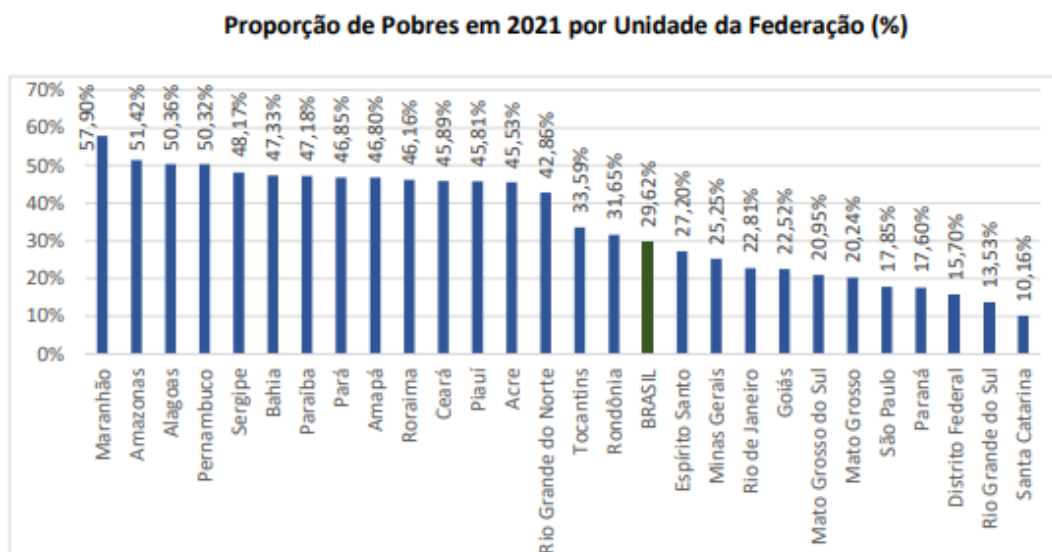


Gráfico 01. Proporção de Pobres em 2021 por Unidade de Federação. Fonte: FGV Social a partir dos microdados do PNADC. (FGV, 2022, p. 07)

Segundo Marcelo Medeiros (2012, p.154), mesmo que entre contrassensos e que para uma base de análises de dados em que a “pobreza” se define pela privação de renda, ela pode também ser entendida em alguns estudos como “absoluta no espaço das necessidades e relativa no espaço do que é requerido para satisfazer essas necessidades”, e isto se assemelha com o apontado pelas mulheres e até pelas crianças participantes desta pesquisa (tratado nos próximos tópicos). Esta percepção de como o “cosmos moderno” (BOURDIEU, 2005b [1997]) capitalista-urbano-colonial atinge como uma força estruturante sobre o que se entende como “necessidade” na vida comum está atrelada ao capital financeiro, também é indicado por Jessé Souza (2009):

A visão redutoramente econômica do mundo, que estou chamando de “economicismo”, não é privilégio de economistas (que efetivamente substituíram os antigos bacharéis de direito do século 19 como “cientistas do poder”) e de cientistas sociais de todos os matizes em sua imensa maioria também “economicistas”. O economicismo é a visão dominante também de todas as “pessoas comuns” no sentido de “não especialistas”, ou seja, das pessoas que não são “autorizadas”, pelo seu capital cultural e jargão técnico, a falar com autoridade sobre o mundo social. É isso que faz do economicismo a ideologia dominante do mundo moderno (SOUZA, 2019, p. 18).

Apesar de ser comum encontrar os sentidos de pobreza como “classe social” nas informações disseminadas ao público em geral, pelo posicionamento hierárquico em torno do poder sobre o capital, é importante salientar que este projeto colonizador das mentes cabe ao economicismo liberal e no projeto neoliberalista ainda ressoantes no país, em que a renda e o

lugar na produção é o fator que diferencia as gentes (SOUZA, 2009)<sup>80</sup>. Nesse sentido, é que Vera Telles (1993) tece a crítica sobre a pobreza como “espetáculo” no Brasil e mais importante, ele se naturaliza e se criminaliza pelas ausências do Estado e pelos fracassos individuais (históricos e de responsabilidades meritocráticas). A pobreza é vista como algo externo, uma paisagem, ou seja, um “resíduo que escapou à potência civilizadora da modernização e que ainda tem que ser capturado e transformado pelo progresso” (TELLES, 1993, p. 03). Nesse sentido, o paradoxo da sociedade brasileira que foi historicamente iniciada com as bases da modernidade-colonial-capitalista-patriarcal, permanece com o senso hierárquico de que ela:

tem o dever da obediência, que merece o favor e proteção, mas jamais os direitos [...] desfez as regras da República oligárquica, que desencadeou um vigoroso processo de modernização econômica, social e institucional, mas que repôs a incivilidade nas relações sociais [...] Incivilidade que se ancora num imaginário persistente que fixa a pobreza como marca da inferioridade, modo de ser que descredencia indivíduos para o exercício de seus direitos, já que percebidos numa diferença incomensurável, aquém das regras da equivalência que a formalidade da lei supõe e o exercício dos direitos deveriam concretizar (TELLES, 1993, p. 3-4).

Assim, como discutido, se compreender como gente “sem condição” e que vive “no aperto” é a compreensão impulsionada dentro de uma estrutura social classificatória “definida por um sistema de posições e oposições” (BOURDIEU, 2007, p. 17) e que se baseia na dominação financeira e no poder sobre o capital (econômico, cultural ou social). Desse modo, a classificação de como as pessoas se compreendem hierarquicamente nesta estrutura é comunicada e comandada simbolicamente pelas forças de um “jogo de distinções simbólicas” movimentadas no lugar principalmente pelo dinheiro, tendo em vista que ele, de acordo com o grupo que acumula sua potência, demonstra ter acesso à variados bens e, assim, “ao que é bom” (BOURDIEU, 2007, p. 16). Nestes trançados é que tal lógica se movimenta de forma “naturalizada” e se torna impressa nas mentes (na cultura), e consequentemente nas práticas do lugar, sejam elas de sobrevivência e outras de consumos, que vão além daquilo que se julgue “necessário” para o sustento da vida.

Apesar de alguns destes contextos familiares terem aquele que “bota o dinheiro em casa”, como Marisa se refere ao marido, e como aquele que “não deixa faltar nada” e “nem passar necessidade” como Vilma se refere ao pai dos seus filhos, ainda sim as mulheres

---

<sup>80</sup> De acordo com Márcio Sá (2018, p. 308), em “Condição de classe e posição de classe”, Bourdieu (2007a [1966]) “aponta para a importância de se considerar o que chama de estrutura social. Deste modo, as propriedades das classes não seriam concebidas como uma substância apenas inerente a uma condição ou situação, mas principalmente como uma relação com as demais que, ocupantes de outras posições, também compõem a estrutura social”.

vincularam as condições de renda como condicionantes tanto de suas práticas, como das crianças, problematizando a preocupação em torno do empobrecimento também das vivências diante do medo da violência e da insegurança em relação à moradia e tantos outros direitos sociais, sugerindo dessa forma, como a pobreza atinge multidimensionalmente suas vidas. Assim, cabe o destaque de compreender a pobreza como condição que atinge as vidas multidimensionalmente como explica Marcelo Medeiros (2012):

Embora a maioria dos estudos sobre pobreza a definam como privação de renda, entre estudiosos é bem difundida e aceita a ideia de que pobreza é um conceito multidimensional. Por esse motivo, uma definição de pobreza deve refletir o fato de que para viver bem as pessoas dependem não apenas do consumo de bens e serviços, mas também de outras coisas como liberdades, cuidados, respeito e laços sociais. Em um campo de estudos em que predomina – talvez por razões pragmáticas – a métrica monetária, é sempre bom lembrar que a insuficiência de renda deve ser vista como uma dimensão importante, mas não a única dimensão relevante da pobreza (MEDEIROS, 2012, p. 154).

Visitando as terras das localidades pesquisadas (Comunidade do Portal do Sol, Penha, Aratu e Jacarapé), assim como muitos outros locais geograficamente localizados “as costas” da cidade, ou seja perifericamente, o contexto da pandemia da Covid-19 (2020- 2021) e sua lenta dissipação a partir do final de 2021 provocou o agravamento das condições “apertadas” de se viver. As considerar tais noções atreladas aos sentidos geopolíticos de lugar, o reconhecimento das pessoas que vivem em “invasão”, “comunidade”, como Jhefferson e outras crianças abordaram, e em um não-lugar “para perrapado”, como Marisa ouviu de representantes da prefeitura da cidade, condiz com os signos que carregam as gentes das “classes populares” e das “comunidades”. O contexto rural vivenciado nas infâncias das mulheres, identificado por elas em experiências permeadas pela pobreza de renda, acompanha o contexto periférico da cidade de João Pessoa (PB) que, de modo geral, ainda apresenta ambientalmente estas práticas no presente, mesmo que não ligadas apenas à subsistência, como dito no capítulo anterior. Isto informa, no contexto da cidade, que estas localidades são configuradas como “carentes” e ausentes de boas condições de vida.

Nos lugares da cidade identificados como “favelas” e “periferias”, como também aqueles de contexto rural, são geralmente representados de formas totalizantes enquanto “pobres” (REIS, 1998; FELTRAN, 2014) e como aqueles de “cultura” essencializada refletidas padrões de comportamentos “dependentes” e “precários”, desse modo, inferiores

sobre o saber- fazer dinheiro<sup>81</sup>. Dentro disso, Gabriel S. Feltran (2014) aponta sobre as estratégias governamentais de recortar a população o mais precisamente possível:

Entre esses recortes essencializados em corpos e palavras, figura-se a ideia de que há apartação nos planos da moral ou da lei. Entretanto, é nítido que todos eles estão submetidos à uma lógica mercantil formalmente integrada pela monetarização, o que produz uma forma de vida comum, desejável por todos, centrada na expansão do consumo. [...] Há muito os programas públicos têm slogans formulados por marqueteiros, obedecendo às lógicas de fragmentação por nichos mercantis. É a circulação de dinheiro, agora também relevante nas margens do social, a finalidade fundamental do repertório variável de regimes de governo da pobreza que recorta os pobres a partir da intensidade potencial do conflito que podem causar à ordem mercantil (FELTRAN, 2014, p. 497).

Nesse sentido, inclusive com o apoio das políticas sociais voltadas a programas de transferência de renda, a posição das gentes enquanto consumistas acabam por atingir os modos como o dinheiro é “usado” e a variabilidade dos sentidos de “necessidades” encontradas nas intimidades das casas e das relações com aqueles que “dependem” do dinheiro diretamente, como apontado por Vilma e Jhefferson na vinheta 1, quando ela divide os custos da casa, de seus consumos como mulher e aquilo que é imprescindível para “criar” seus filhos, e ele encontra em seu trabalho remunerado ou não, o compromisso de também se responsabilizar pelas “necessidades” reconhecidas no contexto da moradia, como será discutido adiante.

Neri (2021, p. 4) na pesquisa “Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia”, aponta como na pandemia “as mulheres que tiveram jornada dupla de cuidado das crianças em casa” e em relação a renda apresentaram “-10,35% de perda contra -8,4% dos homens” [...]. Já os dados da pesquisa publicada em 2021 pelo IBGE, aponta que “Na análise combinada de sexo e cor ou raça, foram as mulheres pretas ou pardas que apresentaram maiores incidências de pobreza (31,9%) e extrema pobreza (7,5%)” e que “a Pobreza é maior nos domicílios com mais crianças”<sup>82</sup>. No gráfico abaixo, em tempos mais recentes, o IBGE (2023) aponta que “O recorte racial apresentou diferenças expressivas (pretos ou pardos com maiores incidências de

---

<sup>81</sup> No último governo brasileiro, de bases neoconservadoras e desmobilizador em torno das políticas sociais, ideias em associar o Bolsa Família a “bolsa vagabundo” e “bolsa farelo” foram disseminadas pelo então presidente Jair Bolsonaro. No ano de 2021, na força total da Pandemia da Covid-19, o governo concentrou cortes do programa na região nordeste, arrasada pelo aumento da pobreza e pela insegurança alimentar neste período, enquanto que outras regiões ao sul do país tiveram maior investimento. Neste período, o “País conviveu com a realidade de quase 700 mil pessoas mortas pelo Sars-CoV-2, 10 milhões de desempregados, 40 milhões de trabalhadores desempregados, desalentados ou na informalidade e 33 milhões de pessoas passando fome. As políticas públicas foram sucateadas, quando não desmontadas [...]” (INESC, 2023, p.16).

<sup>82</sup> SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS - 2021 Uma análise das condições de vida da população brasileira, disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/7367837178\\_03cba71ec0b3a6e77fc7e9.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/7367837178_03cba71ec0b3a6e77fc7e9.pdf). Acesso em: março de 2022.

extrema pobreza e pobreza)”, sem especificar gênero e raça mutuamente, mas deixa claro que a “A pobreza é maior entre as crianças (46,2%)”:

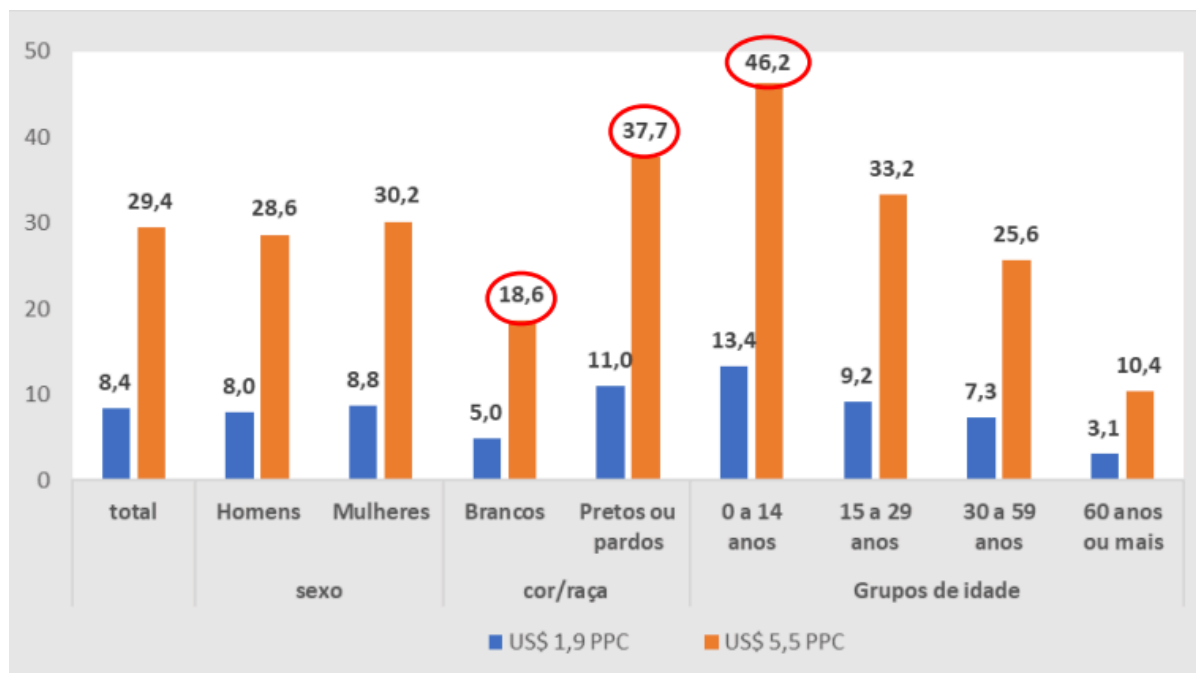


Gráfico 2. Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita abaixo de US\$ 1,90 PPC (1) e de US\$ 5,50 PPC (1), segundo sexo, cor ou raça e grupos de idade – Brasil – 2021 (Gráfico 8). Fonte: IBGE, 2023.

Nesse sentido, é importante refletir sobre a questão do uso do dinheiro muito presente nas narrativas trabalhadas nesta tese, seja ele proveniente do Bolsa Família ou de outros benefícios e como o seu gerenciamento é geralmente feito pelas mulheres, visto que são elas quem destinam os recursos e buscam saciar as “necessidades” e outros desejos, das crianças e da família, nas urgências do dia.

A socióloga Nínive Machado (2020), em sua tese intitulada “A construção de uma vida digna e a batalha por legitimidade moral: Fronteiras Simbólicas no Programa Bolsa Família”, analisou o caráter simbólico sobre o destino cotidiano do benefício e o valor moral empregado pelas beneficiárias sobre quem teria tal “necessidade”. Partindo da crítica sobre a imagem a elas associadas nas mídias e pelo então governo, como “preguiçosas, acomodadas e cheias de filhos”, a socióloga aponta como muitas das mulheres, ao se perceberem como “batalhadoras”, julgam tal marca estremecida a outras beneficiárias quando há distinção entre quem faz mal- uso do dinheiro, principalmente no consumo daquilo que não seria destinado às crianças ou à compra de alimentos. Assim, como as mulheres na presente pesquisa fizeram questão de enfatizar sobre o uso do dinheiro, seja ele oriundo do Bolsa Família, outros benefícios ou da contribuição financeira do pai das crianças, são nas “necessidades” básicas do cotidiano doméstico e principalmente para atender as “necessidades” das crianças que

abrigam o foco principal sobre seus investimentos financeiros e simbólicos. Dentro desta discussão, Nínive Machado (2020) considera que:

A construção simbólica do que viria a ser o uso correto/adequado do recurso versus o uso incorreto/inadequado do recurso, diria respeito não só à consequente discussão utilitarista sobre os gastos efetivos do recurso, mas, e principalmente, de uma ‘gestão moral’, das mulheres pobres beneficiárias do programa [...] Ou seja, ‘como’ se gasta, estaria diretamente ligado a ‘quem’ gasta e ‘com o quê’ [...] (MACHADO, 2020, p. 98 - 99).

Desse modo, nota-se como a classe e o gênero estão imbricadas nos moldes das hierarquias sociais sobre o capital “oferecido” por um benefício de transferência de renda, mas acrescento a esta leitura de que a questão racial e geracional também esteja vinculada, já que dada a estrutura colonial-capitalista-cisheteropatriarcal-racista-urbana presente na sociedade brasileira, nas intimidades das mentes, as mulheres que vivem em condições de pobreza, e mais ainda as mulheres negras que vivem nos limites da baixa renda, trançam suas con-vivências em meio a opressões que as infantilizam principalmente quanto ao “saber-fazer” dinheiro. Lélia Gonzalez (2020), ao tecer críticas às correntes feministas pela ausência do marcador da raça nas análises sociais, aponta como o feminismo eurocêntrico e o racismo partem de determinações biológicas de diferenciação e enunciação, refletindo dessa forma, como mulheres negras são infantilizadas em relação às suas ações e, portanto, inferiorizadas enquanto pessoa assim como as crianças:

Intimamente articuladas, as categorias de infante e de sujeito-suposto-saber nos levam ao tema da alienação. A primeira designa a aquele que não é sujeito do seu próprio discurso, a medida em que é falado pelos outros. O conceito de infante se constitui a partir de uma análise da formação psíquica da criança que, ao ser falado pelos adultos na terceira pessoa, é, conseqüentemente, excluída, ignorada, colocada como ausente apesar da sua presença; reproduz então esse discurso e fala em si em terceira pessoa (até o momento em que aprende a trocar os pronomes pessoais). Da mesma forma, nós mulheres e não-brancas, fomos “faladas”, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza (GONZALEZ, 2020, p. 13-14).

Portanto, gênero, classe, geração e raça enquanto marcadores sociais imbricados e mediados ecologicamente no ambiente (MARTINS, 2017), ao estarem corporificados em diálogo com os tempos-lugares vivenciados, tornam imaginativamente a (outra) vida (adulta-homem e mulher- e a criança -menino ou menina) socialmente concebida em suas (im)potências dentro da hierarquia social estruturada nos imaginários binários e dicotômicos. Dessa forma, quanto mais próximo da “natureza” as vidas estejam, potencializa-se a (des)classificação do ser gente, ou seja, do indivíduo e cidadão (TELLES, 1993, HARDING, 2019). Tendo em vista que “[...] a natureza é percebida como poderosa ameaça que se erguera e absorverá a cultura, a não ser que esta exerça um rígido controle sobre aquela” (HARDING,

2019, p. 114), é que para as crianças se estabelece uma “natureza” selvagem, inclusive como uma “cultura” transmitida por seus genitores, principalmente pelas mães. Ora, se as mulheres junto às crianças que vivem em condições da pobreza de renda e, especialmente, as mulheres negras, como percebidas nesta pesquisa (apesar da ausência da autoidentificação racial), passam por relações de opressão desde suas infâncias e pela inferiorização no presente em relação ao saber-fazer econômico, especialmente na sobrecarga destinada sobre o “criar”, é que a “superioridade” do projeto político “capitalista/moderno/colonial/racial/cisheteropatriarcal/elitista” (LIRA, 2020) exerce o papel de firmar e ao mesmo tempo interromper, quando de seu interesse, o “ciclo” “natural” estabelecido nas práticas que envolvem o “feminino”. É assim que se dá vazão ao que é moderno e desenvolvido nas vias do global-local.

Ao exigir a participação no mercado de trabalho (mesmo que precarizado) ou a prestação de seus serviços como “tempo” útil para o “desenvolvimento” econômico da mulher e da criança em diversas dimensões da sociedade, é que o projeto modernizador “periférico” toma força, e muito ainda através do senso abstrato sobre o bem comum (mesmo que nas intimidades das casas), sendo ele acatado em muitas nuances nos cantos além do/no urbano. Assim, na “incompletude” das “naturezas” dependentes emocional e cognitivamente nas vias do “se desenvolver” (CASTRO, 2021) que, quando vinculadas a condições de classe, aos marcadores de gênero e raça, as “molecagens” (Ariès (1978], 1981) das crianças e a “preguiça” na má fé “proveitadora” das mulheres, que fazem muitos filhos para se “proveitarem” dos benefícios do governo (MACHADO, 2020), necessitam ser controladas.

Ora, em um status de “criança quo” (FANON, [1965] 2005, p. 166), tanto a infância marcada etariamente como uma entidade geracional do não-sujeito e do ainda-não, é entendida enquanto vulnerável, despolitizada, a ser governada e civilizada, como a mulher deve estar sujeita às condicionalidades para que se tenha controle sobre suas ações, principalmente no uso do dinheiro, recurso patriarcalmente associado aos frutos do trabalho digno e bem maior da sociedade capitalista. Isto significa que tanto a criança é enunciada como propriedade das mulheres-mães e por elas devem estar sob tutela e principal responsabilização, como no ambiente público o Estado impõe politicamente amarras sobre as práticas conjuntas entre as mulheres e as crianças, como um “pai”/ “homem” a lhe proteger, visto que no âmbito do feminino (para o patriarcado) a “objetividade desapaixonada” não é uma capacidade “desenvolvida” (HARDING, 2019). Mas é aí que a complexidade vai além dos sentidos de posse sobre o corpo vulnerável, como será dialogado mais a frente.



### 4.3 “Força” para “criar”: disposições de enfrentamento para viver “no aperto”

As condições observadas sobre as vidas das mulheres e crianças participantes desta pesquisa, revela que o sustento de uma família com no mínimo 4 pessoas durante a pandemia (e mesmo antes dela), com as instabilidades de uma renda limitada, encontraram-se potencializadas em sobrecargas multidimensionais na “luta” pela existência. Dita de forma mensurada, esta realidade pode ser compreendida através dos dados do IBGE (2022)<sup>83</sup>:

Em 2021, **a proporção de crianças menores de 14 anos de idade abaixo da linha de pobreza chegou a 46,2%**, o maior percentual da série, iniciada em 2012. Esta proporção tinha caído ao seu menor nível (38,6%) em 2020, mas teve alta recorde. A proporção de pretos e pardos abaixo da linha de pobreza (37,7%) é praticamente o dobro da proporção de brancos (18,6%). O percentual de jovens de 15 a 29 anos pobres (33,2%) é o triplo dos idosos (10,4%). **Ainda em 2021, cerca de 62,8% das pessoas que vivem em domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos estavam abaixo da linha de pobreza.** No recorte regional, Nordeste (48,7%) e Norte (44,9%) tinham as maiores proporções de pessoas pobres na sua população (IBGE, 2022).

Este panorama trazido pelo IBGE (2022) e tendo em vista o (a)colhido nas escutas-observantes, as principais preocupações diante das faltas impostas pela renda limitada, eram sobre o que as crianças teriam para comer, vestir e tratar a saúde em caso de adoecimento, angústia constantemente retomada pelas mulheres (mães, tias e avós) e muitas vezes reforçadas pelas crianças durante nossos diálogos. Revendo a organização das famílias envolvidas nesta pesquisa, aponto a composição de mínimo 2 filhos/as, entre crianças com idades próximas e irmãos/ãs adolescentes, além de parentescos consanguíneos que moram ou frequentam cotidianamente a moradia e que também participam da rotina da casa. Além disso, há aqueles que foram acolhidos pelo fato de os responsáveis biológicos terem renunciado aos seus cuidados, principalmente por condições desajustadas derivadas das condições de se viver em uma dimensão da pobreza de renda ainda mais crítica, como a sobrinha de D. Léia que hoje a chama de mãe pelo fato de criá-la a alguns anos. Visto que dentro desta relação há uma economia das práticas no presente, em que o dinheiro e a falta dele, movimentam a coexistência das condições materiais e simbólicas no presente entre as “gentes” intergeracionalmente, as trajetórias sociais dessas mulheres desde suas infâncias, são informadas ecologicamente nos sentidos de aprendizagens no lugar ocupado pelas

---

<sup>83</sup> Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>

“necessidades” relacionalmente comunicadas, disputadas e dialogadas, e isso que impulsionaria a “*força*” para “*criar*” os filhos/as e até outros parentes que vivem ou não a infância.

Quando Vilma e Marisa, bem como outras mulheres- mães participantes desta pesquisa, refletem sobre a chegada das crianças em suas vidas, relatam que se “acalmaram”, “organizaram as vidas” pela “mudança total” e enfrentaram o “amadurecimento” como disposições necessárias para se tornarem “anjos protetores” da vida das crianças. Os sentidos relacionais de reciprocidade confluem em torno das existências dos filhos/as, tendo em vista que as crianças são o motivo para que não as deixem “quebrar a cara” (tomar decisões que se arrependam e prejudiquem suas vidas). Como as mulheres comunicam ter iniciado a construção de suas famílias com a gravidez, junto aos condicionantes da/na “luta” pela (r)existência, percebe-se uma dinâmica entoadada em um tempo-lugar trançado pelo passado-presente-futuro em relação à criança no ambiente da casa e nas suas ocupações (de espaço e de fazeres), desde a chegada da criança compreendida como uma “benção” (como Sil, mãe de Diogo, aponta) que promove a “formação” de suas famílias, como também acompanha infância no acontecer contemporâneo como suas “*companhias*”, de modo que nestas relações o “criar” é reforçado nas expectativas sobre o crescer.

Sobre a construção da família a partir da gravidez e chegada da criança na vida dos pais, foi uma questão também encontrada por Mohana E. B. M. Cavalcante (2022) em sua tese intitulada “Os ciclos do cuidado: costurando olhares sobre a relação entre avós e netos”, na qual analisa como os cuidados das crianças, concentrados principalmente pelas mães e pelas avós, são percebidos pelos/as “interlocutores/as de “maneira orgânica”, já que o contexto familiar é mobilizado a partir delas e se tornam “responsabilidade”, inclusive, de outros parentes enquanto família. A socióloga analisa a espontaneidade informada nos discursos de suas “interlocutoras” de modo que “*a criança está aí e precisa de cuidado*”, compreendendo assim a “lógica moral e até das obrigatoriedades jurídicas” na construção de uma rede de apoio “a partir das várias necessidades e do precisar cuidar “aqui e agora” ” (CAVALCANTE, 2022, p. 93).

O que as mulheres apontam sobre o vivido em suas infâncias, marcado pela pobreza de renda, está intimamente trançado às práticas dispostas hoje com seus/as filhos/as nas naturezas do lugar socioculturalmente edificado e atualiza-se simbolicamente no que compreendem como família, principalmente a partir das vivências compartilhadas em laços de parentescos e de vizinhança partindo das “necessidades” comuns, o que aparece presente também em algumas práticas inter e intrageracionais das crianças, além daquelas identificadas nesta tese como co-geracionais (capítulo 5). Quando Marisa afirma que “é tudo

eu” e Vilma conta que “eu sei cuidar”, as mulheres encontram-se responsabilizadas para a resolução de situações cotidianas que vão desde dividir os cuidados e educar seus filhos/as e outras crianças da vizinhança (parentes ou não), bem como buscar e compartilhar alimentos, roupas, brinquedos e momentos de lazer possíveis no e para fora do lugar habitado, ou seja, o provimento é relacionalmente ligado por bens (i)materiais.

Nesses sentidos, o “criar”, envolve tanto o trabalho solitário desempenhado fisicamente pelas mulheres, como também em parceria com outras parentes quando há proximidade de vizinhança. No caso de Vilma, são a ex-sogra e a cunhada que estão interligadas a esse movimento, já Marisa, sua mãe e seu pai (avós das crianças), estão por perto no compartilhar das vivências com as crianças, e fica entendido que os sentidos de convivências são partilhados por entre parentes quando vivem avizinados. No entanto, abrindo os sentidos sobre a existência de uma rede de apoio principalmente feminina no cuidado das crianças, observa-se que “criar” cabe às mães, já que mesmo alguns parentes, inclusive homens, acompanhem as crianças em suas práticas, ainda sim, as mães exercem o que Marisa apontou como uma “*convivência atenta*”, ou seja, ações protetivas em relação aos filhos/as.

Assim, as condições das práticas domésticas entre/das mulheres e as crianças indicam proteção e provimento na prática do entendem como “criar”, ação compartilhada e incorporada por ambas, como um acompanhamento entre entes, especialmente em relação ao “crescer” das crianças. Porém, há de se refletir a identificação sobre o “crescimento” simbólico identificado pelas mulheres em relação a si mesmas ao se tornarem mães, e esse sentido é que fornece as noções sobre como entendem as condições das práticas de como criam as crianças, visto que, a mais citada das disposições refere-se à proteção dos filhos/as, pois antes era “*mais pirralha e agora tem que proteger...medo que falte alguma coisa*”, aponta Sil sobre este “crescimento” vinculado à sua ação materna (abril de 2021). Desse modo, é que as disposições incorporadas nas trajetórias de vida das mulheres são geradas e alimentadas pelo o que entoam como “força” a partir da percepção de “ter” outra vida para “criar”, que devido às condições sociais instáveis e ameaçadas constantemente por todos os lados são “necessidades” que não têm escolha por vivenciar.

Nas narrativas abaixo, tanto das mulheres presentes nas vinhetas narrativas 1 e 2 como de outros relatos (a) colhidos pelas localidades, percebe-se o sentido de enfrentamento (força) centralizado em proteger e prover (*criar*) a vida das crianças:

-[...]eu vou **criar** os dois e vou ficar em casa porque **a gente tem controle das coisas. Você é mãe!**[...] assim é tudo eu. Se você parar pra pensar, eu disse a ele (ao marido): você trabalha, põe cada dia dinheiro pra dentro de casa, mas tudo é eu, você não resolve nada. (Marisa, março de 2021).

- A gente faz tudo pra dar. **Elas têm uma boa infância diferente da minha**, que não era de brincar. Elas têm de tudo, comida que nunca vi na vida, **são umas princesas...e elas nunca estão satisfeitas. Criança dá trabalho, tem que parar, ver o que quer** (Nena, abril de 2021).

- **A situação dela é assim** (da filha) **não é boa, é melhor que era a minha**. Como uma pessoa humilde, **a vida dela é bem melhor. Eu quero que minha filha tenha uma vida melhor que eu tive**, não penso nem em mim, **penso nos meus filhos** (Ana, abril de 2021).

- Eu comecei **criar** os três sozinha, quando aparecia trabalho eu ia, só não trabalho em cozinha, o resto sim, e levava eles...trabalhei na casa de farinha, levava dois lençol grande botava no balaio com Andreza (primeira filha ainda bebê) dentro e dava de comer. Ali eu podia passar o dia todinho, ela tava nem aí.-

Bida (filha e mãe de Lane, Mo e David) interrompe com uma lembrança: Eu lembro do cheiro de azedo de mainha, da mandioca, era bom ... - Maria da Penha continua: **Porque eu ganho as coisa, eu reparto pra ela (Bida), porque sei que ela não tem condição, porque ninguém ajuda ela**. Só eu mesmo que ajudo. **Ela só depende do Bolsa Família**, somente ... com essa ruma de pirraia (muitas crianças para criar) (Maria da Penha e Bida, novembro de 2021).

- Aqui tem 4 pessoas, **ajudo o marido** e ainda trabalho no hospital ...**a gente existe para servir...o mundo está doente**, não adianta encher de filho no mundo e não poder cuidar e dar amor. É uma irresponsabilidade botar tanto filho no mundo (Jéo, março de 2021, chamada de vídeo por *WhatsApp*).

As marcas históricas relacionadas à pobreza, promovem as estratégias em meio às angústias, tensões, adaptações e enfrentamentos “comuns” nas naturezas de um tempo-lugar que é vivido e compreendido entre bens e faltas compartilhadas em um mundo “doente” (Jéo, março de 2021). “Criar” torna-se um trabalho prático-simbólico de prover e investir, no que envolve tanto o “lutar” pelos bens (i)materiais, como garantir de forma protetiva uma boa infância para seus/as filhos/as, e isso perpassa, o que as mulheres compreendem como viver bem durante a infância.

Dentre as mulheres-mães participantes desta pesquisa, todas contam vivenciar e buscar trabalhos temporários, transitórios e até pesados por conta das condições financeiras, mesmo que algumas delas, por serem casadas, contarem com o recurso financeiro do marido. As mulheres que não podem ter um vínculo empregatício ou não se engajam em serviços que tenham retornos financeiros por conta de serem as principais responsáveis pelo cuidado das crianças (como Vilma e Bida), revelam procurar outras estratégias que garantam recursos através da compra (pedir cartão de crédito emprestado) e/ou buscar através de doações formas de suprir a sobrevivência de si e das crianças, além é claro, de garantirem as condicionalidades para o recebimento dos benefícios sociais. Assim, junto à questão financeira há o trabalho não remunerado em organizar os movimentos domésticos, desde a ocupação territorial, a construção da casa e a sua manutenção, necessária para que as crianças vivam bem, e isto está relacionado principalmente a ter “o que comer” e morar em um lugar

confortável na medida do possível. Sobre o “conforto” na vida das crianças de hoje, é um encontro com uma vida “melhor”, visto que as mães consideram não terem vivenciado esta sensação quando crianças, ao serem “obrigadas” a adulterar por conta das condições de renda e sobreviver através do trabalho.

Todas as mulheres (mãe e avós) enunciam ações protetivas e educacionais parecidas, como estar “*sempre de olho*” nos/as filhos/as dentro do ambiente doméstico e nas proximidades da vizinhança quando este trânsito é possível. Porém, estar “sempre de olho”, ou seja, ser-estar vigilante no criar às crianças, aparece mais forte quando as mulheres compreendem o lugar vivido como violento, como apontado por Marisa na vinheta 1. Ficou ainda enunciado de forma implícita por outras mulheres, que a restrição dos movimentos das crianças no lugar fica ainda maior quando há pouca ou inexistente comunicação da mãe com a vizinhança, principalmente pela ausência de parentes por perto, além claro, dos limites simbólicos estipulados em vivenciar o lugar, resolução encontrada quando há possibilidades financeiras para a aquisição de objetos tecnológicos dentro de casa, os quais “confortam” a presença das crianças às “suas vistas”.

Esta questão foi encontrada nas relações das casas de Sofia (9 anos) e Diogo (8 anos), ambas situadas no bairro da Penha. A família destas crianças, encontravam-se em uma situação financeira mais estável, na época da pesquisa, pois ambos tinham recursos financeiros mais estáveis. Sofia, longe da escola durante as tardes na pandemia, ficava na casa “sozinha”, apenas sendo “escutada” pela tia que trabalhava como cuidadora dos donos do imóvel (idosos)<sup>84</sup>. Tendo em vista essa rotina de Sofia, sua mãe Keila relata sobre a preocupação com as emoções da filha, já que a menina tem preocupações que na infância de Keila não era uma realidade. A exemplo disso, estranha que Sofia se mostre “ansiosa” para saber se seus pais estão bem enquanto estão trabalhando e ela entoa que muito dessa angústia Sofia absorve pelo acesso à internet (sentimento disseminado em tempos de pandemia, em que a socialização/encontros se davam preferencialmente de maneira virtual). Sofia por ficar muito tempo sozinha, sem apoio e com poucas con-vivências com familiares e pares na vizinhança, insiste em pedir para “*comprar o que ela vê no youtube, e a gente conversa que nem tudo pode ter*” (Keila, agosto de 2021) e que seu último pedido teria sido um “pop-it”, o qual foi negado pela mãe, pois “*é o preço do quilo do frango, não vou dar*” (Diário de campo, setembro de 2021), afirmando que procura “controlar” seus desejos de consumos atreladas às faltas de “*ter o que fazer*”.

---

<sup>84</sup> Lembrando que esta família, não morava em uma casa própria, mas cuidavam de uma casa confortável de um amigo enquanto morava fora do país (capítulo 2).

Sil, mãe de Diogo, moradores na vila dos pescadores (também no bairro da Penha), que não trabalha fora de casa e é casada com o pai dos dois filhos (aposentado), revela que não saem muito de casa, apesar de no lugar “todo mundo é família”. Mesmo antes da pandemia, Sil reforça que prefere que seus filhos fiquem em casa, justificando que estando eles por perto evita que algum familiar os acuse de algo injustamente. Fica entendido, dessa forma, que a possibilidade de certos “confortos” está atrelada ao “controle” das mães sobre as ações das crianças, como laços entre as práticas entendidas como protetivas e o provimento de bens consumíveis que, para as crianças, se tornam entretenimento no espaço da casa na ausência ou escassez de práticas em ambientes mais coletivos e da vizinhança. Estas parecem ser estratégias e articulações que procuram agir pelas frestas de um contexto em que a violência ameaça a vida e se mostra pulsante junto a lógica do capital e isso pode entoar ao que Maria Lugones (2014) sugere como uma possibilidade de “subjetividade ativa”, visto que as ações de interdependência e de dentro das hierarquias no lugar vivenciado, atenta-se a um estar-sendo co- habitado nas (r)existências adaptativas e opositoras de modo criativo.

Dentro disso, nas práticas comuns no contexto familiar das casas visitadas, observou-se que as possibilidades dos movimentos das crianças acabam por acompanhar principalmente as mulheres e mesmo que, como Chico, acompanhe o avô com as cabras, Marisa permanece atenta a esta relação por ela acontecer fora do contexto em que teria mais “controle”, ou seja, a casa. Assim, fica claro que o que se constrói como prática segura não se reduz ao que as mulheres organizam no interior da casa, mas também ao que para fora dela acaba por atingir relacionalmente as práticas envolvidas nas relações domésticas e intergeracionais. É assim que procurando sentir as vulnerabilidades compartilhadas pelas gentes a partir das feridas historicamente estruturadas e incorporadas, que se provocam e se encaram as lutas nas (des)aventuras mais íntimas do cotidiano doméstico.

Drezza, que é mãe de Kely, parentes de Sil e Diogo (também moradoras na vila dos pescadores na Penha), compartilha uma narrativa que reforça a prática do criar enquanto proteção diante das transformações locais ligadas à urbanização. Conta ter engravidado ainda muito jovem do primo, com quem é casada até os dias atuais, e que juntos trabalham na limpeza de uma praça de alimentação na orla de João Pessoa (PB). Como trabalham a noite, é sua mãe e o seu pai que colaboram em “olhar” Kely e o irmão adolescente nesses horários. Dreza afirma que no passado, por “*não ouvir o que a mãe diz*”, engravidou e perdeu a oportunidade de viver uma vida diferente, observando que com o passar do tempo alguns familiares mais próximos, inclusive os mais velhos, com os quais cresceu na vizinhança, foram tomando caminhos regados pelo álcool, principalmente com o afastamento das práticas

da pesca, e outros mais jovens se envolveram com as drogas e outras ocupações ilícitas que lentamente foram se aproximando do bairro da Penha. Em uma comemoração na casa de seu pai, ao procurar defendê-lo de uma briga com sua prima que estava sob efeito de alguma substância, Drezza recebeu uma facada nas costas e foi internada às pressas. A pessoa que a violentou, já envolvida com o tráfico, foi reconhecida roubando em outro local, o que acarretou em uma punição extremamente violenta pelos chefes do tráfico que a espancaram até a morte, fato filmado e compartilhado entre os moradores do bairro como uma espécie de aviso (Diário de campo, maio de 2022).

Este ocorrido, ainda é lembrado por muitos moradores da vizinhança com quem conversei pelos corredores da Escola da Penha, visto que foi comum ouvi-los atribuir que a “decisão” daquela jovem de trabalhar com o crime por conta de seus pais “*não terem controle*” sobre a vida dela desde a infância, como reforçou a avó e a mãe de Kely: aqueles que se “*desviaram*” a “*culpa é dos pais*” (Diário de campo, maio de 2022). Para Drezza, as mães não podem “*relaxar*” na criança, discordando das críticas sobre a repreensão física e sobre isso afirma que nas localidades como a que mora, depois que cresce, “*vai apanhar de gente que nem conhece, chega outros que nem polícia não é, e dá pisa de mangueira*”, como aconteceu com sua prima que diz não entender como o pai dela a “criou” para que ela tenha “escolhido” a violência como caminho. Nesse sentido, diz conversar com os filhos sobre os “*exemplos de quem não quer nada com a vida*” e que por Hugo (o filho de 13 anos) “*já estava trabalhando*” e que “*graças a Deus a minha família nunca foi tirar uma ordem com o pai e a mãe*”. Para Drezza “*eu sou a mãe de todos... eu não aguento mais não...eu não suporto mais não*”, se referindo tanto às crianças, como de seus pais, os quais, segundo ela, tem alguns problemas de saúde e também a recorrem para decisões referentes aos relacionamentos familiares, pois “*aí todos os problema que gira, gira pra mim... disse já a eles: ‘um dia eu sair, não vou levar o celular e vocês não vão me achar’*” (DREZZA, maio de 2022).

Jéo, mãe de Binho, moradores no Aratu, abordou estas questões em nosso diálogo. Ela não tem com quem compartilhar a criação do filho, já que não tem parentes na vizinhança e também “não confia” os cuidados de Binho a outra pessoa. Assim, aciona a proteção como investimento sobre ele, tendo em vista a sua compreensão sobre as ocupações físicas e simbólicas na localidade, relacionadas principalmente a violência. Sua pequena casa, ainda em construção, possuía no momento da visita presencial (junho de 2021) dois quartos, cozinha e um banheiro, todos com tapetinhos coloridos, algumas flores artificiais, vasos e outros enfeites. Além dos sonhos para a ampliação e aproveitamento da construção ao lado (o que era um bar), a casa tem wifi, televisão na sala, máquina de lavar, energia regularizada



(como de outras casas de Aratu 1) e a água é proveniente de poço, além de uma moto que apoia o transporte da família. A estrutura geral da casa, foi levantada por Jéo e seu marido, para abrigar a eles, Binho e seu irmão mais velho nascido de um outro relacionamento em sua juventude.

O processo de construção e organização estrutural da casa de Jéo e Binho se assemelha ao processo de outras casas das localidades e a “*minha cozinha*” foi o lugar da casa mais destacado por todas elas como aquele com maior afeto em relação ao trabalho doméstico. Binho acompanhou a mãe enquanto ela “*levantava o muro*”, assim que adquiriram o terreno “*aos pedaços*”, pedindo dinheiro emprestado ao pai e aumentando a posse com a parte ao lado onde seria um “*cabaré*”, em troca de um “*carrinho*” recém comprado e a venda ao primo de “*2 motinhas velhas que uma abria com chave de kitute*”.

Já sobre as condições financeiras atribuídas aos vínculos trabalhistas, Jéo é contratada em um hospital, que inicialmente realizava a limpeza do ambiente e no ano de 2021, após terminar um curso, foi promovida como auxiliar de enfermagem, fator crítico e preocupante em relação a sua família na época da pandemia da covid-19, visto que “*ontem 4 pessoas morreram no hospital com falta de material, eu querendo fazer o trabalho e não tive boas condições*”. Seu marido realiza serviços como pedreiro. No entanto, Jéo conta que em tempos recentes em que não tinha um salário regular, realizava trabalhos diversos já que se “*eu faço 50 reais, oxe...já é um alimento, não espero não...meu Deus me dá tudo, eu luto ele me dá*”.

No entanto, antes de chegarem ao Aratu, a família de Binho morava em uma casa na praia da Penha a qual, após disputas e atritos violentos com a mãe de Jéo, indicada por Binho como “*aquela véia chata*”, tiveram que sair às pressas e construir uma nova moradia no Aratu (Diário de campo, março de 2021). A casa em que viviam na Penha, após algumas reformas, foi alvo de ações judiciais, contabilizando 9 audiências, após a mãe de Jéo exigir a desocupação através de ameaças, mesmo tendo abandonado o imóvel. A relação violenta com a avó de Binho quase ocasionou uma tragédia, já que Jéo tentou suicídio e foi socorrida pelo então marido, que ao relembrar essa situação diz educar seus filhos para que “*saibam se virar*” sem ela, por “*não se saber o dia de amanhã, se estará viva*”. Essa problemática, segundo Jéo, “*atingiu o psicológico de Binho*”, que chorava sentindo falta da escola (na pandemia).

Jéo compara que o acompanhamento que tem com Binho em suas atividades e brincadeiras não era a mesma realidade em sua infância, afirmando que sua mãe a “*deu carinho até os 6 anos*” e que foi rejeitada pelo próprio pai, de acordo com as indicações da mãe. Seu filho mais velho a culpa por “*não ter tido infância, pois ele tinha que cuidar de Binho*” para que ela estudasse, no entanto observou que o irmão “*não esquentava a comida, não dava na hora certa e Binho emagreceu, não queria comer, porque tinha enchido a*

*barriga de água*”.

Parece que Jéo reconhece que com o filho mais velho, não tinha “*boas*” condições para criá-lo e este a acusa de tê-lo “tirado” a infância, possibilidade exercida atualmente com Binho. Segundo ela:

dou amor, brinco com ele, também brincava com o mais velho mas com Binho consegue melhor, ensina ele e não pude fazer com o outro...tomei citotec na gravidez que minha mãe obrigou, eram gêmeos, um morreu e o outro por insistência não. Ela dizia que não ia **sustentar eu e outra criança**. Eu tinha 18 anos. O pai dele não acompanhou a gestação. Eu agradeço pela vida do meu filho (Jéo, Chamada de vídeo por *WhatsApp*, março de 2021).

As práticas abortivas muito comuns desde as experiências das mães das mulheres participantes desta pesquisa, e que foram acionadas como possibilidades à elas, se mostraram descartadas aparentemente por duas questões levantadas: a primeira seria pelo fato de que tinham o “marido” presente e a outra, muito mais ressaltada, a gravidez teria gerado uma “força” para mudar o histórico sobre o que viveram quando crianças, isto é, teriam a oportunidade de serem mães e, desse modo, construir um futuro familiar mais harmonioso, mesmo com poucas condições financeiras, diferente de suas experiências desde a infância, na qual tiveram que ser “*adulta muito nova*”, como relatou Nena, mãe de Moana, sobre o trabalho vivido em sua infância, que na vida de suas filhas teve a “força” necessária para evitá-lo.

Nesse sentido, moram nestas considerações das mulheres, os sentidos “naturalizados” sobre suas práticas como aquelas moralmente responsáveis pelo “criar” e que transformam sobre essa “necessidade (a de trabalhar duramente) em virtude” (CARNEIRO e ROCHA, 2009, p. 139). Como a questão do “sustento” das vidas, financeiramente e moralmente implicado, se torna uma forte presença quando as condicionalidades da pobreza de renda afetam as inseguranças em torno da existência, mas que este sustento tem no dinheiro o poder para que a prática seja viável, nestes ambientes emanam tantas violências simbólicas e físicas, como as sentidas por Jéo e Marisa ao gestar e dar (ou negar) a vida a uma criança (SCAVONE, 2004), que seus corpos se fazem como um pólo dominado, suscetíveis aos limites do contexto social- econômico ao qual participam, assim como as crianças. Isto está ligado ao fato de que “os cuidados com a vida têm conotação de base doméstica” e a responsabilidade das mulheres pela conservação da vida é muito notória” e começa no cotidiano (SCAVONE, 2004, p.135).

Dessa forma, relacionalmente, entre mães e filhas/os, as atribuições em relação ao criar como sustento das vidas, se torna algo simbolicamente e materialmente esperado por ambos no contexto socializador, como um contrato geracional (QVORTRUP, 2011). Esta estrutura social é refletida através dos discursos da protagonista Nnu Ego no livro “As alegrias da maternidade” de Buchi Emecheta ([1979]2018), que vivendo no contexto urbano de Lagos (Nigéria) após o casamento e a concepção de 3 filhos em condição de pobreza

extrema, revolta-se pelo fato de que a única riqueza herdada da infância agrária teria sido a “responsabilidade”, mas nenhuma riqueza material. A personagem identifica que:

não era justo, o modo como os espertos homens usavam o sentido de responsabilidade de uma mulher para escravizá-la na prática. Eles sabiam que nunca passaria pela cabeça de uma esposa tradicional como ela a ideia de abandonar os filhos [...] (EMECHETA, [1979] 2018, s.n.).

De acordo com estes sentidos, o “criar” é significado pela incorporação de disposições vivenciadas intergeracionalmente, envoltas por percepções sobre as hierarquias sociais imbricadas ao trançado dos marcadores de gênero, classe e idade. Como narrado pelas adultas, isto se dá no momento em que se reconhecem como mães e dessa forma se veem responsáveis e responsabilizadas por se engajarem no “sustento” de suas “crias”, seja a partir do trabalho (multidimensional) no ambiente da moradia ou concomitantemente em outros serviços remunerados. Quando relacionado à proteção, o “criar” está intimamente ligado ao controle e ao acompanhamento das práticas das crianças enquanto “entes”, tendo em vista a compreensão da “vulnerabilidade” e da “dependência” pelos cuidados com o corpo em crescimento. Além do mais, aí está imbricada a educação moral como investimento “necessário” não só para que as crianças existam no presente, ensinando o que é “certo”, mas para que incorporem saberes para o enfrentamento da luta por viver bem nas condicionalidades de um “mundo” violento, principalmente para quem nasce/vive em espaços subjugados pelo poder urbano-elitista a partir da “carência” da posse de capitais (financeiros, sociais e culturais).

Contudo, cabe novamente salientar que, considerando o contexto social brasileiro, no qual atualiza-se o projeto colonial em relação aos contextos da pobreza, se fortalece as relações patriarcais do capitalismo urbano-moderno por onde mora o “controle” em relação ao acesso aos direitos de quem vem das periferias. Nesse sentido, é importante lembrar que no país, a pobreza “tem cor e tem lugar”, ou seja, a racialização da pobreza é naturalizada na estrutura social do país e quando associado ao gênero feminino ganha conotações ainda mais marginalizadas, inferiorizadas, estigmatizadas e sexualizadas<sup>85</sup>. Ainda que as noções se apresentem de forma fragmentadas em relação à renda, ao consumo e às “necessidades” vinculadas ao “sustento” (tensionado ainda mais por conta da pandemia) e a questão da raça não fora citada entre as narrativas, como já explicitado, o fato é que em relação a maioria das mulheres nesta pesquisa, percebidas nas nuances da negritude, pode-se acrescentar que os

---

<sup>85</sup> Maria Lugones (2014), sobre o conceito da interseccionalidade cunhado pela afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, alerta que “a lógica moderna categórica constrói categorias homogêneas, atômicas, separáveis e elaboradas em termos dicotômicos” e dessa forma o que chama de pureza categórica provoca dicotomias hierárquicas de modo que “A interseccionalidade é importante quando mostra as falhas das instituições no que diz respeito à inclusão da discriminação ou opressão de mulheres de cor” (LUGONES, 2014, p. 942).

marcadores classe, gênero e raça se interseccionam nas condições econômicas de suas vidas desde a infância<sup>86</sup>. O incorporar de disposições sociais a partir de economias, não só capitalistas, mas também das ações, mesmo emocionais e morais, exercem efeito sobre como se dá a “luta”, o acesso e a produção de bens materiais e simbólicos atualmente (junto às crianças), os quais muitas das vezes foram escassos nas trajetórias das mulheres e refletem narrativas e silêncios no que se refere ao “doméstico”, sem esquecer que:

“O” proprietário do corpo invisível é uma mulher negra, cujo esgotamento é a consequência da lógica histórica do extrativismo que construiu a acumulação primitiva do capital – extração de trabalho dos corpos racializados e das terras colonizadas. Essa economia do esgotamento dos corpos está historicamente ancorada na escravidão, período no qual o ventre das mulheres negras, cuja exploração é indissociável da reprodução social (como mostram tantas feministas negras), foi transformado em capital. [...] Para essa economia simbólica e material, o status de pessoa supérflua das mulheres negras associa-se a uma existência necessária, eis aí todo o paradoxo aparente das vidas necessárias e invisibilizadas (VERGÈS, 2020, p. 13).

Assim que para as mulheres, pela condição socioeconômica desfavorecida e pela estrutura cisheteropatriarcal e racista na qual o contexto brasileiro incide sobre as vidas, o reconhecimento das “dependências” entre as *outridades* acionam limites e expansões sobre suas escolhas e vivências com as crianças. Nas práticas em que apenas o dinheiro possibilita contemplar desejos a serem consumíveis, são nos limites impostos pela falta dele e pelas responsabilidades morais impostas pela cultura dominante, que as mulheres junto às crianças demonstram reconhecer e elaborar criativamente o paradoxo de viver entre as angústias e as “superações” trançadas na prática do “criar” (LAHIRE, 2002; MATOS, 2012; LUGONES, 2014).

As “lutas”, visivelmente simbólicas, estão vinculadas ao trabalho de “criar” com e sem apoio financeiro, e isso se dá a partir da “força” que sugerem incorporar com a “superação” dos traumas passados e presentes. Esta parece ser uma disposição que energiza a prática relacionada ao cuidado doméstico desde a ocupação do espaço social com a casa e nas práticas de enfrentamentos, investimentos e engajamentos que se exercem em benefício das crianças, as quais algumas vezes podem aparecer “romantizadas”, visto que nesta “existência é compreensível” para o “criar” enquanto “luta”, “tendo em vista a própria necessidade de tal medida” (MATOS, 2009, p. 199).

---

<sup>86</sup> Dentro disso Lélia Gonzalez vem denunciar que este sistema opressor é vivenciado pelas crianças desde a escola visto a crença de que “ser uma mulher negra e pobre é um dos piores males” é acionada diante de um discurso que privilegia a classe, a raça e o gênero dominante na sociedade. Além disso, há de se considerar que é comum que as meninas negras trabalhem desde cedo para contribuir com o rendimento financeiro da família, o que influi em sua atuação no mercado de trabalho quando adultas (GONZALEZ, 2020, p. 145).

## *Superações...*

Este capítulo se propôs tratar com base em duas vinhetas narrativas sobre as ações compreendidas como “lutas” enfrentadas nas con-vivências familiares, empenhadas principalmente pelas mulheres, desde a fuga do interior do estado por conta dos exaustivos trabalhos, das violências e da fome que rondou suas infâncias. Assim, pelo o que se trançam nas práticas locais de “superação”, as mulheres demandam um engajamento através do trabalho, na construção da casa e, especialmente, no “criar” as crianças com estratégias cotidianas que ofereçam “bens” (i)materiais, consumíveis a partir do dinheiro, e outros criativamente simbólicos a partir dos afetos cultivados nas vivências entre parentes, na vizinhança e com outros seres.

Assim, mesmo nos “apertos” de se viver em meio às privações e às carências multidimensionais, que os limites das condições financeiras impõem ao cotidiano doméstico com as crianças, neste diálogo a partir das memórias passadas-presentes das mulheres, compreende-se o ambiente da casa como um espaço de “luta”, tanto na intimidade doméstica, como no que se passa nas relações com a vizinhança, como narrado por Carolina M. de Jesus em “Quarto de Despejo-Diário de Uma Favelada” (JESUS, [1992] 2014), que inscreve a epígrafe deste capítulo .

Como na casa de Carolina, as mulheres aqui prevalecem como “donas” desse contexto e as crianças se mostram suas companhias principais, com as quais se desvelam (di)sabores das lutas por existir em meio às ocupações de moradia e dos trabalhos/ocupações (não) remuneradas. É nesse contexto é que a “familiarização”<sup>87</sup> acaba sendo uma realidade dura a ser enfrentada pelas mulheres, devido a ignorância pública sobre a “criação” coletiva das crianças e do patriarcado estrutural (QVORTRUP, 2011) que “se faz ver os sinais de uma privatização de experiências que não conseguem ser formuladas na linguagem pública dos direitos” (TELLES, p. 8, 1993).

Lembrando que a pandemia da Covid-19, ou sindemia<sup>88</sup>, período no qual foi realizada esta pesquisa, intensificou as relações íntimas com a casa e com as pessoas que nela habitam,

---

<sup>87</sup> Sobre isso, Qvortrup (2010, p. 211) explica: “é que as crianças expressis verbis são mais ou menos propriedades de seus pais; ou, em termos menos dramáticos, são, ao menos, responsabilidade parental e, em princípio, exclusivamente responsabilidade de seus pais.

<sup>88</sup> Segundo o site da Fiocruz, sindemia (um neologismo que combina sinergia e pandemia) foi cunhado pelo antropólogo médico americano Merrill Singer na década de 1990 para explicar uma situação em que “duas ou mais doenças interagem de tal forma que causam danos maiores do que a mera soma dessas duas doenças”. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1264>. Acesso em: agosto de 2023.

as lutas pela sobrevivência econômica (em meio a tantos desempregos) e emocional (pelo isolamento social) por estas mulheres, também percorreram fontes que procuraram dar conta em “ocupar” as crianças no único espaço seguro a ser considerado, mesmo que com muitas limitações estruturais. Este período doloroso foi de uma força paralisante nos locais empobrecidos multidimensionalmente, como estes aqui envolvidos, que dentro das peculiaridades de quem vive no “aperto” e nas relações de onde é “tudo família”, mesmo que os movimentos de isolamento não apresentaram uma mudança extrema, ainda assim foram potencializados. Contudo, percebe-se nessa trama, que as relações afetivas (humanas ou outras que humanas) nas familiaridades da vizinhança, instigaram laços comunitários e até mercadológicos nas tranças destas localidades, os quais muitas das vezes as crianças eram as agentes mediadoras principais.

É nesse âmbito que o capítulo se estende em dialogar sobre a “luta” feminina no ambiente doméstico e entoa que “sustentar” não está unicamente ligada à questão financeira, mas relacionalmente as muitas outras ações entendidas como do “universo” feminino (casa, crianças, trabalho doméstico), mesmo que a questão financeira ainda seja a mediadora das práticas de sobrevivência. Para tanto, esta discussão será empenhada no próximo capítulo somando a como as crianças levantam tal compreensão em suas relações intra e intergeracionais e nas próprias vivências locais.





## CAPÍTULO 5

### AS LUTAS PELO “SUSTENTO” DA VIDA: enfrentamentos, engajamentos e investimentos

[...]Toda criança reinaugura o mundo  
Por brincar lá fora, na chuva, no  
frio de casinha e cavalinho de pau  
Todo ser humano precisa de um lar  
Um lugar bem aquecido,  
confortável  
O calor de um teto, o ardor das  
afeições Pássaros continuam em  
seus ninhos Raposas e o olhar  
amarelo[...]

*Cátia de França- Hóspede da Natureza*





Este capítulo abrange algumas narrativas sobre vivências e práticas centralizadas pelo trabalho feminino que “sustentam” economicamente e socioculturalmente a vida no contexto doméstico. Para isso, no primeiro tópico intitulado “*É luta*”: a liderança que se vive nas ocupações das casas”, com base nas vivências do projeto “Amigas Solidárias” na localidade do Aratu, se enlaça a percepções de como as mulheres investem, enfrentam e se engajam em movimentos de “*criar*” boas condições para as con-vivências das/com as crianças. As narrativas em destaque entoam sobre o trabalho das mulheres envolvidas no “sustento” das crianças no espaço doméstico, ressoando um diálogo privado-coletivo nas dimensões das práticas que geram uma noção de “liderança” por parte delas.

Já no tópico “*O pobre é chique*”: a infância criada”, discute-se como as crianças percebem as economias do “sustento” nos contextos intergeracionais de suas con-vivências, revelando as compreensões sobre as condições financeiras e sobre os consumos e desejos (i)materiais (re)produzidos nas relações inter e intrageracionais, nas quais acionam inclusive a ressignificação local de consumos outros, geralmente simbólicos, vinculados aos sentidos de família.

Assim, neste capítulo se entrelaça um diálogo de como as relações das *outridades* (aqui enunciadas como as vivências marcadas, diferenciadas e encontradas através da idade) se conjugam ecologicamente com os marcadores sociais trançados pelo gênero e pela classe (principalmente) de modo situado nas naturezas do lugar, lembrando que o marcador social da raça se manteve adormecido nas narrativas. Nesse sentido é que se entoam como estão incorporados conhecimentos/práticas estratégicas de enfrentamento, engajamento e investimento junto às crianças e como a partir dele se emanam solidariedades pelas (r)existências, que “lutam” nas angústias provocadas pelas condições da pobreza de renda.

### 5.1 “*É luta*”: a liderança que se vive nas ocupações das casas

O projeto “Amigas Solidárias”, fundado e organizado por Sarah e Lili como apresentado no Capítulo 3, é compreendido por elas como uma “*batalha com poucos recursos*” (diário de campo, abril, 2022). Contam, similarmente como às práticas das mulheres narradas até aqui, que o principal enfrentamento cotidiano está relacionado “às *finanças e a alimentação*”, pois de todas as organizações comunitárias do Aratu, elas foram “a única que teve esse olhar a 2 anos... sempre com a corda no pescoço”. Com a voz embargada, Sarah conta sobre os momentos de “*desespero*” e de estarem “*sufocadas...é*

*muito tenso, é tudo um bolo só: cuidar de 35 crianças todo dia, dar lanche, fazer atividade, cuidar de tudo*” (abril, 2022).

O “*reforço*” ou “*Amigas solidárias*”, formas como as crianças nomeiam a organização, situa-se em um terreno no Aratu 2 ocupado por Sarah e Lili, com seus familiares, onde foram construídas suas moradias e, a poucos anos, a sede do projeto. As amigas criam e reformam o espaço a algum tempo para que o terreno se organize de forma a deixar a família confortável, mas também para ter “*espaço para as crianças*” que frequentam o projeto. A sede passou por mudanças durante o período em que participei das atividades e através de doações o parquinho foi reconstruído com madeira, os grandes vazamentos nos períodos de chuva das salas foram tratados, a cozinha foi transferida para outro espaço que antes era o terraço da casa de Sarah, e houve a organização do quintal com um caminho de pedrinhas para a vista do galinheiro e das plantas.

Sarah e Lili, ao se reconhecerem como “educadoras e lideranças” no Aratu, utilizam as redes sociais e as parcerias de pessoas voluntárias (entre estudantes da universidade, da vizinhança, parentes das crianças (principalmente mães e irmãs) e de alguns de seus familiares como a nora de Lili e o marido) para aliar as criatividade em ações de planejar, coordenar e aplicar as atividades educacionais, festas e trabalhos envolvendo temas e datas importantes comumente tematizadas em espaços escolares, dos quais desde suas infâncias, quando também foram acolhidas em projetos comunitários, vivenciavam e atualmente improvisam com as crianças práticas semelhantes. Improvisando movimentos e materiais com as crianças para que o projeto “Amigas Solidárias” se construa como um “*lugar de oportunidades*” no Aratu, as educadoras “*lutam*” vislumbrando a “*regularização do território*” se engajando em conquistar através dos processos legais a conquista do CEP e consequentemente do CNPJ, os quais serão necessários para oficialização da instituição enquanto associação.

Tendo em vista que as “*Amigas Solidárias acontece no meio das nossas casas*” como elas apontam, almejam a possibilidade de participar de editais públicos e outros contratos no âmbito privado e com isso, mesmo que não deixem claro em seus discursos, tornem a “Associação Amigas Solidárias” uma instituição que tenha retornos financeiros, além de garantir a consolidação da posse sobre o terreno e de suas moradias. Enquanto a regularização e as fontes remuneradas para manter o trabalho das “Amigas Solidárias” não se concretiza, Sarah e Lili cotidianamente, através do trabalho voluntário, procuram acolher as crianças já que, de acordo com elas e como dizem ser a afirmativa das “mães do Aratu”, a organização é compreendida como um local seguro, em contradição ao espaço das ruas

loais, sendo ali a única opção para brincadeiras, que “*ajudar a fazer a tarefa*”, ou seja, realizar as tarefas escolares<sup>89</sup> e para a socialização.

O “*reforço*”, desse modo, é um lugar que as crianças procuram e participam “*porque precisam*”, como explicaram na primeira roda de conversa realizada (Diário de campo, abril de 2022). Em abril de 2022, as educadoras explicaram sobre a recente reabertura do projeto após a flexibilização do isolamento social provocado pela pandemia. Enfatizam que nas muitas semanas “*paradas*”, as necessidades da “*comunidade e das crianças*” não pararam, revelando que em suas intenções assistencialistas e educacionais as “*faltas, as frustrações e a sobrecarga*” são inúmeras. É comum que as crianças frequentem o projeto de forma assídua e sem terem almoçado, chegando inclusive antes do horário de abertura do portão. Uma das “necessidades” indicadas pelas crianças sobre a importância de existir o “reforço”, seria o acesso à alimentação, pois o “*lanche*” é o momento mais aguardado e que mais gostam de participar. Nesse sentido, Sarah comentou: “*Sabe o que foi que eu escutei hoje? Disseram que não almoçaram em casa pra vim comer aqui*” (Projeto Amigas Solidárias, maio de 2022).



Imagem 57. Lanche ao final da tarde. Foto: Karla Mendonça. Setembro de 2022.

Na cozinha improvisada na própria casa de Lili, todo fim de tarde, elas preparam e se revezam em servir o alimento e olhar as crianças brincando, visto que quando a prefeitura, com apoio do Conselho Tutelar, não envia o alimento a ser oferecido, as educadoras juntam

---

<sup>89</sup> Ficou reconhecido muitos espaços de “reforço” durante a pandemia, como Vilma passou a oferecer em sua sala às crianças da família. As mães contavam se preocupar com o agravamento das dificuldades dos filhos/as, principalmente relacionado à alfabetização e, quando possível, pagavam a familiares valores que variavam entre R\$ 40 a 50 reais mensal para o apoio diário, mesmo que em sua grande maioria não tivessem nenhum curso pedagógico, apenas estar alfabetizado/letrado para prestar o serviço. Assim, percebeu-se a existência de que se formavam turminhas de 5 até 10 crianças para o “reforço” por entre as localidades.

recursos pessoais e o que conseguem com pedidos de doação, nas redes virtuais como *Instagram* e *WhatsApp*, para comprar bolachas, pães, sucos em pó ou outros alimentos mais acessíveis que o dinheiro no momento permitir. Além disso, contam com outras parcerias e oferecem o espaço para os encontros entre as lideranças da comunidade, que dentre elas a maioria são mulheres. A organizadora do projeto “Geladeira Solidária”, se apresentou como a principal parceira no oferecimento de comida nos festejos relacionados às crianças e suas famílias. Ana, a organizadora, se apresenta como “vó” para as crianças, e relatou, com lágrimas nos olhos, fazer este trabalho por “*amar muito aquelas crianças...faço muito por eles há alguns anos*”. Dentro do que é ofertado nas ações da Geladeira Solidária, que também funciona a partir do trabalho de jovens mulheres parentes de Ana e outro rapaz, o mais apreciado por elas e pelas mães nos festejos e passeios com o grupo do projeto estaria a degustação de bolo, cachorro-quente e picolés. Observei os alimentos serem recebidos com entusiasmo, principalmente pelo fato de não serem “comidas” acessadas de acordo com as vontades cotidianas, como afirmado pelas crianças e mulheres (Diário de campo, junho de 2022, festa de São João).

Em variadas tardes, conheci algumas crianças pequenas, que ficavam durante as tardes pelo terraço e por outros espaços da casa. Uma delas foi apresentada como afilhada de Sarah e outra uma neta de Lili, ou seja, além das crianças matriculadas oficialmente na organização, as educadoras cuidavam de outras crianças reconhecidas como da família. Observei que elas conheciam intimamente as vidas de cada uma delas, seus familiares e as condições de vida, sendo comum um ou outro familiar chegar após o horário de funcionamento e outras mães pedissem “*ajuda*” com o fornecimento de dinheiro, por exemplo, para usá-lo no transporte ou para comprar algum alimento ou remédio urgente.

Um dos relatos sobre a proximidade dos vínculos construídos com as crianças e com as mães na localidade, foi o fato de Sarah ter relatado que iniciou um processo para a adoção de Rane, sobre o qual teria inclusive conquistado a autorização da mãe e do pai, passando a guarda. No entanto, o pai, com quem Rane morava na época, concedeu à menina a escolha sobre com quem ela desejava ficar, e nesse movimento, ela preferiu ficar com o pai, escolha que segundo Sarah teria sido pelo fato de que ela “*fica solta, ele dá dinheiro à ela, e assim tem o que fazer*”. A educadora conta que quando Rane morava com a mãe, ela “*foi aliciada por um velho e a mãe dela me mandou um áudio com a voz dela contando o que ele fez, indicando o abuso*” (Sarah, conversa informal, agosto de 2022).

Além das múltiplas assistências, as amigas e educadoras Sarah e Lili, contam se desdobrar para atendimentos emergenciais e aconselhamentos das mães que as procuram, compreendendo que “*elas esperam muito da gente*”, e assim refletem sobre a localidade e o

senso de vizinhança à qual também estão vinculadas, para além do trabalho institucional no qual estabelecem serviços no Aratu. Além do mais, mesmo que a organização esteja centrada principalmente em atividades e ações para as crianças, muitas delas acabam sendo estendidas para as mães, permeando vínculos de reciprocidade entre doar e receber, desde alimentos, roupas e até momentos de festas. Na festa de São João, Ana (Geladeira Solidária) observou que uma das meninas não participava da festa e foi falar com a avó, que a repreendeu afirmando que *“ela não vai, disse à mãe que eu bati nela”*, informando o *“castigo”*. Após algum convencimento, a avó permite que a menina participe e Ana orienta que ela coloque um vestido branco e lilás que teria lhe dado anteriormente. A avó, ao ver a neta retornando arrumada, aponta ressentida de que *“eu sou tudo, vó, mãe, tudo eu que crio”*, expressando um cansaço descontente. Ana comenta que a avó gosta muito da menina, mas que cuida dos netos sozinha, pois a mãe das crianças teria tentado suicídio enquanto estava grávida do último filho, hoje com 10 meses de vida, se jogando na frente do carro e depois, ao ter adoecido novamente, fora internada com problemas respiratórios.

Diante do espaço e das práticas entendidas como *“solidárias”* aceitas e muito procuradas pelas mães e principalmente pelas crianças, as educadoras afirmam que a organização *“tem mel”* e que por isso vislumbram o projeto em seu potencial: *“a gente quer ser grande para dar oportunidades, já está na hora de avançar, mas estamos com a corda no pescoço”* (Sarah e Lili, abril de 2022).

São por essas estratégias que me vi surpresa que dentre os poucos recursos e pela *“luta”* por doações, o quanto as mobilizações (r)existem de modo relacional, recíproco e criativo junto à comunidade na busca tanto pela regularização do Aratu enquanto território, como de suas próprias casas no terreno em que também acontece o projeto. É, portanto, almejando instituir a organização como Associação educacional, dentre as sobrecargas íntimas da vida doméstica, que Sarah e LiLi acreditam em firmar este sonho, que já é uma realidade, mas que estende-se pela esperança de um futuro próximo de se estabilizarem financeiramente, tanto em relação à instituição como em suas vidas enquanto trabalhadoras.

Esta narrativa sobre as *“Amigas Solidárias”* conta como, todas as mulheres- mães, avós e educadoras- participantes desta pesquisa, acionam sobre a feminização das práticas domésticas nas *“forças”* (disposições) incorporadas físico-mentalmente desde suas não-infâncias e que a partir destas experiências é que no presente centralizam nas crianças suas *“lutas”*, seja por *“sustentar”* suas existências ou por proporcionar uma vida boa/melhor que garantam vivências importantes para o futuro. O fato é que, como discutido, isto se mostra potencialmente crítico quando as condições relacionadas aos limites de renda e as fronteiras

impostas pelo contexto urbano da cidade, impõe uma estrutura periférica e violenta sobre as práticas. Como aponta Haraway (2019):

Os novos arranjos econômicos e tecnológicos estão relacionados também à decadência do estado do bem-estar e à consequente intensificação da pressão sobre as mulheres para que assumam o sustento da vida cotidiana tanto para si próprias quanto para os homens, crianças e pessoas mais velhas. A feminização da pobreza – gerada pelo desmantelamento do estado de bem-estar, pela economia do trabalho caseiro, na qual empregos estáveis são a exceção, e sustentada pela expectativa de que os salários das mulheres não serão iguais aos salários masculinos – tornou-se um grande problema. **O fato de que um número crescente de lares são chefiados por mulheres está relacionado à raça, à classe ou à sexualidade.** A generalização desse processo deveria levar à construção de **coalizões entre as mulheres**, organizadas em torno de várias questões. O fato de que o sustento da vida cotidiana cabe às mulheres como parte de sua forçada condição de mães não é nenhuma novidade; o novo é a integração de seu trabalho à economia capitalista global (HARAWAY, 2019, p. 189, grifo meu).

Porém, nestas tramas é importante lembrar que, às “costas” leste-sul de João Pessoa (PB), muitas das mulheres não integram o mercado de trabalho capitalista-global<sup>90</sup>, mas se sustentam à margem dele. Além disso, nota-se que no vivido de uma infância rural para umas e na periferia da cidade para outras, todas apontam que as condições de se viver foram modificadas, seja por estarem em um relacionamento marital em que o marido está vinculado a um trabalho remunerado ou pelo fato de contarem com benefícios sociais para o sustento e o complemento da renda, além de outros improvisos que buscam na conquista de algum recurso. Assim que, nas frestas do mensurável, nesta tese as noções de “pobreza” consistem em nuances de um imaginário social feminino, de que ela não é apenas a quantia recebida mensalmente, mas con-vivências “no aperto” para “sustentar” a casa e “criar” as crianças, e isto envolve tanto a posse de dinheiro manuseado no local, como os enfrentamentos e engajamentos necessários para lutar nos limites impostos por ele.

Apesar de não ser o foco deste trabalho, é importante pontuar como historicamente os programas de transferência de renda (como aqui citado pelas mulheres, o Bolsa Família) e outras políticas de proteção social relacionadas às “famílias pobres”, modificou as condições de vida das mulheres e das crianças principalmente no combate à fome, negligência reencontrada no último governo e em tempos de pandemia, em que muitas pessoas (mulheres) não conseguiam ter acesso aos benefícios (Auxílio emergencial, Auxílio Brasil),

---

<sup>90</sup> Das mulheres participantes desta pesquisa, apenas Keila, Flávia e Jéo se apresentaram como recém concluintes de cursos profissionalizantes, sendo que as duas primeiras de curso superior. Apenas Keila e Jéo estavam empregadas formalmente, Flávia trabalhava em casa com os serviços domésticos, assim como todas as mulheres, e vendia na sala algumas peças de roupas.

fosse pela ausência de aparelhos tecnológicos com internet e conhecimentos sobre eles além de as outras limitações impostas pela cidade, como a falta de transporte.<sup>91</sup> Com isso, vale pensar que:

Ao adotar uma visão reprodutiva das mulheres, o Estado partiria da maternidade como elemento central para definir necessidades e responsabilidades, reforçando papéis femininos como mães, responsáveis pela família e pelo cuidado de dependentes (Carlotto e Mariano, 2010; 2012). Essa interpretação se basearia em um fato – mulheres são majoritariamente as responsáveis pelo cuidado da família –, tendendo a naturalizar o processo socialmente construído da divisão sexual do trabalho doméstico, sob uma perspectiva pragmática de busca pelo sucesso da política pública em questão. Uma consequência relevante disso seria a tendência de que mulheres assumam papel de aliadas do Estado na execução das políticas ao responsabilizarem-se, majoritariamente, pelo cumprimento de requisitos e normas previstos para o recebimento de determinada política. A participação majoritária de mulheres no atendimento das condicionalidades do PBF e a relação travada entre equipes de assistência social e mulheres sobre as vulnerabilidades identificadas no “núcleo familiar” são frequentemente apresentadas como exemplos de situações dessa natureza (Gomes, 2011; Teixeira, 2015; Meyer et al., 2014; Miotto et al., 2015) (MELLO e MARQUES, 2019, p. 378).

Desse modo, é que as condições financeiras a partir do apoio prestado pelos benefícios sociais de transferência de renda pensados para “a família” atingem diretamente a vida das crianças e que essa “luta” é travada principalmente pelas mulheres, já que a posse do dinheiro e como ele é gerenciado é o que provoca movimentos e mudanças sobre o “sustento” das vidas. O paradoxo de poder estar presente e a sobrecarga do trabalho (remunerado ou não) sobre o sustento da vida das crianças, revela, desse modo, a “virtude” em ser reconhecida como mãe (ou mulheres que cuidam, como as Amigas Solidárias), de quem “tem o controle das coisas”, de modo que uma “solidariedade geracional”, implicada na relação mãe-mulher/filho(a)- criança, está ligada ao reconhecimento afetivo sobre um trabalho produtivamente social e historicamente “naturalizado”, e isto, as mulheres enunciam como um patrimônio de disposições incorporadas em suas práticas (LAHIRE, 2005).

Neste âmbito, atribuir a noção de “chefes de família” a estas mulheres, não cabe no diálogo proposto por esta tese, pois ao encontrar com as “Amigas Solidárias” a categoria “liderança”, observam-se além das vivências trançadas nas economias do/pelo capital, a

---

<sup>91</sup> Sobre o Bolsa Família, Níve Machado (2020, p. 27) aponta que “As principais críticas sofridas pelo governo nesse sentido apontam para a dificuldade de adequação de programas a um público, que por sua situação de extrema vulnerabilidade, muitas vezes não conseguia acessar o ‘direito’ garantido pelos serviços públicos. Exemplos disso podem ser encontrados quando populações mais pobres e isoladas não são cadastradas e por isso não recebem o Bolsa Família, indicando uma falha da Política de Assistência Social responsável por identificar essas pessoas”. Esses limites se mostraram extremamente agravados no contexto da Pandemia da Covid-19, tendo em vista que em pleno caos mundial o governo da época modificou o programa para “Auxílio Brasil” com mudanças sobre o acesso. A reportagem do Jornal de Brasília anunciou sobre a mudança: “‘Desconjuntado’, ‘impossível de executar’ e ‘amador’; especialistas criticam novo Bolsa Família”. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/desconjuntado-impossivel-de-executar-e-amador-especialistas-criticam-novo-bolsa-familia/>



evidência de economias simbólicas (emoções e afetos) coexistentes de um trabalho comunitário vinculado às ocupações domésticas (não-remuneradas) com as crianças, que abrangem não só sentidos protetivos e educacionais, mas também aqueles preocupados com o empobrecimento das práticas na infância atual, ou seja, buscam vivências contentes entre si.

Foi possível encontrar entre as vivências narradas pelas mulheres e pelas crianças, os esforços em adentrar espaços e práticas em que o dinheiro é um bem necessário para acessá-las e com o qual se concretizam uma série de relações dentro e fora do lugar. Dentre estas vivências destacaram-se: ter acesso ao “reforço” escolar prestado por uma vizinha durante a pandemia (como as famílias de Diogo, Kely e das crianças no Aratu)- devido a ausência de acompanhamento escolar dedicado a trabalhar com as dificuldades específicas no processo de alfabetização; utilizarem transporte por aplicativo (uber), manterem uma moto “cinquentinha” ou um carro em razoáveis condições- devido a ausência e escassez do transporte público na localidade (família de Eleonora, Chico, Bê, Lane e Laís); frequentar parques privados que se instalam nos espaços ociosos das localidades- devido à falta de praças e outros equipamentos de lazer; participar de jogos de bingo- devido a pouca movimentação para outros espaços da cidade que tenham encontros culturais e esportivos; e comprar doces, biscoitos e salgadinhos no fiteiro local (banca que vende uma série de produtos, lanches, bebidas, cigarros e outros consumos domésticos)- limites no acesso aos pontos de venda de produtos alimentícios que tenham a possibilidade do “fiado”, ou seja, vender e comprar a partir do crédito da confiança.

Dessa forma, percebe-se como o acompanhamento das mulheres junto às crianças nestas localidades influem em vivências diversas que não só se encontram em “necessidades” emergenciais da sobrevivência, que os benefícios podem vir a garantir à família, mas também com este mesmo dinheiro satisfazem os desejos das crianças e delas próprias como formas de “agrados”, como percebido por Patrícia Oliveira S. dos Santos e Flávia F. Pires (2018):

[...] a criança passa então a receber uma maior atenção na medida em que elas são consideradas em seus desejos, recebendo alguns mimos, sobretudo quando a mãe vai ao supermercado e leva para casa um produto para o agrado da criança, como, por exemplo, um Danone, uma bolacha recheada, um achocolatado (SANTOS e PIRES, 2018, p. 177).

Nesse contexto, além da construção de sentidos referentes ao “consumo de bens como uma vida melhor” (CARNEIRO e ROCHA, 2009, p. 125) baseado no poder de compra e na força que o dinheiro possui nas relações cotidianas do lugar, o que fica entendido com os significados de liderança relacionado a estas mulheres, é que a preocupação imediata não é “sair” da pobreza, mas abrigar as condições existenciais para a família, principalmente para as crianças, que vão desde o alimento e ter o que vestir, bem como investir em ocupações

“contentes” para/com elas, a partir do entendimento do que é “necessário” ser vivido na infância. Portanto, o dinheiro, que aparece vivo nas relações do lugar,

se instala como condição, tanto desse escambo quanto da produção de cada grupo, tornando-se instrumental à regulação da vida econômica e assegurando, assim, o alargamento do seu âmbito e a frequência do seu uso. Na realidade, o que cresce, se expande e se torna mais complexo e denso, não é apenas o comércio internacional, mas, também, o interno. Assim, cada vez mais coisas tendem a tornar-se objeto de intercâmbio, valorizado cada vez mais pela troca do que pelo uso e, desse modo, reclamando uma medida homogênea e permanente. Assim, o dinheiro aumenta sua indispensabilidade e invade mais numerosos aspectos da vida econômica e social (SANTOS, 2001, p. 48).

Dentro desta discussão, o que as mulheres avaliam e o como se engajam na conquista daquilo que julgam como “bem necessário” confere ao que Jessé Souza (2004) compreende na crítica ao conceito de *habitus* de Bourdieu<sup>92</sup>, em que a definição das necessidades dentro de um contexto brasileiro, historicamente periférico, “adquire o sentido de consolidação histórica e contingente de lutas políticas e de múltiplos aprendizados sociais e morais de efetiva e fundamental importância” (SOUZA, 2004, p. 84). Logo, dentro da discussão desta tese, como as mulheres vivenciam práticas pelo/para além do que a renda pode proporcionar, são encontradas nas articulações (“lutas”) para sustentar os filhos/as, já que vivem “com a corda no pescoço”. Isto reflete como a reprodução geracional das condições da pobreza de renda implica à “força” de conquistar outras dimensões de direitos, mesmo que na intimidade do lar.

No entanto, mesmo que esta tese não se proponha a analisar a conjugação/confirmação do que Jessé Souza propõe na discussão bourdieusiana de *habitus* com a definição do “*habitus precário*”, enquanto disposições objetivamente incorporadas que condicionariam a permanência das mulheres e de seus filhos/filhas por gerações nas condições de vida na pobreza, ou seja, na rala fadada a viver em meio às desigualdades por não “atenderem uma ativa acomodação dos novos imperativos econômicos” (SOUZA, 2004, p. 89; SOUZA, 2009), para além disso, aponta-se com os estudos vivenciados que o fato das mulheres terem as crianças como principais mediadoras nas lutas por sobrevivência, onde “tudo é família” e pelas naturezas de um urbano-rural-litorâneo “às costas” da capital

---

<sup>92</sup> Jessé Souza (2004) chama a atenção sobre a noção de “articulação”, baseando-se em Taylor, traçando uma crítica a Bourdieu sobre o conceito de *habitus*. Ele compreende que a noção de *habitus*, como um padrão estético e moral que liga as pessoas por solidariedade e identificação, bem como as separam por preconceito, reduz o jogo social a ações reativas e o espaço social como um espaço de interações conjunturais, ambos submetidos às determinações sociais pela lógica do poder. Com Taylor, Jessé aponta que a noção de “articulação” entoa como as ações (in-conscientes) dos agentes combinada às ações de mecanismos valorativos e culturais estruturantes da sociedade, (trans)formam práticas e, assim, reflete a complexidade sobre a luta por reconhecimento a partir do que se entende e se vive como “dignidade”.

paraibana, é que encontram-se fontes de movimentos estratégicos e de articulações que entoam investimentos (proteção), enfrentamentos (lutas) e engajamentos (trabalhos/ocupações) para “criar” no presente.

Assim, avançando sobre a conjugação das práticas das mulheres junto às crianças em um contexto de pobreza de renda, o que se percebe nesta experiência-tese é que estas vivências nem sempre se apresentam através de uma ótica capitalista e que a “força” para o criar só se faz possível pelo passado das lutas de outras mães e familiares no ambiente doméstico. Ou seja, segundo as narrativas, há transformações nas condições de criar a infância hoje por conta de uma melhora nas condições de renda, mesmo que tímida, e pelos consumos possíveis através dela, condições estas que para Jessé Souza (2006) ainda seriam consideradas marginais, já que, como uma classe de “incapacitados” e “inadaptados”, dentro de uma hierarquia valorativa baseada em economias emocionais que atendam às exigências mercadológicas atuais, estas mulheres e crianças vivenciaram um estilo de vida das “subgentes” (SOUZA, 2004).

No entanto, tratando-se do âmbito doméstico e “liderado” por mulheres, percebem-se relações outras que movimentam as disposições entoadas como “forças e lutas” e, como este trabalho se propõe destacar, indicam, ainda assim, “boas” con-vivências no presente, especialmente por certas especificidade das naturezas locais e pelas relações que a partir delas se compõem. Neste contexto, pode-se considerar que as práticas das mulheres junto as crianças, que entoam “adaptação, rejeição, adoção, desconsideração e integração” no cotidiano, não apenas como “modos isolados de resistência”, são potencialmente construídas “pelo habitar a diferença colonial com um lócus fraturado” (LUGONES, 2014, p. 949)<sup>93</sup>. Contudo, mesmo que:

Tudo e todos/as continuam respondendo ao poder e na maior parte do tempo respondem sem ceder – o que não quer dizer na forma de desafio aberto, mesmo que às vezes seja em desafio aberto – de maneiras que podem ou não ser benéficas para o capital, mas que não são parte de sua lógica. A partir do lócus fraturado, o movimento consegue manter modos criativos de reflexão, comportamento e relacionamento que são antitéticos à lógica do capital. Sujeito, relações, fundamentos e possibilidades são transformados continuamente, encarnando uma trama desde o lócus fraturado que constitui uma recriação criativa, povoada [...](LUGONES, 2014, p. 948).

---

<sup>93</sup> Para Maria Lugones (2014, p. 943), ao refletir sobre a colonialidade de gênero, compreende que o lócus fraturado mesmo que inclua “[...] a dicotomia hierárquica que constitui a subjetificação dos/as colonizados/as”, ainda sim “o lócus é fraturado pela presença que resiste, a subjetividade ativa dos/as colonizados/as contra a invasão colonial de si próprios/as na comunidade desde o habitar-se a si mesmos/as”. Ao propor o rumo a um feminismo descolonial, a autora concebe avanços ao encarar a relacionalidade para além da lógica das diferenças dicotômicas com a concepção de habitar o “lócus fraturado”, enquanto uma criatividade povoada de “sujeitos em colaboração e conflito intersubjetivos” [...] “mantendo as multiplicidades dos encontros nas criatividade da coalizão contra/em relação com a lógica do capital”.

Assim, considerando as diferenças marcadas e sentidas pelo gênero, classe, raça e ainda a idade que condicionam as práticas incorporadas e as condições de vida destas mulheres junto às crianças, percebe-se que nos vínculos com as vivências do lugar onde “é tudo é família” que se revelam encontros criativos de resistência em coalizão, como traz Maria Lugones (2014), desde o povoamento das ocupações enquanto comunidades. Isto é, compreender que “comunidade” não se refere apenas ao lugar, as relações de vizinhança e as lutas pelo território (SANTOS, 1997; FREITAS e LUNA, 2006), a noção pode se estender ainda às relações de reciprocidade e do reconhecimento das intimidades da vida doméstica através das “memórias povoadas” (LUGONES, 2014) e dos conhecimentos que investem, enfrentam e se engajam em comum para o bem daqueles considerados mais vulneráveis e dependentes em relação a manutenção da vida: as crianças. Aí está a “força” da solidariedade geracional. Para Maria Lugones (2014):

Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista. O passar de boca em boca, de mão em mão, práticas, valores, crenças, ontologias, tempo-espacos e cosmologias vividas constituem uma pessoa. A produção do cotidiano dentro do qual uma pessoa existe produz ela mesma, na medida em que fornece vestimenta, comida, economias e ecologias, gestos, ritmos, habitats e noções de espaço e tempo particulares, significativos (LUGONES, 2014, p. 949).

Já a noção de “solidariedade” apresentada pelas mulheres (e pelas crianças no próximo tópico) em tons de “ajuda”, compreende-se não se mostrar uma pré-condição para a sobrevivência ou como práticas essencialmente vividas enquanto mulheres “pobres”. As disposições solidárias, que podem estar vinculadas ao que se vivencia enquanto “comunidade doméstica”<sup>94</sup> nas práticas políticas lideradas pelas mulheres na casa, ressoam uma economia de trocas que se faz(ia) comum e que são trançadas em coletivo pelas vivências do doar e do trocar bens, que foram/são incorporadas em suas trajetórias de vida e atualmente são re-criadas, fortalecidas, atualizadas e adaptadas nos tempos-espacos construídos nas frestas das tensões de recriar estratégias (não)capitalistas de dar continuidade à vida.

Contudo, as lideranças sobre o “sustento” físico e emocional das crianças, como fontes de articulação feminina desde a casa, é entoado similarmente por bell hooks (2019) ao alertar sobre esta noção de modo não romantizado. Refletindo sobre a complexidade desta trama, aponta como o povo afroamericano, em especial as mulheres negras, historicamente encontram no espaço privado a segurança e a resistência contra a opressão racista e machista

<sup>94</sup> Ao refletir sobre a noção de “comunidade doméstica” baseio-me nas discussões do feminismo negro com Maria Lugones (2014, p. 940) quando trata da “infrapolítica” “que marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna[...] Esta é uma vitória infrapolítica”. bell hooks (2019) também acende esta questão especialmente quando compartilha esta narrativa: “Essa tarefa de constituir um lar, de fazer do lar uma comunidade de resistência, tem sido compartilhada por mulheres negras do mundo inteiro, especialmente por mulheres negras que vivem em sociedades de supremacia branca” (2019, p. 107).

da sociedade, mas que ao mesmo tempo o capital ganha força através do consumismo quando estas mesmas mulheres ascendem socialmente ou de alguma forma têm acesso à recursos financeiros antes limitados (HOOKS, 2019). Nesse sentido bell hooks reforça como o patriarcado e o racismo implicam nos movimentos coletivos das mulheres a serviço da supremacia branca-capitalista, mas que de toda forma:

[...] em relação ao trabalho doméstico, seja qual for a forma e a direção da luta pela libertação negra (a reforma dos direitos civis ou o movimento black power), o espaço doméstico tem sido um local fundamental de organização, de formação da solidariedade política [...] O lar tem sido um local de resistência (HOOKS, 2019, p. 115).

Portanto, “criar” envolve também doar, trocar e compartilhar, não só coisas (alimentos, brinquedos e roupas), mas também o tempo de receber, olhar, brincar, passear, festejar com as crianças. Ele conflui, pode-se dizer, de forma inspirada em Milton Santos e Maria L. Silveira (2005, p. 307–308), como o resultado de uma “interdependência entre ações e atores que emana da sua existência do lugar, fruto do próprio dinamismo de atividades” comuns, aqui situadas nas intimidades da casa. Dessa forma é que com as narrativas das mulheres entoam-se sentidos de *comunidades* nas vivências do “criar”, pelas “lutas” por satisfazer as “necessidades” das crianças coletivamente, com parentes (não) consanguíneos e principalmente com as mulheres nas con-vivências de vizinhança, haja vista que a sensação de instabilidade sobre a produção sistemática do medo no presente-futuro das crianças, “às costas” do urbano, re-cria disposições, adaptações e novas ações em que os saberes e as emoções se trançam nas frestas das dominações do capital e das estratégias não-capitalistas de se “comunizar”, nas intimidades do que se vincula ao feminino (mulheres, crianças e a casa). É nesse terreno que as práticas se compõem como “infrapolíticas” (LUGONES, 2014) na intimidade cotidiana.

Considerando que neste contexto, por dentro das intimidades dos “apertos”, que também se encontram as asperezas de lidar com as *outridades* nos processos do “criar”, embargado por manter as crianças vivas, não somente existindo, mas vivendo bem e felizes, também ficou perceptível nas narrativas das crianças. Elas entoam as relações “apertadas”, ou seja, conflituosas, tensas e baseadas na “força” hierárquica em viver nas práticas protetivas, produtivas e educativas das relações intergeracionais em casa. Elas reconhecem os sentidos de liderança de suas mães, tanto no acompanhamento de suas atividades escolares, na disciplinarização dos seus corpos e outros afetos comuns do “criar”. Nesse sentido, como a grandeza ou a vulnerabilidade informada pelo corpo e como se promove o encontro de práticas comuns de enfreitamento, investimento e engajamento para a existência da vida e de uma vida boa/melhor na infância, é que se movimentam o trançar das sobre/super-vivências a seguir.

## 5.2 “O pobre é chique”: a infância criada

Durante os diálogos com as crianças em suas casas, ficou aparente algumas narrativas, como de Jhefferson e Chico, em relação às condições financeiras daqueles que provêm os recursos que mantêm a casa e o vivido nela. A presença ou/e a ausência do dinheiro, além de como ele pode ser obtido, eram citados quando contavam sobre suas vivências comuns e aquelas que desejavam acessar, como por exemplo, visitar algum ponto de lazer na cidade. Além disso, dentro do contexto pandêmico, narrativas relacionadas ao empobrecimento das práticas na infância e principalmente das condições de vida no contexto familiar como responsável por prover a vida das crianças, foram apontados em vulnerabilidades sentidas por quem é criado junto a quem cria, ou seja, entre as crianças e as mães, mas que os pais (e outros parentes homens) aparecem de forma simbolicamente adjacente nesta relação.

A questão do dinheiro neste âmbito aparece fortemente, tendo em vista que aparenta ter sido, desde a pandemia e ainda persistir, uma angústia presente nas casas. Não é possível esquecer que, como apresentado na publicação do UNICEF<sup>95</sup>, neste contexto as crianças foram as “vítimas ocultas”, ou melhor, “ocultadas”, pois com a redução drástica das rendas e do desemprego pela impossibilidade do trabalho presencial, geralmente de modalidade informal para a maioria das famílias do contexto pesquisado, acarretou a escassez e miserabilidade em torno do poder de acesso aos bens consumíveis alcançáveis pela posse do dinheiro, como a comida, mas também do acesso ao transporte e aos atendimentos para cuidados com a saúde<sup>96</sup>.

O acompanhamento vivido co-geracionalmente entre as mulheres e as crianças na casa aponta que, além da segurança investida pela “convivência atenta” diante do medo da violência nas localidades, são com as crianças que as mães dividem as angústias sobre as faltas, as necessidades e sobre os desejos a serem comprados, como nas narrativas de Jéo e Binho apresentadas anteriormente.

---

<sup>95</sup><https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/familias-com-criancas-e-adolescentes-sao-vitimas-ocultas-da-pandemia-revela-pesquisa-do-unicef>.

<sup>96</sup>É importante lembrar que no contexto pandêmico, as crianças eram entendidas como “vetores” do vírus. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), durante a pandemia a vacinação de crianças teve queda considerável, registrando mortes evitáveis de crianças se o sistema de saúde tivesse mantido o oferecimento das vacinas e destaca “a necessidade contínua de esforços de recuperação, atualização e fortalecimento do sistema”. É interessante relembrar ainda que durante o governo anterior, “anti-vacina”, que as crianças foram as últimas a serem atendidas pelo esquema de vacinação, e conforme o publicado no jornal Brasil de Fato, “o então presidente Jair Bolsonaro, afirmou em uma transmissão ao vivo nas redes sociais extraoficialmente o nome das pessoas que aprovaram a vacina entre 5 e 11 anos. “Nós queremos divulgar o nome dessas pessoas. A responsabilidade é de cada um. Mas agora mexe com as crianças, **então quem é responsável por olhar as crianças é você, pai**”, disse”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/19/governo-adia-liberacao-da-vacina-contracovid-para-criancas-mais-de-mil-morreram-da-doenca>.

Conversando com Miguel (Aratu 2), ele explicou que as outras crianças perto da casa dele às vezes “*não tem o que comer*” e para ele a vida é melhor porque “*tenho pai, tenho mãe*”, indicando que os pais são primos e que por isso, segundo Miguel, ele seria “*meio doidinho*”. Ray, sua mãe, inclui que ela se esforça para que Miguel frequente a escola regularmente, mesmo que para acessá-la tenham que se empenhar em uma considerável “*andança*” de onde moram até a escola, “*porque hoje em dia se você não tiver algum estudo, você não tem nada*”. Quando perguntei se a infância dele parecia com a das outras crianças do Aratu, ele disse que “*mais ou menos, porque eu em vez de ficar brincando tem que sair pra ir comprar cigarro, né mainha?...comprar sabão*”, ele ri indagando a mãe, que ri também, e completa “*minhas perna cansa*”, explanando que não gosta de ir fazer as compras necessárias porque o mercadinho é longe e tem que ir de bicicleta. Brincou quando sua mãe contou que quando o deixa sozinho em casa, o orienta para que seja responsável pelos objetos e por ele, não devendo abrir a porta nem para o presidente, que brincando, Miguel adverte: “*Se for presidente eu vou pedir um iPhone X e um computador*” . Me mostrou seu quarto, com um quadro de quando era bebê, um bichinho de pelúcia em cima de uma cadeira quebrada, mostrou o ventilador “*estragado*” , abriu o guarda-roupa com poucas peças que a mãe comprou, “*uma linha de brinquedos*” e a sua foto fantasiado de homem de ferro tirada em uma festa na escola, afirmando que “*o pobre é chique*” (Miguel, janeiro de 2023), ou seja, os movimentos cotidianos das “*compras*” com o dinheiro tem participação ativa de Miguel, e ele reconhece que dentre as coisas necessárias da casa e aquilo que é de seus desejo, há, com sua mãe, ocupações e aquisições cotidianas, ele apreciando ou não.

No caso de Jhefferson e Chico, como apresentado nas vinhetas narrativas 1 e 2, a questão do trabalho vivenciado nas relações com as mulheres e homens (parentes ou não), demonstram processos de aprendizagem em que o dinheiro ganha significado de troca a partir do engajamento sobre algum saber-fazer, e é o que provoca também o saber-fazer-poder, ou seja, poder comprar e de “*ter o que fazer*” com aquilo que se deseja. Jhefferson mesmo tendo enfatizado que não compra nada divertido, ainda assim, apresentou os tão sonhados livros adquiridos através do seu “*trabalho*” em juntar e vender latinhas. Porém, em suas narrativas por ser o “*homem da casa agora*”, o menino mais velho e mais forte como se faz visto relacionalmente pelos irmãos, parece carregar a responsabilidade de cuidar da mãe e dos irmãos, tanto a partir do seu trabalho com o vizinho, do qual procura entregar à mãe boa parte do dinheiro para que compre as “*necessidades*”, como do trabalho doméstico de “*olhar*” as crianças mais novas, fazer “*comida*”, plantar no quintal sua “*plantação*” e outros afazeres que condizem com a organização da casa. Jhefferson entoa perceber que, além do dinheiro, as



“necessidades” também se referem a sua presença junto aos irmãos quando a mãe necessita cuidar do bebê ou sair para resolver algo da casa, ou seja, o cuidado da casa e de sua família também faz parte do seu “trabalho”, entendido nesse caso, como “*ajuda*” engajada com a mãe a partir do poder da “confiança” investido pela mãe. Além disso, na casa de Jhefferson, ainda por rebocar as paredes e por colocar o piso, ficava entendido entre ele e a sua mãe, que o estudo era fundamental para que um dia fosse “patrão”, e essa narrativa ela fazia questão de compartilhar como sendo uma “virtude” incorporada no contexto familiar.

Ao contrário de Jhefferson, Chico já convive aparentemente com consumo de materiais que indicam mais “conforto”, visto que tem o seu próprio quarto e uma casa estruturada, tanto pelas condições de renda do pai, como pelo trabalho de Marisa, sua mãe, em gerenciar a construção e pensar no espaço da casa, mesmo não exercendo regularmente uma atividade remunerada. No terraço da casa de Chico era comum entre as crianças o manuseio do celular e ao mesmo tempo outras brincadeiras na terra, ele mesmo tinha acabado de ganhar um celular em seu último aniversário, em janeiro de 2022, com o qual as vivências eram trançadas entre vídeos do tiktok, jogos de videogame e de bola no terraço. Chico vivencia as economias financeiras e afetivas sobre suas condições de vida nas con-vivências familiares pelo quintal, pelo terraço, na sala de sua casa (com sua mãe, avô e outras crianças que são suas parentes) e no movimento de “andar” pelas ruas com seus bichos na companhia do avô e de outros homens da família. O que liga o afeto de Chico principalmente ao avô, segundo ele, é o “amor” pelos bichos e nessa con-vivência também compreende que o “estudo” não se faz necessário para ganhar dinheiro, já que seu avô, que não “tem estudo”, tem retornos financeiros a partir da compra e venda de novos animais para conhecidos e para a vizinhança. Assim que o menino percebe como o dinheiro é necessário para o sustento da família, em outras palavras, Chico aprende a ganhar bens materiais e simbólicos “investindo” e é com o avô (pai-vêio) que a maior parte do tempo-lugar aprende, manuseia e observa o uso do dinheiro no cotidiano para consumo próprio e, com a mãe, socializa uma “convivência atenta”, em relação a sua segurança.

As vivências dos meninos se assemelham a de Binho, que mora no Aratu 1. Ele contou que sentia “*saudade da Penha*” pois tinha a rua e a praia para brincar, já no Aratu “*é entediante... eu tenho tempo pra tudo...mas sou muito preguiçoso, tipo eu não gosto de ficar capinando*”. Binho tem que cuidar da cachorra da família, e no período de isolamento social e mudança de moradia, além das “*obrigações*”, se dedicou a desenhar, como vivência prazerosa, e explorar os cantos da casa, subindo nas árvores enquanto conquistava a oportunidade de fazer novos amigos. O acesso à rua, segundo ele, é controlado por sua mãe devido a inseguranças diversas, que “*não pode sair para longe se não ela reclama*”. Além

disso, em situações de “*aperto*”, Jéo aponta como Binho “*é para o comércio*”, pois ao observar a situação de escassez na casa deu a ideia para a mãe “*fazer hambúrguer, que entregava de bicicleta*”, além de juntar latinhas comumente para “*fazer um dinheirinho*” (Diário de campo, Binho, novembro de 2022).

Com as vivências das crianças pela casa e nas proximidades, as condições de renda são sentidas por elas e emanam a compreensão do trabalho como fonte principal para “satisfazer” as necessidades de si e de todos da casa, além do que, entoam que a tarefa principal sobre o provimento do dinheiro estaria para o “homem da casa”, ou seja, o “sustento” da casa é entendido como sendo um trabalho desempenhado pelo homem (do pai-do avô) ou ordenado por ele. A presença do pai na casa como provedor financeiro e como são vistas as posses a partir do dinheiro investido no cotidiano, também foi lançado por Diogo (que vive na vila dos pescadores - Penha), pois quando afirmou gostar de viajar, jogar jogo da sorte no celular e dormir sozinho no seu quarto com a televisão ligada por medo do escuro, deixa entendido que isso só é possível pelas condições financeiras apresentadas por seu pai, afirmando que ele “*tá podendo! Ele já morou em vários lugares e tem um monte de casa [...] ele sabe dirigir para vários lugares*”, compreendendo o histórico sobre os recursos conquistados a partir da renda oriunda do seu trabalho.

Miguel, que mora no Aratu 2, apontou claramente esta compreensão quando relatou que para quem é criança na localidade a vida é “*mais ou menos, porque tem criança que mora na rua, tem criança que num tem pai, aí tem só pai, aí só a mãe, aí tem criança que o pai manda ir trabalhar na rua, perdendo aula*”. Enredos como este foram compartilhados nos encontros coletivos com as crianças no Aratu e a seguir nos informam como tais compreensões estão trançadas às vivências.

Em uma roda de conversa realizada com as crianças no projeto Amigas Solidárias, uma das meninas disse que nem todas as crianças se divertem no Aratu, pois “*tem criança que é pobre*”, “*tem criança que mora na rua*” e “*tem bebê sem pai*” (Diário de campo, Roda de conversa, outubro de 2022). As crianças, dessa forma, deixam entendido que o poder sobre como conquistar o dinheiro para o uso cotidiano através do trabalho, principalmente para aquelas que convivem com o pai em casa, geralmente está sob o poder masculino. Em outro momento no projeto, as crianças acionaram, através do desenho na parede com giz, alguns elementos que gostariam que tivesse no Aratu: “*poste, rua de asfalto, balão, casa do papai noel porque dá presente, acampamento, um lugar de bola basquete, campo de futebol, praia, árvores de maracujá, árvore cheia de fruta e natureza*” e ao ouvir sobre a casa do papai noel, Rane apresentou o que desenhou “*esse aqui é o Papai Noel, o viado, e a casa cheia de*

*presente, ele me dá direto presente pra mim...era o que eu queria*”, reforçando que o seu pai “*dá tudo o que eu quero, ele compra presente direto pra mim, tudo que é negócio ele compra*” (Diário de Campo, roda de conversa, agosto de 2022).

As outras crianças comentam que as coisas que Rane ganha seria de acordo com seus desejos: “*celular, tablet, patinete*” e ela justifica que o seu pai, o único familiar com quem mora, “*tem dinheiro, recebe mil reais... direto...ele trabalha não, ele fica recebendo*”. Em outra ocasião em que brincamos pelo quintal, convidei as crianças para que, com um graveto, imaginassem uma varinha mágica que realizava desejos e Rane imediatamente transformou uma folha em um “*I-phone mágico*”, relatando que certa tarde, no bingo que acontece ao lado da sua casa e que geralmente se observou sendo ocupado em uma maioria de mulheres, jogou e ganhou R\$ 400,00, comprando com esse dinheiro o tão sonhado celular (Diário de Campo, agosto de 2022). Aparece nestes sentidos como a rede global insiste em impor que bens consumíveis devem fazer parte da vida cotidiana, mas quando isso não se faz possível é que elas articulam e compõem lugares- naturezas outras para as práticas entre pares (Capítulo 6).

Nesse enredo, as crianças percebem, além do que a partir do dinheiro se pode consumir, como a divisão do trabalho em relação ao gênero acontece no ambiente doméstico e qual é mais valorizado pelos/as adultos/as. De acordo com Sarah e Lili, as crianças reclamam que o “*pai não deixa... porque manda: eh menino... vai ter o que fazer! às vezes por incentivo dizem ‘vai fazer isso, vai fazer aquilo, né?’*”. Nesse sentido, uma das crianças (menina) reforçam o comentário das educadoras afirmando que só podem fazer a tarefa de casa no “reforço” porque “*meu pai não deixa... tem o lixo pra levar ou manda lavar um prato*” (conversa informal, projeto Amigas Solidárias, maio de 2022). Nesta oportunidade inicial, Sarah e Lili ao ouvirem as crianças falando sobre a origem de suas motivações em frequentar o espaço, apontam o esforço para que elas “*tenham tempo pra tudo*”: comer, brincar e estudar.

Nesse sentido, as crianças parecem enunciar que o poder sobre o direcionamento do tempo-espaço nas ocupações da casa e para fora dela é do homem-pai em relação às crianças, principalmente quando um dos meninos considerou que “*ele é o cabeça, porque ele é grande*” (Roda de conversa, maio de 2022). Ou seja, ao pai quando presente, concentra-se a noção sobre o poder de dominação para a consolidação das práticas domésticas, no entanto, para as crianças e as mães, enquanto dominadas, são quem efetivam tais práticas. As crianças referenciam como ásperas as relações em casa, também comum a outros parentes masculinos mais velhos, como Dani (6 anos) relatou, fazendo cara de brava, sobre o seu avô ser “*muito ruim, porque não deixou eu entrar em casa quando cheguei em casa pra não bagunçar, porque tinham acabado de limpar...fiquei em pé do lado de fora com a mochila nas costas*”

(Dani, roda de conversa, abril de 2022). Parece que a rua está para o homem e a casa está sob seu poder quando ele ocupa o espaço, exercendo a responsabilização sobre os movimentos nela em relação às crianças e às mulheres.

Para tanto, assim como o dinheiro aparece como posse principalmente do homem, os movimentos no cotidiano com o dinheiro estão para as crianças junto às mulheres. Ao perguntar o que é ser pobre quando as crianças no Aratu adjetivaram desse modo outros pares, explicam que é *“sem ter dinheiro pra comprar carne”* e *“é muito triste”*, pois é um *“problema quando o pai não tem dinheiro”* e apontam como no comércio local as mães buscam compras *“pegando fiado”* e enfrentam filas para buscar cestas básicas nas escolas e no projeto Amigas Solidárias para alimentá-los (Crianças, Roda de conversa, junho de 2022). Percebe-se que as crianças compreendem que seria comum o “homem” ser provedor financeiro nas casas, mas que mesmo na presença/ausência dele, enquanto acompanhante das práticas são as mulheres da família que se engajam em proporcionar as vivências relacionadas ao prover do que é desejado e necessário, ou seja, se percebe incorporada uma noção de estrutura familiar em que as relações de gênero (se) ocupam movimentos distintos em relação às con-vivências com as crianças e apontam como a reprodução de um maternalismo ideal responsabilizado pelo “sustento”/cuidado cotidiano durante a infância cabe às mães.

Neste movimento, as crianças indicam que o dinheiro possuído pela família, especialmente pelas mães e outras parentes, fornece condições para *“ir para os lugares”*, visto que *“tem que ter dinheiro...minha vó me levou e comprou um monte de coisa...era igual uma feira”* (Crianças, Roda de conversa, junho de 2022). Além do que “podem gastar” com passeios, as crianças contam que tais oportunidades variam de acordo com os movimentos afetivos dos pais em relação a elas, além do que essa possibilidade aumenta quando há a presença de ambos e quando há harmonia na casa. Uma das crianças sinaliza que *“o problema é quando os pais briga, porque é triste...eles ficam separados, e eu quero carinho para os dois juntos”*, alertando que é comum entre os contextos familiares das crianças a incidência de “casamentos” para além dos seus pais biológicos, com várias reconfigurações familiares: *“meus pais casou faz 3 anos, mas tem 4 irmãos por parte do pai, só o caçulinha que tem a mesma mãe que eu”*, e estes “aumentos” no número de pessoas morando na mesma casa acarretam limites em relação aos recursos direcionados para cada criança, já que elas têm que dividir os bens materiais e simbólicos entre tantos (Roda de conversa, Projeto Amigas Solidárias, julho de 2022).



Imagem 58. Família de uma mesma casa. Foto: Karla Mendonça, abril de 2022.

Assim, as crianças nos levam a entender que neste lugar vivido, o engajamento e o investimento em práticas que tenham retorno do dinheiro “vivo”, que compra desde o cuscuz até o celular, e que as levem para passear pelos “lugares”, são fazeres necessários para ter uma vida confortável baseada no consumo daquilo que é necessário e prazeroso (sobre/supervivências). As crianças percebem os movimentos feitos pelas mães dentro das casas em relação às “necessidades” e como o dinheiro nessas con-vivências é um bem que permeia a manutenção de suas vidas e também das ocupações prazerosas, como comer doces, ir a praia ou ao parque da Lagoa e da Bica, ambos no centro da cidade. Sofia em uma de nossas conversas afirmou que *“toda criança tem que ter o que fazer”*, como também apareceu similarmente nas vinhetas de Jhefferson e Chico, e que a falta do dinheiro, como compartilhado pelas crianças, gera os “apertos” e os desconfortos de serem negados os desejos por consumirem *“coisas divertidas”* e *“passear”*. Essa realidade é sentida por elas e, desse modo, compreendem que deve haver engajamentos para conseguir o necessário, principalmente pelas mães, como entes que as acompanham cotidianamente.

Estas reflexões acionadas pelas crianças sobre o uso do dinheiro, o cuidado cotidiano e sobre as práticas centralizadas em uma economia de “investimentos” nas intimidades das casas para a “manutenção” de suas vidas e da família, são discutidas por Valeria Llobet (2021) ao analisar como as políticas sociais de proteção à infância contribuem com uma reprodução social de hierarquias e dicotomias sobre como e quem deve garantir os direitos

durante a infância. A proteção que tende a ser compreendida principalmente aos contextos privados através de uma economia moral acionada pelas instituições no ambiente “familiar” ideal, ainda podem “reforçar o ideal dominante que trata as mães como responsáveis pelo bem-estar infantil” (LLOBET, p. 436, 2021, tradução minha).

Entretanto, cabe observar certo (des)fiar de outras economias (morais e emocionais) que as crianças acionam entrelaçadas às práticas que o dinheiro prevalece como forte mediador do “criar”. Em uma roda de conversa com as crianças no projeto “Amigas Solidárias”, algumas delas reforçam algumas práticas relacionadas às mães que atentam sobre a centralização do sentido de proteção, cuidado e afeto fortemente vinculadas a elas e que as frustrações nesse sentido são profundas. Biel conta que sua mãe o chama de “*seboso, porque eu chupo dedo*” e que ele e a irmã são criados pela avó em um único cômodo em condições bem instáveis e vulneráveis, como pude observar na caminhada pela localidade durante o plantio das mudas de pau-brasil. Ele aponta que tem duas mães, mas uma delas o abandonou, e sobre ela que é sua mãe biológica relatou que “*me chama de demônio, de macho.... a minha mãe verdadeira...ela quis me matar na barriga dela...ela me chinga!*” (Biel, conversas informais, abril a junho de 2022).

Ainda nessa costura, sobre relacionar às mães ao poder sobre seus corpos, as crianças indicam a autoridade em relação às práticas em casa e fora dela. As crianças, narraram que é a mãe “*quem manda*” em casa, apontando como seus comportamentos contrários às suas vontades provocam agressões. Ryan<sup>97</sup> conta que o “*pau é quem cuida*” e que quando “*ela está estressada*” ou “*quando está muito braba*” (a mãe) é o momento em que acontecem a maioria das “*pisas*”, ela o avisa “*só vou juntando*”, e quando ele entende que o seu comportamento transborda os limites da “*paciência*” da sua mãe, “*ela dá uns murros no meu espinhaço*” (costas). Estas vivências se assemelham com a pesquisa de Camila Fernandes intitulada como “*Mães Nervosas: um ensaio sobre a raiva entre mulheres populares*”, que ao pesquisar com mulheres e crianças sobre o vivido no “*caos maternal*”, reflete como as mulheres das camadas populares, levadas à exaustão entre tantas violências estruturais e nas intimidades domésticas, além de cobradas por um Estado e uma comunidade pública que naturaliza seu papel de darem conta sozinhas das crianças “*que colocam no mundo*”, criminaliza essencialmente a violência contra a criança como uma disposição “*histórica*” amarrada à incivilidade e encobre a passividade e a arrogância do poder público em “*abafar*” as desigualdades raciais, de classe

---

<sup>97</sup> Para preservar a confiança e a identidade das crianças ao confidenciar as situações de violência vivenciadas no ambiente doméstico, seus nomes verdadeiros são preservados.

e de gênero, as quais incorporadas como ira, é despejada para aquele que lhe é “dependente” (FERNANDES, 2018). Mais sobre as con-vivências das crianças em meio às “iras” sentidas, incorporadas e compartilhadas, tratarei no capítulo 7.

Além da questão da disciplinarização através das agressões ao corpo, existem ordens incorporadas pelas diferenças de poder que são reproduzidas intrageracionalmente, como observado após um dos momentos de lanche em que algumas crianças discutiam: “*É porque Ane tá mandando ele lavar o prato de todo mundo daqui da sede*” e “*ninguém é mãe de ninguém, ninguém é empregado de ninguém, pra ta mandando!*” (Miguel e Yasmin, Diário de campo, junho de 2022). A representação da mãe enquanto aquela “que manda” revela a tríade com as percepções das crianças já que, enquanto provedora e protetora, ela também é investidora em seus corpos de modo multidimensional, inclusive de forma violenta, e isso afeta suas ações entre pares. Essa relação, nas palavras de Michel Foucault, poderia ser significada pela fabricação de:

[...] corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis [...] Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 1999 [1987], p. 164).

O corpo das crianças, como assujeitados a uma disciplina rígida e agressiva à pele e às emoções, provavelmente dentro da concepção do “criar” por suas mães, revela como através da punição e da ordem, se registra como a força punitiva do poder adultocêntrico. No entanto, para além disso, é válido refletir como o controle sobre os corpos, sentido pelas crianças nas con-vivências com suas mães, revelam também um “investimento político” (FOUCAULT, 1999 [1987]) como estratégias e articulações cotidianas “às cegas” para sua preparação nesse mundo de desilusões e misérias que atingem, nas complexidades do ambiente doméstico, as dominações e reproduções de desigualdades de classe, de gênero, raça e de idade a ele imposto, ou seja, em um contexto empobrecido em relação a renda deve ter pressa por crescer. Desse modo, ao se pensar tanto no corpo da mãe, como da criança, enquanto agentes de disposições (em devir), é que intergeracionalmente tensionam o poder enquanto investimento no “conjunto de suas posições estratégicas [...] que passa por eles e através deles; apóia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apóiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança” (FOUCAULT, 1999 [1987], p. 31).

Considerando o jogo contratual geracional estabelecido nas economias domésticas implícitas a estas relações, pode ser refletido que mulheres e crianças, enquanto corpos políticos, também são seres biopsicossociais (INGOLD, 1990) ao entoarem sobre as suas ocupações e controles ligados aos bens consumidos e vividos, principalmente aqueles



referentes à sobrevivência em que marcadores como gênero e idade estão imbricados às tarefas, sejam elas condicionadas, estrategicamente negociadas, adaptadas ou recriadas. Nesse sentido, o corpo como biológico, social e psicológico se trançam organicamente nas naturezas-culturas do vivido no lugar e gritam quando as condições de vida são em contextos empobrecidos, lembrando os vínculos inseparáveis do corpo com a natureza e que dentro do espaço social através da socialização e da cultura, construídas e vivenciadas, se sente e se incorporam as forças físicas-simbólicas de forma potente, portanto, se banhando e derramando de/no mundo com/nas práticas sociais (INGOLD, 2015) .

Algumas semanas depois do início de minhas visitas na organização das “Amigas Solidárias”, três das meninas de mais idade e estatura, como Diana (11 anos), foram orientadas a ajudar a servir o lanche nos pratos e distribuir para as crianças nas cadeiras, muretas, pontas de escada ou qualquer lugar que pudessem sentar para comer, cuidando para que todas recebessem o alimento. Elas avisavam que não teria “*repetição*” caso as crianças desejassem comer mais, de modo a lamentar que a comida era pouca para a quantidade de crianças e que o alimento “*deixado*” seriam comidos por elas, que serviam o arroz com soja (Diário de campo, abril de 2022).

Observei que Diana, comentava e se posicionava como responsável por seus três irmãos mais novos e estava sempre atenta por mediar os atritos entre eles com as outras crianças durante as atividades coletivas, mesmo que ao mesmo tempo procurasse participar e realizar seus próprios fazeres, geralmente de forma séria, beirando sorrisos resistentes. Com ela e as outras meninas com mais idade (entre 11 a 13 anos), foi possível perceber que dentro do próprio “reforço”, as meninas, assim como as mães e as educadoras “Amigas Solidárias”, faziam críticas em relação ao desperdício da comida e se preocupavam com o quanto comiam as crianças mais novas, além de observarem os conflitos entre elas, seus choros e o quanto estavam entretidas nas brincadeiras. Elas se posicionavam em um dos cantos do terraço e observavam tais movimentos, porém poucas vezes integravam os movimentos brincantes.

Biel relatou, quando certo dia no projeto foi servido feijoada no lanche (das sobras de um evento do dia anterior), que na escola regular municipal que frequenta pela manhã “*não tinha comido nada...só comi biscoito com danone, mas não pode repetir*”, justificando o motivo de ter comido três pratos e a sua irmã outros dois de feijoada, todas as crianças comeram bastante neste dia, com repetições aos sorrisos. Nos dias em que o alimento servido era pão com carne ou com ovo, bolo e outros alimentos que lembram lanches e não “almoços” como identificavam as crianças, elas se mostram muito animadas, porém as educadoras diziam preferir servir refeições como sopa, cuscuz com galinha, inhame ou

macaxeira com alguma proteína para “*sustentá-los por mais tempo*”, mesmo que nestas refeições, como observado, o desperdício era perceptível por conta das “verduras” que muitas eram rejeitadas. Por vezes ouvi as crianças afirmando que gostariam que “*o lanche da escola (regular) fosse todo dia assim (como no projeto)*”, pois “*lá é todo dia banana*”, além disso “*lá colocam só duas colheres (de algum outro alimento) e não enche o bucho não*”! (Crianças, Projeto Amigas Solidárias, agosto de 2022).

Portanto, a “comida”, seja ela em forma de lanche nas tardes da organização, sejam as cestas e outros alimentos festivos servidos nas comemorações, se concretizam como o bem necessário a ser oferecido a partir das “Amigas Solidárias”, e isso era reforçado por várias vezes pelas educadoras quando alertavam que no Aratu “*O povo tá passando fome*” e que todos que chegam ali no projeto é “*porque precisam comer*”. Sobre isso, uma das meninas que se coloca como colaboradora e irmã de outro menino que também frequenta o “reforço”, conta preferir “ajudar” as Amigas Solidárias do que ir à escola, por reconhecer o valor para a localidade, revelando que “*já cheguei aqui e vi elas chorando porque no dia não iam poder abrir (o projeto), porque não tinha um pacote de bolacha para as crianças*” (Diário de campo, setembro, 2022).



Imagem 59. São João das Amigas Solidárias com apoio da organização da “Geladeira Solidária”. Junho de 2022.

Assim, a comida como fonte primeira da sobrevivência, para as crianças se enuncia para além disso, pois nos dias em de festejos e alguns passeios no quais foram possíveis presenciar durante a pesquisa, elas recebiam com pressa e entusiasmo o lanche oferecido principalmente pela “Geladeira Solidária”, comendo o quanto podiam aquilo que não parecia ser o comum, como os bolos enfeitados e diferentes tipos de pratos com proteínas diferentes da salsicha, sendo o alimento mais citado como “mistura” entre aqueles consumidos pelas crianças. Depois de uma festa de São João na sede das Amigas Solidárias, com o apoio no serviço para servir a alimentação pela organização parceira “Geladeira Solidária”, ao colaborar com a entrega dos pratos com comidas típicas da época, Rafael disse algo que me marcou: *“você é muito boa tia!”* e eu surpresa perguntei o porquê, ela revelou: *“porque no dia da festa do São João você me serviu”*. Nesse sentido, **servir** comida está além de matar a fome ou saciar um desejo, mas também de afetar sentidos relacionados ao cuidar, ou como dito pelas mulheres, do “criar” o outro. Além disso, a “comida”, como bem consumível estabelecido como a principal necessidade no cotidiano das crianças, é “comum” ser vivenciada a partir da “responsabilidade” das mulheres, tanto pela busca, como pelo cozer e principalmente pelo servir, visto que, são elas que lutam e cultivam este bem nas familiaridades dos lugares comunitários.

Portanto, o alimento e os afazeres domésticos que acabam tendo de fundo o dinheiro enquanto regulador, também aciona um trançado de práticas de afeto e de acalanto quando acessam uma “comida” saborosa, acolhimentos e vivências contentes.

Quando as crianças apontam o quanto tudo é longe no Aratu, principalmente as escolas e unidades para tratamento da saúde, revelam sobre a dificuldade que a renda limitada as privam do acesso a um bom atendimento e con-vivências harmônicas. Vitória conta que *“é longe o hospital, eu não fui bem tratada... a médica disse que eu não tava com cara de dor... me deu vontade de dar na cara dela...fiquei braba, vontade de dizer a senhora não tá na minha barriga”* (Vitória-8 anos, Projeto Amigas Solidárias, junho de 2022). No desfile cívico em setembro deste mesmo ano, organizado pela instituição, em que as crianças organizadas em alas, segurando cartazes e vestindo roupas confeccionadas por Sarah, Lili e outras mulheres (mães e voluntárias) que apoiam o projeto, observei que Vitória estava com as pernas machucadas; ela explicou que estava *“inflamada e não tem dinheiro pra comprar antibiótico que a mulher do posto passou”* (uma unidade móvel estacionada na entrada do Aratu 1), momento em que sua mãe solicitou à Sonhadora para ver se teria o medicamento na unidade de saúde da família do bairro vizinho (Cidade Verde). Reencontrei Vitória na instituição duas semanas depois com as pernas saradas, apontando, segundo ela, que tinham

“melhorado sozinhas, porque não tomei o remédio”. Em outras ocasiões, era comum ver as crianças reclamando de seus “machucados” e “feridas”, tratadas de modo caseiro e improvisado por suas mães, observando as marcas das feridas cicatrizadas no corpo uma das outras, principalmente aquelas causadas pelas “muriçocas”. Uma das crianças, com as pernas cheias de marcas arredondadas, foi apontada por outra como sendo de “sangue fraco”, que é com “pomada” que ela trata “sozinha” e que além das muriçocas, é o “bicho-de-pé” o grande causador de cicatrizes e dores no cotidiano das crianças no Aratu.

Além disso, as condições financeiras para comprar, não só alimentos e remédios, mas roupas também é uma problemática para as crianças, alertando que usam “coisas que dão”. No projeto das “Amigas Solidárias”, presenciei o brechó organizado especificamente para as crianças, já que é comum na organização a doação de roupas para as mulheres da localidade, principalmente através da organização “Clube de mães” que realiza mutirões para as doações de objetos para casa, alimentos e roupas para a família. Nesta oportunidade, as crianças acessam na bancada e em cabides, roupas e calçados selecionados e em boas condições para que escolham, fazendo o movimento alegre de experimentar e desfilarem pela unidade com as roupas escolhidas, inclusive para irmãos e irmãs mais novos.



Imagens 60 e 61. Brechó para as crianças. Fotos: Karla Mendonça, agosto de 2022.

Através do “reforço” ou das “Amigas Solidárias” as crianças acabam tendo acesso a uma diversidade de “doações”, algumas que colaboram com a família em geral, como as festas que oferecem almoços, jantares, cestas básicas e roupas, e outras específicas para elas.



Segundo Sarah, muitas das crianças se recusam a participar das atividades que envolvem as propostas de escolarização, esportes e artes, mas quando sabem pelos colegas de algum passeio ou festa em que teriam oferecimentos de doces e brinquedos, além de outras coisas, elas aparecem “*de monte*”.

Yasmin, em uma das propostas participativas desta pesquisa (Desenho na parede “As crianças no Aratu”), expôs essa percepção ao desenhar a sua casa. Ela explicou que “*eu, outro irmão e meu outro irmão pequeno, aí nós três quando crescer a gente vai dar comida aos morador de rua... Aí eu vou fazer a menina aqui pegando as quentinha, e aqui são as duas bebezinhas gêmeas... eu tenho quatro irmãos... aqui é a piscina, minha amiga e a brincadeira na natureza (banho na chuva)*”. Nestes sentidos, como práticas que envolvem e movimentam as pessoas em busca de bens materiais e simbólicos a serem alcançado sem a troca pelo dinheiro e tendo o foco principal a vida das crianças, elas, direta ou indiretamente, também compreendem noções de solidariedade a partir das vivências com as mulheres, seja no trabalho de prover as “necessidades” da família e da casa, seja com a percepção dos laços trançados de comunidades com os parentes mais próximos e a vizinhança, como Yasmin apresentou em seu desenho e Rafael, como dito anteriormente, compartilhou em seu agradecimento.



Desenhos 6 e 7. Sobre doações, família e naturezas no Aratu. Desenhos de Yasmin. Outubro de 2022.

A percepção de Yasmim sobre a vulnerabilidade das crianças que vivem nas condições de pobreza e que elas, mais ainda, são dependentes das ações dos adultos para a sobrevivência no que concerne principalmente o provimento da “comida” e do “remédio”, ou seja, da alimentação e do tratamento da saúde, retrata o relatório apresentado pelo UNICEF (2022),

com base nos dados preliminares do IBGE em 2022, sobre a múltiplas dimensões da pobreza que atingem a infância. O estudo que aponta dados sobre as privações de renda e com ela as desigualdades na infância relacionadas a educação, alimentação, proteção contra o trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação, revela que nas regiões Norte e Nordeste as infâncias foram ainda mais impactadas pelo agravamento destas condições durante a pandemia, além das populações de crianças negras e indígenas:

[...] entre 2020 e 2021, o percentual de meninos e meninas privados(as) da renda necessária para uma alimentação adequada no País passou de 16,1% para 25,7% [...] . Em números absolutos, esse percentual corresponde a 13,7 milhões de meninos e meninas, um aumento de cerca de 4 milhões em relação a 2018.[...] O aumento da insegurança alimentar entre os 20% mais pobres no Brasil durante a pandemia foi de 22 pontos percentuais, passando de 53% em 2019 para 75% em 2021 (UNICEF, 2022, p. 6-8).

É salientado ainda neste estudo que quando a pobreza monetária piora, a insegurança alimentar piora relativamente mais, tendo em vista que a mensuração das desigualdades socioeconômicas do país também revela a preocupação com as privações no presente-futuro das crianças que atingem o “desenvolvimento” infantil de maneira “saudável”, debilitado em contextos de pobreza. Baseado no compromisso firmado com a Agenda 2030 (ONU), baseada nas ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), o estudo considera que:

[...] as crianças que não foram alimentadas com a dieta diversificada mínima de que precisam para crescer, aprender e desenvolver todo o seu potencial [...] e por estarem em uma fase mais sensível de desenvolvimento, eles(as) são os(as) mais diretamente prejudicados(as) por esses eventos, **o que pode levar à ruptura de seus vínculos protetivos e à violação de seus direitos fundamentais**. Para enfrentar a pobreza multidimensional na infância e na adolescência, o Brasil precisa priorizar políticas públicas intersetoriais e **destinar a elas os recursos públicos necessários e vindos de fontes sustentáveis** (UNICEF, 2022, p. 7, 22, 30).

Contudo, o discurso político que informa a compreensão da infância global no local, vivida sob a privação da renda monetária e das outras privações além dela, reforça contraditoriamente e genericamente sobre a existência de uma diversidade de necessidades e provimentos que influenciam em seu desenvolvimento e crescimento no lugar vivido. Esta questão conflui com o apontado por Valéria Llobet (2021) sobre a infância enquanto recurso moral de tais políticas e discursos por indicarem uma concepção universal de desenvolvimento adequado e quais condicionalidades e ações as famílias (as mães nas vias da prática) devem cumprir, incluindo o uso do dinheiro, principalmente nos contextos empobrecidos:

isto implica que a “infância ideal” não é igualmente acessível a diferentes setores, uma vez que o privilégio de acesso à infância está relacionado com a posição dos sujeitos em termos de raça, classe, riqueza e gênero [...] a administração das crianças e das suas famílias permite a construção de autoridades sociais – parentais e estatais – (VIANNA, 2005) baseadas na reconstrução permanente das hierarquias e classificações etárias e de gênero (LLOBET, 2021, p. 439-440).

Assim, a compreensão universal sobre as “necessidades” na infância persiste nos documentos internacionais e na vida cotidiana das famílias, e reforçam a reprodução das fronteiras sobre o que é econômico e o que é moral no âmbito do cuidado das crianças, a segregação do trabalho não-remunerado das mulheres e cega que esta é uma questão material e política a ser enfrentada (LLOBET, 2021), atendendo assim às exigências do capitalismo. Pode-se afirmar ainda que esta questão reforça o caráter estrutural do marcador geracional (QVORTRUP, 2010) em relação ao desenvolvimento humano adequado, tanto de quem cuida (as mulheres) como de quem é cuidado (as crianças, neste caso). Esta concepção é traçada por críticas nos estudos sociais da infância ao se opor aos critérios classificatórios a partir das idades e aponta que a partir destas noções, através das práticas de socialização e da educação, “a inferioridade de ser criança e a superioridade de ser adulto são estabelecidas e generalizadas como universais” (CASTRO, 2021, p. 42).

No entanto, se há a possibilidade de se refletir e vivenciar o conceito de desenvolvimento não apenas por dentro das discussões psicológicas e etapistas, é importante considerar alguns apontamentos em se tratando da infância enquanto trajetória de vida.

Vale lembrar que a noção de “desenvolvimento” está inserida nas questões econômicas-capitalistas- modernas de entender os seres como forças produtivas, há um senso- comum sobre a linearidade do tempo e de noções binárias e dicotômicas para que indivíduos se tornem consumidores, recíprocos a sustentar o pico das forças dominantes na concentração de riquezas em um sistema violento de exploração e de isolamento, que fornece apenas a comunicação das “faltas” a serem de sanadas pela “luta” individual a favor do capital. O contexto adultocêntrico em que as classificações sociais estão imbricadas, na trama da esfera do cuidado e da família, e assim de socialização, se torna potente ao considerar a questão geracional-estrutural da infância em que estabelece as crianças enquanto grupo de “dependentes” e essas noções “globais” são reciprocamente alimentadas no local do convívio íntimo do cotidiano. Sobre isso, ouvi algumas vezes a afirmativa jocosa das mulheres para o filho/a ou para a criança que é cuidada, que “não tem nem tamanho de gente”, por identificar algum afrontamento, o que permite se ponderar que “para ser gente” o indivíduo necessita ter corpo para isso, isto é, o alcance de “poder ser gente” está no crescimento e no desenvolvimento do corpo como etapa a ser completada.

Bem como as crianças indicaram sobre as relações no ambiente de suas casas, a condução simbólica e material a respeito do trabalho remunerado e das “decisões” sobre o dinheiro, dentro e fora de casa, são ocupações masculinas (pai), lembrando, dessa forma,



sobre a naturalização cultural do capitalismo moderno-periférico em que o homem é considerado “chefe de família”. Já a mulher (mãe) como quem “manda”, indicam como as suas ocupações incidem sobre o “criar” das crianças e outros seres que competem ao ambiente doméstico, tendo elas trabalhos remunerados ou não, e isso se refere a por em prática a proteção, o provimento (i)material e acompanhamento em relação às vivências com as/das crianças<sup>98</sup>. Nesse contexto é que se encontram uma diversidade de afetos morais e educacionais muitas vezes marcados pela violência física e simbólica. Partindo do senso em que o “tempo é dinheiro” para a sociedade capitalocêntrica global (ESCOBAR, 2005), investir na infância é considerar um futuro a ser construído baseado em mentes/corpos com racionalidades que correspondam a “competências” necessárias para um mundo globalizado e para isso que dentro das formas de dominação no Sul-Global denunciadas pelas teorias descoloniais (colonialidades do ser, do saber e do poder), tensionar privilégios e opressões perpassa:

na essencialização do ser homem e ser mulher. O primeiro, que domina a vida pública, representa a virilidade e ocupa os locais de poder; enquanto o feminino é restringido ao âmbito doméstico, representado pelas características da fragilidade e emotividade, incapaz de ser plenamente racional. Com isso se estabelece uma divisão sexual tanto da vida social, quanto do trabalho, em que o homem se autodetermina como dominante e ocupante dos espaços de tomada de decisão e a mulher é subalternizada dentro da esfera do cuidado e da família (LIRA e MEDEIROS, 2023, p.39).

Portanto, a infância enquanto “classe”, de “natureza” vulnerável e dependente, reforçando a noção de grupo minoritário (QVORTRUP, 2011), encontra nas relações paternalistas hierarquias de dominação que as essencializa e “estabelece o tipo de subjetividade humana a ser cultivada desde a mais tenra idade” (CASTRO, 2021, p. 42) com investimentos visando seu crescimento e desenvolvimento dentro de concepções que reforcem e continuem reproduzindo estes padrões sociais. Nestes tempos em que as crianças acabam por ser consideradas como geradoras de “custos”, entendidos sobre o valor do capital, eles ainda podem ser analisados de forma menos limitada quando as crianças os identificam no que envolve ser o “necessário” para as suas existências, primeiramente, claro, quando indicam a alimentação, os remédios e as vestimentas que promove inclusive as suas existências enquanto pessoa, mas também revelarem como o “servir” e o acompanhar das

---

<sup>98</sup> Como o androcentrismo acompanha as relações cotidianas, Nancy Fraser, ao debater sobre as transições históricas dos movimentos feministas em relação aos contextos capitalistas, confere que a reconhecida segunda onda feminista, movimentada em um contexto econômico neoliberal que ataca os Estados de bem-estar social e desenvolvimentistas em defesa do livre-mercado, aponta como a “emancipação das mulheres está subordinado à máquina do acúmulo capitalista em um extremo [...] e desfrutou de um pós-vida perverso. O que foi peça central da análise radical do androcentrismo capitalista serve hoje para intensificar a valorização do trabalho assalariado do capitalismo” (FRASER, 2019, p.40). Ou seja, para mulheres pobres estar em casa com as crianças seria um desperdício de força braçal em alguma “casa de família” ou outra prestação de serviço remunerada, mesmo que pesada e precarizada, direito este “naturalizado” nas camadas mais abastadas financeiramente.

suas atividades cotidianas, como fazer as tarefas de casa, brincar e passear, também são “necessidades” revelam o valor do tempo-lugar dedicado às con-vivências, como práticas de investimentos que custam tanto tempo, como afetos.

O trabalho remunerado, como principal gerador dos recursos para lidar com os custos de se criar uma criança, é percebido por elas quando há dinheiro na base das trocas no lugar de suas con-vivências e ele, mesmo que em forma de “ajuda” nos trabalhos domésticos ou fora dele e através da escola, as crianças incorporam disposições sociais no vivenciar de suas tarefas e “obrigações” e almejam se tornar algo, como patrão, dono de algum negócio, etc. Tendo em vista que elas, historicamente nunca pararam de trabalhar (QVORTRUP, 2011), vivenciam a função social de suas ocupações amarradas a mercadorização da vida cotidiana, assim que nas práticas mais corriqueiras do dia-a-dia, compreendendo os adultos enquanto agentes de “prestígio para o consumo”, é que as crianças encontram-se na diferença geracional por ser- estarem “dependentes” de provimentos e de proteção, já que, obviamente elas não se “criam” sozinhas, mas ao mesmo tempo que o conflito existente sobre o “utilitarismo” das crianças para o funcionamento da vida cotidiana social e cultural nestes lugares<sup>99</sup> (desde a casa) deve funcionar para ele exista familiarmente e comunitariamente, informando assim o movimento recíproco e interdependente no atendimento das necessidades de ambos. É nesse movimento que “toda a nossa socialização e aprendizado é, em grande medida, um aprendizado das necessidades dessas instituições e de como podemos nos moldar a essas necessidades” (SOUZA, 2009, p.109).

Com isso, é relevante compreender a complexidade dos sentidos nessas relações, já que quando se pensa o tempo da infância, ele está relacionado com o tempo de crescimento/desenvolvimento gradativo marcado pelo compasso das idades e dessa forma, uma subida escalada para a conquista de habilidades, principalmente sobre a ilusória autonomia e a emancipação do “ser gente”, ou seja, pessoas adultas capazes de usufruir do poder de exercer a cidadania através do trabalho e das relações mercadológicas. No entanto, o

---

<sup>99</sup> No artigo intitulado “A contribuição do trabalho das crianças para a economia de Catingueira – PB” de Antonio Luiz da Silva et al, no contexto sertanejo paraibano, os autores dissertam sobre como as crianças, de diversas formas, estão envolvidas em atividades econômicas no contexto na participação e na contribuição financeira das crianças para a vida doméstica e municipal. Como percebido nas vinhetas narrativas, o trabalho infantil aqui também é encontrado como “ajuda” nas casas de famílias de contexto “empobrecido”, é entendida como uma atividade secundarizada em relação à escola, reconhecida como local de trabalho validado socialmente. O artigo chama a atenção sobre como as crianças contribuem na geração de renda “real ou simbólica” e nesse sentido, os autores defendem, em relação ao trabalho na infância, “ser interessante não negar a sua existência”, já que para a condição financeira mais vulnerabilizada das famílias, geralmente beneficiárias do programa Bolsa Família, para os adultos e para as crianças é “um tempo de conseguir movimentar dinheiro no presente” em que estas últimas participam movimentando a economia local (SILVA et al, 2022, p. 214) .

jogo da globalização e do desenvolvimentismo que chegam aos locais mais periféricos, dentro da lógica hegemônica economicista, que destina a crença de que “na luta social por recursos escassos” todos têm “as mesmas disposições de comportamento e as mesmas capacidades de disciplina, autocontrole e autorresponsabilidade”, com o tempo se frustram nas relações locais, a percepção contraditória de que se valoriza certo tipo de racionalização cognitiva, moral e valorativa para o mercado, exercendo dessa forma o conflito dualista em marcar “que algumas pessoas são mais gentes que outras”, e idade conta muito para essa condição (SOUZA, 2009, p. 18, 194).

Quando as crianças entoam (in)satisfações em torno do que é exercido pelas mães através do poder de “mandar”, ou seja, nas ordens e nos controles por parte das adultas ou daquele cujo poder é exercido por conta de algum marcador, seja etário ou de gênero (ou ambos), revelam uma racionalidade banhada tanto pela compreensão de como no presente são agentes socialmente produtivas materialmente e simbolicamente nas relações domésticas da casa e da instituição que participam (família e organização educacional), como acionam que as suas “necessidades” devem ser identificadas e providas pelas adultas. Nesse sentido, esta tese propõe que crescer e desenvolver seriam noções energizadas pelos sentidos do devir enquanto condição humana trançada às trajetórias de vida e que para ser possível tal processo, se fazem necessárias coalizões vividas nas frestas das diferenças entre as *outridades* (LUGONES, 2014).

Além de uma reciprocidade intergeracional baseada em um sistema econômico de trocas comuns nas práticas femininas do “criar”, encontra-se que a solidariedade geracional no servir e do acompanhar as práticas das crianças é a energia necessária para o crescer e o desenvolver das vidas no presente-futuro, como fontes que podem “dar conta” de uma contemporaneidade de riscos (QVORTRUP, 2011; BECK, [2010] 2011). Ao enunciar sobre os “custos” exigidos para o sustento da vida das crianças, tanto por elas como pelas mulheres que vivem em condições de pobreza multidimensional, colaboram a pensar sobre os investimentos, enfrentamentos e engajamentos das sobre/super-vivências necessários para o vivido da/na infância, e como eles são incorporadas durante o crescimento ou no que concerne o desenvolvimento, para além das noções etapistas. Tim Ingold (2010) ao criticar sobre as considerações dicotômicas entre natureza e cultura, pensa o processo emergente da cognição humana e forma interessante. descartando a condição hegemônica de que cada indivíduo é moldado unicamente de acordo com as coerções da estrutura social em que participa, ele trabalha com a noção de desenvolvimento enquanto processo complexo de aprendizagem, de incorporação e de reprodução de disposições e habilidades, como conhecimentos situados no lugar das práticas vivenciadas nas relações intergeracionais. Para o antropólogo:

Em vez de ter suas capacidades evolutivas recheadas de estruturas que representam aspectos do mundo, os seres humanos emergem como um centro de atenção e agência cujos processos ressoam com os de seu ambiente. O conhecer, então, não reside nas relações entre estruturas no mundo e estruturas na mente, mas é imanente à vida e consciência do conhecedor, pois desabrocha dentro do campo de prática – a *taskscape*– estabelecido através de sua presença enquanto ser-no- mundo [...] ao longo do desenvolvimento, a história das relações de uma pessoa com o seu ambiente está envolvida em estruturas específicas de atenção e resposta, neurologicamente fundamentadas. Do mesmo modo, envolvidas dentro das variadas formas e estruturas de ambiente estão as histórias das atividades de pessoas [...] Mas como a tarefa através da qual qualquer pessoa se move é constituída pela prática de todas as outras, cada um desempenha um papel no estabelecimento das condições de desenvolvimento de todos os demais indivíduos. Assim o processo de cognição é equivalente ao próprio processo histórico da vida social (INGOLD, 2010, p. 21-22).

Mesmo que a intenção desta tese não seja aprofundar sobre os trançados biopsicossociais humanos que determinam, condicionam ou com estão representados nas ações e práticas das crianças, vale pensar o que Tim Ingold aponta quando pensamos a noção de desenvolvimento na/da infância, enquanto processo que sofre historicamente impactos de acordo com as condições sociais de existência das crianças. Dese modo, associar não só as crianças, mas todos os seres humanos enquanto corpos biopsicossociais, que permeia um presente-futuro sentido físico-mental-emocionalmente em crescimento e desenvolvimento no mundo, pode ser um movimento a entender a interdependência entre as gerações, em especial entre as crianças e as mulheres, enquanto acompanhantes que “se criam” nas asperezas do empobrecimento multidimensional das condições de vida, mas que entoam buscar boas práticas conjuntas em *comunidades*.

Assim, “criar” como ação concomitantemente influenciada pelas lógicas do mercado, quando vividas perifericamente no contexto urbano, também se refere às lógicas de “doar” e de “servir”. Ainda sobre isso, considerando o contexto global e neoliberalista em vigor, a consideração de que o desenvolvimento do corpo social está imbricado ao gênero, a idade, a classe social e a raça, é atentar sobre como provocam relacionalmente, nas opressões cotidianas, práticas outras de resistência, em aprendizagens que se movimentam diversificadamente e geracionalmente nas intensidades, vontades, reproduções e habilidades humanas de ser “gente”, no presente das estruturas sociais construídas no ambiente social das naturezas humanas. Descartar, as noções de crescimento e desenvolvimento quando se pensa a infância nas energias orgânicas do do criar e do existir, no encontro das diferenças geracionais e do que nela se recria e se (re)produz afetivamente de modo articulado, adaptado e até mesmo novo, seria desconsiderar a humanidade enquanto natureza.

*Quietudes*

Este capítulo atravessou reflexões sobre o “criar” e como objetivamente está implicado às práticas femininas no ambiente doméstico, sendo este um movimento que torna a pessoa “adulta” (crescimento/desenvolvimento simbólico) diante das responsabilidades moralmente impostas, tanto nos sentidos financeiros, como outras relacionadas às trocas simbólicas no contexto familiar. O “criar” aparece como uma economia de trocas em que o simbólico e o material se (des)fiam de modo imbricado e se trançam em investimentos, engajamentos e enfrentamentos dentro de um contexto em que o dinheiro media muitas das práticas, tanto de sobrevivência, que envolve a proteção, a alimentação e outras necessidades básicas da existência, como de “super-vivências”, sejam festas, passeios e outras formas de lazer.

Neste âmbito, não se pode descartar o fato de que as sensações compartilhadas sobre a hierarquia social vivida no contexto das famílias a partir da noção de “dependência” está presente, tanto relacionada à criança (filho/a), a ser protegida, provida e educada, quanto à mulher ao ser-estar presente enquanto “liderança” da casa e de outros espaços educativos (como no projeto Amigas Solidárias) para “criar” condições para que as crianças vivam suas infâncias de modo “contente”, ou seja, vivam uma “infância boa”. Portanto é no ambiente doméstico que, de modo não remunerado e talvez contando, quando possível, com os recursos financeiros de seus empregos, do trabalho remunerado do marido quando presente, de serviços informais geralmente no âmbito doméstico de outras casas e dos benefícios sociais, que as mulheres com sua “força” (moralidade maternalista incorporada) se engajam e enfrentam uma diversidade de “lutas” financeiras-morais para manterem as crianças e a si próprias vivas.

É importante retomar o fato de que nesse contexto das intimidades da casa, a reprodução de uma classificação etária vinculada ao gênero de quando a mulher deve ocupar a casa (assim como as crianças como ambiente protetivo) e ocupar-se das crianças e suas necessidades, mantém ambas moralmente e financeiramente como interdependentes (LLOBET, 2021), mesmo que de modo trançado aos laços femininos de *comunidade* que colaboram com as trocas solidárias no encontro comum das necessidades cotidianas, engajadas através de uma “infrapolítica” (LUGONES, 2014).

O medo, que acompanha principalmente os mais “vulneráveis” (mulheres e crianças) na urbanicidade repressiva, provoca lições sobre as “necessidades” das (r)existências, relacionadas ao consumo e aos conflitos vividos no poder-ter-saber-fazer bens (i)materiais com pouco dinheiro. Considerando que os “sossegos”, como se diz popularmente nas resistências locais, refletidos nas vivências de algumas das infâncias locais, está trançado ao

caos dos ressentimentos e das iras instaladas nas con-vivências familiares, as práticas “seguras” com as crianças na medida do possível, se (des)estabilizam nas tentativas de vivenciar a comunidade, acionando relacionalmente sentidos de solidariedade e afetos. Assim, a partir do diálogo com as mulheres e as crianças, esta tese encontra a problemática de que o “criar” em casa, ou seja, a presença da mulher e da criança em casa, dentro de um ambiente significado como “pobre”, seria um benefício/necessidade simbólico importante no contexto familiar nestes lugares em ocupação, visto que, o “desenvolvimento” na/da infância é uma ameaça provocada cotidianamente pela violência local-global, percebida e temida principalmente pelas mães, já que “Primeiro a gente fica com medo, mas depois se acostuma” (GONZALES, 2020, p. 157) <sup>100</sup>.

Assim, não há como negar o paradoxo nestas condições de existência, como Valeria Llobet (2021) alerta, sobre os conflitos entre os direitos das mulheres e das crianças em contextos empobrecidos, apesar dos ativismos feministas. Quando a condição de pobreza de renda limita os acessos aos bens (i)materiais, a criança é incorporada politicamente como prioridade nos âmbitos da proteção social:

[...] como foco de preocupações sobre o desenvolvimento e o “capital humano” (LISTER, 2004). Assim, os direitos das mulheres são incorporados de forma subsidiária no que diz respeito à primazia dos direitos de meninos e meninas, considerado “o fim do diálogo” (BARNA, 2014; REYNOLDS; NIEUWENHUYIS; HANSON, 2006), ou seja, como o indivíduo, critério central e não ponderável nos conflitos entre sujeitos de direitos (LLOBET, 2021, p. 418, tradução minha).

Neste contexto valorativo, para a maioria das mães participantes desta pesquisa, perpassa que o poder sobre o dinheiro alimenta uma “infância boa”, como Vilma ao considerar por “não faltar nada” em casa para as crianças, principalmente a comida, elas vivem bem. Porém, em outros diálogos encontra-se que o dinheiro se secundariza nas percepções sobre as “importâncias” para viver bem a infância, como Marisa que compreende a “vida boa” para os seus filhos no poder de sua presença cotidiana, acompanhando e protegendo seus movimentos. No entanto, foi comum perceber que para estas mulheres, estar em casa, enquanto conquista e condição empregada moralmente a partir do tornar-se mãe, carrega algumas insatisfações sobre a condição de ser mulher produtiva, que também colabora financeiramente com o “sustento” da casa.

---

<sup>100</sup> Ver narrativa “Mulher negra: Um retrato” no livro “Por um feminismo afro-latino-americano”, o encontro das similaridades com as narrativas presentes neste capítulo. Com destaque a afirmativa: “Mas criança muda tanto a vida da gente, né? O tempo dos bailes e das festas, assim como veio, se foi. A gente muda tanto que começa a pensar no futuro, a ficar preocupada com uma porção de coisas”. (GONZALES, 2020, p. 159).

É assim, que ações para garantir os benefícios sociais, algumas formas de créditos, empréstimos e doações são engajamentos necessários para expressar a “força” de uma mulher que “luta” para que as crianças/filhos vivam bem. Nos sentidos negativos impregnados moralmente de que para as mulheres de contextos empobrecidos nega-se o direito de criar as crianças e acompanhá-las nas práticas que as envolvam em casa por conta da condição socioeconômica estabelecida, à “mulher pobre” desconsidera-se a opção do trabalho doméstico e impõe-se o dever de ocupar-se com trabalhos remunerados, já que as noções de sustento familiar são ainda estabelecidas pelo capitalismo neoliberal “desorganizado” e nervoso, o qual impõem a “norma da família de dois assalariados”, mesmo que de modo precarizado e degradante (FRASER, 2009, p. 21). Portanto, o trabalho centralizado no espaço da casa que envolve engajamentos, investimentos e enfrentamentos para viver uma vida digna em um contexto de desigualdades, não seria uma opção responsável para as mulheres, mas notam-se resistências de compreender e vivenciar tal ocupação tendo em vista a proteção de suas “crias”. Nestes “assossegos”, incorporados na luta pela sobrevivência entre *outridades* (mulheres e crianças) enquanto corpos afetados físico-emocionalmente, é que as compreensões androcêntricas de família através do trabalho e do poder sobre o dinheiro também compõem as práticas, noções aparentes inclusive nas narrativas das crianças. Leena Alanen (2014), baseada nas teorias bourdieusianas, aponta que:

[...] A doxa cultural sobre as relações entre crianças e adultos (e outras categorias geracionais) foi a que permaneceu, sobretudo, incontestada. Por exemplo, as obrigações econômicas e os direitos culturais instituídos na paternidade pela doxa família existente e a ordem geracional continuam, apesar de algum movimento cultural no âmbito dos direitos das crianças (ALANEN, 2014, p. 49).

Nesse sentido, dentre os silêncios provocados pelas violências da fome e do abandono sentidos nas infâncias empobrecidas destas mulheres com outras mulheres nas ruralidades da cidade, é que as disposições para que enfrentar as adversidades da pobreza de renda junto às crianças se movimentam e se re-criam. Lélia González (2020), ao refletir sobre como o paternalismo implica à ausências nas lutas verbais, escritas nas vidas e na sociedade de nossa América Latina confere como as negações e as marcas nas trajetórias, imbricadas a raça, ao gênero e mesmo à idade (como ela deixa subentendido abaixo), se vinculam nas práticas sociais de “sustento” e como os condicionantes patriarcais implicam em limitações ao “sustento” das vidas:

Embora falando, a gente, como todo mundo, tá numa de escritura. Por isso a gente vai tentar apontar praquela que tascou sua assinatura, sua marca, seu selo (aparentemente sem sê-lo), seu jamegão, seu sobrenome como pai dessa “adolescente” neurótica que a gente conhece como cultura brasileira. E quando se fala de pai tá se falando de função simbólica por excelência. Já diz o ditado popular que “Filhos de minha filha, meus netos são; filhos do meu filho, serão ou não”.



Função paterna é isso aí. É muito mais questão de assumir do que de ter certeza. Ela não é outra coisa senão a função de autenticidade que promove a castração (GONZÁLEZ, 2020, p. 157).

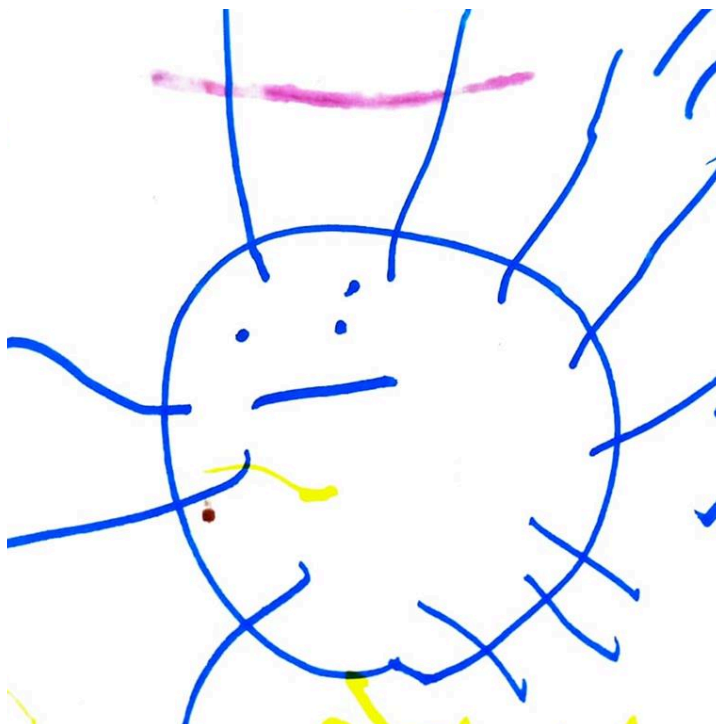
Ao mesmo tempo, considerando as naturezas locais vividas no passado-presente, é que se percebem de modo trançado a estas disposições do criar para sobreviver, os modos ecológicos de se ocupar os espaços da moradia e de seu entorno. No vivenciar de suas infâncias com a cultura de criar bichos e plantas, do brincar na terra e do transitar pelas vias reconhecidas por suas con-vivências com a vizinhança e com diversos seres que nela habitam, mesmo nas asperezas do ambiente doméstico, é que estas mulheres-mães re-criam noções sobre o que é “necessário” para viver-ter uma “infância boa” e atualizam tal percepção com as crianças no ser-estar em *comunidade*. Isto é perceptível quando relatam as vivências contentes das crianças e como procuram assegurar estas condições.

As crianças, no “criar” de suas ocupações, mostram movimentos de trabalho (como narrado nas vinhetas 1 e 2) e estratégias de ocupação nas vivências pela casa, não só com os afazeres domésticos e do lazer compartilhado inter e intrageracionalmente no espaço, mas a presença dos afetos envolvidos com os bichos, plantas e brincadeiras engajadas e acompanhadas com/por suas mães de modo ecológico nas naturezas do lugar, vivenciando com estas companhias, com outras crianças e parentes próximas na vizinhança, o compartilhar do sustento financeiro e afetivo de modo entrelaçado. Nesse sentido, entoam o trançado sobre como o dinheiro media muitas de suas vivências, reforçando a necessidade dos movimentos para conquistá-lo e as condicionalidade de gênero e idade imbricados a isto, e confluem em como os (des) afetos se dispõem dentro das relações intergeracionais nas tensões e ausências destes contextos empobrecidos.

Desse modo, tanto as mulheres como as crianças indagam, de certa forma, a estrutura das relações abusivas e negligenciadas sobre o “criar”, como ação que deveria ser coletiva, procurando juntas (r)existir no compartilhar dos saberes e no incorporar das disposições sociais sobre como atravessar com seus corpos-mundo os empobrecimentos gerenciados pelo projeto colonial de eliminar o que lhe parece “natureza”.

As infâncias das mulheres-mães-cuidadoras e das crianças se encontram, dessa forma, com algumas mudanças perceptíveis provocadas tanto pela transformação socioeconômica familiar e do país, tendo em vista as políticas de proteção social, mas concomitantemente com o “desenvolvimento” de outras aprendizagens situadas às vivências que foram movimentadas nas trajetórias das mulheres e que no presente são compartilhadas de modo atualizado com as crianças em outras dinâmicas abrigadas no contexto familiar da casa. Sobre o viver bem na

infância onde “tudo é família”, levando em conta as ressignificações sobre família relacionada à parentalidade afetiva, e como isso se movimenta nas frestas das ocupações nas naturezas de um lugar ocupado “às costas” da cidade de João Pessoa (PB), o próximo capítulo flui pelas energias das “infâncias boas” em dinâmicas trançadas pelo empobrecimento, mas também por bens diversos sentidos em *comunidades* junto às coalizões. “Desassoguemos”.



## CAPÍTULO 6

### VIVÊNCIAS DO CRIAR: a família de casa

“Nossa Senhora da Aparecida, a senhora me dê um canto pra eu me enfiar com meus filhos, assim que eu conseguir um canto pra eu me enfiar com esses menino, todo mundo que bater na minha porta eu vor dar um bom lugar pra ele morar[...]”.

As mulheres e as crianças estão “para se criarem”.  
(Sacerdotiza Mametu N’kise Muiandê, 2018).



Neste capítulo me engajo em uma discussão sobre a infância dentro da multidimensionalidade do lugar, tratando das economias no contexto pesquisado dentro de uma perspectiva ecológica sobre o vivido. Para isso, trago no tópico 6.1 as vinhetas narrativas de Be acompanhada por sua avó (d. Maria) (moradoras no Portal do Sol, mais próximo da Penha) e de Laís (primas) acompanhada por sua avó (Maria da Penha), pela mãe (Bida), por primas e irmãos (moradoras em Jacarapé). As vinhetas narrativas a seguir, somadas as outras narrativas, apoiam a contextualização das “vivencidades”, ou seja, as vivências imbricadas socioculturalmente às naturezas do lugar “onde é tudo família”, situadas no trançado das quatro localidades estudadas.

Como já enunciado no capítulo anterior, neste texto discute-se sobre como a “dependência” e as “necessidades” do viver bem na infância são entoadas como fatores ligados à “família”, inclusive pelas crianças na relação com as mães, apontando como as ações participativas estão vinculadas sobre o que se provê e nas práticas de proteção. Dentro da complexidade das con-vivências “criadas” pelas tramas das novidades, mesmo que severamente afetadas pela urbanização, o “criar” aparece como prática fundamental na infância, tanto no que diz respeito à sobrevivência como das “super- vivências”. Nestas energias, como com abordado no tópico 6.2, as con-vivências permeadas pelo acompanhamento das práticas em comum sobre “ter o que fazer”, tanto pelas crianças como pelas adultas (mães e avós), trançam práticas familiares e familiarizadas a laços afetivos com seres além do parentesco consanguíneo.

O criar como prática de viver bem na infância em condições de pobreza de renda encontra-se, desse modo, afetado pelos sentidos de família e que esta noção compõe inclusive o modo de construção da casa (enquanto lar e edificação), em um trançado de relações costuradas aos bens (i)materiais necessários para vivenciar a moradia em tons de *comunidade*, tendo em vista os fazeres (trabalhos) ligados ao feminino com o cuidado das gentes, de outros seres e da casa. Assim, dentro do sentido “é tudo família” encontram-se coalizões, não só pelas alianças relacionadas ao gênero e pelas condições reproduzidas pelas mulheres na construção deste ambiente, mas também coalizões inter e co-geracionais para vivenciar a casa e a vizinhança como um bom lugar para se viver.

De modo que o espaço da casa é ocupado no “aperto” da renda e se mostra regido em economias materiais e simbólicas em torno do “ser gente”, é intrigante pensar se seria ainda possível encontrar qualquer “criação” por parte das crianças pelas frestas das cercas onde não parece haver empatia às vidas que ali povoam, tanto em relação à natureza enquanto recurso à

venda, bem como a subjugação sobre um padrão de pessoas/famílias a serem validadas em relação ao direito à moradia.

### 6.1 Vinhetas Narrativas 3 e 4: *Vivências* nas naturezas do lugar

#### **Vinheta Narrativa 03: “Eu quero tá junto!”**



Imagem 62. A granja: “lugar onde tudo é bom”. Foto com efeito: Karla Mendonça, julho de 2021.

Na granja, localizada entre o bairro do Portal do Sol e da Praia da Penha, é um “*lugar onde tudo é bom*”, segundo a comunicativa Be (9 anos) afirmou sobre o lugar em que mora com a sua avó Dona Maria (63 anos) e seu avô, além de outros parentes (4 tios e 2 primos) nas casas vizinhas a sua. Nossos seis encontros (entre outubro de 2021 à janeiro 2022) foram conversas pelo espaço do terraço e do grande terreno da granja, acompanhando suas vivências junto à D. Maria, dois primos (João e Mimi) e outros seres de seu afeto. Fizemos ainda um passeio (à escolha de Be) no shopping perto de onde mora e algumas trocas de mensagens pelo aplicativo de *WhatsApp*.

Vizinha a condomínios de alto e médio padrão, a granja ocupa uma grande área verde de 9 hectares, já raridade pela localidade que, pelo *google maps*, é considerada pertencente ao bairro do Portal do Sol. Esta grande proporção de terra, a ser investida por uma empresa construtora de grandes condomínios, está vendida desde 2021 e aguarda liberação do IBAMA

para início das obras que está *“enrolada, porque o Ibama não vai deixar fácil assim, tem coisa envolvida, dando dinheiro um e a outro, passou na tv”*, como comenta d. Maria sobre a implementação do plano de loteamento já estruturado em planta.



Imagem 63. O tempo da natureza na granja. Foto: Karla Mendonça, julho de 2021.

Os três filhos de D. Maria foram *“criados”* na granja e ainda dois deles moram por lá, pois não *“saíram de perto”* (uma filha mais nova nutricionista e seu filho que trabalha com serviços automotivos). Eles, assim como Be e seus primos que moram por lá, *“só tinham que estudar e brincar, porque criança tem que aproveitar”*. Be mostrou conhecer a história de vida de sua avó, que nasceu em Sapé-PB, cidade do interior da Paraíba, a qual visita a família regularmente. Em nosso passeio no shopping me revelou que *“vovô teve 12 filhos, mas morreram, uma de doente e uma de acidente, porque o vovô trabalhava com um monte de negócio, botava veneno nas plantas”*, já os outros filhos, Be pareceu entender que eles também tinham morrido doentes ou por conta de acidentes provocados pelas condições dos trabalhos perigosos que seu avô e sua avó necessitavam desempenhar.

Be conta que desde bem cedinho se organiza para as tarefas na granja enquanto a sua avó, que levanta às 4 da manhã, faz arroz e cozinha feijão. Be acorda às 5 da manhã *“sozinha”*, bem na hora em que escuta o radinho de d. Maria *“cantar”*, pois sabe que é o horário em que começa a limpeza do espaço, principalmente às sexta-feiras quando se tem que tirar do gramado as folhas caídas dos cajueiros. Segundo elas, foi com 2 anos de idade

que Be insistiu em morar com D. Maria. Sua mãe é a única que não mora por perto, trabalha como cozinheira em uma casa de família e mora em outro bairro da região sul desde que casou com outra pessoa que não é o pai de Be. Já o pai de Be “*não liga pra ela desde o aniversário de 6 anos*” segundo D. Maria, e Be reforça, sisuda e um pouco irônica, que ele não gosta dela pela situação vivida em um passeio ao shopping no seu aniversário em que ele, a esposa e outro filho desse relacionamento a acompanharam. Conta Be que no momento em que seu pai:

[...] me levou lá pra cima, no meio do caminho ele pegou a mulher dele, que tem cara de chata ... ela parece maconheira, e na hora que eu brincava com o filhinho deles eu ouvi ele dizer: ‘eu não gostei de trazer ela, não sei porque fui trazer Be, eu queria filho homem!’- eu fingi que nem ouvi. Quando cheguei em casa contei pra minha mãe e mainha foi bater lá com gosto de gás (brava) na casa da mulher e brigar com ele por causa de mim. Quando minha mãe chegou lá na casa dele, pegou a mulher dele cortando minha parte de uma foto, só deixou meu pai e o filho deles, e ela brigou muito.

D. Maria: Desse tempo pra cá não fala, não telefona, não dá nada a ela.

Be: Ele disse que eu era malcriada e me disse: ‘tá fofoqueira depois de velha?’ ... E disse ‘E eu to velha???’ (o contrariando). Depois ele foi na granja e minha mãe, que é do meu tamanho, pegou ele pelo pescoço, quase mainha mata ele, ela voou em cima do pescoço dele, que a vó teve que chamar ajuda. Vovó que me contou. Nunca mais falou comigo. Ele não tem dinheiro pra mim. Eu também não vou ficar aqui atrás dele. Minha mãe ia por ele na justiça e nem colocou, ainda bem que ela deixou como tá que é melhor. Não sei quando, que a gente foi pro interior, ele estava lá, estava com os seus meninos (dois filhos) e aí a gente foi lá na casa da Bisa. Aí quando a gente passou, lá estava a minha a minha outra vó né? Que é a mãe dele. Aí quando chegou lá ela me abraçou, Aí fui e dei a bença. Foi quando ela falou, bora entrar ali pra dar a bença a sua outra tia? Mas não é tia minha não. Aí eu disse: ‘eu vou não, tô cansada.’ Aí quando eu dei as costas, lhe disse: ‘mas é mentirosa mesmo... é falsa’ (disse baixinho) e ela nem escutou. E eu disse mesmo na cara dela, porque ela não gosta de mim. Ela vem visitar as duas neta dela aqui e não vem me visitar quando é no meu aniversário (Be, outubro de 2021).

Por parte da família do seu pai, os únicos que entram em contato com Be é o seu avô que mora na cidade vizinha (Bayeux), participando das suas festas de aniversário com outros parentes os quais, de acordo com Be, gostam muito dela, principalmente as primas que “*me dão um monte de chamego, eu gosto que só, são 9 primas, são tudo doida por mim e tudo mais velha*”. Be conta que ele presenteia com dinheiro quando a encontra e que na sua última festa deu R\$ 100, como que compra crédito para o celular, além disso, compara que o mesmo avô dá apenas uma balinha para seus irmãos por parte de pai, pois deles “*não gosta muito*” e com isso o “*papai ficou tão brabo*”.

Com Be relatando o cotidiano da granja a partir dos fazeres de D. Maria, a avó conta que seus netos são “*agarrados*” com ela e que desde as 4 da manhã, as crianças a acompanha nos afazeres, mesmo que só “*olhando*”. Pergunto se Be trabalha como a avó e ela nega dizendo que “*trabalhar é para adulto*”, além do que para as crianças ficarem bem tem que “*estar com a família*”. Conforme D. Maria define, Be é a sua “*companheira*” e ela própria se diz ser a “*secretária*” da granja, pois quando a avó não está, é ela quem atende os visitantes,



já que *“ela sabe tudo”*. Mesmo que, segundo Be, D. Maria *“não deixa fazer quase nada e diz ‘sai Be, que tu não limpa direito’”*, Be reforça que seu desejo é de *“fazer as coisas sozinha”*. Conta que, certo dia, *“ajudou”* a avó a limpar um terreno fora da granja, já que para aumentar a renda D. Maria também realiza este serviço em outras casas e condomínios próximos. Nessa oportunidade Be *“ganhou”* R\$ 10,00 e comprou um *“Kinder ovo”*, pois estava com *“vontade”* de obtê-lo por conta do brinquedo, mas observou ser *“uma coisinha de nada, e vovó pegou pra brigar”* (risos).

E sobre os desenhos e brinquedos que aprecia se envolver nas tardes pela granja, já que *“quase não sai pros cantos, mais pra praia, andar de bicicleta”*, Be acaba acumulando debaixo da cama e em outros locais apossados, seus bens brincantes mais valorizados com os quais se ocupa, no entanto, segundo ela, quando D. Maria avalia que os materiais já estão em grande quantidade *“por que fica sem lugar pra nada... tem que dar fim”*, queimando tudo em uma grande fogueira. O fogo é utilizado na granja para *“dar fim”* a outros elementos escolhidos pelas crianças, como Be, que diz ter *“puxado”* a sua mãe, por não gostar de bonecas e desse modo ao serem *“achadas”* são *“queimada... isso acontece com os brinquedos estranhos...a minha mãe queimou uma boneca porque não era de Deus, tinha olhos estranhos”*.



Imagem 64. Brinquedos coletivos.  
Foto: Be, janeiro de 2022



Imagem 65. Brincando de cavallinho.  
Foto: Karla Mendonça, outubro de 2021.

Be relembra quando a granja tinha pavão, macacos, porcos e mais cabras e que gostava dos bichinhos por perto. Sobre os seres naturais do espaço, como as aves, os saguis, o jacaré e as cobras, aprende muito com o seu avô, sendo o seu sonho um dia ter um cavalo

mesmo que os seus avós “*têm medo que eu caia*”. Sobre “*ter espaço*” na granja para ocupar com suas brincadeiras, Be aponta e apresenta através de um vídeo gravado pela tia sobre o “*morrinho*”, que é por onde desce com os primos em cima de um compensado, escorregando em certa velocidade aos gritos. Além disso, é perto do rio, onde tem os matos mais altos, que fazem de esconderijo para guardar o carrinho de pedal que busca com os primos nas tardes depois do almoço. Ainda tem lugares e seres na granja que movimentam outros sentidos para além do lazer, como a árvore *bonita, de flor vermelha que quando vai chegando ao aniversário da dona, esposa do doutor, que morreu, ela se enche de flor*”. Mas as vivências de Be com os bichos, mostrou ser o assunto de seu maior interesse em nossos encontros, os quais rendiam narrativas.

Be aponta como aprecia as histórias de seu avô, até aquelas fantásticas de “*antigamente*” do tempo em que “*existia lobisomem, que dos 7 filhos o último homem que virava*” e ao ser perguntada porque acha que hoje não existe mais, ela assertivamente afirma que é pelo fato de que “*hoje não tem, porque o povo não faz mais tanto filho*”. Nesse sentido, Be aponta o quanto a mudança na estrutura familiar interferiu na existência dos encantados, ou seja, o quanto os seres outros que humanos (inventados ou não) estão desaparecendo com as transformações sociais da natureza. Ela compreende que “*naquele tempo inventavam um monte de coisa, mas uma era verdade, tipo os E.t.s*”. No entanto, junto aos seres inventados e reais, são os animais que circulam no cotidiano da granja que trazem mais experiências acompanhadas e compartilhadas co-geracionalmente junto aos avós, como quando se surpreendeu ao avistar um tamanduá bandeira, “*bem limpinho o bichinho*” e reconheceu uma “*siricóia, que é um passarinho que não voa, ela anda no chão... Ela é bem vermelhinha, é tão bonitinha, tem uma vermelha e a metade é toda marronzinha*”. Além disso, certo dia um guaxinim:

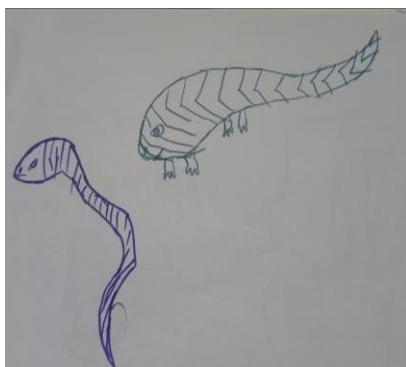
[...] botou medo no meu vô, ele vinha andando de noite aí só viu aqueles olhos piscando, bem grandão, ele deu uma carreira. Depois no outro dia ele encontrou um sapo aberto no chão, acho que foi a comida dele... aqui tem guaxinim, raposa, garça e mico ... e ainda tem as calopsitas, a tancinha é a de Mimi, eu tenho meu irmão-passarinho Téó, que vai com a minha mãe de moto desde o Valentina (bairro onde a mãe mora) até a granja... Tinha um outro, mas a gata comeu. Ela tá grávida, a gente dá comida, mas depois que tiver grande, eles que se virem. Um dia uma raposa comeu as galinhas, todo dia comia uma, aquela nojenta. A Nega (cachorrinha) corajosa pegou a raposa e foi só grito, e ela ficou fedorenta... dei um cacete nela porque a raposa é nojenta, deixa a marca dela e é ruim demais de sentir o cheiro. Aqui tem coruja também, ela fica lá só passando, Vovó tem medo (Be, janeiro, 2022).



Imagem 66. Avô e a coruja que caiu no terraço. Foto: Be, fevereiro de 2022.

Ao falarmos sobre os medos dentro destes relatos nos espaços de con-vivência, perguntei a Be se lá na granja existiria algo que dava medo às crianças, alguma cobra por exemplo, e ela conta que um dia foi buscar alguns brinquedos após a chuva na beira do rio e ao se abaixar sentiu a presença de algo, quando olhou viu os “*olhinhos do jacaré*” dentro d’água, pegou os brinquedos bem devagar e saiu andando em direção ao avô que não acreditou, mas alguns dias depois o próprio avô pode encontrá-lo em cima da ponte tomando sol. Além do jacaré, tinham matado uma cobra coral outro dia e delas tem aos montes pela granja. Porém, tem mais ainda uma cobra chamada “*corre-campo*” por que é:

[...] uma cobra que corre primeiro na pessoa. Meu avô me ensinou que quando ele morava lá no Sapé, ele trabalhava lá nas cana, aí ele disse que achava um monte. Eu achei ela aqui, é meio roxinha ela. Cada corre que ela dá na pessoa. Na granja também tem Cascavel, né? A jibóia... aí teve uma vez que vovô achou, achou quase uma naja. Parece agora que vovô achou uma jibóia daquela amarela que não era nem pra ter aqui e acharam, ele disse que ela entrou ali no buraco. Aí de lá pra cá ninguém viu mais ela. Não deixa os meninos descer lá pra baixo, só brinca só por aqui. Tem um bocado de sagui que vem comer nos pés de acerola.

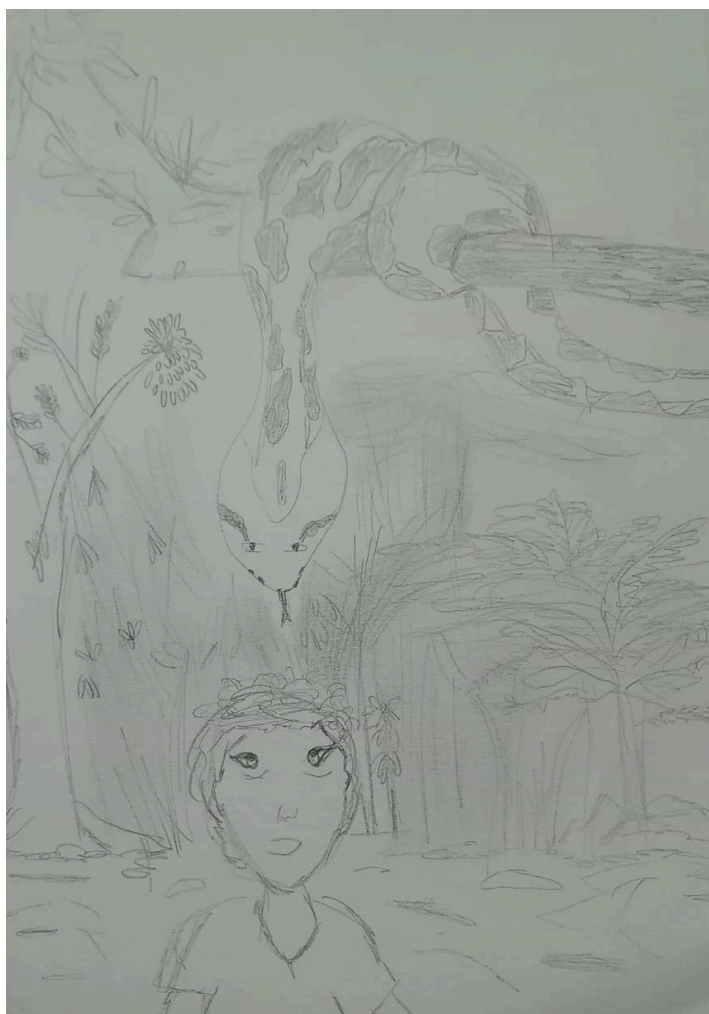


Desenho 8. Cobra “*corre-campo*” e teju. Be, janeiro de 2022.

Assim que entre os encontros entre os bichos e as pessoas da família que vivenciam a granja como casa, em sua expansividade e diversidade compartilhada pela natureza resistente em meio ao bairro, potencialmente a ser ocupado por condomínios, os bichos atravessam as tarefas domésticas rotineiras que D. Maria e Be desempenham:

D. Maria: Ela (a cobra) comeu o que estava na árvore, e eu só vi porque eu vi o sagui gritando e eu debaixo dela, a cabeça dela pendurada na minha cabeça, juro a você!

Be: Também tem o teju que vem comer o couro de galinha que minha vó joga no quintal. Ele é grandão (Be e D. Maria, janeiro, 2022).



Desenho 9. Encontro da Jibóia com d. Maria. Karla Mendonça, janeiro de 2022.

Os giros pela granja, enquanto lugar familiar, parece ser para Be o principal espaço de suas con-vivências na surpresa cotidiana, seja ela brincante ou transitória, nos seus (a)fazeres junto aos avós, os quais acompanha e é acompanhada, especialmente por d. Maria, mesmo que Be anuncie a vontade de “*poder andar mais*”.

#### Vinheta Narrativa 4- “Vamo logo!...Tá com a mulinga!”



Imagem 67. Barro e grama: nos caminhos da granja com as crianças. Foto com efeito: Mila, junho de 2022.

Mila (12 anos), com quem tive a primeira conversa em uma viagem no ônibus escolar, mora com a sua avó Maria da Penha (44 anos) e seu “*avô considerado*” Dada (sem laços consanguíneos) em uma granja “*do contorno*” em Jacarapé (Costa do Sol) onde, segundo ela, “*todo mundo diz que dá tiro e a polícia vai lá bater...*”. Sua mãe mora no Valentina (bairro populoso da zona sul da cidade), mas que “*decidiu*” morar com a avó, pois “*não aguenta morar longe*” dela. Nesta viagem, Mila me apresentou sua irmã Ciça (9 anos), sua tia Lane (10 anos) que também mora na granja e a prima Laís (8 anos) que explicou sobre seus dois irmãos mais novos (David (4 anos) e Mo (2 anos) ), que frequentam diariamente a granja com a sua mãe Bida (24 anos, também filha de Maria da Penha e irmã de Lane) que moram na vila de Jacarapé. Por lá ainda mora o filho do marido de Maria da Penha, que segundo Mila é “*doente, fica num quarto dormindo com um cachorro...ele não usa roupa, dão roupa pra ele, mas ele vende...ele não bebe, só é doente, se urina e se caga*”. Mila avisou que na granja “*não é para ter medo porque tem uma casa mal-assombrada que a vó já ouviu vozes, é um banheiro muito feio que usam nas festas, não se assuste*”.

Os dois encontros iniciais com esta grande família se deram pela granja, porém ao ser convidada a conhecer a casa de Laís, outros três encontros foram na vila de Jacarapé onde mora (entre o final de 2021 e junho de 2022), além de um passeio ao zoológico da cidade conhecido como Bica (janeiro de 2022). Na oportunidade de conhecer a granja em novembro de 2021 (apenas eu de máscara), as meninas compartilhavam o mesmo aparelho de celular e observavam Laís colocar as roupinhas na personagem do jogo, foco inclusive de algumas “arengas” entre as crianças e das adultas em relação a elas, por conta da disputa em torno do objeto sobre o qual “*se for fazer o gosto é até uma da madrugada*” (Maria da Penha, novembro de 2021).

Maria da Penha aponta que na granja “*é bom demais de morar, porque aqui a gente dorme e acorda a hora que quer... É bom demais, sossegado... Se não for, é ela que chega na porta batendo*”, se referindo às visitas cotidianas de sua filha Bida com seus netos (Laís, Mo e David). Bida conta que em casa “*não tem o que fazer, aí venho perturbar mainha, chego nove horas e mainha dormindo* (porque trabalha a madrugada cantando recicláveis)... *Mo chega batendo na porta gritando: ‘irmão, irmão.....vô, vô’*” e quando David dorme por lá é para ficar na companhia do avô e “*andar de moto*”.

David, conta gostar de “*morar às vezes*” com a avó e seus irmãos insistem cotidianamente em ficar na granja, motivo que Bida os questiona sobre não quererem ir para a casa, mas é contrariada por David indignado: “*oxe não posso nem ficar na casa da minha vó!*” e Bida respondeu: “*Tu acha?... tu já ficou demais não?*”, mas as crianças afirmam que gostam de ficar “*grudados*” com a avó. Já a casa onde moram na vila de Jacarapé, a mesma que Bida morou quando era criança, as crianças “*gostam de brincar é no meio da rua... a porta vive fechada e tem o quintal na frente, mas eu acho que eles já abusaram de estar brincando ... quando vem pra cá, o negócio é essa piscina, logo cedo ...vamo vamo pra piscina*”, visto que sobre os encontros familiares é “*tudo lá*” (na granja).





Imagem 68. As crianças à espera do banho de piscina. Foto: Laís, novembro de 2021.

Maria da Penha, conta que uma variedade de parentes mora em Jacarapé e na Penha. Tem a mãe e outros irmãos morando na vila de Jacarapé que foi o local onde *“eu nasci em casa, nem na maternidade eu nasci”* e *“não tive”* infância, pois apenas trabalhava, de modo que *“pegava pra limpar um negócio, pegar caranguejo, aliás, até hoje... pego lá embaixo no mangue... limpava mato e limpo até hoje quando aparece”*. Dos trabalhos que desempenha, limpar o mato *“é o mais sofrido, porque dói demais a coluna, mas a reciclagem só não é pior que limpar mato porque é de noite, mas dela você chega em casa acabada com a coluna porque é muito esforço”*. Maria da Penha mostra a localização do mangue no pé do morro onde fica a granja, contando que aos fins de semana pega caranguejo com as crianças para o almoço. Também aponta os carrinhos que utiliza para a catação, com o qual Mila e Lane a acompanha em caminhos diferentes de seu marido, que puxa outro carro acompanhado por Ciça, procurando aumentar a quantidade de materiais recolhidos: *“quando a gente vem, vem meio mundo de coisa, e tudo vem no reboque”*.

Bida acompanha Maria da Penha no trabalho com a reciclagem apenas quando as crianças estão na escola, e por isso como a principal cuidadora, na pandemia a sua renda diminuiu exponencialmente, revendo que a família do pai das crianças não se interessa pela convivência com elas. Maria da Penha aponta que na infância dos netos *“as coisas mudou, porque agora só não estuda porque não quer... colégio na porta, é Bolsa Família... Antigamente não existia nada disso”*. Relatam sobre a “criação” dos filhos e as dificuldades relacionadas ao sustento e a ausência do pai das crianças, sendo que o pai dos filhos de Bida, faleceu assassinado. David, em um de nossos encontros, alertou que *“meu pai morreu...era Kinho (o nome dele)”*, e fez uma expressão tristonha, em seguida Bida pareceu refletir sobre a interferência do filho na conversa e associa que por ter falado da presença de seu padrasto no



cotidiano da família, David despertou sobre a falta do pai em casa. Bida explica que *“Foi difícil, mas o bom que ele tem o amor do meu primo, meu primo adora ele, beija, abraça. Tem meu vizinho que trabalha com piscina...tem Dada (padrasto de Bida)”* (David e Bida, junho de 2022), apontando outras figuras masculinas que transmitem afetos paternos ao menino.

Sobre os maridos de Maria da Penha, o primeiro faleceu por conta de um acidente de trabalho e em seguinte, o pai de Lane, não está presente por negligência, já que vive, segundo ela, em uma situação de pobreza de renda “pior” que a dela. Sobre isso, Bida afirma: *“Não criou os outros também sozinha? Quem não viu a gente tudo pequenininho....”* sendo criados por Maria da Penha que decidiu não recorrer a qualquer decisão da “justiça”, pois não iria mais *“fazer um negócio desse não. Eu vou deixar como está. Eu crio ela assim mesmo, até agora eu estou criando”*, referindo-se a Lane.

Neste enredo de como Maria da Penha criou os filhos, Bida lembrou que quando criança, para sobreviver, a mãe ia catar caranguejo para vender ela e os irmãos ficavam brincando na lama e *“pegava aquele barro que parecia argila e ficava imitando fazendo boneco, sofazinho, televisão”*, reforçando que não trabalhavam com a mãe, mas como afirma Maria da Penha eram “ensinados” a estarem sempre no *“cantinho olhando... até Lane, quando ia limpar os matos, dava uma pipoca pra enganar, eu não botava eles pra fazer as coisa não...deixava eles sossegado”*. Bida aponta que o mesmo aconteceu com ela quando o pai dos seus filhos faleceu, estando ela grávida de Mo, começou a acompanhar Maria da Penha em alguns trabalhos como *“limpar mato”*, reforçando a companhia das crianças: *“esses menino carregava pra cima pra baixo, até hoje... Se for pra ir pra algum canto vai comigo”*. Bida, com um sorriso, lembra que em Jacarapé quando criança *“vivía na rua com os meninos, era bom demais, já hoje é mais difícil... antes não pensava em nada, agora tem que pensar por causa da violência, do jeito que o mundo está indo...Não sabe pra que vai dar seus filhos”*.

Porém o contexto de extrema pobreza, Maria da Penha criava seus filhos e enquanto cresciam, os viu casar bem cedo. A mãe de Mila, principalmente, que *“casou mais nova”* com 13 anos com o pai da menina que na época trabalhava construindo *“a minha casa pela prefeitura ... ele é pedreiro”*. Sobre essa relação *“só quem era contra era o pai dela, aliás ele morreu e nunca aceitou”*, sustentando que por ela não tinham impedimentos para o relacionamento de sua filha, devido ao fato de que:

a gente morava numa numa casa caindo uns pedaços. A casa estava cheia de buraco. Cozinha na lenha. Aí foi tempo que ela conheceu ele, foi morar com ele aí... ela não sabia o que era a juventude, ela não saía pro forró, não saía pra nenhum canto com ele, só saía pra praça. Uma vez eu fui pro médico da Penha, fui tirar remédio pra ela evitar (gravidez) que ela era de menor. Aí a médica disse ‘ela é uma criança, quando se formar de mulher ela vai abusar ele’, e dito e feito,

hoje ela não quer ver nem a voz dele'. Faz uns três anos, por aí ou mais, que ela separou (Maria da Penha, novembro de 2021).

Maria da Penha e Bida conversam com as meninas mais velhas sobre a questão da valorização das “*coisas boas*” que dispõe atualmente em casa e o que “ganham” na catação dos recicláveis, demonstrando o desperdício de objetos e alimentos os quais poderiam alimentar uma família:

Maria da Penha: Eu olho assim... às vezes eu chego com um balde de reciclagem. Aí eu fui catar, fui conversando com Mila (sobre o trabalho). Às vezes a gente acha as coisa. Semana passada eu achei numa sacola com aquele negócio bem gelado, quando eu abri: um bocado de carne temperada cheirando, boa, gelada, mas menino, cheirosa, até Jéssica (sobrinha) comeu.

Bida: Compram a carne, passou uma semana na geladeira já não quer mais. Não presta. Pra gente, não... tá bom, tá ótimo. Oxe, quem não tem dinheiro pra comprar mais? E com carne hoje? e amanhã, vai comer o que? Cê sabe, amanhã e depois? Eles não tem preocupação com isso. Se eles tivesse, não jogava. Porque a gente passa essa situação, mas pela uma parte é bom, que a gente agradece a Deus sabe? a gente sai, começa de 6 da noite, as vezes 11... chega em casa de três horas, anda a madrugada, mas quando a gente vem de catar as coisas, ganha cesta básica (Maria da Penha e Bida, novembro de 2021).

Maria da Penha geralmente cata recicláveis pela madrugada em um bairro da zona sul (Bancários), conhecido por ter majoritariamente moradores de classe média e outros com níveis de capitais mais valorizados, residentes em prédios que vêm dominando o seu cenário urbano da cidade. Lane conta que a mãe é muito conhecida pelo caminho que traça no bairro e é desse modo que ganha as cestas básicas e as crianças ganham brinquedos e roupas, demonstrando ainda que reconhece alguns pontos dos bairro próximo, pelo fato de acompanhar a mãe no trabalho, ou seja, a cidade é reconhecida através destes caminhos como demonstrou em nossa ida para o parque zoológico (Diário de campo, janeiro de 2022).

Segundo Maria da Penha, “*quando acha brinquedo é que fica contente comigo*” se referindo às crianças, as quais contam que os brinquedos são “*achados*” aos montes, inclusive boa parte de nossa conversa era ao som de um violãozinho tocado por David e Mo e que foram encontrados na reciclagem. David me mostrou a “*barbie*” que vestia uns tecidos e as outras bonecas achadas, as quais vão sendo descartadas com o tempo porque os brinquedos vão se acumulando na casa. Já Ciça mostra em seu pé a “*sandália da Lol novinha que achou*”, e Bida reforça que “*acham muitas coisas boas, muitos tênis bons novo, que em vez de o povo separar pra dar... não... eles jogam, podiam pôr numa sacola e deixar separado*”. Laís interrompe, comentando que a avó acha comida “*boa no lixo*” e Maria da Penha comenta que durante o caminho vão observando o que podem “*achar*” para agradar as crianças, como “*maquiagem*”,

*um dia achei uma bichona bem grandona e repartir pra Mila e Lane (um estojo de maquiagem), tudo nova”* (Laís, novembro de 2021).

Os brinquedos “achados” são compartilhados, apenas Lane que separa em uma sacola o que por ela é apossado. Bida complementa que *“lá em casa tem muito brinquedo, muito brinquedo mesmo, mais de menino do que de menina. Aí chega o filho da minha comadre, aí pega os carrinho, vai brincar”*. As crianças contam que gostam de brincar de “comidinha”, pegam folhas e terras em panela de verdade e *“botam fogo embaixo”*. Sobre a divisão, posses e compartilhamentos dos brinquedos as adultas explicam:

Bida e Maria da Penha: porque esse menino aqui... ela só tinha David. Saía de manhã pra catar em Mangabeira (bairro populoso da zona sul), aí todo brinquedo que eu achava só era pra ele... Eu sinto feliz e agradeço a Deus, porque o brinquedo que é pra elas, é junto pra eles. Aí vem o pessoal dá roupa, que nem o mês passado, ele ganhou uma sacola cheia de roupa. Aí só tinha eles dois pequeno, daí nós tem que levar pros dois. Eu só tenho eles, dois macho. Ela ganha (Mila)... quando ela vai (catar com a avó)... mas agora deixou. Agora David não, se for fazer o gosto dele é a noite todinha na rua. Não tá nem aí pra dormir...

Bida: Nem liga pra mim. Ela vai lá em casa mais ele, passa lá na rua e nem tchau. Eles gostam de ir porque eles vão ganhar as coisa.

Maria da Penha: Aí quando eles ganha as coisa, eles fica tão feliz da vida. O pessoal dá banana, dá fruta, dá iogurte, dá tudo... Ele (David) já traz o rancho dele pra casa. (Maria da Penha e Bida, novembro de 2021).

Bida conta que sua casa na vila de Jacarapé é *“um forno, muito quente”*, e por isso gosta de ir para a granja com as crianças. Em sua casa, todas as crianças dormem juntas com ela no seu quarto, pois ela tem medo de deixá-los sozinhos no escuro, medo que pareceu partir muito mais dela do que das crianças. Neste cômodo, além das roupas, observei muitos outros brinquedos em um móvel, que um dia pareceu servir de berço, e outra cômoda com objetos enfeitando o quarto. E na casa, nos modos como encaram seus isolamentos juntas, Laís contou que:

Laís: Teve um dia que eu tava aqui nesse quarto, tava mexendo nas coisa de Lane, pra vê se David mijou. Aí ele me segurou pelo braço e ainda chutou meu pé.

Eu: Quem?

Laís: Um homi!

Eu: Foi sonho ?

Laís: Não! Estava com um sapato.

Eu: Oxente. Foi mesmo? E como é isso? E tua mãe estava onde?

Bida: Eu estava aqui na sala deitada. Aí ela sentiu uma pessoa segurando ela. Não tinha lâmpada não. Aí ela saiu gritando. Nunca mais ela entrou nesse quarto não.

Laís: Mainha num pega o sal grosso e joga aí na casa??!!! Mainha tu vai ficar chamando nome (palavrão) na casa?

Bida: Aí é porque você me estressa...me pertuba!

(Laís, junho de 2022).



Imagens 69 e 70. Pelo terraço de casa: as crianças, os brinquedos e as uvas. Foto: Karla Mendonça, julho de 2022.

Laís conta nesse sentido que sua “ajuda” em arrumar a casa com sua mãe se refere a cuidar e brincar com os irmãos mais novos, mesmo que “*arenguem*”, mas também mostra noções sobre a proteção contra os assombros, humanos e outros que humanos. Quando a mãe esteve doente no último mês de junho de 2022, contraindo covid-19 e chikungunya, além dos irmãos mais novos também adoecerem, foi Laís quem colaborou com as tarefas da casa, até colocando as roupas nas crianças pequenas. Laís conta sobre o trabalho doméstico da mãe, e como são condicionados os comportamentos nas crianças através dos bens materiais que possuem:

Mainha disse que se David mijar na cama, ela disse que ia arrancar a cabeça dele. Hoje ele mijou, mais no meu lençol!

Bida: aqui em casa são vinte e cinco lençol, A metade são colcha, colcha mesmo. Esse menino mija...

Laís: mijou em duas colcha hoje.

Bida: aí tive que me levantar... aí mulher pra mim lavar na mão, não aguento não viu? eu peço lá na vizinha até eu comprar o meu (máquina de lavar roupa). Eu estou esperando pagar os ventilador pra mim comprar.

Laís: Não foi a senhora que comprou foi?

Bida: Com cartão do meu padrasto. (Laís, David e Bida, junho de 2022).

Laís conta que a casa é “*cheia de vasilha, enche de água*” e por isso há incidência no local do mosquito que transmite a chikungunya. Além disso, as crianças foram “*suspensas*” da creche, pois apareceram bolhas pelos seus corpos. Laís mostrou as marcas que as bolhas deixaram em sua barriga, que “*descascam e desaparecem*”, mas Mo e David mostram como elas ainda estavam presentes pelo corpo, pois “*estouraram*” e se espalharam, diferentes das

outras marcas feitas por muriçocas nas costas dos meninos. O terreno atrás da casa é da irmã mais velha de Bida, e que atualmente está *“cheio de mato, uns tijolo e escorpião”* e deseja *“aumentar pra dar um banheiro pra mim e fazer um uma cozinha pequena pra mim... porque ela me deu”* uma parte dessa área, da qual Laís relembra que *“Tinha um escorpião, não sei se saiu... Esse daí foi mexendo no brinquedo que estava lá atrás achou um escorpião. E minha mãe já achou três ali na parede, e o rapaz ali (aponta para David) se magoando”*, ou seja, ficou amedrontado.



Imagem 71. Pelo terraço da casa da família de Laís. Foto: Karla Mendonça, junho de 2022.

Bida conta que em relação ao acesso das crianças pelas ruas, *“não me preocupo em canto nenhum... muito tranquilo”* por conhecerem a vizinhança. No entanto, Bida adiciona que, de vez em quando, senta em frente de casa e vai olhar onde as crianças estão, vivendo um *“aperreio”*, só fica *“descansada”* quando estão na creche. Mesmo a noite *“eles não param, “quase não durmo”*, afirmando que *“eu só não saio correndo no meio da rua, gritando porque não pode...”*, mas Laís revela que *“Mainha grita pra chamar nós ... quando a caixinha (caixa de som) está ligada, mainha grita”* (risos).

No “meio da rua” da vila de Jacarapé acompanhei as crianças caminhando juntas (Laís e David) para comprar *“boacha”* (bolacha) como confessou David, mostrando que tem *“um rapaz que corta cabelo que adora ele”* e chama: *“Vamos andar de moto, bora?...todo mundo gosta dele”*. Pela rua de sua casa até a praça de Jacarapé, passeio em que Laís nomeou

de “*excursão*”, disseram que iriam “*pedir doce*”, mas a mãe negou. Juntos aos ventos, na poeira da terra e ao som dos estouros de fogos, comuns nessa época de São João, Mo andou de mãos dadas comigo enquanto Laís ia me guiando relatando sobre as casas da vizinhança, onde moravam as amigas de sua mãe. David ia saltitando e correndo, desviando dos buracos, apontando os gatos e cachorros, a moto com uma caçamba que recolhia o lixo da rua, um bode que comia capim atrás do muro e por fim acenou “*bença padinho...meu padinho é meu amiguinho*”, quando o viu passar rapidamente de moto, o qual retribuiu o cumprimento. Sobre essa relação de amizade, Laís enfatiza que “*todo dia é dois reais, moeda, dois reais, moeda que o padrinho dá a ele, e ele não ajunta, quer comprar um celular, quer comprar bombom...e ele não ajunta!*”, David afirma que não “ajunta” o dinheiro porque “*mainha pediu pra comprar bombom*” e Laís retruca: “*Mainha não pediu bombons nada, visse? Deixa de ser mentiroso?*”. David parece repensar com a conversa com Laís e diz que “*todo dia eu vou pedir dinheiro e vou guardar*<sup>101</sup>”.

Em outro momento de visitação rápida na casa das crianças, o padrinho chegou e a primeira coisa que David e Mo fizeram foi estender a mão e dizer “*me dá 1 real*” e a mãe repreendeu “*não dê!...ele é banco é?*”, e o padrinho rindo entregou um saquinho de dinheiro à Bida para que ela pagasse uma “*conta*” (débito) (Diário de campo, janeiro de 2022). Então as crianças começaram a pular e a correr, chorando e gritando, procurando pegar o saquinho de dinheiro, pedindo moedas à mãe. Ela firme, procurava explicar que não podia dar já que era um valor reservado para pagar a tal “*conta*” para uma vizinha, mas as crianças insistindo acabaram por ganhar uma moeda e Laís faz o convite para irem até o fiteiro, organizando os irmãos menores: “*Vamo logo!...Tá com a mulinga!*”. Assim, as crianças saíram pela rua, combinando que iam comprar “*bombons e pipoca*”, mas Bida avalia que quando Laís “*tá com boa vontade, do dinheiro que ganha, compra pão*” para a família.

---

<sup>101</sup>David ainda está em processo de aquisição da fala concatenada e com maior dicção. Quando sua forma de falar não interfere na compreensão do texto ela será preservada, de outro modo, necessitei fazer alguns ajustes e adaptações.



Imagens 72 e 73. Indo ao Fiteiro: Laís, Mo nas costas e David pulando atrás. Foto com efeito: Karla Mendonça, janeiro de 2023.

Entre as visitas e os contatos com as crianças, algumas ausências por conta da venda da granja em que Maria da Penha e o marido eram caseiros, o meu retorno a encontrá-los, por volta de julho de 2022, foi de grande surpresa ao rever a estrutura da casa da granja transformada e que a casa anterior em que moravam, de um único quarto, fora demolida. O atual dono já conhecia o marido de Maria da Penha de trabalhos anteriores, e dentro disso favoreceu a família com outras condições de moradia, o que modificou as dinâmicas cotidianas especialmente das crianças. A casa agora, ampla, com varanda estruturada com piso de cerâmica, móveis pela casa, quartos enfeitados e a piscina reformada, foi apresentada a mim com um café na cozinha com vista para a mata.

Brincamos de chapeuzinho-vermelho e lobo mau, sendo filmados por Mila e Lane, demonstrando terem novos celulares, apresentando transformações nas condições de vida a partir das mudanças da moradia-trabalho de Maria da Penha e de seu marido. Maria da Penha tinha parado de trabalhar com a catação de recicláveis, pela melhoria salarial do casal, mas sentia *“falta das coisas que achava e ganhava”*, a exemplo, da câmera digital semelhante a que eu usava com as crianças e que encontrou uma igual a *“dela no lixo, ainda na caixa”*. No movimento de conhecê-los e passar algum tempo entre os trânsitos a pé por Jacarapé, pelas novas condições financeiras e pela melhoria da moradia, novos espaços e confortos emergiram e com eles novas práticas e consumos. Assim, os movimentos das crianças, preenchidos por “arengas”, gritos, correrias, pedidos, afetos e doces, ocupam, acompanham e fazem destas dinâmicas familiares, uma composição orientada em (des)harmonias pelas con-vivências coletivas.





## 6.2 Vivências: familiaridades nas vivências de “criar” gentes, fazeres e lugares

O contexto familiar vivido nas intimidades das casas que compõem o diálogo sobre as percepções de viver “infância boa”, é bastante presente nas quatro vinhetas narrativas envolvidas nesta tese. Isso faz lembrar que não é à toa os desenhos espontâneos e os mapas vivenciais das crianças apresentem a representação da casa e de quem faz parte dela, principalmente a mãe e os/as irmãos/as. Nos desenhos das crianças sobre as “casas”, em sua maioria, não se mostram esvaziadas junto às narrativas, mas comunicadas como espaços abertos aos encontros das pessoas da vizinhança que fazem parte da família ou tem grande proximidade pelas familiaridades do vivido e que, desse modo, acabam por integrar esta composição. Além da presença nos terraços para as conversas, o observar e vivenciar a transitoriedade do vai e vem das ruas de terra no lugar em que se faz morada, o narrado pelas crianças e pelas mulheres esbanjam conhecimentos sobre as con-vivências comuns nestes tempos-lugares.



Mapa vivencial 13. Minha granja. Desenho de David, janeiro de 2022.

Em relação às narrativas presentes neste capítulo, percebe-se que o ambiente doméstico prevalece liderado pelas mulheres, reforçando a condição feminina da rede afetiva sobre os cuidados com a casa e com os filhos/as, desde as crianças até os adultos, estando o marido parcial ou totalmente (não) presente, como demonstrado no desenho de David. Assim, sobre o contexto familiar que permeia as análises do vivido nos lugares, em que as crianças com seus afetos trançam con-vivências, cabe reconsiderar sobre as “lideranças femininas” no ambiente doméstico enquanto contexto ecologicamente social, político e cultural e o que se compreende como “família” nas práticas do “criar” como um enlace fundamental para se viver uma “infância boa”, como já entoadado no capítulo 5 e que neste encontra-se intensificado.

Cláudia Fonseca (2000, p. 61) acende a reflexão de que o que vem se constituir família não cabe essencialmente na configuração do arranjo doméstico, pois ele pode ser variado e cíclico, como se observa neste trabalho, principalmente em se tratando de famílias “pobres urbanas”, onde encontram-se “flexibilidades e mutações no tempo”. Em se tratando das lideranças femininas no ambiente doméstico, a autora chama a atenção de que nos diferentes sistemas familiares, muitas vezes definidos pelo termo “mulher-chefe-de-família”, pode encobrir a presença masculina no ambiente doméstico a qual pode estar além da composição conjugal, como percebido nas vinhetas narrativas de Marisa, Vilma (capítulo 3) e D. Maria, Maria da Penha e Bida (neste capítulo). Com isso, como Cláudia Fonseca aponta, essas redes familiares não podem ser consideradas nos termos da “matrifocalidade” apesar de encontrarmos a solidariedade feminina por seus arranjos, tendo em vista que nas condições financeiras “apertadas” estão entrelaçadas, em alguns dos contextos, à presença dos homens-“maridos” envolvidos em variados acompanhamentos (mesmo que transitórios) junto às crianças e às mulheres no “sustento” e nas vivências da casa enquanto parente da “família”.

No entanto, mesmo que haja a presença masculina no que concerne o apoio financeiro para as moradias, percebem-se dualidades do “sustento” financeiro junto ao afetivo nas ações femininas alicerçadas nas práticas educacionais e de cuidado, somadas aos engajamentos diversos, especialmente no alcance de bens através da compra, de doações e no compartilhar das “necessidades” como investimentos para se viver bem dentro dos “apertos” financeiros. Estas ainda são amarras de um sistema patriarcal-urbano-capitalista-racista<sup>102</sup> dirigido ao que se conjuga feminino.

---

<sup>102</sup> Lembrando que apesar do marcador da raça se manter opaco nas narrativas das participantes da pesquisa, especialmente nas vinhetas narrativas deste capítulo, ainda assim, ele há de ser considerado nesta proposição. Percebe-se que a raça, enquanto marcador social da diferença, encontra-se adormecida nas narrativas sobre as condições de vida principalmente pelo fato de que no ambiente doméstico e familiar (em destaque nesta tese), as semelhanças e os comuns se fazem muito mais presentes.

Neste âmbito, são nos movimentos femininos cotidianos que se percebem encontros “familiares” vivenciados não só entre as parentalidades consanguíneas na casa, mas também naquilo que é reconhecido como/no “comum” dentro do espaço social da casa, no trançar de parentalidades afetivas que vão para além dos laços hereditários. Contudo mesmo que a percepção sobre as famílias entoadas nestes capítulos pudessem até serem consideradas, nas concepções de Jessé Souza (2006), como “desorganizadas” e reprodutoras de “inadaptados” por viver aliada à pobreza, sendo uma instituição que impõe “seja o outro a mulher ou o mais jovem e indefeso, uma situação de sobrevivência tão **agreste** que mina, por dentro, qualquer vínculo de solidariedade, desde o mais básico na família até o comunitário e associativo mais geral” (SOUZA, 2006, p.37, grifo meu), neste trabalho apresentam-se nuances dialogicamente outras.

No entanto, a par que o sentido de família vai além da parentalidade consanguínea, se pensando no contexto da casa em *vivências*, que criam infâncias no ambiente urbano-rural e nas vivências litorâneas locais, ela ainda se faz presente e estruturada por fortes vínculos trançados pelo reconhecimento afetivo na composição da família e através da redistribuição financeira necessária para o “criar”. Observando que nas práticas familiares, as conjugações sobre as parentalidades afetivas são diversas e perpassam o trânsito entre as casas da vizinhança, a partir da renda e das doações alcançadas, compartilhadas e até divididas, é neste movimento que coletivamente se alimenta, se tem acesso à internet, aos espaços de con- vivências, educação, do acompanhamento para o cuidado protetivo e para o brincar.

No âmbito da sociedade estruturalmente patriarcal (MATOS; PARAIS, 2014), quando se pensa geracionalmente e sob as questões de gênero, o que percorre a noção de infância atinge diretamente as ações a serem investidas no ambiente doméstico, bem como os conflitos baseados na lógica da diferenciação que podem tanto subalternizar como privilegiar (ou ambos) as pessoas que fazem parte da “casa”. Nesse sentido, as con-vivências locais perpassam noções de reconhecimento e redistribuição em torno das necessidades envolvidas no criar as crianças que envolvem relacionalmente as mulheres no movimento das “lutas” por elas, nos sentidos de cuidado familiarizado (LLOBET, 2021) alimentado tanto pelas “familiaridades” (enquanto um patrimônio de disposições incorporadas (LAHIRE, 2005)) sobre as “necessidades” na infância, como no presente as compartilham intergeracionalmente e são atualizadas pelas crianças no ambiente doméstico. Nesta complexidade é que os esforços para aumentar a renda e garantir as possibilidades de compras através de empréstimos em bancos ou na vizinhança, a utilização de cartões de créditos compartilhados, pedidos de doações e/ou se empenharem em serviços pesados para além do ambiente

doméstico, são disposições frequentemente acionadas, até porque diante do capitalismo neoliberal em crise e a toda infestação violenta contra a natureza humana provocada por epidemias e pela destruição do meio ambiente é que, no vivido de um urbano em (des)construção, as opções anti-capitalistas são bem difíceis<sup>103</sup>.

Claro, como já anunciado, as questões financeiras caminham lado a lado com os engajamentos relacionados às práticas protetivas e de prover con-vivências familiares, em que a criança tem atenção central tanto no ambiente de quem participa da rotina da casa, como faz parte da vizinhança, seja “estar de olho” quando brincam na rua, como oferecer lanches na sala da casa ao unir os amigos-vizinhos após uma brincadeira, acolher o/a filho/a a partir do pedido de uma vizinha em sua casa quando ela necessita se ausentar ou mesmo criar o/a filho/a de algum(a) parente que não tem condições de assim o fazer. São diversas as dimensões socio- culturais-afetivas que emanam as estratégias de sobrevivência nestas localidades.

Visto que em tais dimensões, desde o contexto doméstico até nas estruturas macropolíticas, o peso das concepções adultocêntricas influenciam a lógica dicotômica e hierárquica imbricada às ações de provisão, proteção e participação no âmbito social, é que as crianças, enquanto seres a serem “investidos” e representados por “autoridades”, se encontram nos sentidos de infância enquanto “comunidade bivalente”, como aponta Nancy Fraser (2006), já que, mesmo dentro de peculiaridades, ela abarca as dimensões econômicas e as dimensões culturais-valorativas nas lutas por reconhecimento e redistribuição quando avaliada em relação às suas “necessidades” para viver bem. Como as coletividades baseadas em gênero, raça e classe, a vida na(s) infância(s) pode:

sofrer da má distribuição socioeconômica e da desconsideração cultural de forma que nenhuma dessas injustiças seja um efeito indireto da outra, mas ambas primárias e co-originais. Nesse caso, nem os remédios de redistribuição nem os de reconhecimento, por si sós, são suficientes. Coletividades bivalentes necessitam dos dois (FRASER, 2006, 233).

---

<sup>103</sup> Para a visão feminista que se preocupa com a força neoliberal sobre as práticas das mulheres em situação de pobreza e sobre a ação política do movimento, Nancy Fraser chama a atenção de que “o feminismo é acima de tudo um movimento para a justiça de gênero, precisamos ampliar nossa consciência histórica na medida em que operamos em um terreno que também está povoado pela nossa estranha cópia” (FRASER, 2009, p. 29), ou seja, quando a classe está imbricada as ações das mulheres em contexto da pobreza de renda, esta justiça pode ser ainda mais nebulosa, visto que são as mulheres majoritariamente que criam (ou devem criar) as condições de prover a sobrevivência de seus afetos. No sentido de que as mulheres mostram-se acorrentadas as possibilidades das práticas mediadas pela (falta) do dinheiro na casa, ao mesmo tempo sentem e produzem as pressões por garantir os direitos dos filhos para que vivam bem a infância, o que implica (para ambas) muitas em viver situações de dependência e de violências cotidianas complexas. Na garantia de cumprir o “papel da família” no sustento da casa, aparentemente como um bom ambiente “familiar”, é que a “autoridade doméstica” é hierarquizada, rompida ou modificada pelos aspectos morais sobre a proteção das crianças, tanto nos âmbitos cotidianos como institucionais regidos pela força política do Estado (LLOBET, 2021).

Dentro dos “apertos” sentidos principalmente na infância como demonstram os dados estatísticos apresentados neste trabalho, os sentidos de reconhecimento e de redistribuição que perpassam as moradas das crianças encontram-se dialogadas pelas “lutas” do criar as sua(s) infância(s), de modo que se adaptam, rejeitam, integram, incorporam e se dispõem a um cotidiano que enraízam afetos e disposições, enquanto é investida pelo fornecimento de vestimentas, comidas, economias, ecologias, gestos, ritmos, habitats, noções de espaço-tempos particulares e significativos (LUGONES, 2014, p. 949). Retornando a noção de que nestes locais ao leste-sul de João Pessoa (PB), se trançam vivências e relações de parentesco e vizinhança em que “é tudo família”, cabe fundamentar que as crianças estão enlaçadas em práticas através de suas “criações” que correspondem à dinâmicas socializadoras, economicamente familiares e de familiarização plantadas por raízes financeiras, morais e emocionais que con/divergem de modo afetivo aos sentidos de “família” nas naturezas do lugar, sendo ela um:

[...] espaço que a viabiliza a sobrevivência cotidiana através do esforço coletivo de todos os seus membros; é espaço no qual constroem os sinais de uma respeitabilidade que neutraliza o estigma da pobreza; é espaço ainda no qual elaboram um sentido de dignidade que compensa moralmente as adversidades impostas pelos salários baixos, pelo trabalho instável e pelo desemprego periódico. No ponto em que os imperativos da sobrevivência se encontram com as regras culturais que organizam modos de vida, se estrutura um universo moral que faz da família algo como uma garantia ética num mundo em que tudo parece ameaçar as possibilidades de uma vida digna (TELLES, 1993, p. 09).

Além disso, os laços familiares “considerados” pelas crianças e pelas adultas nesta tese, encontram-se ecologicamente dialogados com uma cultura na natureza do lugar, em que parentescos são enlaçados com seres de modos diversos (tanto humanos, como os bichos), sendo aqueles reconhecidos pelas crianças os mais curiosos. Dentro das intimidades das organizações, sustentos, afetos e vivências pela casa, trançadas às ocupações do espaço e das práticas, percebem-se composições de economias morais e emocionais que são mantidas pela reciprocidade nas dimensões do/em comum vivenciado, e é nisso que se “familiarizam” os seres e práticas no lugar, mas também observam-se vínculos entre “entes relacionais” (LUGONES, 2014) que se “criam” entre as opressões e resistências sentidas nas condições sociais a que estão imersos. Daí que outras parentalidades emergem.

Na vinheta narrativa 1, por exemplo, Tapioca tem um primo-irmão “pretinho” e vizinho de sua casa com quem divide os espaços, coisas materiais e da natureza, ocupando o terraço com as brincadeiras; Chico e Daniel (vinheta narrativa 2) reconhecem o avô como “pai-véio” e com ele re-conhecem práticas economicamente culturais e integradas às naturezas rurais; Be (vinheta narrativa 3) tem um irmão-passarinho com quem estabelece

oralidades, emoções afetivas e cuidados junto à mãe durante suas visitas; Diogo, Eleonora e Kelly tem “amigo/a- primo/a” que por conta das boas con-vivências cotidianas estabelecem laços afetivos; Bida é “tia adulta” para um primo que ainda é criança por sua relação protetiva e Mila tem um “avô considerado” que procura “agradar” e apoiar em algumas ações rotineiras as práticas nas quais as crianças exercem entre a casa, a escola e a vila onde moram (vinheta narrativa 4) .

Outros laços de parentescos também são re-trançados nos ciclos vivenciados pelas crianças, que por vezes são reconhecidos como “escolhas”, a exemplo de Rane que dentro de um contexto abusivo “escolhe” morar com o pai que “dá o que quer”, enquanto Be e Mila escolhem morar com a avó “porque não consegue ficar muito tempo longe”. Além de uma diversidade de laços, algumas crianças alertaram sobre as idades entre os/as parentes, principalmente quando o parentesco estaria socialmente vinculado à adultez (como tias e tios) ou esperar que uma avó já vivenciasse a velhice, mas que nestas localidades, foi comum perceber que em muitos dos parentescos consanguíneos, apresentam pequenos intervalos etários, já que os/as filhos/filhas das avós e tias foram concebidos em períodos similares, como aconteceu com Bida e Maria da Penha. Assim, formam sobrinhos/as e tios/as com idades parecidas, os quais muitas vezes são chamados de tios-irmãos (as), primos-irmãos (as) e sobrinhos- irmãos (as), além das filhas- sobrinhas, dadas as proximidades das con-vivências que fazem morada no ambiente da casa, mesmo que não fixamente como David, que mora com a avó “de vez em quando”.

Com base em tais considerações energizadas pelas vinhetas narrativas, propõem-se que nestas localidades, são nas dimensões do “criar” (gentes, lugares, bichos e fazeres) que se trançam composições familiares e que, desse modo, relacionalmente o ambiente doméstico é ocupado e se coletiviza politicamente no cotidiano. Ao analisar as práticas femininas, composta pelas mulheres junto às crianças, são nas sociabilidades e nas culturalidades trançadas nas composições familiarizadas e familiares que colaboram para semear as coalizões (LUGONES, 2014) no enfrentamento e no investimento de se viver bem no contexto da casa, ou seja, na composição de um lar. Ao compreender a ação de “criar” expansivamente é que nas “necessidades” das sobrevivências, se encontram em frestas pelos cantos da vida “apertada” a nutrição das possibilidades de “super-vivências”, ou seja, das *vivencidades* das boas práticas e das práticas contentes. Isto é o que energiza a seguir algumas discussões.

### 6.3 “Ter o que fazer”: os compassos ecológicos nas práticas inter e co-geracionais no lugar

Na casa de Jhefferson (vinheta 1), Jhony de 1 aninho cutucava um buraquinho no piso da sala enquanto o dia passava e muitas vezes as outras crianças o acompanhavam. Esta passagem faz refletir que ocupar o espaço e encontrar nele ocupações (obrigatórias ou não) movimenta o cotidiano doméstico com as/das crianças. Relembrando que nestes ambientes, há a presença de elementos de natureza rural e outras coisas envolvidas com as práticas pelo mar, as ocupações nestes terrenos envolvem as dimensões de um lugar em que o urbano é trançado junto à “roça” de macaxeira e de outras naturezas em que se aninham galinhas e cabras. É onde a rede ou uma vara de pesca está encostada na parede e traz narrativas sobre as pescarias do passado e aquelas feitas nos finais de semana, ou ainda se acomoda um barco abandonado em que o mato acaba ocupando ao redor e disputa espaço com os cavalos amarrados em árvores e postes que se alimentam dele, com as carroças utilizadas para a catação de material reciclável e com as bananeiras que em todos os quintais estão plantadas para digerir os dejetos sanitários pelas fossas artesanais. Ou seja, são coisas e seres do próprio sistema de sobrevivência da e na moradia que percorre uma cultura de quem ocupa a natureza como fonte para ter o que comer, trabalhar, abrigar e sustentar bens materiais e simbólicos no que abrange afetivamente o convívio. Para Arturo Escobar (2005) os locais:

[...] revelam uma imagem complexa da vida social que não está necessariamente oposta à natureza (em outras palavras, uma na qual o mundo natural está integrado ao mundo social), e que pode ser pensado em termos de uma lógica social e cultural, como o parentesco, o parentesco estendido, e o gênero vernáculo ou analógico. Os modelos locais também evidenciam um arraigamento especial a um território concebido como uma entidade multidimensional que resulta dos muitos tipos de práticas e relações; e também estabelecem vínculos entre os sistemas simbólico/culturais e as relações produtivas que podem ser altamente complexas (ESCOBAR, 2005, p.72).

Como perpassa todas as vinhetas narrativas, o “dinheiro” é compreendido como mediador para possibilitar viver nestes contextos considerando um presente-futuro, e se faz entoadado de que a partir dele e para além dele, junto aos fazeres da sobrevivência, a importância de que “toda criança tem que ter o que fazer” deve ser relevante no ambiente familiar, ou seja, elas devem ser-estar providas de super-vivências como práticas de construir e vivenciar os lugares (na casa, na vizinhança e na cidade), como espaço de lazer e de contentamentos. Na condição de “ter o que fazer”, Be acionou algo importante, bem como outras crianças, de que a “família” é fundamental para que as ocupações práticas nos lugares aconteçam, desde as mais efêmeras. Nesse sentido, ganha certo destaque de que a falta do dinheiro também gera “aperto” e desconfortos para que vivenciem “*coisas divertidas*” em



casa e “*passear*”, já que para “*sair para os lugar*” “*tem que ter dinheiro...minha vó me levou e comprou um monte de coisa...era igual uma feira*” (Roda de conversa com as crianças, projeto Amigas Solidárias, maio de 2022). Sobre os fazeres no lugar, o celular (com internet) é um item presente em todos os contextos familiares, sendo um bem que ocupa os tempos das crianças junto às adultas em casa, entre disputas e brincadeiras, já que ele é dividido por tantos toques e olhares ao mesmo tempo. As crianças demonstram o desejo de consumir produtos conhecidos nas publicidades direcionadas através dos desenhos e dos joguinhos “baixados” no aparelho e validados intrageracionalmente, como Be com o “Kinder ovo”, como Eleonora com a “boneca real” (“reborn”) e pela maioria das outras crianças (na época da pesquisa) com o brinquedo “anti- stress” “pop-it”, sobre os quais muitas das mães revelaram se “esforçar” em presenteá-las. Também há a noção do dinheiro como presente, que também pode levar a sensações prazerosas, como visto nas vinhetas narrativas 3 e 4, com Be, Laís e seus irmãos. Assim que tais desejos de consumos refletem como no local, as crianças incorporam a cultura do consumo da “criança global” através das mídias e das próprias relações intergeracionais e com isso “as identidades coletivas das crianças se apoiam nos sistemas de referência de sua própria idade, reforçando o papel da cultura material mercantilizada para produzir o sentido de identidade de ser criança hoje” (CASTRO, 2021, p.50).

É comum ainda, com a posse do dinheiro, as crianças nas próprias localidades o fazerem circular com o consumo de doces e salgadinhos industrializados, chamados por aqui de “bombons” e “pipoca”, respectivamente. Estes desejos são concomitantemente presentes com as angústias da insegurança alimentar, como expressado por Bida e Maria da Penha na vinheta 4. É importante reiterar, dentro disso, que em relação às crianças, os consumos do que é para brincar e do que se gosta de comer se movimentam no local-global relacionalmente. Bida (vinheta 4) ao colocar que as crianças “gostam de comida simples” e se mobilizar em buscar doações e compartilhar alimentos com a mãe e as vizinhas (sejam eles industrializados ou aqueles nascidos no quintal) para preencher o almoço e o jantar, ainda tem em sua geladeira sempre algo pensado para “agradar” as crianças, como refrigerantes e dindins de frutas da época. Assim como prática de outras adultas, presenciar o apreço pela partilha e o consumo com as crianças, no sofá e pelas calçadas do terraço, de alimentos e “passatempos” (joguinhos e vídeos no celular) como ocupações co-geracionais de “distração” pelas tardes em casa parece ser habitual.

Ainda sobre o que consomem no âmbito alimentar cotidianamente, quando as crianças, como Laís, seus irmãos e as crianças do Aratu, apontam que o lanche da escola “não enche barriga”, mesmo nos dias de sopa ou quando é servido alguma raiz com frango ou soja,

o mesmo alimento ao ser relacionado às suas casas e ao contexto familiar, seja ele comprado, doado ou colhido da rocinha no quintal, o preparo proporciona “sustento” e afetos, ganhando significados saborosos e comuns ao lugar afetivo, sensações também compartilhadas pelas mulheres. Além do que “enche barriga”, percebe-se que há um empobrecimento sobre os alimentos consumidos em casa, como Laís revela sobre o irmão, que *“parece que tem um dragão na barriga, se acorda no meio da noite pra comer, tomar refrigerante, tem uma fome da muléstia”*; já Mo (o bebê) *“é enjoado pra comer”*, pois não gosta de comer carne, *“só mais ovo e salsicha”*, ou seja, diante do que é oferecido os “gostos” são condicionados. No entanto, concomitantemente aos alimentos industrializados, as folhinhas da seriguela e a fruta, as “carninhas” do coco, as mangas, goiaba, pitomba, banana, o milho *“cozinhado ou assado”*, são exemplos de comidas consumidas pelas crianças e as mães coletivamente nos terraços e sentadas na frente de casa em cadeiras e muretas, vivências que também fizeram parte desde as infâncias das adultas. Além das bolachinhas “13 de maio” na manteiga, o cuscuz com ovo ou salsicha, sopa e o pão, café, inhame, frutas retiradas do pé, se revelam “comidas” presentes no ambiente doméstico que proporcionam nas relações co-geracionais locais, além da sobrevivência, vivências afetuosas nas casas, nos terraços e pelas ruas, muitas vezes indicadas em tons de celebração coletiva, ou seja, em *comunidades*.

Além da alimentação cotidiana, no que condiz os afazeres domésticos, a casa e o espaço da moradia é vivenciada pelas crianças, junto ao acompanhamento das mães, de modo a complementar e a assumir em suas presenças e ausências algumas ocupações. É no contexto da casa que, inclusive, certas práticas se tornam familiares pelas condições a serem “superadas” em momentos difíceis ou simplesmente acompanhar atentamente e afetivamente as atividades. É como Laís, que assumiu as tarefas domésticas da mãe enquanto ela esteve doente e Be que reforça o quanto prefere estar junto a avó empenhando seus trabalhos na granja, mesmo que d. Maria prefira que a menina não assuma nenhum deles. É interessante perceber que, mesmo que as mulheres reconheçam que as crianças devam apenas “observar” e “ficar tranquila” (Maria da Penha e Bida) enquanto elas desempenham os trabalhos que sustentam as pessoas da casa, as crianças se fazem presentes muitas vezes por insistência delas para *“ter o que fazer”* e, assim, talvez ter acesso aos bens que podem ser oportunizados nestes engajamentos, ou seja, que proporcionem *“fazer seus gostos”*.

Sobre os compassos dos fazeres, não há como desconsiderar o “estudo”, como um fazer destinado às crianças no vínculo com a escola, enquanto uma “necessidade” creditada por tirá-las de um contexto empobrecido, como percebido pelas mães, e esse trabalho incorporado de maneira diversa, é percebido tanto como “obrigação”, como no caso de Laís,

Lane e Chico, e afetivamente enquanto disposição como Be e Jhefferson. O “estudo”, dessa forma, é entoado como um “*esforço*” no presente para um futuro “melhor”, “*porque nunca se sabe o dia de amanhã*”.

O acompanhamento dos filhos e dos netos por D. Maria (vinheta 3) até à escola diariamente e de Maria da Penha (vinheta 4) durante a madrugada catando recicláveis, representa nas relações intergeracionais a “convivência atenta”, o querer “*tá junto*” (como Be relatou) e o “fazer os gostos”, enquanto noções que se trançam na compreensão e na vivência do que é ser/viver uma “infância boa”. Assim, estar com a/ser família é um movimento compreendido nos laços da interdependência desde a infância, nestes lugares e outros contextos limitados pelo poder do capital que, dentre as violências sentidas pelo abandono parental e pelos descasos do poder público sobre os direitos cotidianos para se viver bem durante a infância, a família acaba por ser compreendida pelas crianças, nas con-vivências do ambiente doméstico e para fora dele, como um contexto de se fazer morada coletiva, que estrutura simbólico-materialmente as práticas na casa e que pode ser significada como uma prática vivenciada no acompanhamento “grudado” por “*todos os cantos*”. Isto concerne em uma percepção de *comunidade* que na procura por enfrentar os limites impostos pelo capital e o não-reconhecimento do âmbito público-privado no concerne às lutas da/pela família, as mães- outras parentes com as crianças no ambiente da casa, se juntam em parcerias e acompanhamentos.

Entrando, nas relações intergeracionais em *comunidade* que estão enlaçadas nas vivências da/com a casa, ainda encontram-se nas diferenças geracionais e etárias as coalizões engajadas em atividades criativas que possam compor condições para que as crianças tenham vivências compreendidas no ser-estar de uma “infância boa”, que refletem:

[...] a afirmação da vida ao invés do lucro, o comunalismo ao invés do individualismo, o “estar” ao invés do empreender, seres em relação em vez de seres em constantes divisões dicotômicas, em fragmentos ordenados hierárquica e violentamente (LUGONES, 2014, p. 949).

Bida reforça que não gosta de “*fazer nada sem eles*” (as crianças) e demonstra uma relação de que o acompanhamento nos movimentos cotidianos são necessidades mútuas. Quando d. Maria compreende que “*criança tem que aproveitar*”, revela um esforço, como das outras mulheres, em “fazer os gostos” das crianças que consiste em proporcionar movimentos presentes e de presentear contentamentos a ambas. Esta questão encontra-se inclusive na teoria sobre a dádiva de Marcel Mauss (2003), que considerando o sistema de trocas para além do capital financeiro, enquanto um fato social é uma ação presente

desde as sociedades mais tradicionais e ainda persiste nas sociedades modernas, ou como na complexidade brasileira, colonial-moderna. Visto que em uma economia de trocas que se revelam bens além do material, neste contexto os afetos simbólicos vinculados às relações entre “entes” (pela noção de família) brotam “obrigações” tensionadas no desejo de reciprocidade. Entre as práticas que se trançam na vida “criada”, enquanto um bem daquela que cria, aquele que é criado por ser um bem, também entoa trocas a serem providas, ou seja, há uma relação de dar, receber e retribuir (MAUSS, 2003) que não cabe no individualismo mercadológico neoliberal. Nesse sentido, que nas diferenças etárias e de gênero imbricadas às práticas, valores simbólicos expressos em gestos, afetos, festas, presentes (doados e comprados) são vivências que fornecem emoções de contentamento.

As crianças criticaram variadas vezes o fato de “não sair para os cantos” e que essa limitação não parecia ser um fato ligado unicamente a pandemia, mas que as dificuldades de trânsito na cidade para locais de lazer gratuito e acessível às condições financeiras de suas famílias são fundantes do “*não ter como*” acessar a diversidade dos lugares na cidade. Nesse contexto é que o “não ter o que fazer” atinge também as adultas que acabam por criar com as crianças, enquanto entes, andanças e vivências na luta contra o empobrecimento das práticas. Além disso, acaba que as mulheres ao entoarem como as práticas são criadas nos sentidos das “necessidades” a partir das disposições vividas em suas próprias infâncias, procuram proporcionar, dessa forma, com as crianças, vivências co-geracionais compartilhadas de forma prazerosa, entre aquilo que se compra e aquilo que se vive emocionalmente através das práticas, formando assim *comunidades* pela comunalidade, ou pelas “confluências” (SANTOS, 2023), dos fazeres contentes. É como aponta Nego Bispo (SANTOS, 2023, p. 4-5) “[...] a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. [...] A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia”.

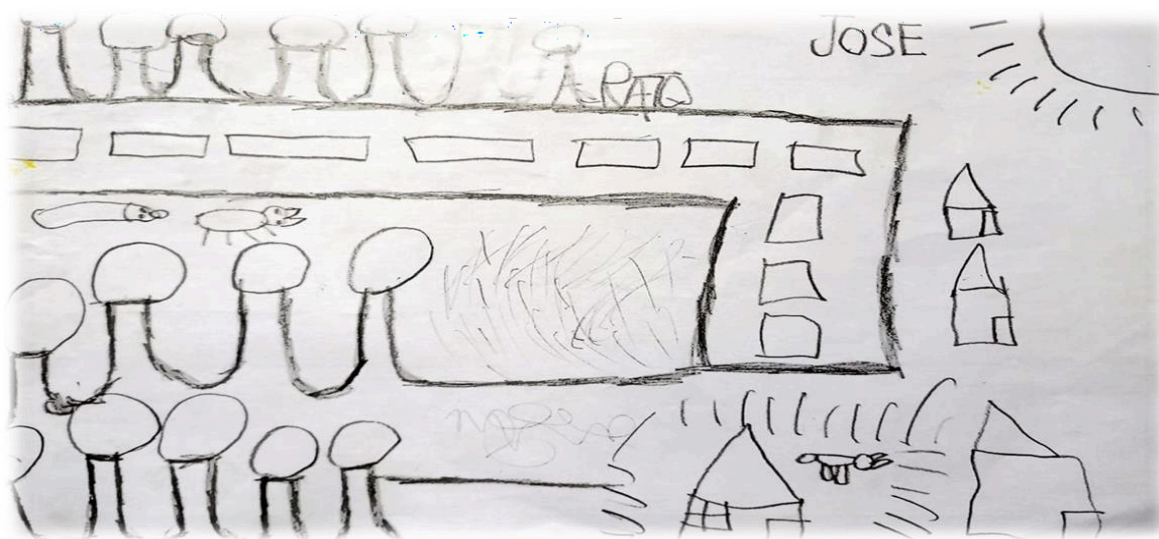
As *vivencidades* em *comunidades* são adaptadas, expandidas, criadas e articuladas nas naturezas locais, formando pela ocupação criativa lugares de con-vivências inter, intra e co-geracionais. Nesse movimento, para que possam colaborar com as “super- vivências”, enquanto práticas “comuns” nas lutas para “sair do comum” em meio aos engajamentos para o sustento da vida, nos apertos promovidos pelo capital, é que concordo com bell hooks ao afirmar que a noção de sobrevivência é formada coletivamente nestes lugares em ocupação ao leste-sul de João Pessoa. Dentro disso, é fundamental lembrar ainda que criar condições e disposições de super-vivências também se dá em *comunidade*, ou seja, co-geracionalmente, e perder essa compreensão social é um “indicativo de crise” (HOOKS, 2019, p. 348).

#### 6.4 Con-vivências atentas na infância: o ser-estar “solta” e acompanhada

Como enunciado, nas tranças do vivido pelas localidades, as crianças indicam que a participação da família (geralmente ligada a quem mora com ela e quem vive por perto) está enlaçada ao prover do “ter o que fazer”, práticas significadas tanto pelo acompanhamento em con-vivências cotidianas que lhes permitam sensações harmoniosas e prazerosas, comumente engajadas nas brincadeiras e passeios, bem como “estar junto” no decorrer dos trabalhos dos parentes mais velhos. Porém, a questão de “ter o que fazer” envolve, além do provimento e da participação familiar (representada pelas mães, avós e tias adultas e crianças), ainda deve haver a proteção para que o movimento ocorra. Observou-se situações em que a ausência da família em casa cria um contexto em que as crianças “ficam soltas” e (se) ocupem (sozinhas ou com pares), dentro do ambiente doméstico e para fora dele, com fazeres que preencham o tempo- lugar enquanto estão fora da escola. Sobre isso, Sarah alertou sobre o cotidiano de Rane (5 anos) que, pela ausência de cuidado do pai, a menina *“fica solta, ele dá dinheiro à ela, e assim tem o que fazer”*.

Em alguns dos terraços das casas observei bebês (meninos), a maioria ainda por completar 1 ano de vida, andando pela rua nus ou com cuequinhas que muitas vezes eram maiores que seu tamanho e que provavelmente foram do irmão. Segundo as mães, os bebês “aprenderam” a não usar mais fralda e são acompanhados pelas mães e pelas crianças mais velhas, que aprendem juntas a perguntar, ouvir e também perceber quando o bebê quer fazer xixi ou coco (como Mo irmão de Laís na vinheta 4). Eles ocupam as ruas, atravessam de um lado ao outro, sentam no chão e brincam com os bichinhos, em movimento em que desde cedo aprendem a se comunicar em relação às suas necessidades mais básicas, já que a fralda é um privilégio para quem tem para comprar, segundo suas mães. Nestas pisadas entre a terra, as gramas e as poças d’água, quando nos terraços o xixi ou o coco escapa do corpo envolvido por pouco tecido, a água das mangueiras e dos baldes ao “ar livre” as lavam para reiniciar outras interações. Assim que nas ações do cotidiano, percebe-se que quanto menor a idade da criança a noção de dependência se intensifica quando associada às necessidades dos cuidados com o corpo e do aprender a viver nas condições sociais presentes, para a própria existência no presente-futuro, já que o impacto causado pelo empobrecimento multidimensional das condições (monetárias e não-monetárias) de vida na infância (UNICEF, 2023) tem sensível relação com as disposições relacionadas às práticas do “criar”, tanto pela criança como pelas adultas.

Quando indicam que a criança é-está “solta”, referem-se que ela não possui acompanhamento da família sobre seus cuidados e educação. Assim, o que parece indicar autonomia pelas ruas da vizinhança, como o vivido por Rane, também se percebe que ela conta com outros olhares próximos para sua segurança e de julgamentos nas imediações de sua casa, à medida que “gasta” o dinheiro que o pai lhe dá. Em contraponto, é exatamente por considerar uma vizinhança de confiança que em Jacarapé, Bida vê a rua tranquila para os filhos, pois *“moto e carro passa devagar”* e *“A minha filha... Ninguém mexe com ela. Todo mundo que me conhece...já já ela vai escutar chamando ela aqui: ‘é Tata! (outra menina)’....Aí uma olha a outra”*, ou seja, as crianças se cuidam. Na escola em que as meninas (amigas-vizinhas) Laís e Tatá estudam, tem um combinado de *“que uma defende a outra, se alguém for dar (bater) nela (a amiga-vizinha), ela (Laís), defende. Se alguém for dar nela, aí ela se defende (Laís)”*. Laís complementa que *“Se os menino for maior aí quem defende, é o primo de Alice (outra amiga-vizinha), o qual segundo Bida “me chama de tia adulta, mas é meu primo...”*. Além disso, a vizinhança é “boa” porque as crianças vão pra casa uns dos outros, *“arengam e voltam”*, além do que, quando ganham algum dinheiro, podem comprar sozinhas guloseimas no fiteiro.



Mapa vivencial 14. Ocupações no lugar. Desenho: José, Projeto Amigas Solidárias, agosto de 2022.

O que o contexto pode entoar sobre uma “vigilância” protetiva para que as crianças não fiquem “soltas” e o sentido de acompanhamento da “convivência atenta”, como já abordado, conta como o presente e o futuro se interseccionam na infância e o passado das mulheres tem forte consideração nos afetos destas relações, ou seja, entre as “boas” práticas que as crianças indicam nas ações sobre as suas necessidades de sobre/ super-vivências, há de se considerar (como já entoadado) como os limites morais e econômicos em torno da familiarização dos cuidados que são impostos no ambiente doméstico, concomitante privam

mulheres e crianças de acessarem direitos sociais na cidade e outros que deveriam estar sendo assegurados pelo poder público. Tendo em vista que as dimensões sobre o viver bem enquanto direito humano, está ecologicamente trançado às condições sociais, espaciais e temporais das existências, já para sua efetividade implica:

dimensiones materiales, afectivas y morales profundamente imbricadas, que además de contribuir a la reproducción de los órdenes familiares y de género, se encuentran en el cruce entre regímenes de cuidado y de reproducción social estratificados y privatizados (LLOBET, 2021, p. 435).

Assim, nos âmbitos do cotidiano, “estar junto” confere que para as crianças crescerem “bem” necessitam ter a companhia das mulheres (mães e outras parentes) enquanto suas “guardiãs”, sentido este moralmente estruturado na sociedade e incorporado como disposição nos contextos familiares em que as mulheres vivenciam a liderança da “criação” das crianças. Porém, além disso, as crianças enunciam acompanhar as adultas como vivências para também “ter o que fazer”, de modo que aprendem as ocupações de quem provê suas “criações”. Isto é, a socialização intergeracional aparenta despertar e criar oportunidades de boas vivências para as crianças, como quando Be ganhou dinheiro após ajudar a capinar um terreno e escolheu comprar um “kinder ovo” e quando Mila, Lane, Laís, David e Mo “acham” brinquedos e recebem alimentos durante a madrugada enquanto acompanham, mesmo que “só olhando”, a catação de recicláveis. Além disso, ficou aparente que as crianças compreendem estes momentos como oportunidades de transitar pela cidade, conhecer e vivenciar “passeios” por outros ambientes além da casa. Portanto, não é a toa que Be, Jhefferson e outras crianças entoem que para “ser feliz” tem que estar com a família.

Tive a oportunidade de conhecer e conversar informalmente com algumas mães nas festas organizadas pelo projeto “Amigas Solidárias”, e segundo elas, de modo geral, o projeto foi procurado para que seus/as filhos/as tenham no contraturno escolar o apoio nas tarefas de casa, o lanche da tarde e para que “*não fiquem na rua*”, reforçando o sentido de que naquele espaço em ocupação territorial, o medo da violência e da rua como contexto vulnerável (“esquisito”) para as crianças (ficarem soltas) é uma preocupação cotidiana, noções as quais as educadoras e outras mulheres envolvidas na organização compreendem partir de “*famílias (pais) presentes*”. Isto reflete o que Valeria Llobet (2021) afirma sobre a noção de “família” imposta às camadas populares, através das políticas protetivas sobre a infância, as quais complexamente conjugada “entre maternalismo y ampliación de derechos” na infância, tem influenciado os coletivos femininos (nos âmbitos comunitários e domésticos) como “instrumentos centrais na sua proteção”, sem acatar, no contexto dos direitos humanos, as



dimensões das naturezas sociais e culturais das con-vivências locais. Sobre esta reprodução da dinâmica neocolonial global, Valéria Llober (2021) aponta que:

As consequências desta moralização podem ser vistas não só como prejudiciais para as mulheres, mas também como fundamentais para a perda da capacidade transformadora dos direitos das crianças, com base nessa abstração e individualização de meninos e meninas das suas condições de existência (LLOBET, 2021, p. 438, tradução minha).

As crianças revelaram compreender este contexto em uma roda de conversa, iniciada a partir de uma contação de história, em que uma criança compara que onde morava, no Rio de Janeiro, era favela porque viu um “*homem que foi cavar a fossa e achou 2 corpo, os pés e os dedos no vidro*”. A irmã mais velha deste menino conta que quando moravam no Rio de Janeiro ele não tinha problemas na escola e que no Aratu “*ele só quer ficar na rua*”. Outras crianças apontam perigos que existem no Aratu, mesmo não sendo favela, que devem mantê-las “atentas”, como cobras, ladrão e o Conselho Tutelar, e estes mesmos seres têm força sobre as ações das mulheres junto às crianças. Ou seja, as condições de existência interferem sobre as possibilidades de participação nos espaços locais e revelam como a individualização sobre os direitos de proteção e de provisão (3 Ps) estabelecidos desde a Convenção das Nações Unidas (CNUDC) sobre os Direitos da Criança e reforçados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), acorrenta um cotidiano de responsabilização das famílias (das mulheres) em relação à vida das crianças.



Imagem 74. Cartazes para o desfile no Aratu “Dia do Estatuto da Criança e do Adolescente”. Foto: Karla Mendonça, Julho de 2022.

Sobre o Conselho Tutelar, em um encontro com a conselheira responsável por cobrir a grande região que compõem os bairros da região leste-sul da capital João Pessoa (PB), foi promovida uma palestra sobre a prevenção de abusos físicos e sexuais, baseada nas inúmeras denúncias recorrentes no polo atendido. Neste contexto, muitas mães relataram terem sido abusadas durante a infância, dentre elas uma das mães, encorajada a demonstrar a dura realidade local, compartilhou dolorosamente sobre as violências provocadas pelo marido e pelo filho de uma mulher que “*não conhecia*”, mas que teve que morar com ela após o “abandono” provocado pela sua mãe biológica (dos 5 aos 12 anos). Todas as noites ela acordava com o filho da mulher com quem morava, tirando a sua calcinha, e que mais tarde ela a obrigou a se prostituir “*pra trazer comida pra mesa*”. Ela casou com 15 anos com quem teria sido o pai de sua filha com mais idade (uma das crianças mais presente na organização), mas anos depois de outro contexto de abusos na relação matrimonial, encontrou outro companheiro com quem teve outros 3 filhos. Outras mães, com mediação da conselheira e das educadoras do projeto Amigas Solidárias, reforçaram a preocupação com a violência no Aratu e o medo do envolvimento de seus filhos no crime e das meninas viverem situações de abuso por parte dos chefes do tráfico.



Imagem 75. Símbolo de uma facção criminosa na capital paraibana. Foto: Karla Mendonça. Aratu, 2022.

De acordo com uma das mães, a importância “das Amigas Solidárias e do Conselho” seria para:

ajudar as crianças a não se desgraçar na vida, pois tenho medo, não quero que aconteça com a minha filha, que **prefere está na rua, pois a faz sorrir...mas quando o meu coração acelera eu vou olhar, tô sempre de olho**, porque quando eu tinha a idade dela quase fui abusada. Em casa ela não pode fazer o que quer, e ela quer namorar, mas não tá na hora...não deixo vir só (Mãe 1, diário de campo, maio de 2022).

Esse relato demonstra quantos perigos rondam em estar “solta” pela localidade, mas estar “preso” e não ter o que fazer demonstra o quanto as condições sociais limitam a participação das mulheres e das crianças na vizinhança e principalmente em outros espaços em que haja encontros de socialização. Miguel (8 anos), que também mora no Aratu, se acha “preso” e diz seguir os fazeres de Ray (sua mãe, trabalhadora do lar) cotidianamente quando não está na escola. No entanto, sua mãe ressalta que é apenas “*quando ele quer*”:

Ele disse que ele é preso porque ele às vezes quer ir em canto que a gente não deixa...Ele quer viver **solto** dentro do Aratu e eu não deixo. **Eu acho esquisito pra soltar ele**, mas as vezes a gente vai pro mercado e deixa ele aqui e nós diz logo, não abre a porta pra ninguém pode chegar qualquer um... não responde. Pode ser o presidente, não responde (Ray, janeiro de 2023).



Imagem 76. Miguel de bicicleta pelo Aratu 2. Foto: Karla Mendonça, janeiro de 2023.

Ray coloca que morar no Aratu 2 é “*tranquilo, mas às vezes quando a polícia está treinando por ali, aí que eu fico com medo*”, mas para Miguel seu medo é “*que alguém me apanhe*”, isto é, seja levado por algum estranho, e é por isso que prefere na casa nova, ainda em construção, dormir com os pais, como na época em que moravam no barraco. Contam que naquela parte do Aratu “*todo mundo tem medo que tirem a gente, porque lá do outro lado (Aratu 1) já passou a energia*” e além disso, ao sentir o cheiro de fumaça, Ray explicou que seu marido coloca fogo no lixo, como muitos outros moradores por estas localidades, já que não existe serviços de limpeza urbana e que preferem não descer até a “rua morta” onde tem uma caçamba, pois o local não suporta a quantidade de lixo despejado, além da existência de

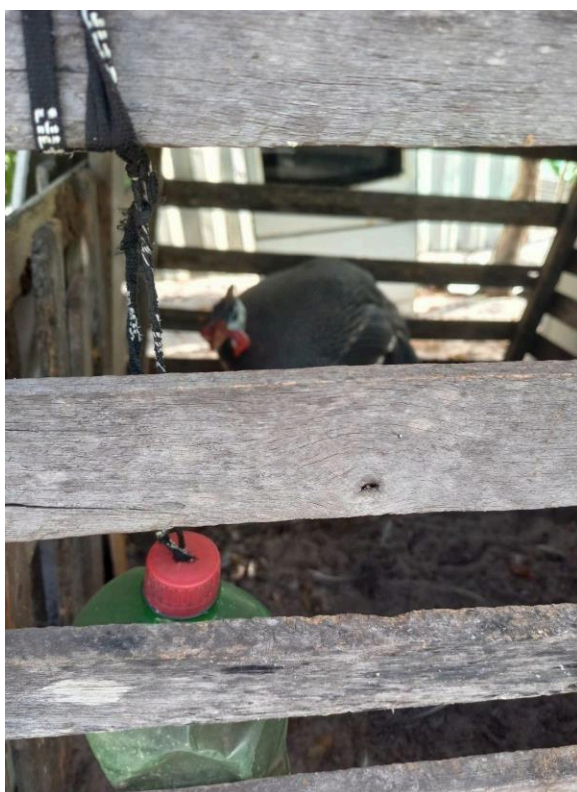


animais como cachorros e urubus que despedaçam as sacolas. Segundo as crianças do Aratu a “rua morta” é chamada dessa forma:

Kauã: Porque ela é cheia de buraco. Mili: Não! porque ninguém passa por lá. Rare: É porque é esquisito.

Miguel: Lá é cheio de urubu pousando, porque lá é cheio de carniça. Lá não tem saída (Roda de conversa, Projeto Amigas Solidárias, agosto de 2022).

Pelo terreno da moradia de Miguel, mostrou onde anteriormente era o barraco e que lá dentro era muito quente. Segundo Miguel e sua mãe Ray, devagarinho foram construindo as paredes, e ela “trabalhou bastante” junto com o sogro e outros parentes que moram bem próximo da casa. Ao lado tem uma granja (onde o pai de Miguel realiza cotidianamente alguns serviços no terreno como caseiro) e é por onde “puxam” água e a energia para a moradia. Sobre a casa diz que ainda quer *“rebocar, a gente quer fazer a a cobertura aí, também pretendo um dia murar ela todinha... fizemos a casa alta, porque aqui é muita areia, só vivo com a vassoura”* e Miguel canta sorridente *“diga onde você vai, que eu vou varrendo, eu vou varrendo, vou varrendo”* (“Dança da vassoura”, grupo Molejo).



Imagens 77 e 78. Pelo terraço e pelo quintal do terreno de Miguel. Fotos: Miguel, janeiro de 2023.

Na frente da casa tem uma roseira, espadas de São Jorge, um *“pé de ninho que já cresceu e faz sombra”* e outras plantas trazidas de Patos-PB, local onde moravam anteriormente e fizeram a mudança em dois carros (um da família e outro do sogro) com

alguns objetos e até os animais que Ray disse que não abandonaria: patos, galinhas e a gatinha, procurando dar continuidade às vivências desde sua infância em que acompanhava *“mainha, ela fazia umas oficina de crochê e teve uma banquinha de tempero, meu pai era carreteiro (caminhoneiro)...mainha que era tudo... mas eu gritei muito, dei muito trabalho...no sítio, na natureza”*.

Demonstrando o companheirismo entre eles, tanto Ray como Miguel afirmam que ficam *“aperriados”* quando ficam muito tempo em casa, que ele prefere estar na escola, ir para a praia da Penha, que *“dá para ver lá do barro”*, ir para a casa da avó que fica na praia de Jacarapé, sua preferida, já que a Praia da Penha *“tem cheiro de peixe e a praia toda vez nós vai e só faz encher (a maré), não faz secar e Jacarapé nós vai de pé”*, por conta da maré baixa. Ray e Miguel contam apreciar ir ao projeto “Amigas Solidárias” no turno da tarde, como atividade que possibilita a saída de casa no período do contraturno escolar, pois de acordo com Ray:

Eu gosto mais de tirar menino de rua, o que eu acho bonito no projeto delas é isso... e outra, o que eu acho mais bonito ainda, **porque ali não é nada que vem de prefeitura, porque se alguém abrir a boca e dizer que eu vem da prefeitura...** não vem (Ray, janeiro de 2022).

Ainda dentro do contexto do projeto, uma das adolescentes, irmã de um dos meninos que frequenta a instituição, se coloca como colaboradora no espaço por **“ocupar a mente”**, e que suas ações empenhadas, não teria o mesmo valor que na escola regular, afirmando que *“já peguei uma briga com a diretora por causa daqui”* (diário de campo, Projeto Amigas Solidárias, novembro de 2022). Dessa forma, como apresentado junto às mulheres e as crianças nas vinhetas narrativas 3 e 4, os acompanhamentos nas vivências das crianças pelas adultas são entoados tanto nos sentidos protetivos do acompanhamento em cuidar e servir, mas que colaboram por refletir que os direitos das crianças (mesmo que universalizados) tomando em consideração suas con-vivências culturais pelas naturezas locais, estão interligadas aos direitos de provisão e participação, isto é, estes direitos só podem (r)existir trançados, mesmo que adaptados e recriados pelas frestas das diferenças que segmentam e oprimem pela lógica valorativa e hierárquica do capitalismo neocolonial.

De certo modo, encontram-se nesta trama, alguns sentidos prazerosos incorporados e dispostos co-geracionalmente através das vivências no ocupar espaços e “mentes”. Manter pelo terreno os bichos (vinheta 2 e 3), as plantas, compartilhar a vivência em ter uma “rocinha” (vinheta 1), vivenciar pelo mato, mangue e pela pesca a coleta de alimentos de modo a não só saciar a fome e as vontades de comer aquilo que é comum, também revelam-se boas práticas de con-vivências prazerosas entre as adultas e as crianças. É como

vivenciado nas casas das crianças narradoras das vinhetas 1 a 4, na casa de Miguel, retratada anteriormente, bem como também nas casas de Binho e Vitória logo mais.

Com os pés descalços, Binho e seus amigos, realizam brincadeiras inventadas com materiais espalhados pelo terreno, como garrafas, fios e outros elementos, tudo acompanhado à distância por sua mãe. Na tarde quente, com a aproximação do verão, a água (de poço) era muito utilizada para estarem se refrescando durante as brincadeiras e para possibilitá-la, como na confecção de um foguete que fizeram com garrafa pet, utilizando a pressão da água para que voasse. Binho, por “*gostar de criar*”, construiu tal brinquedo por ter feito uma “*pesquisa*” e aprendido pelo *youtube*, utilizando o seu celular. Com madeiras, isopor e outras garrafas, Binho pode construir um barquinho e com ajuda dos outros dois amigos, com uma mangueira formaram uma poça d’água no chão e colocaram o barco a navegar.

Parece que os acessos de Binho à internet e por ter Jéo geralmente em sua companhia, faz com que as crianças se “acheguem” no terreno. Ao realizarem as tarefas de casa compartilhadas na rede *WhatsApp* pela professora da Escola da Penha, Binho e Jéo eram observados pelos amigos que não tinham a mesma rotina, e que segundo ela, a “Maga” (amiga e vizinha de Binho), viu o amigo lendo fluentemente e se espantou, apresentando o fato de que não teria ainda a mesma habilidade. No dia seguinte, a menina chegou na casa de Binho e começou a ajudar Jéo na limpeza, afirmando que assim terminaria rápido para que Jéo a ajudasse a aprender a ler, e com o passar dos dias Jéo contou que ela “*estava melhorando*” e parecia “*até mais feliz*”.

Binho mora bem perto da “*rua morta*”, pula o muro e até janela para correr e andar de bicicleta por perto, com os poucos amigos que tem na vizinhança, tem compreensão de que Jéo está sempre o acompanhando para fora do terreno. Binho também conta se preocupar sobre os “*lugares*” que pode ou não caminhar, como no caso da “*rua morta*”, local que provoca a curiosidade de muitas crianças no Aratu. Juntamente com seus outros dois amigos, Binho observou que na “*rua morta*” tem uma “*casa da macumba, com uma cabeça de boi, umas flores, uma geladeira velha e galinhas mortas num tambor...*” e ao observar tais elementos, e já se distanciando de sua casa Binho, conta que “*rapidinho eu disse: ‘eu vou voltar... pra minha mãe não reclamar’*” (Binho, novembro de 2021).



Imagens 79 e 80. Pelo terreno: construção, plantas e galinhas.  
Foto: Binho, junho de 2021.



Imagens 81 e 82. Binho e os amigos por dentro do terreno: invenções e observações. Recortes de vídeo: Karla Mendonça, novembro de 2021.

Já na casa de Vitória (8 anos) no Aratu 2, a qual realizei uma visita a convite dela em junho de 2022, ela me conta que procura “*ter o que fazer*” pelo terreno da casa e que gosta de ficar olhando pela janela do quarto a mata à frente, que esconde o sol quando ele se põe. Vitória é a caçula de 9 irmãos e a única que mora com os pais, a maioria dos irmãos são



casados e geralmente presentes na vida da família. As condições de construção da casa crescem de acordo com as possibilidades da renda de seu pai (pedreiro) e da sua mãe, com a venda de recicláveis e de alimentos (na vizinhança) colhidos do “sítio” em Alhandra, conquistado através do Movimento Sem-Terra. Vitória e seus pais dormem no que um dia será a sala, em uma construção de alvenaria com uma grande televisão instalada na parede sem reboco e com uma instalação recente de um banheiro. A energia elétrica é irregular e a água é de poço, recém conquistado após muitas economias. No barraco ao lado é onde ainda funciona a cozinha, na qual Ceiça, sua mãe, assou milho para lancharmos à tarde, descascado rapidamente por Vitória que me mostrou as lagartinhas que sempre encontra e enterra na areia do terreno.



Imagem 83. Da “rocinha” no quintal. Foto: Karla Mendonça, junho de 2022.

No barraco de lona que funciona a cozinha, Ceiça (sua mãe) conta ser o espaço que moravam antes de seu marido construir o quarto de alvenaria. No barraco ainda de pé, possui 2 geladeiras, 1 fogão a gás e um “*de tijolo*” que o marido fez como ela pediu, alegando ser um hábito comum para quem é do “interior” e muito proveitoso quando falta gás. Vitória se preocupava com o local onde eu ficaria mais confortável, me oferecendo o lugar com “*mais vento*”, já Ceiça me mostrava os alimentos colhidos no “sítio” de Alhandra, contando que com

o riozinho que passa por perto, conseguem irrigar na roça os pés de feijão, inhame, milho, jerimum e batata doce. Geralmente a “mistura” é salsicha e ovo, segundo elas, tem galinhas no terreiro, mas Vitória não “gosta que mate”. Atrás da casa, junto ao galinheiro, onde também ficam as “jumentinhas”, há uma árvore de cajueiro, a bananeira da fossa e uma pequena roça com macaxeira e “barbosa”, além de outras ervas como o mastruz, cidreira, hortelã e colônia, comum em muitos quintais por esta e outras localidades.

Nascida em Marcos Moura (Santa Rita - PB), Vitória conta que a “*polícia chegou e derrubou a casa*” que sua família morava na cidade de origem, e que gostava de morar lá porque não tinha as mesmas dificuldades de morar no Aratu, já que “*aqui tem que carregar água lá de baixo e sabe né tia...a pessoa vai ficando velha*”. Ceixa conta que Vitória não “anda sozinha” pela localidade e quando vão à igreja e necessita de algum tratamento de saúde no bairro vizinho, a mãe sempre a acompanha, pois o pai “*é ciumento, não gosta que ela ande por aí por ser menina*”. De acordo com Vitória, na localidade ela só pode ir e voltar do “reforço” sozinha, porque é perto e sua mãe “*confia*”, mas é pelo espaço do terreno que Vitória brinca com os brinquedos espalhados e com os bichos, como a “sua jumentinha” e “jubleu” seu filhote, animais que ela diz cuidar e alimentar sob os olhos de sua mãe, enquanto cuida dos afazeres domésticos.



Imagem 84. Pelo quintal de Vitória. Fotos: Karla Mendonça, junho de 2022.

As inseguranças em relação ao espaço social e as práticas possíveis dentro dele, informam frustrações que são incorporadas durante a infância e que estão relacionalmente ligada às condições de classe, raça, gênero e idade, mas não apenas, também refletem como as

culturas, nas naturezas vivenciadas no local de ocupação, “lutam” por construir um contexto familiar que reconheça e colabore com as vivências “boas” na infância. Neste âmbito das práticas, mesmo que se perceba um encontro de noções sobre os direitos na infância de modo situado e doméstico, nas complexidades das sobrecargas femininas sobre o cuidar, acredita-se que o direito ao espaço, ao “ter o que fazer”, às con-vivências familiares e à proteção, participação e provisão durante a infância, estão trançadas de modo negociado e articulado no lugar construído, em torno do que e como os corpos no mundo se instigam a experimentar e a se movimentar relacionalmente dentro das condições sociais de existência.

Assim, é no trançar das relações co, trans e inter-geracionais, cujo marcador etário e de gênero (como já se vem apontando) se apresentam como mediadores potenciais em muitas das vivências na infância, mesmo que nem sempre seguindo uma lógica urbana (como até quando usar fraldas, andar sozinho/a na rua e ter acesso ao dinheiro para fazer compras na vizinhança), dentre “novidade do ser-sendo” e das crianças enquanto “ente-em-relação” (LUGONES, 2014) que se percebem insurgências, ainda que enlaçadas a disposições valorativas e julgadas em termos morais do descuido, do medo e da (des)confiança. Viver a transitoriamente espontânea no espaço com as gentes da vizinhança faz parte das ocupações, e nesse meio que ecologicamente as vivências podem ser entendidas em *comunidades*, sendo-estando elas em experiências:

[...] com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa— continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas [...] é um espaço fundamental e multidimensional para a criação e recriação dos valores sociais, econômicos e culturais (ESCOBAR, 2005, p. 69, 77) .

As *comunidades*, que se encontram principalmente através das práticas co-geracionais, revelam como dentro das diferenças etárias e das “memórias povoadas” (LUGONES, 2014), mesmo que geracionalmente opostas, por vezes complementares e que podem somar certa comunalidade, que as práticas locais no território pesquisado, reflete um vivido no lugar que procura um povoamento criativo e coletivo desde a infância, mesmo no âmbito doméstico. Considerando um ambiente que nutre coalizões que se expandem para outros ambientes públicos como a rua e a vizinhança, as práticas do “estar junto” desde as casas “tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista” (LUGONES, 2014, p. 949) que transcende um comum que pode ser encontrado em uma multiplicidade de relações por viver “solto” e ao mesmo tempo acompanhado, já que em contextos empobrecidos por conta das forças simbólicas e materiais operadas pelo capital, pelas (in) tensões, brotam cosmovivências que se arriscam a viver bem. É como Miguel conta:

O povo quer ficar conversando, mas minha mãe me ensinou nunca conversar com estranho, mas quando vai ali pra casa de um amigo de meu pai, lá ele tem um filho, Aí nós fica brincando. Aí eu chego todo suado em casa. Eu tava brincando, né? Aí ela fica com raiva, porque nós demora (Miguel, janeiro de 2022).

Por isso que na “subjetividade corporificada e ativa”, que Miguel conta experimentar, nas tramas das diferenças etárias geradoras de hierarquias, e nos “apertos” do trabalho (não) remunerado como luta para o sustento da vida, que também brotam parcerias entre as mulheres e as crianças. Ao ocuparem um “lôcus fraturado”, ou como entoadado por aqui, as frestas dos trançados das diferenças, ritmam a “recriação criativa, povoada” para preservar e fazer crescer a vida de forma contente, mesmo que dentro das lógicas do capital muitas das vezes opressoras (LUGONES, 2014). Assim, sobre e com as articulações durante a infância, no tópico seguinte, atentam-se às vivências relacionais das crianças nas naturezas ocupadas, “criadas” e incorporadas nas práticas sociais trançadas ao lugar.

### *Povoada*

"Lá é bom mesmo pro pobre viver [...] "porque lá era melhor, é um lugar grande [...]", é um trecho da narrativa da menina Regimar, (a)colhida pelo sociólogo José de Souza Martins (1993), ao se referir à terra em que sua família ocupava em tempos passados no estado de Roraima, na luta pela “necessidade” da moradia-trabalho como modo de existência devido a condição de “ser pobre”. Viver em condições de pobreza de renda limita o presente-destino de modo a exigir (r)existências e enfrentamentos contra as violências multidimensionais impostas, as quais muitas delas foram acionadas nas vinhetas narrativas no decorrer desta tese: a insegurança alimentar, da posse pela terra e da moradia construída enquanto um bem atribuído no artigo 6 da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e no Estatuto da criança e do Adolescente (1990), a marginalização sobre o direito de ter uma família (na diversidade dos laços de parentescos consanguíneos ou não), de ter acesso e viver espaços de lazer, outras práticas coletivas para “ocupar a mente” na vizinhança e de ter a segurança de se conviver “solta” neste contexto, que pode ser potencialmente socializador e solidário.

Tanto Regimar, como as crianças nesta pesquisa e suas mães, nos entrelaçados familiares, reforçam como procurar um lugar bom para viver é uma condição humana e a casa deveria ser um bem de direito em que todas as gentes e demais seres de seus afetos a tivessem como garantia, especialmente na infância. O “mundo dos pobres” (MARTINS, 1993) trançado ao “mundo feminino” entoa relações de cuidado, do trabalho não-remunerado, das práticas em

que o dinheiro se faz mediador na organização do sustento da vida e das articulações para o lazer que estão imbricadas ao “criar” e que ritmam as *vivencidades* da casa como um lugar de lutas, sonhos, forças e con-vivências inter-intra e co-geracionais, através das quais se contextualizam os sentidos de família e das parentalidades pelas disposições dos afetos (i)materiais entre as gentes e tantos outros seres.

Retomando o que Marisa entendeu no capítulo anterior que “melhor que o presente é a presença” refletindo a companhia cotidiana entre os cuidados e o lazer no ambiente doméstico, é que o “querer estar junto” e o “ter o que fazer” especialmente se movimentam nas práticas co-geracionais através do acompanhamento e presença das relações intergeracionais, encontradas nas companhias entre as mulheres e as crianças, enquanto entes-em-relação. Mesmo que muitos desses movimentos em *comunidades*, experienciados pelas práticas co-geracionais no semear dos contentamentos coletivos, recíprocos e/ou subjetivos, sejam vivenciados em contextos de trabalho (como catar recicláveis, na limpeza dos ambientes ou no acesso aos serviços assistencialistas), as mulheres e as crianças informam como as emoções em relação aos “achados” nas calçadas, ao dinheiro recebido, as doações conquistadas e compartilhadas (muitas vezes como presentes) são movimentos contentes e que podem fazer “falta” quando vivenciam a mudança das condições de trabalho e moradia. Assim, “Poder andar mais” é um desejo reforçado não só pelas crianças, mas pelas mulheres no sentido de ter oportunidades para conquistas (i)materiais e sensações de contentamento.

Desse modo, as *vivencidades* ligadas à casa se movimentam no âmbito ecológico imbricadas as naturezas do lugar. Enquanto espaço em que criativamente se criam práticas e (r)existências, nas condições que a pobreza de renda influi, no ambiente doméstico há o encontro de vínculos sociais que entoam a ambivalência de práticas econômicas capitalistas e não-capitalistas e expressam uma pluralidade de lógicas em termos de dádiva nas quais, dentro de uma perspectiva relacional maussiana, se encontram solidariedades, amizades e alianças no âmbito familiar e de vizinhança ritmadas por mobilizações e mobilidades pelo bem-estar dos entes envolvidos (MAUSS, 2003; MARTINS, 2005).

Nesse sentido, pertencer a uma casa e a uma terra é vivenciar um povoamento coletivo na construção do lugar que seja “*sossegado*” e bom para se viver e se movimentar, mobilização esta que se faz percebida pelas crianças de modo trançado ao que se reconhece como família, ou seja, elas, a casa e a família encontram-se em comunhão, em confluência, uma trançada a outra, no criar dinâmico e ecológico de suas vidas.





## CAPÍTULO 7

### “INFÂNCIAS BOAS”: Trançados ecológicos

Os meninos remavam de maneira compassada, todos tocavam o remo na superfície da água com muita calma e harmonia: estavam exercitando a infância deles no sentido do que o seu povo, os Yudjá, chamam de se aproximar da antiguidade. Um deles, mais velho, que estava verbalizando a experiência, falou: ‘Nossos pais dizem que nós já estamos chegando perto de como era antigamente’.

Ailton Krenak- O futuro Ancestral



No encontro de (r)existências pelas boas práticas com as crianças e seus afetos, enlaçadas em culturas e sociabilidades locais que contentam gerações nas naturezas do lugar, apresento neste capítulo as disritmias e as sintonias sociais percebidas nas con-vivências inter, intra e co-geracionais que entoam as ecologias das coalizões engajadas para se viver uma “infância boa”.

Visto que dentre as hierarquias valorativas impregnadas nas relações e o reconhecimento das diferenças, muitas vezes pelo marcador etário, aponta-se nesta discussão como estes fatores condicionam uma economia de práticas que movimentam as infâncias locais pelos espaços coletivos. Assim, no tópico 7.1, trato sobre as disposições incorporadas no passado-presente para “dar conta” de um presente-futuro incerto, no incorporar das violências na infância, o que dão sentido aos “corpos arengueiros”. Já no tópico 7.2 percebem-se nas parcerias do vivido através das relações inter, intra e, principalmente, co-geracionais, as ações de luta e as alianças diante das vulnerabilidades imputadas pelo regime urbano ambientalmente segregador.

Desta forma, este capítulo dedica-se em destacar sobre o poder-saber-fazer em relação às *outridades* destes “corpos arengueiros” e/ou quando em coletivos se mobilizam em *comunidades* através de práticas contentes, que se emaranham em sobre/super-vivências situadas desde as moradias.

### 7.1 Corpos “arengueiros”

Guimarães Rosa conta que “[...] mesmo um menino sabe, às vezes, desconfiar do estreito caminhozinho por onde a gente tem de ir beirando entre a paz e a angústia” (ROSA, 2005). Esta reflexão expressa bem os (des)acompanhamentos co, inter e intrageracionais, entre e nas cercas, limites e contrastes que a pobreza abraça a infância. Nas (in)quietudes (des)contentes do vivido pela casa e pelas barreiras da cidade em relação ao acesso de direitos e “bens”, como na maioria das comunidades “periféricas” no país, as crianças narram como (des) calçadas nas ruas de terra, aos ventos do litoral sul, nas sombras de mangueiras, chupando as seriguelas e outros sabores nascidos em “pés” de planta, vivenciam (des)controles, fugas e aventuras de se viver no terrenos às “costas” do conforto e dos imaginários do consumo do mundo contemporâneo.

“Ô criança arengueira!”, “Deixa de arenga!” e “elas vivem arengando” fazem parte de enunciados sobre os comportamentos das crianças por entre estas terras. As intervenções (verbais e físicas) das mulheres (mãe e educadoras) para que as crianças “sosseguem” ou se



“comportem” refletem ações sobre corpos inquietos, tensos e atentos às lutas incorporadas, de modo muitas vezes violento, nas relações cotidianas trançadas nestes lugares.

Os mais novos são vistos como os “*mais arengueiros*” e de acordo com as crianças, como Laís (vinheta 4), só é arengueira quando “*me abusam*”, assim como Be (vinheta 3) que prefere até “*ir com a vó pegar coco quando vejo meus primos muito agitados e arengando*”. Mila (vinheta 4) que é a mais velha das crianças que frequentam e moram na granja que a avó trabalha, diz não gostar dos mais novos porque eles “*perturbam*”, principalmente Mo, o mais novinho, que dá “*porrada pra dar e vender*”. Bida chama a atenção várias vezes dos filhos para que parassem de “*arengar*”, principalmente Laís com os irmãos mais novos, que justificava a “*arenga*” pelo fato de que eles “*dão*” nela, ou seja, batem nela. Ao ouvir Laís gritar: “*essa nojenta*” para a prima, depois de levar um beliscão, pergunto se os atritos entre as crianças são comuns e Bida conta que elas “*estão sempre brigando*”. Laís explica que Mo “*deu pra puxar meu cabelo*” e “*num tem Lane? (prima) ele bota Lane pra mamar nos peito dele*”, ou seja, tem certo controle sobre a irmã e a prima mais velha através dos embates corporais.

Na quadrilha de São João, na associação da localidade, Laís conta que Lane “*ficava mangando da gente*” e ao ser questionada sobre os motivos, a mãe interfere dizendo que “*é porque ela é a mais velha...é tua tia*”. Laís não concorda com esta justificativa e afirma que Lane seria sua prima, se mostrando confusa entre o parentesco por conta de que as “*arengas*” entre elas não seria um comportamento de uma tia. Laís continuou com o assunto das “*arengas*”, afirmando que entre os irmãos e as primas isso é como um brinquedo de “*gato e rato*”, que por vezes só tem fim com a interferência da mãe ou da avó, pois “*metem o pau uma na outra*”, principalmente quando são visitadas por crianças fora do círculo de convivência. Mo ao se aproximar, enquanto Laís conversava comigo, ela o assusta e ele lhe dá um tapa, reação advertida pela mãe, que é acompanhada com uma justificativa de que mesmo entre as arengas, as crianças se cuidam. Laís admite: “*ele dá um tapa na minha cara, e depois me beija*”.

Laís brincando comigo e com suas bonecas, na disputa da atenção de Mo e David com suas motocas e bichinhos de plástico, ela analisa: “*Ele é buliçoso né?*” (falando de Mo) e após um conflito ela reclama com a mãe que David a chamou de “*filha de rapariga*”, sendo repreendido por Bida e chorando em seguida. Após algum tempo na casa percebi que as crianças falavam “*palavrões*”, que comumente os adultos julgam como palavras que não devem ser ensinadas às crianças, e Bida conta que é “*no meio da rua*” que eles aprendem a “*chamar nomes*”, fazendo com que as crianças rissem alto.

Be (vinheta 3) conta que a avó, durante o acompanhamento diário à escola, fica a *“observando, para ver se eu brigo, mas eu não brigo com ninguém se não me abusarem”*. D. Maria reforça que *“tem mãe que nunca vai na escola e que ainda enche de desaforo as professoras. Tinha um menino que dizia que queria ser maconheiro que nem o pai, e um dia ele subiu nas costas de Be no ônibus”*, Be interrompe e complementa: *“eu joguei ele no chão!”*. O mesmo é reforçado por Jéo que não quer que Binho se envolva com alguns meninos da vizinhança por conta das *“malandragens”*, acusando o fato de que eles *“acoam”* os mais *“bestinhas”*, como quando um dos meninos disse que Binho teria quebrado sua bicicleta, mesmo ela já estando quebrada, fazendo com que Jéo se esforçasse para estar sempre por perto quando o observava na rua e para selecionar as companhias do filho, pois *“quem faz o que ele fez, tem o futuro ruim, que ele tinha que pensar e não ser trapaceiro. A índole não é boa, engana as crianças menores, não gosto de Binho junto dele”* (diário de campo, novembro de 2021).

Desse modo, as *“arengas”*, como focos de interferência das adultas nas relações intrageracionais, são apaziguadas e controladas, quando possíveis, até de formas mais ríspidas. Já nas relações das crianças as arengas aparecem como (des)controles presentes nas situações de (des)contentamentos, ações inclusive lembradas sobre o passado de algumas mães. Drezza, mãe de Kelly (moradoras da Praia da Penha) lembra que:

Eu era briguenta, era maga (magra), seca. Minhas primas dizem que - agora a gente é amiga, tudo casada- passavam e abaixavam a cabeça, porque me olhavam e eu já encarava- *“tá olhando o que?”*- Era de mim mesma... foi meu filho que me acalmou, mas eles é briguento, eu tenho que está conversando...é que nem eu! Era pra eu tá presa, porque peguei uma garrafa e joguei na cabeça da minha prima (17 anos) e meu pai bem maguinho me avisou *‘Drezza tu tá furada’* (tinha levado uma facada nas costas), meu cunhado com mais de 20 tiros (tinha sido baleado) arrancou o portão e bateu tanto nela, mas era tudo bandido mesmo. Foi Deus que me deu livramento. Mas eu mostro os exemplos de quem não quer nada com a vida e ter comportamento respeitoso em todo lugar e o tempo todo (Diário de Campo, maio de 2022).

O enfrentamento ou a interrupção nas situações de disputa nas relações intra e intergeracionais, como percebido, envolvem muitas brigas corporais. O que se sente no corpo, parece ser incorporado em ações tensas, desde o contato físico gerado pela força, como pela ira fornecida através das palavras. Como dito no capítulo 5, as agressões físicas no ambiente doméstico na relação mãe e filhos/as, outros parentes adultos ou entre irmãos, são bem presentes e as crianças parecem incorporar e reproduzir as emoções iradas vividas em diferentes situações. Ao propor uma roda brincante com música no projeto das *“Amigas Solidárias”*, um dos meninos percebeu a minha sandália de couro, me avisou sobre os bichos de pé e ao pegá-la bateu em sua mão afirmando: *“essa que é boa pra dá uma pisa”*. A *“pisa”*, como a agressão física praticada no ambiente doméstico, acontece quando a criança

“*não obedece*”, sendo que um dos meninos relatou que no dia anterior o “*cacetão*” tinha sido usado por sua mãe para repreendê-lo, e tal objeto seria uma barra de ferro usada para bater em suas pernas. Todas as outras crianças riram afirmando a semelhança sobre as punições que vivem em casa, a “*pisa*”, na qual muitas vezes utiliza-se objetos como galhos, ferros, cipó e sandálias, é uma abordagem referenciada para as crianças mais desobedientes e arengueiras no espaço, visto que uma das crianças apontou para o outro e rindo disse: “*o pau come na casa dele*”.

Em outro momento, em que brincávamos de desenhar na areia, observei um descontentamento entre duas crianças e perguntei se estavam bem. As outras crianças imediatamente relataram que os irmãos tinham “*arengado*” na frente da escola, ele “*pegou um pau pra dar nela, mas porque ela tinha jogado uma pedra nele*”, contando com risadas e instigando os irmãos a continuarem a discussão, que se olhavam. O atrito foi cessado por outra menina de idade similar que avaliou a situação tomando parte da menina mais nova: “*ela tá queta (quieta) e vem o outro provocar!*”. Entre os atritos dentro e fora do “*reforço*”, outros dois meninos contaram que “*Achei uma bicicleta velha que vou ajeitar, e quando a gente tava voltando os boy lá jogaram pedra. A gente não joga pedra, pedra joga no mato, quem joga pedra é doido!*”, analisando que os “*boys*” eram garotos mais velhos e maiores que eles (Roda de conversa, Projeto Amigas Solidárias, junho de 2022).

Observo que a questão do “*tamanho*” é importante neste enfrentamento entre pares na infância, ou seja, a estatura e a postura corporal se tornam uma potência entre as disputas e conflitos, pois mesmo que as crianças terem tamanhos semelhantes, enquanto relataram o ocorrido entre os irmãos, a menina levantava da cadeira e estendia seu corpo, olhando com a cabeça erguida de modo desafiador para o irmão dizendo “*e ele é santo?*”. Já Rane, magrinha e bem pequena, explica que foi “*suspensa do reforço*” por ter derrubado um colega de uma cadeira que seria o seu “*lugar*”, enquanto faziam uma atividade, explicando que “*eu puxei assim a cadeira pra trás e ela machucou a cabeça*”, já que caiu de costas no chão, justificando que a menina estava lhe “*provocando*” e que agora “*eu tô me comportando*”. Questionei Rane se ela teria ficado triste pela colega ter se machucado e ela disse “*eu não...nem ligo*”, “*Eu já bati nela, já esculhambei ela!*”, mas que ter sido afastada do “*reforço*” teria a deixado frustrada, por isso estava se esforçando para não “*arengar*”.

Quando eu chegava na instituição, Rane geralmente demonstrava afeto, corria para me abraçar, no entanto ao mesmo tempo demonstrava comportamentos agressivos nessa relação, como certa vez ela subiu em meu colo me abraçando afirmando querer ficar comigo para brincar, e repentinamente pegou em meu braço e disse: “*eu vou torcer!*”, eu já sentindo a sua força a questionei: “*você está me fazendo massagem?*” e ela respondeu que “*não, eu tô torcendo*”. Demonstrei que não estava gostando, pois estava doendo, e as educadoras chamaram sua atenção, foi então que ela soltou meu braço e saiu correndo para rua, momentos

depois voltou com as mãos cheias de chicletes e deu com um sorriso de desculpas.

A “fofoca” também é um movimento oral intrigante entre as crianças, causadora de conflitos, e as crianças mais “fofoqueiras” que “falam da vida dos outros” foram apontadas, como alguns de seus parentes, especialmente mulheres. No entanto, outras crianças contradizem a questão quando contabilizam jocosamente alguns dos meninos que também fazem fofoca. Miguel avalia sobre as crianças fofoqueiras que “*o povo dá o gato e esconde a unha*”, e eu pergunto o sentido do que disse e ele explica que “*é um ditado*” que “*significa falar mal nas costas*”, exemplificando outros que são demonstrações de “*inveja*” daquele que calunia, reação comum naquelas con-vivências (Roda de conversa, Projeto Amigas Solidárias, agosto de 2022). Uma das crianças avaliadas pelas outras como uma das mais “arengueira” do local, teve comportamento apaziguado pela irmã (7 anos) que me confessou: “*me preocupo com meu irmão, ele apanha dos meninos na escola*”, ou seja, ela reforçava que ele “arengava” por ser muito provocado e agredido por outras crianças. Essas relações interpessoais de impulsos agressivos re-produzidos pelas crianças, foram observados sendo estendidos para outros seres como animais, plantas e também estruturas que são encontradas pela frente, como objetos, paredes e portas. Em outras conversas informais, as crianças falam que “arengam” e “batem” em quem “*mexe comigo*” e quando o impulso da pancada é reprimido, abordam palavras que compreendem ter o poder de insultar e provocar descontentamentos no outro, geralmente se referindo a outras crianças.

Ainda há situações em que uma criança ou outra tem o costume de chutar um cachorro na rua ou jogar pedra em passarinhos com estilingues, mas que o “certo” é “cuidar” de seus animais e por isso não batem neles como muitos adultos. Desse modo, parecem estabelecer sentidos protetivos àqueles que entendem mais vulneráveis, ou seja, que não podem se “defender” sozinhos, como quando uma criança viu um familiar adulto bater em sua égua, a qual em seguida, reforçando não ter aprovado a ação violenta contra a “*sua bichinha*”, a abraçou escondida, mesmo com medo de represálias do familiar.

Isso entoa o fato de que, assim como a proteção das crianças por parte das adultas (da família) envolve o reconhecimento moral sobre a manutenção de suas vidas, enquanto seres “dependentes” de suas ações para sobre/super-viver bem, os sentidos de vulnerabilidade quando reconhecidos pelas crianças às *outridades* de diferentes naturezas, percorrem afetos morais semelhantes e que o descaso com seus cuidados de provisão e proteção cessam suas existências, como Laís alertou ao entrarmos no meio do campo da vila de Jacarapé, que um “*moleque*” que “*é doido, botou passarinho no chão e começou a dar na trave*”, falando indignada sobre o maltrato do bichinho.

Be (vinheta 3) reforça isso em uma de nossas conversas na granja, pois a morte dos bichos é fator de tristeza entre ela e os primos. Lamentam que o avô já “teve” que sacrificar alguns dos bichos da granja a mando do “doutor”, alguns para comer e outros por terem adoecido na impossibilidade de “tratar das bichinhas”. Diante disso, o avô evita avisar as crianças sobre tais medidas, visto que elas têm “pena” e assim “o bicho sofre mais pra morrer, demora... uma galinha aqui pra matar, elas (as crianças mais novas) viram com dó... as lágrimas já caindo, a galinha saiu correndo com o pescoço pendurado, o sangueiro caindo”. Outra vez, Mimi (prima de 5 anos) “botou pra chorar porque viu a cachorra dela morrendo, a gente achou que um bicho tinha pego ela (Mimi) no meio do mato, mas não, era a cachorra”. Segundo Be, as crianças tinham quatro cachorrinhas e quando lembram de suas mortes sentem novamente vontade de chorar. Uma das cabras, que era chamada de “Gigi”, era seu:

[...] xodó, ela sentava era tipo um cachorro, eu comia salada e o vô dava a ela, ela brincava de esconde-esconde. Morreu porque o diabo (o dono) mandou matar ...eu sabia que ele ia matar e eu fiquei com raiva dos donos, aí começou o cabaré do povo rico, que não queria ir mais pra lá. Depois que se lasque, o menino (filho do então dono) ficava abusando a mãe dele pra ir simhora. Bobi e Estrela (outras cabras) eram irmãos ...ele morreu doente, o bichinho, morreu afogado porque deu uma chuva forte, daí a Estrela morreu de saudade. A vermelha era mãe deles e morreu também, foi mais na sexta- feira, ela caiu com a cara no chão. Só ficou a branca, e o povo não cuida dela, não quer comprar remédio. Ela tava grávida de Sherlock e o veterinário levou ela...a bichinha (Be, diário de campo - passeio no shopping, fevereiro de 2022).

Sobre especificamente a proteção das crianças em casos de agressão física, elas reconhecem a existência de uma instância além da família, apesar de reconhecerem que o poder da mãe e do pai prevalece no ambiente doméstico. Durante uma brincadeira em que as crianças corriam pelo espaço da sede das “Amigas Solidárias”, uma delas reclamou com um grito que “ninguém briga aqui, porque ninguém é mãe de ninguém”, enquanto alguém também concorda que “ninguém é pai de ninguém pra tá batendo”, e uma das crianças lembra que diante de alguns comportamentos mais agressivos em relação ao corpo do outro, pode haver a ação do Conselho Tutelar. A questão do medo em relação às ações do Conselho são bem marcadas, as crianças relatam que o trabalho da organização é tirá-las de suas famílias, e apesar de reconhecerem que a representante do órgão no Aratu é uma mulher, as crianças associavam o Conselho como sendo “os homens, que pegam as crianças”. Essa imagem de que o Conselho Tutelar “pega” as crianças, estava geralmente vinculada aos “maus” comportamentos reconhecidos como os mais violentos intencionados ao corpo da outra criança, até mesmo encontrando semelhanças nas ações dos adultos que infringem leis sociais. Uma das crianças relatou que “não pode bater na cara, porque os homens pegam...o pai dos meus irmãos bateu na cara da minha mãe e foi preso, ele não quer pagar pensão deles”, já

Nai conta que “*minhas irmãs o conselho levou, ficou presa, foi tudim embora, só ficou duas prima...fica numa sala cheia de mijo!*” (Diário de campo, maio de 2022).

Contudo, em meio aos relatos das ações do Conselho Tutelar como a “personificação” punitiva em relação às ações de adultos e até das crianças, em um dos encontros reconhecem a instituição como órgão a quem recorrer em casos de abusos sofridos. Uma das meninas, manuseando com alguns brinquedos durante uma visita da conselheira local, a chamou e contou que “*quando eu tinha 7 anos, um homem chupou minha pepeca todinha...eu não gostei*”. Além dela, outras manifestações silenciosas também foram observadas partindo de outras crianças. Outra menina me confidenciou que o professor da sua escola a acariciava e pedia fotos das alunas de modo inapropriado, além de enviar mensagens pelo celular, e mesmo denunciando à direção da escola, segundo ela, “*demorou muito para acreditarem e acusar*” (Diário de campo, maio de 2022).

Portanto, para as crianças o Conselho Tutelar converge em um imaginário sentido de modo hierarquicamente punitivo, vigilante, regulador, destituído do poder familiar, assim como outros órgãos representantes do governo que trabalham em contextos empobrecidos, seja a polícia e as organizações de assistência social. Assim que em meio aos discursos punitivos de órgãos governamentais sobre as ações adultas que ferem a vida das crianças e de outros afetos, elas compreendem que o mesmo sentido de justiça pode ser investido a outra criança que se comporte violentamente fora dos “padrões” morais aceitos pelo grupo. Esta questão reflete que:

[...]os sistemas punitivos devem ser recolocados em uma certa “economia política” do corpo: ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos “suaves” de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata — do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão (FOUCAULT, p. 28, 1999 [1987]).

E sobre o corpo e suas “forças”, esta última se faz presente através do contato físico nas “arengas” enquanto expressão de poder e é transmitida em diferentes situações, desde as mais corriqueiras, como um contato ou um cumprimento, e até nas brincadeiras. Pela rua na vila de Jacarapé, David apontou e me contou, com ajuda de Laís, que gosta do “*homi do carro do lixo, Homem Aranha, Homem de Ferro*”, todos considerados amigos “fortes”, e relata sobre outro amigo que pintou seu cabelo e que o leva para andar de cavalo pela praia, ou seja, tem amigos que expressam poder físico e social no lugar. Observei que a vizinhança cumprimentava as crianças, até de forma surpreendente, pois entre a vizinha que encheu a mão deles de biscoitinhos como um agrado, um rapaz sentado embaixo de uma mangueira com uma outra adolescente e uma senhora, ponto que aparentemente eram onde soltavam

fogos comuns na época dos festejos de São João, ao avistar David o agarrou pelo braço e bateu em sua cabeça, sendo avisado por Laís:

Deixa o menino, rapaz!

David reagiu: vou dá na sua cara! Rapaz: cadê tua mãe, Aquela bandida? Laís: bandido é seu pai!

Rapaz: respeite meu pai, respeite que sou seu tio. Laís: respeito se eu quiser.

(Enquanto isso David chutava a perna dele sendo acompanhado por Mo com os mesmos movimentos)

Rapaz: tu também pirraíinho, vem aqui pra tu vê!!!! (falando com Mo quando ele se afastou).

David o provoca: dá o cu.

Laís repreende ao nos afastarmos: David, Tu vai ver... se mainha vê. Vou falar pra ela que tu tá chamando nome.

David: ele fica batendo em eu.

David avança em Laís, e sem outra alternativa eu interfeiri para que parassem de brigar, sendo aceita a orientação.

Laís justificou: é esse fica menino aí que fica batendo nos outro. Óia todo dia ele chama nome, bate em mim, puxa o cabelo de Mo, Dá um murro em Mo... Bate em Tatá, bate naquela menina ali, fica puxando o cabelo de Lele (de 12 anos), bate em Lane... Lane dá um murro na cara dele. Ele canta a música "Letícia, Letícia, aonde você vai com aquele mototaxista! (risos) (Laís, David e Mo, junho de 2022)

Nota-se que em uma "con-fusão" (JESUS, 2019), o encontro, as relações e as brincadeiras se transformam em "arengas" e elas ganham os corpos "com força"<sup>104</sup>. Especificamente sobre as brincadeiras que tomam "com força" os corpos das crianças, um dos amigos de Binho que mora na vizinhança do Aratu 1, contou que eles são os "*quatro mais bestinhas da rua, porque o povo faz coisa que machuca*". Entre as "invenções", práticas em que Binho prefere se dedicar ao invés dos brinquedos "*da moda*", as crianças mostraram como se joga "*paredão*", no qual com uma bola, uma das crianças tenta acertar as outras que correm pelo terreno e quem acerta tem que se encostar na parede, virando um alvo. O lançador deve tentar acertar com "*três mofos*" (arremessos) o corpo da criança, que está na parede, do joelho para cima, a qual se esquivava da dor da "*bolada*". Vi que usavam toda a força para esse momento e questionei sobre a dor envolvida na brincadeira, eles riram e indicaram outras brincadeiras que "*dói*": o "*coquinho*" que se refere a um cascudo na cabeça e outra brincadeira ordenada, em que a criança é obrigada a falar um palavrão se não leva um soco no ombro.

A brincadeira da "mão roxa" também expressa o valor da força durante o jogo, no qual a criança vencedora é "*quem bater mais forte*" ou fazer uma das crianças chorar. Contudo, há um cálculo bem elaborado sobre as diferenças entre as forças ou resistências sobre elas, quando observam que uma das crianças é mais "fraca" por conta do tamanho, e por esse

---

<sup>104</sup> É muito comum o termo "com força" nestas localidades quando referenciado a intensificação de alguma ação ou situação provocada por ela.



motivo, cuidem ou orientem cuidados para que a força seja regulada na emissão do tapa, como observado na explicação de Laís junto às outras crianças no terraço da granja em Jacarapé (vinheta narrativa 4).



Imagem 85. Brincadeira da mão roxa. Foto: Karla Mendonça, janeiro de 2022.

Nos terraços das casas e no projeto Amigas Solidárias, eu convidava as crianças para brincar de “adoleta”, mas elas não apreciavam e afirmavam: *“não tia, é melhor mão roxa!”*. Outro convite era para brincarmos de telefone sem fio, mas segundo elas, *“não pode falar coisa feia e não pode falar xingamento”*, já que os “palavrões”, comuns entre as práticas, também exercem “força” simbólica nas relações causando “arengas” disputadas por aqueles “nomes” que provoca maior humilhação do outro, como na parlenda recitada *“vaca amarela pulou na panela quem falar primeiro como toda a bosta dela”* ou em reações espontâneas e reativas presentes em muitos dos jogos coletivos organizados por elas.

Em um passeio ao Jardim Botânico da cidade com as crianças do projeto “Amigas Solidárias”, após o lanche oferecido, as crianças começaram a correr pelo o espaço como esperado e então ouvi alguns gritos e um amontoado de crianças aglomeradas, como se estivessem brigando. Eu corri e tentei “socorrer” a criança que estava soterrada por muitas

outras em cima, mas elas rindo, me acalmaram: “*calma tia...a gente não tá brigando não...a gente brinca assim!*”.



Imagem 86. Publicação no *Instagram* pelo Projeto de Pesquisa PUA, após uma ação com as crianças, em parceria com esta pesquisa. Maio de 2022.

O jogo corporal desconfortável com “toques brutos”, são mirados e esquivados em embates independentemente do gênero da criança. O corpo “arengueiro” por entre as ações aparentemente ríspidas das crianças, mesmo que sem intenção de agressão, contam um enfrentamento e afrontamento do sentir os (des)controles do vivido na vizinhança em *comunidade*, no contexto familiar e no que pode se sentir por entre as rudezas das ruas que situam suas atividades cotidianas. Parece que a violência incorporada é mobilizada nas relações mais casuais, as quais não retiram seus sorrisos, na verdade se misturam com as iras e os medos dos perigos (imaginários e presenciados) que as acompanham no vivido, comunicado, cochichado e “curiado” no lugar das relações inter/intrageracionais. As cobras, a cumade fulozinha e outros encantados, os fantasmas, os ladrões, os pais espancadores de suas mães e o conselho tutelar, estão presentes nas narrações de seus embates e são tensões incorporadas multissensorialmente, a serem acionadas como enfrentamentos e afrontes cotidianos.

Se, de acordo com Bourdieu (1996), (através da noção de *habitus*) o sistema disposicional durante a trajetória de vida é incorporado durante as relações socializadoras, principalmente potencializadas nos contextos familiares e nos acessos a outras instituições, analisar tais ações “encarnadas” durante a infância, enquanto comportamentos potentes de afrontamentos do outro e do mundo social, revela como em condições desfavoráveis de modo

multidimensional (sócio-cultural-econômico), o empobrecimento dos bens materiais e simbólicos deve ser um enfrentamento vivido durante o “crescer”. Nesse sentido ainda é importante acrescentar, com base em Lahire (2004), que as ações das crianças se adaptam, são limitadas ou opositivamente transgressoras, visto que:

Embora a noção de disposição implique uma operação cognitiva que evidencia a coerência de comportamentos, opiniões, práticas diversas e muitas vezes dispersas, não se deve pensar que, obrigatoriamente, a disposição deve ser geral, transcontextual e ativa em todos os momentos da vida dos atores. A busca da coerência deve ser acompanhada de uma preocupação com a delimitação das classes de contextos, áreas de pertinência e atualização da disposição reconstruída (2004, p. 28).

Em uma rede complexa envolvida através da educação dos corpos, encara-se uma educação, que não tem apenas a ver com uma moral disciplinadora e apenas vinculada ao ambiente doméstico enquanto “criador” de pessoas de bem, mas que nas tranças dos tempos-lugares se criam (r)existências para que possam crescer em “lutas” atentas ao poder das “malandragens”, das forças físicas e psicossociais imperadas nas violências hierárquicas, seja pelo capital ou pela força imbricada ao poder exercido e reconhecido socialmente pelos corpos. Antônio L. da Silva (2018), encontra em sua pesquisa na cidade sertaneja de Catingueira (PB), a narrativa de um ex-conselheiro tutelar de que o grande problema da instituição “eram as crianças ‘danadas’, advindas de famílias desestruturadas” (SILVA, 2018, p. 169), ou seja, pela falha da família, por conta dos comportamentos “descontrolados” das crianças, o órgão, como representante do Estado, deve agir de forma interventiva. Com os participantes deste trabalho, o pesquisador encontra nas noções de família desestruturada, a ausência paterna, como representante masculina do controle do ambiente doméstico, e a imposta moralidade em relação às práticas das mães reconhecidas como irresponsáveis no contexto. Neste âmbito, similarmente como entoadado neste trabalho, as condições de classe são acionadas quando os “meninos danados” são aquelas crianças que vivem em condições empobrecidas (SILVA, 2018).

Como iras incorporadas observadas nas ações das crianças enquanto “arengas”, percebem-se disposições de disposições de disputa de poder na infância, visto que deixar-se vulnerável pode mover outras in-corporações mais dolorosas. Nesse sentido no contexto social (in)variante dessas infâncias, implicar a elas uma “docilidade” essencializada como aquela provocada pela disciplinarização dos corpos através das instituições (família e escola) (FOUCAULT, 1999 [1987]), se edifica como um processo a atribuir grandes esforços nem sempre efetivos e costuráveis ao que se é vivenciado nas economias dos tempos-lugares que suas condições de vida (social, cultural e imbricadas as naturezas locais) provocam. As “arengas” revelam que as con-vivências no lugar confluem potências pelas/nas dimensões do

saber-poder incorporado, mesmo que espiritualmente mágicos ao corpo, ou seja, como crenças naturalizadas culturalmente, são vivências corporificadas reforçadas geracionalmente e que muito energizam as ações (MAUSS, 2004), como bem alertou Laís, “*Não pode passar na beira da trave senão fica pra sempre pequena*” (Diário de campo, junho de 2022).

Portanto, não é a toa que as práticas classificadas e valorizadas nas “arengas” se mostram nas variabilidades das idades e podem ser vivenciadas como um “condicionamento (pré) reflexivo, automático, emotivo, espontâneo” (SOUZA, 2006 p.33). Contudo, como explanado até aqui, os caminhos trançados por estas localidades que conduzem a disposições de enfrentamentos e afrontes na infância, convivem em comunalidades com ações de acolhimento e con-vivências afetuosas, ou seja, para povoar as naturezas através de ocupações espaciais e por fazeres diversos, os afagos coexistem com o jogo das pedras e “paus”. Assim que os jogos coletivos de (des)contentamento, nas naturezas destes lugares, são contagiados pelas “arengas” como lutas e forças no vivido às “costas” da capital paraibana e procuram celebrar pelas frestas das (r)existências.

## 7.2 Vivências contentes: festas, passeios e lazer nas naturezas do lugar

Como discutido até então, as crianças por entre as localidades se movimentam de modo acompanhado e observado pelo terreno que ocupam e se ocupam. Este trançado de vivências pelos locais ao leste-sul pessoense, entoa tanto as reproduções da cultura que é compartilhada e orientada pelos parentes mais velhos nas “obrigações” e experimentações dos fazeres, especialmente junto às mães, como também criam condições para “ter o que fazer” em torno do lazer. Assim, uma estrutura dinâmica que favoreça uma “boa infância” percorre con- vivências inter, intra e co-geracionais de proteção, provisão e participação que (r)existem na busca por boas práticas de modo a energizar o cotidiano em emoções de alegria, inclusive enquanto direito geracionalmente compartilhado e incorporado emocionalmente através das práticas de con-vivências.

Em um contexto em que estruturalmente, privam-se as possibilidades por transitar na cidade a partir destas localidades, é que por parte das crianças o aproveitamento do espaço da casa, dos terraços e da vizinhança com práticas “inventivas” se expande, entre as ocupações criativas por se ter-fazer condições de um bom lugar que lhes instiguem em vivências contentes. Assim, que nas tramas e dramas de se viver nestes ambientes, as naturezas locais se fazem presentes sentidas como elas se dispõem, como também são transformadas e “criadas”

por *comunidades* enquanto coletivos empenhados em práticas comuns, mesmo que no encontro das diferentes idades. Isto é, encontros comunalizados pelo sentir-se bem no espaço-cotidiano.

As mães, como principais “investidoras” dos corpos das crianças e aquelas que expressam valor a elas (MAYALL, 2015), criam laços afetivos e também disposições em comum com as crianças para “ter o que fazer”, exatamente por estarem intimamente presentes nas tranças das suas diversas necessidades desde o nascimento. É como Bida que considera “*passeio*” ir com as crianças para a casa da mãe (na granja), pois lá é onde vai “*para tirar as coisas ruins da cabeça*” e pelo fato de que “andar” para as crianças enquanto prática apresentada como uma disposição prazerosa por estarem “*acostumadas*”. Na oportunidade de passearmos na Bica, Bida revelou certa nostalgia no passeio, já que a última vez que visitou o local estava grávida de Mo. O interessante é que os “maravilhamentos” com a natureza do lugar eram constantes e dentre os animais enjaulados, paravam para ver aqueles que comumente viam soltos em Jacarapé, o que causavam estranhamentos para as crianças sobre os reconhecerem “soltos” por perto de sua casa, como os porquinhos e os peixes no lago central do local. O gavião de bico amarelo chamou atenção, pois é muito comum na região de Jacarapé, local onde moram, a raposa vermelha isolada em um ponto alto do parque, é comum vê-la embrenhada pela mata perto da vila, sendo uma delas inclusive, segundo a tratadora do zoológico, teria sido trazida pelo Ibama em tempos anteriores. Também conversamos sobre o tamanduá que o pai das crianças matou perto de casa, o jacaré de papo-amarelo visto no rio de Jacarapé quando foram se banhar e ainda a cobra caninana que apareceu na frente da casa de Bida e que o vizinho tinha matado dias antes de nosso encontro.

Aparentemente, as crianças acabam por despertá-las em disposições “criancistas” através de suas memórias povoadas, como reaprender ou recriar noções sobre o conteúdo escolar, assistir desenhos, brincar na/com a água, procurando ter espaços para banhos no terreno (mangueiras, piscinas improvisadas), subir em árvores para pegar frutas e passear pelas praias, como narrado por muitas delas nas vinhetas.

Concomitantemente no trançar destas localidades, as crianças junto às adultas(os), vivenciam o apanhar frutas no mato pela vizinhança, plantar a roça no quintal, levar os bichos para comer, cuidá-los quando estão adoecidos, tomar banho de mar, pescar, jogar bingo, consumir produtos no fiteiro, assistir desenhos e jogar games no celular, caminhar e visitar vizinhos pela localidade, sentar em frente de casa quando o sol “esfria” para observar a passagem dos moradores, acompanhar os trabalhos de outros parentes responsáveis por suas “criações” (mesmo que só observando). Foi no caminho para Bica com a família de Laís,

ainda por perto da granja, que sua mãe apontou os becos e as trilhas por entre a mata ainda preservada, cercada pela Sudema, que os moradores de Jacarapé e do Aratu atravessam enfrentando e burlando as barreiras físicas para acessar as praias. Ao passarmos pelo rio de Jacarapé, Bida conta que *“me criei no mangue”* vivência que *“pegava aratu com assobio, amarrava uma corda no pau, chama eles e quando ele vai comer o peito do caranguejo, cai o cesto. Era bom demais! Saudades dos tempos antigos”*. As crianças hoje ainda têm a possibilidade de vivenciar tal movimento no mangue localizado nas proximidades da granja em que a avó é caseira, sendo que Mila e Ciça afirmam serem as *“primeiras a querer ir catar”*. Laís conta que também gosta de ir ao mangue e com a quantidade de *“um mói de caranguejo”* que catam a *“vovó faz tudo no coco”*.

Tais práticas são associadas ao fato de que acessar o mangue é uma prática com nas “famílias” de pescadores, já que em um território onde “tudo é família” a prática além do trabalho é encontrada como um lazer bem comum. Nesses diálogos e tantos encontros por estes locais que foi possível reconhecer que Bida e Drezza (moradora da Penha e mãe de Kely) eram primas, quando a primeira avisou ao passarmos perto da praia da Penha: *“minha família é de pescador, faz arrasto, pega camarão, siri no maceió, aratu, guaiamum e caranguejo depois da pista de Jacarapé”*.

Como nota-se nas vinhetas 3 e 4 e em algumas outras narrativas, as festas durante a pandemia não cessaram no contexto familiar e na redução das possibilidades financeiras, elas aparecem como uma (r)existência culturalmente afetiva dentro destas relações. Celebrar nestes tempo-lugares, foi revelado enquanto “boa” prática e “necessária” durante a infância, em que os parentes da família na vizinhança são comovidos nesta organização, como da priminha de Jhefferson, que junto as tias, planejando como seria a festinha, pede um churrasco:

Vilma brincou: *“vou assar uns gatos lá de casa...  
Vou pegar a tua Manu.”*

Manu responde: *“não vai pegar meus gatos não, ela não tá doida! Não!!! Ela é a única que eu tenho! Pega o pai, o pai vive todo dia no meio da rua! Quando o pai dela vim, você mate!”* (todas rimos).

Após questionarem o porquê, tia Teta indagou:  
*“Manu ela vai ficar sem pai!”*

Manu afirma: *“é... ela tem mãe!”* e continua contando que o presente a ser dado por Vilma seria *“tacar ovo em mim”*.

Tia Teta conta que ela chegou na casa dela perguntando se ia fazer a mesma coisa e ela se assusta: *“o ovo tá caro, não tenho nem pra comer!!”*

(Diário de Campo, junho de 2022).



Imagem 87. Festas de aniversário. Foto com efeito, enviada por Vilma no *WhatsApp*, 2021-2022.

O esforço em fazer as festas de aniversário e outras datas comemorativas como o São João e o Natal, revelam-se movimentos valorizados, tanto pelas trocas simbólicas, como materiais, que se manifestam relacionalmente por uma economia de emoções. Ao perguntar para Laís (vinheta 4) sobre o que ela gosta na casa da avó, ela diz: *“arengar com as meninas, brincar de qualquer coisa: toca- toca, pega- pega... lá tem um espaço da muléstia (grande espaço no terreno), perdi meu cordão lá... teve fogueira lá, o fogo subiu assim bem grandão”*, relembrando da festa de São João que Maria da Penha organizou.

Jéo, mãe de Binho, acreditava que por morar no Aratu, *“no meio do mato, ninguém ia querer me visitar”*, mas ficou surpresa quando a família do marido, escolhe desde então a sua casa para os festejos de São João e natal por exemplo, exatamente por conter *“mais espaço”*. É assim que no *“terreno”* da casa, a qual está *“esticando”* de acordo com Binho, existe uma plantação de macaxeira e outras *“verduras como cenoura e couve”*, um grande cajueiro, um galinheiro, um pequeno jardim com diversas *“rosas”*, uma cobertura para amenizar o *“sol quente”* das tardes e uma construção inacabada do dono anterior onde funcionava um bar, para que assim Binho tenha onde ocupar com suas *“invenções”* sob o olhar da mãe e a família se movimentar entre práticas socioculturalmente significativas.

Desse modo, algumas práticas manifestam-se sobre as construções das casas e está vinculada à uma (r)existência cultural local de super-vivências, que se prevê intergeracionalmente valorizada e co-geracionalmente afetada, pelo fato de provocar emoções prazerosas nos contextos das casas. Dentro disso, percebe-se que em um contexto de luta por moradia e direitos sociais vinculados, dentre as restrições para o acesso aos bens públicos da cidade, há nas frestas destes trançados locais, a *“luta”* por super-vivências enquanto direito



por se festejar, “ver a vida passar”, pescar, caminhar por onde ainda não se impõe os limites de cercas e muros que privam o acesso à bens naturais como rios e as matas.

Essa questão vai ao encontro com o que Márcia Gobbi (2021) reflete sobre as infâncias em ocupações na cidade de São Paulo (SP), abordando como na multidimensionalidade dos direitos de ser criança e de viver em um ambiente com tantas privações, refletem-se dramas sobre o reconhecimento valorativo baseado no local sobre o que é viver bem enquanto se é criança. Em suas pesquisas em ambientes de (des) ocupação territorial (GOBBI, 2021, ), observa como as “infâncias removíveis”, excluídas e estranhas às imagens de crianças que permeiam a ludicidade e o acolhimento protetivo, vivem em um terreno desumano nas lutas por sobreviver diante da força para o apagamento destas vidas do ambiente urbano. Segundo a pesquisadora, “O fato de serem crianças – e articularem todas as representações existentes sobre a infância – não impede a continuação de um projeto necropolítico e aporofóbico” (2021, p. 474), mas reconhece que a mobilização coletiva feminina comunaliza mulheres e crianças em práticas de reconhecimento sobre “bens comuns” que devem ser de todos e para todos. Desse modo, a autora encontra ações que:

em sua maioria, não separam crianças de adultas, não há algo específico para um e outro grupo, com algumas exceções em que ainda prevalecem propostas em dias festivos, como dia das crianças. Infere-se que haja uma mescla entre o consumo capitalista e a festa de caráter comunal – frequentes em datas comemorativas, feiras culturais, encontros com músicos – como sutil aprendizado de resistência política desde a infância, em que a observação e a escuta atentas de suas necessidades tornam presentes a afirmação da comunidade via coletivos e seus atos (GOBBI, 2022, p.382).

As celebrações, além de compor “o caráter político comunal”, entoada nesta tese nas dimensões co-geracionais, acredita-se que “pretendem ensinar e reiterar o princípio de reciprocidade e da vida em comum, bem como confrontar as práticas de dominação” (GOBBI, 2022, p. 366), visto que festejar também pode-se considerar um ato de ocupação, de povoamento. Nesse sentido, as articulações sobre a noção de “espaço” são colocadas, tanto pelas adultas como pelas crianças, como um bem no lugar, seja em relação aos terraços e quintais, como a granja em que Be, Mila, Laís e seus irmãos vivenciam, e também outros que as crianças indicam acessar para buscar um “lugar com espaço”, como no projeto das “Amigas Solidárias”, os descampados onde jogam futebol e outros criados conforme as práticas que se movimentam nas especificidades do lugar.

Em relação ao projeto “Amigas Solidárias”, segundo as crianças o local é frequentado por não “*ter nada para fazer em casa*”, que é bom viver no Aratu, mas que ser criança no Aratu também “*é não fazer nada*” e que gostam de “*fazer*” o que o projeto oferece:

oficinas de capoeira, letramento e outras atividades escolares (por voluntários e pelas próprias fundadoras), brinquedos (em sua maioria já muito usados, derivados de doações) como por exemplos as bonecas, as bolas, videogame e o “totó” (Jogo de futebol de mesa), a cama elástica e o parquinho. A extensão do terreno “livre” com o chão de areia, para as crianças é considerado um “*espaço*” maior que as casas e seus quintais, propício para que realizem suas atividades brincantes e con-vivências entre os amigos que também são seus vizinhos de modo mais seguro que a rua.



Imagens 88 e 89. Brincadeiras nos espaços das “Amigas Solidárias”. Foto: Karla Mendonça, novembro de 2022.

Entre os elementos da natureza que se somam ou se transformam em brincadeiras como as folhas de seriguela, entre outras “*folhas do mato*” que se tornam “comida-brincante”, as sementes que caem das árvores são arremessadas uns nos outros e nos telhados, as árvores são pontos para se esconder e subir dentre as correrias, o barro e as montanhas de areia são alcançados às pegadas. Além disso, como apresentado por Chico, Be, Miguel, Vitória, Binho e as outras crianças, os bichos presentes que vivem por ambientes geralmente rural-urbano, também se tornam parcerias nos “*espaços*” por dentro e para fora de casa, como as galinhas, patos, jumentinhos, cavalos, gatos, cachorros e passarinhos engaiolados.



Imagem 90. Observa as galinhas no quintal de sua casa na sede das “Amigas Solidárias”. Foto: Karla Mendonça, novembro de 2022.

Entre os elementos mais ressaltados pelas crianças no Aratu, que se assemelha aos temas ressaltados às crianças das outras localidades aqui referenciadas, estavam a “*família, ter o que fazer, o reforço, o parque, comer bolo e festa*” e nessas “importâncias” foi possível encontrar movimentos de lazer com o que se faz possível por estes espaços, muitos deles trançados entre eles. Um deles, foi nomeado como “barro”, o qual conheci com Miguel, citado por várias crianças por este grande território. Durante a caminhada com Miguel, ele apontou que a rua onde mora precisa melhorar, pois “*não dá pra andar de bicicleta, porque é cheia de terra [areia]*” e onde fica a casa dele também precisa de mudanças “*porque aqui morar é esquisito*”, e mostra o estilingue<sup>105</sup> que possui para atirar nos gaviões que atacam seus passarinhos.



Imagem 91. Terrenos cercados no Aratu 2, chegando na casa de Miguel. Foto: Miguel, janeiro de 2023.

---

<sup>105</sup> Equipamento confeccionado com madeira em formato de Y e um elástico amarrado nas pontas. Ele é utilizado para atirar nos alvos com uma pedra.

Ao chegarmos ao “barro”, Miguel entusiasmou-se em explorar a área gritando “*estou com vontade de correr*”, descendo e subindo o morro onde acontecem os “campeonatos de pipa”. Mesmo que o “dono”, legalmente proprietário da área, tenha cercado com um grande muro de concreto até a “pista morta”, os moradores quebraram as barreiras para continuar garantindo o acesso ao “barro” e para ir a pé até a vila dos pescadores e para a praia da Penha. Assim sendo, “O espaço, produção social, torna-se lugar e aprende-se com ele a reivindicar a permanência neste que se torna apropriado, ou em vias de apropriar-se, não como propriedade privada, mas como sentido de pertencimento a um lugar.” (GOBBI, 2021, p 482).



Imagens 92 e 93. Barreiras quebradas do “barro”. Fotos: Miguel, janeiro de 2023.

Sobre os espaços para brincar é uma problemática para quem vive entre estas localidades, pois os meninos relatam que “*gostam de soltar pipa, mas os vizinhos reclama...xinga a gente: ‘sai seus misera!’*”<sup>106</sup>, e por isso eles recorrem ao “barro” como espaço em que transgridem barreiras simbólicas e físicas para as vivências de lazer:

Rane: Olha tia...é assim lá...os boy fica soltando, aí tem dois: tem um que solta e aí tem um que corta, aí tem um que vai correr, pega e vai se embora.

Miguel: É não, já é mentira! É um bocado de pipeiro lá, carro, moto. Fica soltando as pipas com linha chilene... aí fica lá pegando, pegando... aí quando escurece a gente vai pra casa.

---

<sup>106</sup> Vale ressaltar que “miséra”, ou seja, miséria, por essa região, é significado como um dos mais humilhantes e ofensivos xingamentos a se dirigir ao outro. Tal ofensa aparece registrada no mapa vivencial 15.



Rane: Tia...tem uns homi lá com uns carro desse tamanho, cheinho de pipa, cheinho. No porta-malas, aí ainda tem carretel, cheio de linha, ainda tem pra cortar...aí tem uns que corre e tem uns que vende.

Miguel: Aí a mãe de Daniel, tinha um pé lá bem grande (uma árvore) e a cobra tava lá, aí minha mãe nem viu, aí aqui o dedo dela...levou uma picada aqui ó, ficou nem ardendo.

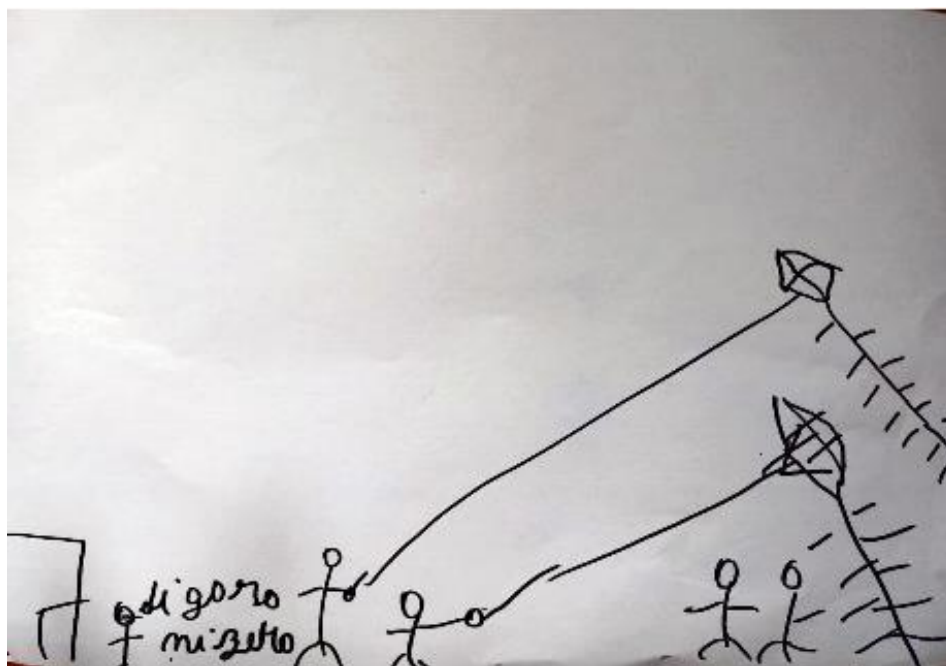
Pergunto se há campeonato e se podem participar meninos e meninas. Rane respondendo que as meninas podem participar, os meninos reagem:

Miguel: Menina?? não...só vai os homi! só vai um mói de menino. Teve um dia que sai com 10 pipa! Eu sai correndo, o menino caiu por cima d'eu, a pipa nas costas eu gritei 'tá na mão'...foi engraçado.

Kauã: Lá é bem gigantão...parece a floresta amazônica! tem uma parte mata, outra parte barro.

Miguel: É tia..lá tem lobo, tem um lobisomem. Foi engraçado correu atrás da gente...Foi carreira. Foi três boy: Eu, Ítalo e Yuri. A gente vai pegar um pipão bem gigante, dentro da mata. Aí de repente tinha uma torre, do outro lado era cheio de vaca. A gente foi pegar pitomba e de repente as vaca.... eita foi pinote! A gente foi pulando a cerca, pulamo o muro do barro. O lobisomem correu atrás da gente...de noite...a gente foi com uma lanterna.

Mili: Tia Eu passei por lá pra ir pra praia! Pelo barro vai pra praia do arraial... a pé. Passa pela pista morta.



Mapa vivencial 15. O barro e as arengas. C. 1, Projeto Amigas Solidárias. Setembro, 2022.

Nesse enredo, Davi conta que pelas ruas do Aratu “*não vou muito com a cara de pipa* (não aprecia)...*eu gosto de soltar pipa, mas prefiro futebol*” e que perto da sua casa tem “*um campo grande... tipo um terreno*” que o “*homi deu pra gente jogar bola, mas as trave é das pequenas*”, semelhante ao relatado por Chico e Daniel na vinheta 1. Reclamando das condições do local para praticar a brincadeira, Davi encontra a necessidade de que ele e seu amigo se mobilizem para organizar, transformar e cuidar para que possam “*deixar tudo ajeitadinho*”:

Eu e meu amigo vai ajeitar (as traves), porque não adianta a pessoa ajeitar e o povo vai e quebra, porque os boys grande vai lá quebra, vizinho vai lá quebra. A gente vai

lá agora deixar tudo ajeitadinho lá e a gente vai jogar bola (Davi, Projeto Amigas Solidárias, agosto de 2022).

Desse modo, “Querer espaço” e lutar por ocupá-los para “ter o que fazer”, muitas vezes em disputa com os adultos, pode ser percebida enquanto ação política emocionalmente coletivizada, como observado pela pesquisadora Paula N. Shabel (2021) em um casarão ocupado em Buenos Aires (Argentina). Em sua pesquisa, é centralizada na problemática encontrada pelas crianças que moram em um prédio ocupado na cidade pelo Movimento Territorial de Libertação (MTL). Por terem o espaço que jogavam bola, tomado pelos adultos para estacionar automóveis, as crianças se movimentaram em procurar outros espaços como os corredores e as próprias moradias para a prática, porém estas ocupações internas foram rejeitadas pelos adultos por conta da “bagunça” e das avarias aos materiais. Então as crianças se mobilizam com cartazes e outras manifestações verbais para que a comunidade atentasse também às suas necessidades sobre o espaço e dessa forma acionam como “el deseo y la imaginación se tornan condiciones de posibilidad de las prácticas políticas, que quedan enlazadas a las emotividades sobre las que aquellas se fundan” (SHABEL, 2021, p. 190).

As relações com a natureza do lugar e as estratégias de con-vivência povoada em comunidades, perpassando os encontros pelo “espaço” que junta as gentes da vizinhança, são presentes na diversidade das brincadeiras e lugares imaginados, criados e ocupados pelas crianças, como nas narrativas abaixo (a)colhidas em conversas informais:

Pedro: Eu imaginei construindo uma casa com meu amigo na chuva, e que a gente era uma onda, mas a casa tava fraca e a gente caiu no chão de bunda.

Ítalo: Eu já andei sozinho quando fui caçar com meu pai camaleão e passarinho pra comer...se cozinha! Meu pai come com farinha.

Artur: Eu fugi um dia...duas ruas no mato...não sabia pra onde ir e a cumade fulozinha apareceu e pediu doce e bolo.

Ítalo: A gente foi pegar mato para o cavalo lá na Penha. Foi o menino no cavalo...ele é grande...a gente foi andando pegar mato para os cavalo comer...minha mãe nem sabia (risos).

Kauã: Minha mãe foi mexer no cavalo, que ele tava solto e ele meteu os pé nela.

Paulo: Meu pai tava bebendo. Aí um dia ele bateu no sagui. Aí no outro dia o sagui entrou dentro de casa, mordeu a perna dele.

Jailson: Tinha uns bicho lá (um homem), aí ele pegou ele deu três tiro no cachorro, foi uma aqui, na costela e na canela do cachorro, ele não morreu.

Davi: Uma hora que eu fui mexer na flor e eu nem sabia que tinha uma casa de maribondo. Quando eu toquei, o maribondo me picou aqui e me picou aqui. Aí no outro dia eu fui mexer na casa de marimbondo que era desse tamanho, aí quando eu coisei assim com o Pau, o maribondo me picou aqui, aqui e aqui.

Maria: Teve duas cobras brigando, uma de duas cabeça e uma de uma cabeça que a cor era vermelha, comprida, cobra coral. Aí meu irmão matou, a cobra vermelha com preta. Ele matou e a gente jogou, aí os pinto e as galinha comia a outra cobra de duas cabeça.

Daniel: Meu pai tinha uma égua só que ela não era de carroça, ela levantou as pata comigo, eu fiz assim com a rédea e ela desceu com tudo. Tia, eu fui assim que a égua, ela desceu com tudo no chão e meu pai tava puxando ela na corda, só que quando pegou foi no peito do meu pai. Meu pai falou ‘eu quero a carroça!’ (risos).

Artur: Sabe a praia do arraial? Lá tem uma cobra, eu vi. Eu vou vi os ovo dela, era mais uma Anaconda.

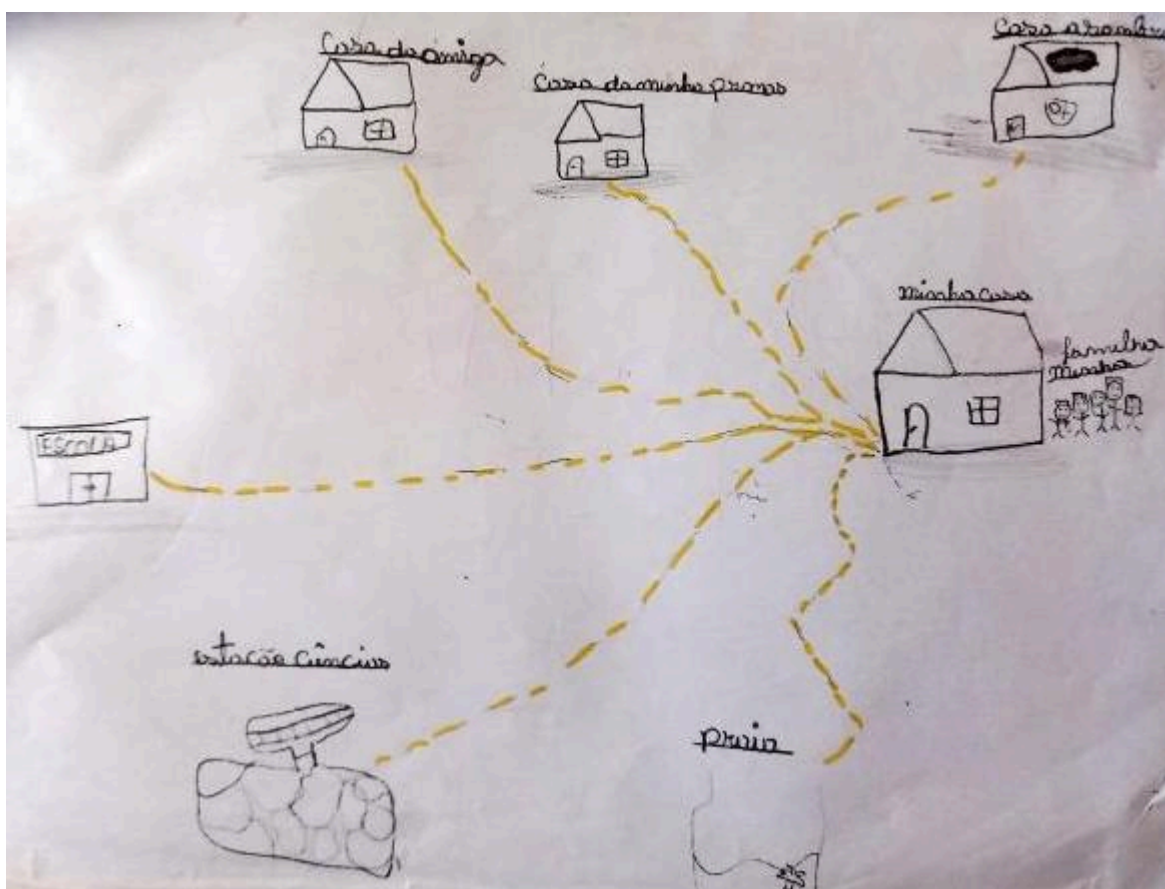
Laís: Eu fui ali na mata, vi uma raposa. Fiquei com medo, ela correu. Ela era amarela e tinha umbigo roxo.

Raí: Teve uma coral falsa, uma verdadeira. Aí meu pai matou as duas, teve três cobra, quer dizer, ele matou as três. Tinha um timbu também e era bem grandão, ele matou. Jailson: Meu tio estava bebendo, pegou e jogou a latinha que pegou aqui no gambá e o gambá foi lá mordeu aqui. E raspou aqui, mordeu que até apareceu um pedacinho do osso (da perna do tio).

Paulo: O menino foi mostrar um camaleão pra mim, e o camaleão deu um bocado de chicotada nas perna dele.

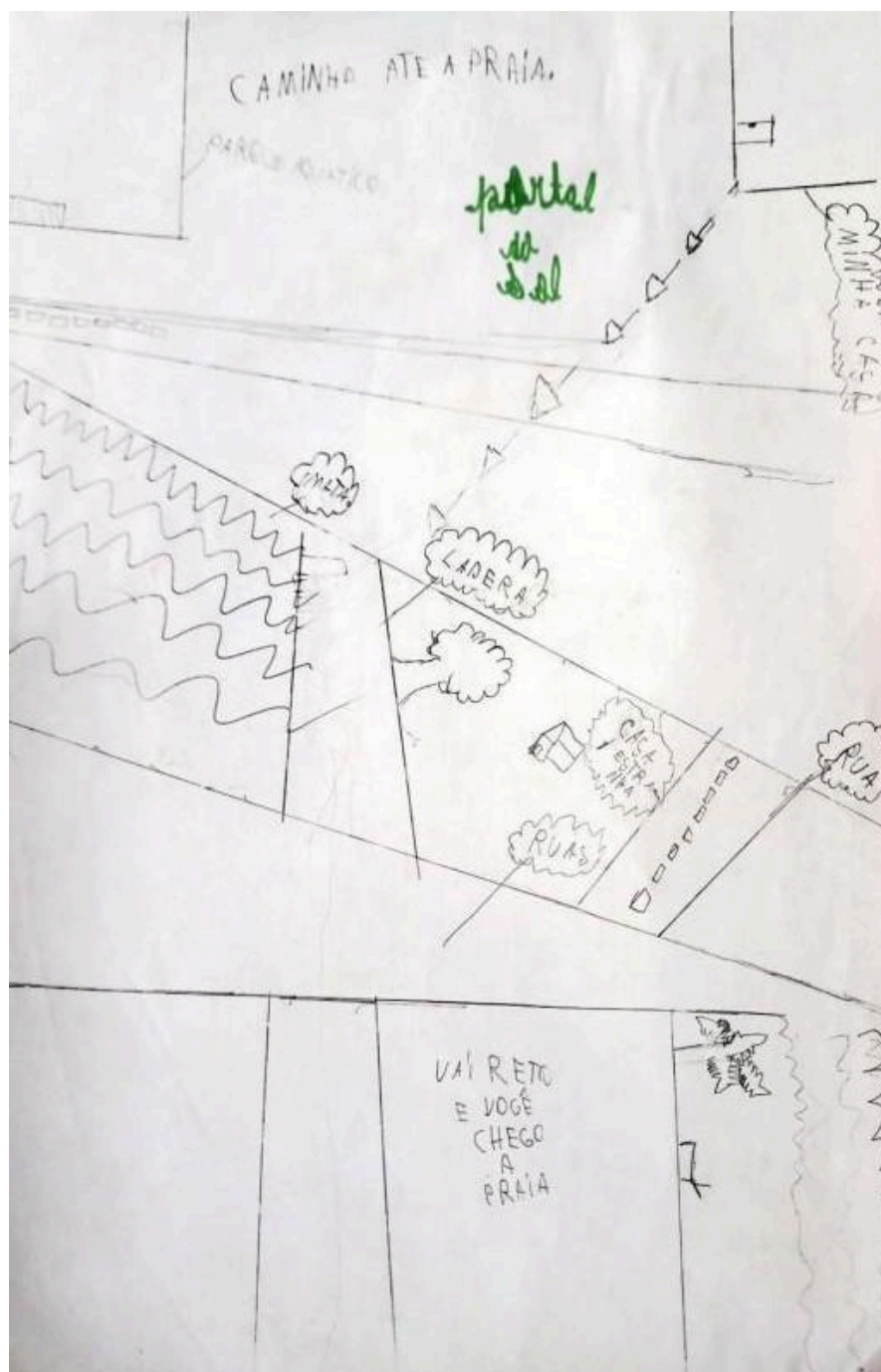
(Diário de campo, Projeto Amigas Solidárias, abril a novembro de 2022).

Como demonstrado em uma das narrativas, os mapas vivenciais criados pelas crianças (a) colhidos em alguns encontros na Escola da Penha, também indicam claramente quais elementos são-estão vinculados ao “espaço” existente das con-vivências cotidianas com a/natureza do lugar, em sua diversidade. Podem ser observados caminhos, a vizinhança, a casa onde moram e a dos familiares, os espaços chamados de “campo” devido a ausência de árvores e que por onde vivenciam as disputas de futebol, soltar pipa e outras práticas, além das praias e dos lugares “esquisitos” onde uma variedade de seres fazem morada:

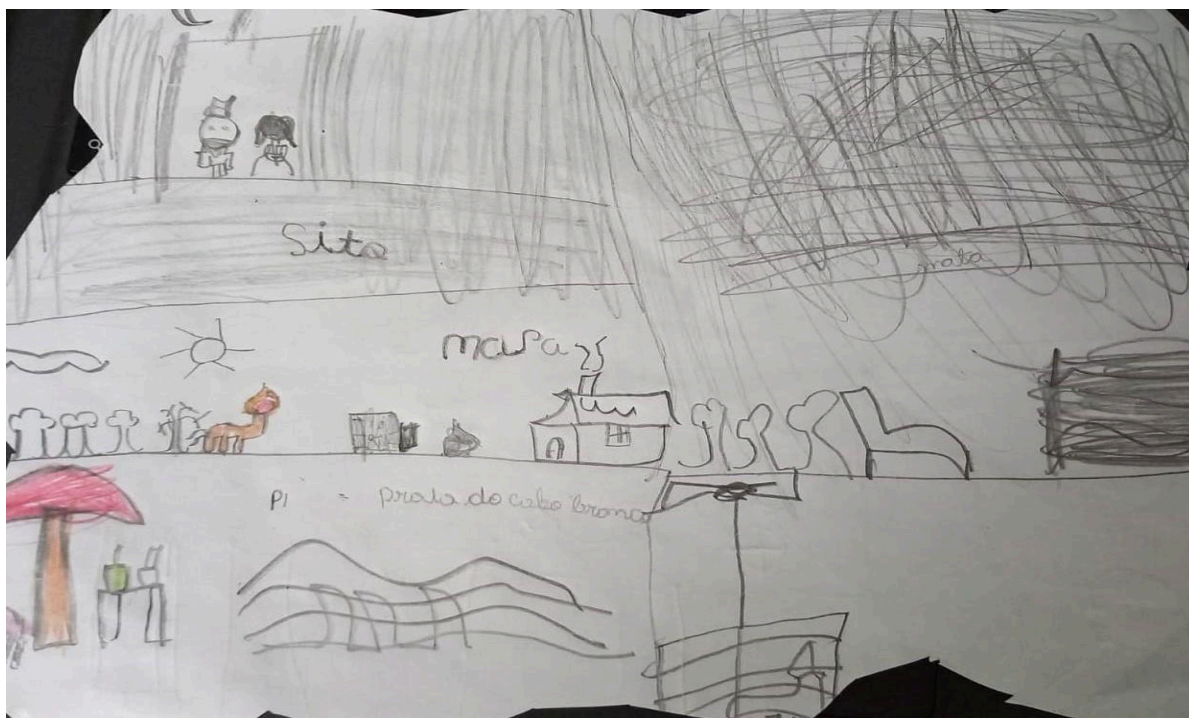


Mapa vivencial 16. Lugares públicos e as casas da família, da amiga e aquela que é assombrada. C. 3, Escola da Penha, maio de 2022.

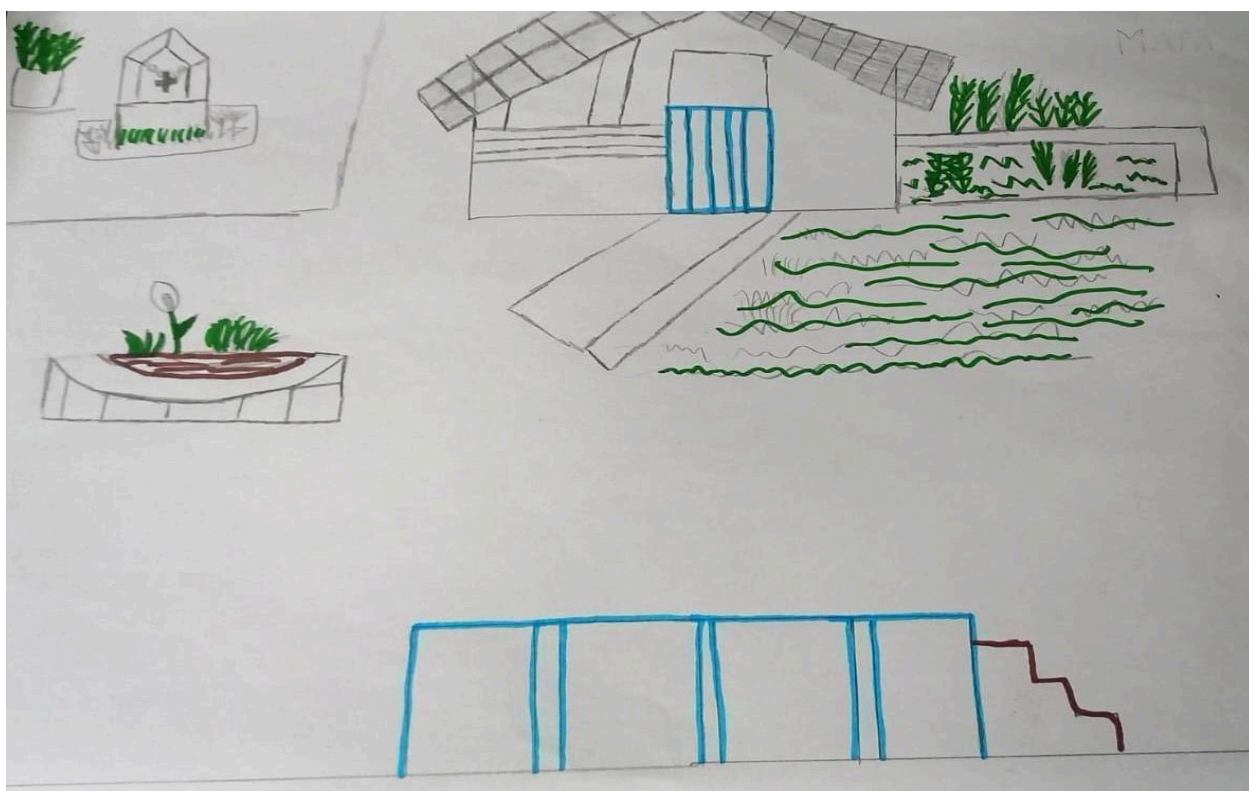




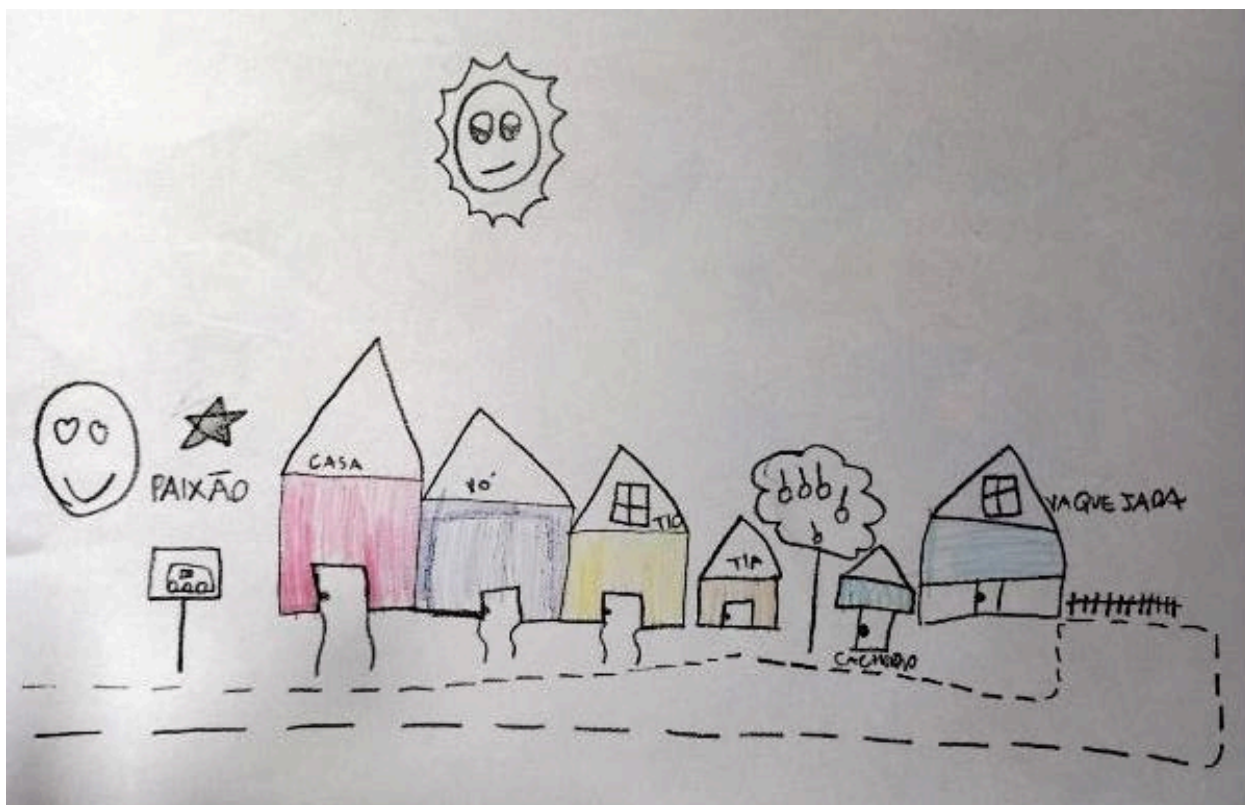
Mapa vivencial 17. Comunidade do Portal do Sol: a mata, as ruas e a casa estranha no centro do mapa. C. 2, Escola da Penha, maio de 2022.



Mapa vivencial 18. A praia do Cabo Branco, sítio da avó, lugares esquisitos com a mula sem cabeça, a mata e sua casa. C. 4, Escola da Penha, maio de 2022.



Mapa vivencial 19. Casa, piscina da casa da vó e lugar esquisito com a cruz. C. 5, Escola da Penha, 2022.



Mapa vivencial 20. Casa, família na vizinhança e a vaquejada, seu lugar preferido. C. 6, Escola da Penha, 2022.

De acordo com os relatos coletivos e ao explicarem seus mapas, as crianças enfatizam que quanto mais os lugares de suas passagens e con-vivências situam-se nas proximidades com a mata e com as árvores mais frondosas, como as mangueiras e os pés de oliveira comuns na localidade, eles se tornam “*esquisitos*”, tanto pela redução da luminosidade, como pela amplitude do espaço. A questão imaginativa também conta nesta questão, pois C. 2 revela que quando “*a gente tava indo para a praia, viu uma mulher saindo da casa esquisita, com um cabelão na cara e uma boneca. A gente correu tanto que chegou na praia rápido*” assim como a aparição da cumade fulozinha na casa do avô de Chico (Diário de campo, Escola da Penha, maio de 2022).





Desenho 10. Fica esquisito de noite: a cumade fulôzinha. Karla Mendonça, Chico e Daniel. Escola da Penha. Maio de 2022.

Chico e Daniel relataram que seu avô tinha uma égua que a cumade fulôzinha gostava de fazer tranças nela. *“O cara só via ela correndo e as rédeas se mexendo. Um dia meu vô falou pro meu primo para ir pôr o cadeado no portão de noite, aí ele escutou um barulho do lado de fora e era a cumade fulozinha”<sup>107</sup>. Ele saiu correndo”*. Os meninos contam que a rua deles é esquisita a noite, principalmente perto da mangueira que seu avô tem muito medo de passar perto, pois lá se ouvem uns barulhos que não sabem identificar a autoria.

O que é “esquisito” é uma noção acionada e compartilhada como evidência local por todas as gerações, enquanto espaços que devem ser evitados, tanto pelos mal-assombros como pelo medo da violência, noção comum em terras paraibanas (PIRES, 2011). Em relação aos seres que habitam o “esquisito”, referência comum sobre lugares que remetem o medo aos moradores e caminantes, nota-se que na representação do que se vive nestes locais, o apanhado multissensorial das crianças sobre eles ganha força a medida em que se cresce, sendo um medo alimentado intergeracionalmente, bem como Flávia F. Pires (2011, p. 140-142) considera, “quanto mais velha a criança, mas contatos com mal-assombros são afirmados [...]” e se referindo às questões geracionais e a vivência etária, são “os mais velhos que sabem como

---

<sup>107</sup> A “cumade fulozinha”, assim como os outros encantados citados pelas crianças, são aparições que se vê e se ouve falar de um saber “in-corporado” local (JESUS, 2019), o qual não carece de tradução e explicação descritiva nesta tese. O desenho coletivo surge como uma tentativa das crianças em compartilhar tal saber de modo que, a pesquisadora e as demais crianças presentes, também pudessem imaginar-sentir o temor que a aparição provoca nos moradores da localidade.

melhor proceder no caso de aparição de um mal-assombro”, ou seja, sobre o que é “esquisito” e como conviver com ele é assunto e conhecimento para/de toda a comunidade (PIRES, 2011).

O fato é que no mapeamento dos lugares de suas con-vivências intra, inter e co-geracionais, as crianças demonstram o que está vivo e o que e como se entrelaçam às suas práticas e compreensões cotidianas da natureza. Além disso, contam como as relações de parentesco e vizinhança semeiam, brotam e florescem um conhecimento local sobre como existir por entre o esquisito, o seguro e nas moradias. Nesta luta pela (r)existência, pessoas, bichos e plantas as crianças procuram a ocupação de espaços em um ambiente de transformação cotidiana, em uma disputa de con-vivências que, andando e visitando algumas das casas, foi possível perceber a diversidade de seres com os quais as crianças, no processo de ocupação pelos “cantos”, constroem e reconhecem as práticas coletivas. Os “soldadinhos”, por exemplo, que são insetos presentes em muitas árvores, encontramos por todo o Aratu e são bichinhos que as crianças manifestam grande atenção em desenvolver brincadeiras ao acolhê-los em suas mãos e braços. Tais práticas, dessa forma, podem ser compreendidas como encontros ecológicos.



Imagens 94 e 95. Entre as naturezas brincantes: matos e soldadinhos. Fotos: Karla Mendonça. Agosto e outubro de 2022.

O desenho “Encontro ecológico” esboçado adiante, foi inspirado no movimento imaginativo enlaçado à narrativa de Be (vinheta 3). Como mapa vivencial, conta-se sobre o encontro da menina com os brinquedos que escorreram com a água, após uma forte chuva, e que foram parar na beira do alagado onde descansava um jacaré, também morador local,

provavelmente descendente de outros jacarés ocupantes de um espaço desde quando ainda não era chamado de “granja”. O movimento imaginativo engajado por Be através das memórias compartilhadas, movimentou em sua história contada um presente-passado enlaçado a outros sentidos sobre o ser-estar, compreender e ocupar o lugar com con-vivências rotineiras e inesperadas.

O “mato” da mata e o alagado alimentado pelas águas de um rio próximo e pelas chuvas que banham a granja, abriga o jacaré que ao encontrar-se com Be promoveu um movimento ecológico de contar outra história, uma história vivida no lugar, significado como uma vivência singular e de maravilhamento em seu cotidiano. Assim, que em um canto que rotineiramente é observado mas que nem sempre é ocupado, provocou e acompanhou, mesmo que momentaneamente entre Be, os brinquedos, o mato, a água e o jacaré, uma diversidade de sentidos e sensações (curiosidade, medo e atenção, por exemplo) que foram relacionalmente conduzidas em encontro entre *outridades*. No entanto, para Be, dentro de um ambiente não-urbano mesmo que dentro da cidade, estabelece-se uma *vivencidades* incorporada em um movimento de saber e de ser-estar no espaço em coalizão com a natureza do lugar, onde o comum entre ela e o jacaré é aquela beirinha de terra que segurou os desejados brinquedos na fronteira da água do alagado, ocupado espacialmente e vivencialmente muito mais pelo bicho.



Mapa vivencial 21. Encontro Ecológico. Karla Mendonça, janeiro de 2022.

Assim, o “espaço” nesta tese é encontrado dentro de uma noção que a extensão geográfica se faz ocupada pelas práticas em *comunidades* e no encontro de *outridades*. No encontro do lazer e das celebrações, o lugar é ressignificado de modo inter, intra e co-

geracionalmente, transgredindo assim as barreiras físicas e simbólicas construídas contra as dinâmicas socioculturais que povoam a natureza local: o atravessamento da mata, o soltar pipa no morro, caminhar por terrenos descalço, andar de bicicleta ou a cavalo até as praias e aos rios, aprender a nadar e levar os bichos para comer o capim.

O “espaço” aqui é dinâmico, pode ser transitório e até recriado em “cantos” diferentes que permitam práticas sociais vinculadas às culturas locais, ou seja, a natureza destes espaços nessas localidades ainda se trançam às vivências e confere sentidos de proximidades e de vizinhança familiarizada pelo o que há em comum a ser vivido (SANTOS, 2006). Desse modo, o espaço é condição interrelacionada aos lugares e são trançados às ações do “comum”, como coloca Milton Santos:

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2006, p. 218).

É assim que no trançar das con-vivências destas localidades, as ações que podem ser percebidas como (r)existentes em contentamentos, são vivências que povoam as naturezas locais e cantos comunalizados, confluentes (SANTOS, 2023), nos quais nas condições sociais dos seres criados (humanos, bichos e outros que humanos), trançam ecologicamente práticas de lugar que muitas vezes, na “luta” e pela “força” das crianças em coalizão com seus afetos, se transformam em celebrações.





*Cultivos*

Através dos (a)colhidos nesta pesquisa e do trabalho com as vinhetas narrativas, a infância é enunciada enquanto trajetória de vida e prática glocalmente (ESCOBAR, 2005) situada e que perpassa o cultivo de ocupações que se enraíza, se territorializa e povoa a partir e com o corpo no mundo. Ao compreender a infância situada “glocalmente” a partir desta pesquisa, evidenciam-se as práticas trançadas às forças globais no local, mas que nas vivências de lugar também entoam reorganizações de (r)existência que lutam pela “reconquista do espaço partindo do próprio lugar em que operam” (ESCOBAR, 2005, p. 80) , seja na busca por bens materiais e simbólicos concomitantemente envolvidos através das ocupações celebrativas das festas, dos passeios e da circulação do dinheiro para consumir aquilo que manifesta alegria e prazer, por exemplo, como também pelas práticas não-capitalistas do “criar” através das ações familiarmente solidárias entre “entes” e aquelas enlaçadas nas naturezas do lugar pelos vínculos com as plantas, os bichos, as terras e as águas.

Nota-se que as especificidades das condições econômicas, sociais, culturais e da natureza, que agem de modo imbricado como propulsores relacionais do estar-sendo na infância, conduzem nas práticas corporificações do vivido, povoamentos enlaçados às ações relacionalmente familiares e conflituosamente instigadas pelas “lutas” e “forças” (arengas), em busca das novidades e simultaneamente por aquilo que é comum. Dentro disso, são através das exigências das práticas confluentes com as coerções dos contextos e com as possibilidades disposicionais dos agentes, que desde quando se é criança se recorre a repetições reativas, visto que as idades, as habilidades orais, físicas e o tamanho do corpo associado, expressam força e poder.

Em ambientes mais controlados e disciplinadores, como a escola e a família, aprender a “como se comportar” através das relações intergeracionais, enquanto relações objetivas que deveriam harmonizar os descompassos das ações na infância, durante o trabalho urbanizador dos agentes (LAHIRE, 2004), percebe-se que incorporar os sentidos das posições sociais etariamente marcadas, como as de autoridade e de vulnerabilidade, são desafios relacionalmente articulados, adaptados e enfrentados de acordo com o tempo-lugar das vivências. Mesmo que as práticas em devir sejam projetadas na infância, nas nuances da provisão e da proteção, se desviar do que as estruturas “esperam” que os agentes sobreviventes em contextos periféricos sejam, é um complexo de expectativas acionadas desde cedo.

Mesmo que se possam vislumbrar uma variabilidade de insucessos nas trajetórias de vida, como algumas enunciadas nesta tese através das narrativas das adultas, ainda há

(r)existências no sentir da violência, que por parte das crianças ao projetá-la nas relações mais íntimas, como gentes mais vulneráveis às forças abusivas que percorrem as terras arenosas das sobrevivências, é que se criam, crescem e se transformam, para além do cognitivo, como corpos nem sempre “dóceis”, já que aprendem desde cedo a “lutar” com a “força” dos afetos (LAHIRE, 2002). Portanto, exclusões, seleções e as condições de “normalizar” os comportamentos não podem ser entendidas na continuidade e na transferência passiva entre/nos agentes (LAHIRE, 2005) e mesmo que as estruturas das violências (não) sejam mais ou menos completamente apagadas, há variantes em menor e maior grau sobre as atualizações a partir do passado, e que esse futuro pode também (não) ser escrito em nuances que ignorem muitas dessas disposições cultivadas e incorporadas durante a vida.

Tendo em vista que o projeto violentamente urbanizador e segregador enquanto ação global desenvolvimentista de crescimento da “cidade”, como algo valorativo, age como forte condicionador das práticas por estas localidades e provoca isolamentos pelas cercas ambientalmente marginalizantes, ele também impõe uma interdependência geracional desde a infância como condição social local inevitável para a sobrevivência. Nas casas, esta relação pode ser vislumbrada de forma criativa:

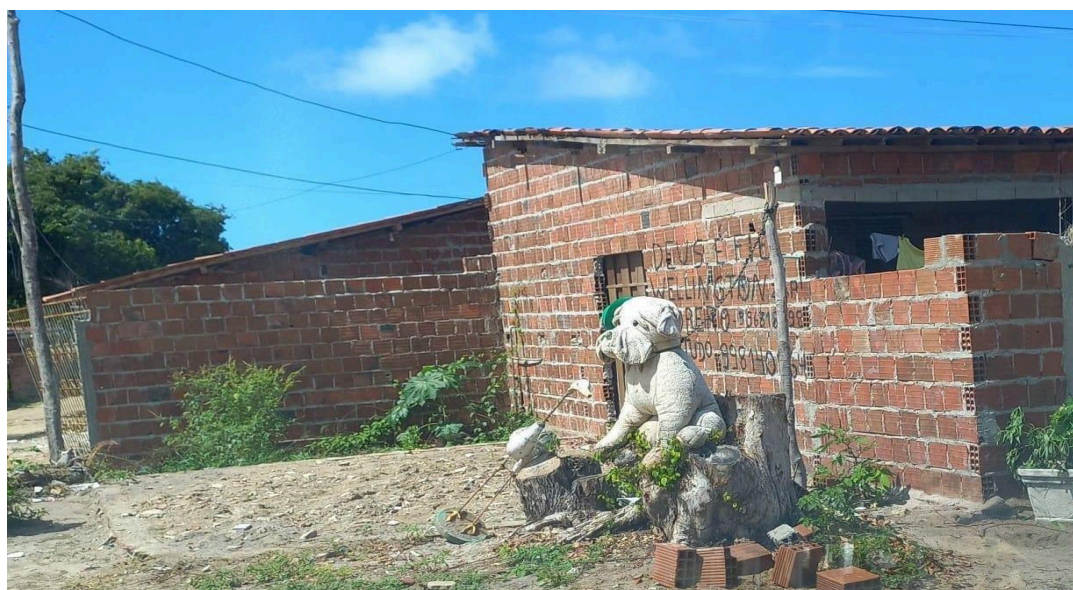


Imagem 96. Pelos lugares do Aratu. Foto: Karla Mendonça, abril de 2022.

Dentro disso, em relação aos bens consumíveis a partir da renda como fontes de “sustento” (manutenção) da vida, fator imposto para quem “pode” viver bem e como esta questão pode ser encontrada nas entrelinhas dos 3 Ps da CNUDC, é importante lembrar, como aponta o Unicef (2023), que:

[...] de cada dez privações que afetam crianças e adolescentes de 0 a 17 anos no Brasil, três estão associadas à falta de banheiro de uso exclusivo ou de saneamento adequado.

Outras três estão associadas a níveis de renda muito baixos, inferiores aos das linhas de pobreza ou de pobreza extrema. Em seguida, com índices bem menores, vêm as privações relacionadas a informação, moradia e educação, com 10%, 7,4% e 6,9%, respectivamente. Esse cenário é ainda mais preocupante considerando que as privações em saneamento e renda estão crescendo em termos da sua participação no total de privações (veja gráfico) e têm um impacto muito grande em outras dimensões, como educação e alimentação. [...] De acordo com o relatório Crianças, adolescentes e mudanças climáticas no Brasil, 24 lançado pelo UNICEF em 2.022,40 milhões de meninos e meninas estão expostos(as) a mais de um risco climático ou ambiental (60% do total). Por estarem em uma fase mais sensível de desenvolvimento, eles(as) são os(as) mais diretamente prejudicados(as) por esses eventos, **o que pode levar à ruptura de seus vínculos protetivos e à violação de seus direitos fundamentais.** (UNICEF, 2023, p. 18; 22-23)

Neste âmbito, pelas terras da capital paraibana, a infância atual presencia as ações urbanas “naturalizadamente” desenvolvimentistas, em torno do desmatamento e da venda de terras, enquanto este “avanço” instala o medo e o lamento crescente e compartilhado intergeracionalmente no contexto familiar, principalmente pelos mais velhos, que trazem as lembranças de terem vivenciado a infância por entre as naturezas dos rios limpos e pela extensão da areia da praia, ao mesmo tempo que se veem com suas moradias prestes a serem demolidas e as fontes de renda ainda mais limitadas com o passar da idade. Vê-se a pobreza como um projeto impiedoso, que atinge pessoas-naturezas, ou seja, um massacre às vidas. É como o mapa vivencial abaixo, em que a criança conta sobre o tempo-lugar de seu banho de mar perto da barreira do Cabo Branco, o qual a anos se dissolve em deterioração e desabamento:



Mapa vivencial 22. Praia e Barreira do Cabo Branco. C.3, Escola da Penha, maio de 2022.

Mesmo que a terra também seja consumida com a queima do lixo que não é recolhido, no acúmulo de objetos e roupas doadas, no despejo pela terra daqueles materiais catados

avariados ou não mais utilizados, por exemplo, e na própria “invasão” da mata (como explicaram as crianças no Aratu) para que dessem lugar às casas, que vão se aglomerando em posses de acordo com o poder socioeconômico sobre o cercamento e a apropriação da terra, é importante reiterar que, estas localidades que podem se expressar como um povoamento desordenado, mesmo que adaptado, também expressa o fato de que:

[...] nem todos os humanos destroem a natureza da mesma forma e com a mesma intensidade. Então, pensar os conflitos ambientais implica considerar, entre outras, a forma como a sociedade brasileira se constrói no entrelaçamento das dimensões de classe, raça e gênero, três variáveis centrais das análises que constituem boa parte das Ciências Sociais, e que são chave para compreendermos as injustiças ambientais no nosso país. Uma sociedade de passado escravocrata, etnicamente diferenciada, que se colocou na história como provedora de bens primários – meio ambiente – para a economia mundial à custa de uma enorme exploração humana e ambiental. Nesse sentido, é imprescindível considerar quem se apropria do meio ambiente, em detrimento de quais grupos e para qual finalidade (ZHOURI, 2020, p. 16).

Desse modo, as naturezas vivenciadas pelas famílias de modo a satisfazer suas necessidades em lutas por direitos de viver bem desde a infância, se revela um contexto em que as crianças aprendem a criar e a se criar junto às mães e outros afetos, elaborando “sutis e sofisticadas capacidades de transgredir, de apresentar seus pontos de vista e sentimentos” que até no “encontro de restos de brinquedos e vestígios de locais de brincadeiras” vivenciam uma infância em alianças com as gentes e com os espaços que podem, mesmo na precariedade, “teimar em (re)existir” (GOBBI, 2021). Nesse sentido, nas tranças das *vivências* em *comunidades*, enunciam-se con-vivências pelas tranças ecológicas do lugar que sugerem um “impulso generativo” das vidas que são “perpetuamente impelidas pela esperança, promessa e expectativa da sua continuação” (INGOLD, 2015, p. 30).

Assim que sobreviver, nestas localidades, caminha com as criatividades de super-viver, já que desde o alimento compartilhado, comprado e doado entre as parentes e as mães da mesma con-vivência na vizinhança, se movimentam por satisfazer as necessidades do “criar”, principalmente em relação à manutenção da vida das crianças. As ações sobre os excedentes, os achados, as atenções sobre os cuidados com a vida, o aprender a conviver com os bichos, as plantas e até os encantados, a criatividade sobre as festas e os passeios, que estão trançadas às naturezas do lugar, compõem saberes ligados ecologicamente com a terra e as águas ao procurar e conquistar o que está disposto ao redor para alimentar o corpo multidimensionalmente. Ter acesso, buscar e consumir o caranguejo no mangue, as “carninhas e água do coco”, o que nasce nos “pés de fruta”, as folhas e frutas da seriguela e os matos ainda plantados pelas localidades que curam feridas e alimentam seus bichos conflui com o estar-sendo em coalizão com a

natureza, vivenciada como provedora de um bem viver. É como o pesquisador Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo), afirma:

[...] a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto da energia orgânica esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia (SANTOS, 2015, p. 85).

As nuances entoadas nas formas de vida aliada à terra, ao mar, ao rio e as gentes com quem se cultiva *comunidade*, mostra como perder os espaços de natureza, vivenciados em casa e na vizinhança, é limitar a vida na infância (e na adultez) enquanto prática que requer além de sobreviver, ter casa, ter espaço, “andar mais” e “ter o que fazer”. Mesmo considerando que as “cosmologias sobre economias, as despesas, as necessidades e as privações têm impacto nas concepções de diferenciação humana ao longo do ciclo de vida e na produção de relações geracionais” (CASTRO, 2020, p. 57), as práticas em *comunidades* estão-são presentes embora haja diferenças etárias corporificadas pelas historicidades de cada “ente-em relação”, mas que ainda sim, nestas vivências, percebem-se ocupações em confluências co-geracionalmente enlaçadas.

Por fim, o mapa a seguir, inspirado nas reflexões de Gregory Bateson (1986) e com aproximações da proposta de cartografia rizomática de Deleuze e Guattari (1995), traça, nas trilhas cosmovivenciais (a)colhidas com as crianças e seus afetos, as lógicas energizadas e mobilizadas nesta pesquisa através das frestas sentidas pelas *vivencidades* que lutam por se viver uma “infância boa”, esboçando o econômico, o natural, o social e o cultural trançado nas relações. Deseja-se que a leitura deste mapa, sentido como um traçado ecomental, ou seja, através das nuances imaginárias do vivido, do afetado e do racionalizado enquanto experiência dialógica, se conduza nas energias dos olhares pelas frestas, em que os detalhes não se fazem possíveis, mas as vivências dos encontros sim. Amplie sua tela se necessário.









## CONFLUÊNCIAS FINAIS: As frestas pelas naturezas de viver uma “infância boa”

A Terra é povoada  
Mas, também sou terra  
A gente também é terra de povoar  
Deus te ajuda  
Deus te ajude e te livre do mal  
Te desejo tudo de bom, viu fia'? (Povoada!)  
Eu sou uma, mas não sou só, minha fia' [...]  
Canção-oração de Sued Nune- Povoada

Sinto que “olhar pelas frestas é olhar partes, imaginar um todo recortado num dado tempo-lugar [...] Vi várias crianças olhando pela fresta. Queria ir ver. Mas há certas coisas que desabonam o adulto” (JESUS, ([1992] 2014) p. 163). Esta tese foi envolvida pelo empenho de olhar-escutar pelas frestas, em uma “ecologia da mente” (BATESON, 2013) que caminhou imaginativamente por plurinarrativas verbais e imagéticas (mapas, fotos, desenhos e oralidades) no trançar de histórias vivas e vividas.

Nas naturezas dos trançados das localidades da comunidade do Portal do Sol, das vilas do bairro da Penha, da vila de Jacarapé e das enroladas do Aratu me envolveram a ação imaginativa, descritiva e interpretativa a partir das narrativas das crianças e de seus afetos, especialmente as mães e outras mulheres da família na vizinhança. Assim, em uma andança dialógica, esta vivência-pesquisa pode observar, encontrar, sentir e narrar pelas frestas, as energias do social dentro das possibilidades dialogadas e trançadas ecologicamente sobre e nas condições sociais destes locais onde “tudo era mato” e que atualmente encontram-se impulsos de empobrecimentos relacionados não só a renda, mas às existências, à natureza, às culturas e práticas de sobre-super-vivências povoadas desde algumas décadas atrás por muitas famílias.

Foi no acesso aos espaços da casa e da vizinhança das crianças participantes desta pesquisa que, durante e após a pandemia da Covid-19 (2020-2022) (de modo virtual e presencial), dentre vários atropelos, pausas, limites e expansões esta tese (a) colhe a noção de “infância (s) boa (s)” pelas frestas do que se vive nos fazeres e nas emoções enlaçadas às condições e aos desejos de se viver geracionalmente bem, mesmo nas condições de “apertos” financeiros vivenciados onde “é tudo família”. As vivências compartilhadas entre as participantes desta pesquisa e os movimentos das análises sobre o social ocupam, neste derradeiro texto, os saberes cultivados a partir do que foi proposto em sua sementeira: trançar análises sobre as con-vivências na infância em condições de vida permeada pela pobreza de renda que, no luzir dos afetos, narrativas e disposições, se (des) vinculam com as noções hegemônicas de se viver uma “infância boa”. Desse modo, em sensibilidades com a natureza

no/do mundo social às “costas” pessoenses, que esta tese se territorializa em vivências que acenderam quatro fortes noções que permeiam o vivido das “infâncias boas”: empobrecimento, família, natureza e as sobre-super-vivências.

A compreensão sobre as condições de vida na infância vivenciada nestas ocupações territoriais ao leste-sul pessoense, que instigou metodologicamente a criação das vinhetas narrativas, se deu como um artesanato teórico, estético, ético e político, sobre o que as comove intra, inter e co- geracionalmente nas con-vivências das naturezas dos lugares construídos, ocupados e vividos. Desse modo, no (a)colher das interações abertas pelas janelas enunciativas, na vivência das escutas-observantes, das propostas participantes e participativas, que este estudo qualitativo se ilumina pelas lutas e pelas dores de um contexto da pobreza de renda, o qual também está aceso pelas memórias povoadas (LUGONES, 2014), pelas criatividades e pelas (r)existências em propulsão.

Portanto, o debate que envolve as condições de classe (sobre os níveis de renda) procurou seguir a criticidade imbricada aos aspectos para além do/com o capital, sintonizando as questões morais, culturais e políticas, no trançar das práticas emaranhadas como estratégias ecológicas de sobre-super-vivências. Nesse contexto, as (r)existências de se viver **com** e não **na** pobreza relacionada à renda, alerta sobre o empobrecimento das práticas de um lugar trançado às naturezas-culturas de quem ocupa aquelas terras. Assim, a infância vivida nos trançados destas localidades, se depara com economias em suas relações, inter, intra e co-geracionais e com seres diversos, em que os marcadores sociais de classe, gênero, idade e raça (este último de forma opaca) (des)estruturam os movimentos nos espaços (des)ocupados em seus cotidianos.

O que se entende como “pobre”, neste estudo, está ligado ao que se pode prover a partir do dinheiro disponível diante da identificação das “necessidades” da casa, da vida dos adultos, de se “criar” as crianças e o que a partir dele pode ser vivenciado por elas, o que permeia concomitantemente economias simbólicas (emoções e afetos) fundamentais para que reajam em relação aos limites que o capital impõe. É assim que a concepção de família é enunciada muito ligada às condições econômicas (não) capitalistas e morais, vivenciadas nas condicionalidades do trabalho/sustento financeiro-simbólico da casa, que às mulheres prevalecem impostas. Tal enfrentamento, agenciado principalmente pelas mães, avós, tias, outras parentes e vizinhas que convivem nas intimidades dos cotidianos domésticos, faz ressoar a noção de “família” que está intimamente ligada com o nascimento e a presença das crianças nas casas, cuja transformação faz ampliar as necessidades e as superações simbólicas dos

traumas através do movimento de ocupação da terra, da construção da casa e dos sentidos de lar permeado pelas urgências e pelos sonhos.

Tendo em vista a preocupação de que a casa seja construída como um “bom” espaço para as crianças, entoando sentidos políticos, materiais e culturais a ela imbricada, é que os sentidos de família, pelas mulheres e pelas crianças estão reconhecidos nos laços afetivos de confiança e de ajuda mútua, entrelaçados a sua construção. Neste âmbito que a casa, enquanto lar e moradia, ao ser informada violentamente no campo político-empresarial em termos de propriedade e como matéria construída na terra a ser comercializada, mercadologicamente enunciada pelo grande valor lucrativo, prevalece no imaginário destas localidades a noção inerte de que ela não é um bem de direito a ser garantido pelo poder público, visto que é o mesmo que as desapropriam de suas moradas. A casa enquanto lar, que faz parte da condição de sobrevivência e de existência digna de qualquer pessoa no mundo, nos sentidos de povoar e, assim, pertencer, é vivenciada nestas localidades acompanhada pelo medo e pela apatia por perdê-la a qualquer momento, mesmo junto às estratégias de qualificá-la para uma vida boa em família e, principalmente, para as crianças.

Entre as “forças” e “lutas” por sobrevivência, que o trabalho empenhado principalmente pelas mulheres no ambiente doméstico se revela enquanto práticas de liderança tanto no espaço da casa, como de outros espaços criados para as crianças, entoando assim um sentido anticapitalistocêntrico e antipatriarcal do que é por vezes intitulado como “chefe de família”. Tal prática, corporificada por elas como uma tarefa de “sustento” simbólico-físico- emocional, condicionado pelos limites da renda, isto é, pelos “apertos” que a pobreza de renda impõe, exige, dialogicamente e ecologicamente nas naturezas do lugar, saberes e disposições para sobreviver junto aos filhos, os quais devem se “criar” no e para um mundo que reprime suas existências através de violências extremas, como a fome.

A terra, como percebido nos trançados destas localidades, enquanto fonte que alimenta, abriga e preserva direitos de viver “bem” a infância, contraditoriamente é a mais ameaçada. Este ambiente permeado pelo rural-urbano-litorâneo, em que ainda pulsam vivências inter, intra e co-geracionais junto às culturas das roças, da pesca, dos cuidados com os bichos, em que se depositam os materiais necessários para o trabalho (não) remunerado, se fazem as festas, brincadeiras coletivas e vivencia-se a vizinhança de modo comunitário, poderia ser, nesse sentido, vislumbrado como “sustentável”, ao contrário do que teima o discurso político- mercadológico por vender estas terras para seus “usos” lucrativos sob o discurso ambiental. Desse modo aponta-se, com o presente estudo, como o Projeto “João Pessoa Sustentável” que põe em prática o “Parque Cabo Branco”, não é um aliado da(s) infância(s) e mesmo que haja a

compreensão de que, tanto o projeto governamental, como as ocupações mais recentes das famílias em busca por moradia causam agressões às naturezas do território, ainda assim, nota-se a permanência de culturas familiares territorializadas que procuram conviver em coalizão com a terra, com os rios e com o mar.

Ao pensar sobre a natureza trançada a estas localidades, como elemento reflexivo sobre as *vivências*, percebe-se como a cidade é re-criada nas vivências locais através do pequeno comércio, dos enfrentamentos relacionados a organização do ambiente ou de adaptações estratégicas de modo orgânico as suas culturas, nas quais muitos dos movimentos de socialização e lazer, as crianças estão como a pulsão principal. Dentro disso, é que se encontram as “lutas” das mulheres junto às crianças contra o empobrecimento das existências e das práticas, em um vínculo geracional de engajamentos, enfrentamentos e investimentos simbólicos-financeiros no “criar”. Através do trabalho (não) remunerado voltado para as pessoas, para as coisas, bichos e vivências, desde a casa e na/além da vizinhança, naquilo que no lugar permeia o público e o privado, o local e o global, as práticas por investir atenção, proteção, provimentos, acompanhamentos e até confortos, abrangem certas disposições incorporadas nas trajetórias de vida nas quais, pelas memórias povoadas, são/estão marcadas no corpo por emoções e traços visíveis (a mão calejada, o rosto enrugado, a lágrima escorrida). Criar as crianças para as mulheres está, desse modo, trançado aos sentidos que foram germinados desde a compreensão sobre a negação de suas infâncias, até a “necessidade” de investimento (i)material no viver de quem elas criam, por dentro das urgências e dos desejos de um presente-futuro melhor, seja no lugar ocupado ou nas ocupações vivenciadas, já que nas con-vivências com a pobreza “não há descanso” (LORDE, 2019, p. 251). Além disso, as lutas não estão voltadas apenas à sobrevivência das adultas e das crianças, como apontado aqui, mas também às super-vivências enquanto práticas contentes a serem vividas na infância e estendidas a elas enquanto adultas.

Acaba que, na confluência por (se) ocupar espacialmente, politicamente, materialmente e emocionalmente nos fazeres por uma “vida boa” durante a infância, no ambiente doméstico e na vizinhança, mulheres e crianças atentam em relação as suas e outras trajetórias de vida, sejam humanas e outras que humanas, que envolvidas nas con-vivências com a terra, a água e nos fazeres do “criar”, colaboram em edificar um contexto familiar sensível sobre as necessidades emergentes em comunidade. Assim que o ambiente doméstico, preenchido por afazeres entendidos como “femininos”, interdependentes do que se compreende enquanto necessidades cotidianas, revelam-se condições afetivas trançadas em acordos, disputas, adaptações e solidariedades inter, intra e co-geracionais que preenchem a casa (e seu entorno) com coisas,

gentes, bichos, encantados, obrigações e lazeres significados em seus espaços. Então, no familiarizar dos seres e das práticas com quem se divide os custos (financeiros e simbólicos) do criar, se abraçam confluências de uma infrapolítica junto às práticas de consumo que, nutrido pelos desejos mercadológicos e afetivos, compõe um contexto familiar pelas frestas do que se tem popularmente como “família ideal” (do homem como provedor e da mulher como quem cuida dos filhos). Assim que este ambiente é permeado por noções trançadas entre o “ideal” e o que é localmente edificado junto às “lutas” femininas.

De modo que a percepção das mulheres sobre o “criar” também percorre os sentidos de continuidade através das crianças sobre a posse dos bens conquistados de forma tão dificultosa, é com base na constituição familiar que também se restabelece os afetos intergeracionais em uma construção simbólica ressignificada do que é viver bem como uma família no presente- futuro, o que também é uma percepção apanhada pelas crianças. Neste contexto, é que o trabalho desempenhado pelas crianças, que só pode ser aceito no formato de “ajuda” neste contexto, expressa o fato de que “qualquer economia dominante precisa do trabalho infantil imanente ao sistema”, e que nesse sentido, com inspirações em Qvortrup (2011, p. 329), “as gerações posteriores fornecem” provimentos pluri-econômicos “àqueles que lhes antecedem”, não somente o contrário quando a vida é vivida nos “apertos” financeiros.

Desse modo, em uma economia das “necessidades” percebidas nos (des) contentamentos ritmados pelas naturezas do lugar, é que se compreende como as crianças e as mulheres (se) criam nas frestas dos cercamentos gerados pela pobreza de renda e que é neste movimento relacional que se encontram em necessidades ressignificadas inter, intra e co-geracionalmente mediadas pelas disposições incorporadas nas práticas. Portanto, esta tese (a)colhe as seguintes “necessidades” para o trançar de uma “infância boa”: necessidade de proteção, pela “convivência atenta”, influenciada pelas forças das violências nas localidades; necessidade de provisão, pelo “sustento” relacionado às sobre-super-vivências que valorativamente, afetivamente e ecologicamente se mostram situadas na fluidez das práticas, pelas naturezas e familiaridades que são geracionalmente compartilhadas nas dimensões econômicas, sociais e culturalmente locais; necessidade de consumo, influenciado pelas forças mercadológicas locais (ESCOBAR, 2005) e pelo uso imediato do dinheiro como fonte para se prover bens (i)materiais emergenciais e rotineiros que alimentam a sobrevivência; necessidade de espaço, que fornece as naturezas para os encontros, fazeres e movimentos locais e na cidade; necessidade de vivenciar a casa com a família, tendo nesta soma as culturas, os afetos, as aprendizagens e as sociabilidades que acompanham as crianças e que, desse modo, as “criam” e as permitem existir.

É importante nesta complexidade das necessidades, acrescentar que o reconhecimento e a redistribuição são ações fundamentais tanto do ponto de vista micro como macroestrutural, tendo em vista que é na raiz do vivido, nas intimidades dos lares e nas relações de vizinhança, que se “criam” a(s) infância (s). Esta relação reconhecimento-redistribuição foi perceptível dentro das lutas cotidianas empenhadas pelas mães e outras cuidadoras junto às crianças, demonstrando o poder de como estas ações influenciam a significação e a busca pela satisfação de todas as outras necessidades, mesmo que de certo modo gerem conflitos em torno dos direitos das mulheres em vivenciar suas práticas individuais diante da maternalização do trabalho (não-remunerado) vinculado ao ambiente doméstico, o qual prende moralmente mulheres e crianças como “dependentes” simbólico- financeiras dos homens e dos benefícios prestados pelo governo.

O “criar” como movimento infrapolítico nestas localidades se torna fundamental para as (r)existências e chama a atenção sobre o direito das mulheres e das crianças de (se) “criar” em casa e na vizinhança (por) con-vivências de acordo com a natureza-cultura local de seus afazeres, sejam eles escolares, domésticos ou de lazer. Assim, sem desconsiderar a importância da escola dentro deste contexto urbano-rural-litorâneo, que políticas públicas (dos benefícios de transferência de renda, como também relacionadas à educação, à saúde e do acesso à cidade) preocupadas com os direitos na infância, devem considerar os vínculos geracionais nas naturezas-culturas sobre/super-viventes no contexto da cidade, tendo ainda o tempo-lugar do lar e da vizinhança como espaços de saberes e práticas fundamentais para as existências. Isto confere compreender que tanto a renda como os afetos simbólicos ligados ao lugar estão trançados ao que se pode viver bem na infância local-global. Assim que, emaranhado a esta questão, aponta-se que as ações de provisão (investimentos), proteção (enfrentamentos e lutas) e participação (engajamentos, trabalhos e ocupações) (r)existem de modo trançado nestas localidades nas frestas das condições da pobreza de renda, do empobrecimento das naturezas no espaço social e das vivências potencialmente contentes no encontro com alguns sentidos de infância “ideal” nas práticas cotidianas do “criar”.

Considerando ainda a potencialidade das diferenças nas *vivências* do “criar”, entre o imaginário, o ideal e o vivido, não é possível desconsiderar o fato de que ao se falar de infância, a idade apareça como marcador biológico socialmente classificado e diferenciador, e que tende relacionar as crianças como aquelas que estão mais perto de “ter” uma “natureza” universalizada. Assim, ao considerar a infância enquanto estrutura geracional, evidencia-se nesta tese como nas diferenças geracionais a potência do “ser gente” se (des)harmoniza à medida do crescimento físico-mental do corpo e isto faz com que a idade apareça enquanto

marcador imbricado ao gênero, raça e classe, exercendo efeitos di/convergentes complexos à condição social de vida das gentes, de modo a exercer influências nas práticas atuais e possivelmente por toda a trajetória de vida (QVORTRUP, 2010).

Entretanto, é ainda no despertar das noções de “outridades” e de “comunidades” que se energizam nesta tese as considerações sobre as con-vivências no contexto geracional, indicando aquilo que é comum e diferente de modo entrelaçado. A primeira noção refere-se às idades que marcam as relações inter e intrageracionais imbricadas às relações. As vinhetas contam como as crianças percebem na diferença das idades, um histórico de experiências que atribuem sentidos referentes tanto à autoridade, dependência em relação ao provimento e à proteção, como também saberes que buscam ser re-vivenciados em companhia das pessoas mais velhas que por elas são “criadas”, buscando a participação nos fazeres cotidianos. Já os sentidos de *comunidades* condizem ao encontro dessas mesmas diferenças com os comuns, nas tentativas e articulações de se vivenciar uma vida boa, com práticas “soltas” e vivenciadas de modo acompanhado, já que há uma certa confiança nos laços de vizinhança.

Foi assim que ao ressoar neste trabalho sobre “crescimento” e “desenvolvimento” do corpo-tempo, a partir das mulheres e das crianças, entre as moralidades, cognições e estruturas físicas permite-se perceber o fato de como ambas estão relacionalmente envolvidas no lugar das estratégias e das articulações que se trançam no que se incorpora do presente, do passado e do que se quer para o futuro. É nesta complexidade que a(s) infância(s) pensadas nas ecologias das práticas, compreende atentar sobre as condições de vida pela diversidade dos ritmos, vínculos, criatividade e “arengas” que as envolvem nas práticas cotidianas, especialmente aquelas em coalizão direta com seus afetos geracionalmente presentes em suas con-vivências, sendo importante considerar neste trançado, como as crianças co-geracionalmente junto aos afetos (mães, primos, avós e até os animais) compõem tons de celebrações emaranhadas às sobrevivências coletivas.

Viver a(s) infância(s) nestas localidades, e é claro no mundo, portanto, se entrelaça nas feitura das disposições multissensorialmente incorporadas, nas (im)possibilidades (i)materiais e nas relações econômicas, culturais, políticas e sociais no vínculo das con-vivências, ressoando, desse modo, inter-dependências que estão imbricadas de modo ecológico e relacional aos marcadores sociais de classe, raça, gênero e idade, os quais enraizam práticas sociais que podem ser vivenciadas nas frestas das violências e das desigualdades de gênero e de geração. Dentre as disposições trançadas às vivências da infância “nas costas” pessoenses, aparecem destacadas a solidariedade incorporada; o “criar” incorporado aos fazeres, às



ocupações e aos afetos em relação aos bichos e seres outros que humanos; o trabalho incorporado, relacionado aos fazeres escolares (o “estudo” como fonte para as mudanças futuras) e aos trabalhos domésticos de cuidar do ambiente e articular outras formas de angariar recursos para ajudar a suprir as necessidades da casa; as “arengas”, enquanto forças incorporadas às violências re-produzidas em suas ações com as *outridades e comunidades* vivenciadas nas brincadeiras; as economias incorporadas, no que se refere a valorização das trocas e consumos materiais e simbólicos inter e intrageracionalmente enfatizados pelo uso cotidiano do capital financeiro como forte (des)mobilizador de suas vivências; a natureza incorporada, ao se movimentarem nos lugares de modo curioso, criativo e estrategista por conta das vivências com o “mato” que lhes compartilham “comidas”, bichos, aventuras, brincadeiras e curas.

Assim ao compreender neste tese a(s) infância (s) enquanto “comunidade bivalente” (FRASER, 2006), se considera fundamentalmente a natureza como condição mediadora por energizar o compasso das adaptações, estratégias, limites e reproduções nas vivências orgânicas de ser-estar entre afrontas e acolhimentos nas naturezas do urbano-rural-litorâneo (ESCOBAR, 2005; LUGONES, 2014) . E é neste mesmo trançado, que também se geram impulsos de “criar” boas condições de se viver, seja através do acompanhar, seja através do “servir” de bens entre os entes enlaçados pelos vínculos de parentescos (não) consanguíneos, das amizades inter e intrageracionalmente cultivadas e até dos afetos com os bichos e com os encantados com os quais se aprende a temer e a brincar.

É assim que as crianças informam que manter o corpo “bem” e “vivo” na infância abrange múltiplas dimensões. Como representado pelo desenho de Diogo abaixo, onde traça seu corpo em coalizão com a natureza, onde um existe dentro do outro, como um emaranhado de árvores e de terra, refletindo como a infância, no trançado destas localidades, sugere a interdependência e as organicidades na relação com vários seres, bens fundamentais para uma vida boa:



Desenho 11. “Coisa dentro de coisa”. Diogo,  
maio de 2021.

São nestes (a)braços que enlaçam o cotidiano da(s) infância(s) locais, por entre as tramas do que seria viver bem geracionalmente, que nesta tese aponta-se sobre o “ter”/ viver uma “infância boa” está relacionado ao ter/viver com espaço, com ter o que fazer ,com o ocupar e ocupar-se organicamente no lugar com os seus afetos, os quais se alinham aos alimentos que fazem parte da cultura de suas famílias, aos tratamentos de saúde que as cuidem de forma respeitosa, ao acesso à cidade de modo que “passeiem” usufruindo dos bens públicos conforme suas necessidades e especialmente à construção de um lar dentro de um território povoado por bens (i)materiais com quais convivam como criadores e pertencentes.

Com base nesta experiência-tese conflui-se que semear, cultivar e preservar as vidas das crianças no contexto do que vem a ser “infância boa” é encarar o fato de que em suas trajetórias o passado, o presente e o futuro se trançam, e as diferenças estarão sempre em conflito a partir do/com o corpo no mundo, desde as fragilidades, as vulnerabilidades, bem como as criatividades de “criar” alegrias, o que faz esperar o entendimento de que “O futuro de nossa terra talvez dependa da capacidade de todas as mulheres” junto às crianças “em identificar e

desenvolver novas definições de poder e novos modelos de convivência com a diferença” (LORD, 2019, p. 254). Mesmo que as emergências do presente sejam potentes e que o diálogo do passado é energizado pelas disposições incorporadas nas trajetórias de vida, o futuro não é um tempo descartado, ele é pensado hoje através do “criar”, nos sentidos dos investimentos sobre o outro, que tanto carrega o sentido orgânico do “vir a ser”, mas também conta sobre um contrato e uma solidariedade geracional que expressa o sentido afetivo de apostar na vida das crianças como investimento de um futuro melhor para elas e para quem a elas está vinculado no processo de crescer.

Maya Angelou (2010), em “Cartas a minha Filha”, narra: “podemos agir de modo sofisticado e comum, mas acredito que nos sentimos mais seguros quando dentro de nós mesmos encontramos nossa casa, um lugar ao qual pertencemos e talvez o único que realmente criamos” (ANGELOU, 2010 s/n). Assim que o criar, enquanto prática nas relações das crianças com a terra, com a casa e com o contexto familiar liderado pelas mulheres e pelo trançado das parentalidades ressignificadas pelo o que se confluem entre “entes”, reflete o movimento de se viver bem pelas frestas, pelas articulações financeiras, afetivas e espaciais em *comunidades* junto às *outridades*, no movimento de que uma ecologia política se faz possível dentro das práticas femininas em coalizão com a infância. Cabe lembrar finalmente que “estamos vivendo num mundo onde somos obrigados a mergulhar profundamente na terra para sermos capazes de recriar mundos possíveis [...] já que a vontade do capital é empobrecer a existência” (KRENAK, 2022). Sigamos na luta pelas super-vivências dos seres, especialmente das crianças e das mulheres, em coalizão.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. Sociologia da Infância: traçando algumas linhas. **Contemporânea**. v. 8, n. 2 p. 371-383, Jul.–Dez. 2018.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estados Avçados**, 24 (68), 2010. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ea/a/hSdks4fkGYGb4fDVhmb6yxk/#:~:text=A%20tem%C3%A1tica%20da%20justi%C3%A7a%20ambiental,a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20justi%C3%A7a%20social>.

ALANEN, Leena. Teoria do bem-estar das crianças. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.141, p.751-775, set./dez. 2010. Disponível: <https://www.scielo.br/j/cp/a/pJ9QJp33NgBrFdgthytpHjP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: março de 2022.

\_\_\_\_\_. Repensando a infância, com bourdieu. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 6, n. 11, jul./dez. 2014.

ALANEN, Leena; LESSA, Juliana Schumacker. “Teorizando a infância”. **ZERO-A-SEIS**. v. 19 n. 35, (JAN./JUN. 2017).

Alanen, Leena ; Sauli, Hannele; Strandell, Harriet. **Children and Childhood in a Welfare State: The Case of Finland**. 2004. Disponível: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.568.5094&rep=rep1&type=pdf>

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 5 ed, 2011. 340 p

ALCÂNTARA, Laura Ferreira De. A TRIBUTAÇÃO DO IPTU VERDE COMO INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM JOÃO PESSOA/PB. Trabalho de Conclusão. Centro de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal da Paraíba. Santa Rita, 2020.

AMÂNCIO, Helder P. Da casa à escola e vice-versa: Experiências de início escolar na perspectiva de crianças em Maputo. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis- SC, 2016.

ANGELOU, Maya. **Carta a minha filha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

ANDRADE, Luciana T.; SILVEIRA, Leonardo S. Efeito-território: explorações em torno de um conceito sociológico. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, 13(2),2014. p. 381–402. Disponível: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/14295>. Acesso em: janeiro de 2022.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de. Janeiro: LTC, 1981.

BAEZ, Gustavo Cesar Ojeda. Mestres, territórios e identidades pesqueiras em João Pessoa: etnografia dos sistemas culturais da pesca artesanal nos bairros da Penha e Jacarapé. **Tese**.

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2016.

BALLESTRIN, Luciana. Colonialidade e Democracia. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, Vol. 5, N.1, pp. 191– 209, dezembro 2014. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>. Acesso em: março de 2022.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. ano 1990, Disponível em: <https://cutt.ly/yECVBmB>. Acesso em: 6 out. 2021.

\_\_. Presidência da República -Casa Civil- Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 7.661, DE 16 DE MAIO DE 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17661.htm#:~:text=legisla%C3%A7%C3%A3o%20em%20vigor,-,Art.,%C3%A1reas%20protegidas%20por%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20espec%C3%A](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17661.htm#:~:text=legisla%C3%A7%C3%A3o%20em%20vigor,-,Art.,%C3%A1reas%20protegidas%20por%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20espec%C3%A) Dfca. Acesso em setembro de 2022.

CASTRO, Edna. Epistemologias e caminhos da crítica sociológica latino-americana. IN: CASTRO, Edna; PINTO, Renan (orgs.). **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. Belém: NAEA: UFPA, 2018, pp. 25-52

BARBOSA, Adauto Gomes; COSTA, Ademir Araújo da. O solo urbano e a apropriação da natureza na cidade. **Soc. & Nat.** Uberlândia, ano 24 n. 3, 477-488, set/dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/4H4hNqPtJBxrkqmtYQcYMt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: outubro de 2022.

BARENCO, Marisol Corrêa De Mello,; MOREIRA, Jader. J. Lopes; CARNEIRO, Márcia Lima. F. Por que rimos das crianças?. **Linhas Crí-ticas**, [S. l.], v. 27, p. 35191, 2021. DOI: 10.26512/lc27202135191. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/35191>. Acesso em: novembro de 2022.

BATESON, Gregory. **Mente e Natureza**: a unidade Necessária. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1986.

BATESON, Nora. Uma conversa sobre a ecologia da mente. Entrevista concedida a Ana Gabriela Morim, André Demarchi, Maria Raquel Passos Lima, Suiá Omim. **Enfoques**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 266-283, jun. 2013. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395838/mod\\_resource/content/1/Entrevista%20Nora%20Bateson.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395838/mod_resource/content/1/Entrevista%20Nora%20Bateson.pdf). Acesso em: março de 2023.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: editora 34, [2010] 2011. 383 p.

BECK, Grehs Ceres; CUNHA, Luiz Henrique Hermínio. Luxos ‘verdes’ e muros invisíveis: a iconização da natureza no mercado imobiliário em João Pessoa (PB). **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 74–87, 2017. DOI:

10.37370/raizes.2017.v37.67. Disponível em:  
<https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/67>. Acesso em: 3 jan. 2023

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, [1933] 2012, p. 123-128.

BOURDIEU, Pierre. Introdução à uma sociologia reflexiva. In: \_\_\_\_\_. **Poder simbólico**. Portugal/Brasil: Difel/Bertrand, 1989, p. 17-58.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. O fato é conquistado, construído, constatado: a hierarquia dos atos epistemológicos. In: \_\_\_\_\_. **Profissão de sociólogo**: preliminares epistemológicas. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002 [1999].

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2008 [1996].

\_\_\_\_\_. O campo econômico. **Política & Sociedade**, n. 6, pp. 15-57. Le champ économique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº 119, pp. 48-66

\_\_\_\_\_. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 1996.

BOLTVINIK, Julio. Ampliar la mirada: Un nuevo enfoque de la pobreza y el florecimiento humano. **Pap. poblac** [online]. 2005, vol.11, n.44 [citado 2023-12-16], pp.9-42. Disponible en:  
[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1405-74252005000200002&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252005000200002&lng=es&nrm=iso). ISSN 2448-7147.

CARNEIRO, Maria Teresa; ROCHA, Emerson. “DO FUNDO DO BURACO” O drama na ascensão social de empregadas domésticas. IN: SOUZA, Jessé. (org.) **A Ralé Brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p.125

CARNEIRO, Krystine. Veja o antes e depois de pontos da cidade de João Pessoa. G1. João Pessoa, 05/08/2012 06h30 - Atualizado em 05/08/2012 06h30.  
<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2012/08/veja-o-antes-e-depois-de-pontos-da-cidade-de-joao-pessoa.html>.

CASTRO, Lúcia Rabello (org). **Infâncias do sul global**: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil. Salvador : EDUFBA, 2021.

\_\_\_\_\_. **O futuro da infância e outros escritos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. Why global? Children and childhood from a decolonial perspective. **Childhood**, 27(1), 2020. p. 48-62.

\_\_\_\_\_. A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. **Revista Psicologia Política**, 7(14). 2007. Disponível em: de  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2007000200005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200005&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: dezembro de 2022,

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro'. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino- americanas. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Buenos Aires, 2005.

CAVALCANTE, Mohana Ellen Brito Morais. Os ciclos do cuidado: Costurando olhares sobre a relação entre avós e netos. **Tese**. Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2022.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC.BR). **Resumo Executivo - Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2020**. Pesquisas cetec.br. Publicado em: 25 de novembro de 2021. Por: cetec.br|nic.br. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201505/resumo\\_executivo\\_tic\\_domicilios\\_2020.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201505/resumo_executivo_tic_domicilios_2020.pdf)

CHAGAS, Waldeci Ferreira. As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930. s.p. **Tese**. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife- PE, 2004.

CODES, Ana Luiza Machado. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. **Ipea**. 2008. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1489/1/TD\\_1332.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1489/1/TD_1332.pdf). Acesso em: abril de 2022.

COELHO, Fernanda de Castro Batista. A construção identitária e(m) comportamentos na sala de aula: o agenciamento da palavra em dois grupos: um alemão e um brasileiro. **Tese**. Doutorado em Linguística e em Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

COHN, Clarisse. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

COLLINS, Patrícia H. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: LORDE, Audre et al. HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p.

CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA (1989). [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/tdhbrasil/direitos\\_da\\_crianca\\_tdhbrasil\\_2014.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/tdhbrasil/direitos_da_crianca_tdhbrasil_2014.pdf)

COSTAI, Bruno Muniz Figueiredo; BARROSO, Vinícius Santos. Mapas vivenciais e a pesquisa com crianças. **Educ. Foco**, Juiz de Fora, v.23, n.3, p.989-1006 set. / dez. 2018.

CURIEL, Ochy. O feminismo decolonial. Paula Balduino de Melo [et al.], (org). In: **Descolonizar o feminismo** [recurso eletrônico]: VII Sernegra. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs ± capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995a. V. 1.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2000. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100708040738/4\\_dussel.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100708040738/4_dussel.pdf). Acesso em julho de 2021.



\_\_\_\_\_. DUSSEL, Enrique. 1492: o encobrimento do outro: o mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

EMECHETA, Buchi. As Alegrias da Maternidade. Tradução de Heloísa Jahn. Porto Alegre: Dublinense, [1979] 2018.

ESCOBAR, Arturo. **Una minga para el postdesarrollo:** lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales. Universidad Nacional Mayor de San Marcos: Lima, 2010.

\_\_\_\_\_. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires. CLACSO, 2005. p.69-86.

\_\_\_\_\_. **Territorios de diferencia: Lugar, movimientos, vida, redes.** Departamento de Antropología. Universidad de Carolina del Norte, Chapel Hill. 2 ed. Enviñón Editores, 2010.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água.** 2. ed. Rio de Janeiro, RJ :Pallas Mini, 2018. 124 p.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra.** Juiz de Fora, Editora UFJF, [1965] 2005.

FELTRAN, Gabriel de S. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. Cad CRH [Internet]. 2014Sep;27(72):495–512. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300004>.

FERNANDES, Florestan. As "trocinhas" do Bom Retiro. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 229–250, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643855>. Acesso em: janeiro de 2021

FERREIRA, Leila da Costa. Ideias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 77- 89, jul./dez. 2004. Editora UFPR.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. **Revista Sociedade e Estado.** Volume 29, Número 1. Janeiro/Abril 2014.

FERREIRA, Manuela e SARMENTO, Manuel J. Subjectividade e bem-estar das crianças: (in)visibilidade e Voz. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 2, n. 2, nov. 2008.

FILHO, Lair da Silva Loureiro. A lei nº 13.240, de 30.12.2015 e a cessão da gestão das praias e orlas marítimas urbanas para os municípios. **Revista Geociências - Ung-Ser.** Disponível : <http://revistas.ung.br/index.php/geociencias/article/view/4422>. Acesso em: novembro de 2022.

FLEURY, Lorena Cândido, ALMEIDA, Jalcione, PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias.** Porto Alegre, 2014. p. 16-35. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/jyXLbgZPFZH6d8hNYpyZhNz/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: setembro de 2022.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes; FERREIRA, Angela Lúcia; SILVA, Alessandro Ferreira Cardoso da. Investimentos turísticos internacionais no litoral do nordeste brasileiro: novos desafios para a gestão ambiental. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 11, 2007, Bogotá. **Anais eletrônicos...** Bogotá: EGAL, 2007. p. 1-16. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo/artigo08.pdf>. Acesso em: agosto de 2022.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antônio. Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FRANCH, Mônica. **Tardes ao léu: uma etnografia sobre o tempo livre entre jovens de periferia do Recife**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhte. Petrópolis, Vozes, 20 ed., 1999 [1987].

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: LORDE, Audre et al. HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p.

FREITAS, Lorena e LUNA, Lara. A família desorganizada e a reprodução da “ralé estrutural” no Brasil. In: SOUZA, J. (org.) **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso Pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1999.

GAITÁN, Lourdes. «El paper de les polítiques socials en relació amb la pobresa infantil. **Educació social. Revista d'intervenció socioeducativa**, 2010, Núm. 46, p. 48-65, <https://raco.cat/index.php/EducacioSocial/article/view/219590>.

\_\_\_\_\_. El bienestar social de la infancia y los derechos de los niños. **Childhood**. Política y Sociedad, 2006, Vol. 43 Núm. 1: 63-80 63

GOBBI, Marcia Aparecida . Quando limpam com fogo, como ficam as crianças? Vidas abreviadas, vidas breves. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e213815, 2019

\_\_\_\_\_. Ocupações e infância: crianças, luta por moradia e culturas infantis na cidade de São Paulo. **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), v. 2, n. 2, p. 9-24, jul./dez.2016

\_\_\_\_\_. Infâncias removíveis, crianças descartáveis: ensaio sobre uma remoção de casas e vidas na cidade de são paulo. etd- **Educação Temática Digital**. Campinas, SP v.23 n.2 p. 466-486 abr./jun.2021

\_\_\_\_\_. “Nóis” é ponte e atravessa qualquer rio: notas sobre mulheres, crianças, coletivos periféricos e o comum (ou, quando a pandemia é apenas mais um elemento). **Cadernos CEDES**, 42(118), 2022. p. 359–372.

GOBBI, Márcia. PITO, Juliana Diamante. Em tempos de pandemia: movimentos, vida e morte e a produção de pensamentos em podcast e livro. In: GOBBI, Márcia. PITO, Juliana

Diamante (orgs). **Coletivos, mulheres e crianças em movimentos:** na pandemia, do podcast ao livro. São Paulo: FEUSP, 2021.

GOBBI, Márcia A.; DOS ANJOS, Cleriston. I.; PITO, Juliana Diamante. Sediciosas formas de viver: crianças, arte e cozinha na luta pelo direito à moradia. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 40, p. 184-208, 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i40.6896. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6896>. Acesso em: 14 abr. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano:** Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020. p. 375. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso: março de 2022.

\_. GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 455-491.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: LORDE, Audre et al. HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HARGUINDEGUY, Laura Collin. El Buen Vivir la emergencia de un concepto. **Gaia Scientia**. Edição especial- cultura, Sociedade & ambiente. Volume 10(1), 2016. p. 05-11.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. INTERFACEHS. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: agosto de 2023.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. Mujeres, cuerpo y territorios: entre la defensa y la desposesión. In: **Cuerpos, Territorios y Feminismos:** Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas. 2016. Disponível em: <https://dspace.ups.edu.ec/bitstream/123456789/21045/1/Cuerpos%2C%20territorios%2C%20feminismos%2C%20LBP%202019-II.pdf>

HOOKS, bell. **Anseios:** raça, gênero e políticas culturais. Trad. Jamille Pinheiro Dias. Editora Elefante. São Paulo, 2019.

INESC. Instituto de Estudos Socioeconômicos. **O Brasil com baixa imunidade.** Balanço do Orçamento Geral da União 2019. Brasília, abril de 2020. Disponível em: <https://inesc.org.br/obrasilcombaxaimunidade/>

\_. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2020.** Pesquisas cetic.br. Publicado em: 25 de novembro de 2021. Por: [cetic.br|nic.br](http://cetic.br|nic.br). Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201505/resumo\\_executivo\\_tic\\_domicilios\\_2020.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201505/resumo_executivo_tic_domicilios_2020.pdf).

\_. **Depois do desmonte.** Balanço do Orçamento Geral da União. Brasília, 2022. Disponível em: [https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Depois\\_do\\_desmonte-BOGU\\_2022.pdf](https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Depois_do_desmonte-BOGU_2022.pdf). Acesso em: agosto de 2023

INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação**. Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 404-411, set.-dez. 2016

\_. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/6777/4943>.

\_. The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill. London, New York: Routledge, 2000.

\_. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 21-36, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/fGyCC7jq7M9Wzds559wBv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: julho de 2023.

\_. **Three in one:** on dissolving the distinctions between body, mind and culture. Department of Social Anthropology. University of Manchester. Oxford Road. England, 1999. Disponível em: <http://lchc.ucsd.edu/mca/Paper/ingold/ingold2.htm>. Acesso em: julho de 2021.

Informe Etene (Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 2020) apud Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério da Economia. Elaboração BNB/ETENE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS – 202. Uma análise das condições de vida da população brasileira, disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_media/ibge/arquivos/736783717803cba71ec0b3a6e77fc7e9.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/736783717803cba71ec0b3a6e77fc7e9.pdf). Acesso em: março de 2022.

\_. Cidades e Estados, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb.html>.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. <https://ihgb.org.br/pesquisa/arquivo/iconografia.html>.

JAMES, Allison. Dando voz às vozes das crianças: práticas e problemas, armadilhas e potenciais. Tradução Deborah Esther Grajzer. **Zero a seis**, Florianópolis, v.21, n.40, p. 211-212, set. dez., 2010. Universidade de Santa Catarina. disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2019v21n40p219>. Acesso em 04/03/2022.

JENKS, Chris. Constituindo a Criança. **Educação, Sociedade & Culturas**, 2002, pp.189-215.

JESUS, CAROLINA. **Quarto de despejo** - Diário de um Favelada. São Paulo: Editora Ática, 10 ed. [1992]2014.

JESUS, Alexandro S. **Corupira**- mau encontro, tradução e dívida colonial. Recife: Ed. Titivillus, 2019.

JOÃO PESSOA. Prefeitura Municipal. **Plano de Ação João Pessoa Sustentável**. 2014. Disponível em: <https://webimages.iadb.org/PDF/Joao+Pessoa+Action+Plan.pdf>. Acesso em outubro de 2022.

\_\_\_\_. Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do município de João Pessoa (BR-L 1421). **Plano Diretor de Reassentamento e de Relocalização PDRR**. Versão Final – Maio 2017 .

\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Relatório de Impacto Ambiental** – RIMA: Relatório de Impacto Ambiental da falésia do Cabo Branco. João Pessoa, 2011. Disponível em: . Acesso em outubro de 2022.

\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. SILVA, L.M.T. (coord.) **Plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de João Pessoa**. F&A Gráfica e Editora, 2012. Disponível em: [https://cms.sosma.org.br/wp-content/uploads/2014/04/pmma\\_joao\\_pessoa.pdf](https://cms.sosma.org.br/wp-content/uploads/2014/04/pmma_joao_pessoa.pdf). Acesso em outubro de 2022.

JR. CARDOSO, José Celso. Dependência E Mundo Do Trabalho Na América Latina No Séc. Xxi: 35 Do Alento Desenvolvimentista Ao Novo Fracasso Liberal. In: JÚNIOR MACAMBIRA [et al.] (org). **Desmonte do estado e das políticas públicas: retrocesso do desenvolvimento e aumento das desigualdades no Brasil**. Fortaleza : Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2020. pg 25-60.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está a venda**. Companhia das letras, 2019. Disponível em: <https://ds.saudeindigena.iciet.fiocruz.br/bitstream/bvs/1969/1/Krenak%2C%20Ailton%20%202020%20%20O%20amanh%C3%A3%20n%C3%A3o%20est%C3%A1%20a%20venda.pdf> Acesso em junho de 2021.

\_\_\_\_. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LARA; Juliana Siqueira de; CASTRO, Lucia Rabello de. As crianças no encontro com o outro: uma perspectiva relacional e afetiva da responsabilidade. **Latidade**, Vol. 10, nº 2, pp. 217-249, 2016.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos?. Tradução de Alain François. **Educação & sociedade**, ano xxiii, no 78, abril/2002.

\_\_\_\_. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

\_\_\_\_. Patrimônios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas E Práticas**, n.º 49, 2005, pp. 11-42. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/18\\_ref\\_capes/arquivos/arquivo\\_152.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/18_ref_capes/arquivos/arquivo_152.pdf). Acesso em: agosto de 2022.

LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educ. Real**. [online]. 2009, vol.34, n.03, pp.17-24. ISSN 0100-3143.

\_\_\_\_. **A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do sul**. Tradução: João Batista Kreuck. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. LEWIS, Liana. Dados etnográficos de presenças estrangeiras: intervenções de uma antropóloga no trabalho

com crianças refugiadas na Inglaterra. **Sociedade e Cultura**, vol. 6, núm. 1, janeiro-junho, 2003, pp. 47-58.

LIMA Silva, Lidyane; OLIVEIRA de Andrade, Maristela. Pescadores artesanais da praia da Penha - PB: novos paradigmas. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, vol. 10, núm. 2, 2010, pp. 105-112 Universidade Estadual da Paraíba Paraíba, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/500/50016922012.pdf>. Acesso em: janeiro de 2023.

LIRA, Bruno Ferreira Freire Andrade. DESENVOLVIMENTO E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL - Uma análise da segunda experiência desenvolvimentista a partir da tensão colonialidade/decolonialidade. **Tese**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2020.

LLOBET, Valéria. Las Regulaciones del cuidado y los derechos de niños e niñas: um debate situado. In: CASTRO, Lúcia Rabello (org). **Infâncias do sul global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil**. Salvador : EDUFBA, 2021.

LOPES, Renata Costa Prado; FREITAS, Marcos Cezar de. Mulheres na escuta de crianças: considerações acerca do perfil de quem pesquisa com crianças nas ciências humanas e sociais brasileiras. **Eccos Revista Científica** [en linea]. 2019, (49), 1-20.

LORDE, Audre et al. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. p. 935

MACHADO, NÍNIVE FONSECA. A construção de uma vida digna e a batalha por legitimidade moral: Fronteiras Simbólicas no Programa Bolsa Família. **Tese**. Programa de Pós- Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2020.

MAPA DA INFÂNCIA BRASILEIRA. **Quem está na escuta?**. Entrevista com Manuel Jacinto Sarmento. 2019. <https://issuu.com/fmcsv/docs/quem-esta-escuta-especialistas-vez-voz-criancas>. Acesso em maio de 2021.

MARCHI, Rita de Cássia. Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. **Cadernos pagu** (37), julho-dezembro de 2011: 387-406

Marins, Mani T., Rodrigues, Mariana N.; Silva, Jéssica M. L. da ., Silva, Karen C. M. da ., & Carvalho, Paola L.. (2021). Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. *Sociedade E Estado*, 36(2), 669–692. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020013>

MARQUES, António Pedro Sousa - Da construção do espaço à construção do território, **Fluxos & Riscos**, v.1 nº 1, 2010. pp.75-88. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/3293>. Acesso em: janeiro de 2022.

MARTINS, Paulo H. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 73, Dezembro, 2005. p. 45-66

MARTINS, Paulo Henrique; BENZAQUEN, Júlia Figueredo. Uma proposta de matriz metodológica para os estudos descoloniais. **Cadernos de Ciências Sociais** da UFRPE, Recife,

Vol. II, N. 11, Ago/Dez, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/228884644.pdf>. Acesso em: junho de 2022.

MARTINS, José de Souza. Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida. In:

\_. **Massacre dos Inocentes: a Criança sem Infância No Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MATTOS, Patrícia. As abordagens da “sociologia disposicional” e da “interseccionalidade”: articulando uma proposta para os estudos de gênero. In: BODEMER, K. Cultura, **sociedad y democracia en América Latina**. Espanha: Iberoamericana Editorial Vervuert, 2012. pp. 251-270. Disponível em [https://publications.iai.spk-berlin.de/receive/riai\\_mods\\_00000475](https://publications.iai.spk-berlin.de/receive/riai_mods_00000475). Acesso em: 30/04/2022.

MATOS, Marlise; Paradis, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. *Cadernos Pagu*, (43), 2014, p. 57–118.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

MAYALL, Berry. Conversas com crianças: trabalhando com problemas geracionais. In: CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison (orgs). **Investigações com crianças**: perspectivas e práticas. Tradução Mário Cruz. Porto: Edições Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, 2005. p.123 – 142.

\_. Relações Intergeracionais: Incorporação ao longo do tempo. In: Alanen, Leena; Brooker, Liz ; Mayall, Berry. **Infância com Bourdieu**. Universidade de Sheffield, Reino Unido. 2015.

MEDEIROS, Rogério de Souza. LIRA, Bruno Ferreira Andrade. A leitura do par privilégio-opressão no contexto pandêmico brasileiro pelas teorias críticas decoloniais: uma proposta de metodologia decolonial. **Análise Social**. lviii (1.º), 2023 (n.º 246), pp. 54-72.

MELO, Rodrigo de Sousa; LINS, Ruceline Paiva Melo; ELOY, Christinne Costa. O Impacto do Turismo em Ambientes Recifais: Caso Praia Seixas-Penha, Paraíba, Brasil. **REDE** - Revista Eletrônica do PRODEMA, Fortaleza, v. 8, n. 1, abr. 2014. ISSN 1982-5528. Disponível em:

<<http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/226>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

MELLO, Janine; MARQUES, Danusa. Dos estereótipos à cidadania: sobre mulheres, estado e políticas públicas. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org). **Implementando desigualdades reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. IPEA, Cepal, Rio de Janeiro, 2019. p. 375 - 401. MENDONÇA, Karla J. Rodrigues. No tempo dos Tambores: os saberes ritmados pela infância na Escola Viva Olho do Tempo. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade – o lado mais escuro da modernidade. **RBCS**, Vol. 32, nº 94, junho/2017.

\_. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Rio de Janeiro, **Dossiê**: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972



MODL, Fernanda de C.; BIAVATI, Nádia D. F. Cultura escolar e desnaturalização do olhar: a vineta narrativa e(m) suas contribuições para um contraponto intercultural. **Fólio - Revista De Letras**. Vitória da Conquista, v. 8, n. 2, 2018. p. 99-125. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/2767>. Acesso em 23/06/2022.

MOURA, Adriana Maria Magalhães. Trajetória Da Política Ambiental Federal No Brasil. In: MOURA, Adriana Maria Magalhães. **Governança ambiental no Brasil** : instituições, atores e políticas públicas. Brasília : Ipea, 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso em 12 de novembro de 2019.

\_\_\_. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. Infância e Sociologia da Infância: entre a invisibilidade e a voz. **Relatório Científico**. São Paulo: Feusp/CNPq, 2013

\_\_\_. Estudo da infância e desafios da pesquisa: estranhamento e interdependência, complexidade e interdisciplinaridade. **Child.philo** [online]. 2018, vol.14, n.29, pp.11-25. ISSN 1984-5987.

NERI, Marcelo C. **Mapa da Nova Pobreza**. Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 - FGV Social. (inclui anexo em separado com atlas de pobreza) <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza> <https://cps.fgv.br/en/NewPovertyMap>. Acesso em agosto de 2023.

\_\_\_. **Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia**. Centro de Políticas Sociais. FGV Social. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>. Acesso em: setembro de 2022.

\_\_\_. Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia. FGV Social, Setembro. 2021. Disponível em: <https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>. PAVEZ-SOTO, Iskra; SEPÚLVEDA, Kattan N. Concepto de agencia en los estudios de infancia. Una revisión teórica. **Sociedad e Infancias**, 3, 2019, 193-210.

NICO, Magda; ALVES, Nuno de Almeida. O bem-estar das crianças e dos jovens em Portugal: contributos de uma pesquisa qualitativa. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. 2017, Vol. XXXIV, p. 93-113. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232017002401373&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232017002401373&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: julho de 2021.

NIEMEYER, Ana Maria de. Indicando caminhos: mapas como suporte na orientação espacial e como instrumento no ensino da antropologia. In: Godoi, E. P. & Niemeyer, A. M. (Ed.). **Além dos Territórios: Para Um Diálogo Entre a Etnologia Indígena, os Estudos Rurais e os Estudos Urbanos**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Proposta de Adequação. Ipea, 2018. Disponível em <https://bit.ly/2oJPWy0>.

CHAMBERLIN, Mary; CHAMBERLIN, Rich. **As panquecas de Mama Panya**. São Paulo, SP: SM, 2005. 44 p.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/horizontes/781>. Acesso em 10/01/2022.

PARAÍBA. Ministério Público Federal -2ª VARA FEDERAL - PB, **PROCESSO Nº: 0805117- 05.2017.4.05.8200** - AÇÃO CIVIL PÚBLICA, 2022. Disponível em: <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/536645778/mpf-pb-ajuiza-acao-contra-estado-e-sudema-para-regularizacao-de-licenciamento-ambiental-do-centro-de-convencoes>. Acesso em: novembro, 2022.

PEREIRA, Luciano Schaefer e PEREIRA, Ingrydy Schaefer. GEODIVERSIDADE DA PARAHYBA NO PERÍODO COLONIAL. **Mercator** (Fortaleza) [online]. 2017, v. 16. [Acessado 18 Outubro 2022] e16016. Disponível em: <<https://doi.org/10.4215/rm2017.e16016>>.

PINTO, Andrew Lucas Marcolino dos Santos; FONSECA, Márcia Batista da; ARAÚJO, Adriano Firmino Valdevino de. Percepção ambiental e valoração ambiental: o caso da Barreira do Cabo Branco em João Pessoa - PB. Reflexões Econômicas, Ilhéus (BA). n.3. v.1. p.57-77. Out. 2016 / Mar. 2017

PIRES, Flávia Ferreira; CAVALCANTE, Mohana Ellen Brito Moraes; SOUSA, Emilene Leite de (Orgs.). **Crias extra-muros: ciclo de debates sobre crianças e infâncias durante a pandemia de Covid-19**. São Luís: EDUFMA, 2023.

PIRES, Roberto Rocha C. **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro : Ipea, 2019.

PROUT, Alan; JAMES, Allison. A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems. In: JAMES, Allison; PROUT, Alan. **Constructing and reconstructing childhood**. London: Falmer Press, 2. ed., p. 7-33, 1999.

\_\_. Reconsiderando a nova Sociologia da Infância. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.141, p.729-750, 2010.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. Tradução Maria Letícia Nascimento. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 1 (64), p. 199-211, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/dLsbP94Nh7DJgfdbxKxkYCs/?format=pdf&lang=pt>

\_\_. A tentação da diversidade e seus riscos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1121-1136, out.-dez. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: maio de 2021.

\_\_. A volta do papel das crianças no contrato geracional. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

\_\_. QVORTRUP, J. Macro-análise da infância. In: CHRISTENSEN, P; JAMES, A. (Orgs.). Investigação com crianças: perspectivas e práticas. **Porto: Edições Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti**, 2005. p. 73-96.

ROCHA, Mariane Félix da; NUCCI, João Carlos . COBERTURA VEGETAL NA REGIÃO CENTRAL DAS CAPITAIS BRASILEIRAS. **GEOgraphia**. Niterói, Universidade Federal Fluminense, vol:21, n.45, 2019: jan./abr.

SÁ, Marcio. **Filhos das feiras**: uma composição do campo de negócios agreste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2018. 368 p.

SALATA, André; MATTOS, Ely José de; BAGOLIN, Izete Pengo. **Pobreza infantil no Brasil**: 2012-2021. Laboratório de Desigualdades, Pobreza e Mercado de Trabalho – PUCRS. **Data Social**. Porto Alegre, 2022. Disponível em [https://www.pucrs.br/datasocial/wp-content/uploads/sites/300/2022/09/PUCRS\\_Data\\_Social\\_Estudo\\_pobreza\\_infantil\\_25\\_09\\_22.pdf](https://www.pucrs.br/datasocial/wp-content/uploads/sites/300/2022/09/PUCRS_Data_Social_Estudo_pobreza_infantil_25_09_22.pdf). Acesso em: setembro de 2023.

SALES, Andréa Leandra Porto; MAIA, Doralice Sátyro (Acadêmica do Curso de Geografia da UFPB; bolsista do PIBIC). Cidade Da Parahyba: Transformações No Uso Das Ruas (Século XVIII À 1889). **Cadernos do Logepa**. João Pessoa, Vol. 2, n. Jul-Dez-2003 p. 109-115

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O pequeno príncipe**. 48. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

SANTOS, Patrícia Oliveira S. dos; PIRES, Flávia Ferreira. A invenção da infância: mudança geracional na comunidade de Feira Nova (Orobó – PE) a partir do Programa Bolsa Família. **Rev. antropol.** São Paulo, v. 61 n. 2: 156-186 | USP, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/148951/147004>. Acesso em: outubro de 2022.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** (do pensamento único à consciência universal). 6 ed, Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5616308/mod\\_resource/content/1/Milton\\_Santos\\_A\\_Natureza\\_do\\_Espaco.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5616308/mod_resource/content/1/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaco.pdf). Acesso em: março de 2023

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombo: modos e significados**. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

\_\_\_\_\_. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SARMENTO, Manuel J. A sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. In: ENS, Romilda Teodora; GARRANHANI, Marynelma Camargo. **Sociologia da infância e a formação de professores**. Editora Universitária Champagnat, 2013, p. 13- 46.

\_\_\_\_\_. A criança cidadã: vias e encruzilhadas, Imprópria. **Política e pensamento crítico**. UNIPOP. Nº 2, 2012. P. 45-49.

SARRIERA, Jorge CastellÁ; SCHÜTZ, Fabiane Friedrich; GALLI, Francielli; BEDIN, Livia Maria; STRELHOW, Miriam Raquel Wachholz; CALZA, Tiago Zanatta. **Bem-Estar Na Infância E Fatores Psicossociais Associados**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Fabiane-Schuetz-2/publication/315613837\\_Bem-Estar-Infantil-e-aspectos-psicossociais-associados/links/58d56059aca2727e5ea9a57c/Bem-Estar-Infantil-e-aspectos-psicossociais-associados.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Fabiane-Schuetz-2/publication/315613837_Bem-Estar-Infantil-e-aspectos-psicossociais-associados/links/58d56059aca2727e5ea9a57c/Bem-Estar-Infantil-e-aspectos-psicossociais-associados.pdf). Acesso em fevereiro de 2020.

SHABEL, Paula Nurit. “Queremos nuestro espacio” hacia un análisis no binario de la acción política infantil en una casa tomada de buenos aires. In: Castro, Lúcia Rabello (org). **Infâncias do sul global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil**. Salvador : EDUFBA, 2021. p. 173-194.

SILVA, Antonio Luiz da; PIRES, Flávia Ferreira; Campos, Herculano Ricardo. A contribuição do trabalho das crianças para a economia de Catingueira – PB . **Desidades**, número 34 . ano/año 10 . set/sep - dez/dic, 2022 .

SILVA, Antônio Luiz da. ‘MENINOS DANADOS’: Uma etnografia interpretativa da infância sertaneja que inclui a participação política das crianças de Catingueira – PB. **Tese**. Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN. Natal, 2018.

SILVA, Adriana; FARIA, Ana Lúcia Goulart de . Convite à leitura: luto, luta e sonho: verbo em vida. In: GOBBI, Márcia. PITO, Juliana Diamante (orgs). **Coletivos, mulheres e crianças em movimentos: na pandemia, do podcast ao livro**. São Paulo: FEUSP, 2021.

SOARES, Natalia; SARMENTO, Manuel; TOMAS, Catarina. Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. *Nuances: Estudos sobre Educação UNESP – Presidente Prudente*, vol. 12, nº 13: 49-64, 2005.

SOUZA, Emilene Leite de; PIRES, Flávia F. “Vai Entrar No Livro?” A Participação Das Crianças Das Pesquisas De Campo Aos Textos Etnográficos. IN: *Infâncias e pesquisas: problematizações epistemológicas, metodológicas e éticas*. **Humanidades e Inovação**. v. 7, n. 28, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2077>. Acesso em: janeiro de 2022.

SOUZA, J. (org.) **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

\_\_\_\_. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

\_\_\_\_. Como é possível perceber o Brasil contemporâneo de modo novo? in: SOUZA, Jessé. (org.) **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009

\_\_\_\_. **A construção social da subcidadania**. 2ª edição. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

\_\_\_\_. A gramática social da desigualdade brasileira. **RBCS** Vol. 19 nº. 54 fevereiro, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/s9LNmXtYm6KRFPJxwmrvwPq/?format=pdf>. Acesso em: junho de 2022.

SOUSA, Alberto; NOGUEIRA, Helena de Cássia. **O plano de implantação da cidade da**

**Parahyba** (1585). Disponível em: [https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/166.093.02ano 08, fev. 2008](https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/166.093.02ano%2008,fev.2008). Acesso em: dezembro de 2022.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Epistemologias ecológicas: DELIMITANDO um conceito. **MANA** 20(1): 163-183, 2014  
<https://www.scielo.br/j/mana/a/q4j7Q5cGKvVv8cvqZrjknpf/?format=pdf&lang=pt>

SZULC, Andrea. Más allá de la agencia y las culturas infantiles: reflexiones teóricas a partir de una investigación antropológica con niños y niñas mapuche en y a partir del sur. In: Castro, Lúcia Rabello (org). **Infâncias do sul global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil**. Salvador : EDUFBA, 2021. p. 79 a 94.

Tavolaro Sérgio B. de F. "À sombra do mato virgem ...": natureza e modernidade em uma abordagem sociológica brasileira. *Ambient soc* [Internet]. 2008;11(2):273–87. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2008000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/dxn4pv74Pzb76wFZqxZZ84h/#>. Acesso em: agosto de 2022.

TELLES, Vera. Pobreza e cidadania. Dilemas do Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, 19, Salvador, 1993.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org). **Nas tramas da cidade : trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo : Associação Editorial Humanitas, 2006.

TENÓRIO, Jeferson. **O avesso da pele**. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2020

TIRIBA, Lea; PROFICE, Christiana Cabicieri. Crianças da Natureza: vivências, saberes e pertencimento. **Educação & Realidade**, 2019. p.44. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/cG43TCFnqws8YkRvx8gqMkD/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: junho de 2022.

TWUM-DANSO, Imoh A. From the singular to the plural: Exploring diversities in contemporary childhoods in sub-Saharan Africa. **Childhood**. 2016 Aug;23(3):455-468. doi: 10.1177/0907568216648746. Epub 2016 Aug 8. PMID: 28366984; PMCID: PMC5358775.

UNICEF, 2022. **AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA POBREZA NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/22676/file/multiplas-dimensoes-da-pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil.pdf>.

UNICEF, 2018. **BEM-ESTAR E PRIVAÇÕES MÚLTIPLAS NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL**. disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/2061/file/Bem-estar-e-privacoes-multiplas-na-infancia-e-na-adolescencia-no-Brasil.pdf>

VELHO, Otávio. De BATESON A INGOLD: passos na constituição de um paradigma ecológico. **Mana**, 7(2), 2001. 133–140. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132001000200005>

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020. <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/03/Um-feminismo-decolonial.pdf>. Acesso em junho de 2023.

VIDAL, Antônio Ricardo de Norões. Investimentos Federais na Região Nordeste no Período de 2010 a 2019. Informe Etene (Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste) 2020. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/885/1/2020\\_INET\\_14.pdf](https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/885/1/2020_INET_14.pdf)

VOLTARELLI, Monique Aparecida. Estudos da infância na América do Sul: pesquisa e produção na perspectiva da sociologia da infância. **Tese**. Faculdade de Educação, USP. São Paulo, 2017.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability. Desafios para a governança ambiental. **RBCS**. Vol. 23 n.o 68 outubro/2008.

\_\_\_\_\_. Entrevista: Conflitos ambientais e Justiça Ambiental. Ano IX, volume I, número 16, Jan – Jun, 2020. **Repositório Institucional DA UFMG**. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/37645/1/andreaEntrevistaConflitosAmb.pdf>. Acesso em outubro de 2022.

Vídeo:

**Tem quilombo na cidade**. Quilombo Manzo N'Gunzo Kaiango (20:53-40:37). Belo Horizonte, MG. 12 de jul. de 2018. min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s0OvrYKuKWc>. Acesso em: março de 2023.

**O menino e o mundo**. Alê Abreu. Filme de Papel, 2013.